

UNIVERSIDADE DO PORTO

REVISTA
DA
FACULDADE DE LETRAS
HISTÓRIA



III SÉRIE • VOL. 6 • PORTO • 2005

TÍTULO Revista da Faculdade de Letras. História. III Série, vol. 6, 2005

DIRECTOR PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

CONSELHO EDITORIAL Prof. Doutor Fernando Catroga
Prof^a Doutora Maria Helena da Cruz Coelho
Prof. Doutor Miguel Ángel Ladero Quesada
Prof. Doutor A.H. de Oliveira Marques
Prof. Doutor António de Oliveira
Prof. Doutor Fernando Rosas
Prof. Doutor John Russell-Wood
Prof. Doutor Jean-Pierre Dedieu

COMISSÃO REDACTORIAL Prof^a Doutora Amélia Polónia
Prof. Doutor Luís Miguel Duarte
Prof^a Doutora Maria da Conceição Meireles Pereira

CONCEPÇÃO GRÁFICA T. Nunes Lda • Maia • Porto

EDITOR Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Via Panorâmica, s/n • 4150-564 PORTO PORTUGAL
Telefone: 22 607 71 00 • Telefax: 22 600 38 25
e-mail: flup@letras.up.pt

TIRAGEM: 500 Exemplares
ISSN: 0871-164X
D.L.: 19791/88

REVISTA COM ARBITRAGEM CIENTÍFICA
OS ARTIGOS SÃO DA EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES

ÍNDICE

5 Nota de Abertura

Ciência e Tecnologia

Amélia Polónia	9	Arte, técnica e ciência náutica no Portugal Moderno. Contributos da “sabedoria dos descobrimento” para a ciência europeia
Amândio Jorge Morais Barros	21	“Saber fazer”: a circulação de informação entre comunidades marítimas no início dos Tempos Modernos
Ramon Fernandes Grossi	49	O universo da cura na Capitania das Minas Gerais (1750-1808)
Marinha do Nascimento Carneiro	69	A nova cultura científica na obstetrícia e seus efeitos profissionais (séc. XIX)
Pedro Teixeira Pereira Eva Gomes Olga Martins	99	A Alienação no Porto: O Hospital de Alienados do Conde de Ferreira (1883-1908)
Ana Leonor Pereira João Rui Pita	129	ALEXANDER FLEMING (1881-1955) Da descoberta da penicilina (1928) ao Prémio Nobel (1945)
Yann Loïc Macedo de Morais Araújo	153	Heterodoxias da <i>Arte de Curar</i> portuguesa de oitocentos - o caso da homeopatia
Maria de Fátima Nunes	169	Arqueologia de uma prática científica em Portugal - uma história da fotografia
Gaspar Martins Pereira	185	O Vinho do Porto: entre o artesanato e a agroindústria

ÍNDICE

- Jorge Fernandes 193 A Difusão da Técnica Actuarial e as Primeiras Companhias de
Alves Seguros no Porto (século XIX)

Outros Estudos

- Manuel García 213 Sobre la alteridad en la frontera de granada.
Fernández (Una aproximación al análisis de la guerra y la paz, siglos XIII-
XV).
- Sérgio Ferreira 237 O corso na segunda metade do século XVIII: reflexos de um
cartório notarial portuense
- José Augusto 271 Sociabilidade burguesa em Viana do Castelo na segunda metade
Arriscado do século XIX: a assembleia vianense
- Carlos Manique 291 A ideia de 'casa da escola' no século XIX português
da Silva
- Sandra Brito 313 O carnaval e o mundo burguês
- Oswaldo Truzzi 339 Pioneirismo, disciplina e paternalismo nas relações de trabalho
Ana Silvia Volpi entre proprietário e imigrantes no século XIX: o caso da colónia
Scott de Nova Lousã, em São Paulo

357 Notícias

363 Notas de Leitura

383 *Abstracts*

391 Provas Académicas em História (2002-2004)

415 Publicações Periódicas (Permuta com a Revista da FLUP-
História)

419 Colaboradores do presente número

Nota de Abertura

Com o presente volume da *Revista da Faculdade de Letras – História*, apresenta-se um conjunto de estudos históricos que, agrupados em *dossier* temático, abordam vários aspectos da “ciência e técnica”. Estes textos abarcam um período temporal dilatado (entre os séculos XV-XX) e têm como referências diferentes contextos sócio-culturais.

A ciência e a técnica são duas dimensões geralmente encaradas como uma díade indissociável, mas a verdade é que, na perspectiva histórica, a relação nem sempre é clara ou linear entre elas. Entre a área do conhecimento sobre a natureza das coisas desenvolvida pela ciência e a dimensão da técnica relacionada com a capacidade de fazer e de transformar a realidade surgem desfasamentos, contradições ou a interferência de outras variáveis sociais determinantes, como é, por exemplo, o muito citado efeito dos interesses profissionais. Não obstante, as duas referências têm vogado juntas nos meandros do tempo, consideradas como dispositivos determinantes na construção da modernidade e nos seus processos de inovação.

Numa altura em que os apelos à ciência e à técnica se repetem, quase como obsessão, no discurso político e nos *media*, enquanto dimensões que, pelo efeito da schumpeteriana “destruição criadora”, poderiam ajudar a ultrapassar a profunda crise estrutural que a sociedade atravessa, torna-se pertinente aduzir alguns contributos derivados da análise histórica. Assim, os estudos que se apresentam nesta publicação procuram contribuir para o processo de desocultamento das realidades complexas que a ciência e técnica representam e do papel económico e/ou social que têm desempenhado enquanto elementos fundamentais à sustentação da ideologia do progresso. Nesta medida, esses textos ajudam-nos também a entender a relação do homem com o meio natural e social que o envolve, as formas como se aproxima da natureza e dela se apropria, colocando-a ao seu serviço, delineando, implicitamente, processos de territorialização, mas criando também indiscutíveis influxos positivos para a qualidade de vida e a promoção do bem-estar material.

Alguns dos textos da *Revista* discutem essa relação entre ciência e técnica sobre casos concretos, nomeadamente o choque entre os saberes tradicionais e os novos saberes do paradigma científico, outros sobre os processos históricos da descoberta e difusão de princípios científicos, outros ainda sobre os efeitos da aplicação técnica e científica em algumas actividades e suas implicações organizacionais.

Numa sequência essencialmente cronológica, a náutica portuguesa de quinhentos surge como tema emblemático a abrir o conjunto de estudos, num retorno à exegese dos textos clássicos da marinharia portuguesa. As técnicas marítimas desenvolvidas entre

comunidades marítimas são fruto de uma outra abordagem que completa este segmento ligado às navegações. Mas, em número de artigos, o que sobressai é a temática da saúde, com abordagens mais diversificadas, que passam pela análise do universo da cura tradicional na região de Minas Gerais (Brasil) nos finais do Antigo Regime, pela organização de um hospital de alienados no Porto, pelo percurso científico de Fleming (o inventor da penicilina), pela abordagem do campo heterodoxo da homeopatia ou ainda pelo encontro entre a ciência médica e a arte obstétrica no século XIX e seus reflexos profissionais. O núcleo temático inclui ainda um interessante estudo sobre a fotografia, um outro sobre as peculiaridades da produção do vinho do Porto e ainda um outro sobre a difusão das técnicas de seguros e sua incidência na organização de seguradoras no Porto.

Numa perspectiva inclusiva, a Revista concede ainda espaço ao labor de outros investigadores, abrigando estudos não abrangidos pela cobertura do núcleo temático principal. Integra textos sobre a especificidade dos espaços de fronteira, sobre o corso, a sociabilidade burguesa, as práticas carnavalescas, a construção dos edifícios escolares, terminando com um artigo sobre as relações de trabalho numa “colônia” brasileira (Nova Lousã). As habituais rubricas de resenhas e notícias completam este volume.

Regista-se aqui uma palavra de reconhecimento a todos os autores que, disponibilizando resultados da sua investigação, colaboraram na elaboração de mais um número da *Revista da Faculdade de Letras- História*.

Jorge Fernandes Alves

Amélia Polónia

Arte, técnica e ciência náutica no Portugal Moderno. Contributos da “sabedoria dos descobrimentos” para a ciência europeia¹

R E S U M O

É objectivo deste artigo discutir até que ponto os conhecimentos técnicos e científicos decorrentes do processo de descobrimentos e expansão ultramarina portugueses se baseiam, ou não, em procedimentos e em praxis científicas e contribuem, ou não, para a construção de um novo sistema científico que marcará a Europa do século XVII. Para tanto, debruçar-nos-emos, primeiro sobre os conceitos e as práticas de “arte de navegar”, “técnica náutica” e “ciência náutica” e, num segundo momento, sobre algumas das aquisições epistemológicas da chamada “sabedoria dos descobrimentos”. As considerações aqui apresentadas não resultam de uma investigação original sobre a matéria em análise, mas tão só de uma reflexão sobre dados e informações já conhecidos e consabidos.

1. Arte, técnica e ciência náutica

A área do saber que nos propomos discutir é tradicionalmente vista como um dos factores determinantes para a importância geo-política e estratégica assumida por Portugal no contexto europeu no decurso dos séculos XV e XVI. Referimo-nos ao que tradicionalmente se identifica como “ciência náutica”. O que aqui nos propomos abordar é a efectiva dimensão desta projecção e desses contributos científicos, e delimitar até que ponto se deverá falar em arte, técnica ou ciência náutica na prática de navegar portuguesa desse período. Em simultâneo, procurar-se-á contribuir para uma reflexão acerca da capacidade de cada um destes vectores para propiciar dinâmicas de desenvolvimento, sinónimo, no contexto coevo, de domínio. Domínio dos mares, domínio comercial, domínio e apropriação de espaços de circulação e de comunicação, através dos quais se processou a chamada “descompartimentação do universo”, criando-se e tomando-se conhecimento de uma realidade à escala do globo.

Esta abertura de novos e velhos espaços a uma dinâmica de comunicação global em muito deve à capacidade da náutica e dos náuticos portugueses, pioneiros neste processo, de dominarem as técnicas e a ciência necessárias para circularem, com capacidade de retorno repetido, “por mares nunca antes navegados”.

Totalmente desmontado, desde há décadas, pela historiografia académica, o mito da famosa “Escola de Sagres”, ainda que persistente até tempos bem recentes, através de uma historiografia apologética, com recurso a estratégias de divulgação, com particular incidência nos manuais

¹ Texto da comunicação apresentada ao CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE HISTÓRIA (Porto, 16/17/Outubro 2003).

escolares, como explicar e como interpretar, do ponto de vista dos saberes, as bases dessa sabedoria e dessa praxis náutica?

Começemos por apresentar algumas ideias axiais, nucleares para o debate que aqui propomos.

Em primeiro lugar, o que aqui subscrevemos é que é inaceitável a ideia de que a preparação dos náuticos das primeiras descobertas era feita através de uma formação teórica ministrada por sábios e académicos que os formavam para as navegações. Na verdade, o desenvolvimento das aquisições nucleares da marinharia dos descobrimentos nunca poderia ter sido prévio, antes é necessariamente decorrente das navegações atlânticas, e consequente das necessidades impostas por essas novas experiências, ao apresentarem condicionalismos de geo-referenciação, de ventos, correntes, navegação em alto mar, até aí desconhecidas pelos europeus, que todavia dominavam, com perícia, as rotas mediterrânicas e as do Mar do Norte.

Em segundo lugar, sustentamos que não está, de todo, provada, nos primórdios do movimento expansionista, qualquer ligação e articulação entre os náuticos das descobertas e os académicos que se dedicavam a estudos na área da astronomia, matemática e cosmografia teórica, antes se tratava de dois universos que corriam em paralelo, de duas áreas de saber dificilmente comunicantes: os primeiros balizavam-se em muito rudimentares conhecimentos astronómicos e numa “arte de marear” que foram desenvolvendo à medida das suas necessidades; os segundos alimentavam-se dos tratados teóricos dos clássicos e de uma reflexão especulativa e de gabinete. Esta realidade parece ser válida pelo menos até ao início do exercício do cargo de cosmógrafo e depois de cosmógrafo-mór do reino por Pedro Nunes, cargos em que foi empossado, respectivamente, antes de 1529 e em 1547. Subsistem, ainda assim, muitas reservas a uma verdadeira articulação entre saber matemático e astronómico e prática náutica, mesmo em torno da figura e da actuação de Pedro Nunes. Exemplo de assimilação dos dois saberes, teórico e prático, é, no século XVI, o de D. João de Castro, eminente matemático e astrónomo e exímio navegador, nomeadamente da rota da Índia, mas esta personagem mais não é do que a excepção que confirma a regra.

É certo que alguns sábios foram convocados para dar pareceres e para contribuir para a resolução de problemas práticos, nomeadamente de orientação astronómica. Isso ocorre já em tempos de D. João II, em que parece estar provado o recurso a teóricos e académicos, como Abraão Zacuto, para auxiliar a resolução de problemas impostos pela navegação no Atlântico Sul, e a progressão ao longo da costa Ocidental africana em direcção ao Cabo que seria da Boa Esperança. Nunca esses conhecimentos, produzidos por teóricos – matemáticos ou astrónomos – foram, porém, directamente incorporados na formação dos náuticos, nem estes preparados teoricamente ou inseridos em estruturas escolares que lhes facultassem preparação para o exercício das suas funções. Esta realidade não será senão bem tardia, e posterior aos avanços geográficos do século XV e XVI.

Na verdade, a criação de uma aula, a ser frequentada por pilotos, sota-pilotos, mestres e guardiães de embarcações não está explicitamente indicada senão no “Regimento do Cosmógrafo-

² Ver, sobre esta matéria, entre outros, ALBUQUERQUE, [1989]; Actas do Seminário A Ciência e os Descobrimientos, Lisboa, 1996; Ciência Náutica e Técnicas de Navegação nos Séculos XV e XVI, 1988.

mór de 1592³, ainda que dele se possa presumir a leccionação de uma aula, destinada ao mesmo público, e ministrada por Pedro Nunes, na sequência de um prévio regimento, cujo original não é conhecido, datado de 1559⁴. Reportamo-nos, porém, em qualquer dos casos, a um período bem tardio, se tivermos em atenção a cronologia em que a totalidade das descobertas geográficas e marítimas foram levadas a cabo. É de notar, neste domínio, a nítida discrepância em relação à Espanha, onde está determinado, desde 1508, que os pilotos que vão às Índias de Castela são obrigados a frequentar a aula do piloto-mor, então Américo Vespúcio, leccionada na Casa da Contratação de Sevilha. E isto a despeito de a carreira da Índia ser, indiscutivelmente, bem mais complexa, na sua rota e nas suas exigências, do que a Carreira das Índias de Castela.

No caso português estas “aulas” são, pelo contrário, de frequência voluntária, segundo se estipula ainda no Regimento de 1592, e porventura esporádica, já que não se trata de um curso contínuo, de tempo delimitado, mas de uma lição diária que os náuticos poderiam frequentar de acordo com as suas disponibilidades⁵. A sua criação parece estar, por outro lado, ligada à existência de deficiências, sentidas na prática de navegar, responsáveis por naufrágios frequentes e dramáticos em tempos em que a superioridade dos portugueses no mar era posta em causa por potências marítimas cada vez mais poderosas, como a Inglaterra e a Holanda, mais do que imposta por uma intenção explícita de institucionalização do ensino náutico. É certo que os jesuítas Francisco da Costa e Cristóvão Bruno, e o padre inglês Thomas Breton ministraram, no Colégio de St^o Antão de Lisboa, uma “Aula de Esfera”⁶. A sua criação data, porém, apenas da segunda metade do século XVI, porventura dos seus últimos decénios, e nada indica que a sua frequência maioritária fosse composta por homens do mar.

Em paralelo, os avanços sensíveis e verdadeiramente revolucionários do ponto de vista da ciência náutica, incorporados na prática da navegação astronómica não decorrem, segundo nos ensina Luís de Albuquerque, da produção de teorias e de literatura científicas originais e inéditas, antes se servem de rudimentos de saber astronómico em circulação já no período medieval. Isto é, as regras astronómicas que vieram a ser utilizadas pela náutica portuguesa não foram inventadas na altura, antes andavam desde há muito expostas, na sua quase totalidade, em livros correntes. A “revolução” teria sido consagrada pelos homens experimentados, e não pelos académicos, e definida, não nos bancos de qualquer escola, Sagres, Coimbra ou Lisboa, mas no decurso das viagens de navegação, ou nas “pranchas das caravelas”, no dizer de Luciano Pereira da Silva⁷, e através de um processo de aquisições empíricas, e não especulativas.

O que queremos dizer é que as grandes aquisições da náutica portuguesa, e da navegação astronómica do século XV não surgiram de uma criação *ab nihil*, mas antes de uma evolução e adaptação gradual de conhecimentos anteriormente existentes. Nem partiram das complexas

³ Cf. Regimento do cosmógrafo-mor de 1592, publ. RIBEIRO, 1994. Vd., sobre esta matéria, POLÓNIA, 1995; POLÓNIA, 1999; MATOS, 1999.

⁴ MOTA, 1969.

⁵ Um vínculo de obrigatoriedade não se estabelece senão em 1626, em que novo Regimento estipula que os candidatos a sota-pilotos seriam obrigados a apresentar certificado da sua frequência. Cf. *Regimento sobre a matricula da gente da navegação deste Reyno*, publ. COSTA, 1989.

⁶ Ver, sobre esta matéria, BERNARDO, 2000.

⁷ SILVA, 1946, Vol. III, pp. 7 segts.

sumas teóricas dos grandes intelectuais da Antiguidade estudados nas universidades, mas de uma tradição mais recente, corporizada num fundo intelectual subsidiário do saber e das aquisições de árabes e judeus, e sistematizado nos “Libros del Saber Astronomico”, escritos em castelhano, verdadeira enciclopédia de astronomia medieval. Lembremos, em paralelo, que as grandes revisões teóricas do saber astronómico não se situam cronologicamente neste período, antes decorrem dos contributos, posteriores, de Copérnico, Tycho Brahe ou Galileu.

Os contributos da náutica portuguesa fazem-se, assim, sentir mais ao nível da sistematização de regras e tabelas auxiliares de cálculos de latitude, impostas por circuitos de navegação cada vez mais complexos e longínquos, bem como a nível da invenção ou simples melhoramentos de instrumentos de orientação astronómica, como a bússola, o quadrante, o astrolábio, a balestilha, ou o nónio, criado por Pedro Nunes. A realização de tábuas de declinação solar e a elaboração dos “Regimento da Estrela Polar” e do “Regimento do Cruzeiro do Sul” correspondem a outras tantas sistematizações de conhecimentos auxiliares para a estimativa de uma das coordenadas geográficas fundamentais: a latitude, através do cálculo da altura das estrelas.

Os próprios materiais escritos de teor náutico de que os pilotos das navegações ultramarinas portuguesas se servem, reflectem bem o carácter pouco profundo dos conhecimentos científicos que os informam. Estes homens lidam com três tipos centrais de literatura náutica, designados por guias náuticos, roteiros e diários de bordo, todos alheios a índices de grande complexidade técnica ou científica.

Em concreto, e segundo informa Luís de Albuquerque⁸, os guias náuticos contêm, de forma prática, por vezes ilustrada, directivas e normas de astronomia náutica e regras de pilotagem; os roteiros descrevem rotas, fundeadouros, entradas de barras, enfim incorporam as informações de orientação para uma navegação segura; nos diários de bordo os pilotos deveriam anotar as observações, diárias, feitas durante uma viagem: rotas seguidas, alturas dos astros; declinação da agulha, vistas de terra, tipo e direcção dos vôos das aves; cor e profundidade das águas. Estamos, em qualquer dos casos, perante uma literatura de teor eminentemente prático, básico, e descritiva, longe, portanto de um verdadeiro teor técnico-científico.

Adiante-se, inclusive, que, se à partida, o manuseamento destes livros exige o domínio mínimo da leitura e da escrita, não faltam os exemplos de pilotos que desenvolveram a sua actividade no mais completo analfabetismo. Frazão de Vasconcelos elucida esta prática com um caso – o de Marçal Luís, piloto da carreira da Índia, que frequentou, com sucesso, essa carreira durante 28 anos, vindo-se a verificar, em 1611, que era analfabeto, facto que não impediu a sua nomeação para uma outra viagem, dada a falta de pilotos para a efectuar⁹. Pesem embora estes exemplos, o que conhecemos das comunidades náuticas quinhentistas leva-nos a crer que, de um modo geral, homens do mar qualificados, mestres, sotapilotos e pilotos, sabiam, pelo menos escrever o seu nome, e dominariam os rudimentos da escrita e da leitura, o que não é, porém, sinónimo de alfabetização e menos ainda de literacia.

O facto é que verdadeiros livros de náutica portugueses, centrados em âmbitos de estudos astronómicos e matemáticos não são conhecidos senão através da produção de Pedro Nunes ou

⁸ ALBUQUERQUE, [1989].

⁹ VASCONCELOS, 1942, p. 46.

de D. João de Castro. Atente-se que, ainda assim, Pedro Nunes, no seu “Tratado da Sphaera”, publicado em 1537, ainda retoma e republica estudos de Sacrobosco e de Ptolomeu, se bem que enriquecidos pelas suas próprias anotações. Produções de literatura náutica de vulto, e de pendor original, são, todavia posteriores e, entre elas poderemos apontar, do mesmo autor, o “De Crepusculis”, datada de 1542, talvez a obra que lhe grangeou maior nomeada internacional, a par do seu “Petri Nonii Salaciensis Opera”, publicado em Basileia em 1566.

Entre a sua obra destaca-se já, porém, uma preocupação de aproximação teórica aos problemas práticos sentidos pela navegação. Apontemos, como exemplos, o “Tratado de certas dúvidas de navegação” e o “Tratado em Defensam da Carta de Marear” (1537); a “Arte Navigandi libri duo” (1573) ou a “Defensão do tratado de rumação do globo para a arte de navegar”. O facto é que a própria utilização do latim, língua de ciência e de erudição, inviabiliza uma efectiva comunicação dos seus ensinamentos ao universo dos homens do mar.

Não se assiste, assim, mesmo com Pedro Nunes, a um processo de simbiose entre o saber teórico e o prático, essa inexistente, e comprovada pelas críticas recíprocas entre o cosmógrafo e os pilotos das navegações ultramarinas, o primeiro apontando-lhes falhas graves nas suas bases teóricas, e um excessivo empirismo, os segundos queixando-se da ignorância do matemático nas coisas do mar¹⁰. Note-se que apenas em 1625 um outro cosmógrafo-mór do reino, D. Manuel de Meneses, pratica, de facto, viagens de navegação. Pedro Nunes, era, ainda, um homem de gabinete, como o serão muitos dos cosmógrafos-mores do reino, desde João Baptista Lavanha, a Pedro de Maris Carneiro, ou a muitos dos Pimentéis.

É certo que estes se encontravam na presidência de um júri que procedia ao exame dos náuticos, desde 1592, e talvez, segundo procura provar Teixeira da Mota, já desde 1547, data da nomeação de Pedro Nunes para o cargo de cosmógrafo-mór. A eles cabia o exame da especulativa, que ocorria a par da examinação prática, a cargo de pilotos experimentados nas carreiras para que o náutico se candidatava, e que igualmente incorporavam o júri. A análise das matérias a examinar, minuciosamente descritas no Regimento de 1592, prova, porém, à saciedade, que os aspectos práticos, empíricos e técnicos, se constituíam, mais do que a formação teórica e especulativa, nas vertentes mais vincadas da formação náutica, mesmo em finais do século XVI.

O que pretendemos dizer é que, se os navegadores portugueses superaram os procedimentos de uma simples “arte de marear”, eles cultivaram e serviram-se, fundamentalmente, de “técnicas de marear”, desenvolvidas à revelia dos meios académicos, e tendo como base uma verdadeira “sabedoria do mar”. Esta, construída a partir de fundamentos fortemente empíricos, era transmitida de uma forma geracional e prática, à margem de teorizações e sistematizações verdadeiramente científicas, e à margem de uma formação escolar e sistémica, ausente dos processos de transmissão de conhecimentos náuticos.

Se a náutica portuguesa esteve, de facto, na base de um processo de “desenvolvimento” que afectou todo o continente europeu e, por contactos múltiplos, também outros continentes, essa

¹⁰ Sobre a obra de Pedro Nunes, ver, entre outros, *Pedro Nunes. 1502-1578; 2002 Pedro Nunes e Damião de Góis. Dois rostos do Humanismo Português, 2002; Gazeta de Matemática, 2002.*

dinâmica não entroncou numa verdadeira prática científica, só possível através da associação das especulações teóricas com a prática e a técnica. Desenvolvendo-se estas vertentes de construção de saber em espaços não comunicantes, e através de agentes situados em distintos níveis de cultura, e de saber, não cremos que se possa falar, na verdadeira acepção da palavra, de uma verdadeira “ciência náutica” quando nos referimos à sabedoria que esteve na base dos descobrimentos e da expansão marítima portuguesa.

Daqui decorre uma outra área de discussão: aquela que se prende com os efectivos contributos desta sabedoria para a construção da chamada “revolução científica do século XVII”. Sobre esta matéria as opiniões dividem-se, entre posições por vezes extremadas, sustentadas por correntes e por personalidades que veiculam interpretações muito díspares quanto à associação ou dissociação entre esses dois marcos do saber europeu dos séculos XVI e XVII.

2. Contributos culturais e científicos da sabedoria dos descobrimentos portugueses

Procuremos, pois, reflectir, ainda que brevemente, sobre alguns dos contributos culturais e científicos gerados no espaço português, e que se afiguraram decisivos para o próprio espólio cultural europeu. Refiro-me aquilo que se convencionou chamar “a sabedoria dos descobrimentos”. Esta matéria prende-se, de resto, com duas perspectivas de análise interconexas: uma relacionada com os contributos civilizacionais decorrentes do fenómeno de expansão ultramarina de que Portugal foi pioneiro, a outra com as vias, com os eixos culturais que se afirmavam paralelos ou interconexos em Portugal, no contexto do Renascimento.

Assim, e no que ao primeiro aspecto se refere, para além de darem “novos mundo ao mundo”, para além de contribuírem para a descompartmentação do universo, através de criação de carreiras marítimas regulares que asseguravam ligações periódicas entre os vários continentes, para além da criação de uma economia-mundo, articuladora dos vários continentes, para além de terem contribuído para a migração de produtos e de culturas agrárias, para além dos contributos dados para a desmistificação do espaço e para a sua mais rigorosa compreensão e representação, para além dos contributos aduzidos em termos da “globalização” dos gostos, dos sabores, dos condimentos, da cultura material, dos padrões estéticos, os portugueses pontuaram também, no domínio técnico e científico, com aportações cujo valor não poderá ser menosprezado. Refiramos as novas técnicas de orientação astronómica, os novos instrumentos de navegação, a nova cartografia¹¹, ou mesmo as originalidades na construção naval que permitiram a prossecução, com êxito, da empresa expansionista.

Neste contexto, a afirmação de um novo saber e de um novo critério de autoridade, baseado já não nos pressupostos exclusivamente doutrinários, ou na autoridade dos autores da Antiguidade Clássica, mas em princípios de observação e experiência e, simultaneamente, a revisão das antigas concepções do homem, impostas pelo contacto com novas raças e novas civilizações, não serão, de facto, contributos de somenos importância.

¹¹ Cf., entre outros, GARCIA; ALEGRIA, 1995.

Essas experiências constituíram-se, assim, como base de um novo saber, de um novo fundo cultural, a que se convencionou chamar “a sabedoria dos descobrimentos”, e que teria circulado, no espaço português, em circuitos paralelos a dois outros fundos intelectuais: o do Humanismo e o da Escolástica. Com efeito, enquanto estes dois eixos se divulgavam no próprio espaço universitário, fomentado pelo poder régio, essa terceira via cultural, apesar de importante, surge como marginal em relação aos circuitos de poder.

Quando se procura averiguar a verdadeira extensão dos contributos epistemológicos aduzidos por esta via do saber, posicionam-se, porém, como dizíamos, atitudes e leituras historiográficas muito distintas¹². Uma delas concebe este segmento do saber como responsável por uma verdadeira ruptura epistemológica, que estaria na origem do pensamento moderno, constituindo-se como as raízes próximas da era cartesiana. A outra atitude relativiza este entendimento, procurando provar que tal posicionamento é cientificamente inconsistente. Em concreto defende que, se os descobrimentos e a via cultural a eles ligada aceleraram a desestruturação dos universos culturais precedentes - clássico e medieval, não introduziram, ainda, categorias intelectuais que conduzissem à ruptura ou à real ultrapassagem e substituição desses universos culturais.

Para documentar estas posições de confronto, apelaremos para depoimentos de vários autores, que se situam ora numa, ora noutra posição. Cingiremos esta ilustração a apenas três declarações:

“O concurso dos descobrimentos foi enorme e incalculável para o desenvolvimento do espírito europeu moderno, para o desenvolvimento do humanismo, para a formação do sentido crítico, para a supressão do critério de autoridade em Ciência e Filosofia, para os lentos progressos do *homo sapiens frente à tirania do homo credulus*¹³.

“O domínio da experiência e da observação directa no domínio da Física, o desabar das colunas que sustinham o edifício estreito da ciência medieval, o fermento da dúvida metódica criada por esta catástrofe salutar, o sentimento de grandeza do homem e da natureza que a epopeia das navegações havia despertado, tiveram uma grande influência na criação do humanismo e dos sistemas filosóficos de um Bruno e de um Descartes¹⁴.

“O que ao primeiro relance pode passar por uma característica moderna daqueles escritores e viajantes lusitanos: sua adesão ao real e ao imediato, sua capacidade, às vezes, de meticulosa observação, dirigida, quando muito, por algum interesse pragmático - não se relacionaria, ao contrário, com um tipo de mentalidade já arcaizante para a sua época, e ainda submisso a padrões longamente ultrapassados pela tendência que anima o pensamento dos humanistas e, em verdade, de todo o Renascimento?”¹⁵.

¹² Ver, sobre esta matéria, DIAS, [1988]; ALBUQUERQUE, [1987]; BARRETO, [1985]; BARRETO, 1983; BARRETO, 1989, obras que seguimos de perto.

¹³ SÉRGIO, 1929, p. 107.

¹⁴ CORTESÃO, 1930, p. 71.

¹⁵ HOLANDA, 1959, p. 3.

Deixemos os depoimentos historiográficos e busquemos os históricos. Se confrontarmos as obras de alguns autores ilustrativos dessa sabedoria com alguns dos parâmetros básicos a partir dos quais se poderão medir os índices de construção científica, nomeadamente o conceito e a prática da experiência, a matematização do real, a racionalização e os critérios de autoridade, que ilações poderemos extrair?

É consabida e amplamente repetida a afirmação de Duarte Pacheco Pereira, segundo a qual: “...a experiência, que é madre das cousas, nos desengana e de toda a duvida nos tira...”¹⁶, ou essa outra, segundo a qual “...a experiência nos ensinou a verdade de tudo o que adiante dissermos...”¹⁷. Todavia, em Duarte Pacheco Pereira, o conceito de experiência parece situar-se ainda num campo meramente empírico. O sujeito/homem surge como um simples alvo de captação passiva das mensagens da realidade, sem que nessa acção interfira qualquer atitude crítica ou construtiva. A experiência, para Duarte Pacheco Pereira, ao surgir como critério de verdade e de certeza, define ainda um experiencialismo que mais não é do que um realismo empírico, caracterizado pela determinação do sensível.

Isso não invalida, porém, que essa experiência surja, na obra deste autor, como critério de autoridade, com capacidade para confrontar, inclusive, a sabedoria dos Antigos. Daí a convicção do autor de que: “A experiência nos faz viver sem enganar nem abusões e fábulas que alguns dos antigos cosmógrafos escreveram acerca da descrição da terra e do mar...”¹⁸. Ou que o leva a afirmar: “...o nosso César Manuel (...) mandou Vasco da Gama (...) por capitão de suas naos e gentes a descobrir e saber daqueles mares e terras em que os Antigos punham tam grande medo e espanto: e indo com muito trabalho, achou o contrario do que a maior parte dos escritores antigos dissera...”¹⁹.

Garcia da Orta, nos seus “Colloquios dos Simples, Drogas e Coisas da Índia”²⁰ vai ainda mais longe, ao afirmar, através da fala do Dr. Orta: “Não me ponhais medo com Dioscorides, nem Galeno, porque não ey de dizer senão a verdade e o que sey”²¹ ou ainda: “Digo que se sabe mais em hum dia agora pellos Portuguezes do que se sabia em 100 anos pellos Romanos...”²². O posicionamento deste autor é, pois, claro e radica na convicção da superioridade dos portugueses face à sabedoria dos clássicos.

Num como noutro caso é, no entanto, o experiencialismo, a experiência vivida, o que sustenta a contestação da autoridade dos clássicos, e não qualquer tipo de experimentalismo científico, totalmente ausente do pensamento do primeiro autor, e só residualmente decifrável no do segundo.

É certo que um outro autor-chave desta sabedoria dos descobrimentos, D. João de Castro, aduz novos contributos no campo da racionalização de procedimentos empíricos, ao afirmar, no seu “Tratado da Sphaera”²³: “E he necessario aqui o sentido obedecer ao entendimento, e como cego

¹⁶ PEREIRA, 1905, Lv. 1, capº 2, p. 23.

¹⁷ PEREIRA, 1905, Lv. IV, capº 6, p. 158.

¹⁸ PEREIRA, 1905, Lv. II, cap. 11, p. 127.

¹⁹ PEREIRA, 1988, Lv. IV, cap. 1, pp. 196-197, .

²⁰ ORTA, [1987].

²¹ ORTA, [1987], vol. I, p. 105.

²² ORTA, [1987], vol. I, p. 210.

²³ CASTRO, 1969.

deixarse guiar por elle, por que certo esta que em muytas cousas nos enganarão os sentidos se não fossem guiados, examinados pelo entendimento. Julgando somente pello sentido, todos julgariamos que o sol he pouco mais ou menos como huma roda de um carro, e as estrelas como humas laranjas, e ficaríamos nisso muy enganados, pois o entendimento tem demonstrado estar nisso convencido, ser o sol e muitas estrellas muitas vezes maiores que toda a terra.”²⁴.

Todavia, as contradições são, nesta época e neste contexto, ainda inevitáveis. Depois de fazer a necessária correcção da experiência empírica pela razão, D. João de Castro, quando se ocupa da questão dos antípodas, pretende demonstrar a imobilidade da terra, valorizando aqui como critério de verdade, os dados dos sentidos, a experiência empírica, ao afirmar que: se a terra mexesse, nós senti-la-famos mexer...

No que se refere às relações entre antigos e modernos, D. João de Castro parece situar-se numa linha de continuidade com os dois anteriores autores no que toca, por um lado, ao reconhecimento do valor da experiência como critério de verdade e instrumento de contestação dos Antigos. À pergunta do discípulo: “*Pois quem pode arrancar do mundo esta opinião dos Antigos?*”, responde o Mestre: “*A muita experiencia dos modernos e, principalmente a muita navegação de Portugal.*”²⁵

Em termos percentuais, e segundo informa Luis Filipe Barreto, no “Tratado da Sphaera”, das citações feitas dos Antigos, 75% foram-no como alvo de contestação e somente 25% como marco de concordância²⁶. É, ainda, um facto que a especificidade reivindicada pelo autor face aos Antigos não é apenas informativa, mas teórico-formulativa, isto é, questionam-se as próprias bases de construção do conhecimento, redimensionando-se o papel dos Modernos no campo da criação do conhecimento.

O quadro epistemológico que acabamos de traçar, ainda que através de uma amostragem pouco representativa, contemplando um percurso que se estende desde finais do século XV, com Duarte Pacheco Pereira, até aos anos 60 do século XVI, com Garcia da Orta, parece concretizar, afinal, o percurso que vai do conhecimento sensível ao conhecimento inteligível.

Com Duarte Pacheco Pereira o saber é ainda um acto intuitivo, sensível, uma busca constante de harmonia com o real, balizado num fundamento empírico. O autor concretiza, afinal, a promoção da experiência, do empirismo, como novo critério de autoridade.

Com Garcia da Orta assistimos a uma mais clara relativização da herança dos Antigos, pela proclamação do maior valor e rigor do presente. Os suportes do seu conhecimento permanecem, porém, o textismo e o experiencialismo. E este, não sendo já um simples empirismo, não é ainda um experimentalismo. Para tal, falta-lhe a interrogação criativa e sistemática do real e, fundamentalmente, a laboratorização, a matematização da experiência.

Mas este é também o autor que nos fornece uma clara reivindicação das fronteiras entre o saber e o crer, entre a Ciência e a Teologia e, que, no campo antropológico, personifica uma

²⁴ CASTRO, 1969, Lv. 1, p. 54-55.

²⁵ CASTRO, 1969, Lv. 1, p. 50

²⁶ BARRETO, [1985], p. 88.

nova atitude que já não colhe, basicamente, da antropologia cristã medieval, mas em que a legitimidade da diferença se afirma como valor fundamental.

Finalmente, com D. João de Castro assistimos à promoção da razão, do entendimento, aliado à experiência, como base de construção do conhecimento. A dimensão crítica do seu saber, a proclamação do valor da razão parece, de facto, ultrapassar e desautorizar qualquer tendência empírico-factual. É ainda com este autor que assistimos a uma maior capacidade de diálogo entre o campo prático e o teórico.

Em suma: é claro que entre a obra de Duarte Pacheco Pereira, datada do início do séc. XVI (1505/08), e a de Garcia da Orta (impressa em 1563), ou de D. João de Castro, a evolução é nítida e aponta para dois momentos diferentes desta “sabedoria dos descobrimentos”, de que igualmente nos fala Luís Filipe Barreto. O primeiro ainda muito ligado à medievalidade por nexos de continuidade e em que os critérios de construção do conhecimento radicam ainda no simples empirismo. O segundo apresentando já, tanto no domínio científico, como antropológico, antecipações a construções intelectuais que se sistematizarão no século XVII, contando com os contributos de Descartes, e com as construções científicas de Galileu, no que se refere, não só às concepções cósmicas, mas também às bases - matemáticas e racionais - de construção do discurso científico.

Assim, se tivéssemos que optar, mediante o que foi dito, por qualquer uma das posturas assinaladas no início desta exposição acerca do real impacto desta “sabedoria dos descobrimentos”, de que só levantamos, afinal, uma pequena “ponta do véu”, talvez deveríamos optar pela posição cautelosa expressa por Luís Filipe Barreto, segundo a qual:

Haverá “...uma certa probabilidade a afirmar que uma parte, não certamente a dominante, da experiência renascentista pode ter algumas afinidades (...) com o nascimento da primeira revolução científica e filosófica expressa paradigmaticamente em Galileu e Descartes...”²⁷.

Em suma, do exposto o que pretendíamos sublinhar é a ideia, porventura polémica, de que não é líquida a associação entre ciência e desenvolvimento, à luz das leituras feitas, quer em torno das aquisições e práticas da ciência náutica portuguesa, quer dos contributos aduzidos pela sabedoria dos descobrimentos. A ausência de verdadeira científicidade e de critérios de construção do pensamento científico, aferidos à luz dos nossos actuais parâmetros avaliativos, não impedem a afirmação de factores de desenvolvimento de processos históricos que se vieram a revelar marcantes e estruturantes da construção europeia.

A par, e partindo das lições a extrair do exposto em torno dos contributos epistemológicos da sabedoria dos descobrimentos, creio que poderemos subscrever a ideia de que, se esta não contribuiu decisiva e linearmente para a construção da ciência moderna na sua formulação cartesiana, isto é, se não se revelou decisiva num processo de estruturação do pensamento científico europeu, tendo em conta pressupostos de racionalização e experimentalismo, fê-lo através de um processo de desconstrução de critérios de autoridade que se revelavam bloqueadores da revisão de teorias obsoletas, e impeditivos da formulação de novas bases de construção de

²⁷ BARRETO, [1985], pp. 69-70.

conhecimento. E fê-lo através de um processo cumulativo de fornecimento de conhecimentos e de informações, que se revelaram essenciais para as novas formulações científicas, ainda que aduzidos através de processos dominados por uma profunda empiria.

FONTES IMPRESSAS

CASTRO, D. João de, 1969 – *Tratado da Sphaera por Perguntas e Respostas ao modo de Diálogo* in “Obras Completas”, ed. A. Cortesão e Luís Albuquerque, Coimbra.

ORTA, Garcia da, [1987] – *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*, Edição em fac-simile da edição de 1891 dirigida e anotada pelo Conde de Ficalho, 2 vols., Lisboa, IN-CM.

PEREIRA, Duarte Pacheco, 1905 - *Esmeraldo de Situ Orbis*, Ed. A. E. Silva Dias, Lisboa, 1905.

PEREIRA, Duarte Pacheco, 1988 - *Esmeraldo de Situ Orbis*, Ed. Damião Peres, 3ª Ed., Lisboa, Academia Portuguesa de História.

Regimento do cosmógrafo-mor de 1592, publ. RIBEIRO, António Silva, 1994 - “Hidrografia nos descobrimentos portugueses”, Lisboa, Pub. Europa-América.

Regimento sobre a matricula da gente da navegação deste Reyno..., publ. COSTA, Leonor Freire, 1989 - “Os regimentos sobre a matrícula dos oficiais da navegação, da ribeira e bombardeiros de 1591 e 1626”. *Revista de História Económica e Social*, 25, Jan.-Abril. 1989, pp. 108-122.

BIBLIOGRAFIA CITADA

Actas do Seminário “A Ciência e os Descobrimientos”, 1996, Lisboa, JNICT.

ALBUQUERQUE, Luís de, [1987] – *As navegações e a sua projecção na ciência e na cultura*, Lisboa, Gradiva.

ALBUQUERQUE, Luís de, [1989] – *A náutica e a ciência em Portugal. Notas sobre as navegações*, Lisboa, Gradiva.

BARRETO, Luís Filipe, 1989 – *Os descobrimentos e a ordem do saber. Uma análise sócio-cultural*, 2ª ed., Lisboa, Gradiva.

BARRETO, Luís Filipe, [1985] – *Caminhos do saber no Renascimento Português. Estudos de História e Teoria da Cultura*, Lisboa, IN-CM.

BARRETO, Luís Filipe, 1983 – *Descobrimientos e Renascimento. Formas de ser e de pensar nos séculos XV e XVI*, 2ª ed., Lisboa, IN-CM.

BERNARDO, Luís Miguel, 2000 – *O Tratado da Sphaera de Thomas Bretono*. “Mare Liberum”, Lisboa, CNCDP, 18-19 (Dez.1999-Junho 2000), pp. 179-191.

- Ciência náutica e técnicas de navegação nos séculos XV e XVI*, 1988, [s.l.], Instituto Cultural de Macau – Centro de Estudos Marítimos de Macau.
- CORTESÃO, Jaime , 1930 – *L'expansion des portugais dans l'histoire de la civilisation*, Anvers.
- DIAS, J. S. da Silva, [1988] – *Os descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*, Lisboa, Presença.
- DOMINGUES, Francisco Contente, 2004 – *Horizontes mentais dos homens do mar no século XVI. A arte náutica portuguesa e a ciência moderna*. Separata de “Viagens e viajantes no Atlântico Quinhentista”, Lisboa, Ed. Colibri, p. 203-218.
- GARCIA, João Carlos, ALEGRIA, Maria Fernanda, 1995 – *Aspectos da evolução da cartografia portuguesa (séculos XV a XIX)* in “Os Mapas em Portugal”, coord. Maria Helena Dias, Lisboa, Ed. Cosmos.
- Gazeta de Matemática*, 2002, nº 143, Julho 2002 (Número Comemorativo do V Centenário do Nascimento de Pedro Nunes).
- HOLANDA, Sérgio Buarque da, 1959 – *Visão do paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*, Rio de Janeiro.
- MATOS, Rita Cortez de, 1999 – O Cosmógrafo-Mor: o ensino náutico em Portugal nos séculos XVI e XVII . “Oceanos”, Lisboa, CNCDP, nº 38 (Abril-Junho 1999), pp. 55-65.
- MOTA, A. Teixeira da, 1969 – *Os Regimentos do Cosmógrafo-Mor de 1559 e 1592 e as origens do ensino náutico em Portugal*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar (Série “Separatas”, nº 51).
- Pedro Nunes e Damião de Góis. Dois rostos do Humanismo Português. Actas de Colóquio no V Centenário do Nascimento*, coord. Aires A. Nascimento, 2002, Lisboa, Guimarães Editores.
- Pedro Nunes. 1502-1578. “Novas terras, novos mares e o que mays he: novo ceo e novas estrellas”*, 2002, Lisboa, BN, 2002.
- POLÓNIA, Amélia, 1995 – *Mestres e pilotos das carreiras ultramarinas (1596-1648). Subsídios para o seu estudo*. “Revista da Faculdade de Letras.História”, 2ª Sr., vol. XII, pp. 271-353.
- POLÓNIA, Amélia, 1999 – *Os náuticos das carreiras ultramarinas*. “Oceanos”, Lisboa, CNCDP, nº 38 (Abril-Junho 1999), pp. 128- 143.
- SÉRGIO, António, 1929 – *História de Portugal*, Barcelona-Buenos Aires.
- SILVA, Luciano Pereira da, 1946 – *A propósito das leituras do Infante in “Obras Completas”*, Lisboa , t. III, pp. 7 segts.
- VASCONCELOS, Frazão de, 1942 – *Pilotos das Navegações Portuguesas dos séculos XVI e XVII*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura.

Amândio Jorge Morais Barros*

“Saber fazer”: a circulação de informação entre comunidades marítimas no início dos Tempos Modernos

R E S U M O

Este estudo centra-se na questão da difusão de informação técnica entre finais da Idade Média e inícios da Época Moderna. Trata-se de uma primeira abordagem a um assunto de ponta na historiografia internacional, que implicará um projecto de investigação a longo termo.

Desde o século XIV que europeus dedicados ao comércio marítimo e à náutica circularam pelos portos do continente, observando, escrevendo sobre o que viam e comunicando aos seus conterrâneos aquilo que observaram nas suas deslocações. Tratava-se, no fundo, de apreender respostas dadas em diferentes quadrantes a problemas idênticos. Tratava-se de adquirir informação privilegiada que fosse um suporte válido para o êxito dos empreendimentos em que estes homens estavam envolvidos.

Este trabalho divide-se, grosso modo, em duas partes. Na primeira será destacado o tratamento da informação sobre os mercadores: o modo como aprenderam a organizar-se, a utilizar técnicas contabilísticas inovadoras e a dinamizar movimentos económicos fulcrais para a construção do mundo moderno. Na segunda parte será dado ênfase ao trabalho no estaleiro: à actuação de construtores navais, carpinteiros, calafates e cordoeiros, responsáveis pela construção de novos e modernos modelos de navios.

Por todo o estudo será enfatizada a circulação de gentes e de técnicas, o contacto, a difusão de informação, no fundo, a construção de uma cultura marítima.

1. Os estudos sobre a divulgação de informação e dos sistemas de comunicações entre as comunidades marítimas e mercantis de outrora, incluídos recentemente na agenda de alguns investigadores, são extremamente complexos. Implicam uma multiplicidade de abordagens e a necessidade de apreensão de conceitos diversos, tarefas apenas concretizáveis com o recurso a um trabalho profundo de análise comparativa de realidades diferentes. Em consequência, muito difícil de se realizar em profundidade no estado actual dos nossos conhecimentos. Ainda estamos longe de perceber os traços essenciais das sociedades marítimas: sua implantação geográfica, especificidade e elementos comuns relativamente a outros agregados afins, enquadramento de grupos que fazem fortuna com o mar e ocasionalmente andam “sobre o mar”, identificação de homens que enriquecem com o mar sem terem necessidade de o percorrer. Mais. Impõe-se com urgência o reconhecimento de elementos de ligação entre os espaços (económicos) marítimos – porque deles depende a concretização de uma relativa unidade. Logo, compreensão e avaliação

* Instituto de História Moderna – UP.

dos horizontes mentais de cada um destes agentes e projecção do seu dinamismo interventivo em diferentes ambientes e latitudes. Percepção, também, dos constrangimentos geográficos-ambientais que determinam a adopção de soluções organizacionais, inéditas ou adaptadas. Vivências. Intercâmbios de experiências a diferentes níveis, formas de cooperação e dependência, construção de um património integrado de saberes e práticas. De uma cultura marítima.

Estamos, assim, perante um tema complicado e abrangente. Para o qual é imprescindível definir um espaço e um tempo. O espaço que aqui se trata é o europeu. Quando muito, a Europa e uma pequena parte da sua actuação sobre os espaços ultramarinos que dominou. A opção é evidente e, espero, compreensível: os obstáculos enumerados amplificar-se-iam desmesuradamente se se pretendesse abarcar o mundo marítimo na sua globalidade. Europa, portanto, sem mais. Por sua vez, a cronologia não deixa de constituir outro problema. E dos mais difíceis, pois implica, igualmente, o conhecimento detalhado da evolução de cada espaço. E sabemos que variações e diferentes ritmos evolutivos ocorrem, inclusivamente, em áreas restritas, de carácter regional. E prosseguem, alternando e alterando situações e conjunturas que se reflectem na atribuição de estatutos e de importância – por exemplo, a portos, cidades costeiras ou regiões marítimas – ao longo dos tempos.

Em sentido lato pode-se afirmar que as condições indispensáveis para o “encontro”, para a síntese de conhecimentos teóricos e empíricos (com predomínio para estes últimos) só estiveram reunidas com a “abertura” das margens europeias ao comércio internacional. Mas, em que altura se deverá situar este processo? No final do século XIII quando o Estreito de Gibraltar deixou de representar uma barreira para a navegação cristã possibilitando o estabelecimento da primeira grande rota de trato a longa distância, unindo o Mediterrâneo aos mares do Norte através de um dilatado conjunto de escalas? No século XIV quando a “crise” que afectou generalizadamente o Velho Continente funcionou como um estímulo à criação de circuitos de negócio alargados e vibrantes e, consequentemente, a um contacto estreito e persistente entre nações marítimas e comerciais? Nos séculos XV e XVI quando as marinhas ibéricas, e agentes militares burocratas, homens de negócios estenderam o seu raio de acção a uma escala tão imensa quanto inédita, com todas as consequências que esse facto representou para a história da náutica, da navegação, e do mundo crucial?

Subjacente a estas interrogações está a questão dos meios técnicos utilizados para a concretização deste processo. Destas transformações. Em estudo já clássico, Miskimin sintetizou-a nestes termos: “A mudança não foi simplesmente uma nova consciência das dimensões mais amplas da Terra [...]. Tratava-se antes de uma nova permanência, de uma regularização de contactos e do desenvolvimento de uma tecnologia capaz de sustentar empresas geográficas e económicas mais amplas. O desenho naval progrediu rapidamente; utilizando ideias muito anteriores mas radicalmente originais na sua combinação, os construtores de barcos conseguiram produzir navios capazes de resistir às condições atmosféricas do Atlântico e de cobrir vastas distâncias intercontinentais”¹.

Mas não é só da evolução da arquitectura naval que aqui se pretende tratar. Por estas páginas observar-se-ão vivências, progressos técnicos, evolução de expedientes comerciais; numa palavra: comunicação.

¹ MISKIMIN, 1981 (1ª ed. 1977): 153.

2. Como é sabido, no final do século XIII foram dados os primeiros passos no sentido de se estabelecer uma grande rota de comércio internacional. Já há algum tempo que, nas palavras de Robert S. Lopez, “independentemente das suas tendências pessoais, as necessidades económicas tornaram o homem um ser social”². Baseada num esquema de forte cabotagem e estimulando a criação de uma dilatada rede de portos de comércio ao longo da faixa costeira (de tamanho e importância variáveis), que muitas vezes se projectaram, enriquecendo a oferta, em direcção aos territórios do *hinterland*, essa rota ligava os dinâmicos potentados marítimos do Norte de Itália aos não menos activos espaços mercantis da Europa Setentrional. Se até então o grande trato internacional europeu se fazia por terra, ao ritmo das principais feiras, dinamizadoras de correntes de tráfico e linhas de comunicação intensas, a partir de então o comércio marítimo torna-se dominante e aberto a um crescente número de agentes nele interessados e nele envolvidos. Pois se feiras como as de Champagne e Lyon, dois casos paradigmáticos, representavam um atractivo para inúmeros mercadores ambulantes, a verdade é que as vicissitudes das comunicações por terra significavam uma limitação de tomo para o incremento do trânsito. Por seu turno o mar, se bem que apresente também obstáculos, nem sempre atendidos pelos investigadores, permite uma circulação mais acessível. Não necessariamente mais rápida como tantas vezes se afirma, devido à especificidade deste comércio: o comércio de cabotagem é tudo menos rápido. As paragens assim o determinam; mas essas paragens são, por si mesmo, ocasião de múltiplas, interessantes e importantes transacções. Não necessariamente mais rápido, mas bastante mais atractivo. Para o mercador que arma um navio³ a viagem é ocasião de variadas e lucrativas operações que mais rapidamente amortizam o investimento inicial e possibilitam a acumulação de fortunas. Em resultado desta mobilidade e deste contacto aprendem-se e adoptam-se técnicas e modelos de intervenção implementados noutros espaços (em especial no Mediterrâneo) à “descobrem-se” soluções para minimizar o risco. Além disso, o transporte marítimo, para além de providenciar a movimentação de maiores quantidades de carga, apresenta um custo muito inferior àquele que era praticado pelos operadores terrestres⁴.

Se a grande rota europeia foi aberta por finais do século XIII, será em meados da centúria seguinte que se dará o grande passo no sentido da sua consolidação. A “crise” de Trezentos, que novas correntes historiográficas interpretam como uma adaptação a novas conjunturas e apresentou um desafio para a modernização da vida económica europeia, trouxe consigo profundas alterações na estruturação dos mercados. E no transporte internacional. Em linhas gerais assisteu-se a uma espécie de “decadência” ou, pelo menos, atenuação, do tráfico de cereais e a um notório ajustamento desse mesmo transporte marítimo em ordem a responder cabalmente a uma procura mais diversificada e elástica. Uma procura que, como atesta David Igual, atribuía maior primazia a produtos como os panos, peles e outras manufacturas, gado e produtos lácteos, bem como “vitualhas de grande qualidade como os vinhos e o azeite”⁵.

² LOPEZ, 1980 (1ª ed. 1976): 55.

³ E não vou referir-me aqui à apregoada mudança radical na condição do mercador, que passa a ser um personagem essencialmente sedentário, ao contrário do que antes acontecia, em grande medida como consequência deste processo.

⁴ O custo de transporte é uma das questões básicas deste tema. Infelizmente, para o caso português não dispomos de elementos sequer mínimos para os avaliar neste período (e, mesmo, em períodos subsequentes).

⁵ IGUAL LUIS, 2000: 455.

Permita-se que particularize aqui o caso da cidade do Porto, essencial para a compreensão de algumas matérias a tratar neste estudo e observatório a partir do qual dirigirei a minha exposição. Esta cidade deve muito da sua prosperidade ao jeito como conseguiu tirar partido deste quadro beneficiando das qualidades produtivas da região em que se integra, principal fornecedora deste tipo de mercadorias⁶.

O quadro descrito, na sua origem criado pela articulação e desenvolvimento de negócios concretizados entre os populosos centros norte-italianos e as cidades norte-europeias, foi determinante na definição de uma nova conjuntura. Além do mais, a busca da diversidade anuncia decisivas alterações no crescimento e composição das trocas a longa distância cuja estruturação se manterá, embora com a introdução de importantes e decisivos factores, entre 1450 e 1750⁷. Mas como se vê, desde o século XIV que as coisas tomam nova feição, mais evoluída, mais moderna, sentida a todos os níveis: ao pequeno mercado, à reunião semanal de mercadores que se assumia como “centro de transacções dirigidas ao consumo imediato”⁸, acresce a grande praça e feira mais dilatadas no tempo, localizadas em pontos estratégicos ou, como já se notou, em portos estratégicos, acessíveis a mercadores que actuam a grande distância, muitas vezes por intermédio de feitores ou agentes mandatados. Os portos, fluviais e marítimos, fazem-se praças comerciais e, quando bem sucedidos, centros financeiros. Pontos de encontro, eixos essenciais do trato, nos quais se permutam mercadorias de valor incomensuravelmente superior do que até então⁹. Penso que é na síntese desses dois formatos, a saber: o mercado local e a praça internacional, que passam a ser indissociáveis e, simultaneamente, imprescindíveis ao consumidor, que entrevemos a constituição de um sistema organizado, coerente, característico dos últimos tempos medievais e alvares dos tempos modernos, com ritmos, pautas e índices de consumo e circulação de gentes e bens que o tornam efectivo e notado. Que o tornam foco de inovação e espaço de encontro de costumes e culturas.

Os mercadores do Porto estão bem informados. Aliás, parece que o estiveram desde sempre. No seu giro pela Península Italiana e ilhas adjacentes, pela Bretanha, Inglaterra e Flandres, souberam avaliar os mercados e retirar proveito deles integrando-se nos emergentes esquemas comerciais. A Península Ibérica, zona de “convergência de oportunidades”, como a define David Igual, o vale do Douro – que me permito aqui definir como se estendendo desde a cidade do Porto até ao eixo Burgos-Medina del Campo – despontaram como os espaços dinâmicos e interventivos no processo de desenvolvimento económico graças às potencialidades produtivas, demográficas, comerciais e logísticas (entenda-se: uma excelente rede de portos) accionadas vigorosamente desde meados de Trezentos¹⁰. Trata-se de mais-valias que permitiram, entre outros, aos homens de negócios portuenses a rápida acumulação de fortunas e, em consequência, a

⁶ Embora os cereais, da Beira, Trás-os-Montes e estrangeiro, continuem a deter um papel de grande destaque no esquema comercial marítimo desenvolvido.

⁷ Sobre este assunto e as diferentes facetas tomadas pelo comércio internacional ver TRACY, 1991: 1 e seguintes, bem como os diferentes artigos deste livro, de alguns dos quais me socorrerei.

⁸ E que, evidentemente, não cessa de existir e cumprir uma função relevante para a economia das regiões.

⁹ B. YUN, 1987, cit. por IGUAL LUIS, 2000: 455.

¹⁰ Já há algum tempo que procuro chamar a atenção para esta realidade, que me apraz ver confirmada por estudos realizados no país vizinho, nomeadamente por Hilario Casado Alonso.

ascensão ao poder político no burgo. Eis uma cidade costeira na qual assoma um grupo mercantil forte que usa o poder económico que adquire no trato para subir na hierarquia política local. E que graças ao seu dinamismo e resultados obtidos consegue elevar o estatuto da cidade no conjunto urbano do reino no qual, até então, ocupava um modesto lugar. Nas palavras já há muito consagradas de Jaime Cortesão, desenvolvendo-se e constituindo-se como uma “república urbana”¹¹. Um grupo elitista, poderoso, que de imediato percebe que a integração nas linhas de comércio internacionais e a articulação da economia local nesse mesmo trato e na resposta à procura externa, depende muito da ligação dominadora ao espaço produtivo do seu *hinterland*, aquele que lhe fornece as mercadorias que os novos consumidores europeus desejam¹². E procede em conformidade. Usando influências na corte e jogando os trunfos que tem em momentos oportunos (por exemplo, no tempo de D. Fernando e durante o interregno dinástico de 1383-1385) vê reconhecido pelo rei o alargamento do território sob sua jurisdição e canalizar para o seu porto tudo aquilo que necessita para carregar os seus navios. A integração do *hinterland* dará origem a outros canais de comunicação. Mais fáceis de concretizar pela proximidade, por eles circulam informações acerca das potencialidades dos territórios e do estado das culturas e produções de interesse mercantil. Procura-se precaver o interesse público, por exemplo quando a Câmara envia agentes pela terra a avaliar a produção de cereais na antevisão de dificuldades de abastecimento e busca de alternativas, e o interesse privado quando os mercadores procedem da mesma maneira, em seu proveito, procurando antecipar negócios lucrativos com vinhos, sumagres, couros, dentro e fora do reino.

Informação privilegiada, já se vê. Na posse destes dados é possível fazer previsões sobre preços, especular-se a partir do conhecimento das necessidades dos mercados e decidir ritmos de trânsito de mercadorias. Dominar-se o mercado. A cidade, no seu conjunto, na sua estruturação social e logística é, como dizia Braudel, feita de movimentos; de movimentos que detém em seu proveito e depois relança¹³.

Estes processos, que terão conhecido um pioneiro desenvolvimento nas cidades italianas, serão aprofundados futuramente. E numa perspectiva mais moderna. De verdadeira economia de mercado. De efectiva economia integrada, estruturada, que tem em conta movimentos e procura internacionais. De uma economia indelevelmente marcada pela formação e proliferação de poderosas redes mercantis que anunciam empresas modernas, dinâmicas. A começar pela escrituração dos actos, pela divulgação de técnicas contabilísticas e pela importância das cartas comerciais. Isso será visível com maior nitidez na segunda metade do século XVI, sobretudo depois de passada a fugaz euforia da Rota do Cabo, e os circuitos económicos fundamentais se passarem a centrar no sistema atlântico em formação.

¹¹ Consagradas e, evidentemente, já muito matizadas. Porém, uma ideia parece manter-se actual: o poderio alcançado pela elite mercantil portuense marcou profundamente a cidade e, em grande medida, determinado pela evolução da estrutura imperial do reino a partir dos anos finais da Idade Média (provavelmente antes), tornou possível que a cidade percorresse um caminho de certa forma autónomo e algo distanciado, em termos macroeconómicos, relativamente às políticas centrais.

¹² Esta situação enquadra o pensamento de Roberto Lopez, segundo o qual “a ascensão de alguns portos não teria qualquer efeito revolucionário se o interior do país não tivesse respondido”; LOPEZ, 1980: 77.

¹³ BRAUDEL, I, 1983 (1ª ed. 1966): 352.

3. Entre os vários factores que se destacam na construção deste novo tempo económico, a informação, a notícia, alcança o estatuto de mercadoria de luxo. Notícia que, como o mesmo Braudel considerava, valia o seu peso em ouro¹⁴.

A importância de estar bem documentado, assevera Hilario Casado, era “fundamental para o bom governo das empresas mercantis e financeiras desde a Idade Média. O correio mercantil [...] adquire o seu máximo desenvolvimento a partir do século XV quando a expansão do comércio e a abertura de novos mercados internacionais tornam necessário dispor de uma boa e abundante informação para gerir de modo eficaz os negócios. Assim, a posse e coordenação da informação passa a fazer parte da prática quotidiana das empresas, [...] sendo o correio o método empregado, por excelência”¹⁵.

Estar convenientemente informado passa a ser, portanto, apanágio dos agentes mercantis dos séculos XV e XVI¹⁶. O mercador, o homem de negócios, como os técnicos especializados, movem-se, observam experiências, obtêm soluções que lhes parecem vantajosas para o desenvolvimento da sua actividade. Volto a recorrer ao exemplo das empresas portuenses, aliás muito bem relacionadas com as companhias castelhanas que inspiraram o raciocínio que acabei de citar. Por aqui repetem-se esquemas organizacionais conhecidos noutras paragens: empresas de carácter familiar com enorme poder interventivo, dispersão de investimentos por várias sociedades (acentuando, com isso, o complexo de redes), definição estratégica do âmbito de actuação (que, diga-se, é vasto) e, no caso de associações de oportunidade com outros mercadores, acautelando interesses com investimentos de curto prazo que, no entanto, renovam com frequência¹⁷. Mas centremos a nossa atenção nas principais firmas. Basta observar o seu espaço geográfico de actuação para percebermos o valor atribuído ao correio e à correspondência comercial.

Este esboço sintético contempla algumas praças e regiões onde estão presentes representantes das companhias de Miguel Fernandes e da família Vitória na segunda metade de Quinhentos. São cristãos-novos; incluem-se no grupo mais poderoso e evoluído do tempo; foram eles que colocaram, verdadeiramente, a cidade do Porto no mapa dos roteiros comerciais internacionais. Não houve aqui preocupação de exaustividade, que dificultaria a leitura do esquema. Porém, deve advertir-se que, em França, esses negócios se estendiam a outros locais como La Rochelle, Le Havre, Rouen e Paris, entre outros, e que desde os últimos anos do século e inícios da centúria seguinte, o Mediterrâneo se encontra presente em muitos contratos (especialmente no

¹⁴ BRAUDEL, I, 1983: 412 e seguintes.

¹⁵ CASADO ALONSO, 2005. Estudo inédito a publicar em livro de homenagem a Fernand Braudel. Agradeço a Hilario Casado a possibilidade de me ter autorizado a consulta deste texto, do qual me servirei abundantemente nesta parte do trabalho. Remeto também para ele a consulta da abundante bibliografia indicada sobre o tema.

¹⁶ Inclusive antes destas cronologias. Por exemplo, em espaços há muito acostumados ao trato internacional e à riqueza dos bens em circulação. Como era apanágio do Mediterrâneo alti-medieval, cujos portos eram percorridos e frequentados com assiduidade por mercadores e agentes que colhiam informações acerca da prática comercial e os costumes de cada estância, que plasmavam em manuais de comércio e correspondência mercantil, nesta altura provavelmente guardados ciosamente pois era de informações privilegiadas que se tratava. Conhecem-se alguns destes manuais, da autoria de italianos e levantinos, preciosidades que já foram objecto de alguns estudos, que importa retomar, como o já citado de Robert S. Lopez e, também de alguns artigos de MELIS, 1984: 179-223.

¹⁷ Como disse, trata-se de esquemas conhecidos noutros espaços europeus e, mesmo, noutros âmbitos sócio-profissionais. Sobre este assunto, ver IGUAL LUIS, 2000: 471, especialmente nota 47.

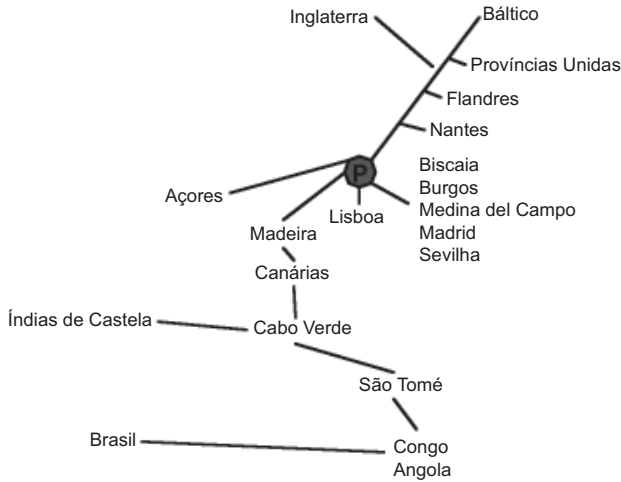


Ilustração 1
Negócios de sociedades comerciais portuguesas (2ª metade do século XVI)

caso dos Vitória), sendo o activo porto-franco de Livorno o mais citado. Refira-se, também, que se trata de estruturas de dimensão e natureza completamente diferentes das suas congéneres do século XV¹⁸. Com elas pode-se falar, com propriedade, em empresas. De negócio moderno. De estratégia comercial. De activos, capital de risco e especulação.

Esta “dispersão coerente” implica circulação. De gentes e de informação. Claro, de produtos. Que se faz fundamentalmente por mar mas que se complementa com contínuas deslocações terrestres e fluviais, nos casos em que isso é possível: entre Bilbau, Madrid e Sevilha, entre Le Havre-Rouen e Paris, entre Livorno e Génova, entre a decadente, embora ainda activa, Antuérpia e a florescente Amesterdão. Participando e actuando neste complexo, o Porto. Onde se encontram as “sedes” das companhias, onde se concentra a notícia, de onde se coordenam as operações. Um caso: Diogo Pereira, destacado elemento do elenco mercantil do burgo, contratador real dos galeões do Ouro, cunhado de Domingos Lopes Vitória, viaja com surpreendente rapidez entre San Sebastian, Bilbau e a corte de Madrid, contratando com mestres de navios e negociantes envios de armamento, ferro, bacalhau, papel e capitais para o Porto e, em sentido contrário, promovendo o movimento de mercadorias da cidade – especialmente, açúcar, pastel e vinhos – rumo aos centros nevrálgicos do comércio europeu. No decurso da sua prática comercial arrola um conjunto alargado de agentes e entidades que para ele trabalham ou lhe facilitam a actividade: mestres de embarcações, mercadores, armazenistas, prestamistas, seguradores, banqueiros e oficiais

¹⁸ Este é um assunto que não cabe aqui desenvolver: o do antagonismo entre cristãos-novos e velhos mercadores. De qualquer modo é importante perceber que estamos perante uma nova elite mercantil que surgiu na cidade no século XVI e triunfou com a participação no comércio atlântico que, em grande parte, ajudou a construir. Organiza-se em empresas que, inclusivamente, deparam com alguma oposição por parte da velha aristocracia mercantil a qual, embora perdendo a supremacia que detinha em termos comerciais, continuava a deter o poder político. Novos tempos, novas realidades.

do aparelho burocrático-estatal¹⁹. Infelizmente não temos registo da correspondência trocada entre os diferentes quadros hierárquicos da empresa. Mas, indicações dispersas encontradas nos contratos e na documentação camarária onde eles são mencionados²⁰ deixam-nos adivinhar a quantidade, qualidade e importância da circulação de mensagens entre os sócios. Atente-se num exemplo. Em 8 de Abril de 1597 a zavra biscainha *Santana* encontrava-se no lazareto do Porto. Estava em quarentena há algum tempo e trazia mercadorias (ferro, bacalhau, papel, têxteis, etc.) remetidas por Diogo Pereira para o cunhado. Acompanhando as fazendas vinham duas cartas e “hua aberta”. Deveriam vir mais. E para mais mercadores. Entretanto, as autoridades sanitárias colocaram demasiados obstáculos à descarga do navio, inviabilizando-a; de tal forma que o mestre preferiu zarpar para Pontevedra, a permanecer aqui por mais tempo²¹. Seja como for, antes da partida os guardas-mores quiseram saber das cartas; em resposta foi-lhes dito pelo citado mestre “que ele não dera cartas ainda a nenhuma pessoa desta cidade”. Quanto às que trazia para Domingos L. Vitória foi-lhe ordenado que as “botasse à água”, o que se cumpriu. As notícias teriam que esperar²².

São entraves deste género, agravados pelas perseguições político-económico-religiosas movidas sob a capa ameaçadora da Inquisição que forçarão a partida destes mercadores, massiva durante o século XVII. E onde se instalam revelam toda a sua capacidade de organização informada: em Bordéus, em Londres e, principalmente, em Amesterdão. Em Amesterdão onde encontram condições favoráveis para se realizarem. Num célebre livro sobre a República Holandesa, Jonathan Israel afirma que no século e meio que transcorre entre 1590 e 1750, a cidade tornou-se “o armazém central, não só para guardar mercadorias de todo o género provenientes de toda a parte do mundo, mas também o local onde se concentrava informação acerca delas, técnicas de armazenagem e distribuição e modos de as negociar eficazmente”²³. Isso deveu-se, em grande escala, à presença destes “expatriados”, os principais responsáveis pela introdução dos “ricos tratos”²⁴ e os detentores das técnicas mais avançadas. Porque, por muito que se queira afirmar que continuou a haver entraves e preconceitos, que certamente existiram, a verdade é que os holandeses atempadamente perceberam que quanto mais estrangeiros tivessem em seu redor maior fortuna e maiores condições de fortuna se criavam.

A produção de correspondência comercial começa a marcar a Europa deste tempo. Estudos de autores como Valentín Vazquez de Prada, Henry Lapeyre ou Gentil da Silva revelam toda o alcance das novas empresas e, mormente, de uma firma como a de Simão Ruiz cujo arquivo

¹⁹ Entre outros. Sabe-se que os frades franciscanos da Gran Canária (assim como todo o aparelho alfandegário e burocrático desta importante ilha) estavam “na folha de pagamentos” desta firma desde os primeiros anos do século XVII. Talvez antes. CARRASCO VÁZQUEZ, 2001: 609-626; ANAYA HERNÁNDEZ, 2001: 587-607; GÓMEZ VOZMEDIANO, 2001: 455-477.

²⁰ Nem sempre pelos melhores motivos. Ou por outra: pelos motivos que esperaríamos no mundo da economia e da finança. Sobre os Vitória, por exemplo, sucedem-se as acusações de contrabando e tentativa de monopólio de mercados.

²¹ De Pontevedra seria relativamente fácil enviar as mercadorias para o Porto. Aliás, a companhia em causa tinha aí correspondentes.

²² Recorde-se que o papel era, juntamente com os panos, das mercadorias mais temidas pelas autoridades sanitárias. Portanto, as cartas devem ter-se mesmo perdido.

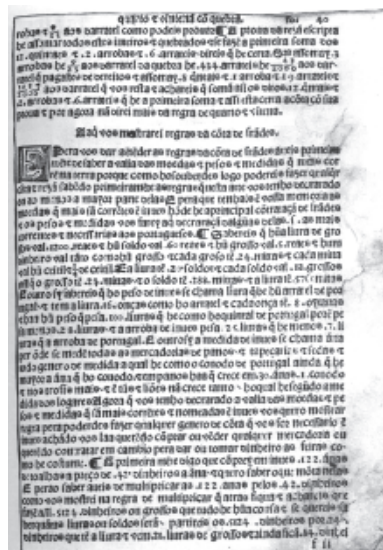
²³ ISRAEL, 1998 (1ª ed. 1995): 2.

²⁴ ISRAEL, 1998: 344 e ss.

guarda 54 378 cartas recebidas e 2 343 cartas enviadas²⁵. Simão Ruiz, o Rico, com negócios e transacções em toda a Europa. Porto incluído. Para Simão Vaz, um dos mais abastados mercadores da cidade no último quartel do século XVI, negociante de açúcar, escravos e pastel e activo banqueiro, interessante parceiro de negócios no reino português, foram expedidas várias dezenas de missivas.

Para os Vitoria, Rodrigues de Évora, Ruiz, Vaz, Maluenda, Bernuy, do Porto, de Lisboa ou de Burgos, bem como para muitas outras redes, por toda a parte onde há negócio, a correspondência vale muito. Informação é poder. Para o estadista como para o negociante. Tê-la rapidamente, em quantidade e em qualidade, pode representar a diferença entre o sucesso e o fracasso dos projectos em curso; entre a prosperidade e a falência da empresa.

Após meses, anos, gerações de envolvimento no giro internacional, descobrem-se os truques do ofício. Nas praças, nos mercados, nos consulados, nas bolsas, nas tabernas. No rebuliço dos portos, na excitação das transacções especulativas. No contacto com gentes. Se “o segredo é a alma do negócio”, por outro lado o tempo é de constituição de um “saber fazer” técnico universal. Por isso não admira que alguns sintam a necessidade de divulgar as técnicas que aprenderam e dominavam, de as dar a conhecer aos seus conterrâneos e parceiros, facilitando o seu trabalho. Familiarizado com o negócio das principais praças europeias – e, de certa forma, manifestando o espírito prático do Renascimento tornando públicos e úteis os seus conhecimentos – Bento Fernandes, comerciante e banqueiro do Porto escreveu e publicou, em letra de forma, um célebre tratado de Aritmética, que continha “muitas regras e sutilezas e perguntas de todo o género de conta e rezam”, no qual a da “conta de Flandres” e a “contratação com essas partes” sobressaem como capítulos centrais²⁶. É a divulgação do saber no seu melhor.



Gravura 1

“Regras da conta de Frandes”, 1555

²⁵ Para além de 19 065 letras de câmbio e 165 livros de contabilidade. Informação recolhida em CASADO ALONSO, 2005, 15.

²⁶ FERNANDES, 1555. Guardado na Biblioteca Pública Municipal do Porto.

Quanto à velocidade da difusão da informação. Ela pode ser aferida pelas datas inscritas nas cartas, quando as temos²⁷, ou calculada a partir do tempo estimado para cumprir os trajectos marítimos conhecidos. Vejamos alguns dados do século XVI. De Midelburgo ao Porto, com paragem em Inglaterra e na Galiza, pelo menos²⁸, demorava-se seis semanas²⁹. Em mês e meio o navio de Domingos Eanes, o Galego, foi a Navia, Astúrias, e retornou à cidade, depois de ter feito uma série de escalas em portos da Galiza e Astúrias³⁰. Uma viagem entre a Biscaia e o Porto demorava uma semana ou pouco mais, dependendo dos ventos e das paragens cumpridas. Em sete dias, o navio de Jehan de Baleague, no qual viajava Manuel Tavares, do Porto, per fez a viagem entre Bordéus e o Porto para entregar um carregamento de pólvora³¹. Em Novembro de 1597 a urca *Fortuna* demorou 15 dias a completar a viagem entre Hamburgo e o Porto, carregada com cereais, têxteis e bacalhau, enquanto a urca *Falcão* demorou apenas mais cinco dias, procedente de Emden³². Finalmente, e para não alongar esta lista, pela mesma ocasião, a urca *Falcão Branco* cumpriu a rota entre Roterdão e o Porto em 16 dias³³. Trata-se, portanto, de intervalos que tornam razoável afirmar que as mensagens chegavam ao seu destino com relativa rapidez dentro do espaço europeu. Claro que o mesmo não se pode afirmar relativamente às epístolas enviadas para o ultramar (e às que daí vinham) pois estas jornadas estendiam-se por muitos meses ou, mesmo, alguns anos.

Prazos razoáveis, portanto, numa altura em que os meios de comunicação eram ainda, como se sabe, bastante débeis. O que só demonstra a capacidade de iniciativa destes homens e que a sua organização, em rede, lhes possibilitava contrariar os estorvos que se lhes deparavam.

Expedientes mercantis, difusão da informação marítima e comercial e uso que se lhe dá. Estabelecer espaços de actuação. Compreender o mercado. Prepara-se assim uma nova abordagem à realidade económica internacional. Reticular, no entender de David J. Hancock que, a propósito da evolução do vinho da Madeira, completa o quadro com ideias fundamentais como a capacidade de auto-organização dos mercadores, portanto fora dos tradicionais esquemas imperiais, o “diálogo” com os produtores, a capacidade de distribuição dos vinhos e a avaliação dos níveis de consumo e sua evolução. Ideias que devem ser encaradas como “programáticas” no desenvolvimento da “nova história do Atlântico”³⁴.

Ainda no que à Europa diz respeito, e no caso de missivas urgentes, especialmente quando tinham de vir por terra, o recurso aos “troteiros”, às estafetas e às mudas de cavalos tornavam a circulação mais expedita. Cidades, mercadores e serviços régios acautelaram estes expedientes.

²⁷ É o caso do arquivo Ruiz. A Fundação Museo de las Ferias de Medina del Campo financia, actualmente, diversos projectos de organização deste imenso cartório, fundamental para o conhecimento da evolução dos correios. Os primeiros dados sistematizados já permitiram perceber que se prepara uma verdadeira revolução neste âmbito.

²⁸ E sem sabermos quanto tempo dispendido em cada uma delas.

²⁹ Trata-se de um lapso de tempo relativamente longo. Porém, o mestre que efectuou esta viagem não especifica o tempo perdido nas escalas que efectuou. AHMP – *Livro de visitas de saúde de 1577*, fl. 54v.

³⁰ Idem, fl. 69v.

³¹ AHMP – *Livros de visitas de saúde de 1599*, fl. 79.

³² AHMP – *Livro de visitas de saúde de 1597*, fls. 24v e 24.

³³ Idem, fl. 25.

³⁴ HANCOCK, 2003: 649-672. Ver também MOLHO; CURTO, 2003: 569-579 e os artigos incluídos nesta obra.

Tratava-se de recursos que as urbes portuárias necessariamente usavam, causa e consequência da sua prosperidade e indispensáveis para a sua manutenção. Olhemos para alguns exemplos quatrocentistas da utilidade destes correios:

- Na sessão camarária de 8 de Julho de 1443 perante “gram parte domeens boons E mercadores” foi decidido “que por quanto lhes era dito que allgumas naaos degaliza E doutras partes andauom darmada E tragiam aquj em esta çydade allgumas emcullquas della que lhe leuauom nouas das naaos que aquj caregauom E acordarom que screuesem ao Senhor Regente e ao Senhor duque a maneira que acerca desto terriam que mandasem lloga la senhos homeens a cada parte e mandarom seis”³⁵.

- Em 1448 as notícias chegaram da Flandres. Na reunião de 20 de Novembro, “foy liuda huma carta que os estantes em bruJes em uiaraom aa dicta Çidade de como çerteficauam as naaos pinta E a naao de prado serem tomadas dos Ingresses e mortos çertos homeens e outros mujto feridos a qual carta **foy tragida per huum troteiro que eles enuiarom por terra**”³⁶.

- Para se precaverem de corsários ou para entabularem relações comerciais – o documento não é claro quanto aos motivos – no ano fiscal de 1450-1451 regista-se nos *Livros do Cofre* da cidade o seguinte pagamento: “Deu a João Martinz çapateiro por hir a Viana e a Bayona por rezam dos franceses, cento e cinquenta reaes”³⁷.

- Finalmente, em Julho de 1469 apresentou-se na Câmara um correio urgente dando conta de que corsários franceses se preparavam para interceptar os navios do Porto que, nessa altura, retornavam da Irlanda. Graças a essa notícia, e à rapidez com que ela chegou, foi possível requisitar, equipar e armar uma caravela que lhes foi dar protecção e ainda teve tempo para capturar duas pinaças e um barinel adversários³⁸.

Como foi referido, também os estados e poderes políticos, assim como as cidades e vilas mais importantes, recorriam aos mesmos expedientes. Percorrendo a documentação deparamos com inúmeros casos do envio de emissários a saber novidades. Principalmente no âmbito da prevenção sanitária, quando é preciso ver as bandeiras e saber que localidades se encontram “impedidas”. Mas também quando é preciso comunicar algo mais transcendente. Foi desta forma que no dia 24 de Setembro de 1598, “por hum cavaleiro que dise vir aas vinte legoas”, a cidade do Porto recebeu a notícia do falecimento de Filipe II, dando-se, desde logo, início a importantes manifestações “de luto e dó”³⁹.

Por outro lado, no campo da acumulação de saberes técnicos, a inovação provém, essencialmente, do sector mercantil. É uma das melhores provas disto encontra-se na questão dos seguros marítimos. Própria da evolução do comércio antes descrita; em relação directa com a globalização desse mesmo comércio e, acima de tudo, da concorrência e da rivalidade. Factores

³⁵ FERREIRA, s/d: 302.

³⁶ FERREIRA, s/d: 374.

³⁷ AHMP – *Livro 1 do Cofre da Cidade*, fl. 69.

³⁸ Ou não. O caso motivou reuniões até Setembro, nas quais se exigiu fiança aos homens da caravela pois temia-se que a operação de salvamento tivesse redundado numa acção de pirataria sobre navios pesqueiros franceses. Acerca deste assunto ver BARROS, 2000: 11-27.

³⁹ AHMP – *Vereações*, liv. 34, fl. 147.

que conduzem à necessidade consciente, da parte dos mercadores, de minorar os riscos – fazendo isso quer nas formas organizativas das parcerias de exploração colectiva de navios, bem como na dispersão de investimentos em várias embarcações (no caso das importações de bens, sobretudo ultramarinos), práticas amplamente divulgadas e utilizadas, quer ainda na usança crescente dos serviços de corretagem seguradora. Facto este que implica uma familiaridade com centros especializados nessa actividade. Beneficiando de um saber desenvolvido noutras latitudes; no Norte de Espanha, por exemplo (quando chegaram a Lisboa, depois de 1580, os castelhanos surpreenderam-se com o grau de atraso, nesta matéria, numa cidade que vivia do trato marítimo), em particular na florescente praça de Burgos. Para ela acorriam, em vésperas de viagens e empreendimentos, em perfeita articulação entre mercadores e feitores, agentes mercantis que tinham à disposição homens dispostos a fornecer esses serviços mediante o pagamento de taxas definidas consoante a carga, a rota e os riscos calculados. Interdependência, pois então: entre o mestre do navio, o mercador e o corretor. Entre trabalho e capital de risco⁴⁰.

Deste modo, os mercadores posicionam-se na vanguarda de um processo de inovação que arranca nos alvares dos tempos modernos. A acumulação de conhecimentos e a partilha de um saber cada vez mais universal explicam a facilidade com que se movimentam e, ao mesmo tempo, a sua integração, ao que parece sem problemas de maior, nos esquemas negociais das Províncias Unidas, que ajudaram a dinamizar, quando este verdadeiro capital de conhecimentos foi desbaratado por Portugal, na sequência do êxodo provocado pelas perseguições inquisitoriais das primeiras décadas do século XVII.

4. Em conclusão a esta primeira parte, mais voltada para os temas comerciais, podemos dizer que a circulação da correspondência vai de paralelo com o desenvolvimento do comércio à distância e com a formação de redes mercantis que o dominam. Mas numa dupla vertente: conjugando a informação sobre os mercados locais, dos diferentes *hinterlands*, com a que se obtinha além-fronteiras. Além disso, o mar e o poder marítimo constituem realidades e meios de afirmação de que os estados se começam a aperceber a partir deste tempo. A exploração dos mares e a consolidação de centros costeiros abertos ao comércio representaram factos capitais na história da Europa: tornaram-na, definitivamente, mais “equilibrada”, mais estruturada. Às grandes cidades “continentais” que nasceram e prosperaram com as velhas feiras medievais contrapõem-se os centros marítimos implicados no processo de expansão marítima. E não se entenda aqui contraposição como oposição. Antes como paralelismo e, mais do que isso, complementaridade. Aproveitando algumas ideias que Richard Harding expressa para cronologias posteriores e para o caso específico da guerra marítima, é ao longo dos portos europeus e no seio das comunidades marítimas, desde a Baixa Idade Média, que se geram os recursos necessários e se talham os meios que conduzem à evolução para a Época Moderna: marinheiros experimentados, navegadores, construtores de navios, uma variedade de artesãos que trabalham o ferro, o cordame,

⁴⁰ Hilario Casado concluiu recentemente o levantamento de todas as apólices de seguros burgalesas e tem publicado trabalhos parciais sobre o tema. Neste momento prepara um livro sobre o mesmo, que trará, certamente, importantes revelações acerca das dinâmicas do comércio internacional no início da Época Moderna; ver um primeiro avanço em CASADO ALONSO, 2003.

as velas e as madeiras; que se organizam portos e estaleiros e se asseguram linhas de abastecimento de materiais pesados e géneros de longa duração – como o biscoito e as carnes salgadas – indispensáveis para manter as marinhas em funcionamento⁴¹. Sejam elas de guerra ou de comércio. E estes factos remetem-nos para a segunda parte deste estudo: o aperfeiçoamento e divulgação do saber técnico. O que nos encaminha para o mundo do trabalho. Para aquilo que se passava nos navios e nos estaleiros.

5. O “saber fazer”⁴², a indagação dos processos e transmissão de conhecimentos que a ele conduzem, foi tema geralmente menosprezado pela investigação histórica. O mundo do trabalho apenas preocupou os historiadores quanto a alguns sistemas organizativos – nomeadamente o seu cariz corporativo – e a grande excepção consistia nos estudos de História de Arte, centrados na pintura e suas manifestações. Ultimamente, porém, vem-se registando um renovado interesse nessa matéria. Os livros que citei, reunindo artigos de investigadores da área mediterrânica, abrangem um leque mais alargado de assuntos entre os quais se atribuí um interessante relevo à transmissão de saberes⁴³.

Com o trabalho, continuamos a mover-nos em terrenos pouco seguros e complexos. Se para as elites comerciais os alicerces informativos são algo escassos, para as classes trabalhadores ainda são menos. Com níveis de alfabetização usualmente baixos, ainda muito mal avaliados, ocupando uma posição inferior no escalonamento social e preenchendo funções que, em último caso, resultavam de uma prática laboral que dispensava grandes atenções documentais, os artesãos e a generalidade dos produtores quase só nos são exibidos de forma indirecta. Embora a sua existência e o seu trabalho significassem o alicerce fundamental da sociedade do Antigo Regime. Estes condicionalismos, de certo modo, estão na base do facto de que este universo, como afirmei a abrir este capítulo, quase nada tenha interessado aos investigadores. Se houve algum avanço nos estudos sobre os aspectos económico-financeiros da actividade de mesteiros, artesãos e trabalhadores indiferenciados e, também, sobre a organização do trabalho, a atenção sobre os sujeitos produtores foi sensivelmente nula. Trata-se de limitações que, evidentemente, se estendem ao mundo naval e a todo o conjunto de grupos profissionais a ele ligados, desde os agentes marítimos propriamente dito aos artesãos que a ele são atraídos.

Há ideias essenciais a reter. Uma delas será recorrente nesta última parte da exposição: tem a ver com a citada evolução dos níveis de alfabetização. Outra, com ela relacionada, respeita à

⁴¹ HARDING, 1999: 13. É nesta altura que se começa a tomar consciência de que os grandes conflitos bélicos se decidem com o domínio dos mares.

⁴² Parafrazeando um livro recente, do qual me servirei. *Saper Fare... s/d* [2004]. No segundo volume desta colectânea (*Pratiche e Linguaggi...*, 2005) encontram-se estudos essenciais para a compreensão global desta problemática tocando assuntos tão importantes como o revestimento dos navios (da autoria de Max Guéroult), práticas de construção setecentista nos estaleiros da república genovesa (Paolo Giacomone Piana), processos de fundição de canhões na Península Italiana entre os séculos XV e XVI (Manlio Calegari), entre outros.

⁴³ Para o presente estudo, além das temáticas enunciadas na nota anterior, colhem-se importantes contributos em CALEGARI, 2004: 9-33 e, especialmente, GATTI, 2004: 51-84. Ver também AGUILAR HERRANDO, 1996: 235-262 (os restantes artigos incluídos nesta obra também fornecem indicações importantes sobre a mesma temática). No caso português destaque-se a obra coordenada por MADUREIRA, 2001-2002; o estudo de DOMINGUES, 1996: 203-218; e o trabalho de POLÓNIA, 1999: 113-128.

ligação entre teoria e prática. A que nível uma interferiu com a outra? Continuando a encadear ideias e a “pensar alto”, de que modo circulava a informação entre as comunidades marítimas na sua globalidade (isto é, incluindo mareantes, construtores navais, carpinteiros, calafates, cordoeiros, etc.)? Por fim, que técnicas se utilizavam, como evoluíam, como passavam de geração em geração e que proveito se lhes atribuía, por exemplo, a nível estatal⁴⁴?

A alfabetização pressupõe um processo de ensino/aprendizagem. Pois bem, no estado actual dos conhecimentos, a custo se pode dizer algo sobre as escolas das nossas cidades. Para o Porto há apenas algumas referências dispersas a mestres-escola pagos, parece que na sua maior parte, pela edilidade, que tinham a seu cargo alunos que, em certas ocasiões, perante os vereadores, “cantavam” as lições aprendidas. Desconhecemos o perfil desses alunos e que tipo de ensino lhes era ministrado. Para já, fiquemo-nos apenas pelo básico: aprendiam a ler e a escrever. Ora, para o tema que nos ocupa, estas competências pouco ou nada significavam. Na confraria de S. Pedro de Miragaia, que agrupava mareantes, carpinteiros, calafates e cordoeiros, em cada um destes grupos havia elementos, em número variável é certo, capazes de ler e escrever, como se comprova dos livros de gestão que mantinham em dia desde o início do século XV. No século XVI, o número de “letrados” aumenta. Porém, esse facto, como dizia, não parece decisivo para a evolução da sua arte. É preciso, neste âmbito, relativizar a alfabetização. A escrita, elemento fundamental na construção do mundo moderno, ainda era afanágio de muito poucos. Dos mercadores, para quem era um imperativo; garantia de civilização. Mesmo considerando que ela se acentua com o decurso do tempo, o processo de aprendizagem profissional resulta, primordialmente, do dia-a-dia no trabalho, no navio ou no estaleiro. Para estes homens, imperativo não era ainda a escrita; era a palavra e a observação. Todos os autores são unânimes neste ponto: a relação entre cultura científica e cultura técnica nos finais da Idade Média e primórdios da Época Moderna é totalmente distinta daquela que hoje conhecemos. Ao contrário do que actualmente sucede, a segunda não é dependente, subalterna ou aplicativa relativamente à primeira⁴⁵. Antes, tem características e códigos distintos, instrumentos de elaboração e métodos de transmissão. E a documentação comprova-o: no estaleiro, no navio, o saber fazer adquire-se “através de um procedimento mental análogo” no qual o prático reúne uma experiência “vista” e, que com o seu saber de “mester”, lhe permite encontrar melhores soluções para casos específicos⁴⁶.

Ver fazer, acumular saberes, fazer. A melhor via para acompanharmos estes passos encontra-se na documentação notarial. Nos contratos de aprendizagem. Que seguem, em geral, os moldes de todos os contratos do género realizados entre várias categorias de mestres⁴⁷. Sabemos que esses contratos – e as disposições neles contidas – existiriam e estariam plasmados há muito

⁴⁴ Com esta última afirmação refiro-me ao “reconhecimento” da qualidade do trabalho desenvolvido e da forma como o poder central dele retirou proveito. Voltarei a este assunto.

⁴⁵ GATTI, 2004: 54; DOMINGUES, 1996. Neste estudo o Autor enuncia ideias pertinentes entre as quais destaco a “do carácter eminentemente prático da vida profissional destes homens [referindo-se aos pilotos]” mesmo quando produzem escritos – técnicos – que eventualmente servem de guia aos seus pares. Prática é uma das palavras mais utilizadas. E importa, no entanto, dizer, que essa prática representará o grande contributo dos homens do mar portugueses dos séculos XV a XVII na construção da Ciência Moderna.

⁴⁶ GATTI, 2004: 52.

⁴⁷ Embora se deva, talvez, relacionar as profissões mais florescentes com a proliferação dos diplomas. Para um pai seria importante que o filho aprendesse uma arte que lhe garantisse boas perspectivas de futuro.

tempo. Porém, no Porto só os temos a partir da segunda metade do século XVI já que toda a documentação notarial anterior a 1548 se perdeu. Prática antiga. E comum à generalidade do mundo marítimo europeu visto que, em grande medida, os trâmites incluídos são idênticos. Também neste plano se vislumbra como que uma cultura comum, que o contacto entre as variadas comunidades promoveu.

O contrato de aprendizagem estrutura-se da seguinte forma:

- Um jovem, acompanhado do pai ou do seu tutor legal apresenta-se na casa ou oficina de um mestre e propõe-se entrar ao seu serviço, “para aprender a arte”;

- Uma informação curiosa, que não costuma ser indicada na documentação mediterrânica, habitualmente considerada modelar para as restantes sociedades europeias⁴⁸, em particular a genovesa⁴⁹, respeita à idade em que a formação principiava: normalmente, entre os 14 e os 16 anos. No caso dos futuros mareantes e, provavelmente dada a falta de profissionais sentida então, em 1591 um diploma régio regulamentando a formação dos grumetes contempla o embarque de jovens com 10 anos de idade⁵⁰.

- O mestre compromete-se a ter o aprendiz em sua casa durante um período de tempo estabelecido (normalmente, e isto vale para várias profissões, por cinco anos⁵¹) durante o qual lhe dará “o que for lícito e honesto” assim como “cama, vestir⁵² e comer”, e lhe ensinará a sua profissão; também a bordo dos navios no caso dos homens do mar.

- O formando compromete-se a respeitar o mestre e a obedecer-lhe como a seus pais; claro, a trabalhar para ele. Se o pupilo desistisse antes de terminada o tirocínio – por vezes fugiam, porventura por maus-tratos recebidos – não poderia nunca ser considerado formado. Deveria regressar e completar o período de aprendizado, por vezes acrescido de mais algum tempo, para compensar eventuais atrasos;

- No fim do prazo considerava-se a aprendizagem completa. O mestre dar-lhe-ia as ferramentas do ofício e ele estaria apto para o desenvolver. Ou, a partir de certa altura, a prestar provas – exame – perante os seus superiores, o que no Porto acontecia sob supervisão da Câmara no final do século.

Infelizmente, a falta de documentação impede-nos de saber algo mais sobre o exame que encartava estes aprendizes. Apenas podemos supor que, à semelhança de cordoeiros e caixeiros, de que existe regulamentação rudimentar tardia, consistiria na demonstração, perante “expertos”, da sua capacidade na execução das principais peças dos navios que haveriam de construir futuramente, no caso dos carpinteiros (e, provavelmente, no estaleiro), e da aptidão para desempenhar algumas das funções que eram requeridas a bordo, no caso dos mareantes. Portanto, também um exame eminentemente prático. No final do século XVI, os homens do mar, se

⁴⁸ CICILIOT, 2000, no caso da construção naval (comunicando a contratação de técnicos da república de Génova no tempo de D. Manuel para construir navios em Portugal e na Índia; MATOS, 2000, sobre a adopção de técnicas de navegação, posteriormente aperfeiçoadas pelos pilotos das carreiras ultramarinas.

⁴⁹ GATTI, 2004: 55.

⁵⁰ POLÓNIA, 1999: 122.

⁵¹ Isso acontece tanto com os tanoeiros como com os calafates, cordoeiros e marinheiros.

⁵² No caso dos marinheiros chega-se a especificar que o mestre lhe dará um – ou mais – “vestido de marinheiro” e umas calças, quase sempre de tecido de branqueta.

seguissem a carreira náutica ao serviço do Estado, como pilotos das carreiras ultramarinas, prestavam provas em Lisboa. Como veremos.

Mas estes contratos apenas representam uma parte da realidade. A outra, mais corrente e mais substancial, tem a ver com o carácter familiar da transmissão de saberes. Os primeiros grandes alunos são os filhos. Os filhos do carpinteiro que desde tenra idade estão junto do pai no trabalho; os filhos dos mestres e pilotos que, igualmente, desde muito novos acompanham os pais ou os familiares mais próximos nas suas viagens pelos mais variados roteiros.

Como referi em nota, o contrato representava um desejo da parte dos progenitores de oferecer aos filhos uma competência profissional vantajosa; por outro lado, a proliferação destes mesmos contratos, poderá significar também outras coisas, eventualmente contraditórias: em primeiro lugar que a profissão está em progressão e que aos mestres interessa ter mais auxiliares, já que, ao lado e em simultâneo com a formação dos seus próprios filhos, ministra os mesmos conhecimentos a outros jovens que durante vários anos lhe serão úteis; por outro lado que a profissão está em crise, particularmente quando, como vimos, as idades dos formandos diminuem e se pretende qualificar quadros que integrem sectores (como aconteceu com a náutica a partir dos últimos anos do século XVI) deficitários em recursos humanos.

Os aspectos relativos à aprendizagem comprovam a importância de uma cultura técnica partilhada que, no entanto, se divulga fundamentalmente em meios familiares mas que, a partir de certa altura, *grosso modo* por todo o século XVI, também se abriu à participação de outros elementos, sempre que isso foi possível. De qualquer modo, talvez seja mais correcto considerar que se trata de um meio restrito: os conhecimentos passam do pai para o filho, do mestre para o aprendiz. Como era normal na época. Basta analisar as listas de carpinteiros da “ribeira do Porto” entre o início do século XVI e o final dessa mesma centúria para se verificar que os que entram no rol dos 30, “no tronco”, são, precisamente, filhos, genros e aprendizes, sob proposta do mestre e com o aval do monarca. Meio restrito, ainda, quando se verifica que nem todos entravam neste grupo privilegiado pois, aquando da sua instituição, se determina que apenas nele ingressavam os “trinta melhores”⁵³. Meio restrito, enfim, quando se estipula que o quadro não seria alargado e apenas haveria substituição dos oficiais por morte, aposentação ou transferência dos que o integravam⁵⁴.

Tornemos aos homens do mar. Como é regra nesta época, entre pais e filhos, entre familiares, “há uma predisposição tendencial para a escolha de uma mesma orientação profissional”⁵⁵. Profissão específica, especializada, com os seus códigos e regras próprias. Mas que se aprendem, como no caso dos construtores, com a prática. Esta é uma ideia fundamental, que importa repetir: o empirismo do saber técnico, a aprendizagem prática. A criança/adolescente aprende com a prática; aprende fazendo. Daí a obrigatoriedade do embarque, do acompanhamento de

⁵³ O que pressupõe, por outro lado, uma escolha, uma selecção que, descontando os casos de favoritismo, que sempre existiria, implicava uma avaliação das capacidades dos profissionais admitidos.

⁵⁴ ADP – *Contadoria da comarca do Porto*, liv. 0007, fl. 193. Até que ponto este “fechar” de oportunidades não terá estado na origem da apregoadá decadência da construção naval portuguesa desde finais de Quinhentos?

⁵⁵ POLÓNIA, 1999: 120. Não existe qualquer dúvida quanto a esta tendência. Quase que se pode afirmar que ela reflecte uma situação que durou séculos, praticamente até aos nossos dias. Porém, parece-me interessante, futuramente, explorar a pista dos aprendizes de fora da família. Que motivos levam um sapateiro da Vila da Feira ou de Barcelos a colocar um filho ao serviço de um mestre e piloto, de um marinheiro? E estes a aceitarem-nos?

pais, irmãos, familiares, mestres que os tomam a seu cargo. Em 1598, Gaspar Gonçalves, mestre do caravelão *Santo António*, de Leça, anteporto da cidade, chega ao Porto. Vem da Galiza, da Corunha. A sua tripulação é composta por “sete pessoas e dois meninos”. Estes “dois meninos” são seus filhos⁵⁶.

A juventude ocupa um lugar muito visível num navio: os “moços”, os grumetes são peças essenciais da equipagem. Na anteriormente citada expedição portuense contra os piratas, em 1469, entre os vinte e um elementos da equipagem da caravela que se armou três eram “moços, serventes na dita caravela”. Aos jovens competiam alguns dos piores trabalhos a bordo. Na carreira da Índia a sua presença era também notória⁵⁷. E, se os primeiros integraram uma expedição militar, arriscada, os segundos não corriam menos perigo: a relação com mestres que os pudessem proteger era mais ténue, a extensão e dureza da viagem comportava outras dificuldades e a relativa fragilidade destes personagens tornava-os sujeitos a vários tipos de crueldades nas quais se incluíam sevícias sexuais⁵⁸. Sujeitos aos piores trabalhos, como afirmei, e a grandes perigos. Perigos mortais⁵⁹.

A escolha da orientação profissional decorre também de factores económicos. Em grande parte dos casos o pai, familiar ou mestre, é dono do navio (pelo menos em parte) e, apesar de muitas vezes, a morte do proprietário implicar a venda do barco, noutros casos pretende-se uma continuidade, qualificada, da actividade. Assim, à herança material, ao instrumento de trabalho (o navio), junta-se o legado profissional, bem como o saber e a passagem do(s) sucessor(es) para a direcção dos negócios estabelecidos.

A prática, como se viu, comandava o percurso evolutivo do homem do mar. Era a bordo que se fazia como que o *cursus honorum* marítimo: grumete, marinheiro, sota-piloto, piloto, mestre. Mas este é o esquema próprio de um caso especial: o da carreira da Índia. Que não se adequa a esquemas particulares, como o das frotas mercantes de outros portos. Sobretudo porque a “carreira” diferencia as funções do mestre e do piloto. Mais concretamente: que “o recrutamento e formação deste corpo de homens do mar” obedeciam a uma lógica que, no navio, “lhes permitissem passar, de forma sucessiva, pelos vários escalões da carreira náutica (grumete, marinheiro, sota-piloto e piloto, detentores de saberes técnicos; guardiães, contramestres e mestres, detentores de encargos de gestão humana, administrativa e comercial), passava, no essencial, pelo recrutamento geracional e pela aprendizagem empírica”⁶⁰.

⁵⁶ AHMP – *Livro de visitas de saúde de 1598*, fl. 31.

⁵⁷ Eram numerosos os grumetes, sujeitos a duras provações. Como sabemos que acontecia mais tarde (primeira metade do século XX), na “frota branca” do bacalhau, onde um numeroso contingente de jovens de tenra idade fazia o tirocínio nessa perigosa aventura.

⁵⁸ Sobre os maus-tratos a jovens ver DUBY (direcção), 1990: 583. Em estudo anterior tive a oportunidade de revelar o caso de dois jovens sodomizados numa viagem da carreira da Índia em 1548. O culpado, descoberto em flagrante delito, foi enforcado no mastro grande. As vítimas eram criados de um dos tripulantes, D. Manuel Telo, e não seriam propriamente grumetes. BARROS, 2004: 260.

⁵⁹ Ver exemplo de um jovem grumete que cai da gávea e morre em consequência da queda em BRITO, s/d, I, 176.

⁶⁰ POLÓNIA, 2001-2002: 46. Esta situação verifica-se com maior ênfase nas grandes carreiras ultramarinas. Francisco Contento Domingues aborda também esta questão a propósito dos capitães das expedições: Vasco da Gama é um dos exemplos mais expressivos; em síntese, segue pelas suas qualidades de comando de uma expedição diplomática e militar e não como técnico náutico. Embora reconheça, também, que tenha havido capitães com competência para dirigir um navio, como D. João de Castro. Ver DOMINGUES, 1996: 205-207.

Mas na comunidade náutica do Porto, como noutras que lhe estão próximas, até muito adiantado o século XVII o mestre tem funções técnicas decisivas tanto na gestão do pessoal como na condução do navio e, na maior parte dos casos, intitula-se, mesmo, “mestre e piloto”. Daí a ordenação, e redução dos cargos, que usei.

A entrada destes homens ao serviço do Estado, a partir de finais do século XVI, tinha outras implicações. Sendo que o empirismo da formação continuava a ser dominante, a partir de 1592, em face dos inúmeros desastres que afectavam a navegação oceânica, “o regimento do Cosmógrafo-Mor prevê que a aprendizagem de mestres, contramestres, guardiães, sota-pilotos e pilotos das carreiras ultramarinas tinham uma parte de aprendizagem «*speculativa*», uma aula de Matemática leccionada diariamente pelo cosmógrafo em sua casa”⁶¹. Isso implicava literacia por parte dos alunos. Sob pena de impedimento do desempenho do cargo. Porém, circunstâncias delicadas – como a falta de pilotos – criavam situações de excepção: Marçal Luís, piloto analfabeto que durante vinte e oito anos navegou com sucesso na carreira oriental foi impedido de o fazer precisamente por ser analfabeto e não poder frequentar as aulas. Porém, pouco depois voltou a ser chamado pelo mesmo Conselho da Fazenda, que o interdítara, “dada a escassez de pilotos competentes”⁶². Era o reconhecimento do primado da prática sobre a teoria⁶³.

A competência dos peritos atrai o interesse de quem deles mais precisa. Do rei, envolvido em projectos expansionistas demasiado importantes para serem desenvolvidos sem competentes recursos humanos. Com a abertura da Rota do Cabo, D. Manuel envidou esforços para concentrar os técnicos mais competentes em Lisboa. Construtores navais e mareantes. Depois de uma primeira experiência, bem sucedida, com a construção dos primeiros navios que chegaram à Índia nos estaleiros portuenses de Miragaia⁶⁴, o rei preferiu concentrar os esforços logísticos em Lisboa, na celebrada “Ribeira das Naus”, estrutura organizada sob a supervisão, e com a participação de especialistas nortenhos. Técnicos referenciados, de nome e créditos firmados, que D. Manuel veio encontrar nos portos do Noroeste português⁶⁵. Especialmente no Porto. “Na origem desse corpo de peritos, escreve Leonor Costa, esteve a acção do Estado, na medida em que logo em 1503 se transferia do Porto para Lisboa o mestre de carpintaria e arqueador Afonso Vaz, ordem que denuncia o propósito de promover a construção em Lisboa”⁶⁶. Posso acrescentar que a prática era anterior. Remontava, pelo menos aos últimos anos do reinado de D. Afonso V e foi seguida, de forma mista, por D. João II. Este monarca convocava a Lisboa carpinteiros portuenses para trabalhar nas suas “obras náuticas”; alguns deles regressaram à cidade, outros fixaram-se definitivamente na cidade do Tejo. Portanto, já no século XV se haviam

⁶¹ POLÓNIA, 1999:121.

⁶² DOMINGUES, 1996: 211.

⁶³ É esta prática, adquirida no constante labor do estaleiro e na observação que leva a que homens (mesmo com pouca experiência mas bons observadores) consigam construir navios rudimentares usados em salvamentos nos naufrágios da “Carreira da Índia”; ver inúmeros exemplos (construção de lenhos, grandes batéis e, mesmo, faróis improvisados) em BRITO, s/d e, em concreto, I: 124.

⁶⁴ E com o embarque, na primeira expedição, a de Vasco da Gama, de diversos marinheiros portuenses. Sobre a construção das primeiras naus da Índia ver BARROS, 2004(b): 289-292.

⁶⁵ E, como se viu atrás, também contratando, e a bom preço, mestres especializados em centros de construção navais de Itália.

⁶⁶ COSTA, 1997: 54.

ordenado “levas” sazonais de oficiais de construção naval, ocasionando a fixação de alguns. Essa mobilização fazia-se, de resto, não apenas para Lisboa. Os Filipes foram particularmente useiros e vezeiros nesta prática ordenando “apenamentos”, isto é, requisições semi-forçadas de artesãos, em especial carpinteiros navais, e militares, em variados momentos. Quando Filipe II promoveu a construção naval na Galiza com fins militares e desenvolveu o arsenal de El Ferrol, no extremo norte da Península, a caminho da Corunha, foram para lá atraídos vários carpinteiros e calafates do Porto⁶⁷. E antes disso, aquando da organização da armada de 1588, enviou comissários incumbidos de recrutar pelo menos 500 homens de mar nos portos do Entre Douro e Minho que, inclusivamente, seguiram em naus e galeões aqui construídos para o mesmo efeito. Em 1598, Pedro Álvares, carpinteiro da ribeira do Porto, encontrava-se a trabalhar nas “Índias de Castela”⁶⁸. Como havia pilotos portugueses activos na carreira das Índias castelhanas, anteriormente e, sobretudo, após 1580⁶⁹.

A construção de meios marítimos eficazes e a constituição de competências técnicas valorizou-se com a síntese dos conhecimentos empíricos apreendidos no mar e dos recursos produzidos no estaleiro.

Não sabemos ao certo como os homens aprenderam a fazer navios. Mas será correcto dizer que essa arte, de acordo com o que até aqui foi exposto, beneficiou do contacto entre técnicos de diferentes zonas, da observação dos meios utilizados e da adaptação de determinadas soluções ao meio. Se os navios da Expansão portuguesa resultaram, ao que tudo indica, da síntese entre as técnicas construtivas do Norte da Europa e do Mediterrâneo, casos houve em que os particularismos se conservaram. Porque demonstravam ser eficazes em ambientes concretos. Com exemplo desta última situação temos o caso do conhecido *barco rabelo*, embarcação tradicional de transporte no rio Douro⁷⁰ que mantém até aos nossos dias uma feição marcadamente nórdica no seu entablamento e fundo achatado, eficazes num rio com estas características – de montanha, com fortes correntes, desníveis e baixios que impõem que o barco seja, acima de tudo, estável. A outro nível, quando se tornarem assíduas as visitas de urcas flamengas ao Porto, alguns contratadores não deixarão de ter interesse nesse tipo de barco, também ele denotando características que o adequavam à entrada da barra portuense e ao troço de rio que conduzia à cidade. Embora em número pouco significativo, parece que se fizeram algumas para armadores portuenses.

⁶⁷ ADP – *Registos paroquiais. Miragaia*, liv. 1, fl. 211v, notícia de três mortos, um mareante, um calafate e um bombeiro. Investigadores como SAAVEDRA VÁZQUEZ, 1996: 67, consideram essenciais as levas de carpinteiros do Entre Douro e Minho na constituição deste estaleiro naval militar galego. Ver também OLIVEIRA, 2003: 132.

⁶⁸ ADP – *Po 1º*, 3ª série, liv. 115, fl. 133. Havia outros, por exemplo, no Brasil, onde se principiavam a construir alguns barcos.

⁶⁹ BARROS, 2004(b) I: 448 e, especialmente, POLÓNIA, 1999: 117. A fama de bons técnicos – e, simultaneamente – e de bons estudos de base prática em instituições como a Casa de Contratación de Sevilha ou a Casa da Índia, em Lisboa, leva a que estrangeiros comecem a estar atentos a este fenómeno e tentem aproveitar-se dele; são vários os pilotos portugueses aliciados para servir a coroa britânica (Anes Penteadó, Nuno da Silva), e alguns conseguem levar mesmo obras que se divulgam de imediato nos meios náuticos. Ver BUTTINGER *et alii*, 2003: 663. A propósito deste trabalho diga-se que os autores, contrariando a opinião geral, referem a existência, desde muito cedo, de um ensino teórico da náutica na instituição sevilhana; entre as muitas visões contrárias veja-se, nas mesmas actas, o estudo de MARTÍN-MERÁS, 2003, 667-693.

⁷⁰ Celebrizado, especialmente, pelo transporte de pipas de vinho do Porto.

Os construtores navais teriam modelos para se orientarem. Tal como hoje acontece com a construção dos *rabelos*, possivelmente teriam padrões e moldes para as principais peças (roda, codaste, cavernas) e, também, produziriam miniaturas à escala (aproximada) com a do *ex-voto* e modelo que aqui se apresentam⁷¹.



Foto 1

Ex-voto de uma coca nórdica, séc. XV, e modelo de galeão ibérico do séc. XVI

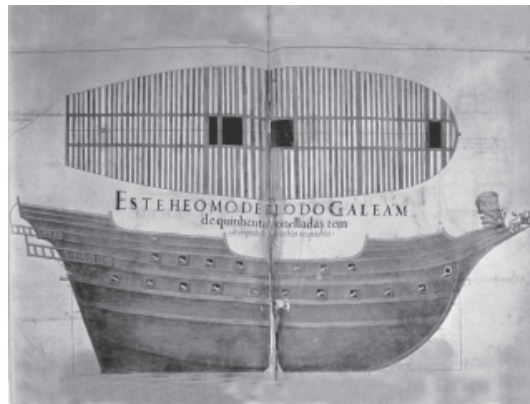
Mas os construtores navais não são os únicos intervenientes activos na construção do navio. Há, literalmente, um diálogo entre o carpinteiro de acha e o homem do mar. Que, mais uma vez, parte de pressupostos empíricos. É o mestre do navio, que está familiarizado com as condições de mar que enfrenta e sabe como retirar maior proveito, náutico e comercial, do novo navio, que, em grande medida, define as especificações pretendidas, que as comunica ao carpinteiro, em busca de maior eficácia da nave que dirigirá. É, portanto no dia-a-dia do mar, da experiência, que estes conhecimentos se adquirem. Isso explica que tantas vezes nos surjam, na documentação, indicações de que o navio foi construído junto à casa deste ou daquele mestre, e que nos contratos de constituição de parcerias de exploração de barcos se refere que aquele elemento de entre os sócios que mais conhecimentos náuticos tiver deverá acompanhar de perto a evolução dos trabalhos. Manlio Calegari e Luciana Gatti encontram o mesmo tipo de costume entre os artesãos genoveses, facto de assinalar pois revela mais um elemento consistente na constituição de um património (imaterial) de saberes que se estende pelas diversas zonas marítimas europeias.

Essa acumulação de saberes, por seu turno, comunica-se ao restante grupo de construtores. Num importante contrato de construção de um patacho, celebrado no Porto em 1595, refere-se que a montagem da estrutura será feita de acordo com os moldes que se empregavam num outro navio que simultaneamente se fazia no estaleiro, coisa de que o mestre carpinteiro estava bem informado: “E asy no embaraçamento do dito pataxo correrá elle Pero Franco com a mesma

⁷¹ Agradeço a António Sousa, proprietário dos estaleiros tradicionais da Cruz, Socrenaval, Vila Nova de Gaia, estas informações preciosas.

obrigaçam que corre Antam Gonçallvez com ho gualeaom que tem a sua conta de fazer ao dito senhor Baylio *porquanto dise elle Pero Franco que ho sabia muito bem*⁷².

6. Tal como sucedeu com o comércio alguns tiveram o cuidado de escrever sobre a actividade. Um dos mais célebres, Manuel Fernandes, autor do *Livro de Traças de Carpintaria*, 1616, é um mestre de ribeira e, provavelmente, terá exercido grande parte da sua vida profissional nos estaleiros da ribeira do Ouro, no Porto, antes de se ter fixado em Lisboa. Embora sem provas concretas que atestem esta afirmação, a verdade é que, entre os primeiros anos do século XVII (talvez ainda em finais do século anterior) até àquela data, um dos mais activos carpinteiros, e mestre dos carpinteiros dessa ribeira, era um Manuel Fernandes, que assina diversos documentos notariais relacionados com a actividade e com outros negócios que, como muitos dos seus contemporâneos, fazia⁷³. A obra que produziu é “um género de compêndio onde estão registados todos os principais tipos de navios da época, tanto por escrito, com os regimentos para a sua construção, como em desenho, alguns tão largos que vão em folhas dobradas, apesar da grande dimensão do volume: e quase todos policromáticos”⁷⁴. Como o que se segue, do um galeão.



Gravura 2

O modelo do galeão de 500 toneladas, 1616

Começava, assim, a constituir-se e consolidar-se um saber, de base prática, resultante de uma maturação secular, mas que os seus agentes produtores procuravam dar a conhecer a um público, especializado é certo, mas mais alargado.

Phillip de Souza fala na rápida divulgação de novidades introduzidas na arte náutica por toda a fachada costeira, por exemplo, europeia. Fundamentalmente, no papel que estas comunidades têm na formação de uma cultura técnica partilhada. Que, como observamos, se começa a constituir. Neste sentido, o processo de observação, também já o percebemos, tem um papel fulcral. Mas há segredos que se vendem – ou se roubam. O papel dos espões tem já uma história longa na Época Moderna. Os Estados usam-nos para vigiar as forças dos seus rivais ou

⁷² ADP – *PoI*º, 3ª série, liv. 106, fl. 146v, publicado em BARROS, 2004(b): 412. Sublinhado meu.

⁷³ Trata-se de um assunto que procurarei explorar em próximos trabalhos.

⁷⁴ DOMINGUES, 2004: 160.

vizinhos⁷⁵. Os industriais para aprenderem técnicas inovadoras que lhes forneçam vantagens⁷⁶.

Noutros casos, como escrevi, não é preciso recorrer a tais expedientes. Técnicos especializados deslocavam-se pelos vários reinos oferecendo os seus serviços, mediante privilégios vantajosos que lhes eram concedidos pelas autoridades.

Desde muito cedo, a arte de querenar navios era reconhecida aos artífices italianos, principalmente genoveses. Uma vez mais avulta no Porto a importância dos seus estaleiros navais e uma certa antecipação em reconhecer a novidade e depressa disponibilizá-la aos seus náuticos fixando, ainda na primeira metade do século XV, artífices especializados nesta arte. Com efeito, um dos primeiros mestres documentados, distinguido pelo rei português em 1450, vivia na cidade. Tratava-se de Jácome Lourenço, “Jenoes, mestre de fazer querenas”, a quem foi concedido o privilégio de besteiro de cavalo⁷⁷.

Mais tarde, acompanhando um movimento, já mencionado, de transferência de carpinteiros da cidade em direcção a Lisboa, patrocinado pelos reis, também estes oficiais acabarão por aí se fixar; com trabalho acrescentado pois, dado o aumento das tonelagens e do tráfico marítimo de e para esta cidade, o recurso à querena para conserto dos navios passava a ser alvo de intensa procura.

Podemos verificar essa deslocação, já em pleno século XVI, com Damião Brúσιο, instalado em Lisboa, a quem foi cedido o monopólio de dar querena aos navios em todo o reino no ano de 1554.

Esta concessão ter-se-á devido à introdução de um processo concebido para facilitar a operação que, nos moldes tradicionais de colocação do navio em monte a custo responderia às acrescidas solicitações. A solução proposta por este genovês constava da reparação do casco do navio na água, “para se escusar o muito perigo que corem em tirarem a môte quando se am de cõcertar e tornarem a deytar ao mar, em que se gasta muito tempo e se faz muita despesa”⁷⁸. Nos

⁷⁵ Dois casos conhecidos: no século XV o espião aragonês Vega seria a pessoa que melhor conheceria o poderio da armada que se organizou para Ceuta (1415); em princípios do século XVI Cà Masser, espião de Veneza, estava muito bem informado sobre as potencialidades dos navios portugueses, estaleiros e modelos produzidos.

⁷⁶ Em pleno século XVIII o portuense António Baptista de Sá deslocou-se a Inglaterra onde visitou várias cordoarias, trazendo para o reino informação preciosa que aqui foi aplicada, com aval régio. Ver BARROS, 2004(b), I: 451-452.

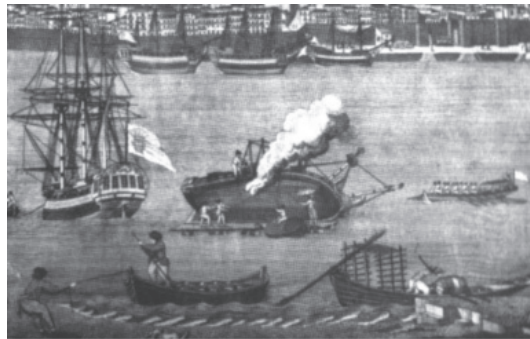
⁷⁷ TT – *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 182. Saliente-se a “antiguidade” da informação sobre Jácome Lourenço pois, de acordo com Richard Barker, a arte de querenar navios não surge documentada muito antes de 1500, embora este investigador considere que se trata de uma prática antiga; BARKER, 1991: 179.

⁷⁸ TT – *Chancelaria de D. João III*, liv. 3, fl. 46, publicado por VITERBO, 1988 (*fac-símile* da edição de 1898): 425. Este expediente, que COSTA, 1997: 187 considera não ser “propriamente inédito”, é entendido por muitos como consequência da grande tonelagem das embarcações, sobretudo das que faziam a *carreira da Índia* em finais do século XVI: “sendo estas tão grandes, custava o apresto delas mais caro aos contratadores, porque se não podiam pôr a sêco para se concertarem, como se fazia às naus mais pequenas, começaram a usar a querena italiana, tombando os navios sobre barcaças para mais facilmente as repararem, estando na água”. ALMEIDA, 1927, citado por HESPANHA, 389). É possível que ainda antes da introdução deste método, os construtores nacionais utilizassem o recurso da maré e do pendor, ou seja, a colocação mais próxima possível do navio junto da margem e aproveitamento do seu declive para o deixar em seco quando as águas descessem, procedendo-se ao seu calafetamento urgente (nos casos em que ele não seria muito profundo pelo relativo bom estado do barco). Este recurso pode ser aferido nos navios ancorados no porto de Lisboa em 1537 à espera de serem reparados e que não necessitavam de vir a terra pois “se am de coreger de mares e pemdores”. Ver TT – *Gavetas*, gaveta XV, maço 18, documento 13.

estaleiros portuenses (como nos restantes portos), a querena de naus e navios passaria a ser acautelada por comissários deste técnico genovês, caucionados por determinação régia, nestes termos:

“Aos quinze dias do mes de Maio nesta cidade do Porto e praça della e Miragaia e rua da Ponte de São Domigos perante mim escrivão e muitas pessoas em allta voz apregoou Gonçalo Fernandez pregoeiro que nenhũa pessoa de callquer estado e condiçam que fose dese querenas a naaos e navios nesta cidade e termos della por tempo de dez anos so pena de vinte cruzados pagos da cadea ametade pera quem o acusar e outra metade pera Damiam Brusio e perder a nao ou navio a que a dita querena for dada e sendo ele [Damião Brú시오] o acusador avera toda pena asi dos dictos vinte cruzados como da nao ou navio [E] somente poderão dar as dictas querenas aquelas pesoas que para iso tiverem comissão de Damyam Bruseo mestre de dar querenas. E o dicto pregão foi dado a xb de Mayo de mil b^c L e seis e os dictos dez annos começaram a dia oito de Novembro de mil b^c L e quatro. Gaspar Riscado o escrevi”⁷⁹.

Implementada em meados do século, como vemos, a prática de querenar os barcos na água, terá sido seguida no Porto pelo tempo fora, conforme se pode comprovar por gravuras seiscentistas e setecentistas que reproduzem cenas da vida ribeirinha.



Gravura 3

Calafeto de um navio no Douro (século XVIII)

7. A concluir deixo algumas ideias principais. Em primeiro lugar, a de que o principal referencial do Ocidente, entre os séculos XV a XVII foi, cada vez mais, o mar. O mar representava prosperidade. O comércio marítimo determinava a expansão económica ou a decadência dos Estados. E, nestes tempos, eram muitos aqueles que se aventuravam no mar. Mercadores e marinheiros uniram os seus destinos e transformaram, em definitivo, a Economia e as relações económicas.

Esse processo dependeu da circulação e troca de informação. Informação comercial, informação náutica. Em síntese, informação técnica. Que se constituiu, como vimos, a partir da prática. Da empiria. Vimos mercadores a trabalhar em rede, contactando com parceiros de outras nações, de outros espaços, a tornarem-se financeiros, verdadeiros homens de negócios.

⁷⁹ O pregão reproduz, como é norma, o essencial do privilégio real: AHMP – *Vereações*, liv. 20, fls. 192-192v.

Vimos pilotos a frequentar portos do mar do mundo inteiro; aqui a bordo de um navio da sua nação, além, conforme os ventos e os lucros o levavam, a tripular um navio que arvorava a bandeira de um rei diferente. Mas sob um mesmo “território”, o mar, que conhecem e percorrem durante toda a vida.

Há, nestas vivências, muitos dados que não batem certo com teorias tradicionalmente divulgadas. Desde logo com o mito da colaboração entre Universidade e Descobrimentos. Como F. Contente Domingues afirmou, a Universidade e os homens do mar estiveram permanentemente de costas voltadas. A primeira esteve sempre alheada do processo de acumulação de saberes desenvolvido pelos segundos⁸⁰. Além disso, o contributo português para a Revolução Científica, procedente do mesmo processo cumulativo de saberes náuticos (ou gerados pela Náutica) deve ser reavaliado. Ele foi mais importante do que normalmente se avalia. Enfim, que o saber técnico produzido – e como vimos, foi extenso – partiu, quase em exclusivo, da prática.

Mas acima de tudo, o que aqui se viu, representa mais um elemento que compromete teorias que fizeram escola na historiografia portuguesa, como aliás já tiveram oportunidade de afirmar vários investigadores que citei. Principalmente, deixa de ter sentido falar-se em políticas de sigilo. Desde os navios que se vendem, em todo o lado, em todas as regiões marítimas do reino⁸¹, a quem neles estiver interessado – trata-se de um assunto que não foi aqui explorado e mereceria um pouco mais de atenção – a pilotos colocados ao serviço de outras nações, amigas ou rivais, há todo um intercâmbio de experiências, algumas das quais acabámos de acompanhar, que colocam em causa esse tipo de juízos. Se os navios se vendem para fora, se os pilotos servem em navios de outros pavilhões, se a própria Coroa admite a participação de estrangeiros na rota mais estratégica que dominava, então só com muita dificuldade podemos aceitar que o mundo marítimo dos séculos XV a XVII era feito de compartimentos estanques, inacessíveis. A construção do Mundo Moderno fez-se do contacto, da troca de experiências. Em poucas palavras, da divulgação do saber.

Abreviaturas

AHMP – Arquivo Histórico Municipal do Porto

ADP – Arquivo Distrital do Porto

chanc. - chancelaria

cit. - citado

doc. – documento

ed. – edição

fl. – fólio

liv. – livro

m. – maço

⁸⁰ DOMINGUES, 1996.

⁸¹ Do Algarve para a Andaluzia, do Porto, Matosinhos ou Vila do Conde para as Índias de Castela, Galiza ou Mediterrâneo.

s/d – sem data
 ss. - seguintes
 TT – Torre do Tombo

Fontes Manuscritas

AHMP:

Livro de visitas de saúde de 1577, fl. 54v, 69v
Livro de visitas de saúde de 1597, fl. 24, 24v, 25
Livro de visitas de saúde de 1598, fl. 31
Livro de visitas de saúde de 1599, fl. 79
Livro 1 do Cofre da Cidade, fl. 69
Vereações, liv. 20, fl. 192v
Vereações, liv. 34, fl. 147

ADP:

Contadoria da Comarca do Porto, liv. 0007, fl. 193
Po1º, 3ª série, liv. 106, fl. 146v
Po1º, 3ª série, liv. 115, fl. 133
Registos Paroquiais. Miragaia, liv. 1, fl. 211v

TT:

Chanc. de D. Afonso V, liv. 34, fl. 182
Chanc. de D. João III, liv. 3, fl. 46
Gavetas. Gaveta XV, m. 18, doc. 13

Fontes Impressas

BRITO, Bernardo Gomes de, s/d – *História Trágico-Marítima*, ed. anotada por Neves Águas, 2 volumes. Mem Martins: Edições Europa-América.

FERNANDES, Bento, 1555 – *Tratado da arte da Arismética...*, impresso no Porto, na Oficina de Francisco Correia, Porto. Guardado na Biblioteca Pública Municipal do Porto.

FERREIRA, J. A. Pinto, s/d – “*Vereações*”. *Anos de 1401-1449*. Porto: Câmara Municipal do Porto/ Gabinete de História da Cidade.

VITERBO, Sousa, 1998 – *Trabalhos náuticos dos portugueses, séculos XVI e XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, (fac-símile da edição de 1898).

Estudos

AGUILAR HERRANDO, José, 1996 – *La ingeniería en los puertos de la Edad Media*, in *Tecnología y Sociedad: las grandes obras públicas en la Europa Medieval* (XXII Semana de Estudios Medievales. Estella, 1995). Pamplona: Gobierno de Navarra, p. 235-262.

ALMEIDA, Fortunato de, 1927 – *História de Portugal*, vol. V. Lisboa.

- ANAYA HERNÁNDEZ, Luís Alberto, 2001 – *Los judeoconversos portugueses en Canarias y sus relations con el mundo europeo*, in *Coloquio Internacional Canarias y el Atlántico, 1580-1648* (IV Centenario del ataque de Van der Does a Las Palmas de Gran Canaria, 1999), Las Palmas de Gran Canaria, Edições do Cabildo de Gran Canaria, p. 587-607.
- BARKER, Richard, 1991 – *Careening: art & anedocte*, in “Mare Liberum”, nº 2. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, p. 177-207
- BARROS, Amândio, 2000 – *O Porto contra os corsários. A expedição de 1469*, in “Revista da Faculdade de Letras”, III Série, Volume I, Porto, Faculdade de Letras, p. 11-27.
- BARROS, Amândio Jorge Morais, 2004 – *Vida de marinheiro. Aspectos do quotidiano das gentes de mar nos séculos XV e XVI*, in—*Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, vol. I. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 246-263
- BARROS, Amândio Jorge Morais, 2004 b – *Porto: a construção de um espaço marítimo nos albores dos Tempos Modernos*, dissertação de doutoramento apresentada à Fac. de Letras, 2 volumes. Edição policopiada, Porto.
- BRAUDEL, Fernand, 1983 – *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico no tempo de Filipe II*, 2 volumes. Lisboa, Publicações D. Quixote.
- BUTTINGER, James D. et alii, 2003 – *Mateo Jorge, a pilot of the Casa de la Contratación 16th century Sevilla: a study in the transmission of Science and Technology as expressed in the graphics of a rutter practical navigation*, in *La Casa de la Contratación y la Navegación entre España y las Indias*, Colóquio Internacional, Antonio Acosta Rodríguez, Adolfo González Rodríguez, Enriqueta Vila Vilar, coordenadores. Sevilla, Universidade de Sevilla/CSIC/Fundación El Monte, p. 639-665.
- CALEGARI, Manlio, 2004 – *Nel mondo dei “pratici”: molte domande e qualche risposta*, in *Saper Fare. Studi di stori delle tecniche in area mediterranea*. Cagliari-Génova-Torino, Consiglio di Storia dell’Europa mediterranea/Edizione ETS, p. 9-33.
- CARRASCO VÁZQUEZ, Jesus, 2001 – *Los judeoconversos portugueses, la corona de Castilla y la renta de Canarias: el caso de Antonio Rodríguez Lamego*, in—*Coloquio internacional Canarias y el Atlántico, 1580-1648* (IV Centenario del ataque de Van der Does a Las Palmas de Gran Canaria, 1999), Las Palmas de Gran Canaria, p. 609-626.
- CASADO ALONSO, H., 2003 – *El triunfo de Mercurio. La presencia castellana en Europa (siglos XV y XVI)*. Burgos, Cajacírculo.
- CASADO ALONSO, Hilario, 2005 – *La circulation de l’information das les reseaux de commerce espagnols aux XV^e et XVI^e siècles*, estudo ainda inédito a publicar em colectânea de trabalhos de homenagem a Fernand Braudel.
- CICILLOT, Furio, 2000 – *Genoese shipbuilders in Portugal and in Asia (early 16th century)*, in *Fernando Oliveira e o seu Tempo*, Actas da IX Reunião Internacional de História da Náutica e da Hidrografia. Cascais, *Patrimonia Historica*, p. 153-161.

- COSTA, Leonor Freire, 1997 – *Naus e galeões na ribeira de Lisboa. A construção naval no século XVI para a Rota do Cabo*. Cascais, *Patrimonia Historica*.
- DOMINGUES, Francisco Contente, 1996 – *Horizontes mentais dos homens do mar no século XVI. A arte náutica portuguesa e a ciência moderna*, separata de *Viagens e Viajantes no Atlântico Quinhentista*. Lisboa, Edições Colibri, p. 203-218.
- DOMINGUES, Francisco Contente, 2004 – *Os navios do Mar Oceano. Teoria e empiria na arquitectura naval portuguesa dos séculos XVI e XVII*. Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa.
- DUBY, Georges (direcção de), 1990 – *História da vida privada*, vol. II. Porto, Edições Afrontamento.
- GATTI, Luciana, 2004 – *Catene d'oro per il maestro Ambrogio. Costruttori di navi tra Medioevo ed Età Moderna nelle fonti notarili genovesi*, in *Saper Fare. Studi di stori delle tecniche in area mediterranea*. Cagliari-Génova-Torino, Consiglio di Storia dell'Europa mediterranea/Edizione ETS, p. 51-84.
- GÓMEZ VOZMEDIANO, Miguel Fernando, 2001 – *Contrabando y poder en las islas occidentales durante el reinado de Felipe III*, in *Coloquio internacional Canarias y el Atlántico, 1580-1648 (IV Centenario del ataque de Van der Does a Las Palmas de Gran Canaria, 1999)*, Las Palmas de Gran Canaria, p. 455-477.
- HANCOCK, David J., 2003 – *L'emergence d'une economie de réseau (1640-1815). Le vin de Madère*, in "Annales. Histoire, Sciences Sociales" n° 3, p. 649-672.
- HARDING, Richard, 1999 – *Seapower and naval warfare, 1650-1830*. Londres: UCL Press.
- HESPAÑA, António Manuel, 1984 – *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime. Colectânea de textos*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- História do Trabalho e das Ocupações*, 2001-2002, coordenador Nuno Luís Madureira. Oeiras, Celta Editora, 3 vols. (para o presente tema destaco o volume II. As Pescas, organizado por Inês Amorim).
- IGUAL LUIS, David, 2001 – *La difusión de productos en el Mediterráneo y en Europa occidental en el tránsito de la Edad Media a la Moderna*, in *Fiere e Mercati nella Integrazione delle Economie Europee, secc. XIII-XVIII*, a cura de Simonetta Cavaciocchi. Prato, Istituto Internazionale di Storia Economica "F. Datini"-Prato, p. 453-494.
- ISRAEL, Jonathan I., 1998 – *The Dutch Republic. Its Rise, Greatness, and Fall, 1477-1806*. Oxford e Nova Iorque, Clarendon Press, edição corrigida, (edição original, 1995).
- LOPEZ, Robert S., 1980 – *A Revolução Comercial da Idade Média, 950-1350*. Lisboa, Editorial Presença.
- MARTÍN-MERÁS, Luisa, 2003 – *Las enseñanzas náuticas en la Casa de la Contratación de Sevilla*, in *La Casa de la Contratación y la Navegación entre España y las Indias*, colóquio internacional, Antonio Acosta Rodríguez, Adolfo González Rodríguez, Enriqueta Vila Vilar, coordenadores. Sevilla, Universidade de Sevilla/ CSIC/ Fundación El Monte, p. 667-693.

- MATOS, Luís Jorge Semedo de, 2000 – *Alguns aspectos da ligação entre a navegação árabe e portuguesa do Oceano Índico no princípio do século XVI*, in *Fernando Oliveira e o seu Tempo*, Actas da IX Reunião Internacional de História da Náutica e da Hidrografia. Cascais, *Patrimonia Historica*, p. 61-70.
- MELIS, Federigo, 1984 in *I Trasporti e le Comunicazioni nel Medioevo*, (a cura di Luciana Frangioni e com introdução de Michel Mollat). Prato, Istituto Internazionale di Storia Economica “F. Datini” Prato. Ver, em especial, o estudo “Intensità e regolarità nella diffusione dell’informazione economica generale nel Mediterraneo e in Occidente alla fine del Medioevo”, p. 179-223.
- MISKIMIN, Harry S., 1981 – *La economia europea en el Renacimiento tardío (1460-1600)*. Madrid, Ediciones Cátedra.
- MOLHO, Anthony; CURTO, Diogo Ramada Curto, 2003 - *Les reseaux marchands à l’époque moderne*, in “Annales. Histoire, Sciences Sociales” n° 3, p. 569-579.
- OLIVEIRA, Aurélio de, 2003 – *Do Porto a Pontevedra (XIII-XVII) (Os tratos marítimos do noroeste peninsular. Do Porto à Galiza e a Pontevedra) (Séc. XIII-XVII)*, in *Actas do simpósio de história marítima do século XIII ao XVI Pontevedra e o Mar*, coordenador Francisco Calo Lourido. Pontevedra, Concelho de Pontevedra, p. 109-155.
- POLÓNIA, Amélia, 1999 – *Os náuticos das carreiras ultramarinas*, in “Oceanos”, n° 38 (Abril-Junho), p. 113-128.
- Pratiche e Linguaggi. Contributi a una storia della cultura tecnica e scientifica*, 2005. Cagliari-Genova-Torino: Consiglio Nazionale delle Ricerche/Edizione ETS (2° volume de *Saper Fare*).
- SAAVEDRA VÁZQUEZ, María del Carmen, 1996 – *Galicia en el camino de Flandes.–Actividad militar, economía y sociedad en la España noratlántica, 1556-1648*. Corunha, Edicions do Castro.
- TRACY, James, D. – Introduction. *The political economy of Merchant Empires. State Power and World Trade, 1350-1750*, Edited by James D. Tracy, 1991 Cambridge, University Press, p. 1- 21.
- YUN, B. – *Sobre la transición al capitalismo en Castilla. Economía y sociedade n Tierra de Campos (1500-1830)*, ver IGUAL LUIS, David.

Ramon Fernandes Grossi¹

O universo da cura na Capitania das Minas Gerais (1750-1808)

R E S U M O

Este artigo estuda o cotidiano da medicina nas Minas Gerais, Brasil, no século XVIII, tendo em vista as questões sugeridas por aquela realidade, como a análise da presença de crenças mágicas acerca da cura e do surgimento e difusão de novas técnicas médicas.

“Se as regras são certas, se os achaques são conhecidos, se os remédios são aplicados, porque razão morrem tantos enfermos sem remédio do mal [...] Em todos os trabalhos que Deus permite, ou por castigo dos pecados, ou por aumento de merecimentos, se aconselha a paciência por remédio, entendendo-se que não pode o mundo dá-lo, por se não opor à vontade de Deus [...]”.

Silvestre Silvério da Silveira Silva. *Governo do Mundo em Seco*. 1748: 24.

“Depois que a cirurgia foi arte, não crê o mundo nas mezinhas de um caparrotta; e os professores dela desmancham as curas, que acham feitas, por quem não seja cirurgião, fazendo zombaria daqueles albardeiros, como se fizessem dos outros bestas: porém muitas vezes estes curam, e aqueles agravam [...]”.

Silvestre Silvério da Silveira Silva. *Governo do Mundo em Seco*. 1748: 205.

Introdução

Houve, durante o Antigo Regime, a convivência entre variados saberes médicos que compartilhavam espaços sem, todavia, deixar de haver tentativas de delineamento de fronteiras dentro do universo curativo. Entre os séculos XVII e XVIII, a porção ocidental da Europa conviveu com descobertas científicas que provocaram reavaliações de muitas práticas médicas vigentes², todavia, a medicina clássica, representada principalmente pelo grego Hipócrates de

¹ Doutorando em História do Brasil pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais – Brasil. E-mail: grossihis@hotmail.com.

² ANDERSON, 1992: 161-163.

Cós e pelo médico romano Galeno, continuava ocupando lugar de destaque, como também era o caso das concepções mágicas acerca da doença e da cura.

Em 1628, o inglês William Harvey publicou suas recentes descobertas acerca da circulação sanguínea no *Tratado Anatômico do Movimento do Coração e do Sangue nos Animais*. As conclusões de Harvey refutavam as suposições em que estava baseada a tão comum prática das sangrias como cura para as enfermidades³. Entretanto, a heterogeneidade das concepções teóricas e das práticas médicas dava lugar para que idéias como as de Harvey convivessem, por exemplo, com as práticas do cirurgião português Luís Gomes Ferreira, autor do *Erário Mineral*, editado em 1735, e que viveu nas Minas na primeira metade do século XVIII. Ferreira apontava a importância das sangrias e das purgas tendo como embasamento a medicina hipocrática, pois, segundo o autor do *Erário Mineral*, Hipócrates “nos deixou os seus aforismos e regras universais, por onde nos governamos”^{4,5}. Ferreira também discorria sobre uma enormidade de enfermidades para as quais os métodos acima citados funcionavam como remédio, além de ter em vista a realidade das doenças e dos produtos curativos das Minas, descrevendo um quadro bastante rico sobre o universo curativo na Capitania durante a primeira metade do século dezoito. Em 1777, o cirurgião português Manoel Fernandez Nabuco, que assistia na Santa Casa de Misericórdia de Salvador, também descrevia, como o fazia Ferreira, o quadro do enfermo de acordo com a tradição hipocrática⁶.

A crença na influência do sobrenatural no cotidiano provocava a proliferação das chamadas “doenças de feitiços”. Durante o século XVIII, a população das Minas, incluindo muitos dos profissionais da medicina (médicos, cirurgiões e boticários), acreditava que várias moléstias podiam ser provocadas, e curadas, pela ação de algum feiticheiro, ou feiticheira. Por exemplo, em 1776, o cirurgião Manoel Simões Prata, morador nos arredores do arraial da “Paraupeba”, Comarca de Vila Rica, dizia que “alguns homens de fazenda perdiam vários escravos com malefícios e venenos”. A medicina tradicional mostrava-se incapaz de tratar a moléstia que atingia os referidos escravos, pois, segundo o cirurgião, era “enfermidade que abusa [de] todos os remédios que a medicina tem descoberto para curar as enfermidades”. Por isso, era apontado que “por essa razão nós cirurgiões temos concedido licença a Mateus escravo de Domingos João Vilar que como curador da tal moléstia, pois o temos visto curar alguns”⁷.

Nas Minas, a compreensão do universo da cura também remetia às concepções portuguesas relativas à doença. Os portugueses que migraram para a América, profissionais médicos ou não, trouxeram consigo uma bagagem de crenças e práticas acerca das moléstias. De acordo com Mary Del Priore, a partir do século XVII, em outros países europeus a experimentação científica começava a orientar as pesquisas sobre o corpo e as doenças. Porém, em Portugal, a base dos

³ Ibidem. p.162.

⁴ Ferreira não negava a necessidade de uma margem de autonomia dos profissionais médicos frente à autoridade de Hipócrates e Galeno. Nesse sentido, defendia a adaptação das proposições hipocráticas e galênicas quando necessário. Entretanto, a medicina clássica continuava, para Ferreira, como base para a arte de curar.

⁵ FERREIRA, 1735: 02-03.

⁶ NABUCO, 1986: 97.

⁷ Arquivo Público Mineiro. Avulsos da Casa dos Contos, indicação 10126/21583. Apud GROSSI, 1999a: 113.

remédios estava na crença da ação diabólica, realidade que persistiu e adentrou o século XVIII afora⁸. Com a administração pombalina (1750-1777), a medicina portuguesa encontrou um cenário propício para sua reavaliação. Por exemplo, dentre as reformas que Pombal realizou no ensino médico lusitano, entre 1770-1773, visando atualizá-lo, estava o retorno do estudo de anatomia por intermédio da dissecação de cadáveres, antes prática proibida por razões religiosas⁹, que tanto poderia contribuir para um maior conhecimento do organismo humano e de suas enfermidades¹⁰.

O cotidiano e a doença: entre sangrias e curas mágicas

As correspondências trocadas pelos moradores das Minas diziam muito sobre a realidade cotidiana da enfermidade e da cura. Entre 1792 e 1798, temos as cartas enviadas por Manoel Gomes Cruz ao capitão Ignácio de Oliveira Campos e para sua mulher Dona Joaquina Bernarda da Silva D'Abreu Castelo Branco, conhecida como Dona Joaquina do Pompeu. Tais cartas refletiam a concepção de que as moléstias podiam ter causas sobrenaturais, além de tratar de aspectos das curas tradicionais. Nesses anos de correspondência a temática da doença esteve sempre presente, ocupando apenas uma linha ou até mesmo quase toda a missiva.

Em carta de 10-12-1792, Manoel Gomes Cruz lamentava o sofrimento que certos “frios”, “tremuras” e “febres” lhe causavam, dando trégua uma vez por outra pelo “favor de Deus”. O enfermo estava sendo tratado por um cirurgião, que lhe ministrava remédios “anti-febris” como, por exemplo, o “chá de angélica”. Em carta de 02-01-1793, ele ainda estava “aflito de moléstias” sem obter bons resultados com o receituário do cirurgião. Buscando alívio para suas queixas, recorreu, em carta de 11-05-1793, ao capitão Ignácio de Oliveira Campos solicitando o envio de “batatinhas e (...) raízes contra feitiços e resina de jatobá e alguma poaia e a casca parapraiba, chamado de cursos (...)”. Em outra correspondência, datada de 26-08-1797, pedia mais casca de angélica e de “parapraiba”, além de “(...) algumas raízes que sejam boas contra algumas enfermidades ou contra feitiços (...)”. Todavia, em carta de 03-10-1798, assistindo na cidade de Mariana, Manoel dizia que estava “há seis meses (...) mais para dar contas do que para viver (...)”¹¹.

Outro conjunto de correspondências, rico em informações relativas ao cotidiano da doença e da cura nas Minas, é constituído pelas cartas que, entre 1769 e 1804, foram recebidas e enviadas pelo capitão João Ribeiro da Silva, morador nos arredores da “Paraupeba”, Comarca de Vila Rica. Foram reunidas 159 cartas, sendo que deste total quase 50% tinha a doença como um dos temas abordados¹². A insistência em escrever sobre as enfermidades refletia a marcante presença

⁸ PRIORE, 1997: 78-81.

⁹ Em 1739, D. João V havia suspenso o ensino prático da anatomia. O aprendizado acerca da anatomia humana passou a ser apenas teórico. Apud RIBEIRO, 1997: 119.

¹⁰ MAXWELL, 1996: 110.

¹¹ Arquivo Público Mineiro. Coleção Joaquina do Pompeu, caixa 1.

¹² Arquivo Público Mineiro. Avulsos da Capitania, caixa 08, documento 16.

destas na vida diária daquela gente. Aos comentários acerca das qualidades profissionais de um ferreiro era acrescido o fato de que o mesmo “ainda toma remédios”. Manoel Teixeira escrevia, da paragem de Santa Ana, sobre uma disputa de terras, porém, inicialmente lamentava o mal que lhe afligia e dizia ter mandado buscar mamona para fazer um remédio, já numa outra carta reclamava ao capitão das suas “aflições contínuas de peito”. João Ferreira solicitava ao capitão o envio de mantimentos para a fazenda que administrava para João Ribeiro, e dizia “hoje vomitei (...) para se lhe dar princípio à sua cura (...)”¹³.

O capitão João Ribeiro da Silva era proprietário de terras e escravos. Entre as atividades econômicas que desenvolvia estavam a mineração e a agricultura, com a produção de milho e algodão¹⁴. Um dos problemas enfrentados pelo capitão Ribeiro dizia respeito às moléstias que atingiam seus escravos, impossibilitando-os para o trabalho nas lavras ou nos campos. Eram muitas as queixas que os administradores das terras de João Ribeiro faziam sobre este assunto e, nesse sentido, podemos citar uma série de enfermidades que acometiam os cativos e os tratamentos utilizados para as mesmas. Por exemplo, entre 1769-1770, Ribeiro era informado que o escravo José estava curado “dos cursos”, que ao escravo João Grande tinha sido dado um vomitório “por resto de sua cura” e “só o [escravo] de casa como não come galinha está muito prostrado”¹⁵. Em 12-12-1771, a informação passada sobre um moleque doente era a seguinte:

“(...) a inchação a de ser alguma defluxão por causa dos dentes e veja que ele tem engordado porque a vontade de trabalhar nele não é nenhuma e o moleque sarou da obstrução há dois meses só se queixava de umas dores nos joelhos que com vários remédios ficou bom porém tornaram abaixo aos tornozelos (...) os pés logo desincham com urina e sal e no caso que lhe doa mande fazer uns emplastos de olhos de embaúba, ferrugem de chaminé, (...) e dois ovos sem tirar clara e gema bem amassado por nos tornozelos que com ele sarou dos joelhos (...)”¹⁶.

Em carta de 26-10-1776, era comunicado ao capitão Ribeiro que “(...) além dos bantos que têm estado doentes o cangenga esta semana passada toda esteve de cursos (...) este botou muitas lombrigas estes dias e os cursos têm parado e tornam a vir (...)”¹⁷. Em outra carta, datada de 12-11-1777, o administrador da fazenda dizia ter despendido mais um tostão comprando uma galinha para o escravo João “que esteve mal com cursos”¹⁸.

No começo de cada carta era desejado que o destinatário fosse encontrado em perfeita saúde. Tal comportamento não pode ser reduzido a uma atitude mecânica que procurava demonstrar uma preocupação requerida pelas regras que determinavam um convívio polido entre as pessoas. Os habitantes daquelas paragens sabiam o quanto a doença estava presente no dia a dia e as nefastas conseqüências que acarretavam. João Rodrigues de Macedo recebeu de sua

¹³ Ibidem. caixa 08.

¹⁴ Ibidem. caixa 11, documento 17.

¹⁵ Ibidem. caixa 08. A galinha, assim como o frango, era vista como indispensável na alimentação dos doentes, como afirma SCARANO, 1994: 61.

¹⁶ Ibidem. caixa 09, documento 17.

¹⁷ Ibidem. caixa 10, documento 73.

¹⁸ Ibidem. caixa 11, documento 19.

afilhada Ana Maria, em 30-11-1791, uma carta na qual a moça demonstrava o desejo de que o padrinho estivesse “(...) assistido de boa saúde livre de tudo que lhe pode dar moléstia (...)” e “(...) encomendo muito a Nosso Senhor e à dita Senhora [Nossa Senhora da Conceição da Ajuda] para que lhe conserve a vida e o livre de todos os perigos desta vida (...)”¹⁹. Os “perigos desta vida”, aos quais se referia Ana Maria, podiam ser encontrados numa viagem pelos caminhos e, por isso, não foi sem razão que o filho do capitão João Ribeiro lhe escreveu, em 1804, comunicando que “(...) será para minha eterna alegria que vossa mercê esteja (...) [com] uma boa saúde (...) aqui chegamos a salvamento Deus louvado, porém com muito incômodo do caminho que nunca o vi tão ruim como agora (...)”²⁰. O risco de ser levado pela morte parecia ser tão significativo que, em correspondência de 28-04-1782, Pedro José da Silva, residente em Vila Rica, escrevia a Manuel Pereira Alvim dizendo que:

*“Com gosto tomo a pena para escrever a vossa mercê considerando se acha com perfeita saúde, tendo há poucos dias padecido a maior pena pela falsa notícia que correu nessa vila de que vossa mercê tinha falecido e de repente, e entre os seus amigos que lhe rezaram pela alma fui eu um acompanhado de maior mágoa (...)”*²¹.

Quanto aos tratamentos, os mais difundidos eram o uso das purgas, dos vomitórios, das ventosas e das sangrias. Tais expedientes curativos serviam para quase todas as enfermidades que atacavam os mineiros do setecentos. Ana Maria de São João, em correspondência de 22-05-1796, enviada ao capitão Ribeiro, pedia ao seu “compadre” lhe “faça esmola” lhe mandar mais azeite e “água da rainha” para sua cura, sendo que estava tomando purgas “por respeito das dores no braço”²².

As devassas eclesiásticas²³ ocorridas em território mineiro, entre 1750 e 1800, mostram a forte presença das “doenças de feitiços” entre os habitantes das diversas paragens das Minas²⁴. Aqueles que, de acordo com a crença da época, provocavam malefícios, também podiam ser chamados para saná-los. Geralmente estas duas facetas, de lançador de feitiços e de curador dos

¹⁹ Ibidem. caixa 14, documento 14.

²⁰ Ibidem. caixa 16, documento 46.

²¹ Ibidem. caixa 12, documento 27.

²² Ibidem. caixa 14, documento 05.

²³ As visitas episcopais, eclesiásticas ou diocesanas, eram realizadas por padres às vilas e arraiais com o objetivo de promover uma vigilância sobre a conduta religiosa e moral da população. Nas duas primeiras décadas do setecentos mineiro, acompanhavam a fundação das paróquias, preocupando-se mais com a instalação de uma estrutura religiosa nas Minas do que com uma tentativa efetiva de controle sobre as condutas sociais. Após 1730, as visitas eclesiásticas teriam entrado em um período de auge (começando a decair a partir de 1770), sendo que, além de cuidar da administração eclesiástica também buscavam disciplinar e punir condutas desviantes realizando devassas. Com a criação do Bispado de Mariana, em 1745, as devassas eclesiásticas passaram a ter um significado específico, isto é, “disciplinar e punir condutas desviantes, além de também cuidar da administração eclesiástica local”. A partir desta fase, portanto, “falar de visitação é quase o mesmo que falar em devassas, tamanha a importância que estes inquéritos pessoais e secretos merece para ação religiosa junto à população”. Através dos interrogatórios das devassas eclesiásticas, buscava-se localizar pecados, de modo que, dos depoentes, extraíssem-se segredos e confidências com o intuito de identificar culpas e comportamentos desviantes. Apud FIGUEIREDO, 1997: 70-79.

²⁴ GROSSI, 1999a: 111-150.

mesmos, misturavam-se de uma tal maneira que a distinção acabava sendo feita por aquele que era vítima ou beneficiado pelas artes mágicas. Os detentores do controle sobre as forças sobrenaturais eram depositários de temor e de esperança, pois podiam provocar enfermidades ou curá-las. A Igreja buscava monopolizar o sobrenatural ao realizar a distinção entre aquele que era permitido e aquele que era proibido, sendo que tal diferenciação passava pela presença ou ausência de conteúdo demoníaco, cuja constatação da sua existência ou não dependia do contexto apresentado, como, por exemplo, de quem manipulava as forças sobrenaturais. Os indivíduos que usassem de práticas consideradas mágicas, sem permissão da Igreja, eram logo imputados de feiticeiros, o que não acontecia quando era algum membro do clero ou alguma pessoa laica, munida de autorização eclesiástica, que fazia uso das mesmas práticas. A esmagadora maioria dos acusados, nas devassas eclesiásticas, de terem feito uso de práticas mágicas demoníacas e, por isso, ilícitas, era constituída por negros, mulatos e pardos, livres ou escravos, sendo que o estigma da demonização somava-se ao da inferioridade “racial” e da desordem que estavam associados à “gente de cor”.

O homem do Antigo Regime continuava a ter “a tendência a explicar certos fenômenos (fossem eles orgânicos, climáticos ou meteorológicos) através da interferência de forças sobrenaturais”²⁵, pois a ciência ainda não tinha “desencantado” o mundo substituindo as explicações mágicas por aquelas baseadas nas suas descobertas. Nesse cenário, a doença ainda era domínio do desconhecido e a medicina dos tratados pouco podia fazer em inúmeros casos e, desse modo, as “doenças de feitiços” encontravam um fértil terreno para sua proliferação. Antônio de Pinho Gonçalves, morador na freguesia de “Itaberaba”, “em certa ocasião com um filho doente que supôs ser de coisa má chamou um negro escravo que “sabia curar”, o qual disse “que o dito seu filho estaria enfeitizado [e] lhe deu umas beberagens com as quais ficou são”²⁶. A parda Aldonça e uma preta, moradoras nos arredores do arraial do Tejuco, Comarca do Serro Frio, eram “afamadas de curar de quebranto com palavras”²⁷. Por sua vez, Miguel Afonso Teixeira, morador na freguesia de “Itaubira”, mandou “buscar um negro curador para lhe curar uns negros que se dizia estarem doentes de feitiços”²⁸. Todavia, aqueles que curavam, como já foi dito, também podiam provocar malefícios, pois o negro Domingos, morador na freguesia das Congonhas do Campo, era acusado, na década de 1760, de viver “de feiticeiro [e] é curador por palavras (...) [vivendo] deste lucro sem ter outro modo de vida”²⁹. Antônio de Pinho Gonçalves, pai zeloso com a saúde do filho, mesmo com o rebento curado por um negro, ficou “atônito com semelhante modo de curar e com a presunção de que ele mesmo curador lhe teria feito os feitiços para lhe dar alguma coisa em lhes tirar”³⁰.

Quando uma casa era tomada por alguma enfermidade que atingia a muitos dos seus membros, incluindo aí os escravos, podendo ter como consequência a morte de várias pessoas,

²⁵ RIBEIRO, 1997: 57.

²⁶ Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Prateleira Z, livro 6, 1753, folhas 82-82v.

²⁷ Ibidem. folha 21v.

²⁸ Ibidem. folha 41v.

²⁹ Ibidem. livro 10, 1762-1769, folhas 49-49v.

³⁰ Ibidem. livro 6, 1753, folhas 82-82v.

abria-se um momento para a penetração de explicações sobrenaturais para o infortúnio. Caso os médicos e cirurgiões obtivessem sucesso no tratamento desses doentes, a origem mágica acabava perdendo seu sentido de ser, porém, nem sempre os profissionais médicos venciam esta batalha. A enferma Quitéria Alves, moradora nos arredores de Pitangui, “sem lhe aproveitarem os remédios que os professores lhe aplicavam e desenganada que morria”, chamou um negro forro e este disse que “estava enfeitiçada”³¹. Em alguns casos a origem mágica era descartada já de imediato, talvez pelo fato da enfermidade já ser conhecida tanto pelos leigos como pelos médicos e cirurgiões, de modo a esvaziar o potencial sobrenatural da doença depositado no desconhecido, como parece ter sido o caso de Manoel dos Reis Chaves, morador na localidade dos Carijós, Comarca de Vila Rica, que, em 1769, dizia que sua “casa se acha com quatro doentes” e a moléstia agravava-se em alguns, sem ter “ouro com que lhe assista e cirurgião de que os doentes morrem em desamparo”, sendo que ele próprio se encontrava “de cama sangrado e purgado”, e em nenhum momento demonstrou acreditar que eram “doenças de feitiços”³². No caso acima referido, a doença não foi percebida como algo de origem sobrenatural, afirmava-se a necessidade de um cirurgião e citavam-se dois métodos curativos utilizados pela medicina dos tratados, métodos bastante conhecidos da população. Caso oposto foi o ocorrido na casa de Lucas de Gouvêa, morador no arraial de Nossa Senhora do Socorro, freguesia de São João do Morro Grande. Gouvêa foi surpreendido com a morte de “algumas pessoas da casa apressadamente e também alguns escravos”, pois que “desconfiado (...) de que seriam feitiços” chamou “um negro que lhe disse sabia curar (...) e vindo este a casa dele lhe curou um negro dizendo que a sua moléstia eram feitiços que a dita crioula Victória lhe tinha feito, e isto ao depois de lhe terem morrido seis escravos”³³.

Além de responder frente às autoridades eclesiásticas pela culpa de usar de práticas mágicas ilícitas, pois consideradas demoníacas, os feitiçeiros, curadores e benzedores também podiam ser punidos pelas autoridades laicas. Em 1783, no Morro de Santa Ana, termo da cidade de Mariana, o preto “quartado”³⁴ Manoel Cafute era conhecido “por sua má inclinação [e] tem ministrado alguns venenos aos escravos [de Domingos Pires] (...) [que] chamam de feitiços, de que tem resultado a morte de alguns”. Por essa razão, pedia-se ao governador que mandasse que o comandante “em cujo distrito ele [Cafute] for achado o prenda e remeta a esta capital para nela ser punido ao arbítrio de Vossa Excelência, evitando-se deste modo a continuação dos mesmos malefícios”³⁵.

³¹ *Ibidem*. livro 12, 1767-1777, folhas 64v-65.

³² Arquivo Público Mineiro. Avulsos da Capitania, caixa 08, documento 01.

³³ Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Prateleira Z, livro 08, 1757, folhas 184-184v.

³⁴ O escravo “quartado” era aquele que acordava com seu senhor o pagamento de parcelas anuais ou semestrais durante 4 a 6 anos para a compra de sua alforria, cujo valor total tinha sido já estipulado. O escravo recebia então sua “carta de corte”, o que lhe dava autorização para viver longe do julgo senhorial realizando atividades econômicas para amealhar o dinheiro necessário para pagar sua quartação. No final do período, caso o cativo não tivesse quitado o valor de sua alforria ele voltava à condição de escravo e as parcelas já pagas ao senhor eram consideradas perdidas à título de jornais devidos, ou então, o proprietário podia ampliar o prazo dado ao escravo. A “quartação” foi uma prática extremamente comum nas Minas, não sendo tão corriqueira no restante da América portuguesa. Apud PAIVA, 1993: 97-98.

³⁵ Arquivo Público Mineiro. Avulsos da Casa dos Contos, indicação 9898/21531.

Aqueles que curavam

Os médicos, cirurgiões e boticários dividiam o espaço com aqueles que curavam através de meios considerados mágicos. Os negros e mestiços, escravos ou livres, compunham a grande maioria dos denunciados nas devassas eclesiásticas por fazerem uso de expedientes sobrenaturais não aprovados para curarem e provocarem enfermidades. Sem dúvida, eles deviam fazer uso de uma vasta fonte de plantas nativas oferecidas pelas matas que circundavam as áreas habitadas. Todavia, seu conhecimento do mundo natural podia ser desqualificado pelas autoridades eclesiásticas e laicas, cuja voz fazia-se ouvir, muitas vezes, pela boca dos profissionais médicos aprovados. Associadas às práticas sobrenaturais demoníacas, as curas informais eram combatidas, mesmo que seu uso estivesse difundido entre a população da Capitania. O convívio entre profissionais da cura autorizados pela Coroa e curadores informais não era nada pacífico, o conflito melhor caracterizaria esta relação.

Podemos encontrar nas devassas eclesiásticas denúncias de cirurgiões e boticários contra curadores informais. O boticário Fortunato Gomes Carneiro, português e morador na freguesia de São Caetano, nas Catas Altas, denunciou um tal Ignácio Pereira que “faz bênçãos e curas supersticiosas e adivinhações”³⁶. Ignácio Mina, morador na freguesia de Antônio Dias, Vila Rica, era acusado numa devassa de “fazer curas e é infamado de feiticeiro” curando “sem ser médico nem cirurgião”. As curas realizadas por Ignácio eram feitas, de acordo com um de seus denunciantes, com “raízes ou ervas” e tais “curas com ervas [foram] (...) aprendidas na sua terra”. A uma enferma, o negro curador “lhe fez a cura com remédios purgantes que fazia em sua casa ocultamente”³⁷.

Não havia, nas Minas, uma distinção clara entre as funções dos profissionais médicos no condizente à prática curativa. De acordo com a legislação portuguesa, médicos ou físicos, cirurgiões e boticários tinham seus espaços de atuação bem delimitados e, nesse sentido, era patente o descompasso entre o que as leis definiam e o que ocorria no cotidiano da Capitania, no que dizia respeito à atuação dos referidos profissionais, o que, talvez, não fosse muito diferente do que se dava com a realidade daqueles profissionais na própria Europa. Quando tratamos das Minas, devemos considerar a escassez de profissionais médicos e, quando existiam, eram, geralmente, cirurgiões e boticários, sendo que muitas vezes o próprio cirurgião também era proprietário de uma botica. Tínhamos também os barbeiros e as parteiras, os quais também participavam do universo curativo.

Os barbeiros tinham funções mais restritas, pois não tendo qualquer formação especializada, apenas lançavam mão da habilidade de tosquiar e barbear para, principalmente, a realização de sangrias. Anexados aos inventários e aos processos de contas testamentárias, podemos encontrar declarações de médicos, cirurgiões, boticários e barbeiros sobre contas pagas ou devidas, relativas a atendimentos requisitados pelo falecido. Temos o exemplo de Maria Mança da Conceição, residente na vila do Sabará, falecida em 1770, em cujo inventário constavam cobranças médicas.

³⁶ Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Prateleira Z, livro 07, 1754-1755, folhas 01v-02.

³⁷ *Ibidem*. livro 10, 1762-1769, folhas 99v, 106v, 108v. Apud GROSSI, 1999a: 122-125.

O barbeiro aprovado Manoel de Souza, dizia que Maria Mança “lhe ficou devendo de sangrias e ventosas o que consta do rol junto”, sendo que os tratamentos eram referentes a ela, “a sua filha e de dois escravos”³⁸.

Os boticários eram responsáveis pela comercialização dos medicamentos, sendo que muitos deles também atuavam como cirurgiões. De acordo com as Ordenações Filipinas, não era permitido aos médicos e aos cirurgiões a venda de medicamentos³⁹. Entretanto, Antônio Labedrenne, que exerceu o ofício de cirurgião em Vila Rica, na passagem da primeira para a segunda metade do século XVIII, receitava, para os presos, remédios que, por várias vezes, mandava buscar em sua botica⁴⁰. Quanto às receitas passadas aos enfermos, estas, geralmente, estavam anexadas juntamente com as contas médicas aos inventários, sendo que as Ordenações Filipinas ordenavam que o receituário fosse emitido em português⁴¹. O boticário aprovado Antônio José Alves cobrava da já citada Maria Mança o valor que “(...) lhe ficou devendo de remédios com que lhe assistiu a quantia de vinte e quatro mil e cinqüenta e quatro réis como consta das receitas juntas (...)” e presentes em seu inventário⁴².

Quanto aos remédios ministrados, podemos realizar um esboço de mapeamento dos mesmos. No rol dos medicamentos que José Luiz Rebelo havia despendido com seus escravos, datado de 1789, constavam: “maná”, “ungüento de basalicão”, “cantaridas em pó”, “resina de jalapa”, “sal policresto”, “emplasto vesicatorio”, “sal tártaro”, “pedra hume crua”, “óleo de aparício”, “espírito de termentina”, “balsamo católico”, “emulção opiada”⁴³. Entre as correspondências trabalhadas encontramos diversos remédios, como o “chá de Angélica” (“anti-febril”), “resina de jatobá”, “poaia”, “casca de parapraiba” (“chamada dos cursos”), “urina e sal” (para inchaço no pé), “emplasto de olhos de embaúba” associado à ferrugem de chaminé e a dois ovos sem tirar clara e gema bem amassado” (dores nos joelhos) e, finalmente, galinha para quase todas as doenças. Na “relação dos gêneros preciosos para a expedição das duas Companhias que presentemente marcham à conquista do gentio, cujos gêneros são necessários para o curativo de alguns enfermos, que se ofereçam na dita expedição” (10-04-1769), constavam:

*“Quarenta vomitórios de maná e mais simples = vinte e quatro purgas de jalapa em pó = vinte e quatro de maná = doze de resina = uma dúzia de noz moscada = seis oitavas de pedra hume queimada = seis oitavas de pedra lipes = uma libra de unguento de Manus Dei = uma onça de pós de Joanis = dois ancorofes de aguardente do Reino = dois ancorofes de vinagre = quatro alqueires de sal”*⁴⁴.

³⁸ Arquivo da Casa Borba Gato. Sabará. Cartório do Primeiro Ofício, livro 06, documento 63. Contas testamentárias.

³⁹ *Ordenações Filipinas*. Livro 1, título LVIII-33, página 108.

⁴⁰ Arquivo Público Mineiro. Avulsos da Câmara Municipal de Ouro Preto. Caixa 11, documento 16. Apud GROSSI, 1998-1999: 14.

⁴¹ *Ordenações Filipinas*. Livro I, título LVIII-33, página 108.

⁴² Arquivo da Casa Borba Gato. Sabará. Cartório do Primeiro Ofício. Livro 06, documento 63. Contas testamentárias.

⁴³ Arquivo Público Mineiro. Avulsos da Casa dos Contos, indicação 4055/20343.

⁴⁴ Arquivo Público Mineiro. Seção Colonial, códice 170, folha 04.

No rol de medicamentos para a expedição ao sertão temos a função de alguns dos produtos. O maná servia para realizar vomitórios e purgas; e com jalapa em pó e resina também purgava-se. Em 1776, uma outra expedição, para a conquista do Cuité,⁴⁵ levava “duas libras de jalapa em pó, duas onças de tártaro emético, meia onça de óleo de ouro, duas libras de maná, uma libra de senne”⁴⁶.

A partir dos “remédios despendidos para várias composições na botica da Real Fazenda”, em 1803, podemos recuperar os ingredientes de alguns compostos medicamentosais utilizados nas Minas⁴⁷. Um dos escravos de José Luiz Rebelo fez uso do “emplasto vesicatorio” ou “vesicario”, ou ainda de “can”, o qual era feito com “cera amarela nove onças – terbentina fina três onças e quatro oitavas – óleo comum três onças – cantaridas em pó quatro onças (...) pimenta da Índia em pó (...) duas onças”. Outro remédio ministrado aos escravos de Rebelo foi o “bálsamo católico”, constituído por “flores de (...) uma onça – bejoim em pó três onças – estoraqui clamita em pó duas onças – bálsamo piruviano líquido uma onça – mirra, incenso e azebre sucotrina de cada um quatro oitavas”. Para o “sal tártaro”, usado pelos referidos escravos e na expedição de 1769, usava-se “jarro de vinho branco e salitre de cada um uma libra que levado ao fogo em panela de barro”. A “pedra hume queimada”, presente entre os produtos da expedição acima citada, devia ser preparada levando-se uma “pedra hume crua em pó uma libra que levada ao fogo a queimar”. Aos cativos de Rebelo também foi aplicado o “ungüento de basilicão”, feito com “óleo comum e resina de pinho de cada um uma libra – cera amarela oito onças”. A citada botica Real era formada por 45 compostos e estes produzidos a partir de uma grande variedade de produtos aos quais eram imputadas qualidades curativas.

Azeredo Coutinho, em “Obras Econômicas”, uma coletânea de memórias produzidas entre 1794-1804, teceu o “Discurso sobre o estado atual das minas do Brasil”, montando um rápido quadro de diversos produtos naturais nativos do Brasil e detentores de alguma função curativa. A batata do Paraguai era conhecida por curar sezões, a casca de barbatimão era considerada um forte adstringente, a casca de maçaranduba era usada como contraveneno das serpentes e das víboras, para curar a lepra havia:

“Os cálculos ou bazarea que se acham nos intestinos de alguns animais, principalmente o que se acha na bexiga de uma espécie de lagarto, chamado sinimbu, que se diz de uma virtude prodigiosa para liquefazer o sangue, e por isso muito útil para curar a lepra”⁴⁸.

⁴⁵ Região localizada na divisa do Estado de Minas Gerais com o Espírito Santo, próxima ao vale do Rio Doce. Até o início do século XIX, aquela ainda era uma região selvagem, formada por densas florestas tropicais e habitadas por índios hostis, como os bororo. A partir da década de 1770 o Cuité começou a ser ocupado por colonos estimulados pela Coroa que via na região um potencial agrícola e comercial, além de acreditar que nas terras daquela conquista novas minas de ouro pudessem ser descobertas, o que nunca aconteceu. A colonização do Cuieté significou a ampliação da fronteira agrícola da Capitania, num momento em que a produção de ouro perdia o fôlego dos primeiros tempos da exploração daquele metal.

⁴⁶ Arquivo Público Mineiro. Seção Colonial, códice 213, folha 25v.

⁴⁷ Arquivo Público Mineiro. Avulsos da Capitania, caixa 16, documento 25.

⁴⁸ COUTINHO, 1966: 225-227.

Um quinhão considerável das práticas curativas estava nas mãos de indivíduos que não tinham qualquer formação médica. Estes empíricos refletiam o pouco sucesso da política fiscalizadora portuguesa, que intensificou a perseguição contra os que curavam ilegalmente, tanto em Portugal como no Brasil, no final do século XVIII⁴⁹. Médicos, cirurgiões e boticários deviam ser examinados pelas autoridades médicas e, caso aprovados, podiam exercer o ofício. As câmaras realizavam o controle local destes profissionais a partir do registro dos mesmos em seus livros, como foi o caso, em 1752, de Antônio Pires de Carvalho “boticário examinado e aprovado como consta da carta junta” e que “carece o suplicante se registre no livro do registro deste senado” de Vila Rica⁵⁰. O número de médicos, isto é, físicos formados por uma Universidade, foi bastante reduzido ao longo do setecentos mineiro, desproporcionalmente à quantidade de cirurgiões e boticários que, mesmo não sendo em número elevado, faziam-se mais presentes, pelo menos nas vilas e arraiais de maior envergadura⁵¹. Nesse cenário, proliferava a atuação dos empíricos, como também dos barbeiros, os quais também recebiam aprovação para atuar como, por exemplo, sangradores. Os curadores por artes mágicas também tinham ampla atuação, o que não pode ser explicado apenas pela escassez de profissionais médicos, pois, as crenças mágicas estavam profundamente arraigadas naquela sociedade, sendo um importante traço cultural.

As parteiras também ocupavam seu papel no mundo das curas. O momento do parto era, por excelência, um domínio feminino. Ao redor da parturiente poderiam estar sua mãe, uma parenta mais velha, uma conhecida mais chegada, escravas da casa e, é claro, a parteira, que, por vezes, poderia ser substituída por uma dessas mulheres que compunham o cenário do quarto. Todavia, nos casos mais graves, a ajuda de um cirurgião talvez fosse requisitada. As parteiras também deviam ser examinadas e aprovadas, para exercerem o ofício dentro da legalidade. Em 1751, Francisca Viera de Jesus, moradora na freguesia da Itatiaia, “pela carta inclusa se acha examinada do ofício de parteira por cujo motivo requer a vossa mercê lha mande registrar a dita provisão nos livros do senado onde tocar”⁵². Mas tudo indica que as parteiras aprovadas não constituíam a regra, mas, pelo contrário, a exceção. Conforme constatou Márcia Ribeiro Moisés, entre 1755 e 1792, apenas Benta da Silva Godói foi registrada como parteira aprovada na Câmara de Mariana, cidade onde vivia⁵³.

A crioula forra Isabel Gouveia de Vasconcelos, natural do Rio de Janeiro e moradora em Sabará, deixou registrado em seu testamento, feito em 1768, uma considerável quantidade de créditos que, em sua maioria, estariam relacionados à sua ocupação de parteira. A partir do seu testamento, percebe-se que a maior parte das mulheres às quais atendia era composta por escravas e forras, sendo que o preço cobrado por cada atendimento era de quatro oitavas de ouro⁵⁴.

⁴⁹ RIBEIRO, 1997: 128.

⁵⁰ Arquivo Público Mineiro. Avulsos da Câmara Municipal de Ouro Preto. Caixa 27, documento 02.

⁵¹ De acordo com Manoel Soares de Sequeira, funcionário régio que produziu um manuscrito descritivo sobre as Minas no segundo quartel do século XVIII, “os médicos são em Vila Rica 3, no Ribeirão um, no Sabará 2. Os cirurgiões serão 80 e as boticas talvez não sejam 30”. Apud MOTT, 1993: 23.

⁵² Arquivo Público Mineiro. Avulsos da Câmara Municipal de Ouro Preto. Caixa 26, documento 21.

⁵³ RIBEIRO, 1997: 128.

⁵⁴ Arquivo Público Mineiro. Câmara Municipal de Sabará. Códice 53, folhas 44-45. Apud PAIVA, 1993: 180-181.

Em dezembro de 1782, o médico Tomás de Aquino Bello Freitas, formado pela Universidade de Coimbra, dava seu parecer acerca de um caso médico ocorrido em Vila Rica. Sobre a crioula forra Bernarda havia caído a suspeita de ser mãe de uma criança que fora enjeitada à Câmara, cujos membros encarregaram Tomás Freitas de averiguar a veracidade da acusação. Foram chamadas duas parteiras examinadas, Vitória Almeida e Josefa da Silva, para que estas realizassem exames, que numa linguagem contemporânea corresponderiam a exames ginecológicos, e, desse modo, lançassem uma luz sobre o caso. As parteiras concluíram que Bernarda “não só não tem sinais de que se acha parida de pouco tempo como se lhe quer imputar, mas que reconhecem que nunca parira”. De acordo com as parteiras, Bernarda não poderia ser a mãe do desafortunado enjeitado. Tomás Freitas e o cirurgião José da Silva Bello Freitas, ambos do partido da Câmara, corroboraram o que as parteiras disseram. Não foi explicitada a natureza dos exames que o médico e o cirurgião fizeram na crioula, mas tudo parece indicar que os exames íntimos foram realizados pelas parteiras, cuja opinião foi relevante para o caso, o que nos leva a crer que o conhecimento que aquelas duas mulheres tinham do corpo feminino lhes dava considerável autoridade sobre algumas questões médicas, mesmo que houvesse a necessidade da legitimação dada, no caso de Bernarda, por um médico e um cirurgião. O conteúdo do parecer de Tomás de Freitas refletia que médicos e cirurgiões detinham maior domínio sobre manifestações orgânicas que não tivessem tanta relação com o universo ginecológico. Nesse sentido, o médico comentava acerca do que parecia mais conhecer:

“(...) e que as suas moléstias [da crioula] são naturais de obstruções e palpitações no ventre para as quais tem andado no uso de remédios e fomentações que o seu cirurgião assistente lhe tem aplicado, e porque era preciso que as ditas fomentações as cobrisse com panos e por isso lhe fosse preciso algum maior resguardo, é o que seu motivos a pessoas que lhe são mal afeitas a julgarem mal do seu procedimento [considerando que tinha parido] (...)”⁵⁵.

Mudanças e permanências: vacinas e feitiços

A partir do reinado de D. José I, a política portuguesa relativa ao universo médico tomou um novo rumo e a América portuguesa estava no raio de ação das mudanças em curso. Todavia, no caso das Minas, a arte curativa insistia em seguir o caminho trilhado até aquele momento. Tudo indica que o cotidiano dos habitantes da Capitania em relação à doença pouco se alterou frente ao discurso médico lusitano, que pregava a modernização da medicina no Reino e nas suas conquistas. As idéias reformistas intentavam a conciliação dos interesses coloniais e portugueses, de modo que qualquer inovação no universo da medicina nas conquistas deveria estar inserido num programas maior, isto é, o do crescimento do Reino a partir da dinamização de certos setores coloniais.

Durante o período pombalino (1750-1777), Luís Antônio Verney, “um dos mais expressivos pensadores da problemática cultural portuguesa”, insistia em críticas ao ensino da medicina em

⁵⁵ Arquivo Público Mineiro. Avulsos da Câmara Municipal de Ouro Preto. Caixa 58, documento 02.

Portugal. De acordo com Verney, as universidades lusitanas ainda estavam presas a modelos teóricos caducos, isto é, os ensinamentos escolásticos e galênicos⁵⁶. Em 1772, Pombal promoveu a reforma dos estatutos da Universidade de Coimbra, provocando mudanças também no ensino médico, e “nada voltou a ser no sistema de ensino e, sobretudo, nas matérias e autores ensinados como fora até aí”. Houve uma abertura “às correntes de pensamento racionalistas e ao empirismo inglês”, iniciando uma quebra das concepções tradicionais relativas à medicina, o que foi também promovido pela crescente “afirmação da autonomia das diferentes esferas do saber perante o sistema filosófico-teológico escolástico”, o qual alimentava uma estrutura de conhecimento baseada em intermináveis comentários dos autores antigos cuja autoridade deveria ser incontestável⁵⁷.

Em 1782, durante o reinado de D. Maria I, foi criada a Junta do Proto-Medicato, abolida por D. João em 1809, e que substituiu a Fisicatura, ambas estruturas que visavam fiscalizar o exercício da medicina, cirurgia e farmácia, no Reino e nas suas conquistas. Os cargos de Cirurgião e Físico Mores, que cuidavam da fiscalização dos profissionais médicos, continuaram a existir na Junta do Proto-Medicato associados a mais cinco deputados, constituindo um conselho ou tribunal de natureza consultiva e deliberativa⁵⁸. A Junta aumentou a fiscalização das atividades dos físicos, cirurgiões e boticários, numa tentativa de reger uma realidade que, já no final do setecentos, a Coroa ainda não havia obtido muito sucesso em controlar. Em 1794 foi publicada, por ordem régia, a *Farmacopéia geral para o reino e domínios de Portugal*. O principal objetivo da referida obra era a “uniformização do preparo e composição das fórmulas farmacêuticas em Portugal e suas colônias⁵⁹”.

No final do século XVIII, a flora da América portuguesa continuava despertando o interesse lusitano. Entretanto, tal interesse parecia assumir uma nova face, orientado pelos métodos de uma ciência natural que caminhava a passos largos. As plantas tropicais, depositárias de um conteúdo maravilhoso que as aproximavam das coisas divinas⁶⁰, agora eram destrinchadas por naturalistas que pareciam se afastar de uma visão fantástica do mundo, assumindo uma postura onde o método científico proporcionaria as condições para uma redefinição do mundo e do homem. Apresentando-se cauteloso frente a qualquer saber não comprovado, Azeredo Coutinho discorria sobre a validade das virtudes das plantas brasileiras:

*“É necessário, contudo examinar com crítica, e por experiências repetidas, se as virtudes atribuídas a algumas raízes, folhas, frutos, resinas, etc., são verdadeiras, para ou se lhes dar o valor que merecem, ou se desenganar o vulgo e livrá-los talvez de beber a morte (...)”*⁶¹.

O conhecimento popular acerca das qualidades curativas das plantas não era descartado, porém, desse mesmo conhecimento deveria ser extirpado, de acordo com um discurso que se

⁵⁶ RIBEIRO, 1997: 117.

⁵⁷ GOUVEIA, 1993: 438-440.

⁵⁸ MACHADO, 1978: 34-37.

⁵⁹ RIBEIRO, 1997: 128-129.

⁶⁰ FOUCAULT, 1992: 33-60.

⁶¹ COUTINHO, 1966: 227..

intitulava modernizador, no final do setecentos, tudo aquilo que destoasse das teorias consideradas científicas.

Ao longo do século XVIII, acreditava-se que muitas das enfermidades que afligiam os indivíduos estavam relacionadas à influência do clima. O cirurgião Luís Gomes Ferreira, autor do *Erário Mineral*, relacionava o clima das Minas com as moléstias que ali ocorriam. Ferreira seguia a herança hipocrática ao tratar sobre os efeitos do clima e do meio ambiente sobre a saúde e a doença. O cirurgião estava atento à natureza da água, do clima e da dieta alimentar dos habitantes das Minas, considerando todos como aspectos relevantes para o surgimento e posterior tratamento das moléstias. Como em Hipócrates⁶², o poder de cura da natureza era vastamente utilizado.

Numa carta da Câmara de Mariana a D. João, datada de 02-08-1800, eram celebradas as qualidades das “abundantes” plantas curativas das Minas, todavia, seu uso pelos curadores informais era criticado, pois estes não eram vistos como detentores de técnicas para manipular a flora medicinal. Até mesmo os boticários foram alvos de críticas, sob a alegação de que eram ignorantes em seus ofícios. Desse quadro decorria, segundo a Câmara, o aumento das doenças, dos enfermos e dos óbitos, não sendo o clima, de acordo com a Câmara, o maior vilão quando o assunto dizia respeito às enfermidades. A solução era, para o senado de Mariana, a interferência de médicos formados, que por “suas luzes e conhecimento” afastariam a informalidade e declarariam a vitória da técnica sobre as curas informais e sobre profissionais da saúde despreparados, isto é, distantes do regramento que as autoridades médicas portuguesas intentavam colocar em prática nas suas conquistas⁶³. A tentativa de impor o controle da técnica sobre o universo médico também ocorria em relação ao mundo natural. Nesse sentido, técnicas botânicas buscavam enquadrar flora e fauna mineiras. Em carta do governador das Minas ao furriel Manoel Lopes Saraiva, datada de 18-06-1772, era determinado que fossem enviados para Portugal exemplares de plantas e animais das Minas, sendo que:

*“(...) todos os animais depois de se lhe extrair as entranhas e tripas, conservando-se em aguardente ou qualquer outro aperitivo: as sementes de todas as árvores, de todas as flores, de todos os frutos, de todas as plantas; as folhas destas metidas em papéis pardo muito direitas; e cada uma dessas coisas com o seu letreiro e pintadas as mesmas árvores, e tudo o mais segundo as suas cores, e os seus feitios, toda a casta de borboleta que bem pregada em cortiça por um alfinete pelo corpo em uma caixa e estas mesmas pintadas; a pintura de qualquer bicho, todas estas coisas e outras muitas (...)”*⁶⁴.

No documento acima referido, também era ordenado que fosse enviado um tal “caderno dos remédios dos sertanejos”. O conhecimento natural dos habitantes da Capitania, caracterizado por uma vasta experiência com curas a partir de vegetais, animais e minerais das Minas, interessava à Coroa. Porém, percebe-se uma tentativa de expropriação da legitimidade desse saber popular.

⁶² RONAN, 1987: 100.

⁶³ Arquivo Público Mineiro. Seção Colonial. Códice 287, folha 164.

⁶⁴ Ibidem. Códice 188, folhas 39v-40.

A natureza das Minas deveria continuar proporcionando curas, mas desde que houvesse a apropriação das práticas informais pelo discurso médico-científico, práticas filtradas a partir de um outro modelo de saber. Mas o que pode ser percebido é que a medicina portuguesa buscava aprender com o conhecimento prático dos moradores da América portuguesa, sendo que o universo curativo lusitano, e quiçá do “Velho Mundo”, não poderia ser caracterizado por sua eficácia na lida com as doenças. Nesse contexto, em carta de 19-02-1788, Martinho de Mello e Castro escrevia ao Governador das Minas:

“Aqui consta que nessa Capitania há uma árvore conhecida na Europa, pertencente à Pentandria Monnogynia, que tem a folha quase cuneiforme e a casca amargosa e dizem que os nacionais se servem dela em lugar de quina. É Sua Majestade servida que vossa senhoria [o governador] remeta uma porção da dita casca com a descrição da árvore e uma relação circunstanciada das moléstias em que os nacionais usam deste remédio e dos efeitos que produz. E remeta, igualmente, uma quantidade de semente da mesma árvore e algumas das suas flores e folhas, que poderão vir em aguardente”⁶⁵.

Em 1799, encontramos a primeira menção ao que, na documentação relativa as Minas, foi chamado de “inoculação das bexigas” ou “inoculação”⁶⁶. A “inoculação das bexigas” constituía numa tentativa de imunizar os habitantes da Capitania contra as nefastos efeitos da varíola, conhecida na época como peste das bexigas. Em 1798, o mesmo expediente foi usado na cidade do Rio de Janeiro, porém, tanto na capital da colônia como nas Minas ainda não se tratava da vacinação, mas sim da variolização, isto é, da inoculação do pus da varíola (material varioloso). Desde 1796, o cientista inglês Jenner já havia produzido a propriamente dita vacina contra a varíola, composta pela inoculação do material vacínico, oriundo da moléstia do ubre das vacas. Somente a partir de 1804 a variolização foi substituída, no Brasil, pela vacinação na forma estabelecida por Jenner⁶⁷.

A variolização não conseguiu sanar o “terrível flagelo das bexigas que fazem diminuir tão consideravelmente a população desse continente”⁶⁸. A vacinação introduzida a partir de 1804 também não obteve muito sucesso nos seus primeiros tempos. Quanto à variolização, o fracasso foi em parte devido à dificuldade do corpo médico em lidar com um processo que, mesmo mais simples, ainda assim exigia uma série de cuidados. Aqueles que deviam cuidar da vacinação, no início de oitocentos, também encontraram problemas para implementar a imunização criada por Jenner. Mas um outro fator também prejudicou a eficácia da imunização contra a varíola: a resistência da população.

⁶⁵ Ibidem. Códice 148, folha 165. Com a casca da quina, no Peru conhecida por árvore quina-quina, fazia-se o quinino, que desde o século XVII era o remédio para a malária. A quina era conhecida na Europa por “casca dos jesuítas” e seu pó era amplamente usado.

⁶⁶ Ibidem. Códice 287, folha 83.

⁶⁷ CAMPOS, 1956: 149-151.

⁶⁸ Arquivo Público Mineiro. Seção Colonial. Códice 287, folha 83.

O principal alvo da imunização nas Minas eram os “meninos negros e índios”, conforme ordens a este respeito expedidas em 29-07-1799⁶⁹ e em 01-10-1802⁷⁰. Alegava-se os “tão consideráveis estragos nas colônias portuguesas” provocados pelo “flagelo das bexigas”⁷¹. Era citado, em 1804, o caso de Moçambique, onde “naquela capital e distritos adjacentes há tanto conhecimento da inoculação e da mesma utilidade que esta prática é muito usual”, sem qualquer resistência por parte da população⁷². A situação de Moçambique era apontada em contraposição ao que parecia ocorrer na América portuguesa, pois, em carta de 29-03-1806, D. João, por intermédio de seus secretariado, ordenava ao Físico-Mor do Estado da Índia que enviasse ao Brasil instruções “sobre o modo de praticar aquela operação” da “inoculação das bexigas com a matéria vacina”, todavia era reconhecida a dificuldade oferecida pelos habitantes da América portuguesa à vacinação e concluía-se que a disseminação daquela prática acabaria com as resistências, pois serviria “de lição às pessoas que ainda não estão inteiramente convencidas da utilidade da dita operação”, as quais aos poucos entenderiam que “à vacina que se deve atribuir o não ter morrido tanta gente quanta até agora parecia”⁷³.

A imunização passava a ser uma proteção contra a varíola. Todavia, isso não significava, nas Minas, uma vitória da técnica médica. A medicina ainda não dava conta de tratar de uma série de moléstias. Médicos, cirurgiões e boticários, examinados e aprovados, não eram garantia de uma cura eficaz. Desse modo, os moradores da Capitania continuavam a recorrer a outros expedientes buscando o alívio das enfermidades. Os curadores informais continuavam a agir, usando dos seus conhecimentos naturais, dos quais a medicina dos tratados procurava se apropriar. Ainda era comum recorrer às forças sobrenaturais com o intuito de aplacar as moléstias, sendo que, em 1808, Salvador Gonçalves Pereira, morador nas Minas, “acometido aos cinqüenta e dois anos de idade de uma grave moléstia pela qual se viu quase à morte e já desamparado dos médicos votou ardente e devotamente à Nossa Senhora da Conceição da Lapa que se lhe desse saúde perfeita” lhe pagaria promessa⁷⁴. Os santos não tinham deixado de ser um auxílio na hora das dificuldades. Era costume declarar em testamento os santos de devoção particular, entre outros santos aos quais eram mandadas rezar missas e deixados legados para seus altares, suas capelas e suas igrejas. Eram santos aos quais pedia-se ajuda durante a vida. Consultamos 112 testamentos da Comarca do Rio das Velhas, entre 1803 e 1810, sendo que 59 testadores citaram santos, santas e outras fontes de devoção para os quais estavam voltados por alguma razão. Temos assim um pequeno quadro das devoções populares naquela Comarca e período enfocados.

Entre os 59 testadores que nomearam santos, santas e outras fontes de devoção, 27 deles, a esmagadora maioria, citaram São Francisco e 14 deles citaram Nossa Senhora do Carmo. Santo Antônio constava em 9 testamentos. Nossa Senhora do Rosário apareceu 8 vezes, enquanto Nossa Senhora da Conceição apareceu 7 vezes. Um total de 6 testadores se referiram a Nossa

⁶⁹ Ibidem.

⁷⁰ Ibidem. Códice 300, folha 88.

⁷¹ Ibidem.

⁷² Ibidem. Códice 292, folha 217.

⁷³ Ibidem. Códice 309, folha 79.

⁷⁴ Arquivo Público Mineiro. Avulsos da Secretaria de Governo. Caixa 73, documento 09.

Senhora do Amparo, o mesmo número que se referiu a Nossa Senhora das Mercês. Entre aqueles que foram citados por 3 vezes estavam: Nossa Senhora da Piedade, São Miguel, Nossa Senhora do Ó, Santa Rita, Nossa Senhora dos Anjos, Senhor Bom Jesus do Matosinhos e Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. São José e o Senhor dos Passos constavam, ambos, em 4 testamentos. Foram nomeados apenas 2 vezes: São Gonçalo, Nossa Senhora das Dores, Senhor Crucificado, Santa Ana e as Almas. Entre os que apareceram apenas uma vez, estavam: Nossa Senhora do Bom Despacho, Nossa Senhora da Soledade, Santíssimo Sacramento, Nossa Senhora da Lapa, São Joaquim, São Gregório, Nossa Senhora do Porto, Santo Antônio de Lisboa, Virgem Maria, Nossa Senhora do Monsarrate. No caso da Virgem Maria, ela sempre aparecia no início de cada testamento, quando o testador pedia à mãe de Jesus que interferisse junto a seu sagrado filho pela alma que, na hora da morte, desencarnava. Apenas uma vez a Virgem Maria apareceu para além do contexto acima descrito⁷⁵.

Em 1804, ocorreu um caso que apresentou nuances interessantes acerca da influência do sobrenatural nas práticas curativas. Na Aplicação de Santo Antônio do Amparo, termo da Vila de São José, Comarca do Rio das Mortes, morava um negro escravo chamado Manoel, o qual tinha “nota pública de feiticeiro”. Manoel teria dado a um escravo de Antônio Rodrigues Pires “uns pós pretos dizendo que quando fosse mordido de alguma cobra pusesse aqueles pós pretos sobre a mordidela”. Passados oito dias, o escravo de Antônio Pires foi picado por uma cobra e “valeu-se dos ditos pós e em poucas horas faleceu”. O caso provocou certa perplexidade, pois o escravo morto usava uma relíquia do padre José “Incleto” e era “público que ainda não morreu pessoa alguma que tivesse a relíquia”, sendo o referido escravo “o único que morreu com ela ao pescoço de que ficaram todos pasmos”. O padre santo já havia oferecido provas de que era milagroso, protegendo tantas pessoas das mortíferas picadas das serpentes, o que fizera com que nascesse uma profunda devoção ao espírito daquele religioso. Não havia, para os habitantes da Aplicação, razão para aquela alma santa retirasse sua proteção. Mas logo a misteriosa situação foi resolvida, pois “certificados que aqueles pós foram o veneno que o matou e não o veneno da cobra”. Tudo era considerado obra de um escravo feiticeiro, sendo que “nestas Minas tem havido negros que tem matado fábricas grandes”. Recorria-se ao governador para que ele ordenasse ao comandante do distrito “castigar” o culpado pela feitiçaria⁷⁶. Em nem um momento o veneno da cobra em si foi considerado o responsável pela morte do negro escravo, mostrando o quanto aquelas pessoas estavam distantes das explicações médico-científicas para a doença.

Considerações Finais

Não era algo fácil lutar contra um imaginário sobrenatural profundamente arraigado na sociedade mineira. Podia ser grande a familiaridade com que os habitantes da Capitania tratavam o sobrenatural. Podemos crer que, muitas vezes, sentiam-se mais próximos das forças sobrenaturais do que da vacina de Jenner. Como também mais confiantes nos “cadernos dos remédios dos

⁷⁵ Arquivo Público Mineiro. Câmara Municipal de Sabará. Códice 111. Testamentos.

⁷⁶ Arquivo Público Mineiro. Avulsos da Secretaria de Governo. Caixa 63, documento 42.

sertanejos” do que dos tratados médicos europeus. Ao mesmo tempo em que o governador deveria colocar em práticas as determinações régias referentes à imunização contra as bexigas, providenciar o envio de produtos naturais demandados pelos homens da “ciência” em Portugal, fazer valer as leis que buscavam regrar as práticas médicas na Capitania, também era acionado para punir negros feiticeiros e, ele mesmo, não estava ausente das construções do imaginário daquela gente.

Em 1807, o governador da Capitania recebeu de João Alves de Carvalho uma carta tratando de diversos assuntos, entre estes o remetente descrevia uma experiência sobrenatural que dizia ter vivenciado, sendo que nela havia referência ao senhor governador. Assim João Alves descreveu seu momento místico:

“(...) foi o Altíssimo servido levar a alma do suplicante ao fogo do purgatório onde esteve dois minutos e viu tudo como estava, foi levado ao inferno entre os condenados e também viu o inferno dos padres, e viu como o fogo abrasava neles e a gritaria desordenada que faziam também, foi ao purgatório das mulheres, onde as viu todas assentadas em um campo, onde conheceu várias e teve a dita de falar com Deus cinco vezes, onde o Senhor lhe disse que estava no céu e que lá era o seu lugar e também viu Nossa Senhora por cinco vezes e também viu os anjos cantarem e os cortesãos cantarem e dançarem e outras coisas muito mais: e porque o suplicante soube com certeza que vossa excelência ficava cego rogou à Senhora do Rosário para lhe dar vista aditou-lhe a Senhora que o suplicante fizesse novena da paixão a qual a fez(...)”⁷⁷.

Como o próprio João Alves dizia na carta, ele era casado, mas “não usa do matrimônio” e “mereceu a Deus pelas suas penitências que tem feito de muitos anos”. Podemos crer que, se não desfrutava dos prazeres do casamento em vida, pelo menos na sua viagem fantástica acabou dando ao desfrute com as damas que estavam no purgatório das mulheres, onde “conheceu várias”, o que, no século XVIII, podia indicar contato carnal. Parecia que Deus, enfim, o estava recompensando pelas penitências realizadas e, desse modo, João Alves se colocava na mais alta estima do Salvador. Como um governador poderia negar um pedido de alguém que era tão íntimo de Deus e da Virgem Maria? Tendo visto estes por cinco vezes, talvez uma alusão às cinco chagas de Cristo. O céu de João Alves talvez fosse bem mais satisfatório que sua própria vida de penitente, esta sem os cantos e danças realizados pelos anjos e cortesãos.

Finalmente, João Alves usava de sua proximidade com o sagrado para fazer um pedido em prol da saúde do governador a Nossa Senhora do Rosário, refletindo, talvez, uma relação de troca: Deus o recompensou, pois era penitente, o governador deveria recompensá-lo, no pedido que fazia através da carta, pois por ele interferiu junto à corte celeste. Nessa passagem o tema da doença ocupava seu lugar na narrativa, todavia, era Nossa Senhora do Rosário que deveria cuidar da cura. O divino e a medicina ainda mantinham um estreito contato.

⁷⁷ Ibidem. Caixa 71, doc.26.

Fontes Primárias Manuscritas

Arquivo Público Mineiro (APM), Belo Horizonte:

- Arquivo Privado Joaquina do Pompeu – caixa 1.
- Documentos avulsos da Capitania (Av. C) – caixas: 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16.
- Documentos avulsos microfilmados da Casa dos Contos (Av. Casa dos Contos): índice 10126, planilha 21583; índice 9898. planilha 21531; índice 4055, planilha 20343.
- Documentos avulsos da Casa dos Contos (Av. Casa dos Contos): caixa 58.
- Documentos avulsos da Secretaria de Governo (Av. SG): caixas: 13, 63, 71.
- Documentos da Câmara Municipal de Sabará (CMS): códice 111, testamentos.
- Códices da Secretaria de Governo (SC):
 - cód. 148 – Originais de cartas, ordens régias e avisos, 1765-1797.
 - cód. 170 – Registro de portarias e termos, 1769-1771.
 - cód. 188 – Registro de cartas e ordens do governador a diversas autoridades da Capitania, 1772.
 - cód. 213 – Registro de portarias, 1775-1780.
 - cód. 287 – Originais de cartas régias e avisos, 1790.
 - cód. 292 – Originais de cartas régias e avisos, 1800-1801.
 - cód. 300 – Originais de cartas régias e avisos, 1802-1803.
 - cód. 309 – Originais de cartas régias e avisos, 1805-1807.

Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM), Mariana :

Devassas eclesiásticas, prateleira Z:

- Livro 6 (1753), livro 7 (1754-1755), livro 8 (1757), livro 10 (1762-1769), livro 12 (1767-1777).

Arquivo da Casa Borba Gato – Sabará:

- Cartório do Primeiro Ofício (CPO), número 06, documento 63, inventário.

Fontes Primárias Impressas

ALMEIDA, Cândido Mendes, 1603 - *Código Filipino ou ordenações e leis do reino de Portugal*.

Rio de Janeiro: Tipografia do Instituto Filomático, 1870. Décima-quarta edição. Primeira edição: Lisboa.

COUTINHO, J, J, da Cunha de Azeredo, 1966 - *Obras Econômicas, 1794-1804*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1966.

FERREIRA, Luís Gomes, 1735 - *Erário Mineral*. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues.

SILVA, Silvestre Silvério da, 1748 - *Governo do Mundo em Seco, Palavras Embrulhadas em Papéis ou Escritório da Razão*, exposto no progresso de um diálogo, em que são interlocutores um letrado, o seu escrevente e as mais pessoas que se propuserem. Lisboa: Oficina de Francisco Luiz Ameno.

Bibliografia de referência

ALGRANTI, Leila Mezan, 1977 - Famílias e vida doméstica. In: NOVAIS, Fernando A. *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, Volume I (Cotidiano e vida privada na América portuguesa).

- ANDERSON, M. S., 1992 - *La Europa del Siglo XVIII (1713-1789)*. México: Fondo de Cultura Económica.
- CAMPOS, Ernesto de Souza, 1956 - Considerações sobre a ocorrência da varíola e vacina no Brasil nos séculos XVII, XVIII e XIX. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Volume 231, p.138-160.
- DEBUS, Allen G., 1996 - *El hombre y la naturaleza em el Renacimiento*. México: Fondo de Cultura Económica.
- FOUCAULT, Michel, 1992 - *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____, 2001 - *O Nascimento da Clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- GOUVEIA, António Camões. Estratégias de Interiorização da Disciplina. In: MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- GROSSI, Ramon Fernandes, 1999 - *O Medo na Capitania do Ouro: relações de poder e imaginário sobrenatural – século XVIII*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG. Dissertação de mestrado em história.
- _____, 1999 - O caso de Ignácio Mina: tensões sociais e práticas “mágicas” nas Minas. In: *Revista Varia Historia*. Belo Horizonte: departamento de história/UFMG, número 20, março.
- _____, 1998-1999 - Considerações sobre a arte médica na Capitania das Minas (primeira metade do século XVIII). IN: *LPH – Revista de História*. Mariana: UFOP, número 8.
- MACHADO, Roberto, 1978 - A arte de curar os males na Colônia. In: MACHADO, Roberto. *Danação da Norma*. Rio de Janeiro: Graal.
- MAXWELL, Kenneth, 1996 - *Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MOTT, Luís, 1993 - *Rosa Egípcia: uma santa africana no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- NABUCO, José Thomaz, 1986 - *Um médico do Brasil Colônia: o cirurgião-mor Manoel Fernandez Nabuco e sua gente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- PAIVA, Eduardo França, 1996 - *Escravos e Libertos nas Minas Gerais do Século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1993. Dissertação de mestrado em história. Obra publicada sob o mesmo título, São Paulo: AnnaBlume.
- PRIORE, Mary Del, 1997 - Magia e Medicina na Colônia: o corpo feminino. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto-Unesp.
- RIBEIRO, Márcia Moisés, 1997 - *A Ciência dos Trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: HUCITEC.
- RONAN, Colin, 1987 - *História Ilustrada da Ciência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, volume I.
- ROSSI, Paolo, 1987 - *O Nascimento da Ciência na Europa Moderna*. Santa Catarina: EDUSC.
- SALLES, Pedro, 1971 - *História da Medicina no Brasil*. Belo Horizonte: Editora G. Holman.
- SANTOS FILHO, Licurgo de Castro, 1991 - *História Geral da Medicina Brasileira*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, volume I.
- SCARANO, Julita, 1994 - *Cotidiano e solidariedade: vida diária da gente de cor nas Minas Gerais – século XVIII*. São Paulo: Brasiliense.

Marinha do Nascimento Carneiro

A nova cultura científica na obstetrícia e seus efeitos profissionais (séc. XIX)¹

R E S U M O

O papel da parteira era o de prestar cuidados às parturientes. Durante séculos, nas sociedades agrárias, a sua acção era sustentada por um conhecimento de natureza popular. Desde o século XIX, a sua formação passou a ser adquirida em instituições académicas, devido às novas condições institucionais dos médicos e suas estratégias científicas: as parteiras passariam a ser controladas pela medicina, tendo em conta os novos conhecimentos e a tecnologia desenvolvida na área obstétrica.

Durante muito tempo, as representações veiculadas por alguma literatura de médicos e/ou cirurgiões sobre as parteiras surgiram, muitas vezes, eivadas de imagens caricaturais, traduzindo, sobretudo, situações de impotência, em face das quais não faltariam histórias de horror. O exagero caricatural até se poderia compreender se os cirurgiões procurassem, através dos seus escritos, propugnar por reformas profundas na área comum de actividade: a caricatura poderia criar maior sensibilidade nos leitores e produzir reflexos nos meios do poder político! Tudo indica que não era tanto assim, mas antes o efeito de uma estratégia de territorialização, que produzia um efeito arrasador nas representações sobre a parteira. Ora, em termos de comparação, as imagens mais dramáticas, no que concerne à medicalização dos partos, pertenciam claramente aos cirurgiões, a quem, por determinação legal, cabia a resolução dos casos complicados, para os quais durante muito tempo não tinham soluções técnicas, nem instrumental adequado, nem a correcta percepção dos fenómenos em curso. E descrições de mães estropiadas ou fetos despedaçados por efeito das intervenções dos cirurgiões são abundantes na imprensa médica do século XIX², não faltando ainda hoje, sobretudo nos meios rurais, memórias femininas terrificadas pela utilização dos «ferros», numa reminiscência do uso pouco adequado do fórceps pelos médicos que trabalhavam a domicílio.

A questão das parteiras e dos novos modelos de formação que lhe vão ser atribuídos deve antes colocar-se numa perspectiva cujo horizonte nos coloque para lá da rivalidade cirurgiões vs. parteiras, duas categorias das artes de curar que vão ser submersas pela nova medicina científica,

¹ Este texto corresponde a um capítulo da dissertação de doutoramento “Ajudar a Nascer – Parteiras, Saberes Obstétricos e Modelos de Formação (sécs. XV-XX)”, apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da U. P. em 2003.”

² *A Anatomia e a Cirurgia no Porto em 1825*, in “Gazeta Médica do Porto”, nº 195 (15.2.1850): 22-24.

de base experimental, a qual tanto se informa a partir dos livros que preservam a memória do conhecimento, como induz a partir dos casos concretos que lhe surgem pela frente. A situação formativa e profissional da parteira a partir da segunda metade do século XIX transforma-se radicalmente pela evolução do contexto cultural e científico. Se durante muito tempo, a parteira e o cirurgião tradicionais apresentavam um estatuto social equilibrado e o saber fazer não era muito distante e, sobretudo, estava compartimentado, a partir de meados de oitocentos tudo se alterou. A medicina aliada à cirurgia apresentava um estatuto social completamente diferente, que remetia os médicos para a elite de uma sociedade que seguia as crenças positivistas, acreditando nas possibilidades do conhecimento científico, a cujos protagonistas cria condições sociais para produção e exercício desse saber. A medicina, pela dupla função social que protagonizava - a resposta imediata ao sofrimento individual e o papel de prevenção que assegurava à sociedade - foi colocada no topo dos novos agentes sociais da modernidade. Mas a medicina não aplicava apenas receitas nesta época heróica de afirmação, produzia conhecimento, discutia as aplicações e divulgava soluções e possibilidades. A prolífica imprensa médica de oitocentos e dos inícios de novecentos dá-nos conta desse afã que se traduz na difusão de uma nova cultura científica, na qual a obstetrícia e as áreas afins (ginecologia e pediatria) ocupam um lugar de relevo. Configuram-se, assim, diferentes culturas obstétricas, no sentido de diferentes sistemas de conhecimento e de significado³, umas de feição científica e eruditas, outras ainda imersas numa dimensão popular.

A parteira, enquadrada por um modelo de formação pouco ambicioso, através de «curso menor» criado por lei a partir de sugestões vindas das organizações do ensino médico, com pré-requisitos de acesso muito limitados (apenas saber ler e escrever), com programas reduzidos e circunscritos à sua função estrita e limitações de acção no campo prático, ficou longe desta ebulição cultural e o processo do seu afastamento na aquisição de competências acentua-se brutalmente na comparação com a formação médica. Com o desenvolvimento da prática de medicalização do parto, a parteira foi sendo remetida para posições cada vez mais subalternas, tolerada apenas como solução barata em meios sociais ou zonas geográficas que não constituíssem mercado aliciante para os médicos, ou, cada vez mais, enclausurada nos meios hospitalares, embaratecendo os custos organizacionais, desenvolvendo trabalhos em equipas tuteladas por cirurgiões-parteiros, numa lógica de organização que implicou perda de visibilidade profissional.

Como se configuram, no contexto aludido, a prática profissional da parteira e a cultura obstétrica em que está envolvida a sua acção, qual é a sua margem de manobra? Vejamos alguns aspectos desta problemática a partir do exemplo do Porto no domínio da acção obstétrica.

O exercício de partejar: uma perspectiva a partir do Porto

Antigamente, o parto no hospital não era habitual senão para as mulheres pobres e desprotegidas, pois nenhuma consolação a parturiente podia ir lá buscar, que não fosse uma enxerga e um tecto. Era isto o que se verificava no Porto, onde a enfermaria de partos do novo Hospital de Santo António nada tinha de convidativo, como vimos em texto anterior. Mas, com

³ FREIDSON, 1978:287.

o decorrer do século XIX, o crescimento demográfico da cidade e a percepção de alguma eficácia nos serviços obstétricos, a hospitalização para efeito de parto passou a ter um maior significado quantitativo. Números dispersos apontam para as décadas de 1860/1870 cerca de 150 partos anuais nas enfermarias do Hospital de Santo António, enquanto em 1910 esse número já atingia exactamente 734 parturientes, segundo o Anuário da nóvel Faculdade de Medicina.

Se ao Hospital de Santo António recolhiam essencialmente mulheres pobres, havia ainda a considerar os hospitais das Ordens Terceiras, para os quais iam, em princípio, as «irmãs», ou seja, as associadas que pagavam as respectivas quotas para usufruírem dos benefícios laicos ou religiosos que essas Ordens prodigalizavam. Mas o parto em casa era a norma das mães de família e não se devia abusar da hospitalização. Era isto, porém, o que estava a acontecer no Hospital da Ordem do Carmo, segundo acta da sessão na sua mesa administrativa de 24 de Abril de 1831, que refere a ausência de determinações relativas a admissões de grávidas de irmãs da Ordem, exactamente porque a hospitalização era uma situação pouco habitual. Queixava-se, então, a mesa da Ordem:

Sendo o Regimento do nosso Hospital abundante em providencias para o seu regimen, não se encontrava nelle detreminação alguma que regulase a admissão das nossas Irmans gravidas, que no Hospital vão ter o seu parto; resultando disto o abuzo de se tratarem muntas que bem o podião fazer em sua Caza, e outras que com nome suposto se tem recolhido e tratado; tãobem tinha observado que o seu tratamento logo que se recolhem para tal efeito, era dispendioso, e oposito a bem regulada economia que a Mesa tanto tem diligenciado; porque apenas recolhidas são tratadas a gallinha, e vinho generoso, motivando isto não só maior despeza, como tãobem o anteciparem-se para o disfrutar.

De entre as medidas a tomar, a mesa administrativa, para além da demonstração de ser irmã da Ordem, passava a exigir às candidatas à entrada documentação de pobreza e autorização do Prior da Ordem para ser internada (que poderia ser negativa) e recomendava ainda aos facultativos para serem mais «economicos nos alimentos que mandam dar ás nossas irmans gravidas; porque os alimentos de galinha e vinho generoso, só se deve aplicar na proximidade do parto, e em algum tempo depois delle, sendo que outra molestia não exhiba»⁴.

Este exemplo mostra que a hospitalização para o parto continuava a ser encarado como uma obra de caridade, não se destinava a todas as mulheres, muito menos às que tinham posses económicas. O que se verificava, entretanto, na área dos partos era aquilo que podemos designar como actividade liberal. Algumas parteiras certificadas abriam «porta» ou anunciavam os seus serviços para o exercício legal da sua actividade. Note-se que, para exercerem, as parteiras, tal como os outros profissionais das artes de curar, eram obrigadas a efectuar registo nas administrações de concelho, no âmbito da legislação sobre o serviço de saúde (Decreto de 3.1.1837, reformado em 3.12.1868), tradição que remontava aos velhos regimentos. A não inscrição na repartição administrativa era punível com pena de prisão de três a trinta dias e multa de 10\$000

⁴ MONTEIRO, 1926:129-130.

réis. O Código Penal de 1852 referia ainda outras medidas específicas contra as parteiras, no âmbito dos seus deveres de socorro e da sua postura ética, estipulando penalidades: a parteira que fosse chamada a exercer algum acto da sua função para efeito de autoridade pública e recusasse seria punível com pena de prisão até três meses; a parteira que em caso urgente recusasse o seu auxílio profissional seria punida com prisão até trinta dias e multa até 20\$000 réis.

O exercício liberal da profissão de parteira, para além do trabalho ao domicílio, podia comportar, como já dissemos, a abertura de «casas de parto», clínicas onde as parturientes podiam dar à luz os seus filhos. Em 1865, por ordem do governador civil do Porto, foi publicado um «Regulamento para as casas de partos», visando a «inspecção da autoridade administrativa», estabelecendo algumas regras numa altura em que se procurava controlar e diminuir o movimento de expostos, que culminaria mesmo com a extinção das «casas da roda» em 1868 (também, em 1865, se publicou uma «circular às parteiras» a pedir-lhes que desenvolvessem um papel de moralização e de convencimento das mães para que evitassem o abandono de recém-nascidos). Definidas como «casas em que sejam recebidas, mediante retribuição, mulheres grávidas para se alliviarem», as «casa de partos» obedeceriam a alguns procedimentos para a abertura e funcionamento, nomeadamente a apresentação da carta de habilitação, atestados de comportamento civil, moral e religioso e indicação sobre a morada do estabelecimento, número máximo de parturientes a alojar, relação de criadas e ajudantes. À vista do requerimento e documentos anexos, a casa era depois vistoriada pela autoridade de saúde para avaliar das condições apresentadas. Obtida a licença de porta aberta, a autoridade emitia o respectivo alvará, sendo obrigatório para o funcionamento um livro de registo para a identificação de cada parturiente alojada e obedecer às indicações da autoridade na sequência da avaliação realizada na visita. O administrador do bairro poderia inspecionar a casa quando entendesse para verificar o cumprimento do regulamento, mas «durante esta visita as parturientes, que não quizerem ser reconhecidas, podem velar a cara»⁵.

Por via desses processos para obtenção da licença de porta aberta, ficaram alguns registos de alvarás no fundo arquivístico do Governo Civil do Porto, que fornecem mais alguma informação sobre as «casas de parto»⁶. Veja-se um caso, suficiente para nos apercebermos dessa realidade, pois a natureza burocrática dos registos leva a uma repetição em que só os dados particulares de identificação e residência se alteram. Assim, em 28 de Novembro de 1866, o Governador Civil concedia licença a Maria Delfina de Abreu, parteira diplomada pela Escola Médico-Cirúrgica do Porto, para ter uma «casa de partos», com duas camas na Rua do Bonjardim, nº 166, com a condição de satisfazer o regulamento e de ter os instrumentos exigidos pela Delegação de Saúde. Que instrumentos? Uma lista anexa elucida-nos dos elementos necessários a uma casa de partos:

a) **móveis**

1 cama de ferro, baixa, com duas cabeceiras, para cada doente;

1 cadeira de partos;

1 jarro e uma bacia de mãos;

⁵ Junta Geral do Distrito do Porto, 1866: 40-45.

⁶ A.D.P, Fundo do Governo Civil - *Livro de alvarás*, nº 22.

- 1 bacia para semicúpios;
- 1 canoa para banhos gerais;
- 1 seringa e borrachas para injeções;
- 2 esponjas;
- vasos para despejos;
- agulhas, linhas enceradas e tesoura;
- 2 encerados para cânulas;
- 2 faixas contentórias;
- 4 ligaduras;
- 3 cobertores;
- 6 lençóis;
- 2 toalhas;
- b) medicamentos**
- 1 vidro de água de canela;
- 1 dito de óleo de amendoas doces;
- 1 dito de óleo de ricínio;
- 1 libra de linhaça em pó;
- 1 dita de mostarda em pó;
- Banha das dores, tília e folhas de laranjeira.

Utensílios de limpeza, higiene e conforto, um mínimo de instrumentos para irrigações e suturas, além de óleos para massagens. De entre os diversos objectos que apetrechavam a clínica da parteira, sublinhe-se a cadeira de partos, um elemento simbólico na literatura sobre a maternidade, a que já nos referimos em páginas anteriores, a propósito das propostas de Melo Franco para uma cadeira articulada, apresentada, em 1815, na Academia Real das Ciências. As cadeiras obstétricas foram, depois, objecto da atenção de alguns médicos vocacionados para a história da medicina e da etnografia. Assim, Costa Sacadura e Alberto Saavedra dizem-nos ter arrolado 16 cadeiras de partos, 13 das quais no Porto. Das imagens e descrições nenhuma se parecia com o modelo preconizado por Melo Franco: são, no geral, cadeirões quase vulgares, com a abertura oblonga no assento, quase em geral fixas e de costas perpendiculares, modelos simples e baratos, sem grandes preocupações ergonómicas⁷.

A cadeira era, portanto, um elemento de trabalho da parteira, que, como vimos pela concessão do alvará, era obrigatório para as profissionais legalizadas. Há descrições romanescas de parteiras com a sua inseparável cadeira, normalmente transportada por um galego, como a produzida por Gervásio Lobato (in “Lisboa em camisa”). A cadeira obstétrica era, então, um instrumento típico, pelo qual se identificava a parteira, mas que também pode interpretar-se como um símbolo de respeito pelas posições tradicionais assumidas no parto. O uso da cadeira foi ultrapassado com a medicalização, que remeteu a parturiente para a cama, de forma obediente, em posição de decúbito dorsal. Posição esta mais conveniente ao obstetra e aos múltiplos exames

⁷ SACADURA; SAAVEDRA: 1948.

que desencadeia, mas com resultados muito discutíveis para a parturiente. Alguns vêm na rotina desta posição um elemento simbólico de um exercício de poder⁸.

Se tentarmos uma aproximação quantitativa, que números tínhamos para as parteiras em exercício no Porto? Uma resposta, com alguma aproximação, pode ser fornecida pelos almanaques da Cidade do Porto para vários anos, uma publicação regular, que nos permite seguir a evolução não só da identificação das parteiras e dos seus endereços, como também para as outras artes médicas. Note-se que os almanaques eram uma forma de anúncios classificados da época (tipo «páginas amarelas» de hoje). Contabilizando os nomes aí insertos, temos o Quadro I, que evidencia o facto de trabalharmos, ao nível local, sempre com um número reduzido de profissionais, apresentando uma relativa estabilidade que só dobra com a passagem do século. Esta tendência multiplicadora no dealbar do século XX também se verifica em relação aos médicos, dentistas e farmacêuticos, a acompanhar naturalmente a evolução demográfica da Cidade e também a difusão das preocupação higienistas, além de melhores resultados de formação ao nível da Escola Médico-Cirúrgica do Porto.

Quadro I

Evolução do nº de profissionais de “artes de curar” na cidade do Porto (1852-1906)

Arte/Ano	1852	1854	1862	1872	1883	1899	1906
Médicos	27	27	30	23	22	164*	203*
Cirurgiões	54	50	38	37	79	**	**
Parteiras	16	19	14	19	20	37	43
Algebristas	4	2	2	2	2	4	4
Farmacêuticos	51	49	39	37	45	74	90
Dentistas	2	4	4	6	9	16	20

Fonte: Almanques da Cidade do Porto para os diversos anos

* São mulheres (4 em 1899; 6 em 1906). ** São englobados nos médicos.

Apesar de constituírem um número relativamente pequeno na cidade do Porto, inferior durante muito tempo às duas dezenas, as parteiras não tinham uma vida profissional fácil. O parto sempre foi um acto doméstico e as entreadjudas da vizinhança costumavam resolver as situações de normalidade. A medicalização só acontecia com as famílias de mais elevado estatuto social ou para ocorrer em situações de grande complicação. Assim, as parteiras especializadas tinham nas «curiosas» e nas ancestrais práticas de recurso à vizinha o grande obstáculo à sua expansão.

Em 1896, o médico A. Maia Mendes, professor da escola de partos na Escola Médico-Cirúrgica, deu-nos conta⁹ das «muito precárias condições» que as parteiras profissionais apresentavam, tendo-se-lhe dirigido um grupo para que as ajudasse no lançamento e organização de uma associação de classe. Sublinhe-se que a lei para a criação das associações de classe tinha

⁸ KITZINGER, 1978:76.

⁹ MENDES, 1896:3.

saído em 1891 e borbulhava então o movimento associativo¹⁰, pelo que este pedido, mostrando alguma consonância conjuntural, não deixa de revelar algum espírito de grupo e de alguma consciência profissional. Vinte e tal parteiras participaram então numa reunião (21 de Dezembro de 1896), aonde debateram os seus problemas, denunciando mais uma vez o abuso das «curiosas», cuja actuação Maia Mendes classificava como um «atentado contra a segurança pública», pois conhecia da sua prática hospitalar «desarranjos por manobras erradas ou pela ingestão despropositada de remédios do tratamento de cá de fora». Administração intempestiva da cravagem do centeio, socorros tardios ou manobras erradas eram situações frequentes provocadas pelas «curiosas», testemunhadas por Maia Mendes¹¹.

Este médico, numa atitude de paternalismo e enquanto formador, aconselhava então duas vias para a defesa da classe, como forma de ultrapassar os dois grandes problemas que eram a tolerância para com as «curiosas» e a preparação rudimentar das parteiras diplomadas: por um lado, dado as escolas não exigirem preparatórios mais do que o saber ler e escrever, aconselhava a criar maior exigência nas admissões e a dificultar os cursos para que «a fecundidade das escolas não inundasse de parteiras os grandes centros de população», tentando-se diminuir a concorrência; por outro lado, chamava a atenção para a situação anormal de infecções puerperais no Hospital de Santo António, derivadas de infecções por ocasião dos partos, recomendando formação no domínio da assepsia. Assim, apoiava a ideia da associação que deveria, na sua óptica desenvolver três linhas programáticas:

- esforçar-se para a proibição da acção das parteiras não encartadas, devendo para isso exercer vigilância e pedir o auxílio das autoridades e da *Sociedade União Médica*;
- empenhar-se para dificultar o acesso à formação, pelo menos no que respeitava a requisitos «preparatórios»;
- solicitar das autoridades de saúde um «código uniforme de desinfecção puerperal, no qual serão instruídas todas as associadas, obrigando-se uma por uma a cumpri-lo e a fazê-lo cumprir, por si e pelas suas clientes, sempre que assistam a qualquer parto».

Nos inícios do século XX, como vimos, o número de parteiras em exercício no Porto duplicara, numa multiplicação que era paralela à das outras artes sobreviventes: médicos (agora numa designação que abrange também os cirurgiões), dentistas e farmacêuticos, pois só os algebristas pareciam sem futuro. Mas a crise destas «parteiras diplomadas» era, como já vimos, mais complexa, o efeito de multiplicação de profissionais era relativo, só ganhando expressão

¹⁰ Pelo Decreto de 09.05.1891 regula-se a criação de associações de classe.

¹¹ Artur Maia Mendes (1857-1920) foi um dos mais talentosos médicos-parteiros do Porto, tendo entrado como clínico interno para o Hospital de Santo António em 1883, onde aperfeiçoou a sua prática cirúrgica e obstétrica que o tornou um «parteiro magistral e um ginecologista distinto». Em 1893, «bem conhecedor já dos segredos da arte obstétrica, para que a Natureza parecia tê-lo dotado com uma mão especialmente adextrada, criou um curso livre e retribuído de partos, primeiro e único deste género até hoje havido no Porto. Embora não tivesse o cunho oficial, esse curso funcionou durante uns poucos de anos e por ele passaram individualidades hoje em destaque no professorado médico e na clínica. O seu falecimento impediu-o de publicar, como tencionava, essas lições de partos, certamente vasadas hoje em novos moldes e acrescidas dos ensinamentos que a sua prática de então para cá lhe havia de ter proporcionado» - assim se afirmava in *A Medicina Moderna*, nº 317, Maio de 1920. Chefe de clínica e professor na Escola Médico-Cirúrgica do Porto, promoveu, em 1910, o movimento para a primeira Maternidade do Porto, instituição de assistência particular de filantropia que funcionou antes da Maternidade Júlio Dinis.

quando conjugado com a concorrência das «curiosas» e a fraca procura social em relação às profissionais cuja acção era encarada como não indo muito além das curiosas nos partos naturais e não dispensava o recurso ao médico-cirurgião nos casos patológicos. Depois, a falta de espaço para as novas profissões médicas ou paramédicas era, de facto, um problema geral e sério. O tipo de preocupações daí derivadas pode observar-se num jornal como *A Medicina Moderna*, que nos apresenta, durante a década de 1890, uma série de artigos contestando a nova «contribuição industrial» que se abatia sobre a classe médica e formula um discurso anti-fiscal, procurando justificá-lo com as dificuldades de trabalho e remuneração que então se sentiam. Neste contexto, são elucidativos alguns trechos de uma representação da classe médica do Porto à câmara de deputados, contra o Decreto de 28.06.1894 que onerava em quase 100% a contribuição industrial (passava de 46\$750 para 71\$500, além de outros impostos adicionais que acabam por elevar a taxa para os 100\$000 réis):

(...) a clínica na cidade do Porto se achava muito prejudicada por duas condições locais - a enorme multiplicidade de associações de socorros mútuos e a grande acumulação de médicos. A maior parte dos habitantes e famílias menos abastadas do Porto estão filiadas naquelas associações, que prestam serviços médicos por diminutas anuidades; e se tal circunstância, barateando estes serviços, redundava em grande benefício do público, actua também, e inversamente, na depressão dos proventos clínicos da classe médica.

A acumulação dos médicos tem-se agravado de modo que no Porto a relação entre o seu numero e a população representa já um sinal de crise para a classe, por ter ultrapassado os limites da lei económica que regula este exercício profissional. Não se conhece hoje no Porto ninguém que tenha avantajado fortunas pelo simples exercício da profissão médica: os mais felizes granjeiam uma modesta mediania; os outros, a grande maioria, vivem das contingências do trabalho dia-a-dia, ou suprem com rendimentos de outra procedência a insuficiência dos rendimentos da profissão.¹²

A prática do mutualismo, que as classes operárias desenvolviam para cobrir as contingências inesperadas da desgraça e da doença, também cobria os cuidados da maternidade, havendo mesmo algumas associações só com esta finalidade. O efeito sobre o mercado das parteiras seria naturalmente o mesmo que os médicos apontavam em relação a si. Desconhecendo nós eventuais movimentações das parteiras neste contexto, assinalemos, contudo, que a movimentação da classe médica, com um sentido neo-corporativo, se organizou em torno da *Sociedade União Médica*, uma sociedade de cariz até aí científico e que, segundo uma reunião de 14 de Fevereiro de 1896, passou a ser considerada como tendo uma dupla função, «como associação de classe e como corporação científica», devendo ser «uma instituição de defesa dos interesses dos médicos do Porto», sem descurar embora a discussão e crítica do movimento científico. Propunha-se mesmo que houvesse «sessões económicas» alternando com sessões científicas. Falava-se da necessidade de encarar «o triste futuro que está reservado aos médicos do Porto, se continuar a

¹² *Representação*. “A Medicina Moderna”, Vol.I (1894 -1896): 79.

umentar o desequilíbrio entre a oferta de serviços e a necessidade deles»¹³. O problema foi tratado em vários outros números dessa publicação, surgiam títulos de artigos como «o proletariado médico» e defendia-se de uma forma geral o associativismo profissional.

Pouco depois, numa nova reunião da *Sociedade União Médica* (9 de Março de 1896), era já a classe dos farmacêuticos que achava necessário repensar a sua condição de classe, passando em revista a história da sua formação, os serviços de fiscalização, pondo-se em relevo a existência de 76 farmácias nessa altura¹⁴. Em conclusão, a crise dos finais do século passado em Portugal atravessava todas as classes, e as profissões médicas e paramédicas não escapavam a ela, para isso contribuindo na opinião dos diversos profissionais a forte e desigual concorrência, dado o acréscimo no número de profissionais e nos casos das parteiras e dos farmacêuticos esse número era ainda acrescido com os não legalizados que invadiam o seu campo de actuação impunemente. A uns e outros a *Sociedade União Médica* prometia apoio, constituindo-se numa plataforma de discussão profissional e reivindicativa e simultaneamente de discussão científica.

Não sabemos os desenvolvimentos da *Sociedade União Médica*, mas em 1910 a *Gazeta dos Hospitais do Porto* anunciava o início de actividade da *Associação de Classe dos Médicos do Norte de Portugal*, composta de profissionais dos distritos a norte de Aveiro e Guarda incluídos, que se propunha resolver todas as questões de tipo profissional e de interesse médico, bem como «combater o exercício ilegal da medicina sob todas as suas formas», elaborar um código de deontologia médica, não esquecendo a assistência mútua através da criação de uma caixa de pensões para os sócios carentes e uma cooperativa. Esta associação tinha na presidência da assembleia geral Júlio de Matos e na da comissão administrativa Mendes Correia¹⁵, ambos conhecidos médicos do Porto.

Uma nova cultura obstétrica

A participação crescente dos cirurgiões nos partos para resolução dos casos complicados, dadas as proibições impostas às parteiras no sentido de não usarem instrumentos cirúrgicos, conduziu a que fossem aqueles a descobrir, no decurso das operações que realizavam, as principais técnicas que vieram a revelar-se decisivas na salvação da mãe e da criança em situações extremas. Mas devemos notar que as grandes descobertas cabem, sem dúvida às novas gerações de médicos-cirurgiões, esse produto novo da medicina moderna, que realiza a síntese entre o médico dotado de cultura erudita e o cirurgião próximo do doente, que fala a língua corrente e cruza a cultura médica com os cinco sentidos na percepção da doença.

A separação tendencial da obstetrícia (e depois da ginecologia) do domínio da cirurgia geral ao longo do século XIX, criando-se cirurgiões especializados nesta área, ajudou a sistematizar observações e a extrair daí algumas conclusões que, no debate de ideias que circulavam no âmbito da sociabilidade científica, permitiram encontrar soluções com eficácia que se difundiram e melhoraram as condições gerais da prática obstétrica. Assim, depois de reconhecida a importância

¹³ *Sociedade União Médica*. “A Medicina Moderna”, Vol. I (1894-96): 228.

¹⁴ *Sociedade União Médica*. “A Medicina Moderna”, Vol. I (1894-96): 236-237.”

¹⁵ *Associação de Classe dos Médicos do Norte de Portugal*. “Gazeta dos Hospitais do Porto”, (1910): 29-30.

de técnicas obstétricas simples desenvolvidas no século XVIII e inícios do século XIX, tais como o «toque» que permitiu detectar a dilatação do colo uterino e a apresentação/posição fetal, a auscultação fetal (1816), a pelvimetria, justifica-se agora uma referência às novas descobertas técnicas que, pela sua eficiência, ajudaram a superar as complicações da natureza nos partos, criando uma nova cultura obstétrica, baseada num conhecimento mais preciso do mecanismo do trabalho de parto. Entretanto, a obstetrícia beneficiou do desenvolvimento da ginecologia, que aos poucos ganhou capacidade para conhecer e tratar a genitália feminina, e, obviamente, da prática operatória geral que habilitou a cirurgia a interferir no corpo humano minimizando as suas consequências.

O controlo das infecções puerperais e o desenvolvimento de capacidades de extracção do feto sem riscos para a mãe e para a criança constituíram as dimensões fundamentais de uma nova cultura obstétrica, que tornou inevitável e desejado o papel do obstetra junto das parturientes, contribuindo para normalizar e delimitar espaços profissionais que antes eram essencialmente conflituais. Consolidando o tradicional ordenamento das artes de curar, produziu-se uma nova legitimidade para a divisão do trabalho já experimentada: à parteira foi-lhe definitivamente entregue a função de assistir aos partos ditos naturais e aos médicos-parteiros coube-lhes resolver os casos complexos, pela administração das novas técnicas obstétricas, em processo de refinamento crescente.

Tratou-se, no fundo, de cristalizar uma divisão de trabalho segundo uma matriz de género: a parteira-mulher cuidaria da parturiente, acompanhando-a mais longamente nos seus esforços para parir, numa função ligada a um conceito que hoje, em enfermagem, designamos por «cuidar», isto é, uma atitude virada para a atenção global ao bem-estar da parturiente, incluindo os aspectos subjectivos da situação, só devendo chamar o cirurgião-parteiro na previsão de complicações no parto; o cirurgião, quase sempre homem, dispondo de técnicas rápidas que permitiam a intervenção cirúrgica, resolvia os partos complexos, numa função ligada ao «tratar», ou seja, procurava solucionar os aspectos que se apresentam problemáticos, visando a sua rápida superação. O aparecimento de algumas mulheres no campo da cirurgia, desde os finais do século XIX, ajudou a diluir as marcas pesadas desta distinção de género, desviando a discussão para o campo de uma competência científica, no acesso à qual não se verificava uma igualdade de oportunidades segundo o sexo (aqui como noutros sectores profissionais).

No Porto, por exemplo, surgem mulheres médicas em 9 de Novembro de 1891, com a apresentação das dissertações de fim de curso por parte de duas irmãs: Aurélia Morais Sarmento, cujo «acto grande» versa a *Higiene da Primeira Infância*; Laurinda Morais Sarmento, que equaciona *Breves Considerações sobre o Vestuário Feminino*. E, em 1892, é a vez de Maria Paes Moreira defender a *Higiene da Gravidez e do Parto*, para abrir depois consultório na cidade, dirigido para doenças de mulheres. Outras se seguiram, vocacionadas para as doenças femininas e a maternidade, ainda que em número escasso relativamente aos homens: Maria Genoveva de Jesus e Silva – *Placenta prévia*, 1900; Maria Arminda da Costa Prata – *Ação dos Medicamentos sobre a Secreção Láctea*, 1902; Guilhermina Arminda da Costa Prata – *Gravidez Ectópica*, 1902; Casimira Ferreira Loureiro – *Profilaxia e Tratamento da Sífilis do Recém-nascido*, 1906; Leonor Amélia da Silva – *Anestesia Geral e o Clorofórmio*, 1906.

O argumento da maior aproximação emotiva da parteira junto da mulher, derivada da identidade de sexo, relativamente ao papel do cirurgião, começava a diluir-se, porque as mulheres poderiam ter junto de si, vigiando a sua maternidade, outras mulheres com conhecimentos aprofundados de obstetrícia, de ginecologia e de pediatria, que eram as mulheres médicas.

Entretanto, a nova cultura obstétrica, como ramo especializado da medicina, difundia-se com rapidez ao longo do século XIX, por via da circulação de ideias que as escolas universitárias, as academias e as associações promoviam. Verificava-se uma preocupação de divulgação num tempo de culto da ciência e da técnica, com a imprensa médica a permitir que as novas concepções chegassem aos pontos mais remotos através da acessibilidade de que se revestia. Uma revista médica portuguesa – *A Medicina Moderna* – fazia-se eco desta vaga ascendente e exaltante da ciência médica:

A segunda metade do século XIX rasga na história médica um panorama resplandecente, em que a medicina e a cirurgia se disputam a primazia dos progressos em benefício dos enfermos.

D'um lado, a medicina, armada de finíssimos meios de investigação physiologica e de experimentação therapeutica, enriquecida com preciosas alfaias fornecidas pelas sciencias auxiliares e esmaltada com a brilhante legião de substâncias medicamentosas, extrahidas umas do reino animal, tiradas outras do reino vegetal e trabalhadas outras, e essas em avultadíssimo número, nos laboratórios chimicos² – a medicina, diziamos, está n'um subido grau de aperfeiçoamento, um pouco tolhida talvez pelo somenos cuidado que se costuma votar ás intrincadas questões de pharmacoterapia – a parte mais desprezada na litteratura médica.

D'outro lado, a cirurgia, devendo o seu brilhantismo e credito actual ao fervoroso culto pela trindade que synthetisa as grandes conquistas realizadas³ – anesthesia, antiseptia, forcipressura – avança na exploração das mais reconditas regiões do organismo que o genio adivinhativo dos Bichat, a sapiencia analítica dos Sappey e dos Testut e o methodo descriptivo dos Tillaux patentearam francamente à complicada engrenagem dos instrumentos manejados pelos Péan, Lawson, Tait, Billroth.

E não é só lá fora que as sciencias médicas estão n'um contínuo progredir e que a imprensa medica registra o sinuoso traçado do movimento scientifico respectivo¹⁶.

No campo obstétrico, as novas possibilidades do uso do fórceps, as incidências da anestesia, o significado da assepsia e da anti-sepsia, as novas virtualidades da cesariana ou as possibilidades de promover o «parto provocado» eram os principais tópicos de discussão no tempo de viragem do século XIX para o século XX.

¹⁶ *O Nosso Jornal*. “A Medicina Moderna”, Janeiro de 1894: 1.

O fórceps

Se podemos remontar a invenção do fórceps ao século XVI, como já referimos em capítulo anterior, deve dizer-se que o seu uso era restrito e muito traumatizante para a mulher e para o feto. Há estudos médicos que revelam fotografias de crianças com crânios irremediavelmente deformados pelo uso indiscriminado e inadequado do fórceps. Só no decorrer do século XIX o fórceps ganhou formulações mais eficazes, com relevo para o «fórceps de tracção», de Tarnier (1877).

A discussão das técnicas de manipulação do fórceps surge na Escola Médico-Cirúrgica do Porto como objecto de várias dissertações («acto grande»), em épocas distanciadas entre si, revelando-se como um tema recorrente, que suscita novas abordagens, o que ocorre também em revistas médicas. Se a tese de Júlio da Costa Peixoto – *Do Fórceps* (1861) nos revela um uso ainda débil deste instrumento, já, duas dezenas de anos após, a de Júlio Estevão Franchini — *O Forceps e a sua Aplicação na Inércia Primitiva* (1880) se revela perfeitamente actualizada. Aí se discutem, por exemplo, as diversas formas de actuação do fórceps (como instrumento de tracção; por compressão e redução; como alavanca; como estímulo de contracções uterinas) e, sobretudo, aborda-se a polémica entre os defensores do fórceps clássico e o novo modelo de Tarnier, cuja análise comparativa se efectua, bem como se explica o seu funcionamento e se discutem as opções a tomar no seu campo de intervenção.

No decorrer do século XIX atinge-se, de facto, uma manipulação satisfatória, graças a sucessivos melhoramentos no instrumento, sendo o fórceps de Stephen Tarnier considerado como um importante salto qualitativo.

«O meu fórceps é o de Tarnier. Exceptuando alguns médicos ingleses e poucos mais, todos os práticos hoje reconhecem que são de primeira ordem os aperfeiçoamentos introduzidos por Tarnier no fórceps». Assim se exprime o célebre médico-parteiro do Porto, Maia Mendes, já em 1907, num artigo¹⁷ em que explica a melhor forma de com ele operar e sugere alguns aperfeiçoamentos que ele próprio desenvolvera, no sentido de criar um travão interno que o fixasse em determinada posição e evitasse tanto o acréscimo de compressões laterais sobre a cabeça do feto à medida que crescia a tracção empregada como eventuais roturas do períneo, problemas estes que eram as consequências mais habituais em resultado da aplicação do fórceps.

A anestesia

«Parirás na dor», foi a mensagem bíblica para as mães, que as preparou para o sacrifício. Mas à Bíblia também se pode ir buscar a emergência do primeiro anestesiador: segundo o livro do *Génesis*, o Senhor Deus adormeceu Adão e só depois lhe retirou uma costela para criar Eva. O médico Costa-Sacadura, num documentado artigo, mostrou-nos essa preocupação de sempre com as dores do parto, para que concorriam superstições, amuletos, talismãs e beberragens descontroladas, numa tentativa para as eliminar ou aliviar¹⁸.

¹⁷ MENDES, 1907: 24 -33.

¹⁸ COSTA-SACADURA: 1947.

Nos meados do século XIX, ocorreram importantes desenvolvimentos da química, que se tornaram decisivos para a construção científica da anestesia, realizando-se uma velha aspiração que levou a múltiplas tentativas e experiências ao longo dos tempos. Tentativas de adequação de drogas diversas não faltaram, mas só algumas tiveram desenvolvimentos cientificamente estruturados e aplicações recomendadas. A aplicação do éter surge nos Estados Unidos, por via de um químico que confidenciou a um dentista a descoberta de um medicamento que entorpecia a sensibilidade, efeito logo experimentado na extracção de alguns dentes. Esta acção foi publicitada em 1846, propagando-se a notícia de imediato a Inglaterra e depois a França (sendo apresentada na Academia de Medicina de Paris em 1847). Depois de experimentada em várias situações, a eterização foi aplicada à obstetrícia por James Simpson, em Edimburgo, ao que parece, numa inspiração de momento, quando se viu obrigado a operar uma apresentação pélvica numa parturiente cuja bacia era demasiada estreita. Os resultados incentivaram-no a repetir o processo em outros partos laboriosos, mas Simpson teve de superar as contra-indicações do éter nas parturientes, voltando-se então para a utilização do clorofórmio, o qual já fora descoberto em 1837, mas só agora (1847) foi aplicado como anestésico. Esta prática rapidamente se divulgou e a anestesia aplicada aos partos naturais tornou-se uma moda na Inglaterra, seguida ainda com muito entusiasmo na Alemanha, mas com mais circunspecção na França, dado que nos países católicos esta intervenção humana foi muito discutida do ponto de vista religioso, pedindo-se muitas vezes o parecer de teólogos. Só por si, a ideia de anestesia suscitou debates apaixonados, amaldiçoando-a alguns como imoral e inaceitável; depois surgiram os adeptos do éter contra os do clorofórmio, numa disputa mais técnica, que levou mesmo à utilização do termo cloroformização como sinónimo de anestesia.

O que se passou em Portugal? Logo em 1847 a Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa, num concurso de memórias, incluía a questão «Convirá submeter os doentes à acção da inalação do éter antes de praticar qualquer operação cirúrgica?». E, em 1848, o lente de partos e médico do Hospital de Santo António, José Sinval¹⁹, publicou *Apliação do clorofórmio em uma parturiente instrumental. 1º caso deste género em Portugal*, numa afirmação de pioneirismo nacional que disputou com Magalhães Coutinho, o qual, em Lisboa, também aplicou, pela mesma altura, o clorofórmio. Se a isto acrescentarmos que um português, Francisco Luís Gomes, apresentou tese na Universidade de Montpellier, em 11 de Agosto de 1847, intitulada *De l'Etherisation Considerée sous les Rapports Théorique et Pratique*, temos de considerar que a anestesia correu rápida entre os médicos portugueses, pelo menos ao nível de conhecimento e da tentativa da sua aplicação. Os primeiros ensaios de eterização no Porto ocorreram precisamente em 1847, no Hospital de Santo António, em três casos, sendo que um dos pacientes foi eterizado por três dias sucessivos sem conseguirem operá-lo, tal a agitação, só conseguindo a intervenção ao quarto dia²⁰.

Essa rapidez de transmissão de conhecimentos pode ainda observar-se melhor ao nível das preocupações dos finalistas de medicina, que, para obterem o título, apresentavam tese nas Escolas Médico-Cirúrgicas. No que concerne à anestesia em situações de parto, já em 1850

¹⁹ “Gazeta Médica do Porto”, 1848: 80-81.

²⁰ “Arquivos de História da Medicina”, Vol. III: 127.”

surgia uma tese médica no Porto intitulada *Do Método Anestésico Considerado em suas Relações com a Arte de Partos*, de José de Almeida Soares Lima e Bastos, procurando avaliar formas de actuar e eventuais contra-indicações.

Mas também aqui a aplicação da anestesia ao parto natural foi extremamente discutida, considerando muitos que a aplicação dos anestésicos nestas situações eram meros perturbadores de uma função, «cujo exercício já a natureza destinou para ser doloroso; e quem sabe até que ponto as dores bem longe de serem prejudiciais à parturiente, são pelo contrário, favoráveis, tornado-se um termómetro fiel da ocasião próxima da excreção fetal, e convidando a parturiente a secundar com o auxílio dos outros músculos a acção das contracções uterinas, quantas vezes não são elas que nos advertem da inércia do útero e de outros muitos acidentes que podem ocorrer na parturiente» - assim falava José Joaquim Lopes Cardoso, na sua dissertação *Cloroformização Considerada nas suas Relações com o Parto Natural*, defendida em 1855, na Escola Médico-Cirúrgica do Porto, numa atitude de naturalização da dor, conceptualização que justificava a prática de a anestesia só ser considerada para casos excepcionais, e mesmo assim de forma moderada, para que a parturiente sentisse claramente as contracções abdominais, diremos hoje uterinas. Mas não faltava quem pensasse que pequenas dosagens de opiácios poderiam ter efeitos analgésicos no parto, problema discutido por António Manuel Pires Moreira na sua tese - *Emprego do Ópio na Prática Obstétrica* (1863).

Estava ainda muito viva a acusação de efeito anti-social que se atribuía à utilização da anestesia no parto, poucos se atrevendo a contrariar a sentença bíblica que condenava a mulher às dores do parto, acentuando alguns que «o amor da mãe para o filho tinha a sua razão de ser nas dores do parto», como historiava, já com algum distanciamento desta polémica, outro finalista, António de Passos Pereira de Castro, na dissertação - *Vantagens da Anestesia nos Partos Naturais Simples* (Porto: 1866). Este autor, para além de referir a importância de Magalhães Coutinho (da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa) na difusão deste tipo de intervenções, com relatos dos seus casos na *Gazeta Médica de Lisboa*²¹, organiza a sua dissertação sobre os casos praticados no Porto pelos médicos parteiros da época (Costa Leite, José Gouveia Osório, Pereira Reis e José Andrade Gramacho) entre 1854-1866. Depois de perorar sobre as vantagens da anestesia, desde que cuidada e cientificamente aplicada, mesmo nos partos normais, Pereira de Castro termina a dissertação com uma frase que revela só por si o militantismo médico da altura: «eu, aqui o declaro, quando encontrar uma mulher a estorcer-se nas dores do parto, serei sempre um apóstolo da anestesia».

Este apostolado da anestesia desenvolvia-se à medida que crescia o conhecimento sobre a fisiologia do parto, do sistema nervoso, o domínio da técnica (só em 1872 surge o método de inalação, gota a gota, através de máscara) e a amplitude dos seus efeitos, minorando-se os riscos eventuais, definindo-se as contra-indicações. Importante, por exemplo, nesta discussão foi destrinçar entre contracções uterinas e dores e daí derivar a conclusão da possibilidade de diminuir as dores sem desaparecerem as contracções. Na Escola Médico-Cirúrgica do Porto são várias as teses que abordam a problemática da anestesia. Rómulo Farme Ribeiro revelava já um grande

²¹ “Gazeta Médica de Lisboa”, Tomo V (1857): 328.

conhecimento da matéria e das disputas teóricas que a este respeito circulavam entre os principais médicos estrangeiros, defendia a possibilidade de a anestesia ser aplicada em todos os partos, mesmo nos normais, sem quaisquer riscos. Formulava, embora, a doutrina de que não havia necessidade de ser utilizada na maioria das situações de parto, dada a inexistência de problemas nos partos normais e por estes serem assistidos por parteiras, «a quem de modo nenhum permitiríamos fazer uso do clorofórmio»²².

A anestesia tornou-se moda na obstetrícia, por parte dos médicos, mesmo quando nada parecia aconselhá-la. É um facto que sumidades médicas ao nível da obstetrícia aconselhavam este «sono tão doce» (Simpson) em todos os tipos de partos, incluindo os naturais e regulares (salvaguardadas as contra-indicações). Outros, no entanto, distinguiam entre *poder e dever*, desdramatizando o problema das dores nas situações normais e defendendo mesmo o simulacro da anestesia ou a ministração de doses mínimas para as situações de agitação descontrolada na mulher, em especial nas primíparas, defendendo assim um efeito psicológico, de tipo placebo. Era esta uma das posições defendidas, em 1878, por Farme Ribeiro, na sua tese *Da Anestesia em Obstetrícia*, o qual reconhecia que a anestesia não suprimia as contracções, não exercia acção perigosa sobre a saúde da mãe e do filho, mas não deveria ser empregue nos partos naturais (a não ser em mulheres muito impressionáveis ou doentes nervosas), aplicando-se o clorofórmio nas diversas operações obstétricas (versão, aplicação do fórceps e cesariana). Era um autor preocupado em sublinhar que «de modo algum a anestesia deve deixar de ser propriedade exclusiva dos médicos, e que nunca uma parteira, cujos conhecimentos são muito limitados, deve estar autorizada a praticá-la»²³.

Nos finais do século, a anestesia surge como tema que suscita várias dissertações, com novas abordagens. A aplicação de clorofórmio surgia como uma solução defendida e discutida para as dores do parto e para as intervenções operatórias respectivas. Para além das teses já citadas, referenciem-se ainda algumas de Lisboa, que tiveram alguma repercussão na literatura médica da época: José Clemente dos Santos - *O Cloral Durante o Trabalho de Parto* (Lisboa, 1870); Joaquim Salgado - *O Clorofórmio no Parto* (Lisboa, 1880); Luís Vilar - *O Clorofórmio no Parto* (Lisboa, 1892).

Segundo Costa-Sacadura, no caso português, «era de tal maneira arreigada a prática da anestesia pelo clorofórmio que quase não se empregava o termo anestesia, mas apenas o de cloroformisação»²⁴, embora o éter também tivesse os seus cultores.

A partir de 1890, surgiram na imprensa médica artigos sobre novas formas de anestesia²⁵ e, pouco depois, desenvolveram-se teses com base nas novas soluções anestésicas, com relevo para trabalhos sobre a cocaína. Nesta sequência, a imprensa médica informava que, já em 1901, através de Cândido de Pinho, se aplicara em Portugal a raquianestesia, a partir de injecções de cocaína, em situações de «extracção manual de feto e numa aplicação de fórceps». Depois Júlio Franchini aplicara estovafina para uma laparotomia.

²² RIBEIRO, 1878: 55.

²³ RIBEIRO, 1878: 76.

²⁴ COSTA-SACADURA, 1947.

²⁵ VIEIRA 1890: 87.

Em 1911, era Roberto Frias que utilizava, pela primeira vez em Portugal, para efeitos de anestesia local, a novocaína em injeção lombar para uma colpo-perineorrafia, ao que parece, com evidente sucesso. Depois de relatar 43 casos, Roberto Frias apresenta as múltiplas vantagens do método: evita complicações secundárias, fornece serenidade às pacientes, dispensa anestesista, facilitando cirurgias de urgência e até permitia operar de noite, à luz de chama, sem os perigos de explosão que o éter ou clorofórmio representavam nessa situação, além de vantagens ao nível da contractilidade uterina, pois diminuiria as hemorragias e facilitava a expulsão do feto. Em suma: «os doentes preferem-na sempre e o parteiro que uma vez a tenha empregado não mais terá vontade de se utilizar da anestesia geral», dizia Roberto Frias, numa evidente euforia com o progresso técnico, sem deixar de referenciar algumas contra-indicações²⁶.

Os percursos anestésicos não pararam por aqui. Com o avançar do século XX surgiam novos títulos com impacto na obstetrícia: Augusto Botelho Simas - *Parto Sem Dor por Injeção Epidural*, Lisboa, 1922; Pedro Mendonça Soares - *Contribuição para o Estudo do Parto Sem Dor*, Lisboa, 1925. Era apenas o culminar das conquistas dos finais do século XIX.

Com o domínio crescente das técnicas de anestesia, os médicos-cirurgiões recuperam aos olhos do grande público a função mágica de outros tempos e o parto sem dor nas situações normais, por administração farmacológica, transforma-se rapidamente numa questão de snobismo (só ao alcance de alguns), tão ao modo dos novos tempos da *belle époque*, favoráveis à valorização pessoal do corpo e da vida.

Assepsia e anti-sepsia

Durante muito tempo atribuída a situações extravagantes, a infecção puerperal, designada assim por ocorrer no período de puerpério, tornara-se o horror das parturientes que acorriam aos hospitais, sendo apontada como um dos grandes factores da mortalidade materna, através da expressão imprecisa «febre puerperal», datada dos inícios do século XVIII. Expressia-se por duas formas dominantes: a retenção dos loquios, daí também a designação de *febre loquial*; o transvio do leite, daí a *febre leitosa*. Esta «febre aguda das mulheres paridas» foi um dos males mais persistentes e incontroláveis, «um dos mais terríveis acidentes que se seguem à veneranda prova da maternidade», em relação ao qual pouco se podia fazer, porque não se conseguia compreender o fenómeno. Como nos conta Francisco Figueiredo Magalhães, na sua dissertação *Breves Considerações Sobre a Febre Puerperal Destinada a Provar que Ela Não é Essencial* (Porto, 1864), a discussão gerada em torno desta questão era antiga, típica da divisão entre as correntes essencialista e localista da medicina e constituiu «um verdadeiro cisma entre os naturalistas»: os essencialistas eram incapazes de fixar as alterações produzidas nestas situações e, na linha da atribuição das doenças aos humores, remetiam-na para a sua essencialidade, fornecendo explicações vagas; os localistas, apoiados na anatomia-patológica em desenvolvimento, a partir da observação de cadáveres, defendiam a explicação do problema como uma inflamação do útero.

²⁶ FRIAS, 1912: 115 -124 e 135 -138.

A discussão arrastou-se durante quase dois séculos, em aproximações sucessivas, embora, nos meados do século XIX, já se admitisse que o problema entre as lesões da puerpera e as de um outro indivíduo operado eram idênticas e se observassem analogias entre a febre puerperal e a febre das operações ou febre traumática, sugerindo-se mesmo que não existia afinal febre puerperal ou febre traumática, mas tão só febre, designações aquelas que só o amor pela teoria da localização podia justificar. São estes os pontos essenciais da dissertação de Figueiredo Magalhães, que vimos seguindo, reveladora da incapacidade explicativa e das insuficiências neste domínio, mas também da preocupação ainda reinante na Escola Médico-Cirúrgica do Porto, na década de 1860, sobre este problema.

Ao longo do século XIX, alguns autores começaram a identificar o problema e a aproximar-se da sua real explicação, mas os cirurgiões em geral opunham-se a reconhecer que a infecção pudesse ser transmitida nomeadamente pelas mãos do cirurgião. Foi Ignaz Semmelweis (1818-1865), o grande defensor das técnicas de assepsia como forma de combater as febres puerperais, quando observou, através de uma autópsia, que as lesões de uma infecção contraída por um médico-assistente após uma autópsia eram idênticas às das puerperas que morriam da dita febre puerperal, e que esta ocorria com mais frequência nos hospitais onde os estudantes entravam nas salas de obstetrícia depois de terem passado pelas aulas de anatomia patológica e de dissecação. Por contraste com a menor mortalidade de uma sala exclusivamente frequentada pelas parteiras, colocou, então, a hipótese da transmissão infecciosa, pois os estudantes vinham para a sala de partos depois de passarem pela manipulação de cadáveres e faziam o toque às parturientes sem lavarem as mãos.

Segundo Castiglione, Semmelweis passou a preconizar aos cirurgiões a lavagem das mãos e a lavagem das salas com cloreto de cálcio, depois de ter comprovado que, com estas soluções, a febre na sua enfermaria diminuiu de imediato, enquanto se mantinha nas outras. Mas foi perseguido na sequência da publicação da obra em que debatia a questão e defendia a assepsia (1861), depois de já ter sido combatido quando apresentara as suas primeiras conclusões à Sociedade Médica de Viena em 1847. Viu-se obrigado a abandonar o seu lugar no hospital de Budapeste, numa perseguição que se compreende na medida em que acabava por atribuir às condições clínicas a principal causa deste tipo de mortalidade. Mas essa denúncia, que radicava a elevada mortalidade na falta de assepsia das condições operatórias, tornou-lhe a vida infeliz, acabando por morrer louco num asilo de alienados.

Em 1857, Tarnier atribuiu a febre puerperal a um gérmen patogénico. Em 1869, Goze e Feltz, em Estrasburgo, detectaram no sangue de cadáveres de mulheres mortas de febre puerperal um grande número de bactérias mas, em especial, o estreptococo²⁷. Finalmente, na década de 1860, Lister, impressionado com a elevada mortalidade após as amputações e tendo em conta as teorias de Pasteur, passou a esterilizar o campo operatório, utilizando várias substâncias antisépticas, fixando depois na vaporização do ácido carbólico não só para o campo operatório como para toda a sala de operações (1865). Seguem-se discussões e experiências variadas, embora só na década de 80 as posições favoráveis à assepsia e à antisepsia tivessem aceitação geral.

²⁷ GUIMARÃES, 1894: 35-37. MEDEIROS, 1895.

Passou, então, a praticar-se um conjunto de técnicas simples, evidentes e ao alcance de todos para diminuição da mortalidade²⁸, com vista à destruição dos microorganismos na superfície das feridas ou ao emprego de meios que evitem a sua deposição nas mesmas, ou seja, desenvolveram-se técnicas de prevenção.

Estas posições só seriam, pois, verdadeiramente legitimadas pelo desenvolvimento da microbiologia, que disparou com Pasteur, o qual, em 1879, descobre como agente da septicemia puerperal o estreptococo piogénico, que consegue cultivar e demonstrar o seu papel determinante na infecção. Estava definitivamente estabelecida a ligação entre as doenças do tipo infeccioso e os micróbios e as condições de cultura destes microorganismos, concluindo-se que a febre puerperal não era senão uma septicemia produzida pela penetração de microorganismos ao nível da ferida uterina. Graças aos estudos da patogenia microbiótica, em 1888, já se podia afirmar no Porto: «já vai longe o tempo em que a pyohemia e a septicemia eram os acidentes quase obrigados das grandes operações. A febre puerperal, que era o mais perigoso acidente que tantas vezes sobrevinha nas maternidades, foi completamente aniquilada pelas aplicações da anti-sepsia à obstetrícia»²⁹.

Com a aceitação das teorias da infecção purulenta, surgiram os pensos e as substâncias para a evitar e tratar - os anti-sépticos. Reconhecia-se, finalmente, que a patogenia microbiótica tinha nos hospitais um lugar de eleição, dadas as frequentes condições de pouca higiene. E na divulgação da anti-sepsia e da assepsia, tema que nos anos 80 suscitava novas dissertações médicas no Porto, sublinhavam-se os cuidados a ter nas operações:

Na prática duma operação são muitas as condições a que o operador tem de atender; e, pelo que respeita à observância da prática anti-séptica, é muito extensa a esfera da sua acção. O meio em que tenha de realizar-se a operação, os instrumentos que nela tenham de intervir, o operador, são os pontos para que primeiramente tem de voltar-se a atenção do cirurgião, procurando realizar quanto possível a sua pureza, isto é, a assepsia pela aplicação dos diversos meios antisepticos. Os agentes anti-sépticos empregados em medicina operatória são aqueles que a química nos fornece, e ainda, dos chamados físicos, as variantes térmicas³⁰.

Na campanha pela higienização do acto médico, preconizaram-se ainda as salas operatórias próprias³¹, iluminadas, arejadas, com os móveis apenas estritamente necessários, as desinfecções regulares, a esterilização dos instrumentos cirúrgicos, dos panos, das compressas, das esponjas, o uso de batas desinfectadas, a assepsia do campo operatório estrito (lavagem, rapar os pelos, desinfectar). Sugeriam-se produtos, produziam-se tabelas de soluções químicas para obter eficácia em diversas situações e fazia-se pedagogia sobre a classe médica, pois não faltavam os que achavam que com todos estes cuidados as atenções se desviavam para o micróbio em desfavor do doente,

²⁸ CASTIGLIONI, 1947, I: 265-67.

²⁹ PEREIRA, 1888: 26.

³⁰ PEREIRA, 1888: 49.

³¹ Sobre a situação no Porto: «Diante da consagração prática das doutrinas microbianas, que sem dúvida alguma são a base de todo o progresso da cirurgia moderna, é lastimável dizer-se que os serviços clínicos da nossa escola, no Hospital de Santo António, não possuem uma sala própria para operações! E só podemos atribuir isto à incuria ou má interpretação das administrações do hospital». PIMENTA, 1892: 70.

afinal o objectivo essencial da cirurgia. Descriviam-se experiências sobre os diversos modos de lavagem das mãos e a observação de eventuais culturas bacterianas posteriores a essa lavagem. Difundia-se o emprego da gaze e do algodão esterilizado. E, em 1892, no Porto, já se proclamava avisadamente – «Um caso de morte por falta de observância do método antiséptico, devia tornar o clínico responsável civilmente» — proposição com que António Coutinho de Araújo Pimenta termina a sua dissertação *Assepsia e Antisepsia em Cirurgia*.

O desenvolvimento das técnicas anti-sépticas alargou rapidamente o seu campo ao nível da ginecologia e da obstetrícia. Na septicemia puerperal, ultrapassada a questão essencial de que não era nenhum «génio epidémico» que estava na sua origem, mas sim o papel dos microorganismos infecciosos, desenvolveu-se tanto a profilaxia como o tratamento. No campo da profilaxia começou a surgir a defesa de as parturientes serem instaladas e atendidas em locais separados dos outros doentes, atendidas por um pessoal específico. No campo do tratamento, apareceram as técnicas de irrigação e injeção intra-uterina ou vaginais e, para os casos graves, a raspagem uterina, isto é, a transformação de uma ferida infectada numa ferida asséptica, técnica de início muito combatida e considerada perigosa, mas que suscitou apologistas à medida que se desenvolveu o conhecimento das afecções uterinas e do método anti-séptico. A raspagem passou a ser um tratamento indicado, na década de 1880, para uma série de problemas obstétricos: no tratamento do aborto, nas retenções placentares, na septicemia puerperal.

Nos finais do século XIX, um finalista de medicina e cirurgia do Porto podia defender a seguinte proposição perante os seus mestres: «a febre puerperal é uma consequência imperdoável da ignorância do parteiro»³².

A cesariana

A cesariana foi durante muito tempo uma operação que só tinha o objectivo de salvar a criança, pois o seu uso era considerado fatal para a mãe, o que era inelutável face à ausência da anestesia, das práticas anti-sépticas e de outras técnicas como a hemostase. Daí a razão para a cesariana só se efectuar em parturientes já cadáveres, embora haja uma ou outra notícia envolta em lenda sobre casos de sucesso, quando aplicada em parturientes vivas, segundo informações que alguns historiadores da medicina procuraram recolher e sistematizar. Mas as disposições médicas eram claras a este respeito: o médico francês François Mauriceau, em 1668, no seu «*Traité des maladies des femmes grosses et celles que sont nouvellement accouchées*» recomendava que, a não se poderem salvar a vida aos dois, se devia sempre preferir a da mãe à da criança, «por várias razões que todos os bons teólogos» sabiam, razão pela qual nunca se devia empreender a operação cesariana, porque causaria de certeza a morte da mãe; em seu lugar, a mãe deveria ser socorrida por especialistas que, após baptizarem a criança no caso de ainda estar viva, a fariam sair pelas vias ordinárias e naturais, mesmo aos bocados se fossem obrigados a tal para salvar a vida da mãe³³.

³² SEARA, 1898: 96.

³³ LEBRUN, 1995: 131.

Mas a ideia de fazer cesarianas em vida da mãe já surgira no horizonte como uma possibilidade. Assinalando as obras de Rousset que, já em 1581, marcaram os princípios que conduziam à cesariana, Silva Carvalho recorda ainda o célebre português Rodrigues de Castro que, em 1662, publicou em Hamburgo um tratado de medicina, no qual a recomendava para os casos em que não se devia hesitar em salvar o filho e em sacrificar a mãe, salientando que a operação se devia fazer com a mãe ainda viva, pois caso contrário corria-se o risco de recuperar o feto já morto. Rodrigo de Castro enumerava utensílios, pensos, posições, topografia da região, condições para decisão e todo o restante processo cirúrgico, bem como o tratamento farmacêutico consecutivo³⁴. Mas o que Silva Carvalho nos revela das informações que recolheu em nobiliários e notícias médicas é um sem fim de insucessos, em que morre a mãe e o feto também. De resto, a cesariana ou histerotomia estava geralmente conotada com situações horríveis e raras. Veja-se como Feliciano de Almeida a explica (*Cirurgia Reformada*, 1738):

A causa porque se institue operação tão perigosa, he para quando o feto é demasiadamente grande, por cujo respeyto não pode sahir. Quando he monstruoso, ou dous pegados, & juntos, ou com duas cabeças, ou quatro braços, & outras tantas pernas... ou tambem quando a vagina & podendo estão demasiadamente apertados; ou quando as parturientes por muyto crianças, ou muyto gordas, ou por muytos annos, não podem parir, ou por muyto fracas³⁵.

Não admira assim que as restantes recomendações deste autor para a tomada de decisão relativa à cesariana eram a de que se estivesse a mãe viva e quisesse a operação, assim como o marido e parentes, nessa sequência se lhe deveriam ministrar os sacramentos, deitar ajudas para que os intestinos ficassem livres de fezes e se confortasse com bom mantimento e bom vinho. Só depois deste ritual de situação terminal e de despedida a parturiente estaria pronta para a incisão.

Vale a pena ler o comentário do médico Melo Franco sobre a cesariana, em 1816, quando fazia a apologia da sua cadeira obstétrica que facilitava a utilização do fórceps, dada a possibilidade de um assento para o parteiro que uma das tábuas podia constituir³⁶. Ao evocar a acção do seu professor Osiander num parto, no qual se esalfou em 140 tracções com o fórceps, o que o levou à exaustão, tendo de ser substituído por um assistente, que, salvando a mãe, finalmente trouxe a criança viva (embora só sobrevivesse algumas horas). E, neste contexto, reduz a quase nada a utilidade da cesariana:

Só quando a bacia é absolutamente mal construída, é que se deve recorrer a uma operação tão bárbara, e tão perigosa; ou também quando a cabeça da criança, ou toda ela é de tamanho tal, que seja impossível a passagem pelas aberturas da bacia, o que porém raras vezes acontece em bacias bem construídas. Seja a posição da criança qualquer que for, por meio de uma versão da criança mais ou menos trabalhosa, ou com o socorro do Forceps, do gancho rombo, e da alavanca nenhum parto é impossível, já se entende perdendo a

³⁴ CARVALHO, 1935.

³⁵ Cit. por CARVALHO, 1935:10.

³⁶ FRANCO, 1827: 22-39.

criança muitas vezes a vida, mas ao menos salvando a mãe dos perigos infalíveis dos instrumentos de corte, para a perfuração e desmembração da criança, cuja ideia só basta para fazer horror, principalmente sendo dirigidos por homens ignorantes, que sem consciência sacrificam impunemente à sua sórdida cobiça tantas vitimas.

Pelos meados do século XIX, surgiam notícias de cesarianas em que uma ou outra mãe sobrevivia, tanto no estrangeiro como em Portugal, mas ainda se discutia muito a legitimidade de efectuar esta operação. Em 1864, ainda se afirmava, solenemente, numa tese da Escola Médico-Cirúrgica do Porto: «a operação cesariana só deve praticar-se depois de provada a morte da parturiente»³⁷. Ou de outra forma, um pouco mais tarde: «a operação cesariana só deve praticar-se depois que se tiver a máxima probabilidade da morte da parturiente»³⁸.

Mas havia normas, em alguns países, no sentido de obrigar os médicos a praticarem a cesariana em mulheres mortas nos últimos meses de gravidez, como parecia ser o caso de uma lei de 1740 na Sicília. Embora haja notícias (muitas delas inverosímeis) de cesarianas em vida, eram referidas como executadas fora do âmbito médico, praticadas por familiares ou curiosos. Só na década de 1870 a cesariana moderna começou a aplicar-se regularmente em casos de parto distóxico, conjugando-se com outras técnicas complementares, a assepsia e a anestesia. Fonseca Regalo, em 1865, apresenta estatísticas estrangeiras diversas que, pelos meados do século, forneciam já percentagens apreciáveis de sucesso: por exemplo, segundo Velpeau, as intervenções deste tipo praticadas em França desde 1835 atingiam um total de 265 operações, «sendo felizes 118 e 147 desgraçadas»; outras opiniões apontavam para cerca de 4/5 das mulheres morrerem na cesariana; em Inglaterra, de 36 operadas, 25 tinham falecido. No entanto, havia médicos que argumentavam com a falta de oportunidade (quase sempre demasiado tarde) para explicarem a mortalidade elevada das parturientes. Outros mostravam que as operações de êxito se verificavam fora das grandes localidades, no campo e na pureza de ares, o que mais tarde se passou a explicar com base nas infecções hospitalares das grandes cidades: «Já houve a ideia de montar fora dos grandes centros de população casas de saúde, para ali serem operadas as mulheres que necessitassem a gastero-hysterotomia [cesareana]», diz Regalo³⁹.

Segundo investigações de João de Meira, até 1908, a cesariana apenas se teria praticado em Portugal cerca de duas dezenas de vezes⁴⁰. Mas o ritmo modificava-se, ainda que moderadamente, com o dealbar do século XX. Mostrando-se contra a sinfisiotomia ou o procedimento alternativo – a hebotomia (corte da arcada púbica ao lado da sínfise) – que médicos de Lisboa como Alfredo da Costa e Costa-Sacadura preconizavam num Congresso de Medicina, o médico-parteiro portuense Maia Mendes defendia o uso da cesariana (que já praticava desde 1898), invocando que já praticara oito casos, dos quais só uma parturiente morrera por já vir infectada e em estado desesperado para o hospital. E, no seu típico estilo didáctico, traçava o quadro aconselhável, num artigo da *Gazeta dos Hospitais do Porto*:

³⁷ MAGALHÃES, 1864: 60.

³⁸ GONÇALVES, 1867: 46.

³⁹ REGALO, 1865.

⁴⁰ MEYRA. 1914: 184 -195.

Cabeça ao estreito superior, feto vivo, impossibilidade de descida por aperto moderado da bacia óssea; já se experimentou o forceps fazendo tracções compatíveis com a viabilidade do feto, as quaes não deram resultado; não se pode fazer a versão: como se há-de tirar o feto vivo e viável? Responde-se: - Pela operação cesariana conservadora⁴¹.

Pouco depois, outro médico do Porto, Morais Frias, publicava na mesma revista «Um caso de operação cesareana sob raquianestesia»⁴², revelando a crescente actualização neste domínio.

O parto provocado

Nos finais do século XIX, os médicos dominavam já o essencial da técnica do *parto prematuro artificial* ou *parto provocado*, intervenção com fins terapêuticos para melhorar a situação da mãe, do filho ou de ambos. Algumas teses da Escola Médico-Cirúrgica do Porto permitem-nos observar a disseminação local do ensino dessas práticas e a sua defesa, conquanto tivessem subsistido durante muito tempo as condenações de ordem moral e religiosa que apostavam na ideia de não intervenção e da necessidade de o parto ir a termo, ou seja, completar o tempo habitual⁴³.

Mas o acompanhamento clínico da gravidez permitia detectar anomalias de diversos tipos, passando alguns médicos a defenderem uma intervenção prematura que acelerasse o parto, abreviando o tempo normal entre a concepção e a expulsão do feto, para evitar consequências frequentemente gravosas para a mãe e filho. Assim, situações de hemorragias nos últimos tempos da gravidez, apertos pélvicos, estados patológicos da mãe, bem como morte ou excesso de volume dos fetos podiam aconselhar intervenções no sentido de provocar prematuramente o parto.

As intervenções deste tipo assumiam formas diversas. A solução farmacológica era uma delas. Por exemplo, a dissertação de Augusto Domingues de Araújo, *A Cravagem do Centeio - Acção Physiologica e Emprego Terapêutico*, apresentada em 1880, mostra-nos como já era habitual a prática da utilização de pequeníssimas quantidades daquele produto para uso obstétrico, afinal um produto muito usado nos meios populares, que passou a ter utilização nas novas práticas médicas, através de estudos minuciosos sobre os seus efeitos e posologias, que o autor enumera. Recorde-se que a cravagem (ou ferrugem, ou esporão) do centeio era um elemento alcalóide que por vezes impregnava o grão deste cereal, responsável por antigas epidemias com origem no pão, que se traduziam no ergotismo. O autor revela informações sobre a observação médica deste produto, que remontava ao século XVII, nomeadamente nos efeitos de provocar contracções uterinas, sendo conhecido pelas suas funções abortivas como «pó do parto», mas vindo também a ter depois uma aplicação terapêutica muito alargada, nomeadamente nas hemorragias de diverso tipo, dados os seus efeitos hemostáticos. Nos finais do século XIX, a sua apresentação farmacológica (ergotina, retirada da cravagem) já surgia sobre três formas de administração - «via gástrica, injeccção hipodérmica e injeccção intersticial». No campo da obstetrícia, as aplicações da ergotina eram, pois utilizadas, tanto em situações de hemorragias,

⁴¹ MENDES, 1909, 281-284.

⁴² FRIAS, 1911: 195.

⁴³ RIBEIRO, 1867. AMORIM, 1870.

quer puerperais, quer consecutivas ao aborto, ou em situações de morbidez uterina (pólipos, fibromas, molas, etc.), quer nas designadas «inércias primitivas como meio expulsor do produto da concepção». Nesta última aplicação havia, contudo, grandes discussões sobre eventuais efeitos no feto, devendo verificar-se determinadas graduações e condições (por exemplo, que não existissem obstáculos à expulsão do feto, pois um excesso de contracções uterinas poderia provocar compressões graves no feto).

Em 1894, a dissertação de Eduardo Maia, intitulada *O Parto Prematuro Artificial*, sistematizava toda esta problemática, cujas primeiras iniciativas, para obviar a situações de aperto da bacia, remetia para médicos de Londres em 1756 (Macaulay) e depois para a Alemanha (1804), onde o êxito terá sido tal que esta prática se tornou numa espécie de moda, tendo o governo «de intervir para moderar o furor operatório dos seus médicos». Em França, rejeitava-se essa operação na Academia de Medicina ainda em 1827, por contrária à religião, embora o primeiro caso público surgisse pouco depois em 1831. Pouco depois, em 18 de Março de 1837, um médico português, João Joaquim Figueira, natural da Madeira, defendeu em Montpellier a tese *Étude de l'Accouchement Prématuré Artificiel*⁴⁴.

Com o desenvolvimento da anti-sepsia, o parto provocado encontrou depois as condições para uma prática regular no sentido de salvar a mãe e o filho em situações de dificuldade, estabelecendo-se então o tempo de 6 1/2 meses de vida intra-uterina como mínimo viável para a sobrevivência da criança, contando com a acção das «criadeiras» (incubadoras), bem como um quadro das patologias que o justificavam. Por outro lado, havia já uma grande disponibilidade de técnicas aos dispor dos médicos e das diversas situações: o autor cita uma tipologia de Auvard em que se enumeram 31 meios de obter a provocação do parto, desde processos indirectos (substâncias, massagens, ventosas) a directos (tampões, laminárias, sondas, balões, trocate), cuja eficácia discute um a um. E as estatísticas apresentadas por médicos estrangeiros sobre o parto provocado, depois da emergência da assepsia, revelavam a brutal diminuição da mortalidade materna nestas situações: «em Viena e Paris não se perde hoje uma só mulher em que se pratique o parto prematuro artificial». No que se referia ao filho, surgiram as criadeiras ou incubadoras com a função de adaptar gradualmente o prematuro à temperatura exterior, considerada a principal causa de morte nestas situações. A incubadora mais recomendada então era a de Tarnier: uma caixa de madeira dividida interiormente por um septo horizontal, de forma a receber botijas de água quente na parte inferior e almofadas na superior, com uma tampa de vidro, ventoinha e um termómetro, com circulação de ar entre as duas partes, constituindo um dispositivo que apresentava resultados estatísticos satisfatórios na sobrevivência dos prematuros.

Defendia-se, assim, a legitimidade do parto prematuro artificial em situações típicas, a sua benignidade para o filho e o seu efeito inofensivo para a mãe. Não se esqueça que as alternativas a estas técnicas passavam essencialmente por levar a gravidez a termo e utilizar a cesariana, a versão ou a sínfiseotomia, ou seja, eram sempre intervenções cirúrgicas relativamente profundas e com risco de serem eventualmente já tardias.

⁴⁴ “Arquivos de História da Medicina”, III, 1888-89:170.

As dissertações da Escola Médico-Cirúrgica do Porto

Ao longo das páginas anteriores, temos vindo a fazer referência às teses da Escola Médico-Cirúrgica do Porto como um dos pontos de apoio para apreendermos a nova cultura obstétrica que se desenvolveu a partir dos meados do século XIX, nas suas repercussões sobre a formação médica ministrada nesta cidade. A tese, também designada por «dissertação inaugural» ou «acto grande», era um trabalho de aluno- finalista que, desde a criação da Real Escola de Cirurgia, em 1825, precisava da sua apresentação pública para ter direito ao diploma que lhe conferia a licença profissional. Não são trabalhos de investigação e inovação, mas sim trabalhos de recensão que deveriam conter explanações temáticas para serem arguidas publicamente perante o júri docente designado pelo Conselho Escolar. Essa característica de recensão faz destas dissertações verdadeiros indicadores da difusão da cultura médica então dominante, revelando o nível de formação actualizada com que os alunos entravam na vida profissional. Naturalmente, a dinâmica da cultura obstétrica não se quedava por estes trabalhos escolares, sendo muito mais interessantes os pequenos artigos disseminados pelas revistas médicas da autoria de profissionais consagrados.

Tendo como apoio inicial um catálogo⁴⁵ das teses inserto no Anuário da Escola Médico-Cirúrgica do Porto para o ano de 1907-1908, procedemos a um levantamento das teses desta Escola Médica, com vista à equação de temas obstétricos, das quais fotocopiámos as que nos pareceram mais interessantes, algumas das quais temos vindo a utilizar. Só foi possível conhecer sistematicamente os títulos a partir de 1863 numa série que se prolongou até 1908 (antes desses períodos só são conhecidos escassos títulos para 213 teses, de cuja maioria só se sabe o nome do autor). Ainda assim, e tendo em conta estas lacunas, mas considerando as 1325 dissertações inaugurais que fazem o cômputo total desde 1827 a 1908, podemos classificar 190 como tratando temas ligados ao parto ou estreitamente conexiões com ele, como são as relativas a afecções ginecológicas ou problemas de recém-nascidos. A gradação quantitativa desta produção torna-se visível no Quadro II, que, ao registar o número total de teses apresentadas, nos dá também o número de médicos, permitindo-nos ainda avaliar o peso relativo da temática obstétrica (por defeito, dado desconhecerem-se muitos dos títulos mais antigos).

Dado que a Escola formava apenas clínicos gerais, a temática das teses não corresponde a uma especialidade precisa, mas tão só a uma preferência dos seus autores. Assim, muitos dos médicos que inicialmente optaram por apresentar outras temáticas para dissertações acabaram por ter de executar partos e serviços afins no decorrer da sua prática clínica. De qualquer modo, a obstetria atraía, ao nível do final do curso, cerca de 14% dos médicos formados, que depois se espalhavam pelo país, a maioria pelo Norte de Portugal. Se, na década de 1860, a média anual de teses obstétricas era inferior a 3, na década de 1890 essa média era já superior a cinco, saltando para 6,75 nos oito anos dos inícios do século XX. Revela-se, assim, em números absolutos, uma apetência crescente pela temática obstétrica, a que não serão estranhas as conquistas técnicas e científicas que se iam alcançando.

⁴⁵ “Anuário da Escola Médico-Cirúrgica do Porto”, 1909: 189-255.

Quadro II

Escola Médico Cirúrgica do Porto: «actos grandes» e temáticas obstétricas, 1827-1908

Anos	Actos Grandes - totais	Temática Obstétrica	% do Total
1827-1829	10	?	?
1830-1839	31	?	?
1840-1849	86	?	?
1850-1859	36	7*	19,4*
1860-1869	126	28*	22,2*
1870-1879	157	17	10,8
1880-1889	202	30	14,9
1890-1899	306	54	17,6
1900-1908	371	54	14,6
Totais	1325	190	14,3

*São poucos os títulos conhecidos para estes períodos (até 1863).

Neste conglomerado das 190 teses de temática obstétrica, quais são os tópicos mais abordados? Uma breve categorização a partir dos títulos permite uma distribuição de frequências dos sub-temas que nos revela os principais problemas abordados no âmbito das teses da Escola Médico-Cirúrgica do Porto (Quadro III).

Assim, as problemáticas ligadas à gravidez, parto, puerpério e primeira infância surgiam como as mais tratadas (no conjunto, chamam a si 62,1% dos títulos das teses), revelando uma aproximação que o termo de puericultura, então emergente, pretendia abranger. Os aspectos ginecológicos mereciam também a focalização dos jovens médicos, numa época em que o pudor feminino se desvanecia ante a possibilidade de cura de múltiplos problemas. O sistema reprodutor concentrava, cada vez mais, múltiplas abordagens clínicas, começando a tomar forma uma cadeia de cuidados em torno da mulher e das suas funções de maternidade, o que revelava a superação das representações tradicionais sobre o parto natural, assumindo-se agora a possibilidade de uma intervenção humana mais profícua.

É este tipo de «cadeia de cuidados» que uma jovem médica da Escola do Porto já mostrava ter apreendido em 11 de Julho de 1892, quando apresentava à discussão uma das melhores dissertações ali existentes de temática obstétrica, que nos fornece uma ideia precisa sobre o que deveria ser o parto devidamente assistido nessa época. Falámos de Maria Paes Moreira, com a tese *Higiene da Gravidez e do Parto*. Perante o esquecimento da anti-sepsia em Portugal, a médica-parteira debruçava-se sobre a higiene a ter perante o processo de maternidade, assumindo como princípio que «na arte dos partos a ciência de prevenir é bem mais eficaz que a de curar»⁴⁶. A tese constituía uma sensibilização no sentido de se evitar a infecção puerperal, cuja superação histórica descrevia, desde as experiências de Semmelweiss, aos resultados obtidos com as práticas anti-sépticas em diversos hospitais europeus cujas taxas de mortalidade materna, em consequência,

⁴⁶ MOREIRA, 1892: 2.

Quadro III

Escola Médico-Cirúrgica do Porto: tópicos de abordagem nas teses de temática obstétrica (1850-1908).

Sub-temas	Nº de teses	%
Aborto/aborto terapêutico	8	4,2
Anestesia	12	6,3
Assepsia	4	2,1
Auscultação fetal	2	1,1
Cesariana	1	0,5
Fecundação	1	0,5
Fórceps	3	1,6
Ginecologia	41	21,6
Gravidez	26	13,7
Parto/ pós-parto	51	26,8
Primeira Infância	27	14,2
Problemas puerperais	14	7,4
Totais	190	100,0

desceram drasticamente. Remetia, assim, a responsabilidade das febres puerperais para as intervenções dos médicos e das parteiras e para a falta de higienização hospitalar, que considerava, respectivamente, como agentes e meio de propagação das infecções. A sua tese, estruturada em três partes, configurava-se como um verdadeiro manual para os cuidados higiénicos da gravidez e do parto.

Na primeira parte, tratou da anti-sepsia obstétrica: abordou os vários tipos de anti-sépticos disponíveis, o seu papel, os efeitos, as posologias indicadas e as condições de aplicação, numa preocupação de «luta permanente contra a invasão dos micróbios». Discutiu e incentivou a anti-sepsia do parteiro: «infringir, no estado actual da ciência, as regras da anti-sepsia é um verdadeiro crime», defendendo a especialização médica na obstetrícia, como forma de evitar contágios e agentes de transmissão; abordou a necessidade de anti-sepsia sobre «arsenal obstétrico», ou seja, sobre o instrumental de intervenção (ferros, agulhas, irrigadores) e de apoio (recipientes, esponjas, tesouras), colocando-o em água a ferver ou passando-o pela chama do álcool e mergulhando-o a seguir numa solução anti-séptica, não iludindo a ironia dos colegas que falavam sibilamente destes actos como de «cerimónias de culto»⁴⁷.

O título da segunda parte é «Da higiene durante a gravidez». Maria Pais Moreira, que, de passagem, condenava o aborto artificial por razões morais e higiénicas, fazia o elogio da mulher que assumia a maternidade, mas responsabilizava-a no sentido de empregar todos os esforços para não comprometer a sua gravidez. Recomendava cuidados praticamente durante toda a gestação, de forma a evitar problemas, o que, em várias situações, só seria possível com observações

⁴⁷ MOREIRA, 1892: 21-70.

atempadas. Para isso, aconselhava o acompanhamento clínico, insistindo numa falta de hábito das mulheres portuguesas: «a mulher, que tenha uma pessoa instruída para a aconselhar durante a prenhez e assistir-lhe ao parto e que a examine durante os últimos meses da gravidez, pode, por este facto, pôr-se em condições tão boas quanto possível para prevenir terríveis complicações. Certamente a mulher não poderá evitar muitas das complicações: mas o parteiro, tendo conhecimento d'ellas, pode mais facilmente preveni-las». Para o desenvolvimento de uma gravidez saudável, desfiava depois uma série de regras para a higiene corporal da mulher grávida, desde a limpeza dos seios, ao vestuário, aos banhos, alertando para patologias paralelas à gravidez, para os efeitos nefastos de viagens, de alguns tratamentos médicos ou de intervenções cirúrgicas⁴⁸.

A terceira parte, finalmente, trata da higiene do parto⁴⁹. Apresenta as condições desejáveis quanto a instalações (quarto, cama, iluminação, etc.) e os vários preparativos de higienização com elas relacionadas. Indica minuciosamente as várias operações a desenvolver à medida que surgem as várias fases do parto: dilatação, expulsão, recepção do recém-nascido, dequitação, o «sobreparto». Por fim, diga-se que é uma das poucas teses que apresenta uma listagem bibliográfica, com cerca de 30 títulos, entre livros e publicações periódicas, sobre a qual se apoiou para prescrever as suas medidas de higiene que constituem uma verdadeira fórmula de *educação para a saúde*, para usarmos a terminologia actual.

Importa, ainda, citar os aparelhos e medicamentos considerados indispensáveis para uma intervenção eficaz por Maria Pais Moreira, constituindo aquilo que ela achava dever constituir o «arsenal obstétrico» de todo a parteira ou parteiro e compará-la com uma listagem atrás apresentada como necessária pela autoridade administrativa para a obtenção do alvará de parteira. Essa comparação fornece-nos a distância tecnológica entre a parteira dos anos de 1860 e o seu estreito campo de manobra técnica, quase nulo face à mínima complicação, e o já considerável arsenal de que dispunha na década de 90 um médico-parteiro, revelador do salto tecnológico-científico então verificado, bem como da credibilidade profissional daí retirada. Assim, os objectos que, segundo Maria Pais Moreira, «mais precisos que têm de servir ou estar de prevenção» são:

- 1) Um estetoscópio obstétrico para auscultação dos ruídos fetais;
- 2) Uma seringa para esvaziamento do recto;
- 3) Algodão anti-séptico;
- 4) Irrigador e cânulas vaginais e uterinas;
- 6) Uma sonda de metal ou de caoutchouc para o esvaziamento da bexiga;
- 7) Um bisturi botonado para incisões vulvares;
- 8) Um bisturi de ponta;
- 9) Fios e tesoura para a ligadura e corte do cordão umbilical;
- 10) Um insuflador para respiração artificial, em caso de morte aparente do feto;
- 11) Um esponja para limpar a pele do recém-nascido;
- 12) Pinças hemostáticas e fios para socorrer a hemorragias genitais;
- 13) Pinças de ramos cruzados, de pressão contínua, ou colchetes unitivos para o caso de ruptura incompleta do períneo;

⁴⁸ MOREIRA, 1892: 73 -151.

⁴⁹ MOREIRA, 1892:153 -189.

- 14) Agulhas e fios para o caso de ruptura completa do períneo;
- 15) Gaze anti-séptica para o tampão vaginal ou intra-uterino, curativos, etc.
- 16) Atadura para sustentar o tampão vaginal;
- 17) Atadura para ligar o ventre da mulher depois do parto;
- 18) Ataduras para a compressão dos membros inferiores ou superiores (transfusões, hemorragias);
- 19) Seringa hipodérmica.

Além dos instrumentos, deveriam então existir os seguintes medicamentos:

- 1) Os anti-sépticos para a purificação do parteiro, dos instrumentos, da paciente e da criança;
- 2) Os anestésicos gerais (clorofórmio, cloral);
- 3) Os anestésicos locais (cocaína);
- 4) Os ecbólicos e os hemostáticos uterinos (sais de quinina, cravagem, ergotina, idrastina), por via gástrica ou por via hipodérmica;
- 5) Os excitantes para o caso de síncope (álcool por via gástrica, éter por via hipodérmica).

A listagem impressiona em si mesma, pela panóplia de materiais de que o médico-parteiro se deveria munir e aprender a usar, mas a maioria desses instrumentos ou fármacos estavam vedados ao uso da parteira. Novos equipamentos e novas atitudes no campo da assepsia e anti-sepsia era o que agora se exigia, como via para se ultrapassarem as fórmulas primitivas que tinham o condão de transformar muitos partos normais em situações patológicas e trágicas. Neste contexto de modernidade médica, a tradicional função de parteira surge cada vez mais isolada, não dispondo já de respostas para muitas das solicitações levantadas por mulheres em situação de maternidade, surgindo como uma solução pobre e de recurso para quem não tinha acesso a outros protagonistas das artes médicas, mais ao serviço das elites. Com o desfiar do século XX chegava um novo tempo para mais uma reconfiguração dos saberes da parteira e, logicamente, da sua formação, no jogo de novos posicionamentos dos poderes sanitários.

Considerações finais

Pelos meados do século XVIII, os «saberes segundo o costume» de parteiras, cirurgiões e demais artes de curar, na medida em que não realizavam os objectivos da biopolítica, foram considerados obsoletos pela irrupção de uma nova forma de olhar a realidade, de uma ciência moderna, que trazia consigo um novo discurso, ou seja, uma capacidade de enunciar novas representações e de (re)construir o real. Cartesiana e experimentalista, esta nova ciência reconfigurou a medicina, deu-lhe outra capacidade de intervenção, obrigou-a a centrar-se exclusivamente sobre o corpo e a apreender a sua realidade física e química, agilizou a relação medicina-cirurgia, conferiu novos contornos ao sistema sanitário e à preparação dos seus agentes. Uma das valências que experimentou um grande desenvolvimento, na conjugação de diversas descobertas e aproveitamentos de outras áreas científicas, foi precisamente a obstetrícia.

Mas foi só com o século XIX, em 1836, que, em Portugal, se operacionalizaram soluções que, em países estrangeiros (caso da França) já vinham do século XVIII. As novas parteiras faziam cursos de partos, como saber inicial, sob forma escolar, com componente teórica na

Escola e componente prática na enfermaria hospitalar. Estes cursos menores, organizados pela Universidade e Escolas médicas como cursos anexos, só ganharam frequência significativa na segunda metade do século XIX, quando as descobertas médicas permitiram consolidar o saber obstétrico e ganharam evidência, técnicas e procedimentos que, efectivamente, ajudaram a diminuir drasticamente a mortalidade materna e neo-natal. Tais cursos, pontualmente ajustados, introduziriam as jovens candidatas a parteiras na nova cultura obstétrica, mantendo embora todo o tipo de limitações que vinham de antigamente. Para elas, como para todos os médicos, as referências a assepsia e a anti-sepsia passaram a ser palavras de ordem, um combate higienista que só por si garantia um maior número de vidas na nova forma pasteuriana de encarar a realidade na sua dimensão invisível.

Mas a nova cultura obstétrica radicava também sobre outras formas de intervenção, soluções instrumentais (novas formas de fórceps, cesariana) ou farmacológicas (anestesia, parto provocado) às quais não era permitido o alcance da parteira que, assim, ficava, cada vez mais, distante das capacidades científicas que o médico-parteiro, brevemente médico-puericultor, poderia exercer. A parteira submetia-se, assim, aos planos de paramedicalização que o poder médico desenvolveu para enquadrar todas as outras actividades que se desenrolavam no campo da saúde.

Bibliografia e Fontes:

- “A Medicina Moderna”, 1920, nº 317, Maio.
- A Anatomia e a Cirurgia no Porto em 1825*. “Gazeta Médica do Porto”, nº 195 (15.2.1850), p. 22-24.
- AMORIM, António Augusto Leite Pereira, 1870 - *Aborto Provocado sob o Ponto de Vista da Obstetria e da Religião*, Porto, dissertação apresentada à Escola Médico-Cirúrgica.
- Anuário da Escola Médico-Cirúrgica do Porto, Ano lectivo 1907-1908*, Porto, 1909.
- Arquivo Distrital do Porto, Fundo do Governo Civil - *Livro de alvarás, nº 22*.
- Arquivos de História da Medicina*, Vol. III, 1888-89.
- Associação de Classe dos Médicos do Norte de Portugal*, “Gazeta dos Hospitais do Porto”, 1910, p. 29-30.
- CARVALHO, A. Silva, 1929 - “*História da Operação Cesareana em Portugal*”, Lisboa: separata de “A Medicina Contemporânea”.
- CASTIGLIONI, Arturo, 1947 - *História da Medicina*. São Paulo: C. Editora Nacional.
- Código Penal, 1851*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- COSTA-SACADURA, S. C. da, 1947 - *No Centenário da Anestesia pelo Éter (1846-1946)*, Lisboa.
- FRANCO, Justiniano de Mello, 1827 - *Memoria sobre a Descrição, e Vantagens de uma Cadeira Obstetricia da Invenção do Professor Stein, depois Reformada, e Emendada Principalmente pelo Professor Osiandier*, “História e Memórias da Academia Real das Sciencias”, Tomo IV, Lisboa, p. 22-39.
- FREIDSON, Eliot, 1978 - *La Profesión Médica*, Barcelona, Ediciones Península.
- FRIAS, Manuel Morais, 1911 - Um Caso de Operação Cesareana sob Raquianestesia. “Gazeta dos Hospitais do Porto”, p. 195.
- FRIAS, Moraes, 1912 - Sobre Rachianestesia em Obstetria. “Gazeta dos Hospitais do Porto”, p. 115 - 124 e 135 -138.
- Gazeta Médica de Lisboa*. Tomo V (1857), p. 328.
- Gazeta Médica do Porto*, 1848, p. 80-81.
- GOMES, Gerarda, 1955 - *As Parteiras na Literatura e na Arte*, Lisboa, separata de *Revista de Enfermagem*, nºs 6-7.

- GONÇALVES, José António, 1867 - *Retroversão do Útero Durante a Prenhez*. Porto, dissertação apresentada à Escola Médico-Cirúrgica.
- GUIMARÃES, Narciso da Silva, 1894 - *Algumas Palavras Sobre o Tratamento da Septicemia Puerperal pela Raspagem do Útero*, Porto, dissertação apresentada à Escola Médico-Cirúrgica.
- Junta Geral do Distrito do Porto, 1866 - *Novas Providências e Documentos acerca dos Expostos Mandados Publicar por esta Junta na Sessão Annual de 1866 e Colligidos pelo Dr. José Fructuoso Ayres de Gouveia Osório*, Porto.
- KITZINGER, Sheila, 1978 - *Mães - Um Estudo Antropológico da Maternidade*, Lisboa, Presença.
- LEBRUN, François, 1995 - *Se Soigner Autrefois. Médecins, Saints et Sorciers aux XVIIe et XVIIIe Siècles*, Paris, Éditions du Seuil.
- LIMA, J. A. Pires de, 1914 - *A Operação Cesariana em Portugal antes do século XIX*. "Arquivos de História da Medicina Portuguesa", p. 184 -195.
- MAGALHÃES, Francisco Bento Alexandre de Figueiredo, 1864 - *Breves Considerações sobre a Febre Puerperal Destinadas a Provar que Ela não é Essencial*, Porto, dissertação apresentada à Escola Médico-Cirúrgica.
- MEDEIROS, Pedro Celestino Goulart, 1895 - *Breves Apontamentos sobre Assepsia e Antisepsia em Obstetrica*, Porto, dissertação apresentada à Escola Médico-Cirúrgica.
- MENDES, A. Maia, 1896 - *As Parteiras do Porto*. "A Medicina Moderna", Vol. II, p. 3.
- MENDES, A. Maia, 1907 - "Protecção aos que Nascem." "Gazeta dos Hospitais do Porto", p. 24 -33.
- MENDES, A. Maia, 1909 - *Um Problema de Partos*. "Gazeta dos Hospitais do Porto", p. 281-284.
- MEYRA, João Monteiro de, 1908 - *O Parto Cesareo, sua Historia, sua Thecnica, seus Accidentes e Complicações, suas Indicações e Prognostico*, Porto, dissertação apresentada à Escola Médico-Cirúrgica.
- MOREIRA, Maria Paes, 1892 - *Hygiene da Gravidez e do Parto*, Porto, dissertação apresentada à Escola Médico-Cirúrgica.
- O Nosso Jornal*. "A Medicina Moderna", Janeiro de 1894, p.1.
- PEREIRA, Alexandre de Sousa, 1888 - *Breves Considerações Sobre Patogenia Microbiótica e Antisepsia*, Porto, dissertação apresentada à Escola Médico-Cirúrgica.
- PIMENTA, António Coutinho de Araújo, 1892 - *Assepsia e Antisepsia em Cirurgia*, Porto, dissertação apresentada à Escola Médico-Cirúrgica.
- REGALO, José Maria da Fonseca, 1865 - *Cesariana*, Porto, dissertação apresentada à Escola Médico-Cirúrgica.
- Representação*. "A Medicina Moderna", Vol. I (1894 -1896), p.79.
- RIBEIRO, Farme, 1878 - "Da Anesthesia em Obstetricia", Porto, dissertação apresentada à Escola Médico-Cirúrgica.
- RIBEIRO, Manuel Ferreira, 1867 - *O Aborto Cirúrgico e suas Indicações*, Porto, dissertação apresentada à Escola Médico-Cirúrgica.
- SACADURA, Costa; SAAVEDRA, Alberto, 1948 - *Cadeiras Obstétricas de Portugal e Espanha*, Lisboa, s/e.
- SEARA, Aurélio Augusto Rodrigues, 1898 - *Alimentação da Criança e seus Perigos (breves considerações)*, Porto, dissertação apresentada à Escola Médico-Cirúrgica.
- Sociedade União Médica*. "A Medicina Moderna", Vol. I (1894-96), p. 228.
- VIEIRA, Lopes, 1890 - "A Anestesia Local pela Cocaína." "Coimbra Médica", p. 87.

Pedro Teixeira Pereira², Eva Gomes², Olga Martins²

A Alienação no Porto: o Hospital de Alienados do Conde de Ferreira (1883-1908)¹

R E S U M O

Apesar de no tempo presente, o Hospital de Alienados do Conde de Ferreira não assumir as valências para as quais foi criado, a importância de outrora e a imponência de sempre perpetuam-se na vida da cidade. Com efeito, procurar-se-á neste estudo compreender e analisar o modelo assistencial português aos alienados na transição para o século XX, através do Hospital do Conde de Ferreira. Será, sobretudo, relevante apurar até que ponto a modernidade científica desta época terá, ou não, sido implementada neste Hospital.

Desde que no seio d'uma familia (...) aparece um desgraçado com razão perdida, urge, em beneficio d'elle e da sociedade, que entre em um estabelecimento preparado com as condições necessarias para socorrer-o com efficacia.

António Maria de Senna

1. O Hospital de Alienados do Conde de Ferreira

1.1. Fundação, estrutura arquitectónica e funcionalismo

No início do século XIX, Portugal encontrava-se, comparativamente com alguns países da Europa ilustrada, profundamente atrasado no que concernia ao enquadramento legal e terapêutico dos seus alienados. Estes tinham como sorte a inclusão em cadeias ou, na melhor das situações, em hospitais de índole geral. Se os alienados indigentes eram temidos e votados ao desprezo pelos seus e pela sociedade em geral, a situação dos alienados provenientes de categorias sociais superiores divergia somente no modo de segregação: algemados, permaneciam anos em quartos ou em compartimentos subterrâneos isolados, a fim de se ocultar a *vergonha das famílias*.

¹ O estudo agora apresentado resultou da investigação conduzida ao longo do ano lectivo 2003-2004, correspondente à vertente científica do Estágio Pedagógico da Licenciatura em História.

² Professores estagiários de História, ano lectivo 2003-2004.

Até 1883, data da fundação do Hospital de Alienados do Conde de Ferreira, a população demente da região norte era encaminhada para o apelidado *porão* do Hospital de Santo António, onde era vítima de incúria e incompetência generalizadas.

Este panorama, conjuntamente com o facto de o único hospital português exclusivamente destinado ao tratamento de alienados, o Hospital de Rilhafoles (Lisboa), ser, no último quartel do século XIX, mais um depósito do que um espaço de tratamento, engrandecia a necessidade de construção de um hospital na cidade do Porto, que implementasse a modernidade terapêutica psiquiátrica e que permitisse um aumento do número de camas.

Em 1866, a morte de um homem permitiu a sobrevivência de muitos. No dia 24 de Março de 1866, faleceu Joaquim Ferreira dos Santos, Conde de Ferreira. Segundo o notário do testamento do benemérito, este «jamais pensara em construir aquele hospital de alienados (...) mas que fora o Rei D. Pedro V quem inspirara ao Conde a sua edificação, isto durante um jantar no Paço portuense»³. E, de facto, uma das disposições do seu testamento contemplou 678 000\$000 réis⁴, quantia invulgarmente elevada, para a edificação de um hospital para alienados, de raiz, na cidade do Porto, onde viveu os seus últimos anos. Por conseguinte, surgiu, a par de Rilhafoles, um novo hospital de tratamento de alienados, o Hospital de Alienados do Conde de Ferreira.

Este Hospital, de acordo com a disposição testamenteira que o fundou, encontrava-se dependente da Santa Casa da Misericórdia do Porto, sendo administrado por uma comissão eleita por esta. Todavia, apesar de assumir funções de asilo público, este novo Hospital apresentava um carácter autónomo e privado, pela sua origem, pela proveniência do seu orçamento e pela ausência de intervenção da autoridade administrativa. A autonomia do Hospital era reforçada pela sua independência económica, uma vez que a Misericórdia portuense recusava-se a assumir quaisquer despesas com o estabelecimento⁵.

Dezassete anos volvidos após o dia da morte do benemérito⁶, inaugurou-se, então, a nova unidade de tratamento dos doentes mentais, em conformidade com os melhores hospitais estrangeiros:

«Este piedoso instituto inaugurou-se hontem, definitivamente. Às onze horas da manhã (...) deu-se principio á benção da capella (...). Procedeu-se em seguida á aceitação dos enfermos, na respectiva repartição. Os snrs. drs. Senna e Júlio de Mattos procederam a minuciosas observações ácerca dos apresentados, afim de conhecer se eram justas as allegações que se faziam nos requerimentos»⁷.

³ PINA, 1958: 12.

⁴ RIBEIRO, 1907: 331.

⁵ *Relatório dos Actos da Mesa da Sta. Casa da Misericórdia do Porto (1882-1883)*, p.1.

⁶ As obras do Hospital iniciaram-se em 1868: TUCKER, 1887: 1349.

⁷ *Primeiro de Janeiro*, 25 de Março de 1883.

O edifício, que deveria ser «executado com toda a perfeição e solidez...»⁸, foi construído a nordeste da cidade, «no local da Cruz das Regateiras, nas proximidades da cidade do Porto»⁹, cuja arquitectura foi inspirada no Hospício Pedro II, inaugurado a 05.12.1852, no Rio de Janeiro.

O Hospital, cuja fachada estava encimada pela estátua do Conde de Ferreira¹⁰, tinha de superfície 120.000 metros quadrados, permitindo a existência de áreas ajardinadas e de cultivo envolvente ao corpo principal do Hospital.

A população do Hospital estava distribuída em duas partes distintas: a ala norte encontrava-se ocupada por doentes do sexo masculino e a ala sul acolhia doentes do sexo feminino. O corpo principal dividia-se em três secções; os corpos Sul e Norte estavam destinados à habitação dos doentes, enquanto que no corpo central do edifício encontravam-se as instalações dos serviços gerais, além do gabinete do director, casa de aceitação e laboratório de Antropologia¹¹. Os médicos director e adjunto habitavam nessa mesma secção, em cujo lado posterior se achavam a capela, a cozinha, a farmácia e a habitação dos restantes funcionários.

O Hospital de Alienados do Conde de Ferreira compunha-se por 14 enfermarias, distintas entre si, consoante a categoria social, o tipo e a fase da enfermidade (tranquila, convalescente, agitação, furor, estado imundo e incurabilidade¹²). No que diz respeito às classes sociais, convém desde já explicitar que o número de classes e o valor das mensalidades diferiam entre o Hospital de Alienados da capital e o do Porto. Júlio de Matos, na sua obra *Manual das Doenças Mentais*, permitiu-nos aceder às seguintes informações:

Quadro 1
Valor das mensalidades pagas pelos pensionistas

Classes	Hospital de Alienados de Rilhafoles	Hospital de Alienados do Conde de Ferreira
1. ^a classe	> 24\$000	45\$000
2. ^a classe	24\$000	30\$000
3. ^a classe	14\$400	9\$000
4. ^a classe	7\$200	----

Fonte: MATTOS, 1884: 314.

⁸ BCHCF – *Testamentaria do Conde de Ferreira, Construção do Hospital dos Alienados da Cruz*, s.lf..

⁹ BCHCF – *Relatório Acerca do Estado das Obras no Novo Hospital para Alienados em Construção no Logar da Cruz*, s.lf..

¹⁰ Em 1901-02, a estátua foi deslocada para os jardins de entrada, com a dupla finalidade «de melhor prestar-lhe gratidão e melhor admirar esta obra-prima de Soares dos Reis»: *Relatório dos Actos da Mesa da Sta. Casa da Misericórdia do Porto (1901-02)*, p. 219.

¹¹ A criação de um laboratório de Antropologia no Hospital do Conde de Ferreira é reveladora da primazia da investigação laboratorial, bem como, o reflexo de um corpo clínico em sintonia com o desenvolvimento médico da viragem para o século XX. «A pesquisa de laboratório passava a partir de então a ser necessária e imprescindível na clínica».

¹² SENA, 2003: 316.

A quantia paga por cada classe determinava a qualidade da assistência que lhe era devida. Os valores mais elevados registados no Hospital do Conde de Ferreira poderão estar relacionados com condições de tratamento superiores, no entanto, não é possível apurar esta realidade com maior rigor, dada a insuficiência de informação produzida em Rilhafoles. Saliente-se que no quadro 1 não consta a classe indigente, uma vez que o seu tratamento era gratuito¹³. É necessário sublinhar a importância das receitas provenientes das mensalidades dos pensionistas para a auto-suficiência financeira do Hospital.

Todas as enfermarias tinham em comum o facto de, além de serem amplas e iluminadas, terem em atenção dois dos indicadores das preocupações higienistas de Oitocentos: a ventilação e a água. Estas encontravam-se ainda equipadas com espaços de lazer (salas de recreio, jardins e parques¹⁴).

Realce-se que, numa conjuntura em que as preocupações higienistas adquiriam progressivo destaque e implementação, o Hospital portuense foi o primeiro a emprender «medidas profiláticas de higiene e profilaxia das doenças mentais»¹⁵, o que muito se deveu aos seus directores¹⁶, nomeadamente, António Maria de Sena¹⁷.

Tal situação, nestes primeiros anos de funcionamento do Hospital do Conde de Ferreira, é sintomática de uma organização e planeamento rigorosos, características não verificadas no seu congénere Rilhafoles.

A construção inicial do Hospital do Porto foi sendo alterada com o decorrer dos anos, de acordo com a evolução dos parâmetros científicos e à medida que as necessidades de espaço o exigiam. A exemplo disso, focamos a instalação de um gabinete fotográfico durante o ano de exercício de 1888-1889¹⁸, um recurso aceite e utilizado em hospitais psiquiátricos estrangeiros, dada a sua importância no estudo da patologia mental e que o Hospital do Conde de Ferreira, na senda da modernidade psiquiátrica de finais do século XIX, também implantou¹⁹.

¹³ Anualmente, o Hospital determinava o número de vagas para indigentes, consoante os recursos económicos da instituição: *Relatório dos Actos da Mesa da Sta. Casa da Misericórdia do Porto (1890-91)*, p. 434.

¹⁴ A propósito das áreas ajardinadas, ao longo do período em estudo (1883-1908), detectamos sempre a preocupação de os manter asseados e agradáveis, «porque o aceio e o embelezamento dos jardins e parques entra na ordem das condições de hygiene e agrado de que devem ser cercados os doentes»: *Relatório dos Actos da Mesa da Sta. Casa da Misericórdia do Porto (1898-99)*, p. 389.

¹⁵ LEMOS, 1907: 34.

¹⁶ António Maria de Sena exerceu funções de director do Hospital de Alienados do Conde de Ferreira entre 1883 e 1890, tendo como médico-adjunto Júlio de Matos e médico-ajudante Magalhães Lemos; Júlio de Matos assumiu as funções de director entre 1890 e 1911, altura em que decidiu suceder o professor Miguel Bombarda na direcção do Hospital de Rilhafoles; Magalhães Lemos, médico-adjunto de Júlio de Matos, ascendeu a director do Hospital de Alienados do Porto em 1911, até ao ano da sua aposentação, em 1924.

¹⁷ António Maria de Sena parecia corroborar as medidas higienistas do médico da Câmara do Porto, Ricardo Jorge: (ALVES, 2003: 14).

¹⁸ *Relatório dos Actos da Mesa da Sta. Casa da Misericórdia do Porto (1888-89)*, p. 245.

¹⁹ A arte fotográfica veio facilitar o registo das expressões patológicas tão relevantes no estudo da alienação mental: «en somme, la photographie, appliquée à l'étude des maladies mentales, peut rendre à la science d'incontestables services»: (SAULLE, 1864: 595).

Contudo, as remodelações que o Hospital sofreu entre 1883-1908, resultado de algum menor cuidado aquando da sua edificação, revelam os problemas. Do rol de acrescentos e reparações, salientamos a construção, em 1887-1888, de um pavilhão de dois andares com acomodações para o director e médico-adjunto, e respectivas famílias, além das habitações para funcionários, necessidade não atendida no projecto inicial e que os obrigou a viver nas mesmas alas que os doentes²⁰. Em 1890-1891, reclamavam-se igualmente a construção de células de isolamento destinadas aos alienados agitados, pois as 28 existentes, atendendo a uma população de 397 alienados, revelavam-se notoriamente insuficientes²¹.

Treze anos após a inauguração, o edifício começou a dar as primeiras mostras de degradação, nomeadamente ao nível dos soalhos, dos telhados, da casa de banhos (prejudicial à hidroterapia) e das latrinas (6 a 8 latrinas por 100 alienados, sem descargas automáticas). Aliás, o projecto inicial da construção das latrinas e do sistema de esgotos do Hospital foram alvo das maiores críticas por parte do seu primeiro director clínico, por considerar «que não foi consultada a hygiene ao elaborar o projecto das obras»²². Com a proximidade dos invernos, tornava-se igualmente urgente o aquecimento do edifício²³, com o propósito de se evitar o aumento do índice de fatalidades.

A hygiene hospitalar principiava a ser posta em causa e, em 1895-1896, a assistência no Hospital de Alienados do Conde de Ferreira mostrava sinais de declínio. Tal situação, conjuntamente com a acumulação de doentes incuráveis, provocou reacções cada vez mais violentas: «a sahida dos doentes será principalmente e em breve por uma só porta: a da morte! (...) Ora, isto é grave, visto que o hospital d'Alienados se acha convertido em asylo ou hospicio de dementes. Desviou-se pois o fim que o destinou o seu benemérito fundador e é preciso que regresse depressa á sua função natural»²⁴.

Este pedido urgente de construção de um hospital asilo para alienados incuráveis parecia não encontrar eco em Lisboa. Melhor sorte teve a edificação, em 1905, de um pavilhão para alienados criminosos²⁵, que até então coabitavam com os restantes dementes. Com efeito, era por demais premente um cuidado especial com os alienados perigosos. Note-se as circunstâncias da morte de Miguel Bombarda²⁶ e o posterior atentado contra o Prof. Egas Moniz, que veio corroborar «a necessidade de intensificar a assistência aos alienados e de sequestrar os loucos considerados perigosos»²⁷.

²⁰ *Relatório dos Actos da Mesa da Sta. Casa da Misericórdia do Porto (1887-88)*, p. 294.

²¹ *Relatório dos Actos da Mesa da Sta. Casa da Misericórdia do Porto (1890-91)*, p. 428.

²² SENNA, 1885: 68.

²³ Só em 1905 – 1906, foi consignado aquecimento a uma parte do Hospital, custeado pela doação testamentária de António de Bessa Leite: *Relatório dos Actos da Mesa da Sta. Casa da Misericórdia do Porto (1906-1907)*, p. 345.

²⁴ *Relatório dos Actos da Mesa da Sta. Casa da Misericórdia do Porto (1895-96)*, pp. 277-278.

²⁵ Posteriormente, veio a ser ocupado por crianças e tuberculosos: (CARVALHO, 1996: 11).

²⁶ O alienista Miguel Bombarda exerceu funções de director do Hospital de Rilhãfoles e faleceu vítima de uma agressão de um doente.

²⁷ LIMA, 1939: 1.

1.2. O movimento de doentes

1.2.1. As admissões e o problema da sobrelotação

No dia da inauguração do Hospital de Alienados do Conde de Ferreira (24 de Março de 1883) foram recebidos os primeiros 20 doentes, examinados pelo respectivo director, número crescente à medida que a sua existência se divulgava. Efectivamente, no último mês de 1883, o Hospital acolhia já 134 doentes²⁸ e a tendência foi de um aumento progressivo. Vejamos:

Quadro 2
Evolução das admissões (1883-1908)

Anos	População masculina	População feminina	Anos	População masculina	População feminina
1883/84	146	124	1896/97	62	39
1884/85	135	88	1897/98	54	38
1885/86	102	66	1898/99	43	40
1886/87	70	55	1899/1900	33	47
1887/88	74	58	1900/01	64	54
1888/89	66	57	1901/02	71	64
1889/90	68	35	1902/03	68	39
1890/91	52	28	1903/04	66	37
1891/92	67	41	1904/05	80	84
1892/93	65	45	1905/06	88	88
1893/94	53	27	1906/07	113	66
1894/95	56	35	1907/08	97	84
1895/96	45	32			

Fonte: *Relatórios dos Actos da Mesa da Sta. Casa da Misericórdia do Porto*, 1883 -1908.

Considerando os dados apresentados no quadro 2, constatam-se três momentos distintos em relação às admissões de doentes no Hospital em estudo: aquando da sua abertura registou-se o pico do número das admissões, seguido por uma diminuição e posterior estagnação; por último, o termo do primeiro quartel da vida deste estabelecimento conheceu novamente um crescimento generalizado de admissões.

Impõe-se agora dar factos aos números. O cruzamento de fontes tornou esta evolução explicável: a primeira fase, marcada por uma elevada afluência de doentes, tem a sua justificação na constituição inicial do corpo de doentes. Ora, mercê do intenso fluxo que sempre pautou os indicadores de admissão deste Hospital, rapidamente se gerou uma situação de sobrelotação, e daí, a quebra verificada. De 1904-1905 em diante, com a maior dotação do número de camas do Hospital do Conde de Ferreira, resultado da construção do já referido pavilhão para

²⁸ *Relatório dos Actos da Mesa da Sta. Casa da Misericórdia do Porto (1884-85)*, p. 109.

Quadro 3
População existente (1883-1908)

Anos	População masculina	População feminina	Anos	População masculina	População feminina
1883/84	70	68	1896/97	237	189
1884/85	142	113	1897/98	241	197
1885/86	188	148	1898/99	227	202
1886/87	192	158	1899/1900	212	203
1887/88	206	172	1900/01	230	203
1888/89	206	189	1901/02	238	206
1889/90	210	181	1902/03	233	197
1890/91	217	180	1903/04	232	199
1891/92	217	182	1904/05	245	240
1892/93	223	179	1905/06	264	255
1893/94	227	170	1906/07	296	254
1894/95	236	180	1907/08	302	257
1895/96	225	185			

Fonte: *Relatórios dos Actos da Mesa da Sta. Casa da Misericórdia do Porto, 1883-1908.*

acolhimento de alienados criminosos, o período em estudo termina com uma tendência ascendente do volume de admissões.

A análise dos quadros 2 e 3 proporciona o entendimento da distribuição da alienação em função do sexo. Numa época em que os censos mostram que a população feminina era superior à masculina, contrariamente ao esperado, o Hospital do Conde de Ferreira acolhia mais alienados do que alienadas, revelando o predomínio da alienação mental nos homens. Este facto é corroborado por Montalverne de Sequeira, segundo o qual, proporção idêntica registava-se no Hospital de Rilhafoles, no continente, nas ilhas e em todo o mundo. Este autor, contemporâneo da época, justifica da seguinte forma a maior frequência da alienação no sexo masculino: «são mais numerosas, mais rudes e de maior perigo as ocupações do homem, sendo mais accidentada a sua vida do que a da mulher, cujo systema nervoso, embora mais delicado e susceptível, soffre tambem menos solicitações e abalos». Além disso, outras predisposições eram consideradas: os trabalhos cerebral e muscular eram mais intensos e duráveis no homem; as profissões manuais, exercidas mormente por homens, conduziam mais frequentemente à loucura e, por último, o álcool, o ópio, a morfina, o tabaco e o haxixe, elementos geradores de alienação eram menos nefastos na mulher²⁹.

Os quadros 2 e 3 apresentam igualmente o maior dos problemas com que o Hospital do Conde de Ferreira se debateu, reflexo do estado da assistência em Portugal: referimo-nos ao problema da sobrelotação, que se manifestou logo no primeiro ano de funcionamento do Hospital,

²⁹ SEQUEIRA, 1898: 227.

com um aumento de mais de 100 doentes, encontrando-se em 1884-1885 as primeiras queixas de excesso populacional. A partir de então, as críticas e apelos para a resolução do problema foram constantes em todos os relatórios analisados no período de 1883-1908. Note-se que as admissões em excesso implicavam, além de problemas higiénicos, um agravamento das despesas.

Pouco tempo após a inauguração do Hospital portuense, tornava-se cada vez mais imperioso a aprovação do projecto de lei de *beneficência pública dos alienados*, que previa ampliar o plano de apoio aos doentes mentais, através da edificação de hospitais especificamente destinados ao seu acolhimento. Esta era, cada vez mais, uma exigência dos alienistas portugueses, principalmente, dos que exerciam funções no manicómio do Porto, onde um avultado número de doentes incuráveis ocupavam as enfermarias, aí permanecendo indefinidamente até ao termo da sua vida. Esta era uma realidade, de *per si*, grave, mas que atingia maiores proporções quando prejudicava o próprio tratamento do alienado que aguardava admissão pois, não raras vezes, quando este era finalmente admitido, as suas possibilidades de cura estavam substancialmente coarctadas³⁰.

O autor da referida lei, António Maria de Sena, previa a construção de um asilo de alienados incuráveis, nas proximidades do manicómio do Conde de Ferreira, para que este ficasse menos obstruído. Aliás, em 1897-1898, o Hospital dispôs-se a ceder ao Governo uma “bouça” adjacente à quinta para a construção do dito asilo de incuráveis, oferta que foi recusada³¹.

O decreto-lei a que nos referimos foi aprovado a 4 de Julho de 1889, embora a sua execução tardasse. Convém notar que, até 1908, termo do período em estudo, não havia ainda sido edificada nenhuma das tão almejadas instalações hospitalares. Os quatro estabelecimentos existentes no país (o Hospital Nacional de Alienados de Rilhafoles, o Hospital de Alienados do Conde de Ferreira e as duas Casas de Saúde - Casa de Saúde das Irmãs de S. João de Deus nos arredores de Lisboa e a Casa de Saúde Irmãs Hospitalares do Sagrado Coração de Jesus, em Idanha) mostravam-se incapazes de dar resposta às necessidades. Enquanto isso, o Hospital do Porto, afectado pela acumulação de doentes, criou mecanismos para tentar minorar tal situação, que passaram, à semelhança de Rilhafoles, pela abertura de consultas externas, três dias por semana³².

A flagrante insuficiência do número de camas para o tratamento de alienados compelia a maior parte ao abandono e esquecimento, com todos os problemas que daí advinham para o doente, bem como, para a sociedade. Neste contexto, cite-se Aguiar Cardoso, defensor da ideia de que esta postura acarretava funestas consequências, bastando observar «as estatísticas dos manicómios e vê-se quantos alienados homicidas ali dão entrada, cujos tenebrosos crimes se poderiam evitar com uma sequestração a tempo»³³.

³⁰ Não raras vezes, as famílias de doentes com poucos recursos financeiros, que queriam internar os seus doentes na classe de indigentes, cansadas de esperar pelo internamento, optavam por interná-lo provisoriamente na classe imediatamente superior à prevista, ou seja, como pensionistas de 3.ª classe e, mesmo de 2.ª classe. Este quadro, mesmo que temporário, fez chegar às famílias de muitos alienados mais uma dificuldade: a pobreza: (LEMOS, 1908: 7).

³¹ *Relatório dos Actos da Mesa da Sta. Casa da Misericórdia do Porto (1897-98)*, p. 457.

³² *Relatório dos Actos da Mesa da Sta. Casa da Misericórdia do Porto (1888-89)*, p. 241.

³³ CARDOSO, 1906: 73.

1.2.2. As saídas dos doentes

Concluída a temática das admissões no Hospital de Alienados do Conde de Ferreira, debruçar-se-á este estudo sobre as saídas preceituadas pela Instituição.

Sobre este aspecto, tinha o director do Hospital voz decisiva: recaía sobre si a deliberação das licenças para as visitas aos alienados (Art. 77.º do Regulamento³⁴); tinha o direito de inspecionar a correspondência expedida e recebida pelo Hospital (Art. 83.º, § único) e determinava as saídas dos doentes (Art. 40.º).

Em síntese, as saídas podiam ser a requerimento, ordenadas pela autoridade ou determinadas pelo director. Estas últimas poderiam ocorrer por motivo de cura ou preceito de tratamento. As ditas saídas temporárias constituíam uma particularidade do Hospital de Alienados do Porto e eram destinadas apenas aos doentes convalescentes e com vista a habituá-los à vida comum. Estas saídas de ensaio acabavam por revelar-se benéficas para os doentes, além de que, em caso de recaída, estes poderiam ser imediatamente reintegrados. Debrucemo-nos mais concretamente sobre a realidade do Hospital nesta matéria:

Quadro 4
Evolução da saída da população (1883-1908)

Anos	População masculina	População feminina	Anos	População masculina	População feminina
1883/84	41	14	1896/97	50	35
1884/85	62	53	1897/98	50	30
1885/86	86	46	1898/99	57	35
1886/87	66	44	1899/1900	48	46
1887/88	60	44	1900/01	39	41
1888/89	66	40	1901/02	48	45
1889/90	63	43	1902/03	56	42
1890/91	45	29	1903/04	52	25
1891/92	67	39	1904/05	53	32
1892/93	59	48	1905/06	57	58
1893/94	49	36	1906/07	55	52
1894/95	47	25	1907/08	69	60
1895/96	46	27			

Fonte: *Relatórios dos Actos da Mesa da Sta. Casa da Misericórdia do Porto, 1883-1908.*

³⁴ *Regulamento Geral do Hospital de Alienados do Conde de Ferreira, Porto: Imprensa Real, 1883.*

Quadro 5
Tipologia das saídas (1883-1908)

Altas	Falecimentos	Evasões	Alienação não verificada	Simulações
1452	1012	17	24	8

Fonte: *Relatórios dos Actos da Mesa da Sta. Casa da Misericórdia do Porto*, 1883-1908.

Primeiramente, convém esclarecer que consideramos como saídas do Hospital de Alienados do Conde de Ferreira, os doentes que foram dispensados pelo serviço clínico (altas), os casos em que este não reconheceu a doença mental, os casos de simulação e as evasões. De igual forma, decidimos incluir o número de falecimentos registados, uma vez que, embora represente um tipo de saída de natureza diversa, implica de igual forma, o vagar de camas.

Pela análise do quadro 5, apura-se que as altas determinadas pelo corpo clínico constituíram a maioria das saídas registadas (1452 casos), seguidas pelos falecimentos (1012 casos). Acrescem a estes números os 17 casos de evasão, os 24 casos em que o corpo clínico não detectou a alienação mental e, por fim, 8 casos de simulação. Estes últimos casos tiveram como motivação, na sua maioria, a fuga ao cumprimento de penas de prisão, bem como, ao serviço militar³⁵. Neste contexto, o atestado médico assumia grande relevância no processo de admissão de um alienado, o qual implicava sempre alguma consequência: a conscrição ao isolamento do indivíduo, a perda de direitos (nomeadamente, na gerência dos seus bens de fortuna) ou a ilibação de um crime.

O tratamento do quadro 4 relaciona-se com a análise elaborada do quadro 2, relativo à evolução das admissões. Neste sentido, as poucas saídas verificadas no primeiro biénio derivaram do elevado número de entradas, pois tratava-se de um período inicial, cuja prioridade residia na ocupação das camas, além de que, os tratamentos ainda não surtiam os efeitos para permitirem a sua desocupação. Tal só viria a ser possível a partir de 1885-1886, altura em que se verificou o pico de saídas arroladas entre 1883-1908.

A partir de 1886 e até 1904-1905, altura em que o movimento clínico relativo à população do Hospital esteve quase suspenso, o acentuado número de incuráveis manifestou-se na diminuição do número de saídas e, consequentemente, de entradas, tornando-se o falecimento o único meio de vagarem camas.

No que diz respeito ao tratamento das saídas por sexos, estas verificaram-se maioritariamente nos homens. Note-se que esta supremacia advinha não de um maior número de altas por motivo de curabilidade, mas antes de uma maior taxa de mortalidade que incidia sobre a população masculina (*vide*: Gráfico 3).

³⁵ SENNA, 1887: 92.

1.3. Os doentes

Componente essencial deste estudo, dentro dos horizontes que as fontes encontradas o permitem, é a história da alienação através dos alienados. Com efeito, a origem geográfica dos enfermos, a actividade profissional que exerciam, bem como a idade e o estado civil dos mesmos são aspectos fundamentais para o tratamento desta temática.

Iniciando a análise pela proveniência geográfica dos doentes, atente-se no quadro que se segue³⁶:

Quadro 6
Proveniência geográfica dos doentes (1883-1886)

Proveniência	1883/1884 ³⁷	1884/1885 ³⁸	1885/1886 ³⁹	TOTAL
Porto	102	70	44	216
Viana	10	13	3	26
Braga	39	32	11	82
Bragança	9	7	1	17
Vila Real	15	9	10	34
Aveiro	17	22	12	51
Coimbra	16	15	8	39
Viseu	30	26	15	71
Guarda	9	4	6	19
Castelo Branco	2	5	1	8
Leiria	3	1	0	4
Santarém	1	1	1	3
Lisboa	4	0	0	4
Portalegre	1	0	4	5
Évora	0	0	1	1
Angra do Heroísmo	0	5	6	11
Naturalidade ignorada	3	11	5	19
Espanhóis	7	2	2	11
Alemães	0	0	1	1
Franceses	0	0	1	1
Brasileiros	1	0	1	2
Noruegueses	1	0	0	1
TOTAL	270	223	133	626

³⁶ Note-se que os elementos deste quadro remetem para o primeiro triénio do Hospital, uma vez que não tivemos acesso à informação restante.

Uma breve análise do quadro permite-nos concluir que 610 dos doentes do Hospital de Alienados do Conde de Ferreira eram de origem portuguesa. No entanto, e cumprindo a disposição prefigurada no artigo 1.º do Regulamento⁴⁰, o estabelecimento foi procurado por 16 cidadãos estrangeiros.

Em relação aos nacionais, estes eram, principalmente, oriundos dos distritos nortenhos, ou seja, os mais próximos do manicómio, enquanto os alienados do sul do país tendiam a procurar internamento em Lisboa. Especificando os distritos que mais concorreram para a população do Hospital português, estes foram, depois do Porto (34,5%), Braga (13,1%), Viseu (11,3%) e Aveiro (8,1%). Este peso percentual comprova a já referida predominância da população alienada da zona norte do país.

A existência de 16 alienados estrangeiros internados no Hospital revela já uma certa projecção internacional da Instituição, para o que muito terão contribuído as viagens de estudo empreendidas pelos seus directores⁴⁰ e a sua prática médica, projecção essa que tendeu a crescer, tendo em conta que, a 29 de Fevereiro de 1896 eram já 21 os pacientes estrangeiros⁴².

A situação económica dos doentes apresenta-se, de igual forma, como uma questão pertinente neste estudo, à qual tentaremos dar resposta. Assim, utilizamos os dados relativos à distribuição dos alienados pelas suas actividades profissionais para apurar, com o maior rigor foi possível, o nível económico de cada paciente.

Quadro 7
Profissões da população alienada (1883-1885)

Profissões	1883/1884	1884/1885	TOTAL
Agricultores	33	39	72
Negociantes	15	20	35
Profissões liberais	20	10	30
Profissões manuais	51	30	81
Serventuários	33	16	49
Proprietários	4	10	14
Militares	1	9	10
Vagabundos	19	13	32
Sem profissão	68	39	107
Marinheiros	4	1	5
Meretrizes	4	0	4
Ignorada	18	36	54
TOTAL	270	223	493

Fonte: SENNA, 1887: 41.

³⁷ SENNA, 1887: 4.

³⁸ SENNA, 1887: 4.

³⁹ SENNA, 1886: 10.

⁴⁰ «Art. 1.º - O edifício (...) é destinado (...) para hospital de alienados de ambos os sexos, nacionais e estrangeiros»: (*Regulamento Geral do Hospital de Alienados do Conde de Ferreira*, Porto: Imprensa Real, 1883, p. 1).

⁴¹ BOMBARDA, 1898: 240.

⁴² *Relatório dos Actos da Mesa da Sta. Casa da Misericórdia do Porto (1895-96)*, pp. 304-305.

As profissões da população do Hospital, entre 1883-1885, único período para o qual dispomos de informação, constitui-se, à falta de melhor, um elemento fundamental, visto que o percurso profissional de um indivíduo poderá remeter-nos, na maioria dos casos, para o seu grau de instrução e categoria económico-social.

Com 107 casos de alienados sem profissão, aos quais podemos acrescentar 32 vagabundos, a população do Hospital do Conde de Ferreira era constituída, de um modo geral, por alienados miseráveis, o que vem demonstrar uma certa propriedade na consideração de Montalverne de Sequeira: «a miséria social é filha da miséria orgânica»⁴³. Esta considerável porção pode relacionar-se com a própria doença mental, por exemplo, a paralisia geral, que, muitas vezes, impedia o doente de exercer uma actividade profissional: «a paralyia geral é sem dúvida a forma nosologica mais bem representada no Hospital d'Alienados do Conde de Ferreira»⁴⁴.

As camadas mais elevadas da sociedade parecem ter afluído em menor número ao Hospital. Deste quadro podemos deprender duas explicações: ou a alienação manifestava-se com menor incidência nas classes superiores, ou, os alienados das famílias mais abastadas eram confinados e ocultados em sua casa, evitando assim alguma “vergonha” perante os seus pares.

Uma menção especial impõe-se relativamente às quatro meretrizes. As doenças infecciosas inerentes à prostituição constituíam uma das principais causas de alienação mental. Atente-se que a alienação de três das meretrizes acolhidas em 1883 fora causada pela sífilis⁴⁵.

Importa agora analisar a incidência da alienação mental nas diferentes faixas etárias dos doentes do Hospital. Atente-se no quadro:

Quadro 8
Idade da população alienada (1883-1885)

Idade	10 -20	21-30	31-45	46-60	Mais de 60	Ignorada
N.º de casos	43	125	153	73	28	71

Fonte: SENNA, 1887: 46.

A primeira conclusão a retirar do quadro 8 prende-se com facto do Hospital albergar alienados com um largo espectro de faixas etárias. No entanto, destacam-se os alienados com idades compreendidas entre os 31 e os 45 anos (31%), por oposição às faixas extremas: os alienados mais idosos, com uma taxa de incidência de 5,7% e os mais jovens com 8,7%. É de notar que se desconhece a idade de um número considerável de pacientes, susceptível de alterar a visão dos factos. Esta lacuna pode explicar-se por uma negligência apontada amiúde pela direcção do Hospital, que residia no facto das famílias recusarem facultar informação respeitante às próprias e aos seus alienados, no entanto, um obstáculo maior surgia quando estes eram remetidos pelas autoridades, sem ninguém que pudesse prestar esclarecimentos.

⁴³ SEQUEIRA, 1898: 227.

⁴⁴ COUTINHO, 1886: 45.

⁴⁵ SENNA, 1887: 116.

Dispondo de informações sobre o estado civil dos alienados apresentados no primeiro biénio do funcionamento do Hospital de Alienados do Conde de Ferreira, consideramos proveitosa a sua sistematização, na medida em que nos pode elucidar se algum dos estados favorecia a manifestação da alienação.

Quadro 9

Estado civil da população alienada (1883-1885)

Estado Civil	Solteiros	Casados	Viúvos	Ignorado
N.º de casos	296	134	40	23

Fonte: SENNA, 1887: 46.

O quadro acima apresentado é claro quanto ao estado civil predominante: os alienados solteiros constituíam mais de 50% da população. Acreditamos que o estado de solteiro dos loucos era mais uma consequência, do que propriamente causa da sua loucura. Contudo, o peso da população solteira do Hospital era de tal modo elevado, que tentámos buscar uma explicação noutras fontes. Para isso recorremos ao censo populacional de 1878, no qual, podemos fundamentar este número: em 4,5 milhões de habitantes, existiam 3 milhões de solteiros. Não obstante tratar-se de um valor onde as crianças se encontravam englobadas, o peso da população solteira é de tal forma considerável que leva a que a população do Hospital do Conde de Ferreira seja um espelho da sociedade portuguesa na viragem para o século XX.

Conclui-se a caracterização da população doente, com uma breve abordagem à relação do Hospital com o meio. Neste seguimento, o Hospital de Alienados do Conde de Ferreira, personalizado nas figuras dos seus clínicos, afirmava-se como uma instituição de assistência não só aos doentes, mas também às respectivas famílias, no sentido de as elucidar sobre o processo de admissão, os encargos económicos, o tratamento ministrado e a evolução do paciente. Não raras vezes, estes esclarecimentos eram prestados pelos médicos assistentes no próprio domicílio das famílias. Ora, esta característica do Hospital em estudo é reveladora dos esforços para alterar a arcaica concepção que identificava os hospitais desta natureza como meros depósitos de loucos indesejáveis. Todavia, a sociedade, no dealbar do século XX, continuava resistente e distante: «as visitas aos doentes pelas famílias ou pessoas amigas teem sido frequentes, mas não em proporção do numero de enfermos. Muitos não são procurados, e alguns muito poucas vezes»⁴⁶.

Contudo, o medo⁴⁷ e a repugnância que suscitavam os alienados era proporcional à curiosidade pelos mesmos e pela Casa que os acolhia. Tal o impacto da novidade que o Hospital

⁴⁶ SENNA, 1887: 148.

⁴⁷ O receio que a população em geral manifestava pelos alienados é bem visível no seguinte episódio: certo dia, um alienado evadiu-se do Hospital do Conde de Ferreira, tendo o seu director e fiscal o encontrado no telhado de uma casa. Cercou-se a mesma: de um lado, o dito director e funcionário e do outro, dois polícias, rodeados por uma massa considerável de população. O alienado decide fugir pelo lado dos polícias, e nem estes, nem a população ousaram detê-lo, acabando por se escapar: (SENNA, 1887: 122-123).

do Conde de Ferreira constituiu, que cedo afluíram os primeiros pedidos de visita. A autorização destes, nas palavras do director do Hospital, foi bastante ponderada: se por um lado, a exposição dos alienados podia ser prejudicial e eticamente incorrecta, por outro lado, as visitas seriam uma forma de desmistificar os boatos sobre horrores e torturas que cercavam este tipo de estabelecimentos e um pretexto para consciencializar a sociedade. Neste contexto, o manicómio tornou-se, a partir de 1 de Setembro de 1883, o destino dos passeios de fim-de-semana de muitos portuenses⁴⁸.

2. O Serviço Médico no Hospital do Conde de Ferreira

O tratamento da doença mental previsto pela clínica psiquiátrica do Hospital do Conde de Ferreira é uma questão complexa e que, para a sua eficácia, concorriam factores como os cuidados higiénicos, a prevenção das doenças, o tratamento e as circunstâncias favoráveis à consubstanciação da cura.

O respeito pelos preceitos higiénicos representou uma questão de soberana importância na medicina mental do século XIX, em que o Hospital de Alienados em estudo foi o primeiro da especialidade a acompanhar essa mesma tendência. Daí a preocupação, aquando da construção do edifício, em criar as infra-estruturas necessárias para a ventilação do mesmo, abastecimento de água e cuidados na alimentação.

2.1. Cuidados Higiénicos: a Água e a Alimentação

No que diz respeito ao consumo de água no asilo, este apresentava-se em larga escala, facto que provém não só da posse de minas bem abastecidas de água, mas também, das aplicações hidroterapêuticas, como posteriormente se verá, método frequentemente utilizado no tratamento da alienação mental.

Em relação à questão da alimentação, esta é, com efeito, deveras relevante no âmbito da higiene hospitalar, já destacada por Pinel. Analisando este parâmetro no Hospital de Alienados do Conde de Ferreira, as plantas⁴⁹ atestam a existência de 10 refeitórios, 4 destinados às 1.ª e 2.ª classes e 6 à 3.ª classe.

Os planos de construção dos refeitórios dos alienados tranquilos tiveram a consideração de os tornar espaços acolhedores e familiares, distintos dos comuns, unicamente pelo facto de as cadeiras estarem unidas por uma trave de madeira. Os refeitórios dos agitados diferiam dos anteriores, na medida em que tendiam a ser mais seguros e robustos, sendo a mobília aparafusada ao chão.

⁴⁸ Entre 1883-1885, o Hospital recebeu 2712 visitantes. Entre essas visitas, destacam-se as do diplomata General Ramon Corona, ministro do México em Lisboa (1884), do Infante D. Afonso (Julho de 1903) e de D. Manuel II (1908): (SENNA, 1887: 147).

⁴⁹ BCHCF – *Relatório Acerca do Estado das Obras no Novo Hospital para Alienados em Construção no Logar da Cruz*, s.l.f.

Apesar do maior cuidado com a alimentação dos alienados das classes mais elevadas, com os quais, entre 1883-1885, o Hospital despendeu 4\$628.17 réis, os restantes não estavam totalmente desprovidos de atenção, apesar do investimento na sua dieta alimentar ser bem inferior (1\$686.7 réis)⁵⁰.

Importa realçar que a maior economia no regime alimentar da 3.^a classe advinha não tanto de uma menor qualidade ou quantidade dos géneros alimentícios⁵¹, mas antes de uma selecção de víveres diferente. Exemplificando, os pensionistas de 3.^a classe não tinham direito a sobremesa, bolacha ou biscoitos, nem vinho de mesa. Não raras vezes, o café com leite era substituído por chocolate com leite e o pão pela broa, substituição que resultava numa maior economia de gastos. Importa acrescentar que as refeições de peixe ocorriam de forma bissemanal nos refeitórios dos doentes de 3.^a classe e uma vez por semana nos refeitórios dos doentes de 1.^a e 2.^a classes⁵².

Aspecto importante ainda concernente ao regime alimentar do Hospital do Conde de Ferreira prende-se com a indicação contida no Regulamento, pela qual, a dieta dos pacientes deveria ser objecto de reavaliação e redefinição de três em três meses⁵³. Compare-se com a situação de Rilhafoles, onde as dietas, em 1883, eram ainda regidas pelas indicações do Regulamento de 1851, sem qualquer actualização.

Em suma, o Hospital parece ter feito diligências no sentido de proporcionar bons cuidados higiénicos aos seus pacientes, até porque, entre 1883-1885 não se registaram sinais de doenças infecciosas, pelo contrário, verificaram-se curas de pacientes que haviam dado entrada com sinais dessa índole⁵⁴. O maior problema de foro higiénico, constantemente destacado pelos relatórios anuais, parece ter residido nos já referidos problemas de construção do sistema de esgotos e das latrinas, problema minimizado pelas frequentes lavagens e desinfecções, com recurso ao cal, pó de carvão, bem como ao sulfato de cobre e ferro.

2.2. Prevenção das Manifestações da Doença

O tratamento previsto pela medicina mental compromete, igualmente, a prevenção e esforços para impedir o agravamento das patologias. Neste contexto, a qualidade dos serviços dos funcionários de uma casa de saúde é primordial. Aliás, o problema do recrutamento, preservação e formação do pessoal assistente era apontado, pela direcção do Asilo de Alienados do Conde de Ferreira, como um dos mais complexos a enfrentar num hospital desta natureza. Apesar da existência de um fiscal, cujas atribuições se centravam na vigilância da execução das ordens e prescrições médicas, eram frequentes os despedimentos pela aversão a este tipo de serviço e

⁵⁰ SENNA, 1887: 84.

⁵¹ Art. 120.º - *Regulamento Geral do Hospital de Alienados do Conde de Ferreira*, Porto: Imprensa Real, 1883, p. 48.

⁵² *Projecto de Regulamento do Hospital de Alienados do Conde de Ferreira*, por António Maria de Senna, Coimbra: Imp. da Universidade, 1882, pp. 69-75.

⁵³ Art. 117.º § Único - *Regulamento Geral do Hospital de Alienados do Conde de Ferreira*, Porto: Imprensa Real, 1883, p. 47.

⁵⁴ SENNA, 1887: 54.

doentes, bem como, os provocados por faltas graves contra os mesmos. A agravar o problema, o reduzido período de tempo em que os funcionários permaneciam no estabelecimento impedia que estes recebessem a formação adequada. Uma década volvida, era generalizadamente reconhecida a competência do corpo clínico do Hospital do Conde de Ferreira, mas apontada uma qualidade inferior ao pessoal subalterno⁵⁵.

A conduta incorrecta de alguns funcionários era várias vezes apurada quando os doentes saíam e relatavam o que lhes fizeram ou viram fazer. Consideramos que muitos dos abusos perpetrados no Hospital, entre 1883-1908, devem ter ficado ocultos, pois tratavam-se de doentes que não dispunham das suas faculdades mentais para denunciar algum eventual mau trato e, mesmo que o conseguissem fazer, estes não transporiam os limites do seu Hospital.

Não obstante alguns casos de violência registados e que levaram, por exemplo, Júlio de Matos a desencadear despedimentos de funcionários, o enquadramento ético do estabelecimento não assentava na violência, como em outros tempos e hospitais. Aliás, António Maria de Sena considerava como uma das faltas mais graves, precisamente, os maus tratos infligidos aos pacientes. No entanto, reconhecia não ser tarefa fácil angariar funcionários sem preconceitos e com bom senso para lidar com os desatinos, ingratidões e, inclusivamente, agressões, próprias do comportamento dos alienados⁵⁶.

Esta dificuldade e descontinuidade do pessoal⁵⁷ obrigou à feitura de um Regulamento “generoso” para com os seus funcionários. A título de exemplo, em 1897-1898, instituiu-se o “Prémio Dr. Senna”, com vista a galardoar, anualmente, o funcionário que mais se destacasse em prol dos doentes⁵⁸. Acresciam gratificações aos melhores trabalhadores. Além disso, e imitando as experiências francesas, sabemos que no Hospital do Conde de Ferreira, a partir de Janeiro de 1906, foi ministrado o ensino profissional de enfermagem, segundo Magalhães Lemos, cursos assegurados por um dos médicos suplentes⁵⁹. Já os cursos de clínica psiquiátrica de maior destaque, destinados a estudantes e médicos, eram da responsabilidade dos clínicos da Casa mais proeminentes. Note-se porém, que o estado do ensino psiquiátrico em Portugal encontrava-se ainda muito embrionário⁶⁰.

Qualquer hospital de alienados, ainda que não fazendo da violência forma de tratamento, necessitava de dispor de um conjunto de meios repressivos, de forma a obstar os acometimentos dos loucos. Os meios previstos pelo Regulamento do manicómio do Porto não eram os de outrora: autorizava-se apenas a reclusão em quartos fortes, o colete de forças e a alimentação forçada.

⁵⁵ Sobre esta questão, no relatório de 1892-1893, sugere-se que o recrutamento de pessoal para as enfermarias fosse efectuado entre os religiosos.

⁵⁶ SENNA, 1887: 54 -55.

⁵⁷ Dois anos depois da abertura (finais de 1885), conservavam-se no estabelecimento apenas três funcionários contratados aquando da inauguração.

⁵⁸ *Relatório dos Actos da Mesa da Sta. Casa da Misericórdia do Porto (1897-98)*, p. 462.

⁵⁹ LEMOS, 1907: 11.

⁶⁰ VASCONCELOS, 1908: 130.

Em relação à reclusão em quartos fortes, esta nunca se prolongava por demasiados dias. O Hospital privilegiava a liberdade e os seus parques e jardins ofereciam aos doentes condições para tal.

O uso do colete de forças era em Oitocentos uma questão frequentemente debatida. O tratamento deste tópico exige a explicitação da teoria preconizada por Conolly e Pinel, que arrecadou bastantes adeptos no início do século XIX, mas que no final do mesmo, começou a denotar alguns opositores, nomeadamente portugueses. Trata-se da política do *no-restraint*, ou seja, uma política que defendia a abolição total dos meios contentivos em relação aos alienados, inclusive do colete de forças. Alguns alienistas foram ainda mais longe ao defenderem o *open-door*, sistema, segundo o qual, o alienado podia circular por todo o edifício, e mesmo fora dele, mediante a promessa de regresso.

De facto, as teorias expostas nunca tiveram aceitação no manicómio portuense, dado que os seus directores lhe atribuíam um carácter ilusório. Estes reconheciam a importância e o papel inovador das ideias de Pinel do início do século, mas consideravam que, no último quartel de Oitocentos, a propensão científica que a Psiquiatria entretanto adquirira, demonstrava que «o *no-restraint* significa, a nosso vêr, um excesso contra o antigo *systema repressivo* e, como todos os excessos, um erro que a pratica tem necessariamente de abandonar»⁶¹.

Neste contexto, reputamos de proveitoso aludir às considerações de Miguel Bombarda, aquando da sua viagem científica a França, em 1898. No manicómio de Salpêtrière, este insigne alienista português deparou-se com as mais cruéis violências, exemplificando, com alienados presos a argolas de ferro chumbadas nas paredes e a mais flagrante falta de higiene. Isto, segundo o autor, num país que defendia a tese do *no-restraint* e que «reserva para si o direito de se proclamar libertador dos alienados»⁶².

Nesse sentido, o Hospital de Alienados do Conde de Ferreira empregava o colete de forças como meio de contenção, pois os asilos que o dispensavam, tinham, obrigatoriamente, de recorrer a um abundante número de funcionários, recurso que a Instituição em estudo não dispunha. Além de evitar as lutas entre paciente e pessoal, prejudicial para ambos, o colete de forças apresentava outras vantagens, como o facto de permitir ao alienado, mesmo ao mais agitado, a possibilidade de circular em segurança pelo Hospital. Caso contrário, o corpo clínico ver-se-ia obrigado a encerrar o doente.

Outra das motivações que fez a direcção do Hospital do Conde de Ferreira insurgir-se contra os hospitais praticantes do *no-restraint* prendeu-se com a questão do controlo dos seus doentes furiosos, que substituíam o colete de forças pelas injeções de morfina, um método assente na coerção química, segundo os alienistas nacionais, prejudicial à cura da doença.

Com efeito, o colete de forças foi o meio contentivo mais largamente utilizado na cidade do Porto, pois além de ser o mais cómodo e o menos inconveniente, eram os próprios doentes que os pediam: «os impulsivos conscientes, que avaliam o mal que fazem, mas não podem *governar-se* (expressão d'um delles), quando chega a solicitação morbida, pedem o colete para não prejudicar os outros»⁶³.

⁶¹ MATTOS, 1884: 85.

⁶² BOMBARDA, 1898: 186.

⁶³ SENNA, 1887: 56.

A alimentação forçada foi necessária em determinados pacientes que recusavam os alimentos, podendo ser encarada como um meio de repressão. Estes casos eram protagonizados maioritariamente por doentes afectados pelo delírio da perseguição (não aceitavam os alimentos porque estavam envenenados) ou pela loucura religiosa (prática da abstinência como caminho para a salvação). Persistindo esta recusa, o clínico era compelido a tomar medidas mais drásticas, a fim de salvar a vida do doente.

Concluindo este tópico alusivo aos meios contentivos e, tendo em conta os arcaicos mecanismos repressivos ainda utilizados em Rilhafoles, podemos dizer que no estabelecimento portuense verificou-se a implantação da modernidade da prática médica, na qual instrumentos como a cadeira forte, as algemas, as peias ou as coleiras passaram a ter um mero valor histórico, para dar lugar a um conjunto restrito de mecanismos, cuja utilização era devidamente ponderada, consagrando exclusivamente os fins terapêuticos.

2.3. O Tratamento

O tratamento da alienação mental praticado no Hospital do Conde de Ferreira era dividido em duas categorias: o tratamento moral e o tratamento médico, propriamente dito.

Relativamente ao tratamento moral, este incidia sobre dois agentes: o isolamento e o trabalho. Este último, será tratado adiante, uma vez que era utilizado mais generalizadamente como terapia de consolidação das melhorias obtidas. Assim, estudemos o tópico do isolamento como método de tratamento.

A ideia da necessidade do isolamento do alienado, advogada por Esquirol, era partilhada pelos alienistas do Conde de Ferreira: «por vezes, é necessário tirar o doente do seu meio habitual, separá-lo da família e amigos, sujeitá-lo a novos hábitos e submetê-lo à vigilância e autoridade de pessoas especialistas»⁶⁴. De facto, o isolamento enquanto instrumento curativo, compreendia inúmeras vantagens para o alienado: representava uma nova vida distante dos agentes perturbadores; o doente era compelido a respeitar a disciplina e as normas do Hospital; o pessoal assistente era desconhecido ao alienado, impondo-lhe maior respeito; o convívio e o contacto com o comportamento de outros alienados poderia ser salutar, pois eventualmente suscitaria algum tipo de exame e reflexão.

Não obstante esta conjunto de benefícios, não raras vezes, quando o isolamento finalmente se concretizava, era já tarde demais. Júlio de Matos, na sua obra *Elementos da Psychiatria*, aponta três razões para este facto: os preconceitos, a falta de preparação de alguns médicos e o número insuficiente de manicómios no país⁶⁵.

Impõe-se agora o estudo da terapêutica empregue pelo corpo médico do Hospital de Alienados do Conde de Ferreira no tratamento da alienação.

⁶⁴ MATTOS, 1884: 75.

⁶⁵ MATTOS, 1911: 189.

A água, desde a Antiguidade, tornou-se num dos meios mais frequentemente utilizados no tratamento da loucura, facto notado por Michel Foucault. Segundo este autor, «enquanto a civilização, a vida em sociedade, os desejos imaginários suscitados pela leitura de romances ou espectáculos de teatro provocam males dos nervos»⁶⁶, a água serve de purificador. Efectivamente, a Hidroterapia, através de banhos e duches, era praticada de forma generalizada em hospitais da especialidade⁶⁷.

Os gráficos que se seguem demonstram o peso da hidroterapia entre 1 de Dezembro de 1883 e 30 de Junho de 1885, único período para o qual dispomos da devida informação sobre esta matéria. Encontra-se portanto, o registo de 14 210 duches e 21 746 banhos de imersão (Gráfico 1), dos quais, mais de metade com efusões frias à cabeça (Gráfico 2), por oposição aos banhos sinapisados (banhos locais, normalmente acompanhados pela fricção de pernas e braços), que por serem recomendados apenas no tratamento dos melancólicos e hipocondríacos, foram aplicados com menor assiduidade. Já os banhos com efusões frias eram aplicados em todos os doentes, sobretudo em casos de agitação, pois provocavam a refrigeração da cabeça do doente (uma vez em crise, a temperatura, bem como, a fluxão sanguínea na cabeça do alienado subiam cabalmente).

Gráfico 1

Hidroterapia aplicada entre 1 de Dezembro de 1883 e 30 de Junho de 1885

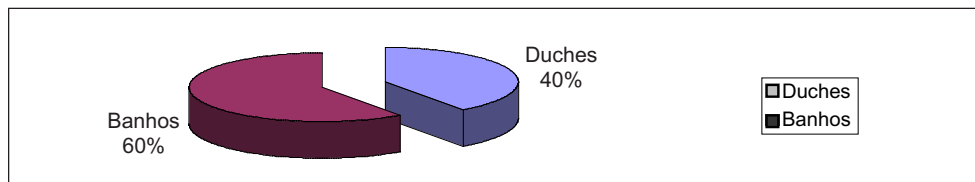
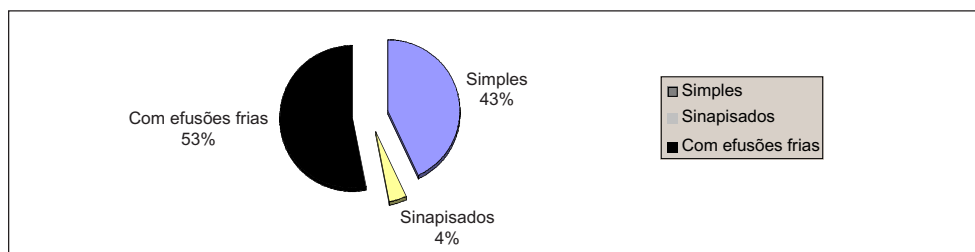


Gráfico 2

Tipologia dos banhos aplicados



⁶⁶ FOUCAULT, 2003: 313.

⁶⁷ Foucault menciona a prática dos banhos de surpresa praticados no asilo de Charenton nos inícios do século XIX, em que o doente era empurrado inadvertidamente para uma banheira: (FOUCAULT, 2003: 317-318).

As seguintes considerações, tecidas pelo primeiro director do Hospital de Alienados do Conde de Ferreira, são esclarecedoras da relevância desta terapia: «Um medico allemão, do periodo metaphysico da psyquiatria, dizia que, sem um padre no asylo para investigar as causas da loucura e exercer nos doentes a influencia da sua divina auctoridade, não se encarregaria de dirigir um serviço d'alienados. Eu direi que, sem um bom estabelecimento hydroterapico, não tomaria conta da direcção d'um estabelecimento de tratamento d'alienados»⁶⁸.

Além dos banhos gerais que a Psiquiatria portuense, entre 1883-1908, elegia como método de excelência no tratamento dos alienados, nas enfermarias do Hospital encontravam-se um conjunto de meios farmacológicos, aplicados aos doentes. A apreciação que se segue dos mesmos limita-se aos mais relevantes. Assim, o serviço clínico complementava a hidroterapia com o bromureto de potássio e, posteriormente, com ergotina, fundamentais para diminuir a temperatura da cabeça e descongestionar o cérebro.

Em casos de necessidade de manter as forças dos doentes que se alimentavam mal, era ministrada a medicação estimulante, segundo Júlio de Matos, com recurso ao álcool, caféina e chá⁶⁹. O ópio, integrado na medicação sedante, era frequentemente utilizado em casos de insónia e de agitação extrema. Perante a debilitação física dos doentes empregavam-se os tónicos, com base nos banhos frios e numa alimentação nutritiva⁷⁰.

Após o estudo da hidroterapia e dos meios farmacológicos e ainda no domínio do tratamento dos degenerados do Hospital do Conde de Ferreira, impõe-se, a referência aos tratamentos cirúrgicos, uma temática, cuja informação é escassa, mas que é de capital interesse no presente estudo, até porque, entre os novos conhecimentos médicos alcançados no século XIX, a cirurgia foi, indubitavelmente, um domínio particularmente desenvolvido. Em Rilhafoles temos conhecimento de um serviço de cirurgia a cargo do médico Alfredo Schultz⁷¹. Todavia, respeitante ao manicómio portuense, desconhecemos por algum tempo se este existia ou não. Porém, a análise dos relatórios de actividades entre 1883-1908, adiantam algumas pistas, embora sem grandes especificidades. Exemplificando, no relatório de 1890-1891, a direcção do Hospital reclamava a existência de um cirurgião permanente⁷², solicitação que, de acordo com o relatório de 1892-1893, ainda não tinha sido atendida. Quer esta situação dizer que, pelo menos até 1893, o tratamento cirúrgico não tinha lugar nas instalações do manicómio. O concurso a operador efectuou-se, finalmente, no ano de actividades de 1893-1894⁷³ e, em 1903-1904, registam-se notícias da aquisição de uma mesa de operações e respectivos acessórios⁷⁴. Através destas informações, podemos concluir que o Hospital do Conde de Ferreira começou a recorrer às cirurgias como meio de tratamento a partir de 1893-1894, dez anos depois da sua inauguração.

⁶⁸ SENNA, 1887: 68.

⁶⁹ MATTOS, 1911: 204.

⁷⁰ MATTOS, 1884: 82-83.

⁷¹ LEMOS, 1907: 8.

⁷² *Relatório dos Actos da Mesa da Sta. Casa da Misericórdia do Porto (1890-91)*, p. 423.

⁷³ *Relatório dos Actos da Mesa da Sta. Casa da Misericórdia do Porto (1893-94)*, p. 372.

⁷⁴ *Relatório dos Actos da Mesa da Sta. Casa da Misericórdia do Porto (1903-04)*, p. 238.

Ignoramos o tipo de cirurgias efectuadas e respectivos resultados, mas em relação ao primeiro ponto, estas não deveriam diferir muito das que se realizavam fora de Portugal. Nesse sentido, as principais cirurgias consistiam na secular trepanação⁷⁵ e na punção lombar. Ambas tinham o mesmo objectivo, mas faziam recurso a métodos distintos.

O hipnotismo era um método frequentemente utilizado no tratamento da histeria⁷⁶, mas não se conseguiu apurar a sua aplicação na terapêutica dos alienados do Porto. Quanto ao electrodiagnóstico e ao electrotratamento, só em 1922⁷⁷ foi instalado gabinete para o efeito, altura em que o Hospício do Porto foi dotado de luz eléctrica.

Esta breve e elementar exposição permite, no entanto, concluir um dos objectivos a que o nosso estudo se propôs. Efectivamente, verifica-se que o tratamento psiquiátrico, embora titubante, conhecia já, entre 1883-1908, uma certa cientificidade e evolução, para a qual o Hospital de Alienados do Porto deu um precioso contributo. Aqui, a prática médica distanciava-se da que Rilhafoles havia efectuado: as sangrias no Porto, por exemplo, caíram em completo descrédito. A alienação começou portanto, neste período, a despedir-se do sobrenatural e a ser encarada como uma doença, com características, sintomas e tratamentos próprios.

2.3.1. O Trabalho e as Distracções Como Forma de Terapia

Também a este nível, a classe social dos doentes era marca distintiva. Os alienados de 1.^a e 2.^a classes usufruíam de salas de recreio dotadas de piano, bilhar e outros entretenimentos, que além de estarem interditos aos restantes alienados, tinham pouca frequência: «poucos doentes os teem aproveitado com persistencia. A ociosidade é a regra»⁷⁸.

Os hospitais estrangeiros, nomeadamente franceses, proporcionavam à sua população acesso à biblioteca, passeios de carro, representações teatrais, concertos de música e bailes. Neste Hospital do Porto conhecemos a existência de um teatro nas suas instalações, bem como, a realização de concertos de música⁷⁹, actividades consideradas benéficas nos processos de tratamento.

Em caso de condições meteorológicas favoráveis, os doentes passavam a maior parte do tempo ao ar livre. Já os convalescentes e os tranquilos trabalhavam nas oficinas de que dispunha o Hospital de Alienados portuense. No decurso desta investigação, a interpretação dos diferentes alienistas levou-nos a concluir que o trabalho mecânico era considerado, de uma forma consensual, um dos pilares do tratamento da doença mental. Aliás, à semelhança da hidroterapia, Pinel fora o grande difusor da ideia do trabalho como terapia.

⁷⁵ A trepanação consistia em diminuir a compressão cerebral através da extracção do líquido cefalo-raquidiano por uma incisão na estrutura craniana e applicava-se sobretudo em casos de paralisia geral, epilepsia e tumores. Note-se que a trepanação era uma cirurgia passível de ser realizada em qualquer faixa etária, se bem que, os mais novos suportavam-na melhor, dada a violência deste procedimento: (*A Trepanação*, 1888: 234).

⁷⁶ SEQUEIRA, 1888: 271.

⁷⁷ COSTA, 1988: 88.

⁷⁸ SENA, 1887: 78.

⁷⁹ *Relatório dos Actos da Mesa da Sta. Casa da Misericórdia do Porto (1898-99)*, p. 390.

O Hospital do Conde de Ferreira, como representante da modernidade médica dos finais do século XIX e à semelhança dos seus congéneres ingleses⁸⁰, implementou e desenvolveu algumas oficinas práticas, que beneficiavam os seus alienados a diferentes níveis: coadjuvante do processo terapêutico, a formação adquirida facilitava-lhes uma melhor reintegração na sociedade, bem como, uma valia económica para o estabelecimento e para o próprio doente, ao qual era atribuído um pecúlio aquando da sua saída. Outros houve, embora em menor número (5 no primeiro triénio), que uma vez curados, permaneceram na instituição como funcionários⁸¹.

O já aludido *Relatório do Serviço Médico* do primeiro biénio (1883-1885) informa que, em Abril de 1885, dos 279 doentes (156 homens e 123 mulheres) encontravam-se a trabalhar nas oficinas do asilo 89 pacientes (Quadro 10), ou seja, 31.9% da população total, sendo sobretudo as mulheres, apesar de em menor número que mormente contribuía para essa percentagem, ocupando-se sobretudo da costura e bordados (35.1% das pacientes femininas).

Todos os doentes do Hospital, independentemente da classe a que pertenciam, podiam aceder a estas oficinas. No entanto, informa António Maria de Sena, que estes eram maioritariamente oriundos da classe indigente porque muitos pensionistas não tinham profissão mecânica, além de que, muitos sofriam de paralisia geral, o que os impossibilitava de executar qualquer tipo de função.

Quadro 10
Doentes que trabalhavam à data de 9 de Abril de 1885

SEXO	SERVIÇOS	N.º de Casos
Homens	Enfermarias	13
	Quinta (agricultura)	9
	Jardinagem	2
	Cordoaria	6
	Oficina de sapateiro	1
	Conservação do edifício	2
	Despensa	1
	Secretaria	1
TOTAL		35
Mulheres	Enfermarias	10
	Costura e bordados	19
	Meias	11
	Crochet	4
	Fiação	7
	Sapatos de liga	2
	Cozinha	1
TOTAL		54
TOTAL GERAL	89

Fonte: SENNA, 1887: 80 (informação sistematizada).

⁸⁰ FERNANDES, 1933: 7.

⁸¹ SENNA, 1886: 13.

Nos primeiros anos de funcionamento, o Hospital do Conde de Ferreira criou quatro oficinas. A saber: oficina de costura, sapatos de liga, sapateiro e cordoaria. Além das oficinas, outros doentes dedicavam-se ao arranjo e limpeza da casa, bem como, aos trabalhos agrícolas na quinta e à jardinagem. Dados os bons resultados destas iniciativas, em 1888 foi criada uma oficina tipográfica⁸², a qual fazia serviços para o próprio Hospital, para a Santa Casa da Misericórdia e, esporadicamente, para alguns particulares. O relatório do ano económico de 1889-1890 dá conta da existência de mais três oficinas: vassouraria⁸³, colchoaria e pichelaria⁸⁴. O serviço de padaria foi criado no ano de actividades de 1901-1902⁸⁵, uma medida fundamentada no alargado consumo de pão (835 kg diários) da casa e que veio concorrer para o comedimento das dietas e das finanças.

A partir de 1896-1897, a quinta deste estabelecimento hospitalar, até então subaproveitada, passou a produzir vinho, árvores de fruto e aves para o consumo da casa, cuja rentabilidade passou a influir positivamente na economia interna da mesma⁸⁶.

O resultado mais visível do trabalho realizado pelos alienados era a exposição dos seus produtos a 24 de Março de cada ano (data de inauguração do Hospital). O seu reconhecimento tornou-se público quando, em 1897, a Exposição Industrial Portuguesa, realizada nas instalações do Palácio de Cristal, premiou as oficinas tipográfica e de vassouraria deste Hospital do Porto⁸⁷.

Em suma, sendo este centro hospitalar economicamente auto-suficiente, as receitas provenientes das suas oficinas constituíam uma mais-valia. No entanto, caso os resultados financeiros fossem diminutos, os resultados clínicos, nomeadamente do ponto de vista da higiene física e mental, justificavam, de *per si*, a sua existência.

2.4. Os Resultados

O tratamento da loucura, independentemente do estabelecimento que o promova, era sempre demorado e nem sempre com resultados satisfatórios. Além disso, a própria curabilidade nem sempre era real, ou seja, podia ser *modificável*, em que os degenerados apresentavam equilíbrio apenas no Hospital, quando rodeados de assistência regular e cuidadosa.

Vejamos porém, qual a eficácia dos tratamentos ministrados no Hospital de Alienados do Conde de Ferreira, no primeiro quartel do seu funcionamento:

⁸² *Relatório dos Actos da Mesa da Santa Casa da Misericórdia do Porto (1888-1889)*, p. 241.

⁸³ Note-se que a oficina de vassouraria, por representar maiores vantagens económicas, veio substituir a oficina de cordoaria.

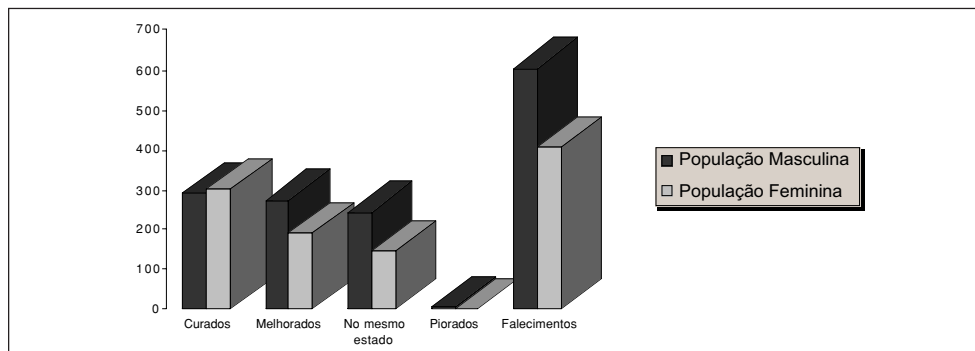
⁸⁴ *Relatório dos Actos da Mesa da Sta. Casa da Misericórdia do Porto (1889-90)*, p. 280.

⁸⁵ *Relatório dos Actos da Mesa da Sta. Casa da Misericórdia do Porto (1901-02)*, p. 215.

⁸⁶ *Relatório dos Actos da Mesa da Sta. Casa da Misericórdia do Porto (1896-97)*, p. 325.

⁸⁷ *Relatório dos Actos da Mesa da Sta. Casa da Misericórdia do Porto (1897-98)*, p. 463.

Gráfico 3
Estado da População (1883-1908)



Fonte: *Relatórios dos Actos da Mesa da Sta. Casa da Misericórdia do Porto, 1883-1908.*

Os *Relatórios dos Actos da Mesa da Santa Casa da Misericórdia do Porto* permitiram demonstrar o estado dos doentes aquando da autorização da sua saída e a taxa de falecimentos que aí ocorreram entre 1883-1908.

Ora, foi precisamente pela porta da morte que, entre 1883-1908, mais doentes saíram do Hospital de Alienados do Conde de Ferreira (1012 doentes: 605 alienados e 407 alienadas). Deve, no entanto, notar-se que este é um resultado que não advém directamente da alienação: «Muitos doentes falecem de doenças comuns intercorrentes, completamente estranhas ao processo da doença mental»⁸⁸. É de referir que, ao longo dos 25 anos em estudo, a taxa de mortalidade do Hospital parece não ter sido agravada pelas epidemias que atingiram o Porto no mesmo período. Podemos exemplificar com a «moléstia epidémica» que grassou na cidade entre 1899 e 1900, em que a direcção do Hospital, mercê da doutrina higienista que seguia, ordenou a suspensão das visitas ao estabelecimento e aos doentes, que ficaram incólumes⁸⁹.

Neste contexto, seria oportuno determinar os factores de falecimento, a fim de podermos calcular o número exacto de mortes que foram fruto da alienação mental e averiguarmos quais as formas mentais com maior mortalidade, porém, não dispomos de informações desse âmbito para o período em estudo.

Os 593 doentes (291 alienados e 302 alienadas) que encontraram a cura no Hospital de Alienados do Conde de Ferreira consistiam igualmente numa massa considerável, ainda mais, tendo em conta a elevada taxa de doentes incuráveis que o Hospital portuense comportava, além de que o atraso nas admissões (que diminuía as possibilidades de cura), minava esta estatística. Note-se ainda que, somando o número de doentes que saíram curados com o número de doentes melhorados, se depreende que a taxa de sucesso do tratamento hospitalar era satisfatória.

⁸⁸ SENNA, 1887: 99.

⁸⁹ *Relatório dos Actos da Mesa da Sta. Casa da Misericórdia do Porto (1899-1900)*, p. 290.

É notória a desigualdade dos resultados entre os sexos: além das alienadas falecerem em menor número, a sua taxa de curabilidade era superior quando comparada com a dos alienados. Este é um facto ainda mais flagrante, se tivermos em conta que a população feminina do Hospital do Conde de Ferreira era inferior à população masculina (*vide*: Quadro 3). Além da conclusão que em páginas anteriores havíamos chegado, ou seja, de que a alienação era uma doença que se manifestava mormente nos homens, o Gráfico 3 permite-nos agora acrescentar que as mulheres apresentavam maiores hipóteses de cura e menores probabilidades de falecimento. No *Relatório dos Actos da Mesa da Sta. Casa da Misericórdia do Porto* de 1886-1887 encontramos a explicação que deram a este quadro: «Ela [a mortalidade] é menor nas mulheres quando recolhidas. A clausura impressiona-as menos e não as prejudica como aos homens, e isto tanto no estado de sanidade, como de perversão mental»⁹⁰.

Os doentes que saíram melhorados (465 doentes: 273 alienados e 192 alienadas) e no mesmo estado (388 doentes: 244 alienados e 144 alienadas) foram sobretudo os doentes masculinos.

O número de doentes, cujo estado de saúde se agravou com o seu internamento no Hospital do Conde de Ferreira, foi diminuto: apenas 6 casos entre 1883-1908. Trata-se, no entanto, de um valor pouco surpreendente se considerarmos que, num Hospital em sintonia com as preocupações higienistas Oitocentistas, como tentava ser o Hospital em estudo, o bem-estar, os cuidados e a preocupação com a higiene física e mental concorriam generalizadamente para a melhoria do estado de saúde do indivíduo, ainda que não fosse determinante para a sua cura.

Conclusão

«De todos os infortúnios a que está sujeita a Humanidade, nenhum é mais digno de compaixão e respeito do que a alienação mental, e de todas as doenças nenhuma há que mais precise dos auxílios e socorros da sociedade»⁹¹. Estas palavras de Francisco Martins Pulido eram à época o espelho de uma realidade, que o Hospital de Alienados do Conde de Ferreira tentou consubstanciar. No entanto, esta mentalidade nem sempre imperou.

Estamos agora em condições de afirmar que só nos finais do século XIX alvoreceu, em Portugal, a consciência de que o alienado, até aí um ser desprezado pela lei e pela Humanidade, era, afinal, um doente⁹². Para tal, contribuiu o despertar e os progressos da Ciência, nomeadamente com a emergência da disciplina psiquiátrica, que consignou no alienado o seu objecto de estudo, retirando-o da esfera do metafísico e criando-lhe um novo espaço: o hospital psiquiátrico.

É neste contexto, que o Hospital de Alienados do Conde de Ferreira se revestiu de grande importância, na medida em que, às cadeiras fortes, às coleiras e às peias utilizadas em Rilhafoles, o manicómio portuense contrapôs as mais recentes concepções e práticas terapêuticas alienistas

⁹⁰ *Relatório dos Actos da Mesa da Sta. Casa da Misericórdia do Porto* (1886-87), p. 334.

⁹¹ Cit. por RIBEIRO, 1907: 330.

⁹² «O grande passo da história esteve na passagem do insano, dito alienado (quer dizer: estranho ao sentir humano) até ao enfermo, ao doente propriamente dito»: (FERNANDES, 1986: 579).

de então⁹³. De facto, o Hospital do Conde de Ferreira foi, em Portugal, o primeiro e mais alto receptáculo da modernidade médico-científica alienista. Fazendo eco das correntes mais avançadas da época, a orgânica implementada no Hospital regeu-se por uma das principais doutrinas Oitocentistas, o Higienismo, o qual «pugnava pelo cumprimento do ideal de bem-estar físico-moral tanto do indivíduo, como da sociedade»⁹⁴.

Com efeito, a nossa investigação permitiu-nos constatar que as linhas mestras do funcionamento deste Hospital arquitectaram-se de acordo com os ditames desta doutrina higienista. O isolamento do alienado; a vigilância do enfermo e a separação de acordo com o sexo, a classe social e a tipologia ou fase da doença mental, práticas estruturantes do funcionamento do Hospital desde a sua abertura e à imagem dos seus melhores congéneres europeus, catapultavam o Hospital para os altos padrões científicos da época. Poderemos igualmente acrescentar outras características associadas à política higienista: o ambiente agradável e acolhedor proporcionado pelo Hospital aos seus doentes, nomeadamente pelos seus variados espaços de lazer e extensas áreas ajardinadas; cuidado com as dietas alimentares; preocupação em criar um espaço iluminado, onde imperasse a ventilação, a abundância de água e os preceitos higiénicos – são estes os principais factores que evidenciavam uma nova mentalidade no dealbar do século XX, muito embora, convirá notar, que nem sempre foi possível “obedecer” aos preceitos contemporâneos⁹⁵.

Também o diagnóstico e a terapêutica prescrita pelos clínicos do Hospital de Alienados da cidade do Porto reflectiam as orientações mais progressistas do simpósio internacional. A Farmacopeia, a Hidroterapia e a ocupação dos enfermos em actividades profissionais coadjuvavam e potenciavam o processo tendente à curabilidade do alienado.

Para o modernismo desta Instituição muito concorreram igualmente os seus directores. Com efeito, a iniciativa de António Maria de Sena, a profundidade clínica de Júlio de Matos⁹⁶ e a relevância da investigação de Magalhães Lemos situaram Portugal e o Hospital portuense no panorama psiquiátrico internacional.

Não obstante o problema da sobrelotação nos primeiros 25 anos do Hospital ter minorado o seu eficaz desempenho, há a considerar que se tratou de uma situação gerada por um quadro externo. Por isso mesmo, à questão formulada na *Introdução* deste estudo, até que ponto a modernidade científica terá sido ou não implementada neste Hospital, a resposta é, indiscutivelmente, afirmativa.

Em relação à compreensão e análise da realidade assistencial portuguesa aos alienados no termo do século XIX e prelúdio do século XX, concluímos que até 1883, data de inauguração do Hospital de Alienados do Conde de Ferreira, esta era praticamente inexistente, enfermando

⁹³ Prova evidente de que o Hospital do Conde de Ferreira ultrapassou o arcaísmo da primeira metade do século XIX, foi a constituição de um núcleo museológico composto pelos instrumentos de repressão e contenção de outrora.

⁹⁴ PITTA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor, 1993 – *Liturgia Higienista no Século XIX. Pistas para um Estudo*. «Revista História das Ideias», Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias, vol. 15, p. 438.

⁹⁵ Relembre-se os graves problemas com que a direcção do Hospital se debateu relativos à falta de latrinas e deficiente sistema de esgotos. Além disso, a sobrelotação que martirizou o primeiro quartel da vida do estabelecimento prejudicou o seu bom funcionamento e negou a possibilidade de tratamento a muitos doentes.

⁹⁶ De notar que os dois primeiros projectos de lei consagrados aos alienados foram precisamente da autoria de António Maria de Sena e Júlio de Matos, respectivamente.

de deploráveis condições⁹⁷. Sem dúvida que este Hospital representou um progresso em relação a tudo o que até então se havia feito. No entanto, convém explicitar que, se por um lado, o estabelecimento em estudo constituiu uma melhoria na assistência, paralelamente, veio também demonstrar a insuficiência e as carestias desta.

O facto é que, apesar dos serviços da Ciência e do Hospital na sensibilização das consciências, muitos vestígios de obscurantismo não tinham ainda sido totalmente ultrapassados. A este propósito, refira-se a falta de vontade na não execução da lei de *beneficência pública aos alienados*, da autoria do primeiro director clínico do Hospital do Conde de Ferreira, António Maria de Sena, o que terá custado a resolução do problema da assistência aos alienados no período em estudo. Este estado de coisas fez com que, deambulando nas ruas do Porto e do país nos inícios do século XX, se encontrasse ainda a maioria esmagadora dos alienados, “alienados” do seu direito a um tratamento.

Fontes e Bibliografia

a) Fontes Manuscritas

Biblioteca do Centro Hospitalar Conde de Ferreira

Relatório Acerca do Estado das Obras no Novo Hospital para Alienados em Construção no Logar da Cruz, s./f.

Testamentaria do Conde de Ferreira, Construção do Hospital de Alienados da Cruz, s./f.

b) Fontes Impressas

Regulamentos e Relatórios

Projecto de Regulamento do Hospital de Alienados do Conde de Ferreira, 1882, Coimbra: Imp. da Universidade.

Regulamento Geral do Hospital de Alienados do Conde de Ferreira, 1883, Porto: Imprensa Real.

Relatório do Serviço Medico e Administrativo do Hospital do Conde de Ferreira Relativo ao Primeiro Biennio (1883-1885), Porto: Typographia Occidental.

Relatório dos Actos da Mesa da Santa Casa da Misericórdia do Porto (1883 a 1908).

⁹⁷ Os números da Alemanha denunciam o grave problema de beneficência pública portuguesa: em 1890, na Alemanha, hospitalizava-se 1 alienado por 1000 habitantes; 5 vezes mais do que em Portugal: (LEMOS, 1908: 10-11).

Imprensa

A Trepanação, 15.06.1888, «Medicina Contemporânea».

BOMBARDA, Miguel, 05.06.1898 – *Viagens Científicas*, «Medicina Contemporânea», n.º 23.

CARDOSO, Aguiar, Agosto 1906 – *Polícia dos Alienados*, «Medicina Moderna», n.º 152.

Hospital de Alienados, «Primeiro de Janeiro», n.º 76, ed. 25.03.1883.

SEQUEIRA, Montalverne de, 19.08.1888 – *Hipnotismo e Sugestão*, «Medicina Contemporânea», n.º 34.

SEQUEIRA, Montalverne de, 10.07.1898 – *Os Alienados nos Açores*, in «Medicina Contemporânea», n.º 28.

c) Bibliografia

ALVES, Jorge Fernandes (coord.), 2003 – *Signo de Hipócrates, O Ensino Médico no Porto Segundo Ricardo Jorge*, Porto: Roche.

CARVALHO, Fernando, 1996 – *Hospital do Conde de Ferreira. Breve História*, Porto: s./ed.

COSTA, Maria Isabel S. Resende, 1988 – *Era Uma Vez um Hospital Psiquiátrico*, seminário de pré-profissionalização apresentado à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Ed. do A.

COUTINHO, Azevedo, 1886 – *Diagnóstico da Paralysis Geral dos Alienados*, Porto: Typographia de Viuva Gandra.

FERNANDES, Barahona, 1986 – *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal, O Nascimento da Psiquiatria em Portugal*, vol. I, sep. das «Publicações do II Centenário da Academia de Ciências de Lisboa», Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa.

FERNANDES, Barahona, 1933 – *Manicómios e Clínicas Psiquiátricas. Relatório de uma viagem de estudo a Inglaterra e França*, Lisboa: Imprensa Médica.

FOUCAULT, Michel, 2003 – *História da Loucura*, S. Paulo: Editora Perspectiva.

LEMOS, Magalhães, 1907 – *Assistance des Aliénés en Portugal*, Porto: s./ed.

LEMOS, Magalhães, 1908 – *Notes sur l'Assistance des Aliénés en Portugal*, Porto: Oficina Tipográfica do Hospital de Alienados do Conde de Ferreira.

LIMA, J. A. Pires de, 1939 – *Alienados Perigosos*, Lisboa: Centro Tipográfico Colonial.

MATTOS, Júlio de, 1911 – *Elementos de Psychiatria*, Porto: Livraria Chardron.

MATTOS, Júlio de, 1884 – *Manual das Doenças Mentais*, Porto: Editores Porto.

- PINA, Luís de, 1958 – *Raízes Brasileiras da Organização Hospitalar Psiquiátrica Portuense*, Lisboa: s./ed.
- PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor, 1993 – *Liturgia Higienista no Século XIX. Pistas para um Estudo*, in «Revista História das Ideias», vol. 15, Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias.
- RIBEIRO, Vítor, 1907 – *Historia da Beneficência Pública em Portugal*, Coimbra: Imprensa da Universidade.
- SAULLE, Legrand du, 1864 – *La Folie devant les Tribunaux*, Paris: F. Savy Libraire-Éditeur.
- SENNA, António Maria de, 1886 – *Benefícios Sociaes do Hospital do Conde de Ferreira no Primeiro Triennio*, Porto: Typographia Occidental.
- SENNA, António Maria de, 1885 – *Os Alienados em Portugal, Hospital do Conde de Ferreira*, Porto: Imprensa Portuguesa.
- SENA, António Maria de, 2003 – *Os Alienados em Portugal*, Lisboa: Ulmeiro.
- SENNA, António Maria, 1883 – *Os Attestados Medicos para Admissão de Doentes em Hospitales d'Alienados*, Porto: Typographia Elzeviriana.
- VASCONCELOS, António Emílio Antunes, 1908 – *A Assistência Familiar dos Alienados*, Porto: s./ed.
- TUCKER, G. A., 1887 – *Lunacy in Many Lands*, Sydney: Charles Potter, Government Printer.

Ana Leonor Pereira*, João Rui Pita**

ALEXANDER FLEMING (1881-1955) Da descoberta da penicilina (1928) ao Prémio Nobel (1945)¹

R E S U M O

A descoberta da penicilina por Alexander Fleming, em 1928, é uma das descobertas científicas mais marcantes da história da ciência, da medicina e da farmácia do século XX. Os autores sublinham o valor da descoberta e a transformação da penicilina em medicamento. De seguida expõem o resultado da sua investigação relativa à recepção da penicilina em Portugal na segunda metade dos anos quarenta.

Introdução

A descoberta da penicilina por Alexander Fleming, em 1928, é um dos acontecimentos mais marcantes da história da ciência, da medicina e da farmácia do século XX. Se conjugarmos a inovação científica com os benefícios ao nível da saúde pública e, conseqüentemente, os ganhos no plano da economia civilizacional, podemos afirmar que a descoberta da penicilina foi a conquista mais relevante da história da ciência novecentista.

A penicilina não foi mais um fármaco novo nem mais um acontecimento científico isolado². A descoberta da penicilina abriu o caminho a novos investimentos científicos no domínio da antibioterapia e conseqüentemente à descoberta de novos antibióticos³; estimulou a investigação

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra/CEIS20 (Grupo de História e Sociologia da Ciência). Rua Filipe Simões, 33 – 3000-186 COIMBRA. aleop@ci.uc.pt

**Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra e Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra/CEIS20 (Grupo de História e Sociologia da Ciência). Rua Filipe Simões, 33 – 3000-186 COIMBRA. jrpita@ci.uc.pt

¹ O presente artigo insere-se no projecto de investigação *Público e Privado: História Ecológico-Institucional do Corpo (1900-1950)*. O caso português financiado pela FCT/POCTI/HAR/49941/2002 (Investigadora Responsável, Prof^a Doutora Ana Leonor Pereira) em curso no Grupo de História e Sociologia da Ciência do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra, CEIS20 em articulação com o projecto *História da Farmácia em Portugal (1900-1950)*. I./ HISTOFAR, projectos em curso no CEIS20 / Universidade de Coimbra.

² Entre os estudos recentes sobre a penicilina, sublinhamos LAX, 2004. Veja-se, também, WAINWRIGHT, 2002: 529-538.

³ Sobre a história dos antibióticos veja-se a síntese WEATHERALL, 1990: 161-186. Veja-se, também, WAINWRIGHT, 1992 e PARASCANDOLA, 1980. Nesta obra são publicados estudos sobre a recepção da penicilina em diversos países, como os Estados Unidos da América, Suíça, Japão, bem como sobre a investigação antibiótica em diversos países.

científica neste domínio; suscitou estudos clínicos sistemáticos; desencadeou novos investimentos técnicos e tecnológicos com vista à produção industrial de antibióticos; motivou estudos no domínio da tecnologia farmacêutica; esteve na base de novos desafios e investimentos económicos a nível industrial; ampliou o mercado dos medicamentos a nível do comércio grossista e nas farmácias; colocou novos desafios aos médicos; acima de tudo, proporcionou a cura de patologias infecciosas para as quais não havia qualquer terapêutica medicamentosa eficaz e, nesta medida, reflectiu-se na estatística demográfica com a diminuição dos óbitos em todos os níveis etários.

Portanto, a penicilina não pode nem deve ser encarada unicamente como mais uma descoberta científica, mas antes como aquela descoberta que desencadeou alterações profundas no tratamento de doenças infecciosas, proporcionou o investimento científico no estudo de outros antibióticos e teve profundas implicações sócio-demográficas e económicas.

À luz do que expusemos, compreende-se que a abordagem histórica da penicilina implica uma enorme complexidade de factores e de condicionantes. Pode falar-se de uma história da penicilina antes da sua descoberta por Fleming⁴ e de uma história da penicilina após a descoberta do antibiótico pelo cientista escocês e, como é óbvio, da história da penicilina protagonizada por Fleming. Após a sua produção industrial, nos anos 40, a penicilina transformou-se num fármaco imprescindível no arsenal terapêutico de tal modo que é corrente falar-se da história dos medicamentos antes e depois da aplicação da penicilina — o primeiro antibiótico. E, também, da história da farmácia e da medicina antes e depois da penicilina. Mas, ainda, da história das doenças humanas antes e depois da penicilina e portanto até da história do corpo saudável e doente, antes e depois da penicilina. Uma das aplicações mais interessantes da penicilina foi no combate à sífilis⁵, uma doença que denunciava a necessidade de reforçar os alicerces científicos da higiene pública, não apenas no plano curativo mas também ao nível preventivo⁶.

A penicilina salvou, e continua a salvar, milhões de vidas, por isso se encontra entre “os grandes medicamentos do século XX”⁷ e entre os “medicamentos que modificaram o mundo”⁸.

Em 2003 passaram 75 anos sobre a descoberta da penicilina. Em 2004 completaram-se 75 anos sobre a publicação dos primeiros resultados científicos da descoberta da penicilina. Em 2005 celebra-se o cinquantenário do falecimento Alexander Fleming. A notoriedade do cientista, o valor da descoberta e as repercussões sócio-económicas-civilizacionais são razões nobres para apresentarmos uma breve abordagem histórica da descoberta da penicilina, incluindo o início da sua comercialização e expansão pelo mundo, isto é, *grosso modo*, na segunda metade dos anos 40 do século XX⁹. No presente estudo daremos conta, também, dos resultados na nossa

⁴ Para a história da pré-história dos antibióticos teríamos que referir os trabalhos de Pasteur e Joubert em 1877, as tentativas de Emmerich e Loew, em 1899, entre outros autores. Veja-se, por exemplo, CHAST, 1995: 236.

⁵ Cf. ANJO, 1948. Nesta obra o autor exalta as propriedades da penicilina no tratamento da sífilis.

⁶ No caso da sífilis a aplicação da penicilina tinha a ver com a terapêutica curativa e neste plano a sua eficácia era evidente.

⁷ Cf. SCHALCHLI, 2000: 4-9.

⁸ Cf. *National Geographic*, Maio, 2005, rubrica intitulada “The World by Numbers”. O historiador da farmácia John Swann refere como “medicamentos que modificaram o mundo” os seguintes: ópio, vacina antivariólica, salvarsan, insulina, penicilina, enovid e talidomida.

⁹ Veja-se, por exemplo, o que é dito por ESCANDE, 2000: 23-36; neste artigo o autor refere que o papel de Fleming na descoberta dos antibióticos é de pouca importância e que “se for preciso nomear como pais da descoberta

investigação da recepção da penicilina em Portugal e da penicilina na terapêutica medicamentosa no nosso país, na segunda metade dos anos 40, bem como das representações de Fleming em Portugal, sobretudo na ocasião da sua morte em 1955.

O presente estudo apoia-se nalgumas conclusões de pesquisas transversais que temos desenvolvido no Grupo de História e Sociologia da Ciência do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra, CEIS20, nos projectos findos sobre a recepção da penicilina em Portugal e sobre a recepção de Fleming em Portugal, e nos projectos em curso sobre a história da farmácia em Portugal na primeira metade do século XX e sobre a história ecológico-institucional do corpo¹⁰.

Alexander Fleming: de Lochfield para Londres com 14 anos

Alexander Fleming nasceu a 6 de Agosto de 1881, na Quinta de Lochfield, em Darvel, na Escócia¹¹. Foi o terceiro filho do segundo casamento do seu Pai, Hugh Fleming, com Grace Morton. Alexander Fleming tinha sete irmãos, quatro do primeiro matrimónio e três do segundo casamento do seu Pai. Quando Alexander Fleming tinha sete anos ficou órfão do Pai. Frequentou a escola em Loudoun Moor, perto de Lochfield; aos 10 anos de idade mudou para uma Escola de maiores dimensões, perto de Darvel e dois anos depois transitou para a academia de Kilmarnock.

fundamental dos antibióticos, a história só deverá reter dois nomes: René Dubos, em Nova York, e Howard Florey, em Oxford” (p. 24). Entre alguns cientistas e historiadores da ciência, sobretudo de língua francesa, esta questão tem sido destacada. Tenha-se presente que os *nacionalismos* atravessam toda a história da ciência e da técnica.

¹⁰ No Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra/CEIS20 foi desenvolvido um projecto sobre a recepção da penicilina e de Fleming em Portugal: *Fleming em Portugal*. Integrado neste projecto de trabalho foi premiado o Lic^o Paulo Jorge Granja com o Programa Gulbenkian de Estímulo à Investigação (1998) com o projecto específico *O fármaco do século XX: a penicilina. A introdução da penicilina e dos antibióticos em Portugal*, estando no prelo a publicação de uma obra sobre a temática em questão. Entre 2003 e 2005 desenrolou-se no GHSC/CEIS20 o projecto de investigação *História da Farmácia em Portugal (1900-1950). O caso português* financiado pela FCT (POCTI/HAR/49941/2002). Entre comunicações apresentadas em reuniões científicas e publicações científicas mais directamente relacionadas com o presente artigo assinalem-se: João Rui Pita; Paulo Granja; Ana Leonor Pereira, *A introdução da penicilina em Portugal*, comunicação apresentada sob a forma de *poster* no “1º Congresso Luso-Brasileiro de História da Ciência e da Técnica”, realizado em Évora e Aveiro, pelo Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência da Universidade de Évora e pelo Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência e da Técnica da Universidade de Aveiro, nos dias 23 a 27 de Outubro de 2000. João Rui Pita; Ana Leonor Pereira, *Progressos da farmácia e da medicina. I. De Galeno a Fleming*, Conferência proferida no “Colóquio sobre a ciência: débito ao passado e perspectivas de futuro”, realizado no dia 2 de Março de 2000 no Auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra. Ana Leonor Pereira; João Rui Pita, *Fleming na imprensa portuguesa nos anos 40 e 50 do século XX*, Comunicação apresentada no Colóquio Saúde Cultura e Sociedade — Fontes portuguesas, realizado em Coimbra a 6 de Março de 2001, no auditório da sede da Secção Regional de Coimbra da Ordem dos Farmacêuticos e organizado pelo Grupo de História e Sociologia da Ciência do CEIS 20. João Rui Pita, *Fleming e a descoberta da penicilina*, conferência proferida na sede de Coimbra da Associação Nacional das Farmácias no dia 10 de Dezembro de 2004. Ana Leonor Pereira, João Rui Pita, *Alexandre Fleming na imprensa portuguesa*, comunicação apresentada no II Congresso Luso-Brasileiro de Estudos Jornalísticos, realizado no Porto, na Universidade Fernando Pessoa, em 17 e 18 de Março de 2005. Relativamente a publicações assinalem-se, PITA; GRANJA; PEREIRA, 2000: 213-214; PITA; PEREIRA; GRANJA, 2001: 193-198; PEREIRA, PITA, 2005: 432-437. Veja-se o mesmo texto editado em CD-Rom.

¹¹ Para um estudo biográfico de Alexander Fleming ver a obra de MAUROIS, 1959a. A tradução inglesa foi feita por Gerard Hopkins, e editada em Londres por Jonathan Cape, em 1959; foi traduzida por Gerard Hopkins e teve uma introdução de Robert Cruickshank.

Em 1895, Alexander Fleming enceta uma nova fase da existência com a sua ida para Londres, a capital, onde alguns dos seus irmãos já residiam. Um deles, Thomas, estudou medicina e enveredou pela oftalmologia¹². Aos 16 anos de idade, Alexander Fleming completou os estudos na Escola Técnica conseguindo de seguida emprego na companhia de navegação American Line, onde desempenhou funções administrativas (contabilidade, registo de carga de navios, registo de documentação diversa, etc.). Em 1900 Alexander Fleming e outro irmão, John, alistaram-se no *London Scottish Regiment* estando em causa a guerra com os *Boers*. Alexander permaneceu alistado no exército durante cerca de dois anos e embora não tenha sido chamado para a frente de combate notabilizou-se em actividades desportivas como a natação e o pólo aquático. Entretanto os irmãos Fleming receberam uma herança do tio John, irmão do Pai, o que permitiu que Alexander deixasse o emprego na companhia de navegação e preparasse a sua entrada no curso de medicina.

O curso de medicina dos vinte aos vinte e cinco anos

Em 1901, aos vinte anos, A. Fleming inicia a realização do seu sonho de ser médico. Fez os seus estudos de medicina em Londres, na Escola Médica afecta ao Hospital de St. Mary, tendo sido aluno brilhante e não demonstrando uma especial inclinação por alguma área em particular. Enquanto aluno de medicina participou em actividades culturais complementares como, por exemplo, o teatro e demonstrou especial interesse pelas actividades desportivas, tendo-se distinguido no pólo aquático e, também, no tiro.

O início da carreira científica em 1906

Em 1906, Fleming formou-se em medicina e começou a trabalhar no serviço do prestigiado bacteriologista e patologista Almroth Wright — o Serviço de Inoculação — o famoso “Inoculation Department” fundado em 1902. Recorde-se que este cientista britânico procurou encontrar, embora sem êxito, uma vacina contra a febre tifóide no exército britânico na Índia e na África do Sul. Fleming foi fortemente marcado pela figura e pelo trabalho de Wright. Deve lembrar-se, também, que a questão da inibição bacteriana e o tratamento de doenças infecciosas constituía uma preocupação de vários cientistas, desde a escola francesa liderada por Pasteur e continuada pelos seus discípulos, até à escola alemão tutelada por Koch e continuada pelos seus discípulos.

Em 1909, Fleming fez provas para cirurgião tendo, desde essa data, a possibilidade de exercer cirurgia. Contudo, a motivação que sentia pelo trabalho de investigação laboratorial, e, em particular, pela bacteriologia, levou-o a continuar as pesquisas laboratoriais cujos resultados veio a publicar ao longo da sua vida na forma de livro e em revistas como *Practitioner*, *The Lancet*, *British Medical Journal*, *British Journal of Experimental Pathology*, *St Mary's Hospital Gazette*, *American Journal of Clinical Pathology*, *Gazette des Hôpitaux*, *Annales de l'Institut Pasteur*, *The*

¹² Outros dois irmãos de Alexander Fleming, John e Robert entusiasmados por um médico que apoiou o seu irmão Thomas na formação oftalmológica enveredaram pela óptica e pelo fabrico de óculos. Cf. MAUROIS, 1959a: 19.

Biochemical Journal, etc.. Alguns dos trabalhos de Fleming foram realizados em colaboração, sendo de sublinhar as publicações conjuntas com L. Colebrook, S.R. Douglas, A.E. Wright, A.B. Porteous, F.J. Clemenger, V.D. Allison, Ian H. Maclean, K.B. Rogers, C. Smith, J.R. May, A. Voureka, I.R.H. Kramer e W.H. Hughes.

De acordo com o seu perfil, Fleming continuou a desenvolver intensa actividade social tornando-se membro do *Chelsea Arts Club*, praticando com frequência tiro e natação e jogando vários jogos de cartas e ainda bilhar e xadrez.

Aquando da Primeira Guerra Mundial, Almroth Wright propôs ao governo britânico que o seu serviço fizesse a preparação de vacinas contra a febre tifóide e que estudasse as feridas de guerra para evitar as infecções. Assim, Fleming e outros colegas investigadores foram enviados para Boulogne-sur-Mer onde instalaram um laboratório, tendo estudado um leque variado de microorganismos. A sua presença e os seus trabalhos de pesquisa permitiram actuar de modo mais profundo e eficaz sobre, por exemplo, os ferimentos de guerra. Fleming torna-se, de facto, a maior autoridade mundial em matéria de feridas de guerra. Da sua investigação resultou a publicação de artigos científicos.

Em 1915, em plena Guerra Mundial, Alexander Fleming contraiu matrimónio com Sara MacElroy, jovem enfermeira irlandesa. Em 1919, regressou ao serviço de Almroth Wright dando continuidade aos seus trabalhos de investigação e, mais tarde, em 1921 assumiu o cargo de vice-director do Serviço de Inoculação.

A descoberta da penicilina em 1928

A destruição das bactérias, a inibição da sua proliferação, numa palavra, o combate às bactérias responsáveis por inúmeras patologias infecciosas humanas constituiu a paixão científica de sempre de Alexander Fleming. Nas palavras do próprio: “a destruição das bactérias pelos leucócitos tinha-me interessado profundamente”¹³. Fleming reportava-se às pesquisas anteriores à descoberta da penicilina pois aquele problema motivou-o desde muito cedo. Durante a Primeira Guerra, Fleming avaliou o poder antibacteriano dos leucócitos contidos nos exsudatos de feridas. No período pós-Guerra continuou interessado no estudo dos antisépticos e leucócitos, sendo de sublinhar a descrição que fez da lisozima, em 1922. Segundo Fleming tratava-se de um “poderoso fermento anti-bacteriano que se produz naturalmente nos tecidos humanos e secreções”¹⁴. No discurso que proferiu aquando da atribuição do Prémio Nobel, Fleming sublinhou isso mesmo dizendo que “a penicilina não foi o primeiro antibiótico que descobri. Em 1922 descrevi a lisozima, uma potente enzima antibacteriana possuidora de um efeito lítico extraordinário sobre algumas bactérias”¹⁵.

Em Setembro de 1928, Alexander Fleming trabalhava “sobre a variação das colónias estafilocócicas como consequência de uma comunicação do Professor Bigger, que tinha

¹³ Palavras do próprio FLEMING, 1944a: 5.

¹⁴ FLEMING, 1944: 5.

¹⁵ Alexander Fleming, “Penicilina. Discurso de (...) al recibir el premio Nobel de medicina y fisiología, el 11 de diciembre de 1945”. In: ROJAS, 1994: 72.

demonstrado que podiam produzir-se colónias de aspecto sumamente diferente partindo da cultura pura de um estafilococo piogéneo ordinário”¹⁶, conforme referiu mais tarde a propósito da descoberta da penicilina. Certo dia, de regresso ao laboratório, Fleming observou novamente umas caixas de Petri que havia deixado cultivadas com estafilococos e verificou que nelas se havia desenvolvido um fungo. Constatou que até uma distância relativamente afastada dos fungos não havia proliferação de estafilococos. Cerca de dezasseis anos mais tarde, Fleming reconstruiu o momento inaugural da sua descoberta: “Verdade é que todo o bacteriologista tem visto, não uma mas muitas vezes, placas de cultura contaminadas com fungos, também é provável que alguns bacteriologistas tenham observado alterações semelhantes às apontadas mais acima, mas sem ter um interesse especial pelas substâncias anti-bacterianas de ocorrência normal, se tenham limitado a afastar as referidas culturas”¹⁷. Por um lado, Fleming reconhecia o papel do acaso na descoberta científica e, por outro lado, implicitamente sublinhava que a observação *genial* do investigador marcava a diferença entre descobrir e não descobrir. Posteriormente, Fleming investigou e observou que outras bactérias patogénicas eram inibidas pela presença do fungo como, por exemplo, os estreptococos, os pneumococos, os gonococos, os meningococos e os bacilos da difteria e da gangrena gasosa. Solicitou, então, a colegas a caracterização do fungo que foi inicialmente designado por *Penicillium rubrum* e algum tempo depois *Penicillium notatum*. Em 1929 publicou um artigo intitulado “On the antibacterial action of cultures of a penicillium with special reference to their use in the isolation of *B. influenzae*” na revista *British Journal of Experimental Pathology*¹⁸, onde descrevia a sua investigação e publicava os seus resultados. Deste modo, a penicilina entrava nos circuitos científicos. De tal modo se avaliavam os elevados benefícios da penicilina que em 1932 Fleming sublinhava que o fármaco podia ser utilizado nos seguintes casos: “i) Para o isolamento de bactérias não sensíveis de entre um grande número de organismos sensíveis; ii) Para a demonstração de certas inibições bacterianas; iii) para o tratamento de infecções por organismos sensíveis”¹⁹ sendo esta última aplicação a mais importante para a saúde humana.

Para se poder avaliar o extraordinário da descoberta da penicilina, o *Editorial* do Jornal do Médico, dizia em 1950: “O Prof. Chain, também galardoado com o Prémio Nobel pelos seus estudos sobre a penicilina, juntamente com Fleming e Florey, fez notar que teria sido absolutamente impossível planificar uma investigação tendente a descobrir aquele antibiótico, porque ninguém tinha em vista a sua existência. O ‘*Penicillium notatum*’ apareceu por acaso numa das culturas que Fleming guardava no seu laboratório. Centenas de variedades de ‘*Penicillium*’ foram examinadas até hoje, mas só o ‘*Penicillium notatum*’ é capaz de dar penicilina. Mais ainda: há sessenta espécies deste bolor — e só uma delas, a que se deparou a Fleming, produz penicilina”²⁰.

¹⁶ FLEMING, 1944a: 5.

¹⁷ FLEMING, 1944a: 5.

¹⁸ Cf. FLEMING, 1929: 226-236. Veja-se FLEMING, 1944b: 8-10.

¹⁹ Cf. FLEMING, 1944b: 8. O autor refere o artigo publicado em 1932 no *Journal of Pathology and Bacteriology*.

²⁰ Cf. A.P., 1950: 367.

Um problema a resolver: a produção industrial da penicilina

A partir de 1929, a penicilina parecia ter caído no esquecimento. Ao receber o Prémio Nobel de Medicina e Fisiologia, em Dezembro de 1945, Alexander Fleming sublinhou esta questão dizendo: “Referi a penicilina em um ou dois artigos até 1936, mas poucos prestaram atenção à mesma. Somente dez anos depois, quando a introdução da sulfonamida modificou por completo o pensamento médico no que toca à quimioterapia das infecções bacterianas e desde que Dubos²¹ mostrou que um agente antibacteriano potente, a gramicidina, era produzida por certas bactérias que os meus coparticipantes neste Prémio Nobel, o doutor Chain e Sir Howard Florey, decidiram estudá-la”²². Na verdade, a comunidade científica internacional fez poucas referências à penicilina, embora Fleming tenha publicado sobre o assunto até finais dos anos 30²³.

Todavia, a questão da inibição da proliferação microbiana constituía uma área de investigação relevante pois havia a consciência de que doenças infecciosas que faziam perigar a saúde privada e também a saúde pública teriam de ser combatidas não só com medidas preventivas adequadas, mas também com profilaxia e tratamento medicamentoso, na senda dos trabalhos capitais realizados por Louis Pasteur (1822-1895), Robert Koch (1843-1919) e suas escolas de microbiologistas. Por exemplo, os trabalhos de Paul Erlich (1845-1915) que descobriu o salvarsan (1910) e depois o neo-salvarsan (1912) medicamento destinado ao tratamento da sífilis e os seus estudos sobre teorias de antígenos e anticorpos. Mais tarde, em 1935, Gerard Domagk (1895-1964) introduz derivados do prontossil na terapêutica medicamentosa antibacteriana, tendo-se iniciado, assim, a sulfamidoterapia²⁴ uma primeira grande família importante no combate à infecções microbianas²⁵.

Em 1939, dois cientistas da Universidade de Oxford, Howard Florey²⁶ e Ernst Chain²⁷, e respectivos grupos de investigação, começaram a desenvolver estudos sobre as propriedades antibacterianas de produtos naturais, incluindo a penicilina que se tornou, de facto, num dos seus alvos de investigação preferencial²⁸.

²¹ Anotação nossa. Sobre as relações de saber e poder entre René Dubos e Alexander Fleming veja-se o artigo de ESCANDE, 2000: 23-36. René Dubos (1901-1982) nasceu em França, foi engenheiro do Instituto Nacional de Agronomia, tendo depois fixado residência em Itália e posteriormente nos Estados Unidos da América em 1924. Naturalizou-se americano em 1938 e faleceu em Nova York.

²² Alexander Fleming, “Penicilina. Discurso de (...) al recibir el premio Nobel de medicina y fisiologia, el 11 de diciembre de 1945”. In: ROJAS, 1994: 86.

²³ Cf. CHAST, 1995: 236.

²⁴ A descoberta das sulfamidas constitui, também, um dos marcos mais relevantes da história da terapêutica medicamentosa do século XX.

²⁵ Cf. PITA, 2000: 223. Veja-se, também de PITA; PEREIRA, 2002: 259.

²⁶ Howard Florey (1898-1968), cientista médico australiano que se fixou em Oxford onde desenvolveu notável trabalho de investigação.

²⁷ Ernst Boris Chain (1906-1979), bioquímico judeu nascido na Alemanha, fixado na Inglaterra desde 1933, tendo-se naturalizado inglês.

²⁸ Muitos detalhes sobre a descoberta da penicilina e o início da sua produção em série podem ser vistos, por exemplo, em CHAST, 1995 que cita a obra de Gwyn MacFarlane, *Fleming, 1881-1955, l’homme et le mythe*, Belin, Paris, 1984. Muito se tem escrito sobre as razões pelas quais a penicilina ficou esquecida durante cerca de dez anos. Também nesta matéria o historiador tem de estar atento às relações de saberes e poderes entre escolas e entre cientistas a nível internacional e dentro das comunidades nacionais.

Entretanto, no contexto da Segunda Guerra Mundial, Florey e Chain mostravam-se muito interessados em estudar exaustivamente a penicilina. Começaram por repetir as experiências de Fleming e depois aplicaram-se na purificação da penicilina e em trabalhos de experimentação animal. Em 1940 publicaram, em colaboração com outros cientistas, um artigo onde demonstraram a validade das propriedades da penicilina, depois de a terem ensaiado em animais. Faltava a experimentação em seres humanos. O primeiro foi um polícia cuja morte seria inevitável sem a penicilina; seguiram-se outros doentes em 1941 e, com algumas contrariedades e novos problemas emergentes, Florey e Chain demonstravam os benefícios da utilização da penicilina em seres humanos²⁹. O passo seguinte era o problema da produção de penicilina em larga escala para que pudessem ser confirmados os estudos pioneiros pois a penicilina que se produzia era a uma escala reduzida. Além do reconhecimento do valor terapêutico da penicilina no tratamento de doenças infecciosas, havia um outro problema prioritário a resolver, o da determinação da sua estrutura química. E esta questão ocupou fortemente investigadores e norteamericanos³⁰.

Howard Florey e o seu colega Norman Heatley deslocaram-se aos Estados Unidos da América no Verão de 1941 e conseguiram nalgumas instituições um bom acolhimento para o prosseguimento das pesquisas e acima de tudo da produção em larga escala da penicilina, destacando-se as negociações realizadas no *Northern Regional Research Laboratory* em Illinois³¹. Foram também importantes outros contactos estabelecidos por Florey, por exemplo, com o Presidente do *Comité de Investigação Médica do Gabinete de Investigação e Desenvolvimento Científico*. Igualmente capitais para a produção de penicilina em larga escala foram os incentivos dados à indústria farmacêutica para desenvolver a investigação científica neste domínio e para produzir penicilina em larga escala. No mesmo sentido é de referir o trabalho desenvolvido pelo *Gabinete de Produção de Guerra* para obter maior quantidade de penicilina. Conscientes do valor da penicilina como *arma* de guerra a ser utilizada na retaguarda do exército, “um dos maiores objectivos era ter uma quantidade adequada à mão para a invasão da Europa no dia D”³².

Entretanto, em Oxford prosseguiram as investigações possíveis e os tratamentos com êxito em vários doentes. Em 1942, Fleming injectou penicilina num amigo à beira da morte, salvando-o. Esta penicilina havia sido solicitada por Fleming a Florey e Chain que a enviaram. Esta aplicação da penicilina teve um enorme impacto na imprensa que sublinhou o valor do fármaco.

A produção e os ensaios da penicilina em seres humanos continuaram nos Estados Unidos da América, tendo o exército dos E.U.A.³³ funcionado como um enorme balão de ensaio. Na verdade, no decurso da Segunda Guerra Mundial, a penicilina foi utilizada em massa no exército americano com resultados altamente positivos, exerceram a função de “escolas de terapêutica pela penicilina”³⁴. Contudo, a penicilina foi considerada “uma descoberta puramente britânica”³⁵.

²⁹ Cf. M.E.FLOREY, 1944: 11-15.

³⁰ Cf. CHAIN, 1948: 83-91.

³¹ Este Laboratório de Investigação da Região Norte do Departamento de Agricultura tinha um forte sector dedicado à fermentação que foi de capital importância para a produção da penicilina em larga escala.

³² Cf. PARASCANDOLA, 2001: 3-13.

³³ Veja-se acerca dos estudos da penicilina no decurso da Segunda Guerra Mundial o estudo de ADAMS, 1991.

³⁴ Cf. LYONS, 1944: 110-112.

³⁵ Cf. CHAIN; FLOREY, 1944a: 3.

No segundo semestre de 1943, a penicilina começou a ser produzida em larga escala. Inicialmente foi administrada sob a forma injectável³⁶. As indústrias farmacêuticas pioneiras nos Estados Unidos foram: Abbott Laboratories; Hoffmann-La Roche; Lederle Laboratories; Eli Lilly and Company; Merck and Company; Davis and Company; Schenley Laboratories; E.R. Squibb and Sons; Upjohn Company; Winthrop Chemical Company; Reichel Laboratories³⁷. Desde os anos 50 até ao presente foi grande o investimento na penicilina, não só do ponto de vista químico-farmacêutico e clínico, mas também a nível do marketing e da sua comercialização³⁸.

O mito de Fleming e a atribuição do Prémio Nobel

Terminada a Segunda Guerra, Fleming percorreu vários países sendo recebido com as maiores honras e distinções, por parte de diversas instituições tanto oficiais como privadas, científicas, académicas, industriais e comerciais. O Rei Jorge concedeu-lhe o título de Sir, foi agraciado com a medalha de John Scott pelos Estados Unidos da América, distinguido com a Legião de Honra pela França, com o Cameron Prize pela Universidade de Edimburgo, com a Medalha do pontificado do Papa Pio XII e foi Doutor Honoris Causa por várias Universidades³⁹. De certo modo encetava-se, assim, o chamado *mito* de Fleming. Em Nova York os produtores de penicilina deram um banquete em honra de Fleming “para homenagear e agradecer (...) àquele que foi escolhido pela Providência para descobrir e revelar ao mundo a existência e as propriedades da arma mais poderosa que o homem possui hoje para lutar contra a doença”⁴⁰. Ainda em 1944, a cientista portuguesa e farmacêutica Maria Serpa dos Santos considerava-o “como o maior entre os maiores dos seus congéneres”⁴¹.

Em 1945 foi atribuído a Alexander Fleming, Howard Florey e Boris Chain o Prémio Nobel de Medicina e Fisiologia pela descoberta e aplicação da penicilina. O reconhecimento público do valor da obra de Alexander Fleming tornou-se num processo de heroificação que o elevava à categoria máxima de benfeitor da Humanidade por colocar a ciência ao serviço da saúde e da vida, bem supremo entre todos os bens.

A imprensa portuguesa deu relevo à atribuição do Prémio Nobel a Alexander Fleming. Vejamos alguns exemplos: o *Diário Popular* de 26 de Outubro de 1945 anuncia a atribuição do prémio a Fleming, mas também a Ernst Boris Chain. Acrescenta, aliás, alguns comentários de Chain publicados na imprensa internacional: “Duvido. Isso é uma brincadeira?”. Depois de lhe terem garantido que a notícia era certa, Chain disse: “Lamento ser tão céptico. Há alguns dias um amigo chamou-me para dizer que o meu nome aparecia numa lista da Gestapo. Duvidei disso porque nunca me intrometi na política em toda a minha vida. Quando a lista foi publicada,

³⁶ Uma questão que se levantava era a das unidades de penicilina, assunto que, por si só, é motivo de interessante estudo relacionado com a quantificação e mensurabilidade da penicilina.

³⁷ Cf. DENO; ROWE; BRODIE, 1959: 21.

³⁸ O nosso estudo incide somente nos anos 40 do século XX e debruçámo-nos apenas sobre os primeiros trabalhos de investigação científica. Após os anos 50 levantam-se novas questões à problemática da história da penicilina.

³⁹ Deve sublinhar-se que também Florey e Chain foram distinguidos com diversos galardões.

⁴⁰ Cf. MAUROIS, 1959a: 221.

⁴¹ Cf. SANTOS, 1944: 506.

o meu nome aparecia de facto entre os nomes de Chamberlain e de Churchill”⁴². O *Diário de Lisboa* noticiou na primeira página a atribuição do Prémio a Fleming, transcrevendo, como aconteceu noutros jornais a frase de Fleming: ““É uma coisa muito agradável e é uma honra que todos desejam””⁴³. Em *O Comércio do Porto*, noticia-se a atribuição do prémio com o seguinte título: “Alexander Fleming, que descobriu a ‘penicilina’, recebeu com o maior agrado a notícia de lhe ter sido atribuído o ‘Prémio Nobel’”⁴⁴. Ao lado desta notícia encontra-se uma outra com o seguinte título: “A penicilina pode aplicar-se, também, ao tratamento da varíola e das infecções dentárias”⁴⁵. Em *O Primeiro de Janeiro* noticia-se a atribuição do galardão, na primeira página, com o seguinte título: “o Prémio Nobel da medicina ‘sir’ Alexander Fleming declarou-se agradado pela honra recebida”⁴⁶, sublinhando-se, também, o cepticismo de Chain. Igualmente na primeira página, aparece uma notícia semelhante no jornal *Novidades*⁴⁷; uma pequena notícia foi dada no *Diário da Manhã*⁴⁸ com o título “Fleming vai receber o Prémio Nobel da Medicina”. De facto, o prémio foi atribuído a três cientistas, Fleming, Florey e Chain, mas em muitos jornais e revistas internacionais ou portuguesas apenas aparece ou se destaca o nome de Fleming, o que se compreende pelo *mito* de Fleming e ao mesmo tempo se inscreve na *construção* da própria narrativa mítica. Em 1947, na obra francesa *Thérapeutique par la penicilline*, na nota introdutória, A. Lemierre, elogia as propriedades terapêuticas da penicilina e acrescenta que os médicos franceses prestam uma homenagem contínua a Alexander Fleming com “a sua admiração e reconhecimento”⁴⁹. Outros exemplos da identificação de Fleming como benfeitor da Humanidade e da construção do mito do herói descobridor podem ser vistos em obras de divulgação biográfica de Fleming como a obra da autoria de Beverley Birch, que tem como sub-título *Alexander Fleming. O bacteriologista que descobriu a penicilina, um fármaco que salvou milhões de vidas*⁵⁰.

Deve sublinhar-se que os resultados práticos da utilização da penicilina eram bem visíveis e rapidamente notórios tanto para os especialistas como para o público. As provas científicas juntamente com os efeitos imediatos da sua utilização fizeram da penicilina um autêntico milagre da natureza⁵¹, a *droga milagrosa*, assim representada praticamente desde finais da Segunda Grande Guerra.

Em 1946 Alexander Fleming assumiu a liderança do Serviço de Inoculação do Hospital de St. Mary e em 1947 o mesmo Serviço passou a ter a designação de Wright-Fleming. A 28 de Setembro de 1949 faleceu a esposa de Fleming, de quem teve um filho. Tratou-se de um golpe profundo na vida do cientista que afectou a dinâmica científica a que havia habituado os seus colaboradores e colegas. Em 1953 contraiu novo matrimónio com Amália Voureka, uma cientista

⁴² Cf. DIÁRIO POPULAR, 1945: 5.

⁴³ Cf. DIÁRIO DE LISBOA, 1945: 1.

⁴⁴ Cf. O COMÉRCIO DO PORTO, 1945: 6.

⁴⁵ Cf. O COMÉRCIO DO PORTO, 1945: 6.

⁴⁶ Cf. O PRIMEIRO DE JANEIRO, 1945: 1.

⁴⁷ Cf. NOVIDADES, 1945: 1.

⁴⁸ Cf. DIÁRIO DA MANHÃ, 1945: 5.

⁴⁹ Cf. LEMIERRE, 1947.

⁵⁰ Cf. BIRCH, 1990. Esta obra insere-se na colecção “Cientistas que transformaram o Mundo”.

⁵¹ Cf. WAINWRIGHT, 1992.

de origem grega que foi recebida por Fleming para prosseguir investigação científica no *seu* laboratório. No dia 11 de Março de 1955, perto de completar 74 anos, Alexander Fleming faleceu na sequência de um ataque cardíaco. As exéquias fúnebres tiveram as mais altas honras e as suas cinzas foram depositadas na catedral de St.Paul. Nestes últimos dez anos após o Prémio Nobel, portanto entre 1945 e 1955, o *mito* de Fleming ganhou a sua máxima expressão, tendo o próprio dado um forte contributo para isso⁵².

A recepção da penicilina em Portugal em meados dos anos 40: estudos médicos e farmacêuticos

Tal como em todo o mundo, o estudo da recepção da penicilina em Portugal no nosso país significa em primeiro lugar, identificar os protagonistas da recepção, a divulgação escrita, os resultados da sua aplicação, as instituições aderentes ao novo fármaco, as polémicas intracientíficas, etc. Na segunda metade dos anos 40, depois de um período algo tímido de divulgação da penicilina, assiste-se a uma forte publicidade da aplicação da penicilina, tanto em artigos científicos de revistas especializadas como na literatura divulgativa. Em regra cultivava-se ao mesmo tempo o *mito* de Fleming como herói-descobridor para Bem da Humanidade, apesar dos trabalhos de Florey, Chain e colaboradores terem sido cruciais para a transformação da penicilina, em medicamento. Das múltiplas fontes portuguesas, sublinhamos apenas algumas. Em 1947 A. Meliço Silvestre, ao fazer uma revisão de conjunto sobre *Os novos progressos da quimioterapia* sublinhava a penicilina e acrescentava: “couberam a um bacteriologista da escola inglesa (Fleming) as honras dessa descoberta (1928) que haveria de cobrir de glória, não só um homem, mas uma nação e uma raça”⁵³. Joaquim Salvado Valente, na *Biblioteca Cosmos*, publicou uma obra intitulada *A luta contra o micróbio*, onde se pode ler o seguinte: “o acaso e o poder de observação de um investigador inglês (Fleming) trouxeram ao mundo tão precioso medicamento, hoje de já bem vasta aplicação”⁵⁴.

Do conjunto dos trabalhos pioneiros da introdução da penicilina na literatura científica portuguesa, daremos o exemplo de José Garrett. Em 1944 publicou no *Portugal Médico* um artigo de revisão inserto na rubrica “Actualidades”⁵⁵ onde denuncia que em Portugal havia poucas referências à penicilina e que nos jornais não especializados as indicações sobre a penicilina eram pouco exactas. O autor faz uma revisão de conjunto tendo por base revistas inglesas e americanas como *The Lancet*, *British Medical Journal*, *The Journal of Pathology and Bacteriology* e *The Journal*

⁵² Cf. artigo de Fleming intitulado “25 anos na história da penicilina. O seu passado e o seu futuro, segundo o descobridor Sir Alexander Fleming” publicado na revista portuguesa *O Médico*, 119 Suplemento, 1953, pp. 922-925. Este artigo tem por base uma entrevista que o cientista britânico concedeu na Índia à Rádio Pan-Índia, por ocasião de uma visita a este país sob os auspícios da Organização Mundial de Saúde; nesta entrevista, Fleming refere que “ouço com prazer a sua referência à penicilina como sendo a maior descoberta terapêutica do século e orgulho-me de ter o meu nome vinculado à sua história, facto inevitável, pois fui eu quem inventou a palavra ‘penicilina’ — palavra nova mas perfeitamente ortodoxa”.

⁵³ Cf. SILVESTRE, 1947: 235.

⁵⁴ Cf. VALENTE, 1945: 105.

⁵⁵ Cf. GARRETT, 194: 91-98.

of the American Medical Association, ou seja as revistas que publicavam os trabalhos dos cientistas que mais se dedicavam ao estudo da penicilina.

Uma das referências pioneiras à penicilina, em Portugal, foi publicada em *Actualidade e Utilidades Médicas* em 1943. Nessa publicação pode ler-se: “Pois que um caso clínico de retumbância mundial trouxe à luz da publicidade mais cedo do que esperávamos, este novo fármaco a que já são atribuídas famosas propriedades terapêuticas, não queremos deixar de lhe fazer referência já no presente volume, em vez de guardar isso para mais tarde, como tencionávamos, quando tivéssemos dados mais seguros sobre o seu modo de aplicação e indicações terapêuticas”⁵⁶. Sublinha-se no mesmo artigo intitulado “Penicilina” que “ainda era cedo para conhecer os limites de actuação do fármaco embora já não houvesse dúvidas de que se tratava de um medicamento eficaz nas infecções estafilo, estrepto, gono e pneumocócicas e, também, em infecções produzidas por germes anaeróbios. Diz-se também que a preparação da penicilina ainda apresentava muitas dificuldades, sendo pouco rentável, pois de 100 litros de cultura de *penicillium* extraia-se somente 1 grama de penicilina. Por fim, é dito que nos primeiros anos de aplicação da penicilina havia a consciência dos cuidados a ter na administração do fármaco em virtude de eventuais reacções indesejáveis⁵⁷ e até mesmo da resistência ao antibiótico.

Em Portugal, vários autores pioneiros divulgaram a penicilina, sobretudo casos clínicos. Também em vários periódicos especializados encontramos traduções de textos científicos sobre a penicilina. Entre médicos pode sublinhar-se a síntese realizada por Pimentel Barata, que publicou em 1945 no *Jornal do Médico* um artigo em três partes intitulado *Penicilina (revista geral)*⁵⁸. O autor faz um breve historial da penicilina, debruça-se sobre as suas propriedades e sua produção e aponta as aplicações da penicilina, tendo por base uma enorme quantidade de referências bibliográficas muito actualizadas. Entre alguns dos problemas colocados pode sublinhar-se, por exemplo, a questão sempre actual da *fármaco-resistência* por parte das bactérias⁵⁹.

Sobre as propriedades e aplicações da penicilina em Portugal muitos outros trabalhos poderiam ser referidos, sobretudo casos clínicos que nos remetem para a aplicação da penicilina em várias especialidades médicas, com efeitos terapêuticos em patologias como pneumonias, meningites, endocardites, septicémias, osteomielites, abscessos, fleimões, furúnculos, sífilis, etc. Entre os muitos autores médicos temos José Garrett, Toscano Rico, Diogo Furtado, Miranda Rodrigues, Domingos Machado, António Braga, Augusto Lamas, João Maia de Loureiro, Armindo Morais, Carneiro de Moura, Cândido Silva, Pereira Varela, Juvenal Esteves, Alberto Reis, António Bártolo Silva, Mário Trincão, Soares Santa, Abílio de Moura, Albertino da Costa Barros, e outros. Os seus trabalhos foram publicados em revistas como *Actualidades e Utilidades Médicas*, *Gazeta Médica Portuguesa*, *O Clínico*, *O Médico*, *Imprensa Médica*, *Portugal Médico*, *Clínica Contemporânea*, *Jornal do Médico*, *Amatus Lusitanus*, *Anais Azevedos*, *Revista da Sociedade*

⁵⁶ Cf. PENICILINA, 1943: 182.

⁵⁷ Cf. PENICILINA, 1946, 181-183. Neste artigo referem-se acidentes que podem resultar da medicação com penicilina, nomeadamente reacções cutâneas de origem alérgica, sendo mais activas e frequentes quando se faz administração injectável.

⁵⁸ Cf. BARATA, 1945.

⁵⁹ Cf. BARATA, 1945: 280.

Portuguesa de Estomatologia, Arquivos do Instituto de Farmacologia e Terapêutica Experimental, Revista Portuguesa de Obstetrícia, Ginecologia e Cirurgia, Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa, A Medicina Contemporânea, Coimbra Médica, etc. Em várias revistas encontramos notícias de artigos publicados na imprensa estrangeira sobre as aplicações da penicilina, sendo frequentes transcrições ou publicações de partes de artigos de revistas como *The Lancet, British Medical Journal, Revista Clínica Española, Annales de l'Institut Pasteur, La Presse Médicale, American Journal of Diseases of Children, Archivos Medico-Quirúrgicos y del Trabajo, Revista Chilena de Pediatría, Revista Española de Pediatría, Medicina Española, American Journal of Medical Sciences, La France Médicale, Journal of the American Medical Association, Surgical, Gynecology and Obstetrics, American Journal of Ophthalmology, Semana Medica Española, Le Councours Médical, etc.*

Outro conjunto de trabalhos é respeitante à vertente farmacêutica da penicilina, a sua origem e produção industrial. Entre os trabalhos pioneiros é de referir a publicação de Raúl de Carvalho, professor da Escola Superior de Farmácia de Lisboa, datada de 1944 e intitulada *Penicilina. Seu estudo entre 1929 e 1943*. Trata-se de uma síntese muito completa sobre o assunto, publicado no *Jornal dos Farmacêuticos*⁶⁰. Neste trabalho de revisão, Raúl de Carvalho faz um levantamento e caracterização das substâncias anti-bacterianas retiradas dos fungos; dedica-se depois à penicilina abordando diversos tópicos: historial do fármaco; composição química e caracterização físico-química; propriedades em especial as propriedades bacteriostáticas (faz uma comparação entre as propriedades anti-microbianas da penicilina e das sulfamidas); preparação industrial da penicilina; titulação, doseamento e conservação da penicilina; resultados da experimentação animal; formas farmacêuticas que incluem penicilina; terapêutica e posologia; efeitos tóxicos da penicilina no organismo humano; insucessos da penicilina; custo da produção industrial da penicilina e dos tratamentos realizados com o fármaco e por último a problemática da síntese da penicilina. Raúl de Carvalho reconhecia os enormes benefícios da utilização da penicilina embora não fosse considerada uma *panacea universal*. Para o autor, a penicilina revelava-se como “um agente bacteriostático e não bactericida ou esterilizante”, resultando de uma suspensão inadequada de um tratamento com penicilina a possibilidade de uma “farmaco-resistência”. Sobre a síntese de penicilina e a sua possibilidade de produção em Portugal, Raúl de Carvalho colocava enormes reservas dizendo que para haver produção de penicilina era necessário que o país tivesse uma indústria química forte o que, no seu entender, não existia⁶¹.

Ainda nos anos 40, podemos sublinhar os trabalhos de L. Silva Carvalho⁶² e de Maria Serpa dos Santos⁶³. Estes dois docentes da Escola de Farmácia da Universidade de Coimbra também não perderam a ocasião, no *VIII Curso de Férias da Escola de Farmácia* (1946), de incluir no programa o estudo dos antibióticos e da penicilina. Maria Serpa dos Santos proferiu a conferência “Recentes aquisições em antibióticos” e Silva Carvalho “Preparação de formas farmacêuticas de penicilina”.

⁶⁰ Cf. CARVALHO, 1944: 9-52; 31-32; 95-129.

⁶¹ Cf. CARVALHO, 1944: 122.

⁶² Além de estudos publicados sob a forma de artigos veja-se uma volumosa obra de revisão de conjunto de CARVALHO, 1949.

⁶³ Cf. SANTOS, 1944: 505-520; SANTOS, 1944-45: 146-159; SANTOS, 1945: 42-59.

L. Silva Carvalho publicou em 1949 uma obra volumosa intitulada *Penicilina*, que tem como sub-título *Propriedades, ensaios e preparações galénicas*. Silva Carvalho focava sobretudo a problemática tecnológica da preparação dos medicamentos, sendo também esta a sua preocupação relativamente à penicilina. No prefácio da obra sublinha os objectivos que presidiram à sua redacção sobretudo prestar “um serviço ao profissional”⁶⁴ farmacêutico, mas também a outros profissionais como os médicos. O autor deixa bem claro que a publicação em revistas científicas estrangeiras de bibliografia sobre a penicilina era de tal modo volumosa que era necessária uma obra para fazer um ponto da situação actualizado, colocando à disposição dos interessados as sucessivas novidades sobre a penicilina. Esta obra divide-se em três grandes partes: a primeira, intitulada “Propriedades da penicilina”; a segunda, designada “Padrões, unidades e ensaios”; e a terceira que tem como título “Preparações galénicas da penicilina”. O autor teve a preocupação de realizar uma revisão do tema o mais actualizada possível, integrando a bibliografia disponível até finais de 1948. No final da obra, o autor dá conta dos laboratórios que, no início, comercializavam e publicitavam a penicilina em Portugal. A *Pfizer* publicitava a “Penicilina G sódica cristalina; Penicilina G procaínica em óleo; Estreptomocina (sulfato); e Dihidroestreptomocina”⁶⁵. Os *Laboratórios Azevedos* publicitavam a “Pomada de Penicilina Azevedos”, considerada como a primeira pomada de penicilina em Portugal⁶⁶. Também foram publicitadas as pomadas oftálmicas da marca *Dávi*, de penicilina e de penicilina e atropina, sendo consideradas “tecnicamente perfeitas e farmacologicamente activas”. A *Sociedade Portuguesa de Produtos Wander Lda* divulgava a “Penicilina CSC-Wander – Sal potássico cristalizado – Tipo ‘G’”. A empresa *Allen & Hanburys Ltd*, de Londres, dava a conhecer vários dos seus produtos contendo penicilina em diversas formas farmacêuticas como, por exemplo, comprimidos, pensos, pomadas, pastilhas, suspensões, etc. A *ICI (Imperial Chemical Industries Ltd)*⁶⁷, publicitava a “Penicilina ‘Avlon’”, sob a forma de penicilina cristalizada, pomada oftálmica, pomada e a mistura de penicilina-procaína. O último anúncio inserto no final da obra era à “Olicilina”, penicilina injectável em veículo oleoso, produzido pelos Laboratórios da Farmácia Barral⁶⁸.

O conjunto de três trabalhos de Maria Serpa dos Santos revela uma enorme preocupação de actualidade científica por parte desta professora da Escola de Farmácia da Universidade de Coimbra. A autora incide sobre a história da penicilina, fala das suas propriedades físico-químicas e da sua constituição, estuda os diversos métodos de aferição da penicilina, reporta-se à actividade da penicilina e sua acção sobre os animais, utilização terapêutica e aplicações laboratoriais, incide sobre a questão das indicações e das contra-indicações, modo de administração e posologia, abordando, também, outros antibióticos naturais. Maria Serpa dos Santos estava consciente do

⁶⁴ CARVALHO, 1949: VI.

⁶⁵ Refere-se no mesmo anúncio que a “Chas. Pfizer & Co., Inc. – New York” era representada em Portugal pela Companhia Portuguesa de Higiene.

⁶⁶ Diz-se que em 1946 os Laboratórios Azevedos (Sociedade Industrial Farmacêutica) terminaram estudos profundos sobre preparações galénicas contendo penicilina e assim “apresentaram pela primeira vez em Portugal uma pomada de penicilina”.

⁶⁷ Representada em Portugal pela Companhia União Fabril.

⁶⁸ Refere-se que em Portugal aqueles Laboratórios foram “os primeiros a apresentar um veículo oleoso da penicilina para injeções intramusculares”.

valor do fármaco descoberto, sublinhando que a penicilina teve resultados muito satisfatórios em casos onde as sulfamidas e a cirurgia não haviam resultado. Cita mesmo os 200 primeiros casos tratados com penicilina, dizendo que 143 tiveram “cura completa”; 43 “melhoras”; e 14 “efeito fraco ou nulo”. Igualmente esclarece as situações em que a penicilina podia ser aplicada com êxito em inúmeras infecções, não havendo resultados satisfatórios em infecções provocadas por microorganismos “como por exemplo o bacilo tífico, paratíficos, grupo coli, *Brucelas*, micobactéria da tuberculose, etc”⁶⁹. Em 1944, justamente aquando da divulgação da medicação penicilínica ao mundo, Maria Serpa dos Santos confiava que o fármaco teria uma enorme importância na terapêutica farmacológica e que, face aos custos elevados da obtenção do fármaco, a síntese laboratorial seria a melhor solução como de resto, veio a acontecer. Assim, escreve: “Do exposto, não podemos deixar de concluir que a penicilina é um poderoso agente quimioterápico, ao qual está reservado, sem dúvida, um largo futuro. Objectar-se-á que as dificuldades de produção, o baixo rendimento, a extrema labilidade que manifesta, restringirão o seu emprego; porém, é natural que os processos se aperfeiçoem constantemente, as instalações se tornem mais perfeitas e o rendimento melhor. Por outro lado, não tardará talvez o dia em que se consiga a síntese laboratorial na penicilina, o que trará, indubitavelmente, a eliminação automática dos inconvenientes actuais”⁷⁰.

A primeira farmacopeia portuguesa a referir a penicilina foi o suplemento da *Farmacopeia Portuguesa IV*, datado de 1961, indicando-se monografias sobre “Penicilina”, a “Penicilina-benzatina” e a “Penicilina-procaína”⁷¹.

Assinale-se ainda a publicação no *Jornal dos Farmacêuticos* de um artigo de António Pereira Forjaz, Director da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, intitulado *Anti-bióticos. Algumas notas de experimentação sobre a estreptomycina, a tirotricina e a penicilina*, em 1947⁷². Neste trabalho o autor revela os resultados da sua investigação experimental sobre o sal sódico da penicilina tendo resolvido analisar “por via condutimétrica a acção inibidora da penicilina sobre o sistema *urea-urease*”⁷³.

⁶⁹ SANTOS, 1944: 517.

⁷⁰ Cf. SANTOS, 1944: 517.

⁷¹ Cf. FARMACOPEIA PORTUGUESA. IV. SUPLEMENTO, 1961. Em 1948 as farmacopeias britânica e norte-americana não referenciavam a penicilina. Cf. CARVALHO, 1949. Deve dizer-se que este suplemento está afecto à *Farmacopeia Portuguesa IV* editada em 1935 e 1941, ambas publicadas em datas que antecedem a produção de medicamentos com penicilina. É claro que se a *Farmacopeia Portuguesa* tivesse uma revisão científica mais regular, não teria sido necessário esperar até 1961 para ver inscrita nas suas páginas a penicilina.

⁷² FORJAZ, 1947: 101-109.

⁷³ O autor refere que foi utilizada “uma técnica que antigamente deu lugar a um trabalho do Prof. Achilles Machado e aproveitando, desse trabalho, todas as sugestões experimentais”. Cf. FORJAZ, 1947: 108. O autor conclui, também, que a permanência da penicilina na alfândega em deficientes condições de temperatura podia afectar as condições de acção do fármaco.

Artigos de divulgação

No conjunto da literatura de divulgação destacamos as traduções publicadas nas *Seleções do Reader's Digest*: de J.D. Ratcliff um artigo intitulado *A magia amarela da penicilina*⁷⁴, onde o autor dá a conhecer ao grande público, em 1944, o aparecimento de um novo medicamento: a penicilina. Ainda de Paul de Kruiff, um outro artigo denominado *Outra vitória da penicilina*⁷⁵, versando as propriedades terapêuticas da penicilina. Ainda do mesmo autor *Os anos mais fecundos da medicina*⁷⁶ e *Os novos “caçadores de micróbios”*⁷⁷ que evidenciam as virtudes terapêuticas da penicilina. De Morton Sontheimer, também nas *Seleções*, um artigo intitulado *Guerra bacteriológica, à maneira da ONU*⁷⁸, onde se fala do combate da ONU a algumas doenças, sublinhando-se o papel da penicilina no combate à sífilis.

A Cruz Vermelha Portuguesa e a distribuição da penicilina

Em 1944, a penicilina foi divulgada e distribuída em Portugal através da Cruz Vermelha Portuguesa que, por sua vez, a recebia da sua congénere dos Estados Unidos da América. O *Jornal do Médico*, bem como outra imprensa diária, noticiou o envio da penicilina dos Estados Unidos da América para Portugal: “A imprensa diária referiu-se largamente ao envio, pelos Estados Unidos da América do Norte, de Penicilina para os doentes portugueses. O Sr. Henry Norweb, embaixador americano em Portugal, fez entrega à Cruz Vermelha Portuguesa de sete milhões de unidades...”⁷⁹.

Em Portugal constituiu-se uma comissão com o objectivo de tratar da distribuição da penicilina⁸⁰. Dizia-se no *Jornal do Médico* de 1944: “A distribuição da penicilina é feita pela Cruz Vermelha Portuguesa, como intermediária da Cruz Vermelha Americana, numa base de não benefício. O produto é fornecido ao público de forma a cobrir apenas o preço de custo. Tendo-se atribuído 50% para a cedência gratuita aos doentes ao abrigo das leis da assistência, o preço de 230\$00 cada 100.000 unidades é calculado de forma a cobrir o custo dos 50% destinados a aplicação gratuita”⁸¹. O Secretário Geral da Cruz Vermelha Portuguesa registou os seguintes números: “recebemos e distribuímos, quando o mercado não podia ainda ser abastecido de penicilina, 10.700 frascos de 100.000 unidades cada uma, dos quais 30 a 50% foram distribuídos gratuitamente aos pobres. Foram tratados cerca de 2.500 casos clínicos”⁸².

⁷⁴ Cf. RATCLIFF, 1944: 85-89. As *Seleções do Reader's Digest*, publicação de origem americana era, também, como no presente caso, publicada mensalmente em língua portuguesa, no Brasil, pela Editora Ypiranga, SA. Tinha enorme divulgação em Portugal.

⁷⁵ Cf. KRUIFF, 1945: 54-58

⁷⁶ Cf. KRUIFF, 1949b: 11-14.

⁷⁷ Cf. KRUIFF, 1949a): 36-43.

⁷⁸ Cf. SONTHEIMER, 1950: 69-72. Refere o autor que “foi em 1943, nos Estados Unidos, que os cientistas começaram a obter resultados satisfatórios com o emprego da penicilina contra a sífilis e a blenorragia. Desde então as doenças venéreas vêm perdendo a sua virulência nesse país”, p.69.

⁷⁹ Cf. PENICILINA EM PORTUGAL, 1944: 709.

⁸⁰ Cf. PENICILINA EM PORTUGAL, 1944: 709.

⁸¹ Cf. PENICILINA. NOVAS POSSIBILIDADES DE APLICAÇÃO, 1944: 175.

⁸² Cf. SÃO PAYO, 1944-1945-1946: 87.

Em Agosto de 1945, o *Eco Farmacêutico* noticiava que após algum tempo de indecisão relativamente aos locais de comercialização da penicilina, decidiu-se que as farmácias seriam os locais da sua cedência ao público: “Está, finalmente, resolvido o problema da venda da *Penicilina* pela única forma que se impunha. A *Penicilina* é um medicamento, logo a sua venda só pode ser feita por intermédio da Farmácia”⁸³.

11 de Março de 1955 — a morte de Fleming: ecos na imprensa portuguesa

Em toda a imprensa mundial, o falecimento de Fleming traduziu-se numa enchente de palavras e imagens que alimentaram a representação heroificante do cientista e da sua descoberta pelas décadas seguintes. A imprensa portuguesa, sobretudo a imprensa diária colaborou com a maior dignidade neste acontecimento. Igualmente as publicações médico-farmacêuticas se pronunciaram enaltecendo a figura do homem generoso e benfeitor da Humanidade; do cientista desinteressado e responsável por uma descoberta científica que salvou e continuava a salvar muitas vidas humanas. Em regra, as notícias obedeciam ao seguinte esquema: informação sobre o falecimento de Fleming, resenha biográfica de Fleming marcando a sua ascendência modesta, a humildade da sua personalidade, os seus dois casamentos, o Prémio Nobel, o valor da descoberta e os benefícios da penicilina para a Humanidade. No próprio dia do falecimento, os jornais da tarde noticiavam a morte inesperada de Fleming. No *Diário de Lisboa* de 11 de Março de 1955⁸⁴, na primeira página, destacava-se: “Morreu o sábio inglês que descobriu a penicilina”, continuando a notícia na página 9, com novo título: “A maravilhosa carreira de ‘Sir’ Alexander Fleming”. Na biografia do cientista, o jornalista sublinhava a distância absoluta que separava e distinguia Fleming dos homens célebres na época “pela sua acção em algumas das mais cruéis carnificinas da história”. O mesmo jornal, no dia seguinte, dava nova notícia intitulada “Fleming o cientista que descobriu a penicilina morreu ontem em Londres”. Apresentava informação sobre as circunstâncias da sua morte e enaltecia-se a figura do cientista: “... Sir Alexandre Fleming, uma das maiores figuras do nosso tempo e cujo nome a Humanidade agradecida não esquecerá tão cedo, fechou os olhos para sempre”⁸⁵. Repetia-se a afirmação do Prof. Schoenbauer, antigo reitor da Universidade de Viena, segundo a qual “a Humanidade tinha para com Fleming uma dívida eterna”. Esta notícia também exalta as relações de Fleming com Churchill, fazendo eco duma narrativa que combinava o verídico e a ficção. Assim, lê-se: “outra versão que nunca foi desmentida garante que ele foi protegido pelos pais de um menino que salvara de morrer afogado; esse menino chamava-se Winston Churchill, o actual primeiro ministro da Grã Bretanha, por duas vezes salvo da morte em nossos dias mercê da descoberta de Fleming”⁸⁶.

No *Diário Popular*⁸⁷, no próprio dia 11 de Março de 1955 o artigo intitulava-se “Morreu o Prof. Fleming — o homem que descobriu a penicilina”. É igualmente uma notícia que faz sobressair o seu labor humanitarista, a sua dedicação à ciência e o valor da sua descoberta. Na

⁸³ Cf. INTERÊSSES PROFISSIONAIS: DOIS ASSUNTOS, 1945: 1.

⁸⁴ Cf. DIÁRIO DE LISBOA, 1955a: 1; 9.

⁸⁵ Cf. DIÁRIO DE LISBOA, 1955b: 1

⁸⁶ Cf. DIÁRIO DE LISBOA, 1955b, p. 1; 5.

⁸⁷ Cf. DIÁRIO POPULAR, 1955: 9.

*República*⁸⁸, também a 11 de Março, saía uma notícia com este título: “Alexander Fleming o glorioso inventor da penicilina morreu hoje em Londres”; é uma notícia pequena onde ressalta a descoberta da penicilina, a inauguração da era dos antibióticos e a consciência de Fleming do elevado significado da sua descoberta: “...com a penicilina inaugurava-se a era dos antibióticos que em todo o mundo tem salvo já milhares de vidas (...) a invenção da penicilina, do mais alto benefício para toda a Humanidade e cujas consequências podem considerar-se ilimitadas”. No mesmo jornal do dia seguinte noticiava-se na primeira página: “A morte de Fleming causou a maior consternação nos meios científicos de todo o mundo que lamentam o desaparecimento do célebre descobridor da penicilina”⁸⁹.

Acompanhando a dinâmica internacional, também em Portugal os principais jornais diários da manhã deram enorme relevo ao falecimento de Alexandre Fleming. O *Jornal de Notícias*⁹⁰, logo na primeira página, intitula uma notícia: “O famoso cientista Alexander Fleming genial decobridor da penicilina morreu em Londres”; a notícia inclui fragmentos de notícias que foram publicadas em jornais estrangeiros. Algum tempo depois, foi publicada uma crónica sobre Fleming da autoria de Ramos de Almeida onde se enaltece a figura de Fleming e o valor da descoberta; diz-se que “depois de Pasteur jamais havia surgido alguém que desse um passo tão decisivo na conquista dos meios de combater a doença e a morte”⁹¹. Em *O Primeiro de Janeiro*⁹², também na primeira página, a notícia intitula-se: “Morreu um dos benfeitores da Humanidade, o cientista Fleming que inventou a penicilina”; refere-se que o nome de Fleming será por certo inscrito “ao lado dos de Pasteur, Koch, Roux e tantos outros cujo génio e demorados trabalhos lhes valerem ficarem inscritos no panteão do reconhecimento humano”; o mesmo jornal, do dia seguinte, continuava a noticiar o falecimento de Fleming fazendo publicar a notícia intitulada “Consternação mundial pela morte do descobridor da penicilina, o cientista Fleming”⁹³; também neste caso se reproduzem fragmentos de notícias publicadas noutros países; no dia 14, noticiava, ainda, este jornal do Porto: “Fleming Trabalhava Na Preparação Duma Vacina Contra A Paralisia Infantil”⁹⁴. No dia 15, *O Primeiro de Janeiro* continuava a noticiar o falecimento de Fleming dizendo que as suas cinzas seriam depositadas na Catedral de São Paulo, em Londres, após a sua cremação⁹⁵; mais tarde, a 19 de Março noticia-se que “As cinzas do grande inglês Alexander Fleming repousam agora na Catedral de S.Paulo”⁹⁶. No *Diário da Manhã*⁹⁷, também na primeira página, a notícia fazia sobressair: “Virá um dia a dividir-se a história da medicina em duas épocas — antes e depois de Alexandre Fleming”. O *Diário de Notícias*⁹⁸ apresentava em título: “Fleming o cientista que descobriu a penicilina morreu ontem em Londres”; aqui exalta-se o

⁸⁸ Cf. REPÚBLICA, 1955a: 9.

⁸⁹ Cf. REPÚBLICA, 1955b: 1.

⁹⁰ Cf. JORNAL DE NOTÍCIAS, 1955: 1.

⁹¹ Cf. ALMEIDA, 1955: 1; 3.

⁹² Cf. O PRIMEIRO DE JANEIRO, 1955a: 1.

⁹³ Cf. O PRIMEIRO DE JANEIRO, 1955b: 2.

⁹⁴ Cf. O PRIMEIRO DE JANEIRO, 1955c: 2.

⁹⁵ Cf. O PRIMEIRO DE JANEIRO, 1955d: 2.

⁹⁶ Cf. O PRIMEIRO DE JANEIRO, 1955e: 5.

⁹⁷ Cf. DIÁRIO DA MANHÃ, 1955: 1; 2.

⁹⁸ Cf. DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1955: 1; 2.

esforço e o trabalho do cientista, traça-se uma breve biografia e sublinha-se o valor da descoberta. Em *O Século*⁹⁹, a notícia da primeira página intitula-se “O glorioso descobridor da penicilina — Sir Alexander Fleming — cujo nome alinhará com os de Pasteur, Koch e Roux, faleceu ontem em Londres”; mais adiante o mesmo jornal relata as condições do falecimento, traça uma breve biografia do cientista, faz uma alusão a Churchill que terá sido tratado com penicilina e destaca em caixa: “O prodígio de um acaso e o génio de um sábio beneficiaram a Humanidade”. Em “*O Comércio do Porto*”,¹⁰⁰ 12 de Março a notícia intitula-se “Sir’ Alexandre Fleming inventor da penicilina e Prémio Nobel de Medicina morreu ontem na sua residência em Londres” relatando-se, também, a descoberta da penicilina e um pouco da vida de Fleming, sobressaindo o seu sentido de benfeitor da Humanidade e o suposto acaso da sua descoberta, bem como o seu perfil de investigador. O jornal *Novidades*¹⁰¹ noticiava com o seguinte título: “Fleming o inventor da penicilina morreu ontem em Londres”; na notícia sublinha-se o valor da descoberta de Fleming e faz-se um esboço biográfico do cientista, muito semelhante a outros publicados no país ou no estrangeiro. Relativamente à imprensa regional, o *Diário de Coimbra*¹⁰², na primeira página, deu relevo ao falecimento do cientista publicando a notícia “Morreu Sir Alexander Fleming descobridor da penicilina”; trata-se de uma notícia que faz uma biografia de Fleming e sublinha os benefícios da descoberta da penicilina para a Humanidade. No dia seguinte, o mesmo jornal¹⁰³, ainda na primeira página destaca: “O mundo começa a prestar homenagem a Fleming”. Nas notícias analisadas, Fleming é identificado com estas expressões: “benfeitor do mundo”, “descobridor”, “inventor”, “génio”, “figura distinta da ciência”, “mente erudita, “sábio”, “cientista”, “benfeitor da Humanidade”. Sublinha-se que a descoberta da penicilina foi realizada à custa de: uma “intuição genial”, um “acaso miraculoso”, uma “descoberta prodigiosa”, “prodígio”, “milagre”, “acaso feliz”, “lampejo de génio”, etc.; atendendo às suas propriedades terapêuticas e aos seus benefícios para a Humanidade a penicilina foi classificada jornalisticamente como “remédio maravilha”, “remédio milagroso”, “droga maravilhosa”, “extraordinário remédio”, etc. Também para a imprensa portuguesa Fleming ficaria para sempre na “galeria dos imortais”, sendo considerado “o maior homem da medicina do século XX”; os comuns mortais deviam-lhe, por isso, uma enorme “gratidão”, uma “dívida eterna”. Deste modo, a imprensa portuguesa não especializada limitava-se a reproduzir os termos de uma narrativa centrada num único nome — Fleming. Esta narrativa, ao deixar na sombra todo o esforço e o mérito de muitos cientistas como Florey e Chain, assumia uma feição mítica, tão do agrado do próprio Fleming.

A imprensa especializada, pela sua natureza e periodicidade, não deu tanto peso mediático ao falecimento de Fleming no sentido de biografar, enaltecer e mitificar a figura de Fleming. Contudo, a 17 de Março *O Médico* noticiava o falecimento de Fleming: “Morre em Londres, subitamente, Alexandre Fleming, uma das mais notáveis figuras da medicina de todos os tempos pela sua descoberta da penicilina, que ao contrário de outras descobertas contemporâneas, também

⁹⁹ Cf. O SÉCULO, 1955: 1; 8.

¹⁰⁰ Cf. O COMÉRCIO DO PORTO, 1955: 1.

¹⁰¹ Cf. NOVIDADES, 1955: 3.

¹⁰² Cf. DIÁRIO DE COIMBRA, 1955a: 1.

¹⁰³ Cf. DIÁRIO DE COIMBRA, 1955b: 1.

notáveis, não possui reversos, isto é não trouxe com os seus méritos qualquer prejuízo para a humanidade”¹⁰⁴.

Em Abril de 1955, o *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa* publicava a acta da sessão ordinária de 15 de Março onde o Presidente, Adelino Padesca, fez a proposta de “um voto de sentimento pela morte de Sir Alexandre Fleming”¹⁰⁵ desejando ver realizada uma sessão solene de homenagem à memória do cientista.

Em o *Eco Farmacêutico*, noticia-se em toda a primeira página: “Morreu Fleming!”¹⁰⁶. Trata-se de um artigo que traduz de modo exemplar a mitificação da figura e da personalidade de Fleming. Sublinha-se o seu “berço humilde”, o “Destino traçado pela mão da providência”; afirma-se energicamente: “ao passo que tantos outros sábios desperdiçaram o tempo em busca de processos que auxiliem a Morte, Fleming roubava ao túmulo milhões de vidas!”; acrescentava-se que a Humanidade devia estar de luto devendo cada nação “erigir um monumento a esse Homem imortal que cumpriu em toda a vida, o glorioso Destino que a mão de Deus lhe traçou”. Nos *Anais Azevedos*, Gerardo Matta assinava um artigo de abertura intitulado “Sir Alexander Fleming” onde traça uma breve biografia do cientista e destaca o valor do seu trabalho; enaltece a figura de Fleming dizendo que “uma nova era terapêutica, quase milagrosa, surgiu com Fleming. Um novo campo de investigação, maravilhoso e fecundo, foi-nos apontado por ele. Bem mais do que a penicilina, é isto verdadeiramente o que todos nós lhe devemos. A sua figura excepcional ficará para sempre na História. E a lição da sua vida não se apagará mais”¹⁰⁷.

Conclusão

A descoberta da penicilina a sua transformação em medicamento e produção industrial, põe fim ao ciclo iniciado com as descobertas microbianas na segunda metade do século XIX, tendo como representantes maiores Pasteur e Koch. Com efeito, na segunda metade do século XIX e nos primeiros anos do século XX, muitos cientistas investiram na descoberta e isolamento de microorganismos responsáveis por várias doenças graves a nível da saúde privada e pública. Esse conhecimento apelava ao combate da proliferação dos microorganismos, o que passava por medidas preventivas (de natureza social e medicamentosa) ou por medidas curativas.

As descobertas microbianas abriam um vasto campo de estudo sobre medicação antibiótica. Nesta medida entende-se que a penicilina encerra um ciclo. Mas, simultaneamente, abre um novo ciclo: o das descobertas científicas no domínio dos antibióticos. De facto, a descoberta da penicilina marca o início da antibioterapia moderna.

A história da ciência novecentista foi marcada pela descoberta da penicilina (1928) por Alexander Fleming. Em meados da década de 40 do século XX, estando ainda em curso a 2ª Guerra Mundial, a penicilina revelou todo o seu potencial médico graças ao trabalho sistemático de vários cientistas, entre os quais Ernst Boris Chain e Howard Florey. Tanto os problemas do

¹⁰⁴ Cf. ESTRANGEIRO, 1955.

¹⁰⁵ Cf. ACTAS DA SOCIEDADE-SESSÃO ORDINÁRIA DE 15 DE MARÇO DE 1955, 1955: 209.

¹⁰⁶ Cf. QUALUNQUE, 1955: 1.

¹⁰⁷ Cf. MATTÁ, 1955: 127.

foro interno da investigação científica como os problemas da produção industrial foram sendo ultrapassados. Em Outubro de 1945, depois do termo da 2ª Guerra Mundial, Alexander Fleming, Ernst Boris Chain e Howard Florey receberam o Prémio Nobel de Medicina e Fisiologia.

Entre 1945 e 1955 o chamado mito de Fleming ganha corpo e os nomes de Chain e de Florey caíram no esquecimento público, ainda que a história da ciência e da saúde tenha sempre reconhecido o seu valor. Integrando a dinâmica internacional também a comunidade científica portuguesa desenvolveu trabalhos de pesquisa e de divulgação sobre a penicilina. Por seu turno, a imprensa diária e periódica para o grande público exerceu uma interessante função educativa ao nível da cultura científica-médico-farmacêutica. É neste registo que entendemos a divulgação que a imprensa fez de um Fleming cientista-herói a que a Humanidade devia prestar culto.

Através da narrativa do *mito* de Fleming que se reproduzia de jornal em jornal sem fronteiras linguísticas ou geopolíticas, o mundo cumpria o seu dever perante tão elevado benefício.

Fontes e bibliografia subsidiária

- A.P., 1950 — *Editorial*. *Jornal do Médico*, Vol. 15, p. 367.
- AAVV, 1961 — *Farmacopeia Portuguesa. IV. Suplemento*, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa.
- Actas da Sociedade-Sessão ordinária de 15 de Março de 1955*. “*Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*”, Vol. 119, Nº 4, p. 209-210.
- ABRAHAM, E.P.; CHAIN, E., 1942 — *Purification and some physical and chemical properties of penicillin*. “*British Journal of Experimental Pathology*”, Vol. 23, p. 103-115.
- ADAMS, David P., 1991 — *The Greatest Good to the Greatest Number. Penicillin Rationing on the American Home Front, 1940-1945*, New York, Peter Lang.
- ALMEIDA, Ramos de, 1955 — *Fleming*. *Jornal de Notícias*, 17 de Março, p. 1; 3.
- ANJO, César, 1948 — *Luta anti-venérea*, Lisboa, Cosmos.
- ANÓN., 1944 — *Penicilina em Portugal*. “*Jornal do Médico*”, Vol. 4, Nº 93, p. 709.
- ANÓN., 1944 — *Penicilina. Novas possibilidades de aplicação*. “*Jornal do Médico*”, Vol. 5, Nº 101, p. 175.
- ANÓN., 1945 — *Interesses profissionais: Dois assuntos*. “*Eco Farmacêutico*”, Vol. 7, Nº 58, p. 1.
- ANÓN., 1946 — *Penicilina*. “*Actualidade e Utilidades Médicas*”, Vol.2, p.181-183.
- ANÓN., 1955 — *Estrangeiro [Falecimento de Alexander Fleming]*. “*O Médico*”, Vol. 6, Nº 185.
- BARATA, Pimentel, 1945 - *Penicilina (revista geral)*. “*Jornal do Médico*”, Vol. 6, p. 278-288; 314-321; 355-360.
- BIRCH, Beverley, 1990 - *Alexander Fleming. O bacteriologista que descobriu a penicilina, um fármaco que salvou milhões de vidas*, Lisboa, Editora Replicação.
- CARVALHO, L. Silva, 1949 - *Penicilina. Propriedades, ensaios e preparações galénicas*, Coimbra.
- CARVALHO, Raúl de, 1944 - *Penicilina. Seu estudo entre 1929 e 1943*. “*Jornal dos Farmacêuticos*”, Série III, Nº 25-30, p. 9-52; Nº 31-32, p. 95-129.
- CHAIN, E., 1948 - *Propriétés chimiques et structure des pénicillines*. “*Endeavour*”, Vol. 7, nº 27, p. 83-91.
- CHAIN, E.; FLOREY, H.W., 1944 - *La pénicilline*. “*Endeavour*”, Vol. 3, Nº 9, p. 3-14.
- CHAIN, E.; FLOREY, H.W., 1944 - *A descoberta das propriedades quimioterápicas da penicilina*. “*Boletim Médico Britânico*”, 2, p. 6-8.
- CHAST, François, 1995 - *Histoire contemporaine des médicaments*, Paris, La Découverte.
- DENO, Richard A.; ROWE, Thomas D.; BRODIE, Donald C., 1959 - *The profession of pharmacy. An introductory textbook*, Philadelphia, J.B.Lippincott Company.
- ESCANDE, Jean-Paul, 2000 - *Qui a découvert les antibiotiques? Il faut rendre à Dubos...* “*Les Cahiers de Science & Vie*”, Vol. 56, p. 23-36.

- FLEMING, Alexander, 1929 - *On the antibacterial action of cultures of a penicillium with special reference to their use in the isolation of B. influenza.* "British Journal of Experimental Pathology", Vol. 10, p. 226-236.
- FLEMING, Alexander, 1944a - A descoberta da penicilina, "Boletim Médico Britânico" 2, p. 5.
- FLEMING, Alexander, 1944b - *A penicilina para cultura selectiva e para demonstrar inibições bacterianas.* "Boletim Médico Britânico", 2, p. 8-10.
- FLEMING, Alexander, 1946 — *Penicillin. Its practical application*, London, Butterworth & Co.
- FLEMING, Alexander, 1946 — *History and development of penicillin* in FLEMING, Alexander — "Penicillin. Its practical application", London, Butterworth & Co.
- FLEMING, Alexander, 1953 - *25 anos na história da penicilina. O seu passado e o seu futuro, segundo o descobridor Sir Alexander Fleming.* "O Médico", 119 Suplemento, p. 922-925.
- FLOREY, H.W.; JENNINGS, M.A., 1942 — *Some biological properties of highly purified penicillin.* "British Journal of Experimental Pathology", Volo. 23, p. 120-123.
- FLOREY, M.E., 1944 - *Os usos clínicos da penicilina*, "Boletim Médico Britânico", 2, p. 11-15.
- FLOREY M.E.; FLOREY, H.W., 1943 — *General and local administration of penicillin.* "Lancet", 1, 1943, p. 387-397.
- FORJAZ, António Pereira, 1947 - *Anti-bióticos. Algumas notas de experimentação sobre a estreptomocina, a tirotricina e a penicilina.* "Jornal dos Farmacêuticos", Vol. 6, p. 101-109.
- GARRETT, José, 1944 - *A penicilina.* "Portugal Médico", Vol. 28, Nº 2, p. 91-98.
- KRUIFF, Paul de, 1949b - *Os novos 'caçadores de micróbios'.* "Seleções do Reader's Digest". Vol. 15, Nº 85, p. 36-43.
- KRUIFF, Paul de, 1949b - *Os anos mais fecundos da medicina.* "Seleções do Reader's Digest", Vol. 16, Nº 91, p. 11-14.
- KRUIFF, Paul de, 1945 - *Outra vitória da penicilina.* "Seleções do Reader's Digest", Vol. 7, Nº 41, p. 54-58.
- KURYLOWICZ, W., 1981 — *Antibióticos. Uma revisão crítica*, Recife, Universidade Federal de Pernambuco.
- LAX, Eric, 2004 - *The Mold in Dr. Florey's Coat: the story of the penicillin miracle*, New York, H.Holt.
- LEMIERRE, A., 1947 - *Avant-propos* in "Thérapeutique par la pénicilline", Paris, Masson et Cie.
- LYONS, Champ, 1944 - *A terapêutica pela penicilina nas infecções cirúrgicas no exército dos Estados Unidos da América.* "A Medicina Contemporânea". Vol. 57, Nº 7-8, p. 110-112.
- MATTA, G., 1955 - *Sir Alexander Fleming.* "Anais Azevedos", Vol. 7, Nº 3, p. 123-127.
- MAUROIS, André, 1959a - *La vie de Sir Alexander Fleming*, Paris, Hachette.
- MAUROIS, André, 1959b — *The life of Sir Alexander Fleming. Discoverer of penicillin*, London, Jonathan Cape.
- PARASCANDOLA, John (ed.), 1980 - *The history of antibiotics. A symposium*, Madison, American Institute of the History of Pharmacy.
- PARASCANDOLA, John, 2001 - *John Mahoney and the introduction of penicillin to treat syphilis.* "Pharmacy in History", Vol. 43, Nº 1, p. 3-13.
- PEREIRA, Ana Leonor; PITA João Rui, 2005 - *Alexandre Fleming na imprensa portuguesa* in "Comunicações. II Congresso Luso-brasileiro de Estudos Jornalísticos / IV Congresso Luso-galego de Estudos Jornalísticos, Porto, 2005, <http://www.ufp.pt/eventos>, p. 432-437.
- PITA, João Rui, 2000 - *História da Farmácia*, 2ª ed., Coimbra, Minerva
- PITA, João Rui; GRANJA, Paulo; PEREIRA, Ana Leonor, 2000 - *A introdução da penicilina em Portugal* in "1º Congresso Luso-Brasileiro de História da Ciência e da Técnica. Livro de resumos", p. 213-214
- PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor, 2002 - *A Europa científica e a farmácia portuguesa na época contemporânea.* "Estudos do Século XX", Vol. 2, p. 231-265.
- PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor; GRANJA, Paulo, 2001 - *A introdução da penicilina em Portugal.* "Revista Portuguesa de Farmácia" Vol. 51, p. 193-198.

- QUALUNQUE, Uomo, 1955 - *Morreu Fleming!*. “Eco Farmacêutico”, Vol. 17, Nº 160, p. 1.
- RATCLIFFE, J.D., 1944 - *A magia amarela da penicilina*. “Seleções do Reader’s Digest”, Vol. 27, p. 85-89.
- ROJAS, José Antonio, 1994 - *El sembrador de salud. Alexander Fleming*, México, Pangea Editores SA
- SANTOS, Maria Serpa dos, 1944 - *Penicilina e produtos similares*. “Notícias Farmacêuticas”, Vol. 10, Nº 9-10, p. 505-520.
- SANTOS, Maria Serpa dos, 1944-45 - *Preparação da penicilina*. “Notícias Farmacêuticas”, Vol. 11, Nº 3-4, p. 146-159
- SANTOS, Maria Serpa dos, 1945 - *Aferição da penicilina*, “Boletim da Escola de Farmácia”, Vol. 5, p. 42-59.
- SÃO PAYO, Marquês de, 1944-1945-1946-1947 - *A Cruz Vermelha Portuguesa na Guerra Mundial (1939-1945)*. “Boletim Oficial. Cruz Vermelha Portuguesa”, 4ª série, Nº 2, p. 55-87.
- SCHALCHLI, Laure, 2002 - *Les grands médicaments du XXe siècle*, Science & Vie, Hors de Serie, nº 218, p. 4-9.
- SILVESTRE, A.Meliço 1947 - *Os novos progressos da quimioterapia*. “Coimbra Médica”, Vol. 14, p. 221-251.
- SONTHEIMER, Morton, 1950 - *Guerra bacteriológica, à maneira da ONU*. “Seleções do Reader’s Digest”, Vol. 18, Nº 107, p. 69-72.
- SWANN, John, 2005 — *My seven medicines that changed the world*. “National Geographic”, May, s.n.
- VALENTE, Joaquim Salvado, 1945 - *A luta contra o micróbio*, Lisboa, Cosmos.
- WAINWRIGHT, Milton, 1992 - *Cura milagrosa. Historia de los antibioticos*, Barcelona, Ediciones Pomares-Corredor, SA.
- WAINWRIGHT, Milton, 2002 - *Fleming’s unfinished*. “Perspectives in Biology and Medicine”, Vol. 45, p. 529-538.
- WEATHERALL, M., 1990 - *Antibiotics and medicines in: “In search of a cure. A history of pharmaceutical discovery”* Oxford, Oxford University Press, p. 161-186.

Imprensa diária consultada:

- Comércio do Porto (O)*, 27 de Outubro de 1945
- Comércio do Porto (O)*, 12 de Março de 1955.
- Diário da Manhã*, 27 de Outubro de 1945
- Diário da Manhã*, 12 de Março de 1955
- Diário de Coimbra*, 12 de Março de 1955
- Diário de Coimbra*, 13 de Março de 1955
- Diário de Lisboa*, 26 de Outubro de 1945
- Diário de Lisboa*, 11 de Março de 1955
- Diário de Lisboa*, 12 de Março de 1955
- Diário de Notícias*, 12 de Março de 1955
- Diário Popular*, 26 de Outubro de 1945
- Diário Popular*, 11 de Março de 1955
- Jornal de Notícias*, 12 de Março de 1955
- Novidades*, 27 de Outubro de 1945
- Novidades*, 12 de Março de 1955
- Primeiro de Janeiro(O)*, 27 de Outubro de 1945
- Primeiro de Janeiro(O)*, 12 de Março de 1955
- Primeiro de Janeiro(O)*, 13 de Março de 1955
- Primeiro de Janeiro(O)*, 14 de Março de 1955.
- Primeiro de Janeiro(O)*, 15 de Março de 1955
- Primeiro de Janeiro(O)*, 19 de Março de 1955
- Século(O)*, 12 de Março de 1955
- República*, 11 de Março de 1955
- República*, 12 de Março de 1955

Yann Loïc Macedo de Moraes Araújo

Heterodoxias da *Arte de Curar* portuguesa de oitocentos - o caso da homeopatia

R E S U M O

Apresentamos neste artigo um estudo sobre uma das alternativas terapêuticas face à medicina, cirurgia e farmácia oficiais do século XIX em Portugal - a homeopatia. Começamos por definir o contexto em que emerge como uma medicina dos doentes. De seguida descrevemos o processo da sua recepção, introdução e divulgação tanto por leigos como por agentes da arte de curar, a nível pessoal e institucional. Procuramos assim recordar o percurso de uma heterodoxia médico-farmacêutica, que durante uma parte importante do século XIX em Portugal se chegou a constituir como uma verdadeira ameaça para a arte de curar oficial.

Introdução

Inserir-se este trabalho no âmbito da nossa tese de mestrado, defendida recentemente, intitulada *Passos Manuel. Medicina, Homeopatia e Saúde Pública*. Nela nos debruçámos sobre o panorama médico-cirúrgico e farmacêutico, clássico e alternativo/complementar, na época em que governou e viveu o *ditador de Bouças*, Passos Manuel.

Estudando a sua obra, enquanto *Grande Homem* da história nacional, e um vasto acervo documental contendo importantes (e detalhados) elementos da sua vida privada, pudemos desenvolver ao longo desta investigação um olhar privilegiado sobre a *arte de curar* oitocentista, que nos permitiu posteriormente analisá-la em dois níveis: em termos institucionais, preocupou-nos a reforma dos estudos médicos que implementou, a criação das Escolas Médico-Cirúrgicas e das suas adjacentes Escolas de Farmácia, assim como a formação dos Conselhos de Saúde (Pública, do Exército e da Marinha), lançando bases para que as noções de higiene e salubridade pública se desenvolvessem em Portugal de acordo com os mais modernos padrões europeus; em termos culturais e pessoais, foi do maior interesse revelar a estreita ligação da obra de regime com o seu criador, descobrindo os contornos da sua relação com a homeopatia, descrendo das instituições e dos profissionais *clássicos*, por cuja formação fora responsável.

É este último tema que procuramos agora desenvolver, apresentando o caso da homeopatia, da homeopatia portuguesa, enquanto *sistema médico* verdadeiramente alternativo à ortodoxia terapêutica clássica, oficial. Procuramos assim descrever o modo como se introduziu, estabeleceu e desenvolveu em Portugal, numa época em que a arte de curar oscilava “entre as concepções dominantes no século anterior e a ciência experimental”¹, deixando terreno livre para a alternativa da medicina popular, do mero charlatanismo ou de sistemas “entre o empírico e o místico”².

A medicina dos doentes

Se qualquer abordagem à arte de curar de oitocentos nos levaria à sua análise através da visão dos agentes de saúde pública (médicos, cirurgiões e farmacêuticos), o estudo do caso da homeopatia exige, antes de mais, o conhecimento que sobre ela nutriam os doentes. De facto, tal como o *Mesmerismo*, o *Raspailismo*, ou o *sistema negativo*, a homeopatia consistia num sistema terapêutico *romântico* que ia de encontro à insatisfação prática e real dos doentes, respondendo simultaneamente a dúvidas e angústias de médicos e terapeutas. Em ambos os casos, os sistemas médicos *românticos* desenvolvidos essencialmente no século XVIII e em princípios do século XIX, surgiam como último recurso ou primeira opção, por escolha familiar ou busca individual de resultados, constituindo sempre alternativas à ineficácia da assistência prestada pela medicina, cirurgia e farmácia clássicas.

O estudo do percurso pessoal de Passos Manuel enquanto indivíduo “sempre doente”³ desde a sua juventude, permitiu-nos aceder à realidade em que operava essa *medicina dos doentes* de que se socorriam tantas personagens ilustres do século XIX, para além de um número ignorado de doentes esquecidos pela História, para aliviar ou curar as suas maleitas, contra as quais nada podia a *arte de curar* oficial.

Para os que sofriam, os motivos da sua escolha por um sistema terapêutico *romântico* como a homeopatia, substituindo totalmente ou apenas complementando os mais modernos cuidados clínicos, prendiam-se com o facto de se “[aborrecerem] [com as] inovações mortíferas” que “a escola”, a arte de curar oficial, admitia “na véspera para repelir no dia [seguinte]”, na sua “continua contradição”⁴. Os médicos e farmacêuticos (conselheiros) homeopatas destes doentes rotulavam a arte de curar *das escolas* como “de privilégios, quer se a [condecorasse] com o título de racional, quer com o de dogmática ou ortodoxa”⁵. Para o mundo homeopático, “o doente [tinha] razão (...) o doente [queria] ser curado, eis o seu empenho”; falhar na cura uma vez era “desculpável”, mas falhar sistematicamente representava “arruinar a economia, mortificar o organismo”, além de “accusar a ineficácia e ruindade dos meios” utilizados e “a imperfeição da ciência e a ignorância do medico”⁶.

Para não poucos doentes, a medicina, cirurgia e farmácia clássicas haviam-se tornado “[perigosas] [para] si mesma[s]”⁷, vítimas do seu próprio prestígio, não admitindo na sua postura *positiva*, a falha, o erro, a ignorância e a impotência para travar determinados males. Surgia assim as mais das vezes, a figura do facultativo formado na Faculdade de Medicina e Cirurgia da Universidade de Coimbra ou nas Escolas Médico-Cirúrgicas de Lisboa e Porto, perante moléstias graves ou crónicas, como um “frio racionalista, distante da pessoa que sofre, orgulhoso da ciência

¹ MIRA, 1947: 348.

² ANDRÉS TURRIÓN, 2001: 307.

³ Arquivo Distrital de Santarém. Arquivo Passos Manuel (ADSTR.APM), Carta de Passos Manuel a D^a Gervásia, datada de 9/2/1860.

⁴ *Gazeta Homeopathica Lisbonense (GHL)*: 8.

⁵ *GHL*: 8.

⁶ *GHL*: 8.

⁷ NOGUEIRA, 1985: 614.

que [cultivava]”⁸, não ensinando os “doentes a viverem as suas próprias doenças”⁹. Nestas circunstâncias, o apoio e atenção proporcionado pelas *medicinas românticas*, tendo por base a ligação estabelecida entre médico e doente, tornava-se fundamental para a evasão para o campo “mágico”¹⁰ de sistemas médicos e terapêuticos como o que seria constituído por Samuel Hahnemann na transição do século XVIII para o século XIX - a homeopatia.

A introdução da homeopatia em Portugal

Os leigos em *matéria médica e farmacêutica*

Um dando importante a relevar, neste trabalho em que procuramos revisitar aspectos menos conhecidos da *arte de curar* portuguesa de oitocentos, prende-se com o facto de a escolha feita pelos doentes por uma sistema terapêutico, *medicina romântica*, como a homeopatia não constituir uma consequência do seu baixo estrato social ou nível cultural. O caso de Passos Manuel, entre muitos outros, prova isso mesmo.

Figura pública com estatuto de mito (modelo político, ético-moral) vivo, Manuel da Silva Passos (Passos Manuel) seria agredido simultaneamente desde a juventude, pela doença e pelas práticas e fármacos utilizados pelos médicos que o assistiam. Seguindo o seu carácter decisório, interessar-se-ia pela arte de curar da sua época pelos efeitos que produzia directamente no seu instável organismo, sendo apenas natural que se entregasse à homeopatia, um sistema médico que desafiava a ortodoxia da medicina clássica, e que apelativamente e de um modo moderno prometia milagres (com base *científica*) de eficácia e brandura na restituição da saúde aos enfermos.

A propósito dos médicos *alopatas* (praticantes e defensores da arte de curar clássica, oficial) que durante anos o haviam seguido, afirmava no fim da sua vida que “não [estudavam] nada, não [sabiam] nada e [falavam] de tudo”¹¹. Faltava-lhes acima de tudo “o amor da humanidade que só os podia aliviar e esclarecer”¹², qualidades que sobejavam aos seus médicos homeopatas, que o seguiam diariamente e mesmo o acompanhavam nas suas saídas de recuperação. A grande diferença do caso de Passos Manuel para o de outros doentes, também cidadãos mas menos ilustres, que se entregaram aos socorros dos homeopatas nacionais e particularmente aos do Porto (recorrendo por exemplo à assistência prestada pelos membros do *Consultório Homeopático Portuense*, fundado em 1852¹³) estaria na excelência dos cuidados recebidos.

O *ditador de Setembro*, primeiro verdadeiro reformador do ensino médico, cirúrgico e farmacêutico português desde o Marquês de Pombal, contaria no Porto com a atenção devotada de um dos mais renomados homeopatas do país, António Ferreira Moutinho, que lhe recomendaria em finais de 1859 (quando da deslocação deste homeopata, doutor em medicina por

⁸ NOGUEIRA, 1985: 614.

⁹ NOGUEIRA, 1985: 614.

¹⁰ THOMAS, 1985: 69.

¹¹ ADSTR.APM, Carta de Passos Manuel a D^a Gervásia, datada de 10/10/1861.

¹² ADSTR.APM, Carta de Passos Manuel a D^a Gervásia, datada de 10/10/1861.

¹³ Tratava-se da primeira associação do género em Portugal.

Coimbra, a Lisboa para aí instalar o seu consultório), os cuidados do alcobacense António Maria dos Santos Brilhante - polémico e conhecido facultativo, redactor da *Agulha Medica* e do *Esculápio*, *vitalista* assumido e um dos mais famosos homeopatas portugueses. Na lógica de propaganda em que se especializara a rapidamente formada corporação homeopática, Passos Manuel seria instado a discursar publicamente em prol dos interesses homeopatas (em 1860, no cemitério do Prado do Repouso, no Porto) e a emprestar o seu nome a petições em defesa da acreditação científica/académica do sistema médico criado por Samuel Hahnemann.

A sua *conversão* ao sistema de Hahnemann não passaria, portanto, despercebida, nem a homeopatas, nem aos seus opositores. Este últimos, defensores da ortodoxa e clássica arte de curar, sabiam contar no campo adverso com mais uma dessas grandes “personagens, [que procuravam] induzir os poderes publicos a darem uma certa protecção ao charlatanismo”¹⁴.

Sucediam-se, com efeito, as conversões à homeopatia de ilustres *personagens* da sociedade, política, banca e artes portuguesas. O caso do Duque de Saldanha tornar-se-ia num paradigma (caricaturado por Feliciano Castilho¹⁵) desta situação, preferindo a dada altura da sua vida diversas práticas terapêuticas alternativas àquelas que eram reconhecidas pela arte de curar clássica. Assim, quando em meados da década de 1840 se viu atacado de uma “pleurodynia [e de] um tumor [que] apareceu depois sobre o lugar da dor”¹⁶, recusaria firmemente os cáusticos e a cirurgia aconselhada pela conferência de físicos dirigida pelo Dr. Pulido, *alopata* que também prestara cuidados a Passos Manuel.

Revelando simultaneamente a existência das fortes reticências que tinha o público em geral em aderir aos avanços da moderna ciência e a resistência (a nível internacional) de uma *medicina romântica* entre as classes mais elevadas, Saldanha apenas recorreria no tratamento dessa moléstia a “um unguento que [lhe tinham] mandado de Roma, de outro que [lhe] tinham enviado de Nuremberg, do balsamo que preparara o [seu] antigo camarada e amigo o Conde do Bonfim, e de outro balsamo que fazia D. Pedro de Alarcão, enfim, todos os remedios caseiros que se tinham apresentado, além do tratamento pelo vinho da madeira, recomendado pelo Almirante Sartorius”, e que por isso lhe pedia que lho “*receitasse* [sic] imediatamente”¹⁷.

Curada esta maleita por meios estranhos à ortodoxia terapêutica oficial, rapidamente se tornaria o Marechal no “mais inteligente cultor e mais forte propagador da verdadeira medicina”¹⁸, nos termos dos seus amigos homeopatas. Nos de outros seus contemporâneos, como o Marquês de Fronteira e d’Alorna, formara-se deste modo o “maior adversario da medicina legal [sic]”, “abandonando completamente os negócios políticos” para se fazer “doutor”¹⁹ em dois sistemas

¹⁴ *Gazeta Medica de Lisboa (GML)*, nº 20, de 16/10/1859.

¹⁵ Segundo Oliveira Martins, Saldanha teria, “por fim, [acabado] na homeopatia”, e Castilho, “com a sua lisonja irónica de literato, escrevia-lhe: «Adeus meu caro Aquiles; guerreiro, médico e escritor a um tempo; porém Aquiles banhado na preciosa água da vida, desde a cabeça até ao calcanhar - inclusivamente». (MARTINS, 1996: 237). Uma interpretação *livre* das palavras de Castilho por parte do autor do *Portugal Contemporâneo* que em carta ao Duque de saldanha lhe votava a mais profunda e sincera admiração: quem “[pensava] recto e sério [era] sempre lúcido. (...)” e merecia que Castilho fosse “ainda mais admirador que nunca, servo affectivo e obrigadissimo como sempre” (*GHL*: 200).

¹⁶ SALDANHA, 1858: 140.

¹⁷ SALDANHA, 1858: 143. Itálico nosso.

¹⁸ LIBERALI, 1865: V.

¹⁹ FRONTEIRA, 1986: 453

médicos ou terapêuticos românticos, “o homoepatha e o raspailista [que procurava] estabelecer em Portugal”²⁰.

Fruto da sua perseverança, Saldanha publicaria no final da década de 1850 a obra *O Estado da Medicina em 1858*, dedicada a D. Pedro V e oferecida aos “homens de consciencia e superiores que (...) [ensinavam] ou [praticavam] a nobre e liberal profissão da medicina”²¹. Tratava-se, na verdade, de um manifesto, atacando a medicina das escolas - *alopática* - que na sua opinião não ia além de um “mixto informe de ideias inexactas, de observações pueris, de meios illusorios, de formulas tão bisarramente concebidas como fastidiosamente colligidas, não tendo principios fixos, sendo a sua therapeutica apenas uma colleção de hypotheses imaginadas pelos medicos em todos os tempos”²².

Envolvendo-se em enormes polémicas, amplamente divulgadas na imprensa literária e médica da época, tornar-se-ia no principal mecenas da homeopatia portuguesa a partir de 1859 (sucendo ao Conde de Ferreira) com a criação e sustento do *Consultorio Homeopathico Lisbonense* e da sua *Gazeta Homeopathica*. Grande parte da homeopatia nacional, até aí disseminada pelo país, apostaria no movimento que na capital era suportado pelo Duque, concentrando-se em Lisboa muitos dos mais conhecidos valores homeopatas, entre médicos e farmacêuticos, produzindo jornais e obras de propaganda, criando consultórios e organizando modernas associações mutualistas de socorros homeopáticos.

Contudo, além de Passos Manuel e do Duque de Saldanha, “muitas pessoas [de] caracteres distintos” interessar-se-iam pela homeopatia “unicamente pela philanthropia, [atestando] o resultado favoravel dela”²³. Destacar-se-ia a figura do Conde de Ferreira, que de entre as suas muitas obras de mecenato e caridade, se empenharia em proteger e financiar o *Consultório Homeopathico Portuense* e a sua *Gazeta Homeopathica Portuense*, para que aos pobres do Porto fosse prestada assistência homeopática gratuita, dispondo este *Consultório* (dirigido por António Ferreira Moutinho) do apoio anual de 150\$000 réis por parte do seu mecenas.

Tratava-se, nos termos da *Gazeta Homeopathica Lisbonense*, de um “donativo” que seria da maior “importância para a sciencia e para a humanidade”, elevando a memória do Conde de Ferreira “ainda além da morte [a figurar] nos fastos da sciencia e da Humanidade, como um grande vulto, a par dos nomes illustres de sua Alteza Real o Duque de Anhalt-Koethen, Marechal Saint-Arnaud, Napoleão III, Frederico Guilherme, Rei da Prússia, Marquez do Paraná, Victor Manuel, Duque de Wellington, Duque de Saldanha, Sua Alteza Real a Duqueza de Cambridge, e de muitos outros, que, tendo tomado a homeopathia debaixo da sua protecção, a têm defendido mui poderosa e efficaçmente das ciladas e opposição acintosa e systematica dos seus inimigos”²⁴. Deixaria ainda no seu testamento uma renda de 20\$000 réis para que fosse mantida uma enfermaria no hospital da Misericórdia de Santo António do Porto, exclusivamente dedicada ao sistema de Hahnemann, com cerca de vinte camas “para os pobres que se quizessem utilizar

²⁰ FRONTEIRA, 1986:454.

²¹ SALDANHA, 1858: frontispício.

²² SALDANHA, 1858: 144.

²³ SALDANHA, 1858: 144.

²⁴ *GHL*: 45.

d'esta medicina"²⁵. Uma enfermaria, diga-se, que apenas cessaria de funcionar na década de cinquenta do século XX, por falta de substitutos dos idosos médicos homeopatas que então se reformaram.

Também Silvestre Pinheiro Ferreira - filósofo e jurista, ministro de D. João VI, amante da ciência e exilado em Paris de 1826 a 1842 - constitui outro caso modelar de conversão à homeopatia. Com efeito, fixando-se o culto Silvestre Pinheiro Ferreira naquela cidade para se dedicar aos seus estudos após a morte de D. João VI, aí conheceria Hahnemann e a sua esposa Mélanie d'Hervilly, estabelecendo-se uma duradoura relação de amizade que tornaria o *Hipócrates do Norte*²⁶ "muito ligado ao (...) distinto sábio"²⁷ português. Deste modo se formaria "um dos mais fervorosos crentes no sistema Hahnemanniano"²⁸, devendo-se à sua intervenção um marco mundialmente inédito e esquecido da história da arte de curar nacional: a consagração em 1839 - estando Hahnemann vivo - do criador da homeopatia por parte de uma clássica e internacionalmente reconhecida academia médico-cirúrgica - a *Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*. Então presidida pelo vitalista lente da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, António José de Lima Leitão, a *Sociedade* acolheria Hahnemann nesse ano como um dos "vinte membros honorários de 1ª classe"²⁹ dessa academia³⁰, acompanhando neste processo outros membros honorários estrangeiros como Astley Cooper, Richerand, Andral, Lanriey, Burdach, Thomazini ou Magendie.

Um projecto em que se haviam associado Silvestre Pinheiro Ferreira e o presidente da *Sociedade*, e que começara com a publicação, no *Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*, de Outubro de 1839, de uma "Idéia sobre a homeopathia [remetida] por hum (...) mui distinto literato que [viajava] pela Europa ao Sr. Dr. Lima Leitão"³¹. Tendo sido revelado, mais tarde, ser este artigo da autoria de Silvestre Pinheiro Ferreira³², fora assim iniciado o processo da rápida glorificação lisboeta de Hahnemann, enaltecendo-se as qualidades do *Hipócrates do Norte* cuja "erudição não [era] excedida senão pela alta esfera do seu genio" e que tinha inventado o princípio homeopático - "que antes delle ninguém havia descoberto"³³.

Esta apologia do amigo pessoal de Silvestre Pinheiro Ferreira face às críticas dos "homens ignorantes ou medíocres"³⁴ daria simultaneamente início àquela que seria a forma mais comum de propaganda homeopática, afirmando Pinheiro Ferreira que os discípulos de Hahnemann não deviam ser confundidos com "miseráveis charlatães" (apesar de este género de indivíduos se

²⁵ PEREIRA, 1907: 407.

²⁶ Título, ou epíteto, concedido pelos homeopatas ao criador da sua doutrina, Samuel Hahnemann.

²⁷ *Gazeta Homeopathica Portuense (GHP)*: 37.

²⁸ PINA, 1964: 97.

²⁹ *GHP*: 38.

³⁰ Hahnemann seria convidado para membro honorário da Academia graças à criação, em janeiro de 1839, do artigo 10º da *Sociedade*, que abria as portas não só a "indivíduos nacionais [como a] (...) estrangeiros, que por seus conhecimentos, providamente abalizados em qualquer das ciências médicas ou por haverem nelas feito algum insigne progresso, ou insigne descoberta [fossem] declarados tais pela *Sociedade* (...)". LEITÃO, 1962: 241.

³¹ *Jornal da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa (JSSML)*, 1840: 221-233.

³² *JSSML*, 1840: 221-233.

³³ *JSSML*, 1840: 226.

³⁴ *JSSML*, 1840: 226.

encontrar, de qualquer modo, “em todas as escolas”) conforme o atestava a existência de uma longa lista de hospitais homeopáticos e de bem sucedidos casos com pacientes célebres, como o de “Sua Magestade a Rainha de Inglaterra (...) Sua Magestade o Rei da Prússia (...) [ou] a família real de Nápoles”³⁵.

Um argumento *estrangeirado*, que tinha peso no apoio de um *sistema médico* que se apoiava fortemente no seu estatuto de *medicina dos doentes*, totalmente de acordo com a sua época, de efervescente liberalismo universalista, em que o começo do domínio da ciência e da técnica eram permeáveis a *romantismos*.

Médicos, cirurgiões e farmacêuticos - a arte de curar perante a Homeopatia

Das três obras de Samuel Hahnemann mais divulgadas, o *Organon* (1810), a *Matéria Médica Pura* (1811-1821) e as *Moléstia Crónicas* (1828-1830), caberia à primeira³⁶ (por aí se encontrarem “todos os princípios homeopáticos bem coordenados”³⁷) o papel de constituir o primeiro e principal guia dos interessados no novo método. Chegaria esta obra a Portugal em 1832 na tradução francesa do *Docteur Jourdan*³⁸, sendo logo citada por um dos primeiros e maiores entusiastas da Homeopatia em Portugal - António José de Lima Leitão - que lhe faria “referência no seu livro de clínica”³⁹ desse ano. Começaria com a recepção da tradução francesa do *Organon* o ciclo de “maior expansão” da homeopatia em Portugal, acabando esta *idade de ouro* apenas no “fim do século XIX”⁴⁰, reclamando-se neste período, como homeopatas, dezenas, senão centenas⁴¹, de indivíduos - entre médicos, cirurgiões e farmacêuticos. Contavam estes, com vimos, com largo apoio do público leigo em matéria médica ou farmacêutica, não só por parte da clientela que procurava, alternativa ou complementarmente, a cura homeopática dos seus males, mas também de alguns poderosos ou ilustres mecenas que se constituiriam como protectores da doutrina de Hahnemann em Portugal.

A reacção à introdução do método homeopático em Portugal coube aos médicos e médicos-cirurgiões e menos aos farmacêuticos, numa primeira fase pouco interessados em combater uma *medicina romântica* que partia para a terapêutica com uma forte base farmacológica.

Assim, é nos periódicos afectos ou mesmo editados directamente pela Faculdade de Medicina de Coimbra e pelas Escolas Médico-Cirúrgicas, que descobrimos os ecos da recepção da homeopatia (da validade do “evangelho de Hahnemann”⁴²) e da instantânea formação de duas

³⁵ JSSML, 1840: 232 - 233.

³⁶ TORRES, 1962: 14 -15. Trata-se do *Organon da Ciência Médica Racional*, título que seria alterado para *Organon da arte de Curar* em 1819, aquando da sua segunda edição.

³⁷ TORRES, 1862: 14.

³⁸ MIRA, 1947: 365.

³⁹ MIRA, 1947: 365.

⁴⁰ TORRES, 1962: 154.

⁴¹ A *Relação dos médicos Homeopatas* (GHP: 84) refere a existência em 1855 de cerca de meia centena de médicos homeopatas, numa fase ainda de expansão deste sistema terapêutico. É pois natural que o número seja superior aqueles que colhemos nesta *Relação*, limitada, de resto, aos homeopatas que mantinham relações com o *Consultório Homeopático Portuense*.

⁴² CARVALHO, de 29/9/1935: 317.

facções - pró e contra a homeopatia e os seus propagadores -, surgindo contudo neste último partido (anti-homeopata) médicos e cirurgiões que, como todo o “medico philosopho”, se sentiam obrigados a “estudar tudo quanto [pudesse] ser útil à humanidade”⁴³.

Destacavam-se de entre estes médicos como Agostinho Albano da Silveira Pinto, que afirmaria em 1835 conhecer “desde 1826” o sistema médico contido no *Organon*, não o rejeitando na sua totalidade, mas sem por isso o adoptar ou testar⁴⁴. Também João Brignoli exporia em 1837, na *Sociedade das Sciencias Medicas de Lisboa*, o resultado do seu estudo sobre a “doctrina medica, denominada homeopathica, do Professor Hahnemann”⁴⁵: considerava que as orientações da homeopatia atingiam os “limites da mais fecunda imaginação”⁴⁶, mas que a homeopatia seria útil como remedio contra “systematicas hypotheses medicas, como antipathica medicina contra as enormes doses dos que [abusavam] da medicina contra-estimulante e finalmente como hum allopatico pretexto da medicina expectante”⁴⁷.

Tratavam-se de análises que não anulavam totalmente o valor da homeopatia para a ciência e saúde pública, e que, de alguma forma, nos permitem compreender a simplicidade com que esta medicina romântica se instalou nas escolas de medicina, cirurgia e farmácia nacionais. Nestas se encontrariam desde a primeira hora os *sócios beneméritos* do *club* homeopático⁴⁸ português, como o referido António José de Lima Leitão, lente de Clínica Médica na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, e Florêncio Peres Furtado Galvão, professor de Matéria Médica e Farmacêutica na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. Não deixando nunca o magistério⁴⁹ em instituições clássicas de ensino médico-farmacêutico, defenderiam desde cedo nas suas carreiras - logo na década de 1830 - a homeopatia como sistema médico complementar e mesmo alternativo ao que era ensinado nas suas escolas.

Nunca explorariam comercialmente, em consultório, os resultados do novo sistema nem fariam declaradamente parte das facções que se formariam, pois era “do seu dever officiar e requerer ao governo para [serem] auxiliado[s] com os necessarios meios, e ensinar[em]

⁴³ *GHL*: 6.

⁴⁴ TORRES, 1962: 95: “Em Portugal, segundo a opinião do Prof. Silva Carvalho, o primeiro folheto médico sobre homeopatia foi publicado no ano de 1835 pelo Dr. Agostinho Albano da Silveira Pinto no *Repositório Literário da Sociedade das Sciencias Medicas e de Literatura do Porto*, sob o título de «Doutrina Homeopática», onde o mesmo se mostra muito inclinado a que se experimentem oficialmente os novos remédios. Afirma ter conhecimento do *Organon da Arte de Curar* desde 1826 e noutra parte do seu artigo diz ainda: «(...) lendo então a nova exposição da nova doutrina médica pareceu-nos que estávamos lendo um verdadeiro romance de medicina e conjecturamos que ela devia ter o sucesso comum dos romances; mas confessamos ingenuamente que jamais nos passava pela ideia que de tal doutrina se falasse ou escrevesse mais».

⁴⁵ *JSSML*, 1837: 257-268.

⁴⁶ *JSSML*, 1837: 265.

⁴⁷ *JSSML*, 1837: 268.

⁴⁸ CARVALHO, de 27/10/1935: 349. Contava o *Consultorio Homeopathico Portuense* com “sócios effectivos (todos os médicos, cirurgiões e boticários homeopatas residentes no reino), sócios correspondentes (os mesmos residentes fora do reino), sócios honorários (todos os amigos da homeopatia estranhos à arte de curar, que tivessem contribuído de qualquer maneira para o desenvolvimento teórico e prático da homeopatia) e sócios beneméritos (os médicos e cirurgiões que tivessem leccionado a homeopatia em cadeiras de ensino público, ou a tivessem praticado em hospitais ou noutros estabelecimentos destinados ao tratamento de enfermos)”.

⁴⁹ Diria Florêncio Galvão que “não [era] prático, não [tinha] clientela”. (*GHP*, de 1/1/1853).

oficialmente qualquer disciplina” que se revelasse válida⁵⁰. Mas nunca “[renegariam] as [suas] opiniões”⁵¹ quanto ao valor da doutrina de Hahnemann.

A vida do algarvio Lima Leitão, “médico notável (...), homem muito erudito, letrado e dotado de grande actividade”⁵², doutor em medicina na *Sorbonne* parisiense poucos anos depois da publicação do *Organon*, e dono de um “espírito irrequieto, facilmente aberto a todas as novidades”⁵³, ficaria profundamente ligada aos sucessos e desaires da homeopatia. Exerceria e defenderia quotidianamente a homeopatia no exercício clínico e na qualidade de polemista, em 1832 seria pioneiro na referência feita ao *Organon* em termos oficiais e em 1839 co-responsável pelo reconhecimento de Hahnemann pela Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa. No ano de 1853 - pouco tempo antes a sua morte - a recusa ao seu pedido para que lhe fossem proporcionados “os meios para os ensaios da Medicina Homeopathica”⁵⁴ na sua Escola, provocaria uma enorme polémica. Já em 1833 e em 1838 a mesma pretensão lhe fora negada, mas desta feita a recusa seria acompanhada da formação de uma comissão dirigida pela autoridade médico-sanitária lisboeta Bernardino António Gomes (filho) com vista a avaliar o “estado e modo porque o Sr. Dr. Lima Leitão dirigia o ensino”⁵⁵.

A questão teria “funda repercussão”⁵⁶ no meio médico-cirúrgico nacional, chegando quase - num episódio picaresco - a opôr fisicamente a comissão e Lima Leitão, quando aquela se preparava para entrar numa aula do lente homeopata. Até à sua morte, ocorrida poucos meses depois do auge da polémica, a acusação da comissão seria de que Lima Leitão “não [cumpria] os seus deveres, [viciando] o espírito dos discípulos”⁵⁷, esgrimindo o acusado o argumento de que a “Lei da Escola não [limitava] o número ou qualidade dos methodos therapeuticos, nem [podia], uzados nas Clinicas”⁵⁸. Chegando a hora da sua morte pouco tempo passado sobre “estas scenas”, estava achado o primeiro mártir da homeopatia portuguesa, lamentando os membros dos *Consultórios Homeopathicos* do Porto e Lisboa que os “discípulos” de Lima Leitão e o público em geral não tivessem, pelas suas mãos, presenciado “a conveniencia ou desconveniencia [daquele] methodo de curar”⁵⁹.

Fazendo uma carreira mais serena e advogando a sua escolha homeopática com menos radicalismo, Florêncio Peres Furtado Galvão, lente na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra entre 1835 e 1859, apresentaria logo em 1835 a sua tese de doutoramento versando “*De hominum temperamentis, eorumque influxu in Physiologia, Pathologia, Moraliq[ue] Scientiis*”, incluindo no terceiro capítulo acerca da “*Ex Materia Medica; atq[ue] Pharmacia*”, o primeiro item referente à “*homoeopathica doctrina de medicamentorum actione caute admittenda*”⁶⁰.

⁵⁰ *GHL*: 6.

⁵¹ *GHP*, de 1/1/1853.

⁵² *MIRA*, 1947: 364.

⁵³ *MIRA*, 1947: 365.

⁵⁴ *GHP*, de 15/5/1855: 37.

⁵⁵ *GHP*, de 15/5/1855: 37.

⁵⁶ *CARVALHO*, de 27/10/1935: 351.

⁵⁷ *GHL*: 5.

⁵⁸ *GHL*: 5.

⁵⁹ *GHL*: 5.

⁶⁰ *Arquivo da Universidade de Coimbra [AUC], Theses ex universa medicina decerpta quas sub presidio clarissimi ac sapientissimi D. D. Joannis Lopes de Moraes in Gymnasio academia conimbricensis integra die propugnandas offert Florentius Peresius Furtadus Galvanus, 1835: 9.*

Professando “*Matéria Médica e Farmacêutica*” aos alunos do principal curso de Medicina e Cirurgia mas também aos do curso de Farmácia, ensinaria desde 1835 “theoricamente (...) as doutrinas de Hahnemann”⁶¹ nas suas aulas, levando aprendizes de médicos e farmacêuticos a “aprenderem a teoria homeopática nas partes que diziam respeito” aos dois ramos que ensinava, bem como “a estudarem o *Organon* e todas as revistas francesas” homeopatas disponíveis⁶². Tendo leccionado até à data da sua jubilação, instituiria uma informal *academia* de homeopatas no coração do corporativismo *canónico* médico-cirúrgico e farmacêutico português.

Responsável pela formação de muitos homeopatas em Portugal, como António Ferreira Moutinho, Furtado Galvão oficializaria, sem que tenhamos encontrado indícios que tenha sido contestado, o programa da sua *academia*, publicando o plano da sua cadeira no *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana*⁶³.

Cultivando uma “homeopatia desapaixonada”⁶⁴, afirmava não procurar “creditos alheios para elevar os [seus]”, nem aspirava “à popularidade”, expondo-se nas suas aulas “francamente (...) diversos systemas e opiniões” médicas, discutindo-se e escolhendo-se o que “[l]he parecia mais plausivel”⁶⁵. Não implicava, portanto, a palavra do *magister* a sujeição dos discípulos à sua opinião e, nos termos de Furtado Galvão, nas suas aulas deixava-se “inteira, plena, e a todos os respetos desembaraçada liberdade de ser contrariada”⁶⁶ a escolha pessoal do mestre. Didáctico e pedagógico, além de imolestado pela corporação universitária apesar da sua heterodoxia terapêutica, no final da sua carreira afirmava que as noções que professava nas suas aulas no tocante ao melhor sistema de orientar a matéria médica e farmacêutica, tinham “somente por fim (...) abraçar a verdade”⁶⁷.

Em sua opinião “a theoria homoeopathica não [era] desprezível, inutil, absurda”, prestando pelo contrário “grandes serviços” sobretudo à farmacologia, sendo da “maior transcendencia” o “preceito de ensaiar, e determinar a virtude dos medicamentos, applicando-os no estado physiologico” em seres humanos saudáveis⁶⁸. Não o embaraçavam as “contradições de

⁶¹ *GHP*, de 15/7/1853: 54.

⁶² TORRES, 1962: 101.

⁶³ *Jornal da Sociedade Pharmaceutica de Lisboa (JSPbL)*, tomo IV, 1853: 385-388. Assim, na parte destinada ao leccionamento de “Pharmaconomia theorica e practica” era anunciado o ensino do “modo de preparar, dosar, e administrar os medicamentos homoeopathicamente”, para, na parte intitulada “Pharmacologia propriamente dita”, se demonstrar “a afinidade electiva dos medicamentos para determinados órgãos, ou aparelhos, ou systemas - theoria homoeopathica a [esse] respeito”. Florêncio Peres Furtado Galvão dedicava com efeito parte do programa da sua cadeira a demonstrar a “afinidade electiva dos medicamentos para determinados órgãos, ou aparelhos, ou systemas - theoria homoeopathica a este respeito”, a “influencia do habito sobre os efeitos dos medicamentos, e a explicação homoeopathica”, a “administração dos medicamentos, e por que vias se faz”, as “doses d’elles, e efeitos segundos d’ellas (...) sua natureza”. Dedicava-se também, claro, ao estudo da natureza dos “medicamentos simples e compostos (...) monopharmacia e polypharmacia”, bem como aos efeitos da “hydrotherapia”.

⁶⁴ *GHP*, de 1/1/1853: 1-2.

⁶⁵ *GHP*, de 1/1/1853: 1-2.

⁶⁶ *GHP*, de 1/1/1853: 1-2.

⁶⁷ *GHP*, de 1/1/1853: 1-2.

⁶⁸ *GHP*, de 1/1/1853: 1-2: “Ensaiaados os medicamentos no estado pathologico, estado anormal, no qual a economia humana apresenta fenomenos, e symptomas irregulares, eu não sei com que direito podemos attribuir os efeitos manifestados antes ao medicamento, do que à moléstia; quando esta for bem complicada, ou concorrente, as dificuldades sobem de ponto. Pelo contrario, determinado o estado physiologico, e a regularidade das funções, administrando neste estado um medicamento, em diversos individuos, sexos, e idades, colhendo sempre a mesma alteração, ou modificação, não podemos em boa fé, recusar-mo-nos a referi-lo ao medicamento”.

Hahnemann, as aberrações de alguns de seus discípulos, nem a falta de fé d'outros"⁶⁹. Eram, na sua opinião, justificáveis em “todas as sciencias, os erros, os descuidos, prejuizos” e dizia-se “tolerante e condescendente” a quem lhe quizesse “pedir explicações ou (...) responder às [suas] considerações”⁷⁰.

Posição diversa perante o fenómeno homeopata teria a corporação farmacêutica nacional, apesar (ou devido) das boas relações que mantinha com a autoridade conimbricense em matéria médica e farmacêutica, o mestre Furtado Galvão.

Aparentemente com menor abertura e interesse face à mais recente e bem sucedida heterodoxia médico-farmacêutica criada por Samuel Hahnemann, o papel da farmácia portuguesa - ao contrário do que então sucedia noutros países europeus receptores da homeopatia - seria menor na fase de introdução do sistema Hahnemanniano. Os boticários nacionais não converteriam, como em França, à “nova sciencia muitos médicos”⁷¹, determinando antes que o seu objectivo principal fosse a luta pela dignificação da *arte* farmacêutica e menos a discussão dos dogmas terapêuticos vigentes.

Observamos, com efeito, como à farmácia portuguesa, que só começaria a ter voz activa com a formação da *Sociedade Pharmaceutica Lusitana* em 1835 (o primeiro e “único centro da classe” farmacêutica⁷² no século XIX), e ao seu *Jornal*, interessava antes de tudo o respeito e reconhecimento da cientificidade da farmácia pelas outras ciências e agentes de saúde pública. Deste modo se pode compreender que o laboratório da *Sociedade*, que depressa se tornaria referência em análises médico-legais e testes oficiais das substâncias as mais diversas, tivesse deixado ao mundo médico-cirúrgico a tarefa de conferir ou negar validade ao sistema homeopático, incluindo a sua farmacopeia.

O *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana* apenas se debruçaria sobre a *questão* homeopática já tarde no século XIX, sendo as primeiras referências a esta questão indirectas, comentários de citações de outros periódicos literário-científicos, remetidos para a secção das *Diversidades*. De facto, a menção mais antiga que encontramos no órgão da *Sociedade* data de 1851, aludindo-se por essa altura ao modo como “por toda a parte os homeopaths [eram] asperamente tractados, e geralmente escarnecidos”, citando a *Gaceta Medica de Madrid*, que por sua vez transcrevia um artigo “de um jornal Inglez” relativo à homeopathia⁷³. Seria esta a primeira de muito poucas e esparsas referências, o que nos levou a pôr hipótese - até hoje inconfirmada e talvez inconfirmável - desta posição da *Sociedade Pharmaceutica Lusitana* (também) se dever à relação que a farmácia portuguesa mantinha com Furtado Galvão, que na *alma mater* conimbricense, durante trinta anos combinaria curricular e praticamente *Matéria Médica e Farmacêutica*, prestigiando a última com esta associação.

⁶⁹ *GHP*, de 1/1/1853: 1-2.

⁷⁰ *GHP*, de 1/1/1853: 1-2.

⁷¹ COSTA, 1891: 141. Seria o caso de Antonio Petroz, “antigo pharmaceutico director da Charité, membro da Academia de medicina” e o “vulgarizador da homeopathia em França”, que “difundiu a homeopathia por todas as classes e converteu à nova sciencia muitos medicos”.

⁷² *JSPhL*, tomo II, nº 9, 1866: 232.

⁷³ *JSPhL*, tomo II, nº 7, 1851: 224 - 225.

Facto é que a validade do *sistema* homeopático nunca seria discutida nas páginas do *Jornal da Sociedade*, dirigindo-se antes a ofensiva para a falta de seriedade e credibilidade de certos charlatães homeopatas. Dificilmente se explica esta posição - discordante, de resto, da tendência geral das vozes mais activas da farmácia portuguesa - que se batiam por critérios farmacêuticos de nobilitante rigor científico - sem se associar a ela a figura de Furtado Galvão, membro desde a primeira hora da *Sociedade*, correspondendo-se com ela e participando no seu *Jornal*⁷⁴.

Como elemento importante em apoio desta hipótese, refira-se o caso do estudo realizado, no ano de 1852, no qual o assistente de Furtado Galvão, o Dr. João Dória, assistiu a autoridade do lente de Histologia e Fisiologia Geral - António Augusto Costa Simões - em testes ao *sistema* homeopático numa enfermaria do hospital da Universidade de Coimbra. Nem nessa altura o *Jornal da Sociedade* comentaria os resultados destas provas, apesar de se tratar do primeiro ensaio científico às capacidades da homeopatia em Portugal. O “juízo crítico” de Costa Simões - tendo sido testemunhado e “prezenciado [o ensaio] por quasi todos os alumnos do 4º e 5º anno medico”⁷⁵ - fora de que sem “a menor suspeita”, os “globulos de Hahnemann [não produziam] no organismo algum efeito sensivel”⁷⁶. Não impediria isso, contudo, que passado menos de um ano fosse publicado no *Jornal da Sociedade* o já referido programa da cadeira de Furtado Galvão na Faculdade de Medicina conimbricense.

O recurso dos farmacêuticos para ultrapassar este impasse corporativo sobre a homeopatia passaria pela busca individual de respostas e resultados. Depois de a medicina-cirurgia, através dos seus *oráculos* (como Bernardino António Gomes ou Costa Simões) ter categoricamente negado validade à homeopatia, a colaborante farmácia clássica seguiria essa mesma linha, embora como vimos de forma pouco linear. Restava aos boticários mais interventivos e autodidactas o recurso aos canais marginais e alternativos ao discurso oficial, para acusar os que tinham aderido “illudidos, allucinados ou de má fé”⁷⁷ à homeopatia, ou defender o sistema de Hahnemann e os seus prosélitos.

No caso destes últimos, farmacêuticos homeopatas, eram-lhes gabadas as recompensas de um “trabalho tenaz (...) convicções arreigadas, (...) firmeza de princípios, imparcialidade rigorosa e (...) propaganda ininterrupta”⁷⁸. E vários seriam os casos de invejável sucesso farmacêutico-empresarial ligado à homeopatia, embora não dependente totalmente dela.

Seria, aliás, o carácter complementar - e não alternativo ou substitutivo - que assumiu a homeopatia na Farmácia nacional, que assegurou o seu (relativo) sucesso e longevidade. Na década de 1880, tendo já passado o “período áureo”⁷⁹ da homeopatia em Portugal, vislumbravam-se ainda os “progressos futuros da homeopathia” como “certos e seguros”⁸⁰, apoiados nas suas

⁷⁴ Veja-se, por exemplo, o importante artigo que publica em defesa da farmácia no *Jornal* em 1850, “A Pharmacia em Portugal; pelo membro honorario, o Sr. Dr. Florencio Peres Furtado Galvão” (*JSPbL*, 2ª série, tomo I, nº 12, 1850).

⁷⁵ *O Instituto*, nº 19: 232.

⁷⁶ *O Instituto*, nº 19: 232.

⁷⁷ *GML*, de 16/10/1859.

⁷⁸ COSTA, 1902: 11.

⁷⁹ TORRES, 1962: 142.

⁸⁰ COSTA, 1902: 18.

qualidades de “aceio, (...) promptidão, (...) commodidade, (...) segurança e (...) economia”⁸¹, que a tornavam aptas a um individualismo médico-farmacológico, à auto-suficiência terapêutica. Nos termos de Francisco José da Costa, diplomado farmacêutico lisboeta, proprietário da *Farmácia Homeopática Costa*, o sistema desenvolvido por Hahnemann conviria a “engenheiros, exploradores, viajantes, missionários, lavradores, marinheiros, parochos e chefes de família”⁸².

Um espírito empreendedor e prático que os levaria a não confrontar directamente a ortodoxia médico-legal oficial, de Estado, e lhes permitira sobreviver à vaga de inovações e descobertas físico-químicas e médico-farmacológicas ocorridas durante o século XIX (“século de explosões” científicas⁸³) que iriam ditar o fim - em Portugal - da homeopatia enquanto *fenómeno de massas*. Seriam os boticários homeopatas que compreenderiam que no seu carácter de *medicina dos doentes*, base do seu sucesso, residia também a garantia de longevidade. A melhor demonstração desse entendimento está, mais até do que na criação das suas farmácias homeopáticas e alopáticas (muitas delas existentes hoje, após quase duas centenas de anos de actividade) no estabelecimento de sociedades (maioritárias) com médicos homeopatas, criando em Lisboa, na transição do século XIX para o século XX, associações de socorros mútuos. Suceder-se-iam a criação de mutualistas como a *Associação Homeopata 24 de Agosto*, a *Associação de Socorros Mútuos Homeopata Vítor Hugo*, o *Montepio Homeopático Ferreira Moutinho*, a *Sociedade Humanitária Homeopática*, a *Associação Homeopata de Socorros Mútuos A Fraternidade*, a *Associação Homeopática de Beneficência de Lisboa* e a *Associação de Socorros Mútuos Grémio Homeopático de Lisboa*, entre outras.

Um passo até à criação das muito pragmáticas *Associação de Socorros Mútuos Homeopata e Alopata de Campo de Ourique* ou a *Sociedade de Socorros Homeopáticos e Alopáticos*, que apresentavam a homeopatia como - de facto - um sistema médico complementar ao que convencionalmente se exercia, permitindo-lhe a sobrevivência para além do entusiasmo dos seus pioneiros introdutores e adeptos.

Conclusão

O estudo do caso da recepção e introdução da homeopatia em Portugal garante-nos um olhar completo e vivo sobre a arte de curar de oitocentos.

Graças aos galopantes progressos técnico-científicos, políticos, legais e sociológicos, é distante e quase abstrata a memória das heterodoxias médicas românticas e charlatânicas, que arrastavam, então, não massas, mas *multidões*. Faz sentido hoje recordar o caso da homeopatia, a que acedemos através de, e com, Passos Manuel. A convicção de que os seus problemas apenas se resolveriam com “remédios senão muito brandos e muito pouco violentos” e nunca com os esforços “repetidos e (...) violentos” prescritos pelos “tratamentos enérgicos” alopatas⁸⁴, seria partilhada por vários seus contemporâneos, figurando entre os adeptos leigos da homeopatia nomes que iam desde o Duque de Saldanha a Camilo Castelo Branco, passando pelos Condes de Ferreira e de Samodães.

⁸¹ COSTA, 1902: 62.

⁸² COSTA, 1902: 62.

⁸³ Expressão de PEREIRA, 1998: 551, consagrada por TATON, 1981: 1: “*Le XIX^e siècle n'est pas un siècle de traditions. C'est un siècle d'explosions (...)*”.

⁸⁴ ADSTR.APM, Carta de D^a Gervásia a Passos Manuel, datada de 14/11/1861.

Românticos, partilhariam Passos Manuel, Saldanha e o Conde de Ferreira os cuidados do mesmo médico homeopata - António Ferreira Moutinho - dando alento a um *sistema médico, verdadeira medicina*, criada pelo *Hipócrates do Norte*. Não deixaria de seduzir esta heterodoxia terapêutica, farmacêuticos autodidactas e empenhados, em consonância com o potencial e as condicionantes do seu ofício, que assentava “ao mesmo tempo sobre as sciencias e a indústria”⁸⁵. Caberia aos farmacêuticos a tarefa de, em Portugal, transportar a homeopatia para a contemporaneidade.

Contudo, para a *fé* homeopática, os *apóstolos* mais apaixonados, os sectários mais arrebatados, seriam os médicos, e os médicos-cirurgiões que a *Revolução de Setembro* criara. Lima Leitão, “homem muito erudito (...) [com um] espírito irrequieto, facilmente aberto a todas as novidades”, que “não se [poupava] a esforços para elevar o nível dos estudos médicos”⁸⁶, mais até do que Furtado Galvão (não-alinhado graças ao seu quase exótico liberalismo docente), constitui um bom exemplo do magnetismo exercido pela homeopatia por quem se via, no exercício da arte de curar em oitocentos, todos os dias “n’um pelago de incertezas”⁸⁷.

Incertezas que se estendiam dos oficiais da arte de curar aos doentes. A prática de uns e o estudo autodidacta de todos, permitiria formar homeopatas *puros*, permitindo recuperar a médico-cirurgiões e farmacêuticos, “na sciencia de curar (...) a fé que [tinham] perdido”⁸⁸, e aos doentes, a esperança de recuperação desaparecida com os maus tratos da arte de curar de oitocentos.

Fontes e Bibliografia

Fontes

- Arquivo Distrital de Santarém. Arquivo Passos Manuel (ADSTR.APM)
 - Carta de D^a Gervásia Joaquina Sousa Falcão a Passos Manuel, datada de 9/2/1860.
 - Carta de D^a Gervásia a Passos Manuel, datada de 14/11/1861.
 - Carta de Passos Manuel a D^a Gervásia, datada de 10/10/1861.
- Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC)
 - *Theses ex universa medicina decerpta quas sub presidio clarissimi ac sapientissimi D. D. Joanis Lopes de Moraes in Gymnasio academia conimbricensis integra die propugnandas offert Florentius Peresius Furtadus Galvanus*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1835.

⁸⁵ *JSPbL*, tomo V, nº 9, 1879: 184.

⁸⁶ MIRA, 1947: 364 - 365.

⁸⁷ MIRA, 1947: 364 - 365.

⁸⁸ MIRA, 1947: 364 - 365.

Periódicos

- *Gazeta Homeopathica Lisbonense.*
- *Gazeta Homeopathica Portuense.*
- *Gazeta Medica de Lisboa.*
- ≠ *Jornal da Sociedade de Sciencias Médicas de Lisboa.*
- *Jornal da Sociedade Pharmaceutica Lusitana.*

Bibliografia

- ANDRÉS TURRIÓN, M. L., 1987, *Homeopatía. Años de máximo ardor em la lucha antihomeopathica. 1849-1855*, Boletín de la Sociedad Española de Historia de la Pharmacia, Madrid, 38 (151-152), p. 307-318.
- CARVALHO, Augusto da Silva, 1935, *Medicina Romântica*, “A Medicina Contemporânea”, de 29/9/1935 a 13/9/1936.
- COSTA, Francisco José da, 1902, *Materia medica experimental. Therapeutica positiva. Homeopatía*, Lisboa, Pharmacia Homeopathica Costa.
- FRONTEIRA E D'ALORNA, Marquez de, 1986, *Memórias*, Lisboa, INCM, VIIIº tomo.
- LEITÃO, J. Andresen, 1962, *D. Pedro V e a Homeopatía*, “Jornal da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa”, Lisboa, 126 (5), Maio, p. 235-254.
- LIBERALI, Camillo, 1865, *Manuale Teorico-Pratico di Medicina Omiopatica - Opera adattata all'intelligenza comune*, Roma, edição do autor, 4ª edição.
- MARTINS, J.P. de Oliveira, 1996, *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Guimarães Editores, IIº tomo.
- MIRA, M. Ferreira de, 1947, *História da Medicina Portuguesa*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade.
- NOGUEIRA, Fernando, 1985, “A medicina científica e as «medicinas alternativas»”, Lisboa, *O Médico*, nº 1737, p. 613-614.
- PEREIRA, Ana Leonor e PITA, João Rui, 1998, *Ciências*, “História de Portugal”, Lisboa, MATTOSO, José (dir), TORRAL, Luís Reis e ROQUE JOÃO LOURENÇO (coord), Estampa, vol. V, p. 551-563.
- PEREIRA, E. e RODRIGUES, G., 1907, *Portugal - Dicionario Historico, Chorographico, Biographico, Bibliographico, Heraldico, Numismatico e Artistico*, Lisboa, João Romano Torres&Cª, vol. III, p. 406-407 e vol. VI, p. 513-515.
- PINA, Luis de, 1964, *Homeopatía e Dosimetria*, Lisboa, “O Médico”, XVº ano, 31 (658), p. 94-97.
- SALDANHA, Marechal Duque de [João Carlos de Saldanha Oliveira e Daun], 1858, *O Estado da Medicina em 1858*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- TATON, R. (dir), 1981, *Histoire Générales des Sciences*, Paris, Presses Universitaires de France, 2ª edição.
- THOMAS, Lewis, 1985, *Sobre a Magia na Medicina*, “O Médico”, Lisboa, nº 1723, p. 69-70.
- TORRES, Mário Octávio de Castro, 1962, *Súmula da História da Homeopatía em Portugal* (dissertação de licenciatura), Porto, Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.

Maria de Fátima Nunes

Arqueologia de uma prática científica em Portugal - uma história da fotografia *

R E S U M O

A fotografia é perspectivada, neste ensaio, como uma prática científica que teve um papel de relevo no século XIX, em Portugal. O papel comemorativo da Academia das Ciências de Lisboa, em 1940, levantou-nos várias hipóteses de investigação sobre uma outra história da fotografia que se pode relacionar com a construção material do Estado. Assim chegámos a dois referentes fundamentais para a história da fotografia como prática científica: José Júlio Rodrigues e Secção Fotográfica da Direcção Geral dos Trabalhos Geográficos.

1. A fotografia com História

A fotografia entrou na História Contemporânea através de diferentes campos de análise, centrados num novo suporte, como material que passou à categoria de fonte nas (re)voluntas epistemológicas da História¹. De imagem positiva da realidade que possibilitou a democratização da imagem, em termos de uso individual e colectivo² interessou-me desde algum tempo a história da fotografia como uma prática científica³ e como uma das áreas possíveis para entrar na história da ciência por via da história da cultura. Este tempo de inovação é concomitante do alargamento do conceito de fonte para a História, sobretudo para o período contemporâneo, tendo a produção/fixação de imagem fotográfica criado valências variadas para caminhos específicos da História Social, da História Cultural e Política, História das Mentalidades, da Museologia, das Ciências de Documentação e Informação e da renovação da História de Arte e História das Artes Visuais.

Entre nós, este tempo de inovação gerou ele mesmo uma **História da Fotografia** com vários nomes e instituições firmados entre nós, refira-se os casos de Teresa Siza e Carmen Serén no Centro Nacional de Fotografia do Porto, do historiador António Pedro Vicente, do investigador do centro Ceis20 da Universidade de Coimbra, Alexandre Ramires no Ceis20/Coimbra, passando ainda por António Sena, Luís Pavão, ou Carmen Almeida directamente envolvidos com Arquivos Municipais de Fotografia, em Lisboa e em Évora, respectivamente. Deste conjunto de contributos

* Este texto teve como base um Seminário de Investigação do Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência da U.E. – Projecto *PHYSIS*; Teve também o apoio da FCT, através do POCTI7354572000/FCT-MUCT – *Historical Studies on Scientific Images in Portugal 17 th – 20th centuries*.

¹ VICENTE, 1984; SONTAG, 1986; AYER, 1996; BURKE, 2002; MONTI/ VICENTE, 1991; SENA, 1998; NUNES, 2003a; ALMEIDA, 2005

² SENA, 1998

³ CARVALHO, 1976

e de trabalhos institucionais resultaram várias Exposições Fotográficas, acompanhadas de Catálogos, profissionalmente organizados que trazem sempre um excelente contributo para o alargamento do estado da arte sobre a «história da fotografia...», sobre a biografia do fotógrafo e o impacto das suas «obras de arte» nos hábitos culturais e sociais do Portugal e da Europa de viragem do século XIX para o século XX.⁴ O investigador passou, pois, a dispor de um conjunto de instrumentos de trabalho diversificado quando pretende entrar no mundo das *chapas* que captaram instantâneos (reais, imaginados ou construídos...) da vida real.

Sinais rápidos que mercê do suporte em que se encontram inseridos passam para a categoria da memória do tempo!⁵ Sinais que evocam o exótico e o pitoresco captado pelo fotógrafo, como as célebres fotografias de Cunha Moraes, obtidas em África no final do século XIX e publicadas por David Corazzi no final de oitocentos.⁶ E é, precisamente, a partir deste aspecto específico que se começa a levantar a questão da funcionalidade científica da fotografia, quando ela é um suporte instrumental, uma prática científica, ao serviço de etnógrafos, de engenheiros, de antropólogos, de viajantes *vs.* exploradores científicos, num arrojo de novo romantismo pautado pela paisagem e pelos enquadramentos humanos africanos.⁷

As fotografias, seleccionadas, classificadas, recolhidas em álbum (preferencialmente de luxo...) viriam a adquirir a funcionalidade de recrear, de pretexto para práticas de sociabilidade quer na sala burguesa, quer na Sociedade de Geografia de Lisboa, quer em reproduções na imprensa profissional informativa da época.⁸ O que nos importa aqui reter é a forma como o objecto fotográfico pode ser analisado historicamente: a «arte de fotografar» serviu como discurso de legitimidade científica para divulgar novos mundos, para criar taxinomias antropológicas e etnográficas. Captar a imagem dependia da instrumentação existente e do saber de óptica e de química do fotógrafo, transformado em agente cultural e científico, assumindo a categoria de um praticante de procedimentos técnicos e científicos para levar a bom termo a sua expedição, o seu trabalho.

Assim, percebemos que a fotografia com história pode também ser um terreno de uma área que ultrapassa o terreno disciplinar da História, passando para os domínios da história da ciência e da história da técnica, integrando-as no âmbito da história da cultura científica e da divulgação científica. E várias foram as perguntas em aberto que se nos colocaram. Fotografia e fotógrafos podiam entrar no mundo da história da ciência e da sua historiografia como objectos de estudo? O laboratório de fotografia era o espaço por excelência da profissionalização do fotógrafo, também agente de vários saberes? A fotografia ia adquirindo carácter de internacionalização, de rede de contactos profissionais de forma a obter um estatuto institucional que a fazia ser um instrumento de progresso e modernidade essencial aos Estados do final do século XIX na Europa, ou melhor no mundo da civilização ocidental?⁹

⁴ TORGAL, 1996; TENGARRINHA, 1997; SENA, 1998; CATALOGO EXPOSIÇÃO, 2000

⁵ CARVALHO, 1976; SENA, 1998; BURKE, 2002

⁶ MORAES, 1885-1888; MONTI/ VICENTE, 1991

⁷ PONTI /VICENTE, 1991; ARTE PHOTOGRAPHICA, 1884-1885; CARVALHO, 1940; CATALOGO ESPECIAL, 1910

⁸ NUNES/ CUNHA, 2005b

⁹ GOODMAN, 1992; PHILOSOPHICAL IMAGINATION, 1993; COOTER/ PUMFREY, 1994; SANCHEZ RON, 1999; ON TIME , 2000; NUNES, 2001b; 2002a; 2002b; NUNES/ GUELHA, 2004b

No fundo, pretendíamos transpor algumas das inquietações conceptuais e metodológicas da historiografia da Ciência para o campo da FOTOGRAFIA, considerando a produção desta fonte como um processo de práticas científicas. E no âmbito de pesquisas realizadas sobre imprensa cultural e científica especializada¹⁰ percebemos que o campo cultural e científico da fotografia tinha igualmente a sua imagem colectiva, uma revista, *Arte Photographica*: um título que marcava a passagem para o encontro de várias ocorrências especializadas neste campo, desde a recepção de outras publicações periódicas especializadas, ao noticiar de Congressos e Exposições Internacionais, passando pelo noticiar de Sociedades de Fotografia, como sociedades científicas e culturais, para também realizar um verdadeiro publicismo científico e técnico em torno de lições de Química e de Física! Desta extraordinária junção resultaram prodigiosos avanços à «sciencia photographica»¹¹ para uso de fotógrafos e de instituições científicas. Se nos centrarmos na análise da *Arte Photographica. Revista Mensal dos Progresso da Photographia e Artes correlativas. Direcção Litteraria e Artistica da Photographia Moderna com o concurso dos nossos mais distinctos photographos amadores*¹² percebemos que estamos perante uma das publicações de carácter científico do século XIX, dos muitos títulos que existiam pela Europa e pela América (do Norte e do Sul) demonstrando o carácter de profissionalização e de especialização dos actores de práticas científicas.

Realizando a arqueologia do discurso emitido nesta publicações especializada em fotografia, detectamos marcas claras de um universo de prática científica, de sociabilidade científica, de uma matriz de profissionalização em torno da construção, do aperfeiçoamento e da inovação de um novo objecto da Ciência: a fotografia.

E tal como nas demais áreas da ciência, a fotografia insinua-se nesta publicação através dos múltiplos contributos dos seus colaboradores,¹³ com sinais evidentes de apresentar ao público o progresso que a ciência fotográfica ia obtendo nas redes de construção de saberes. É, pois, compreensível que face ao grande público, e para um público altamente especializado, esta publicação (que funcionou como gramática de outras publicações da especialidade) tenha inúmeras notícias a Congressos de fotografia, às Exposições que se iam realizando pela Europa, à presença dos fotógrafos portugueses neste certames de festa e progresso que caracterizavam o ambiente cultural e científico da segunda metade do século XIX na civilização ocidental.

A partir do objecto de análise de uma publicação científica¹⁴ julgamos ser pertinente fazer deslocar a fotografia do campo da produção de objectos artísticos e/ou melancólicos, da produção de novos produtos iconográficos para uma cultura de massas em crescimento, para o campo da existência de espaços científicos e de práticas científicas. O que implica que façamos a associação entre dois signos fundamentais: *laboratório e fotografia*. Assim, podemos organizar um caminho para a história da fotografia descentrada das grandes personagens que imperam como os pioneiros

¹⁰ NUNES, 2001a; NUNES, 2003 b

¹¹ Usamos esta expressão retirada a publicação periódica *Arte Photographica*, 1884

¹² Publicada no Porto, a partir de 1884, Editada pela Photographia Moderna, na Rua da Picaria, número 1.

¹³ Destacamos os nomes de António Ramos Pinto, Adriano Pinto, Cunha Moraes, James Searle, Carlos Relvas entre outros.

¹⁴ NUNES, 2001a; 2003 b

da produção de objectos fotográficos em Portugal. Percebemos que para além do culto da personalidade do fotógrafo existe um ambiente científico prévio, a antecâmara que prepara e permite o clique mágico da produção da chapa desejada.

Teriam os progressos técnicos e científicos, que a fotografia conheceu ao longo do século XIX e primeira metade do século XX, sido proporcionados pela necessidade de encontrar soluções práticas – ciência e técnica aplicada à realidade – e inovar áreas do saber em desenvolvimento? Haveria um paralelismo entre o fascínio e o rápido progresso dos procedimentos fotográficos e o Progresso do saber em geral? Em buscas bibliográficas cruzadas encontramos o seguinte testemunho do início do século XX, em Portugal:

“A fotografia desempenha, hoje ainda, uma função de capital importância na investigação judiciária, tão numerosas e variadas são as suas aplicações. A fotografia permite, assim por exemplo, obter uma imagem fiel das disposições que, por ventura, se observem no local dum crime, dum suicídio, dum acidente ou de uma catástrofe; é esta uma das suas mais importantes aplicações em matéria judiciária”.¹⁵

A fotografia era vista, pois, como um instrumento de trabalho, como uma prática científica que fazia da fotografia a prova documental que coadjuvava outros processos de investigação. Estamos num campo semelhante ao da fotografia e uso da imagem fotográfica para Medicina, com especial destaque para o seu uso na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, no Museu Anatómico “dependência onde se iniciou formação duma «coleção de peças de Anatomia Patológica, de embriologia e de Anatomia Fisiológica, naturais ou modelados em cera ou outros materiais». Arquivaram-se, também, nesta secção, os primeiros documentos iconográficos obtidos por métodos ópticos”.¹⁶

Pistas que nos foram chegando de forma a olharmos os processos de inovação e de aplicação prática de procedimentos científicos, manipulados e desempenhados por uma comunidade/sector da população muito especial: os fotógrafos.

Será que as primeiras gerações de fotógrafos não devem ser visionadas no âmbito de uma comunidade científica alargada, com peso e importância em redes de comunicação científica, em canais de sociabilidade científica e com mecanismos próprios de construção de identidade profissional, de cariz técnico e científico?

Pelo manuseamento de fontes e de bibliografia de referência para a história da fotografia¹⁷ percebemos a existência de um espaço público oitocentista que proporcionou suportes para divulgar imagens de cultura. Nelas se insere a imagem positiva da realidade: a *photo – graphia*, enquanto procedimento de um conjunto de práticas científicas interligadas. E a partir daí encontramos uma herança cultural como forma de identificação de uma comunidade científica, capaz de construir a sua própria memória. Surgem espaços da ciência como património, centrados nos Laboratórios, peças de construção de memória de ciência no centro de um Império: Lisboa.¹⁸

¹⁵ PESSOA, 1914: 5

¹⁶ PIMENTEL, 1996:12, Publicação que contém, de forma sistematizada, um itinerário cronológico do uso dos procedimentos fotográficos – com a vertente de óptica e de química – na Escola Médico Cirúrgica de Lisboa.

¹⁷ Cfr. bibliografia referenciada neste artigo que expressa a diversidade de campos de produção bibliográfica existente sobre a memória científica da fotografia e o seu uso no espaço público.

¹⁸ HALBWACHS, 1968; NORA, 1984-1993; POMIAN, 1998; NUNES, 1998; MATOS, 1998; COMMEMORATIVE PRACTICES, 1999; ON TIME, 2000; ANDRADE, 2001; LALIEU, 2001; NUNES, 2001b; MEMÓRIAS PROFESSORES, 2001; JOÃO, 2002; NUNES, 2002a; NUNES, 2004 a

É o momento de partir do epicentro da capital e estudar as ligações da comunidade científica portuguesa à rede de internacionalização, entendendo as práticas científicas como formas de pensar a ideia de Europa/unificação dos Estados no século XIX. Instituições e comunidade científica manifestam-se em três registos: o da transmissão, imprensa científica especializada associada a relatórios e catálogos de congressos científicos; a difusão da ciência face ao seu público, englobando os espaços de cultura que tocam os contornos do turismo científico (caso dos museus, das exposições de ciência e de técnica, de aquários, de jardins botânicos e zoológicos); o timbre da popularização, ou seja as práticas de consumo ciência. Com novos conceitos de fontes podem definir-se diferentes escalas: um, análise espacial; dois, perfil de comunidade científica; três, público de ciência; quatro, práticas de ciência (s). As práticas científicas encontram-se associadas à investigação, à experimentação, à produção de memória e à valorização patrimonial de locais, de edifícios, de utensílios, de arquivos e de paisagem.

Neste contexto inserimos como forma metodológica de chegar ao nosso objecto de trabalho a estratégia do laboratório – símbolo e imagem de profissionalização da Ciência e do cientista, como espaço de instrumentação científica e de manuseamento técnico. Para o nosso presente ensaio interessa-nos a sua utilização por personalidades ligadas ao mundo da Ciência, ou seja os fotógrafos, uma geração de membros de uma comunidade de saberes científicos no campo dos compartimentos do Positivismo, a física e química.¹⁹

Elegemos, assim, um conjunto de estratégias que são necessárias para fazer funcionar o laboratório de fotografia – estamos na fase da construção do percurso de investigação e da organização de materiais e de construção de hipóteses.

Fotografar implica uma componente teórica, de conhecimento científico, com uma componente de prática instrumental. A fotografia e o fotógrafo como «zoom» experimentais para uma investigação em História e Filosofia da Ciência em Portugal²⁰: problema do centro, e da periferia. Perfil e a acção do fotógrafo – redes de contacto, de formação e de informação, redes de difusão, implantação do laboratório de fotografia, apetrechamento técnico e científico do laboratório; fotógrafo em redes nacionais e internacionais – Europa e Estados Unidos – de forma a podermos ver neste terreno de investigação experimental um campo para uma utensilagem conceptual que hoje a história da ciência tem para trabalhar na área da cultura²¹.

¹⁹ CATROGA, 1998

²⁰ FITAS, 2000

²¹ Referimo-nos a conceitos que na historiografia anglo-saxónica são vitais para se poder estabelecer a ponte entre os historiadores e os cientistas que fazem a história da ciência, Deixamos o registo de expressões mais marcantes para o nosso trabalho - *popularisation of science; uses of science*; *public of science*; *collective scientific memory*; *local scientific heritage – documentation, machinery and instruments*; *science in regional historical context and the «public understanding of science»*.

2. A Fotografia, a Ciência e a prática científica. Comemorar em 1940

No contexto de comemorações de 1940²² a Academia das Ciências de Lisboa, sob o impulso de Augusto da Silva Carvalho²³ organiza um número temático²⁴ sobre as comemorações da fotografia em Portugal, ou seja, a comunidade científica pertencente à elite da Academia das Ciências realiza uma prática comemorativa a partir de um desempenho científico: a fotografia e o seu uso, dado que “[A] máquina fotográfica *vê* mais que os nossos olhos. A melhor prova deste critério é o facto bem conhecido de alguns dias antes que sejam visíveis as pústulas variolosas, a prova fotográfica revelar a sua existência. O mesmo demonstram com a maior evidência as demonstrações da fotografia para a descoberta dos carimbos de papel, que tentaram apagar, das escritas com tintas simpáticas, das falsificações da escrita e das notas de banco, e em tantos exames na prática da medicina Legal, em que o Instituto de Lisboa teve a iniciativa e soube aplicar e aperfeiçoar por forma digna de todo o elogio”.²⁵

Folheando este número temático das Memórias da Academia tomamos contacto com os outros discursos comemorativos da prática e do uso da fotografia em Portugal e na Europa. Um tomo temático, organizado por membros da comunidade científica em Portugal, de 1940, com visibilidade pública em diferentes níveis de discursos de ciência e de imagens de ciência, que permite congregiar uma galeria de contributos centrado no tema Fotografia, prática e uso científico em Portugal. Vejamos a listagem:

Mendes Correia – *Nota sobre a fotografia aplicada à Antropologia em Portugal*; Pedro José da Cunha – *Do provimento dos lugares vagos de Lentes de Química da Escola Politécnica em 1896*; ²⁶A. Celestino da Costa – *A microfotografia*; Henrique de Vilhena – *Notas sobre a fotografia na anatomia*; Egas Moniz – *A fotografia da circulação normal e patológica do cérebro*; Vítor Hugo de Lemos – *Notas para a história da fotografia aérea e da sua aplicação à cartografia*; Achilles Machado – *As aplicações da fotografia à química e à físico-química* e Friedrich Wohlwill – *Sobre a importância dos métodos fotográficos na anatomia patológica*.

Um rápido olhar por estes contributos colocam-nos na senda exclusiva de a fotografia ter sido um instrumento científico ao serviço de desenvolvimento e da legitimação documental de várias áreas do conhecimento, da Antropologia à Cartografia, passando pela Medicina exercitada pelo Prémio Nobel português – Egas Moniz. No epicentro de toda esta prática cultural de comemorar cientificamente a fotografia encontra-se o laboratório de química, o espaço de consagração científica de todo um processo que levou cem anos a construir!

²² NUNES, 2002a; 2004a;

²³ NUNES, 2005a

²⁴ *Memórias* – Classe Ciências, vol. III, 1940. Comemoração do centenário da fotografia. Subsídio para a história da introdução da Fotografia em Portugal.

²⁵ CARVALHO, 1940:36.

²⁶ (concursos existentes quando Pedro José da Cunha foi fazer os seus estudos para a Politécnica) – trio visado: António Augusto de Aguiar (química mineral), Agostinho Vicente Lourenço (Análise Química e Química Orgânica); José Júlio de Bettencourt Rodrigues – lente substituto das duas cadeiras. – o historial de substituições com impugnações....!

Este conjunto de repositórios informativos, e de timbre comemorativo, constitui um terreno fértil para retirar dados factuais que nos fornecem pistas para os itinerários culturais, científicos e técnicos da fotografia como prática científica e como uso instrumental para o saber aplicado em vários ramos da Ciência. É interessante perceber que este conjunto de estudos funcionou como uma gramática de referências de prática científica para o domínio da fotografia que António Sena²⁷ utiliza como uma memória da fotografia e do seu uso pela via da comunidade científica, médicos da Escola Médico Cirúrgica de Lisboa (área de frenologia) – Francisco Martins Pulido e João José Simas.

Mas, a primeira parte da história da fotografia de António Sena é caracterizada por fornecer informação sobre fotógrafos e membros da comunidade científica, ainda que não se estabeleçam relações causais de história de práticas científicas, ainda que normalmente, era nos “circuitos científicos ou artísticos, das Academias de Ciências ou Artes, que as apreciações e investigações circulavam. Muito raramente, nos primeiros dez anos de vida da fotografia, atingiu sequer os meios industriais”.²⁸

Mas se não atingiu os meios de circulação de massas, sendo uma área de cultura reservada aos cultores e utilizadores de uma cultura científica, a fotografia não deixou de ser um suporte fundamental de instituições científicas e de membros da comunidade científica portuguesa do século XIX. A partir do baú de memórias comemorativas de 1940 é possível estabelecer uma teia de referências de instituições e de personalidades científicas que se cruzaram ao longo da vida com o uso da fotografia. Deixemos o registo naturalista desse levantamento, através de um quadro de síntese elaborado a partir do cruzamento de referências das memórias comemorativas da história da fotografia, em 1940, em Portugal.

Quadro

referências relativas à utilização de fotografia na segunda metade do séc. XIX

Instituição	Membro Comunidade Científica
Gabinete Escola Médico-Cirúrgica Lisboa	Médico – João José dos Santos
Laboratório Química - Esc. Politécnica Lisboa	José Júlio Bettencourt Rodrigues
Direcção Geral Trabalhos Geodésicos	Filipe Folque
Direcção Geral Trabalhos Hidrográficos - Marinha	
Escola Médica Lisboa	Carlos May Figueira (curso microfotografia)
Instituto Industrial e Comercial de Lisboa	Francisco Fonseca Benevides
Escola Exército	Marquês Sá da Bandeira - curso de fotografia
Direcção Geral Trabalhos Geológicos Hidrográficos	Carlos Ribeiro; Nery Delgado
Observatório Meteorológico D. Luiz I	J. C Brito Capelo
Observatório Astronómico da Ajuda	César Augusto de Campos Rodrigues
Instituto Industrial do Porto	Oito fotógrafos frequentam cursos química/física
Secção Fotográfica Instituto Geográfico Cadastral	
Associação dos Arqueólogos	Estácio da Veiga
Sociedade de Geografia de Lisboa	Augusto Dias de Carvalho - expedição Angola
Universidade de Coimbra	Júlio Augusto Henriques

²⁷ SENA, 1998

²⁸ SENA, 1998:21

A partir deste quadro sumário, verificamos que as instituições científicas portuguesas partilhavam do entusiasmo e da utilidade do uso da fotografia, não como um processo lúdico e recreativo, mas como uma prática coadjuvante do seu quotidiano profissional e da construção de um progresso material de que o Estado necessitava, à imagem dos outros países europeus, à semelhança do que os representantes oficiais a Exposições e Congressos Internacionais tomavam contacto.²⁹ Percebemos, igualmente, uma profunda ligação técnico-científica com as instituições militares, reservatório de saberes de ponta aplicados à realidade material dos recursos naturais e humanos do país.³⁰

Assim, percebemos que a fotografia como prática científica é utilizada por elites culturais, amadores das novidades do progresso técnico, e por profissionais que praticam o manuseamento fotográfico, quer instrumental quer laboratorial, no quadro das suas atribuições de executar tarefas técnicas ou de investigação, ao ponto de encontrarmos na realidade portuguesa instituições científicas com secção de fotografia própria, com prestígio e prémios internacionais.

É neste contexto que enquadrámos os aspectos do ensino de física e química nos Institutos Industriais, nas instituições Politécnicas do Porto e de Lisboa aplicados à fotografia. E por se tratar de um campo de profissionalização da Ciência existiam os Congressos e Exposições regulares, uma rede de internacionalização que se manifestavam pela grande circulação de publicações periódicas especializadas, em várias línguas, desde o francês, inglês, espanhol, alemão... Uma prática científica com uso social, útil ao Progresso e avanço técnico científico do País – o cariz de utilidade e de aplicação. Aspectos fundamentais para a imagem pública da fotografia e do fotógrafo oitocentista. Afinal, a primeira nota de notoriedade e de prestígio foi dada pela batuta da Ciência e não pelos caminhos da Arte!

3. Fotografia e construção do Progresso

Consideramos de alguma utilidade neste ensaio exploratório sobre prática científica e cultural da fotografia deixar uma breve incursão pela *Secção Photographica* ou Artística da Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos. Vamos seguir o seu protagonista principal – o lente de química da Escola Politécnica de Lisboa, José Júlio Rodrigues³¹, que através das suas publicações nos permite entender como a fotografia foi uma actividade fulcral para um conjunto de instituições científicas que tinham como desempenho estratégico a construção dos alicerces do Estado-Nação: cartografia, metrologia, estatística.³²

Em 1876, o lente de química da Escola Politécnica de Lisboa fazia publicar o estudo intitulado *A secção photographica ou artistica da Direcção Geral dos Trabalhos Geodesicos no 1 de Dezembro de 1876. Breve noticia acompanhada de doze specimens*, editada sob a responsabilidade tipográfica da Academia Real das Ciências³³, instituição da qual era sócio.

²⁹ NUNES/ GUELHA, 2004 b

³⁰ 1ª EXPOSIÇÃO, 1937; ASSIS, 2005

³¹ Também conhecido como José Júlio Bettencourt Rodrigues, já diversas vezes referenciado neste texto.

³² BRANCO, 2003; NUNES/ GUELHA, 2004b

³³ José Júlio Rodrigues faz publica igualmente os agradecimentos específicos a Carlos Ribeiro, Filippe Nery da Encarnação Delgado, aos responsáveis pelos serviços tipográficos da Academia – Carlos Augusto Pinto Ferreira e José Maurício Vieira, assim como a Carlos Cyrilo da Silva Vieira, na qualidade de director técnico da tipografia da Academia.

Se pretendermos usar imagens metafóricas diremos que este opúsculo é uma verdadeira fotografia narrativa do uso institucional desta secção “fotográfica e artística”, quando o *artista* ainda era também o que necessitava de engenho e de saber para desempenhar funções atribuídas relacionadas com os processos fotográficos.³⁴

Notemos, em primeiro lugar, que esta publicação se insere na dinâmica da ocorrência regular de encontros científicos, dado que ela surge no contexto do Congresso Internacional das Ciências Geográficas, organizado pela Sociedade de Geografia de Paris, em 1875. Afinal, um pretexto científico para estabelecer uma memória cultural da secção fotográfica que se encontrava sediada na Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos.

Segundo José Júlio Rodrigues, estavam criadas as condições para publicitar a importância (artística e científica) realizada para a carta do território nacional, na escala de 1/1000.000 e que no Congresso de Paris obtivera uma carta de distinção, prestígio que revertia, afinal, para o Estado português. E se José Júlio Bettencourt era o rosto de uma equipa, a referência que era nacional e internacionalmente conhecia, por via do laboratório de química e por via da fotografia, não deixa de, nesta edição da Academia das Ciências de Lisboa, publicitar o quadro do pessoal existente em 1876 na Secção Fotográfica.³⁵

Temos, pois, uma equipa, um dirigente e um espaço próprio para desempenhar as várias etapas do trabalho fotográfico. A partir da fotografia científica, aplicada à Direcção Geral dos Trabalhos Geográficos, o responsável fotográfico desenvolve uma imagem de retórica e legitimidade científica (nacional e, sobretudo, internacional...) que esta Secção estatal pretendia demonstrar face à opinião pública e aos diferentes poderes públicos, como, por exemplo, as autoridades académicas da Escola Politécnica de Lisboa³⁶.

A portaria de 15 de Novembro de 1872 foi o ponto de início de uma história caracterizada por um itinerário de funcionalidade legislativa, de acordo com o esforço de sistematização e de narrativa que o Autor apresenta. Em ofício de 15 de Janeiro de 1872, Folque³⁷ elogia os novos procedimentos fotográficos como sendo altamente vantajosos sobre o antigo sistema de gravura, à época usado na cartografia existente. Mas, já em 5 de Abril de 1872 volta Filipe Folque a reiterar a sua confiança nos novos processos de reprodução de cartas, confiando tal tarefa à direcção exclusiva de José Júlio Rodrigues. A 13 agosto 1872 propôs ao governo de S. Majestade a criação de uma oficina, permitindo que a Secção fotográfica fosse criada por portaria de 15 de Novembro de 1872 como uma realidade institucional em Portugal.

Um facto que já era aceite e reconhecido por países cultores do século do progresso e de esclarecida actividade – França, Bélgica, Holanda, Áustria, Alemanha, Itália; espaços em que

³⁴ LABORATORIO DE QUIMICA, 1996

³⁵ Faziam parte da secção fotográfica catorze portugueses; um suíço; um brasileiro. Regista-se a existência de várias categorias técnicas até chegar à de fotógrafo: fiel, escriturário, ajudante, litógrafo estampador, gravador químico, aprendiz de estampador, desenhador, servente, evidenciando um grau hierarquizado na construção do saber prático da fotografia. Como cooperantes do «fotógrafo chefe» – José Júlio Rodrigues – encontravam-se os «fotógrafos operadores» – José Baptista Gomes Fotógrafo e Joaquim Theodoro Coelho

³⁶ É óbvio que podemos ter esta leitura a partir do contributo de Pedro José da Cunha, em 1940, no número comemorativo do centenário da fotografia ao apresentar aspectos de um conflito académico em 1896 (cfr. nota 8 deste texto).

esta ideia não era vista como «sui-generis» capaz de gerar conflitos e discussões, mas antes produto do reflexo do progresso da Ciência e da Técnica ao serviço da modernização do Estado. Ideia que próprio Autor fez questão de expressar ao “expor o enorme benefício, que importa para os poderes do Estado a aplicação metódica e racional da fotografia ao desempenho de muitas e variados serviços, que lhes compete desenvolver e facilitar, parece-me fastidiosa repetição já sabida de todos, sem proveito por isso, como sem oportunidade”.³⁸

A Secção Fotográfica ficou, pois, incorporada com as oficinas de publicações do Instituto Geográfico e como anexo à 6ª secção deixava de existir, apenas permanecia no papel timbrado que a criava. “Está na lei, mas desapareceu de facto como entidade própria, para se incorporar na 6ª secção, de onde nunca realmente saiu, senão por conveniências de momento e necessidade de curta duração, de carácter essencialmente provisório [...] Raros são os estabelecimentos que, como este, no curto espaço de 4 anos, apesar de muitos meses perdidos com trabalhos de instalação, dotaram o seu país com processos novos, seus e alheios, importando e fazendo funcionar com prontidão e manifesta utilidade diversas maquinas e aparelhos, absolutamente desconhecidos entre nós e ainda hoje pouco vulgarizados no estrangeiro”.³⁹

Mas, importa reter que a Secção Fotográfica trouxe inúmeros outros benefícios inovadores ao Portugal da Regeneração relacionados com o uso da electricidade para iluminação, das canalizações de gaz, das medidas preventivas de incêndios, do correcto encaminhamento dos despejos de águas e líquidos inúteis e de resíduos fotográficos, da ventilação das oficinas.

Trata-se de uma lição por escrito, muito criteriosa sobre os métodos de preparar e fazer a fotografia e a sua impressão; este novo processo era usado para os processos de «fabricação» de mapas de onde dependia esta mesma Secção Fotográfica. Temos uma instituição científica especializada dentro de outra ou seja um caso de ciência em acção, de cientistas em acção concertada para benefício de um mundo civilizado.

Após a caracterização de procedimentos científicos, encontramos a imagem da retórica da legitimidade científica, da internacionalização e do reconhecimento da comunidade profissional da fotografia como ciência e como prática científica para o desenvolvimento material dos Estados, de um tipo de desenvolvimento que fosse sentido e percebido por todos os seus cidadãos nacionais. Mecanismo cultural expresso na referência exaustiva das citações e das referências a Catálogos de Exposições Fotográficas, a Boletins de Sociedades de Fotografia, ao uso da fotografia em Bibliotecas e Arquivos como forma de preservar e reproduzir a documentação.⁴⁰

Em 1879 o mesmo José Júlio Rodrigues consegue levar a cabo uma estratégia internacional de forma a promover a difusão do seu trabalho como fotógrafo ao serviço da ciência em Portugal. Referimo-nos à edição em Paris do livro *Procedés photographiques et méthodes diverses d'impressions aux encres grasses employés a la sections photographique et artistique de la direction générale des travaux géographiques du Portugal par ...*, chef de la section photographique, commandateur de l'ordre de Saint-Jacques de la Légion d'honneur, officier de l'instruction publique, membre de

³⁷ ASSIS, 2005

³⁸ RODRIGUES, 1876: 12

³⁹ RODRIGUES, 1876: 12-13

⁴⁰ RODRIGUES, 1876: 55-76

l'Académie des Sciences de Lisbonne. Obra que esteve a cargo dos labores editoriais de Gauthier-Villars, Imprimeur-Libraire.

Dedicado ao rei D. Luiz, pela alta protecção que tem concedido à «fotografia científica» e ao «serviço fotográfico do governo português», recupera a referência ao decreto real de 18 de Dezembro de 1869 que estabeleceu a Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos, Topográficos, Hidrográficos, Geográficos do Reino, colocando a fotografia geográfica no número dos serviços de grande mérito desta Direcção Geral em Portugal.⁴¹

José Júlio Rodrigues faz o historial da Secção Fotográfica, com dados numéricos, caracterizações técnicas (processos de litografia e de tipografia que mudam para a fotografia nas fases de impressão e de reprodução). Nesta memória, em francês, destaca uma vez mais o serviço empreendedor de Filipe Folque para explicar a importância dos procedimentos técnicos da fotografia para a cartografia e serviços geográficos do País.

Estamos, pois, perante uma memória científica, de cunho internacional que denota o carácter profissional e científico quer dos serviços geográficos, quer de José Júlio Rodrigues, quer da imagem que se pretendia dar de Portugal à Europa, e ao mundo ocidental da época: a Europa e os impérios coloniais em crescimento e sedimentação.⁴²

Secção fotográfica, Estado, Progresso, Ciência e José Júlio Bettencourt Rodrigues tornaram-se signos indissociáveis neste nosso percurso (ainda muito) em aberto. Este conjunto de reflexões inserem-se na lógica de um «working in progress» e destinam-se a serem alargados e discutidos.

Pretendemos chamar a atenção para as potencialidades de utilizar novas fontes para a história da cultura científica em Portugal. Na senda das fontes e das imagens da Ciência procuramos abrir novos campos para determinar geografias de espaços de ciência ou de cultura científica, quando estamos inseridos num país periférico da «grande ciência», quando temos a tradição da Europa do sul que se isola dos centros de cosmopolitismo dos saberes...⁴³

Pensamos que a fotografia como prática científica pode desbravar novos terrenos, pode abrir algumas janelas a fim de contrariar uma visão ensimesmada e triste que, por vezes, Portugal tem de si mesmo. Acreditamos que algumas personalidades oitocentistas ligadas à cultura científica não tinham sido (ainda) tocadas pelo paradigma do «medo de existir».⁴⁴ Acreditamos que ir em busca de espaços de práticas científicas em Portugal nos pode ajudar a compreender o largo século XIX, o grande laboratório de ideias, de práticas culturais, de sonhos visionários e de utopias que ficaram por realizar. Fica o terreno da investigação e do apetrechamento teórico em aberto, o pretexto da fotografia como prática científica e cultural de Portugal num tempo europeu, como um desafio para os próximos tempos académicos do Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência da Universidade de Évora. Lisboa / Évora, Setembro 2005.

⁴² LABORATORIO QUÍMICA, 1996

⁴³ DIAS, 1953

⁴⁴ Cfr. O ensaio de José Gil, *Portugal Hoje, o medo de existir*, editado em 2005 e com enorme sucesso editorial. Um tópico para reflectir (mos).

Referências Bibliográficas

- 1ª EXPOSIÇÃO NACIONAL DE FOTOGRAFIA MILITAR, 1937 – III Semana Militar Maio 1937. 2º salão de artistas militares e 1ª Iniciativa da Revista «Defesa Militar», Lisboa, Sociedade Nacional de Belas Artes.
- ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, 1940 – *Memórias: classe de Ciência*.
- ALMEIDA, Cármen 2000 – José P. B. Passaporte e António Passaporte (Loty), dois fotógrafos de Évora, Ed. C. M. Évora.
- ALMEIDA, Cármen, 2005 – *Objectos Melancólicos*. Évora, Lisboa, Ed. Caleidoscópio.
- ANDRADE, Luís Oliveira, 2001 – *História e Memória. A Restauração de 1640: do liberalismo às comemorações centenárias de 1940*, Coimbra, Ed. Minerva.
- ARTE PHOTOGRAPHICA, 188-4-1885 – Revista Mensal dos progressos da photographia e artes correlativas, Porto, Photographia Moderna Editora.
- ASSIS, José Luís, 2005 – *Ciência e Técnica na Revista Militar 1849-1910*, Lisboa, Ed. Caleidoscópio.
- AYER, 1996 – 24: *Imagem e História*, Madrid, Ed. Marcial Pons.
- BRAGA, Teófilo, 1892-1912 – *Historia da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública portuguesa*, 4 tomos, Lisboa, Typographia da Academia das Sciencias.
- BRANCO, Rui Miguel, 2003 – *O Mapa de Portugal. Estado, território e poder no Portugal de oitocentos*, Lisboa, Livros Horizonte.
- BRIEN, Éric (Dir.), 1996, *Histoire et mémoire de l'Académie des Sciences. Guide de recherches*, Paris, Londres, Nova York.
- BURKE, Peter, 2002 – *Visto y no visto. El uso de la imagen como documento histórico*, Barcelona, Ed. Crítica.
- CARVALHO, Augusto da Silva, 1940 – *Comemoração do Centenário da Fotografia. Subsídios para a história da introdução da fotografia em Portugal*, Sep. Memórias da Academia das Ciências de Lisboa – classe Ciências, tomo III, PP.
- CARVALHO, Rómulo de, 1976 – *História da Fotografia* (3ª edição), Coimbra, Atlântida Editora.
- CARVALHO, Rómulo de, 1996 – *História do Ensino em Portugal desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano* (2.ª edição), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- CARVALHO, Rómulo de, 1997 – *Colectânea de Estudos Históricos – 1953-1994. Cultura e actividades científicas em Portugal*, Évora, Universidade de Évora.
- CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO – PORTUGAL 1900, 2000 – Lisboa, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian.
- CATALOGO ESPECIAL DE ARTIGOS PARA PHOTOGRAPHIA, 1910 – «A Cidade e os Campos», n.º 29, Março, Armazéns Grandella.
- CATROGA, Fernando, 1998 – *Cientismo e historicismo*, “Seminário sobre o Positivismo”, Évora, Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência, pp. 11-57.
- CHANET, Jean-François, 2000 - *La Fabrique des Heros. Pédagogie Républicaine et culte des grands hommes, de Sedan à Vichy*, “Vingtième Siècle. Revue d'histoire”, n.º 65, janv.-mars, pp.13-33.
- COMMEMORATIVE PRACTICES IN SCIENCE, 1999 - *Historical Perspectives on the Politics of Collective Memory, Osiris*, Edited by Pnina G. Abir-Am and Clark A. Elliot, vol. 14.
- COOTER, Roger; PUMFREY, Stephen, 1994 – *Separate spheres and public places: reflections on the history of science popularization and science in popular culture*, in “History of Science”, vol. 32, n.º 97, pp. 237-267.
- DIAS, José Sebastião da Silva, 1952 – *Portugal e a Cultura Europeia (séculos XVI a XVIII)*, Sep. «Biblos», Coimbra.
- DIRECÇÃO GERAL TRABALHOS GEOGRAPHICOS PORTUGUEZES, 1875 – *Secção de Photographia. Primeira Exposição Nacional ianugurada no dia 15 de Abril de 1875. Photographia applicada aos trabalhos geographicos. Processos de impressão photographica com tintas gordas*, Lisboa, Typ Academia Real das Sciencias.

- ESCOLA (A) POLITÉCNICA DE LISBOA, 1937 – *Primeiro centenário de fundação da escola politécnica de Lisboa*, Lisboa, Tipografia da Faculdade de Ciências de Lisboa.
- FACULDADE DE CIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA, 1987 – *Passado/presente. Perspectivas Futuras, 150.º aniversário da Escola Politécnica/75.º Aniversário da Faculdade de Ciências*, coordenação de Fernando Bragança Gil et al., Lisboa, Ed. Museu de Ciência.
- FITAS, Augusto; RODRIGUES, Marcial; NUNES, M. Fátima, 2000 – *A filosofia da ciência no Portugal do século XIX*, “História do Pensamento Filosófico Português” (direção Pedro Calafate), vol. V, tomo II, Lisboa, Ed. Caminho, pp. 421-582.
- GONÇALVES, Maria Eduarda, 2000 – *Cultura científica e participação pública*, Lisboa, Celta.
- GOODMAN, Dena, 1992 – *Public sphere and private life: toward a synthesis of current historiographical approaches to the old regime*, “History and Theory. Studies in the Philosophy of History”, vol. 31, nº1, pp. 1-20.
- HALBWACHS, Maurice, 1968 – *La Mémoire Collective*, Paris, P.U.F.
- JOÃO, Maria Isabel, 2002 – *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*, Lisboa, F.C.T./F.C.G.
- LABORATORIO (o) DE QUIMICA, 1996 – *Mineral da Escola Politécnica de Lisboa (1884-1894)*, Ed. Ana Luisa JANEIRA/ M^a. Elisa MAIA/ Pilar PEREIRA, Lisboa, Ed. Centro Interdisciplinar de Ciência Tecnologia e sociedade da Universidade de Lisboa
- LALIEU, Olivier, 2001 – *L'invention du «devoir de memoire»*, “Vingtième Siècle. Revue d'histoire”, n.º 69, janv.-mars, pp. 61-82.
- LÉONARD, YVES, 1999 – *Le Portugal et ses «sentinelles de pierre». L'Exposition du Monde Portugais en 1940*, “Vingtième Siècle. Revue d'histoire”, n.º 62, avril-juin, pp. 27-37.
- MATOS, Sérgio, 1998 – *Historiografia e memória nacional (1846-1898)*, Lisboa, Ed. Colibri.
- MEMÓRIAS DE PROFESSORES CIENTISTAS, 2001 – *Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa 1911-2001*, coordenação científica Ana Simões, Lisboa, Ed. Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.
- MENDES, H. Gabriel, 1982 – *As origens da Comissão de Cartografia e a ação determinante de José Júlio Rodrigues, Luciano Cordeiro e Francisco António de Brito Limpo: a história política das explorações africanas de Hermenegildo Capelo, Roberto Ivens e Serpa Pinto*, Lisboa, Ed. Junta de Investigação Científica e Ultramarina.
- MONTI, Nicolas/VICENTE, António Pedro, 1991 – *Cunha Moraes. Viagens em Angola, 1877-1897*, Coimbra, Casa Museu Bissaya Barreto.
- MORAES, Cunha, 1885-1888 – *Africa Occidental, Album Photographico*, Lisboa, Ed. Corazzi.
- NORA, Pierre (dir.), 1984-1993 – *Les Lieux de la Mémoire*, 7 vols. Paris, Ed. Gallimard.
- NUNES, M.^a Fátima, 1998 – *História da Ciência em Portugal – a institucionalização editorial da memória científica. Notas de uma investigação*, “Seminário sobre o Positivismo”, Évora, Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência, pp. 311-335
- NUNES, M.^a Fátima (1999), *Leituras de História da Ciência no Jornal de Ciências Mathematicas, Fisicas e Naturais (1917-1923). Subsídios para a arqueologia da cultura científica em Portugal*, “Revista de História das Ideias, vol. 20– O livro e a Leitura”, pp.353-368.
- NUNES, M.^a Fátima, 2001a – *Imprensa Periódica Científica (1772-1852). Leituras de «sciencia agricola» em Portugal*, Lisboa, Estar-Editora.
- NUNES, M.^a Fátima, 2001b – Lição de síntese na Agregação Universidade de Évora, Setembro 2002, sob o título *História da História da Ciência em Portugal: 1872-1953. Da construção cultural de uma memória à identidade da comunidade científica em Portugal.*, Évora, Universidade de Évora.
- NUNES, M.^a Fátima, 2002a – *O VIII Congresso do Mundo Português – «História da Actividade científica Portuguesa»*. *Para uma arqueologia do discurso da comunidade científica portuguesa na primeira metade do século XX*, “Ciência em Portugal na primeira metade do século XX. Encontro de Évora sobre História e Filosofia da Ciência”, Évora, Ed. Universidade de Évora; pp. 307-348.

- NUNES, M.^a Fátima, 2002b – *Opinião Pública, Ciência e Tecnologia. Portugal XVIII-XX*, “Cultura”, 15, Lisboa, Centro de História da Cultura; pp. 211-223.
- NUNES, M.^a Fátima, 2003a – *A fotografia como abordagem à cultura contemporânea – da inovação científica às novas fontes históricas*, “Didáticas e Metodologias da Educação. Percursos e Desafios”, Dep. Pedagogia e Educação da Universidade de Évora.
- NUNES, M.^a Fátima, 2003b – *A Imprensa especializada na 2ª metade do século XIX em Portugal*, “Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos”, Faculdade de Letras do Porto, vol. 3, pp. 799-804.
- NUNES, M.^a Fátima, 2004a – *The History of Science in Portugal (1930-1940). The sphere of action of a scientific community*, “@Journal of Portuguese History”, vol. 2.2 -www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ Winter 2004
- NUNES, M.^a Fátima /GUELHA, Vera, 2004b – *A ideia científica de Europa. Metrologia, memória e ciência em Évora*, Lisboa, Ed. Caleidoscópio.
- NUNES, M.^a Fátima, 2005a – *Augusto da Silva Carvalho. História da ciência e práticas culturais no século XX*, “Transformações Estruturais no Campo Cultural Português”, (orgs. António Pedro Pita e Luís Trindade), Coimbra, Ceis20; pp. 51-78.
- NUNES, M.^a Fátima/ CUNHA, Norberto, 2005b – *Imagens da Ciência em Portugal: séculos XVIII-XX. Estudos Históricos*, Lisboa, Caleidoscópio.
- ON TIME: HISTORY, SCIENCE AND COMMEMORATION, 2000 – *The British Journal for the History of Science*. A special issue, Guest Editor: William Ashworth, Jon Agar and Jeff Hughes.
- PEREIRA, M.^a Fátima de Sá Guerra Marques, 2001 – *Casa fotográfica Moraes*, tese de Mestrado História Contemporânea, Universidade do Porto.
- PESSOA, Alberto, 1914 – *A fotografia métrica na prática judiciária. I – fotografia nos locais*, Coimbra, França e Arménio livreiros editores.
- PHILOSOPHICAL IMAGINATION AND CULTURAL MEMORY (1993), Ed. Patricia Cook, London / Durham, Duke University Press.
- PIMENTEL, J. Cortez, 1996 – *A documentação pela imagem em medicina. História da sua utilização em Lisboa*, Lisboa, Universitária editora.
- PITA, João Rui Pita/ PEREIRA, Ana Leonor, 2002 – *A Europa científica e a farmácia portuguesa na época contemporânea*, “Estudos do Século XX”, n.º 2 – Coimbra, Ed. Quarteto/Ceis20; pp. 231-265.
- POMIAN, Krzysztof, 1998 – *De l'histoire, partie de la mémoire, à la mémoire, objet d'histoire*, « Revue de Métaphysique et de Morale », janv.-mars, n.º 1, pp. 63-110.
- RIBEIRO, José Silvestre Ribeiro, 1871-1893 – *História dos Estabelecimentos Científicos, Litterarios e Artísticos de Portugal*, 18 vols., Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias.
- RODRIGUES, José Júlio, 1876 – *A secção photographica ou artistica da Direcção Geral dos Trabalhos Geodesicos no 1 de Dezembro de 1876. Breve noticia acompanhada de doze specimens por ...*, Lisboa, Typographica Academia Real das Sciencias.
- RODRIGUES, José Júlio, 1879 – *Procédés photographiques et méthodes diverses d'impressions aux encres grasses employés a la sections photographique et artistique de la direction générale des travaux géographiques du Portugal par ...*, chef de la section photographique, commandadeur d l'ordre de Saaint-Jacques de la Légion d'honneur, officier de l'instruction publique, membre de l'Académie des Sciences de Lisbonne, Paris, Gauthier-Villars, Imprimeur-Libraire
- RODRIGUES, José Júlio, 1879 – *Procédés photographiques et méthodes diverses d'impressions aux encres grasses, employés à la section photographique et artistique de la direction générale des travaux géographiques du Portugal*, Paris, Imprimerie de Gauthier-Villars.
- RODRIGUES, José Júlio, 1885 – *Exposição ao Conselho da Escola Polytechnica sobre o ensino e mais serviços da 6ª cadeira acompanhada de varias propostas tendentes a melhorarem e a reformarem o ensino da chimica mineral por ...* Lente substituto da mesma Escola, Lisboa, Typographia Universal.
- RODRIGUES, José Júlio, 1892 – *Simple apontamentos de alguns trabalhos e serviços de ... durante 28 annos de vida publica em Portugal*, Lisboa, Typ. Academia [das Sciencias de Lisboa].

- RODRIGUES, José Júlio, 1893 – *La section photographique et artistique de la Direction Générale des travaux géographiques*, Lisbonne: Imp. de l'Académie Royal des Sciences.
- RODRIGUES, José Júlio, 1893 – *Projecto summario de regulamento dos trabalhos e serviços do Laboratorio de Chimica Mineral da Escola Polytechnica de Lisboa*, Lisboa, Imp. Nacional.
- RODRIGUES, José Júlio, 1885 – *Publicações de [...]* (até março de 1885), s/l, s/d
- RODRIGUES, José Júlio, 1893 – *Exposição ao conselho da Escola Politécnica*, Lisboa, Typ. de Thomaz Quintino Antunes.
- RODRIGUES, José Júlio, 1893 – *Comissão Central Permanente de Geographia: conferência de 3 de Novembro de 1877* / Lisboa: s.n..
- SANCHEZ RON, José Manuel, 1999 – *Cinzel, martillo y piedra. Historia de la ciencia en España (siglos XIX y XX)*, Madrid, Ed. Taurus.
- SENA, António, 1998 – *História da Imagem Fotográfica em Portugal – 1839-1997*, Porto, Porto Editora.
- SONTAG, Susan, 1986 – *Ensaio sobre a Fotografia*, Lisboa, Ed. D. Quixote.
- TENGARRINHA, José, 1997 – *La historiografía portuguesa en los últimos veinte años*, in “Ayer – la historia en el 96”, ed. Celso Almuiña, Madrid, Ed. Marcial Pons.
- TORGAL, L. Reis; MENDES, J. Amado; CATROGA, Fernando, 1996 – *História da História em Portugal, sécs. XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores. Universidade de Évora; 25 vol. I, 3 pp. 258.
- VICENTE, António Pedro Vicente, 1984 – *Carlos Relvas, fotógrafo. contribuição para a história da Fotografia em Portugal no século XIX*, Lisboa, IN/CM.

Gaspar Martins Pereira**

O Vinho do Porto: entre o artesanato e a agroindústria*

R E S U M O

O sistema produtivo do vinho do Porto, comportando a complexidade de uma produção agrícola sujeita a várias fases de transformação e com forte vocação mercantil, assume características específicas determinadas pelas condições naturais do seu território de origem, pelas relações desse território com os mercados e pela história que lhe está associada. A evolução técnica é, neste caso, marcada por uma forte articulação entre elementos de tradição e de modernidade, permitindo destacar uma linha de continuidade secular, com capacidade para absorver quer lentos processos evolutivos quer rupturas e inovações revolucionárias, em especial nas épocas de crise, como aconteceu na segunda metade do século XIX com as transformações impostas pelas doenças da videira.

1. O sistema produtivo do vinho do Porto revela a complexidade que caracteriza qualquer produção agrícola sujeita a várias fases de transformação e com forte vocação mercantil e comporta, simultaneamente, especificidades relacionadas com as características do território de origem, das relações desse território com os mercados e da história que lhe está associada.

A complexidade do sector vitivinícola decorre, desde logo, da multiplicidade de factores que influenciam a produção e os mercados. Dos factores naturais (o relevo, o solo, o clima, as variações anuais, etc.) aos factores humanos e histórico-culturais (a formação, as tradições e inovações técnicas, a adaptação de determinadas castas, os modelos de regulação das actividades económicas, a evolução dos gostos, etc.). Por outro lado, o sector vitivinícola é socialmente complexo, agregando uma pluralidade de agentes, com interesses, representações e práticas diferenciadas, mais ou menos resistentes ou permeáveis às inovações, desde o pequeno viticultor, que trata da vinha e vende as uvas, até às grandes empresas exportadoras.

O sector vitivinícola foi sempre um dos sectores agroindustriais mais marcados pela evolução científica e tecnológica, mas também pela tradição, adquirindo esta, por vezes, um carácter de

* Comunicação apresentada ao Congresso da Associação de Professores de História, realizado no Porto, em 17-18 de Outubro de 2003.

** Professor do Departamento de História da FLUP. Investigador do GEHVID. Coordenador do projecto de investigação «O Douro Contemporâneo: Sociedade, Economia e Instituições», financiado pelo Programa Operacional Ciência, Tecnologia e Inovação (POCTI), da Fundação Ciência e Tecnologia, participado pelo fundo comunitário europeu FEDER.

distinção e prestígio. Nos tempos recentes, tem-se assistido a um forte investimento em projectos científicos ligados ao vinho, na biotecnologia, na análise química, na enologia, etc., a par da introdução de maquinaria cada vez mais sofisticada para grande parte das operações de cultivo da vinha (desde a armação dos terrenos à plantação e às operações de tratamento e granjeio), bem como dos sistemas de vinificação (lagares robotizados, cubas de vinificação automatizadas, controlo de temperaturas, etc.).

Sendo um dos produtos agroindustriais que mais precocemente, desde a Antiguidade, foram objecto de comércio a longa distância, o vinho tornou-se também um dos produtos mais marcados pela concorrência nos mercados internacionais e por políticas de regulamentação da sua produção, transporte e comercialização. Nos nossos dias, o comércio vinícola é dos mais globalizados, envolvendo interesses de grandes empresas transnacionais, com estratégias de gestão e *marketing* assentes na rapidez e controlo da informação sobre os mercados, campanhas publicitárias agressivas, redes de distribuição internacional, etc.

2. O vinho do Porto, um dos vinhos clássicos mais famosos do mundo, participa destas características comuns a todos os outros vinhos de prestígio. Mas, mais do que qualquer outro, é marcado por uma estreita articulação entre elementos de tradição e de modernidade. Além disso, fortes condicionantes naturais e históricos marcam a especificidade do sistema produtivo do vinho do Porto.

Em primeiro lugar, o vinho do Porto é o resultado de condições geo-climáticas excepcionais, propícias à cultura da vinha na região de origem, situada no vale do Douro, entre Barqueiros e a fronteira — o clima de feição mediterrânica, a exposição das encostas íngremes, os solos cascalhentos de xisto. Mas é ainda mais o resultado do trabalho humano que aproveitou esses factores naturais, criando e aperfeiçoando, ao longo de séculos, técnicas específicas de cultivo da vinha e de vinificação, sujeitando-se a condições de vida penosas e repulsivas. As condições naturais do território determinaram sempre fraquíssimos índices de produtividade, colheitas muito irregulares em quantidade e qualidade, ao mesmo tempo que um excessivo trabalho do homem para criar a vinha num ambiente inóspito, quer pelo rigor do clima e pelo carácter doentio do lugar, quer pela natureza acidentada e pedregosa dos solos.

Existem na Região Demarcada do Douro 33.080 viticultores, que cultivam 38.588 hectares de vinha¹. A maior parte deles tem menos de meio hectare de vinha, o que, face à fraca produtividade regional, os coloca em situação de pobreza. Trata-se, além disso, de um grupo social com elevados índices de envelhecimento e fraquíssimos índices de formação, escassa capacidade de investimento e de inovação². Este grupo, dominante em número na viticultura

¹ Dados de 1996. Cf. Instituto do Vinho do Porto, 2002: 29-30.

² Veja-se, entre outros estudos recentes: Centro de Estudos de Desenvolvimento Regional e Urbano, 2000; MARTINS, 1999.

duriense, vende as uvas aos exportadores, aos produtores-engarrafadores ou às cooperativas, mantendo técnicas tradicionais de cultivo da vinha, em muitos aspectos não muito diferentes das que utilizavam os seus antepassados em séculos anteriores.

No lado oposto, surgem-nos as grandes quintas, algumas com centenas de hectares, muitas delas pertencentes a grandes empresas exportadoras, que recorrem a mão-de-obra assalariada, da região ou de fora dela (hoje, em certos casos, ucranianos e outros imigrantes de Leste; outrora, galegos), que reconverteram os vinhedos com formas de armação mecanizáveis (substituindo os velhos socalcos com muros de xisto por patamares e vinhas ao alto), que investiram em maquinaria e em processos de vinificação mais modernos. Além de controlarem os circuitos comerciais, têm vindo a aumentar o seu peso na produção.

3. Em segundo lugar, o sistema do vinho do Porto foi muito marcado pelas condições históricas. Desde há séculos, a integração dos vinhos do Douro nos circuitos comerciais, primeiro para o mercado portuense, depois também para a exportação, em especial para Inglaterra, fez com que se desenvolvesse na região duriense uma cultura de vinhos finos, destinados ao comércio. Mas essa vocação mercantil dos vinhos finos do Douro e as condições naturais do território contribuíram para uma crescente separação de interesses sectoriais entre o comércio (sediado no Porto e em Gaia) e a produção. Os conflitos entre esses interesses determinaram a intervenção precoce do Estado central (ainda em meados do século XVIII) para regular esses interesses e, simultaneamente, controlar um sector-chave da economia nacional. Tal lógica de intervenção assentou sempre na dicotomia produção-comércio e perdurou, através do modelo corporativo, praticamente até aos nossos dias, dificultando ainda hoje a implementação de um sistema de regulação de carácter interprofissional, como existe na maior parte das grandes regiões vitícolas europeias³.

4. Conhece-se mal a história antiga dos vinhos finos do Douro. Mas, do que se sabe, os vinhos do Porto actuais pouco têm a ver com a maior parte dos vinhos finos do Douro anteriores a meados do século XIX. No entanto, existe uma linha de continuidade secular, marcada ora por lentos processos evolutivos ora por rupturas e inovações revolucionárias, em especial nas épocas de crise.

Já em inícios do século XVI, de acordo com a descrição de Rui Fernandes, os melhores vinhos do Douro se caracterizavam por serem «aromáticos» e terem grande capacidade de envelhecimento, reforçando a sua excelência com a idade⁴. Tais vinhos eram produzidos por

³ A recente reforma institucional do sector dos vinhos do Porto e Douro (Dec.-Lei 277/2003 e 278/2003, ambos de 6 de Novembro de 2003) determinou a fusão da Comissão Interprofissional da Região Demarcada do Douro no Instituto dos Vinhos do Douro e Porto (absorvendo as funções da CIRDD e do anterior Instituto do Vinho do Porto e alargando-as à regulação dos vinhos de mesa do Douro). Se o Conselho Interprofissional passou a assumir um papel-chave na nova estrutura de regulação do sector, mantém-se uma forte tutela estatal.

⁴ Cf. FERNANDES, 2001: 37.

uvas bem maduras obtidas por vindimas tardias e sujeitas a processos de pisa prolongada (talvez derive daqui a expressão «vinho de pé» utilizada no século XVI; e, num documento do século XIV, citado por Águedo de Oliveira, encontra-se a expressão «vinho de três vezes o pé posto»⁵). Esse «processo antigo» de vinificação, defendido ainda no século XIX por autores como Forrester⁶ e praticado então por muitos produtores, pressupunha a fermentação completa do mosto e, portanto, a obtenção de vinhos secos.

Em contrapartida, a tecnologia de produção de vinhos doces, com características próximas dos vinhos do Porto actuais, ter-se-á desenvolvido, a partir de finais do século XVII - inícios do século XVIII, com a adição de quantidades crescentes de aguardente vínica ao mosto para travar a fermentação e, desse modo, conservar a doçura natural das uvas⁷.

O aperfeiçoamento contínuo dessa tecnologia de vinificação dos vinhos generosos do Douro constituiu um processo longo e foi muito influenciado pela vocação comercial desses vinhos. O mercado inglês que, entre finais do século XVII e meados do século XX, absorveu a maior parte dos vinhos do Porto, marcou profundamente a evolução do gosto, cor e corpo das categorias produzidas e das respectivas práticas de vinificação, bem como as diversas designações (*tawnies*, *rubies* e *vintages*). Já no século XVIII, os exportadores britânicos sediados no Porto eram acusados de promoverem a elaboração de vinhos retintos, aguardentados, doces e aromáticos. Segundo um documento de 1754, os ingleses só compravam aos lavradores do Douro vinhos que fossem «um fogo potável nos espíritos, uma pólvora incendiada no queimar, uma tinta de escrever na cor, m Brasil na doçura, uma Índia no aromático...»⁸. Certo é que a evolução dos processos de vinificação dos vinhos generosos do Douro acabou por se orientar para este tipo de vinhos doces, mantendo, paralelamente, muitos aspectos da tradição.

Desde finais do século XVIII, a emergência de uma cultura enológica inovadora, promovida pelos círculos iluministas, em especial os associados aos memorialistas da Academia Real das Ciências de Lisboa, contou com a participação activa de académicos originários do Douro, alguns deles viticultores, que, longe de entrarem em ruptura com as práticas vitícolas tradicionais, as racionalizaram e aproveitaram como modelo⁹.

⁵ Trata-se de um prazo de uma quinta na Sermenha (Sedielos, Régua), feito por Pero Pires de Távora, em 1323, determinando, além do foro de uma quarta de vinho, o tributo da «lagarádiga de vinho, como é uso e costume, e da vinha que fizerdes o quarto de vinho que aí sair de três vezes o pé posto sem escândalo e fazerdes vinha em aquele lugar onde foi a vinha velha, e dardes ameiado do vinho que Deus aí der de três vezes o pé posto». Cit. por OLIVEIRA, 1941: 69.

⁶ FORRESTER, 1844: 15.

⁷ Cf. PEREIRA, 1991: 94-97.

⁸ *Resposta dos Comissários Veteranos às Novas Instruções da Feitoria*, 1754; ver também *Novas Instruções da Feitoria Inglesa, a respeito dos Vinhos do Douro*, 1754. Ambos os documentos estão transcritos, na íntegra, em TENREIRO, 1944: 76-82

⁹ Basta compulsar os vários tomos das *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, em que as Memórias relacionadas com a viticultura destacam claramente a região do Douro, sendo, de resto, da autoria de durienses ou de académicos que tinham relações de parentesco ou profissionais com a região, como Constantino Botelho de Lacerda Lobo e Francisco Pereira Rebelo da Fonseca. Ou, ainda, as *Memórias de Agricultura premiadas pela*

5. Na segunda metade do século XIX, o aparecimento das doenças da videira (em especial, o oídio em 1852, a filoxera em 1863 e o míldio em 1893) e a introdução e difusão de meios de combate a essas doenças provocaram profundas transformações nas técnicas vitivinícolas. A filoxera obrigou à introdução de porta-enxertos americanos e a novas formas de armação dos terrenos, com a disposição regular dos bardos e a construção de socalcos mais largos, que tiveram quer um impacto decisivo na paisagem quer implicações importantes na cultura da videira. O Douro vinhateiro conheceu, na segunda metade do século XIX, uma verdadeira revolução técnica. Novas formas de tratar os solos, novas formas de plantação, novas operações de tratamento¹⁰...

Verificaram-se também, ao longo do século XIX, mudanças decisivas no processo de vinificação. Mas, neste caso, é a própria cronologia que necessita de ser afinada. Há um fundo de verdade na explicação de Forrester, segundo a qual a difusão do novo processo de vinificação estaria relacionada com a excepcional qualidade da colheita de 1820, «em que todos os vinhos foram naturalmente (e fora do costume) cheios, doces e saborosos»¹¹. Os viticultores, estimulados pela grande procura de vinhos semelhantes aos de 1820, teriam sido levados a imitarem, nas colheitas seguintes, por processos artificiais, esses vinhos. De facto, a evolução para vinhos mais doces, através da prática da adição de aguardente durante a fermentação do mosto, parece ter-se expandido por essa altura. Mas a importância da novidade de 1820 como causa imediata do «novo processo de vinificação» foi exagerada por Forrester. A polémica entre «vinhos secos» e «vinhos doces», que ressurge na primeira metade do século XIX, é bem mais antiga, remontando pelo menos a meados do século anterior, aos tempos da ideação da Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro¹². Por outro lado, a produção de «vinhos finos» secos, com pouca ou nenhuma adição de aguardente, correspondentes ao «processo antigo», com um prolongado trabalho de lagar (cerca de 72 horas, os tais «de três dias o pé posto» do século XIV, e, certamente, os «vinhos de pé» de que falava Rui Fernandes, no século XVI), continuará, ao longo do século XIX, a ser cuidadosamente recomendado por alguns grandes proprietários para os seus melhores vinhos (é o caso, por exemplo, dos da Quinta do Vesúvio, de D. Antónia Adelaide Ferreira, em relação aos quais ela recomendava, repetidas vezes, que fossem produzidos com especial cuidado, mas sem aguardente)¹³. O «novo processo de vinificação» e os vinhos doces acabarão por se impor, na segunda metade de Oitocentos. Mas penso que não devemos perder de vista que, como na história de outros grandes vinhos, o aperfeiçoamento das técnicas de vinificação foi, no caso do vinho do Porto, um processo longo e não linear¹⁴.

Academia Real das Ciências de Lisboa, nomeadamente o tomo II, que integra memórias de Francisco Pereira Rebelo da Fonseca e Vicente Coelho Seabra e Silva Teles. Um pouco mais tardio, mas não menos importante, é o *Tratado* de António Lobo de Barbosa Ferreira Teixeira Girão, futuro visconde de Vilarinho de S. Romão.

¹⁰ Cf. PEREIRA, 1998^a: 225-237.

¹¹ FORRESTER, 1844: 6.

¹² Cf. PEREIRA, 1991: 94-100.

¹³ Na vindima de 1854, por exemplo, D. Antónia, então em Vigo, dava ordens para se fazerem vinhos «puros» na vindima da Quinta do Vesúvio: «Não lancem aguardente aos vinhos na incuba [...] este benefício só deve fazer-se depois de bem fermentados os vinhos, excepto se razões que as práticas achem fortes obriguem o contrário porque contra a experiência não há argumento». Arquivo Histórico A. A. Ferreira — *Correspondência*, Copiador particular, 1848-1854. Correspondência de D. Antónia Adelaide Ferreira, em Vigo, para Joaquim Monteiro Maia (23.09.1854).

¹⁴ Cf. PEREIRA, 1999: 13-69.

6. Nos últimos vinte e cinco anos, o sector do vinho do Porto atravessou mudanças significativas no domínio das práticas vitivinícolas, na estrutura do comércio e na organização institucional. As empresas exportadoras reforçaram o seu papel na produção, ao mesmo tempo que alguns produtores se lançaram na comercialização directa dos seus vinhos, recuperando uma tradição perdida há mais de meio século. Em 1986, acabava legalmente o exclusivo do Entrepasto de Gaia, criado em 1926, que obrigava ao armazenamento nessa área de todos os vinhos destinados à exportação, legalizando-se, simultaneamente, a figura do produtor-engarrafador. Do lado dos exportadores, o Noval passou os seus armazéns para o Douro, após o incêndio que, no início dos anos oitenta, destruiu grande parte dos seus armazéns de Gaia. Mais recentemente, a Rozès. As opiniões dividem-se quanto a este regresso às origens. O clima quente e seco e o envelhecimento rápido dos vinhos que ele provoca, dizem, não se adequa às novidades mais finas e às categorias superiores, em especial os «Vintage», que ganham um gosto e aroma especiais, entre o «torrado» e as «especiarias», com uma elevada acidez volátil. Mas este «Douro bake», na gíria dos enófilos anglo-saxónicos, «tão sensacional como incomum»¹⁵, tem também os seus adeptos e pode contar com uma previsível evolução técnica na arquitectura e no equipamento das novas adegas do Douro.

Neste regresso às origens, entrevê-se uma nova atitude cultural valorizadora da terra, do património e da produção vitícola, que conflui no espírito do lugar (o «terroir» francês), garante da tipicidade dos grandes vinhos. Não deixa de ser curioso, aliás, que, nos últimos anos, este movimento seja significativamente participado por empresas francesas, aliadas a prestigiados nomes nacionais (a Quinta do Noval ou a Ramos Pinto) ou à recuperação de diversas quintas (Quinta do Convento de S. Pedro das Águias, Quinta do Tedo, etc.).

As dicotomias tradicionais do sector do vinho do Porto e os antagonismos que lhes estavam associados, entre a produção e o comércio ou entre o Douro e Porto/Gaia, só agora começam, verdadeiramente, a perder terreno, reforçando-se a lógica da complementaridade e da integração.

Por outro lado, os processos tradicionais de vinificação articulam-se, cada vez mais, com novas técnicas e saberes enológicos, permitindo aproveitar, da melhor forma possível, todas as qualidades de uma colheita. Mas, na vitivinicultura duriense, a modernização científica e tecnológica, longe de expulsar a tradição, continua a apoiar-se nela para elaborar os vinhos mais requintados. Desde o lagar à garrafa. Não é, por isso, de estranhar que os melhores mostos do Douro continuem a ser pisados a pé e, por vezes num lagar ao lado, a mesma operação seja realizada por moderníssimos *robots* mecânicos informatizados. Ou que, nos mais avançados centros de vinificação, cubas de fermentação dotadas de sofisticados sistemas de controlo emparelhem com velhos tonéis de madeira de carvalho ou de castanho para envelhecimento dos melhores vinhos, cada vez mais entendidos como produtos de arte.

¹⁵ HOWKINS, 1982: 48.

Referências bibliográficas:

- Centro de Estudos de Desenvolvimento Regional e Urbano, 2000 — *Potencialidades do Douro Sul*, s. 1.
- FERNANDES, Rui, 2001 — *Descrição do terreno ao redor de Lamego duas léguas [1531-1532]*, 2ª ed, Lamego, Associação Beira Douro (Edição crítica de Amândio Morais Barros).
- FONSECA, Francisco Pereira Rebelo da, 1791 — *Descrição económica do Território que vulgarmente se chama Alto Douro*, in “Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa”, Tomo III, Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, p. 36-72.
- FONSECA, Francisco Pereira Rebelo da, 1791 — *Memória sobre o assunto proposto pela Academia Real das Ciências para o ano de 1790. Qual é o método mais conveniente, e cautelas necessárias para o cultivo das vinhas em Portugal; para a vindima; extracção e fermentação do mosto; conservação, e bondade do vinho, e para a melhor reputação, e vantagem deste importante ramo do nosso comércio?* in “Memórias de Agricultura premiadas pela Academia Real das Ciências de Lisboa”, Tomo II, Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, p. 1-273.
- FONSECA, Francisco Pereira Rebelo da, 1791 — *Memória sobre o estado da Agricultura, e Comércio do Alto Douro*, in “Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa”, Tomo III, Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, p. 73-153.
- FORRESTER, J. James, 1844 — *Uma ou duas palavras sobre Vinho do Porto dirigidas ao Público Britânico em geral, e com especialidade aos particulares; mostrando como e por que é adulterado, e apontando alguns meios de se conhecerem as adulterações por um residente em Portugal há onze annos*, Porto, Tip. Comercial.
- GIRÃO, António Lobo de Barbosa Ferreira Teixeira, 1822 — *Tratado teórico e prático da agricultura das vinhas, da extracção do mosto, bondade, e conservação dos vinhos, e da destilação das aguardentes*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- HOWKINS, Ben, 1982 — *Rich, Rare and Red*, Londres, The International Wine and Food Society.
- Instituto do Vinho do Porto, 2002 — *Year Boook 2002*, Porto, Instituto do Vinho do Porto.
- LOBO, Constantino Botelho de Lacerda, 1791 — *Memória sobre a cultura das vinhas de Portugal*, in “Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa”, Tomo III, Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, p. 16-134 e 198-284.
- MARTINS, Luís Paulo Saldanha, 1999 — *Em torno de uma ruralidade em regressão e sobre um processo de concentração urbana — a população do Norte interior*. “Douro — Estudos & Documentos”, Porto, GEHVID, nº 7, p. 27-59.
- Novas Instruções da Feitoria Inglesa, a respeito dos Vinhos do Douro*, 1754.
- OLIVEIRA, Águedo de, 1941 — *Estudo das Condições Económicas do Vinho do Porto nos Tempos Clássicos*, Lisboa, Portugalgia.
- PEREIRA, Gaspar Martins, 1998a — *A evolução das técnicas vitivinícolas no Douro oitocentista*, in “Os Vinhos Licorosos e a História”, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, p. 225-237.
- PEREIRA, Gaspar Martins, 1991 — *O Douro e o Vinho do Porto, de Pombal a João Franco*, Porto, Afrontamento.
- PEREIRA, Gaspar Martins, 1998b — *Um vinhedo milenar, um vinho universal*, in “Enciclopédia dos Vinhos do Porto e Douro”, Lisboa, Chaves Ferreira Ed., p. 36-77.
- PEREIRA, Gaspar Martins, 1999 — *Origem e evolução de um grande vinho*, in “Porto Vintage”, dir. Gaspar Martins Pereira e João Nicolau de Almeida, Porto, Campo das Letras.
- Resposta dos Comissários Veteranos às Novas Instruções da Feitoria*, 1754.
- TELES, Vicente Coelho Seabra e Silva, 1791 — *Memória sobre a cultura das videiras e manufactura dos vinhos*, in “Memórias de Agricultura premiadas pela Academia Real das Ciências de Lisboa”, Tomo II, Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, p. 275-411.
- TENREIRO, A. Guerra, 1944 — *Douro, Esboços para a sua História Económica. Conclusões*, Porto, Instituto do Vinho do Porto.

Jorge Fernandes Alves

A Difusão da Técnica Actuarial e as Primeiras Companhias de Seguros no Porto (século XIX)¹

R E S U M O

Este texto tem como objectivo problematizar a emergência das companhias de seguros no Porto, no período liberal, no contexto do desenvolvimento das técnicas actuariais e as suas generalizações nos ramos marítimos, de fogo e de vida. Depois de uma visão geral das práticas das seguradoras no Porto, abordamos alguns aspectos das companhias de Segurança, Garantia e Previdente.

Ao desenvolvimento das técnicas actuariais que sustentam a prática dos seguros foram indispensáveis os cálculos de probabilidades de Pascal e de Fermat, nos meados do século XVII, bem como as tábuas de mortalidade, desenvolvidas por Edmond Halley, que, em 1693, verificou as regularidades estatísticas da população de Breslau e daí partiu para um cálculo de anuidades destinado a um seguro de vida. Definidos estes princípios, os seguros vão prosperar, multiplicando-se as iniciativas durante o século XVIII, na diversificação dos ramos, uma vez que antes a sua prática estava geralmente restrita ao mundo do comércio marítimo. Os prémios de seguro ganham então uma base científica e as iniciativas nesse âmbito apresentam uma maior eficiência. Não admira, assim, que os negociantes do Porto reiviniquem, logo nas suas primeiras representações às Cortes Liberais, o direito de constituírem seguradoras para nelas garantirem os objectos indispensáveis aos seus interesses económicos.

Importa, pois, referenciá essa reivindicação pública e formal relativa aos seguros por parte dos negociantes portuenses ao novo poder liberal saído da revolução de 1820, para apreendermos o contexto histórico da emergência das seguradoras no Porto, nos inícios do século XIX. Ela surge no âmbito dos róis de queixas relativas à liberdade de comércio que se queria implantar, por solicitação das Cortes Constituintes a uma comissão de negociantes, a qual publicou depois um opúsculo com as representações elaboradas, intitulado – *Resultado dos Trabalhos da Comissão do Commercio da Praça do Porto, creada por ordem das Cortes Constituintes de 28 d'Agosto de 1821, acerca dos estorvos que dificultão o mesmo Commercio e de diversos objectos sobre que foi consultada*. Nessas representações afirma-se o seguinte, no que se refere aos seguros:

¹ Uma versão mais reduzida desta comunicação foi apresentada ao seminário “O Porto e a Actividade Seguradora”, Fundação Engº António de Almeida, Porto, 17 de Novembro de 1998, por ocasião do lançamento da história do Prof. Romero de Magalhães sobre *a Tranquilidade*.

O Exclusivo do Contracto de Seguro a favor da Praça de Lisboa causa graves danos ao nosso Commercio.

Somos obrigados a mandar fazer os Seguros dos nossos cabedaes a Lisboa - ao Brasil - ou às Nações Estrangeiras.

É isto um estorvo; porque nos ficão mais caros em razão das commissões, portes de cartas, sellos, etc. etc.: he um estorvo; porque corremos o risco de chegar o aviso depois da noticia da perda; e he um grande estorvo; porque perdemos este importante ramo de Commercio com que aliás se enriquecem as outras Praças.

Tambem em certo modo he vergonhoso que o Contracto do Seguro seja já permitido no Rio de Janeiro, Baía e Pernambuco, e que a segunda Praça do Reino não goze ainda desta liberdade.

Requer por tanto a Comissão a V. M.:

“Que seja permittido celebrar-se na cidade do Porto o Contracto de Seguro”.

Este pedido dos comerciantes do Porto não surgia isolado, era apenas um elemento de uma constelação de problemas que afligiam a praça comercial, sendo que, à cabeça, os negociantes colocavam a inexistência de *regulamentos* e de *representação*. Urgia, assim, produzir um dispositivo regulador da actividade comercial em geral, nem mais nem menos do que um *código de comércio*, que fixasse direitos e obrigações nos contratos comerciais, nomeadamente do seguro marítimo, bem como instalar um *Consulado* ou *Câmara de Comércio* que, entre outras funções, se incumbisse da mediação entre os interesses comerciais e as diversas autoridades.

Assim, apesar de uma longa tradição marítima (já com bolsa comercial nos tempos medievais), bem como da prática local de contratos próximos da natureza dos seguros no domínio da navegação - os chamados “contratos de risco”, ou ainda da tentativa de criação de seguradoras anteriormente (1784), a verdade é que a praça do Porto chegou tardiamente à organização empresarial de um serviço de seguros. Tal como aconteceu, de resto, no domínio bancário. Factos a que não foi alheia a tradição do centralismo e protecção estatais, particularmente incisivos desde o pombalismo, que ajudaram a estruturar um quadro económico rígido, marcado por arbitrariedades e oportunidades desiguais, através do uso do “privilégio real”. As vicissitudes da transferência da Corte para o Rio de Janeiro em 1807 explicam que algumas praças brasileiras tenham tido acesso mais cedo do que o Porto a esses dois instrumentos financeiros decisivos para a economia de mercado - a banca e os seguros, o que constituía uma mágoa para os negociantes do Porto.

Sabe-se que só com o segundo liberalismo, instalado definitivamente em 1834 com a vitória do Exército Libertador de D. Pedro sobre os miguelistas, se encontraram condições para satisfazer finalmente os anseios do grande comércio portuense, numa movimentação a que está indelevelmente ligado o nome de Ferreira Borges, nome desde a primeira hora conotado com o movimento que conduziu à revolução de 1820, bem como aos seus desenvolvimentos posteriores. Com efeito, este jurista do Porto desenvolveu durante o exílio o seu projecto de código comercial, que lhe fora encomendado pelas Cortes de 1821, e que assim pôde ser decretado em clima de plena guerra civil, ficando conhecido como o Código Comercial de 1833. Para além disso, foi ainda Ferreira Borges que, já como Supremo Magistrado do Comércio, a quem cabia “regularizar e uniformizar a polícia de todas as praças comerciais do Reino” (art. 1011, nº 2 do Código

Comercial), promoveu a instalação do Tribunal Comercial, bem como da Associação Comercial do Porto, nos finais de 1834, dando assim à cidade um dispositivo de representação, através do qual os comerciantes faziam sentir a sua voz. E que voz, nesses tempos de afirmação dos meios de negócio portuenses!

Foi, portanto, num contexto de euforia de abertura de mercado e de organização associativa, que, nas primeiras reuniões da Associação Comercial, os comerciantes portuenses resolveram dotar-se de mais três dispositivos fundamentais para dinamizar e modernizar a praça — um banco, uma tipografia, uma seguradora, para os quais mobilizaram capitais, sob a forma de acções, e pessoas para os dirigirem. Surgiu, assim, a companhia Seguranga, em 1835, que durante vários anos foi a seguradora por excelência da praça portuense, enfrentando embora a concorrência de agentes ingleses e de companhias lisboetas.

Por esta altura, a problemática dos seguros já tinha ultrapassado a sua fase crítica, ao nível da mentalidade dominante, em que preconceitos teológicos exerciam uma acção inibitória, quando não proibitiva. As “luzes” do século XVIII trouxeram consigo a convicção da laicidade da catástrofe, rompendo com as explicações exógenas assentes na providência divina que funcionaram durante séculos. Por exemplo, um desastre como o terramoto de Lisboa de 1755, no qual terão perecido largas dezenas de milhares de pessoas, não se explicava só pela ira de Deus ou mesmo pelos humores da natureza, mas tinha a ver com diversos problemas, como, por exemplo, com as formas de construção em altura das habitações e dos materiais utilizados e com a concentração populacional ali verificada: tornou-se, por isso, num objecto de discussão, de que não se alhearam vultos como Rousseau e Voltaire. Depois, os grandes incêndios urbanos e os desastres emergentes com a industrialização (derrocadas mineiras, a intensidade dos acidentes de trabalho nas fábricas, mais tarde os descarrilamentos de comboios) trazem novas percepções do risco, em que novos medos se substituem aos medos tradicionais. Apreendem-se os níveis de contingência e o grau de participação humana na criação destes riscos, gerando-se uma cultura favorável à endogeneização dos acidentes e consequente responsabilização. E estabelecem-se graus de probabilidade de risco através da estatística e da técnica actuarial.

Mas só então, na conjuntura apontada da segunda vitória liberal, se verificam condições para a emergência de referências comerciais como Seguranga, Garantia, Confiança, Equidade, palavras que funcionarão como chaves de uma mentalidade consciente da exposição a riscos e da conveniência de os prevenir, através da acção reparadora dos seguros. Popularizava-se, então o efeito, algo mágico, em que pequenas contribuições pagas por muitos asseguram, em situações de desastre, indemnizações previstas e adequadas, garantidas por operações simples de engenharia financeira que assentam na lei das probabilidades e do grande número. É certo que o seguro é sempre um encargo, mas a sua justificação assenta no facto de que pequenos custos evitam perdas que se podem tornar catastróficas ao nível individual ou colectivo.

Tentaremos um esboço do que foi a dinâmica da actividade seguradora no Porto oitocentista até esse marco legislativo na história portuguesa dos seguros que foi a lei de 1907 (“Bases para o exercício da indústria de seguros”), conhecida como “Lei João Franco”, seleccionando algumas linhas de força do que foi a acção empresarial neste domínio. Assim, focaremos brevemente o quadro legal, a questão do mercado e alguns exemplos de respostas empresariais, tendo em conta os seguros então ditos “de risco” e de vida.

1. As condições institucionais

A promulgação do Código Comercial em 18.9.1833, ainda durante a guerra civil, foi a grande medida clarificadora do quadro da acção seguradora, estabelecendo novos e mais amplos parâmetros de acção. Para além do estabelecimento de uma minuciosa trama jurídica sobre as condições de validade dos contratos, especialmente no domínio do comércio marítimo, definiam-se os objectos susceptíveis de seguro:

- os riscos de mar;
- os riscos de transportes por terra ou água;
- os riscos de incêndio;
- os riscos de colheitas por intempérie de estações;
- os riscos de cativeiro;
- a duração da vida de um ou mais indivíduos.

Como empresas, as seguradoras seguiam a fórmula de “companhia”, isto é, uma associação de accionistas sem firma social, com mandatários temporários, revogáveis, em que a responsabilidade do accionista não vai além do valor das suas acções, e nessa medida a companhia só podia ser estabelecida com uma autorização especial do governo, através da aprovação dos respectivos estatutos.

Nova organização e regulamento das sociedades anónimas, com repercussão sobre os seguros, surgiu com a lei de 22 de Junho de 1867, que facilitava a criação de empresas com esta fórmula societária. As sociedades anónimas em geral passam a constituir-se por simples vontade dos seus associados, sem dependência de prévia autorização administrativa e da respectiva aprovação de estatutos, passando estes a serem apenas objecto de escritura pública. No que se refere ao capital, exige-se apenas uma realização de 5% do capital social, depositado em banco nacional, mas exige-se, como novidade, uma formação de um fundo de reserva de 10% sobre o capital social, a criar gradualmente por uma percentagem retirada sobre os lucros.

Mais tarde, o reformador Veiga Beirão considerava que, no código de 1833, a “matéria de seguros — tirante a parte respectiva aos marítimos — achava-se, por assim, dizer, ligeiramente esboçada”. Por isso, o novo Código Comercial de 1888, cujo articulado foi da sua responsabilidade, procurava dar novo enquadramento à actividade seguradora, atendendo ao “prodigioso desenvolvimento” que os seguros tinham entretanto experimentado. Como o recente Código Civil tinha introduzido alguma confusão, pois estabelecia uma distinção entre contratos de seguro comerciais e não comerciais, o Código de Veiga Beirão começava por definir como comerciais todos os seguros, com excepção dos mútuos, pois “se é certo que no contrato de seguro, o segurado não se propõe ganhar, mas só não perder, não é menos certo que o segurador correndo um risco eventual, se propõe um certo ganho”², distinguindo assim os seguros dos actos de socorro mútuo. Para além das disposições gerais, há pela primeira vez uma meticulosa

² *Relatório* in “Código Comercial”, 1888: XVII.

regulamentação para a validação dos contratos, procurando incorporar as lições da jurisprudência ocasionada pelos múltiplos conflitos judiciais entre seguradores e segurados ao longo do período precedente. A realização de capital das sociedades sobe para 10%, a depositar na Caixa Geral de Depósitos, numa tímida procura de moralização face às muitas críticas que viam nas companhias, “anónimas e de responsabilidade limitada”, a causa de muitos males, particularmente na ocasião das crises económicas. Estabelecem-se normas para os seguros contra fogo, de colheitas, de transportes por terra, canais e rios, e de seguros de vida, para além dum quadro específico para os seguros marítimos. Como dizia a comissão parlamentar, faltava prever apenas os seguros contra acidentes, nascidos em 1847 na Inglaterra para os desastres ferroviários e depois alargados aos acidentes fabris em vários países (em Portugal, a cobertura para este tipo de riscos só surge em 1912).

Normas mínimas, como era típico de uma administração liberal, num quadro de grande liberdade de acção que se pautava essencialmente pelas leis da concorrência, com as companhias nacionais a marcarem-se de perto, acompanhando-se nos procedimentos e objectos de acção. Daí que a inovação, como é o caso da generalização dos seguros de vida, se faça por acção de agentes estrangeiros. Só com a legislação de 1907, os seguros entram numa fase de maior controlo administrativo: elevam-se os depósitos mínimos, o governo aprova de novo os estatutos, estabelecem-se máximos de despesas sobre a receita dos prémios, uniformizam-se tarifas, cria-se um Conselho de Seguros para avaliar e fiscalizar as bases técnicas das companhias e até formas de organização interna.

2. O mercado

A primeira seguradora do Porto já começou a operar numa situação de plena abertura de mercado. Se, num impulso inicial de unidade, a companhia Segurança pode ter tido alguma procura especial de maior afectividade, porque era uma iniciativa local e os seus principais clientes eram os seus próprios accionistas, a verdade é que o mercado ditava já as suas leis, estando presentes agentes de seguradoras estrangeiras que apresentariam serviços concorrenciais. Depois os primeiros conflitos com indemnizações, as rivalidades entre grupos locais, as expectativas de lucro na criação de novas seguradoras, a extensão de mais empresas estrangeiras ao Porto, tudo isso multiplicou os operadores e criou situações de verdadeira concorrência, em alguns casos desleal, a crer nos protestos que se podem ler em jornais e relatórios, obrigando as companhias a responderem em consonância, e com muitas delas a ficarem pelo caminho, falindo ou encerrando as portas umas, incorporando-se em empresas maiores outras.

Se quisermos identificar os protagonistas deste quadro, um conjunto rápido de indicadores pode ser obtido pela consulta dos almanaques. É certo que os primeiros almanaques do período liberal nos revelam, por exemplo para 1838, apenas uma disputa comercial restrita, em que a Bonança (de Lisboa) e a Segurança competem com dois corretores ligados a seguradoras inglesas. Mas já para meados do século, se recorrermos à informação dos mais sistematizados *Almanaques do Porto* para diversos anos, se vislumbra uma gradual explosão de seguradoras, com relevo para importantes firmas estrangeiras que aqui dispunham de agentes.

Quadro I

Evolução da presença de seguros na Praça do Porto, segundo o Almanaque do Porto

1852	1855	1862	1875	1883	1906
Bonança (Lx)	Bonança (Lx)	Bonança (Lx)	Bonança (Lx)	Bonança (Lx)	Bonança (Lx)
Segurança (P)	Segurança (P)	Segurança (P)	Segurança (P)	Segurança (P)	Segurança (P)
Douro (P)	Douro (P)	Douro (P)	Douro (P)	Douro (P)	Douro (P)
Fidelidade (Lx)	Fidelidade (Lx)	Fidelidade (Lx)	Fidelidade (Lx)	Fidelidade (Lx)	Fidelidade (Lx)
Lloyd's (Ld)	Lloyd's (Ld)	Lloyd's (Ld)	Lloyd's (Ld)	Norwich (Ld)	Garantia (P)
Norwich (Ld)	Norwich (Ld)	Norwich (Ld)	Norwich (Ld)	Garantia (P)	La Union e El
(V) Reino Unido	(V) Reino Unido	Equidade (P)	Equidade (P)	Arrais do Douro (Régua)	Fenix Hespanhol (V+F) Liverpool and London
	Equidade (P)	Garantia (P)	Garantia (P)	La Union e El	Indemnizadora
	Garantia (P)	Provinciana (Moncorvo)	Provinciana (Moncorvo)	Fenix Hespanhol (V+F) Liverpool and London	Confiança
	Provinciana (Moncorvo)	(V) Tutelar (Md)	União (Md)	British and Foreign marine	Portuense
	(V) Tutelar (Md)	Lloyd Hespanh. União (Mdr.)	Arrais do Douro (Régua)	Tranquilidade	Phoenix (Ld)
		V. O Porvir das Famílias (Md)	Catalana	Indemnizadora	Previdência (Lx)
		Montepio	Fenix Hespanhol (V+F) Liverpool and London	Sun Fire Office	Probidade (Lx)
		Universal (Md)	British and Foreign marine	Royal (Ld)	Açoriana (PD)
		Nacional (Md)	(V+F) Northern	Royal (Ld)	Commercial Union (Ld)
			Tranquilidade	(V) Banco União	Equidade (Lx)
			Portuense	(V) A Previdente	V. Equitativa (Brasil)
			Indemnizadora	Atlântica	(V) Garantia da Amazónia
			Net Norrske Llo	Confiança	Internacional (Lx)
			Sun Fire Office	Portuense	L'Urbaine
			London and	Lealdade (Lx)	Mercúrio (RJ)
			Oriental Steam	Le Lion	Mutual Life
			Transit..	Lloyd Andaluz (Cadiz)	A Portuense
			Baloise (Suiça)	Londres &	Portugal (Lx)
			Royal (Ld)	Lancashire	Reformadora (P)
			(V) Banco União	Phoenix (Ld)	Ultramarina (Lx)
			(V) A Previdente	Previdência (Lx)	Universal
				Probidade (Lx)	Urbana Portug.
				The Equitable	Tagus
					Soc. Portug. de Seguros
					Comercial (P)

Abreviaturas: V = Vida; V+F = Vida e Fogo; P = Porto; Lx = Lisboa; Ld = Londres; Md = Madrid; RJ = Rio de Janeiro; PD = Ponta Delgada.

Como se pode observar (Quadro I), em 1852, o mercado ainda só comportava 4 seguradoras nacionais e três inglesas, essencialmente viradas para os riscos marítimos (com a inevitável *Lloyd's*) e de fogo. Mas uma delas – a *Reino Unido*, com sede em Londres, estava já especialmente vocacionada para seguros de vida, e há referências de que a *Norwich* também fazia contratos nesse ramo que durante muito tempo em Portugal foi quase exclusivamente operado por companhias estrangeiras. À *Segurança*, no Porto, viera entretanto juntar-se a *Douro*, que surgira em 1846 vocacionada para os rabelos do Douro, e que, na medida do possível, alargava a sua acção aos barcos que também saíam da Foz rumo ao Oceano (renovou-se por completo em 1874, com elevação de capital e assumindo os diversos tipos de risco, passando a designar-se de *Nova Douro*).

Em 1855, as seguradoras do Porto são já quatro, pois em 1853 tinham surgido a *Equidade* e a *Garantia*, nascidas do interior da *Segurança*, que terá funcionado como uma verdadeira escola, pois constituía o modelo daquelas, feitas à sua imagem e semelhança. A esta poderíamos

acrescentar a curiosa *Segurança Provinciana*, com sede em Moncorvo e agências no Porto. É ainda de destacar novo operador no ramo Vida - *A Tutelar*, de Espanha.

Em 1862 o que sobressai é a autêntica invasão espanhola, particularmente nos seguros de vida e anuidades, embora a passagem pelo Porto fosse para a maioria das companhias relativamente efémera, pois já não as encontramos na década seguinte. Investindo os capitais relativos às anuidades em títulos espanhóis, estas companhias vão ter sérios problemas de liquidez, algumas vão à falência e, no geral, ficam desacreditadas. Entretanto, durante a década de 60, surgem algumas soluções portuguesas para os seguros de vida: o Banco União cria, em 1863, uma secção própria para este serviço, ao mesmo tempo que o Banco Aliança criava *A Providente, Sociedade de Seguros Mútuos sobre a Vida*, de que falaremos mais adiante. No geral, tratou-se de uma dinâmica tímida, que se ajustou, com o decorrer do tempo, à contratualização de seguros de vida para efeitos de empréstimos bancários.

Na década de 70, os seguros de vida, tal como os marítimos e os de fogo, são de novo oferecidos por seguradoras inglesas, que chegam em quantidade ao Porto, através dos seus agentes. Os seguros de vida são um mercado apetecido: além dos tradicionais ingleses e espanhóis, surgem, no virar do século, seguradores brasileiros (*Garantia da Amazônia*, a falar ao coração dos ex-emigrantes), norte-americanos (*Equitativa*) e franceses (*L'Urbaine*). Entretanto, uma pletera de seguradoras portuguesas faz a sua entrada em campo, fazendo adivinhar a proliferação de empresas inseguras e instáveis que surgirão nas duas décadas seguintes.

É claro que o mercado do Porto urbano não era apenas o espaço de mobilização das seguradoras portuenses. Se as seguradoras de fora podiam entrar, as portuenses podiam sair: desde logo na criação de agências a nível nacional e nas Ilhas atlânticas, e eventualmente as mais afoitas para o estrangeiro. A cobertura do País por parte das diversas companhias é muito diversificada, algumas delas procurando as cidades da província, outras especializando-se em pequenos nichos de mercado (por exemplo, a *Confiança Portuense* ficou célebre no Alentejo pelo seguro agrícola). De qualquer modo, havia um mecanismo que levava a uma distribuição de mercado: as companhias tinham tectos relativamente a capitais para segurar, em que, conforme as circunstâncias, cada contrato não deveria exceder 5 ou 10% ora do fundo permanente, ora do capital social; daí que ou só aceitassem segurar parcialmente valores elevados ou assumiam o contrato e praticavam o *resseguro*, colocando o excedente em companhias com as quais se relacionavam. Este era um expediente de cooperação que, pelo seu lado, gerou relações que conduziam a participações cruzadas na tomada de acções ou mesmo a fusões entre as companhias. E que, no imediato, levava a coberturas geograficamente vastas. Eis uma apólice como exemplo de alcance geográfico e de distribuição de cobertura, a de Manuel Constantino de Sousa Ennes, em Angra do Heroísmo, que tinha o seu estabelecimento coberto da seguinte forma, na totalidade dos 40 contos insulanos para as fazendas e de oito contos para o prémio:

1. Fazendas:

Fidelidade — 12 contos
Douro — 12 contos
Indemnizadora — 8 contos
Tagus — 8 contos

2. Prédio

Tagus — 4 contos
Portugal — 4 contos

E uma grande unidade comercial, como era o caso dos Armazéns Grandela, em Lisboa, tinha, em 1917, um seguro de 1100 contos coberto por dezanove seguradoras nacionais ou cá estabelecidas e por quatro seguradoras em Londres.

No que se refere à colocação no estrangeiro, merece relevo a Garantia que tinha uma agência na Baía (não podemos esquecer as fortes ligações de alguns membros da sua administração ao Brasil, vários dos seus maiores accionistas e directores eram ex-emigrantes no Brasil, caso do célebre Pinheiro Alves, conhecido pelos seus conflitos conjugais com Ana Plácido e Camilo). Daí retirava a Garantia óptimos resultados económicos, que só esmoreceram nos finais do século, por um conjunto de incêndios pouco esclarecidos e, sobretudo, pelas novas exigências financeiras por parte do Brasil, no que concerne a reservas, cujo objectivo parecia mesmo ser o de expulsar as pequenas seguradoras estrangeiras e deixar o mercado às suas próprias empresas, ao mesmo tempo que deixava intactas as grandes seguradoras inglesas que lhes podiam causar problemas (especulava-se mesmo sobre a influência destas na criação da legislação restritiva). A Garantia, por via da casa bancária Pinto Leite, vai ainda ter representação em Inglaterra, passando a fazer muitos dos seus investimentos nesse país para a constituição das reservas (só com a legislação nacionalista de 1929, promovida por Salazar, as companhias são obrigadas a fazer as aplicações financeiras em território nacional, surgindo então iniciativas como hotéis, teatros, edifícios de habitação, etc.).

Enfim, no fazer e desfazer das empresas seguradoras de oitocentos tudo se passa como no firmamento: escassas estrelas, com luz própria, das quais chegaram algumas até nós, e uma multidão de planetas ou cometas, marcadas pelo efémero. No caso do Porto, evidenciam-se a Segurança, que a partir de 1925 se transforma em Douro, por fusão com outras seguradoras do Porto (Nova Douro, Confiança e Indemnizadora), e a Garantia, empresas que só desapareceram em anos recentes, depois de terem atravessado desde 1975 um processo complexo de nacionalizações, privatizações e fusões, geralmente bem conhecido (constituição da Aliança Seguradora, em 1979, Aliança UAP, em 1995, depois fusão com a AXA). Tal como a Tranquilidade Portuense, que nascida em 1871, pouco depois da lei das sociedades anónimas de 1867, é raiz da Tranquilidade actual³.

³ MAGALHÃES, 1997.

3. Respostas empresariais

Vejam os sucintamente alguns percursos empresariais típicos das seguradoras, utilizando aqui a dicotomia inerente ao Código Comercial de 1888 para quem havia essencialmente dois tipos de seguros: os de cobertura de riscos e os de vida. Para a cobertura de riscos, os dois casos de maior sucesso do Porto para o século passado são claramente a Segurança e a Garantia⁴. Para o caso dos seguros de vida, as soluções de origem portuense e portuguesas são escassas, como já vimos, mas vale a pena fazer uma referência à sociedade A Previdente, administrada pelo Banco Aliança.

3.1. Na cobertura de riscos

3.1.1. A SEGURANÇA

Foi a sociedade anónima que emergiu logo na primeira assembleia geral (14.1.1835) da Associação Comercial do Porto, a partir de três propostas de associados, depois fundidas numa só. Organizada rapidamente, foi aprovada por portaria do ministério do Reino de 2 de Maio de 1835, para seguros marítimos, de fogo e de vidas.

Neste contexto, não admira que a lista dos primeiros accionistas se possa quase justapor à lista correspondente do Banco Comercial do Porto, criado na mesma altura de euforia comercial. Uma lista onde o capital está muito disperso, quase todo nas mãos de accionistas do Porto, embora se listem alguns accionistas de terras do Norte (Guimarães, Lixa, Fafe, Ponte de Lima), alguns de Coimbra, um de Vila Real de Santo António e cerca de duas dezenas de Lisboa. Era vulgar a prática de aquisição de acções e de outros títulos em nome de outrem entre os negociantes correspondentes para mobilização do dinheiro que tinham por conta, assim se explicando a participação de accionistas de longe em negócios do Porto, tal como surgem accionistas do Porto em empresas do Sul. Curiosamente, o maior accionista era mesmo de Lisboa, o conhecido Cristiano Lindenberg com 30 acções (também no Banco Comercial do Porto o maior accionista é Lindenberg & C^a). Trinta acções era o número máximo permitido a cada accionista, nos termos estatutários, face ao total de 1000 de acções que compunham o capital nominal de 1000 contos de réis. O capital a realizar inicialmente foi de apenas de 5%, o que reduz o capital em caixa a 50 contos, devendo a assembleia geral solicitar nova entrada proporcional a cada accionista quando o fundo em caixa baixasse mais de 1% do total. Embora os estatutos salvaguardassem os seguros de vida para quando a assembleia geral o decidisse, tal facto nunca veio a acontecer, pois a companhia dedicou-se exclusivamente, no século passado, a seguros marítimos e de fogo. Nos contratos a efectuar não podia, em cada um, ultrapassar o risco de 5% do fundo (capital previsto), à excepção dos seguros de fogo de vinhos onde se podia tomar um risco até 10%.

A Segurança apresentou sucessivas reformas de estatutos, aprovados por alvarás de 16.5.1855, 28.10.1864 e de 15.5.1867, que apontaram essencialmente para a criação gradual de um pequeno

⁴ Para uma abordagem mais completa destas e de outras seguradoras do Porto, cf. SOUSA e ALVES, 1995.

fundo de reserva a retirar dos lucros e suas formas de aplicação (além do fundo permanente de 5%, haveria um fundo de reserva na importância de 100 contos, aplicado em títulos). Outro aspecto na reforma de 1867 foi o de estabelecer novo máximo para os seguros marítimos, que baixaram de 5 para 3%, facto que se deve relacionar com a falta de qualidade de embarcações que segurava (quase tudo veleiros), em rápido declínio e por isso originando grandes prejuízos. Também o limite máximo de acções desce para 20: nenhum novo accionista por aquisição de acções pode assumir esse estatuto sem ser aprovado por uma comissão de nove membros composta por elementos da assembleia geral, da direcção e accionistas eleitos, precisando o novo accionista de seis votos favoráveis, e em caso de rejeição não pode ser de novo proposto antes de seis meses (esta situação applicava-se também aos accionistas que adquiriam novas acções). Deixou ainda de se poder votar por procuração. Um bloqueamento claro à mobilidade das acções, procurando evitar interferências por parte de seguradores concorrentes.

Os prémios de seguro de fogo sobre prédios eram de 1/6% anuais, podendo subir a 1/4% se contivessem géneros inflamáveis; os géneros, móveis e jóias pagavam 1/5%, a aguardente 1/4% e os géneros ou fazendas inflamáveis 3/8%.

A análise dos resultados da Seguranga ao longo dos anos nos ramos essenciais de *fogo* e *marítimo* diz-nos o seguinte: a receita dos seguros marítimos foi a grande alavanca da companhia até aos anos 70, embora entrecortada por alguns prejuízos elevados; a partir dessa data, a companhia passou a viver quase só do seguro de fogo, com o ramo marítimo a dar cada vez mais saldos negativos (não esqueçamos a reforma estatutária acima referida, que baixa de 5% para 3% o tecto para este tipo de coberturas: a decadência da frota veleira portuguesa é aqui a grande explicação).

A classificação das operações de contabilidade apresentada é fornecida pela própria companhia, que nisto seguia os manuais de então. Um deles dizia textualmente: “No ramo de comércio dos seguros, os valores materiais existem em numerário. Os lucros destas companhias são os prémios de seguro recebidos. Os prejuízos são os sinistros pagos”⁵. Esta concepção primária, então muito difundida, repercute-se directamente sobre a forma de gerir a companhia: se o saldo entre receitas e os prejuízos ocasionados pelos sinistros é o lucro, então este deve ser repartido anualmente pelos accionistas, como retribuição do capital. Dividendos elevados é o que daqui resulta, sem grandes preocupações em constituir fundos de reserva que venham fazer face a situações críticas, pois segundo a lei bastaria apelar à realização do capital pelos accionistas. Não admira, assim, que a Seguranga distribuía avultados dividendos: para um desembolso global de 50 contos de réis, os accionistas, na sua globalidade, receberam logo em 1836 uma verba de 40 contos de réis; em 1840, receberam mesmo 50 contos, um dividendo de 100%. Embora estas sejam situações que são gradualmente atenuadas, a verdade é que os dividendos distribuídos pelas várias companhias oscilam geralmente entre 40 a 60% do capital investido, o que explica a forte atracção pela compra de acções de seguradoras e uma certa repulsa pelas acções de fábricas cujos dividendos eram muito mais baixos, quando os havia.

⁵ *Companhias de Seguros- Dividendos* in “Seguros, Commercio e Estatística”, 1911: 221.

As verbas levadas a reserva pelas seguradoras eram sempre insignificantes até que a lei impusesse exigências de outro tipo, processo generalizado a outras companhias, bastando que algumas derivassem pequenas verbas para reserva para desde logo arrancarem em superioridade financeira face às suas congéneres (caso da Fidelidade, uma companhia de Lisboa, que normalmente padronizava o princípio de altos dividendos). Mas neste domínio tal só ocorrerá de forma eficaz com Salazar, em 1929. Para isso, foi também preciso alterar as assembleias gerais, eliminando na prática os pequenos accionistas isolados, e retirar da discussão as exigências tantas vezes inflamadas de elevadas retribuições do capital.

A crescente fragilidade destas e de outras companhias (Nova Douro, Confiança, Indemnizadora) explica o processo de fusão que ocorreu em 1925, num esforço para ultrapassar rivalidades e fortalecer a sua acção, rumo à sobrevivência.

3.1.2. A GARANTIA

A Garantia é uma companhia que nasce de uma cisão com a Segurança. Segurados e alguns funcionários dizem-se descontentes, com a situação de “quase monopólio”, acham que o mercado comporta outra companhia e propõe-se organizar uma, como forma de combater a situação de “monopólio” que denunciavam. Neste grupo secessionista haverá por sua vez nova cisão, daí resultando a Garantia e a Equidade, sendo que esta não veio a ter a projecção da primeira e pelos anos 70 já estava em liquidação.

Pode-se dizer que a Garantia era quase uma cópia da Segurança, pois os estatutos e as condições contratuais eram quase todas as mesmas, com normas claramente decalcadas, incluindo os prémios. As diferenças eram mínimas, o que não se estranha pelo facto de o seu organizador ter sido um alto quadro da Segurança - Joaquim de Oliveira e Castro. E mesmo a prática de distribuição elevada de dividendos será semelhante, aqui com mais algumas cautelas, pois retirava-se desde o início uma pequena percentagem dos lucros para reservas.

A 20 de Maio de 1853, os respectivos accionistas aprovavam os estatutos (aprovação régia a 23 de Junho). O grupo promotor era constituído por Francisco de Oliveira Chamiço, Manuel de Clamouse Brown, António Venceslau da Costa Dourado, Francisco de Paula Silva Pereira. E a lista de accionistas será ainda mais dispersa do que a da Segurança: à partida o máximo de acções foi de dez, estando presentes muitos “brasileiros”, alguns deles a residirem ainda na Baía, com uma pequena distribuição a subscritores de Lisboa, Caminha, Alvaiázere, Oliveira de Azeméis, Viana, Régua, Guimarães, Braga, Penafiel e ainda Manchester (os Pinto Leite). O máximo de acções previsto nos estatutos era de vinte. Capital realizado 6% do valor, em caixa 60 contos. Todos os anos se acrescentava a esse fundo 10% dos lucros a distribuir, para realizar o seu aumento e evitar que os accionistas ficassem sujeitos a inesperadas e novas entradas de capital. Este talvez o segredo para a sua afirmação, pois apesar de pequenas, as verbas acumuladas vieram permitir, no longo prazo, reservas comparativamente mais volumosas. O accionista podia-se fazer representar por procuração. Foi uma preocupação inicial estabelecer agências onde fosse aconselhável e procurar correspondentes: logo no primeiro ano de vida, apresentava agências ou correspondentes nas principais localidades do País, em Inglaterra (Londres, Liverpool e Manchester) e em Espanha. E já referenciamos atrás a importância da agência da Baía que tinha

seguros até Manaus, logo seguida de outras no Pará e Maranhão, tendo aí uma importante carteira tanto no ramo marítimo como no fogo. Já no século XX aprofundará esta sua ligação ao estrangeiro (Madrid, Paris), com ligações especiais à *Compagnie Suisse de Reassurances*, de Zurique, para além dos contratos de resseguros, o que lhe valeu, por altura das nacionalizações, em 1975, ser desanexada do lote das empresas nacionalizadas, dada a forte participação estrangeira no seu capital. Também foi uma das primeiras seguradoras a direccionar-se para as colónias africanas.

As condições de subscrição iniciais eram idênticas às da Segurança, apresentando já algumas lições do percurso desenvolvido por esta: 3% em risco marítimo, 3% contra fogo, os vinhos vão até 10%. Praticava os seguros marítimos, terrestres, contra fogos, de vidas e contratos de anuidades (estes último para quando a assembleia deliberasse). Também no que respeita à política de dividendos parece existir uma clara emulação com a Segurança, dada a proximidade do valor relativo. Importa sublinhar que na realidade havia dois mercados que as seguradoras tinham de saber conjugar: o mercado dos segurados e o mercado dos accionistas, com interesses antagónicos, ainda que muitas vezes coincidissem ao nível individual.

3.2 - Vida

Embora já teorizados por Silva Lisboa nos seus *Princípios de Direito Mercantil*, depois previstos no Código Comercial de 1833 e normalmente incorporados como objecto a operar nos estatutos das sucessivas companhias seguradoras, com a ressalva da sua aplicação ser diferida para decisão oportuna das assembleias gerais, a verdade é que os seguros de vida demoram a entrar em funcionamento em Portugal. Para além de eventuais preconceitos que tais seguros ainda poderiam suscitar (nos meados do século XIX, alguns países proibiam seguros sobre pessoas, caso do Brasil), tudo indica que a falta de tábuas de mortalidade aplicadas à situação portuguesa e a persistência de crises sanitárias (epidemias de cólera, febre amarela, tifo) eram os grandes obstáculos. Não havia garantia de regularidade estatística para uma aplicação pacífica dos seguros de vida, mas, por outro lado, as seguradoras também não estavam tecnicamente apetrechadas, até pelas diferentes exigências de gestão do capital que o seguro de vida impõe.

Entre as companhias portuguesas, parece ter sido a Fidelidade a primeira a operar com seguros de vida, entre 1845-1857, mas terá obtido graves prejuízos com o seu funcionamento, nomeadamente por via dos surtos de febre amarela que nos anos 50 fustigaram Lisboa, que a levaram a abandonar a aceitação de novos contratos, só voltando a este tipo de seguros em 1926, em novos moldes⁶. Algumas outras o fizeram, mas esporadicamente ou em pequena escala: há notícias da Providência, em Lisboa, com início em 1846, mas que não terá durado dois anos; da Sociedade Geral de Seguros Mútuos de Vida, com estatutos aprovados em 1858, mas sem se lhe conhecer actividade; eventualmente, a Equidade terá efectuado alguns seguros deste tipo. Também a Garantia e a Segurança já indicavam esse ramo nos estatutos, mas a primeira só o implementou em 1920, e a outra nunca o chegou a fazer. De forma sistemática, as seguradoras portuguesas não praticaram seguros de vida antes de 1907, ano da nova regulamentação criada pelo governo de João Franco, e só mesmo depois de 1920 essa prática assume importância.

⁶ *Galeria das Companhias Portuguesas de Seguros - III Fidelidade* in "Seguros e Finanças", 1.11.1926.

Esta actividade era, no entanto, desenvolvida intensamente no mercado português por companhias estrangeiras, com relevo para as inglesas, país onde os seguros de vida se desenvolviam em plenitude desde os meados do século XVIII, devidamente enquadrados pela legislação. Terá sido mesmo a inglesa Norwich Union a primeira a praticar seguros de vida em Portugal sob a forma de mútuo, quando cá se instalou em 1824⁷.

Depois, nos anos 50/60, deu-se como já vimos uma verdadeira invasão espanhola neste domínio, a que seguradoras de outras nacionalidades se seguiram. As companhias espanholas produziam uma importante publicidade nos periódicos que nos mostra a diversidade das suas ofertas. A madrileña *União*, que fazia também seguros marítimos e fluviais, fogo e de explosão de gás (novidade!), oferecia seguros sobre a vida em caso de morte, sobre a vida por anuidades ou pensões vitalícias, e apresentava uma longa lista de correspondentes espalhados pelas cidades e vilas de província. O *Montepio Universal*, também de Madrid, era mais prolixo, e depois de sublinhar a idoneidade da organização, apresentava-se com o objectivo de “assegurar aos sócios um capital ou renda em prazo fixado, podendo receber o capital com a acumulação de todos os interesses em sua vida ou deixá-lo a seus herdeiros”, oferecendo diferentes soluções - formação de capital de sobrevivência; formação de capital para caso de morte; renda de sobrevivência; renda arbitrária; renda, herança; renda de contado -, podendo o sócio liquidar a subscrição ao fim do primeiro quinquénio. A *Tutelar* apresentava soluções idênticas, com a rentabilização dos capitais em títulos da dívida pública espanhola de 3% inalienáveis até ao termo do contrato, embora, perante a baixa desses títulos, optasse por comprar acções comerciais, facto que, conjugado com os problemas de câmbio, ajudou ao seu descrédito. Estas companhias espanholas tinham conseguido captar numerosos subscritores em Portugal, revelando as potencialidades deste tipo de mercado entre nós.

Neste contexto, não admira que, perante a inoperância das seguradoras nacionais, tenham sido alguns bancos do Porto a implementar esta prática dos seguros de vida, através do processo das anuidades, prática que, de resto, era praticada em pequena escala por algumas associações de socorros. Tratava-se de bancos recentes, criados quase ao mesmo tempo que as suas caixas económicas, previstas desde logo na versão inicial dos estatutos e logo depois implementadas. Assim, o Banco União (1861) criou uma secção de seguros mútuos de vida, desde 1863. E o Banco Aliança (1863) criou também uma sociedade autónoma para esse fim - A *Providente*, aprovada em 27.7.1864, começando a funcionar logo a 4 de Agosto, mas que girava na órbita do Banco, sendo oficialmente administrada sob a sua tutela. Pela mesma altura, o Montepio Geral de Lisboa implementava a sua Caixa Portuguesa de Seguros Mútuos sobre a Vida. Em 1865, é o próprio Banco de Portugal que organiza um sistema de seguros de vida, dotações e anuidades por mutualidade.

A sociedade do Banco Aliança teve a particularidade de editar uma revista com o mesmo nome - *A Providente* - dirigida por José Ferreira Moutinho, o responsável pela sociedade e antigo colaborador da Tutelar, tendo como redactor principal Rodrigues de Freitas, o conhecido economista e jornalista do Porto, mais tarde o primeiro deputado republicano eleito (1878).

⁷ *Brevíssima História do Seguro de Vida em Portugal* in “Revista Portuguesa de Seguros”, 1910: 6.

Tratava-se de uma publicação mista de informação e apologia dos seguros, editada entre 1864 – 1870, que condensa, para lá do noticiário segurador e bancário, alguns textos básicos para percepcionarmos as representações sobre o seguro nessa época, predominando um discurso naturalmente extraído da economia política. Aí se publicam também os elementos fundamentais da companhia, desde os estatutos a relatórios e contas trimestrais, mostrando, por exemplo, que, ao fim de seis anos, teria efectuado qualquer coisa como 5000 contratos.

Assim, estatutariamente, o objectivo era “facilitar a todas as classes da sociedade meios de poderem criar capitais, dotes, pensões, rendas, etc., por meio de subscrições únicas ou anuais, as quais serão convertidas em inscrições de 3% da dívida pública nacional, ou em quaisquer outros títulos”. Além da capitalização do juro, acresciam os rendimentos proporcionais relativos aos subscritores que esqueciam ou se atrasavam no pagamento das suas subscrições bem como aos dos segurados que morriam antes do prazo, num processo claramente inspirado pelas “tontinas”. O risco de morte do segurado era graduado, em termos actuariais, pela tradicional tábua de mortalidade de Déparcieux. Adoptava-se o sistema de quinquénio para efeitos de subscrição e retirada de capitais, embora também pudessem ser aceites seguros mistos (parte em quinquénios, parte anuais).

O elogio do seguro mútuo de vida, nas suas variantes, estrutura-se aqui sobre o papel moralizador que ele pode desempenhar sobre a sociedade, habituando o indivíduo à poupança e à ordem, pois com pequenas quantias anuais pode mais tarde assegurar a sua independência. E exemplifica-se: qual o pai providente que podendo dispensar 50\$000 réis anuais ao nascer-lhe o filho, não lhe assegurará um dote de 23500\$000 ao fim de 25 anos? Ou o pai que tendo uma filha de 4 anos, não subscreverá um plano de 100\$000 anuais para ao fim de 15 anos lhe propiciar um dote de 7 contos? Ou o que não poderá dispensar 4\$000 réis anuais a partir do baptismo de um filho para que ao fim de 15 anos possa receber 360\$000, “agora que a isenção do serviço de armas, por meio de substituição por outrem, é mui difícil e dispendiosa”? Mas a revista evolui rapidamente para artigos mais teóricos e históricos, ocupando lugar de relevo temas como a liberdade económica, as crises, o pauperismo, a cooperação operária, a educação e os seguros, a história, a filosofia e a operacionalidade dos seguros de vida, normalmente da autoria de Rodrigues de Freitas. Pelo seu papel divulgador como elemento da publicidade e pelo que revela da evolução dos seguros de vida, a revista *A Providente* constitui um elemento a não esquecer na história dos seguros em Portugal⁸.

Os seguros mútuos foram até 1907 considerados à parte na legislação geral, como não comerciais e por isso tratados ao de leve. Só então se determinou a estrutura jurídica das mutualidades, a que não foi estranha, nas palavras do próprio relatório da lei, a restrição da “emigração do ouro, representada pelos prémios pagos às sociedades estrangeiras de seguros”, bem como o desejo de acabar com a situação privilegiada que essas companhias tinham em matéria fiscal relativamente às portuguesas. Não admira por isso que só duas seguradoras estrangeiras sobrevivessem à razia provocada por esta lei – *L'Urbaine* e a *Union y Fenix Español*, ficando então o campo aberto às seguradoras portuguesas. A francesa *L'Urbaine*, em Portugal

⁸LIMA, Helena: 1997a; LIMA, Helena, 1997b.

desde 1883, tinha um grande prestígio entre as altas camadas da sociedade, que aí se inscreviam maciçamente: nem sequer faltou o rei D. Carlos, seguro em 220 contos de réis, num contrato que se revelou, mais tarde, desastroso, dado o assassinato do monarca. Embora algumas seguradoras se constituíssem de imediato para este fim por altura da lei franquista⁹, a oportunidade só nos anos 20 começará a ser aproveitada plenamente (já que durante a República muito se falou e discutiu sobre a municipalização e nacionalização dos seguros em geral e, em particular, dos seguros de vida).

4. Conclusões

As companhias seguradoras do Porto oitocentista revelavam a fragilidade da sua estruturação recente, bem como a de operarem num campo de forte concorrência, onde a regulação era mínima e se limitava a acautelar os aspectos jurídicos da formação das sociedades anónimas e seu funcionamento. As companhias dirigiram essencialmente os seus esforços para os ramos tradicionais - marítimo e fogo - e, por isso, sofreram com o declínio da nossa marinha mercante, de natureza veleira, face à emergência dos vapores das grandes companhias transatlânticas. Os finais do século são, assim, marcados por fortes prejuízos no ramo marítimo, com os contratos de fogo a salvarem a situação: não conseguindo operar com os seguros de vida, na viragem do século, as companhias ansiavam por novos produtos e novos enquadramentos, mas os seguros sobre acidentes de trabalho, os seguros de vida, os seguros sobre automóveis só se propagarão pela segunda década do século XX.

No lado perverso do ramo dos seguros esteve, de facto, a má propaganda dos dividendos elevados que as companhias praticavam, criando desconfiança no grande público, por as verem descapitalizadas, com um capital social virtual, não realizado, e que só o seria se a assembleia geral o permitisse. Tentativas para realização de capital por parte de algumas direcções mais afoitas falhavam quase sempre nas assembleias, onde a única solução face às exigências de capital se pautava pela não distribuição pontual de dividendos, logo compensada na primeira oportunidade. Na longa polémica que então se estabeleceu, e que acusava os negócios financeiros (banca e seguros) de absorverem toda a liquidez do mercado e desviarem da actividade produtiva o investimento, a própria *Revista de Seguros*, a propósito do dividendo de 45% distribuído pela Fidelidade, não se eximia a criticar o “dividendo formidável, dispensando-se de aumentar os seus fundos de reserva”, bem como “a inconveniência dos grandes dividendos, que tem até agora impedido que possuamos nós a símile das grandes empresas seguradoras da América do Norte, França, Inglaterra e Alemanha; e que ainda fazem com que o fisco tenha tido veleidades de apropriar-se deste ramo de actividade comercial, que só pode produzir e prosperar entregue à iniciativa particular”¹⁰. Claro que acções emitidas há muito tempo, por exemplo em 1835, tinham entretanto atingido um subido valor no mercado, sendo algumas delas cotadas a 10 ou 15 vezes mais o seu valor inicial: por isso, alguns argumentavam que a retribuição não seria assim tão

⁹ Casos de A Nacional, 1906, anterior portanto à lei; Portugal Previdente, 1907; Lusitana, 1907; Equitativa de Portugal e Ultramar, 1910.

¹⁰ *Companhias de Seguros - relatórios de 1909* in “Revista de Seguros”, nº 1, 15.3.1910.

alta, representando um dividendo de 60% em relação ao valor inicial agora uns 6% do valor cotado, tornando-o mais legítimo. Um círculo vicioso, já que as acções subiam à medida que subia o dividendo!

E, no entanto, o seguro não era, não devia ser, só um negócio. Os economistas do liberalismo optimista não se cansavam de lhe elogiar as virtudes mutualistas e de ordenamento social. Nesse sentido, vale a pena concluir com uma transcrição extraída de um texto publicado n' *A Previdente*, da autoria de Emile Agnel:

Os seguros são, incontestavelmente, das instituições de previdência que prestam mais enérgico concurso à propriedade, ao comércio e à indústria.

Aplicando-se, como uma reparação, a todas as probabilidades de sinistros possíveis e destinados a dar garantia contra todos os perigos a que o homem está exposto na sua fortuna, no seu trabalho, no seu futuro e da sua família, os estabelecimentos de seguros, com engenhosas combinações e com leve sacrificio pecuniário, oferecem o meio de libertar das maiores inquietações, e de paralisar os efeitos de acontecimentos, cujo resultado pode mudar subitamente uma posição próspera em completa ruína. Considerados sob este ponto de vista, os seguros tem não só um fim útil, mas também moral.

Os seguros sobre a vida, do mesmo modo que as caixas económicas e as sociedades de socorros mútuos, tendem a moralizar as massas, inspirando-lhes ideias de previdência e de economia. Mas elas são o complemento e o aperfeiçoamento destas instituições; com efeito, o emprego de capitais encontra acolá as mesmas seguranças, e, por meio de engenhosas combinações, um juro muito mais elevado¹¹.

Bibliografia e Fontes:

A Previdente.

ALVES, Jorge Fernandes, 1999, *A emergência de seguradoras no Porto de Oitocentos – I e II*, in *O Tripeiro*, 7ª série, Ano XVIII, nº 9, p. 270-276, e nº 10, p.301-307.

CAETANO, António Alves, 2000 – *A Companhia Fidelidade e os Seguros na Lisboa Oitocentista*, Lisboa, edição de autor.

Código Comercial, Lisboa, 1852.

Código Comercial, Porto, 1888.

LIMA, Helena, 1997 – *A colaboração de Rodrigues de Freitas na revista da companhia de seguros A Previdente*, in “Rodrigues de Freitas - A obra e os contextos, Actas do Colóquio”, org. de António Almodovar, Jorge Fernandes Alves e Maria do Pilar Garcia, Porto, CLC-FLUP.

LIMA, Helena, 1997 - “*A Previdente, Uma Revista de Seguros (1864-1870) - Para a história da imprensa especializada*”, Porto, Faculdade de Letras, dissertação de mestrado.

MAGALHÃES, Joaquim Romero de, 1997 - *Tranquilidade, História de uma Companhia de Seguros*, Lisboa, Tranquilidade.

MARQUES, A.H. de Oliveira, 1977 – *Para a História dos Seguros em Portugal*, Lisboa, Arcádia.

¹¹ *Os seguros mútuos* in “*A Previdente*”, nº 1, 31.10.1864.

Relatórios de Companhias.

Resultado dos Trabalhos da Comissão do Commercio da Praça do Porto, creada por ordem das Cortes Constituintes de 28 d'Agosto de 1821, acerca dos estorvos que dificultão o mesmo Commercio e de diversos objectos sobre que foi consultada, 1823, Porto, Tipografia da Viúva Alvarez Ribeiro & Filhos.

Revista de Seguros.

Revista Portuguesa de Seguros.

Seguros e Finanças.

Seguros, Commercio e Estatística.

SOUSA, Fernando de ALVES, Jorge Fernandes, 1995 - *Aliança UAP - Uma História de Seguros*, Porto, Aliança UAP.

Outros
Estudos

Manuel García Fernández

Sobre la alteridad en la frontera de Granada. (Una aproximación al análisis de la guerra y la paz, siglos XIII-XV)

R E S U M E N

Los estudios sobre las diversas formas de alteridad en la Frontera de Granada durante la período histórica de su génesis, desarrollo y desenlace (siglos XIII-XV) no se encuentra a diferencia de otras temática fronterizas muy glosados en la historiografía medieval andaluza. Sin duda la penuria y dificultad de las fuentes documentales conocidas limitan nuestros conocimientos; o bien los reducen a las perspectivas que imponen los dominadores cristianos. En Andalucía la imagen del vecino frontero - básicamente la del musulmán granadino - se conforma de caracteres negativos / positivos a través de las relaciones cotidianas de la supervivencia diaria, que se fundamentan, a su vez, en la guerra y en paz como forma de vida y en las instituciones que garantizaban la coexistencia inerte de culturas no obstante antagónicas. La corona, los oficiales del rey, los nobles castellanos no siempre entendieron ni justificaron como correctas las formas de alteridad de los habitantes del Sur. Lo que daría lugar a la existencia de actitudes periféricas de relaciones mutuas con independencia de los rasgos impositivos oficiales. El enemigo en el espejo.

*Consideraciones morales aparte, la copia desca-
rada de las ideas del otro es un homenaje*

Francisco de Quevedo

1. FRONTERA Y ALTERIDAD

El concepto del “otro” se puede edificar en la España Medieval desde la perspectiva general de escalas globalizadoras, / Islam versus Cristiandad / o bien desde la construcción diaria de aspectos y caracteres concretos en el trato fronterizo de cristianos y musulmanes vecinos. El desarrollo de esta última vía sobre las relaciones de alteridad – positiva o negativa / en la frontera del Islam peninsular y especialmente en la frontera andaluza con el reino Nazarí de Granada, la más estable y definitiva de todas ellas, necesita situarse dentro de unas coordenadas de espacio y tiempo determinados: el valle del Guadalquivir, la Andalucía Bética, durante los siglos XIII al XV. Porque a lo largo de los siglos medievales la imagen del “otro” evoluciona, se amplía y perfecciona conforme sus contenidos básicos según los diferentes periodos del desarrollo histórico hispano medieval.

Así pues, es por todos sobradamente conocido que durante los siglos XIII, XIV y XV, desde los primeros años del reinado de Alfonso X, el Sabio (1252-1284), hasta la conquista de la ciudad de Granada en 1492 por los Reyes Católicos, Andalucía fue el escenario singular y extraordinario de una frontera.

Una pretendida delimitación geográfica regional con el reino Nazarí de Granada, como heredero de la civilización islámica de al Andalus, que casi nunca fue estable; sino que se desplazó al compás cronológico del avance territorial castellano de norte a sur, desde las grandes ciudades del Valle del Guadalquivir, por las campiñas meridionales y las primeras estribaciones de las sierras penibéticas, hasta llegar al litoral mediterráneo granadino. Una frontera terrestre y también marítima por el Estrecho de Gibraltar y el Mar de Alborán. Una frontera que separaba y que no obstante también acercaba en complicadas relaciones de alteridad entre cristianos y musulmanes. Una inmensa zona de vacío, una vasta tierra de nadie; y al mismo tiempo de posibles y variadas atingencias colectivas y personales. Una embarullada línea fortificada de mutua separación política y administrativa oficial, y contradictoriamente un espacio oficioso de múltiples contactos y relaciones vecinales, unas veces violentas y otras, aunque no tantas como hoy se pretende, pacíficas, comerciales y también culturales.

Dos civilizaciones diferentes, dos modelos de estado, de cultura, de religión, de vida cotidiana y mentalidades se asomaban y contemplaban por aquella ventana, siempre abierta, que fue la frontera andaluza y granadina durante los siglos XIII, XIV y XV.

Y este es un ámbito de la experiencia fronteriza muy interesante, porque la imagen del otro, la del vecino fronterizo, con su carga ideológica, tendenciosa y antagónica pero también cargada de humanidad, nos introduce en el contexto más vivo y real de la convivencia fronteriza, o mejor de la coexistencia, entre cristianos y musulmanes en Andalucía y Granada. Pues en la linde fronteriza los andaluces y los granadinos pueden compartir mutuamente caracteres semejantes de alteridad, aunque no idénticos, en las relaciones cotidianas de la supervivencia diaria. Pero la alteridad determina casi siempre un principio básico de desigualdad con actitudes de aceptación para unos y rechazos para otros. El factor clave del rechazo mutuo fue básicamente la religión, que en el caso cristiano se fundamenta en la ideología de la “reconquista” y en el caso musulmán de la “yihad” o guerra santa y en la “istiryá” o esperanza de la futura recuperación de al Andalus bajo señorío castellano.

Sus protagonistas, nobles, caballeros, alfaqueques, oficiales y funcionarios varios, comerciantes y buhoneros, ganaderos, homicianos, cautivos, renegados y aventureros, hombres casi siempre anónimos para la Historia, eran seres que desde su quehacer diario en las villas y ciudades de ambos lados de la línea fronteriza forjaban los rasgos más identificativos que han caracterizado a estas tierras del Sur de Europa hasta el presente; estableciendo, tal vez sin saberlo, las bases de las actuales identidades colectivas, las convicciones y formulaciones políticas, sociales, económicas y mentales, que de uno u otro modo, han perdurado en Andalucía hasta nuestros días. El análisis comparado del comportamiento de estos diferentes grupos humanos constituye la síntesis fundamental del hecho fronterizo andaluz.

Porque el lance fronterizo en su vertiente más amplia y globalizadora regional constituye el crisol y el catalizador donde se fundieron, gestaron y derivaron muchas de las peculiaridades de la historia andaluza desde la Baja Edad Media al inicio de la Modernidad de España. Nunca se

podrá entender del todo la realidad histórica de la Andalucía Bética y también del Reino Nazarí de Granada, sin una referencia si quiera sea elemental al hecho fronterizo común como sujeto histórico preferente de nuestra región durante los siglos XIII-XV.

Para una generación de hombres y mujeres que, como la nuestra, asiste sorprendidos a la desaparición de tantas viejas fronteras europeas y al nacimiento de otras nuevas, debemos reflexionar y considerar que la frontera andaluza medieval fue un hecho singular, concreto en el espacio y en el tiempo, entre dos formaciones políticas e ideológicas antagónicas que habían renunciado desde hacía tiempo a la integración en un mismo espacio compartido y que pugnarón por su control territorial desde el siglo XIII al XV.

Efectivamente Eloy Benito ha escrito recientemente como en la frontera de la España medieval el Islam y la Cristiandad son los “apelativos” básicos que denominan dos realidades históricas cuya confrontación ideológica determina las posibles imágenes de alteridad (positiva-negativa), a pesar de las relaciones vecinales de coexistencia y tolerancia. En la frontera de Granada, la alteridad viene casi siempre condicionada por la presencia, a veces muy próxima, de unos vecinos fronterizos a quienes no se pueden exterminar y cuya función social y económica resultan complementarias. De modo que la coexistencia y la tolerancia – como ha señalado Manuel González Jiménez – implica un criterio básico de superioridad política de los cristianos sobre los musulmanes y de sumisión de éstos hacia los primeros, cuyo ejemplo más significativo fue el vasallaje de los reyes granadinos a los castellanos y el pago de parias en periodos de paz y treguas desde 1246.

En la frontera se vivió junto al musulmán pero nunca mezclados. Tal vez por ello, la frontera fue un mundo de contactos y de influencias de toda índole a través de la cual se puede observar incluso la propensión, tan propia de los conquistadores cristianos, a dejarse conquistar, incluso culturalmente hablando, por el pueblo musulmán conquistado. Especialmente al final mismo de la guerra de Granada, a finales del siglo XV y comienzos del XVI, cuando la frontera del Islam peninsular era ya solo un vago recuerdo, fundamentado en la toponimia de algunos de sus viejos enclaves fortificados – Jerez de la Frontera, Morón de la Frontera –, desprovistos de su función militar, cargados de añoranzas y leyendas heroicas de la caballería en los viejos romances fronterizos.

Nostalgias de un tiempo de frontera, de unas formas de vida, de alteridad, definitivamente clausuradas en 1492 tras la toma de Granada, que se traslucen casi un siglo después en un texto de fray Alonso de Cabrera, predicador y confesor del rey Felipe II:

“Nuestros abuelos, señores, se lamentaban de que Granada se hubiese ganado a los moros, porque ese día se mancaron los caballos y se enmohecieron las corazas y lanzas, y se pudrieron las adargas, y se acabó la caballería tan señalada de Andalucía y manco la juventud y sus gentilezas tan valerosas y conocidas”.

Por ello consideramos sumamente importante acercarse a aquellos tiempos, especialmente durante los últimos siglos bajo medievales, y a su espacio físico y mental, para averiguar qué sucedió realmente, como se vieron unos y otros, cómo la frontera, en fin, impregnó las raíces más profunda del futuro inmediato de Andalucía. Sin duda por todo lo dicho la temática de “frontera” o relacionada con la “experiencia fronteriza” continua siendo todavía hoy, en el umbral del siglo XXI, objeto de análisis, investigación y reflexión para historiadores españoles y extranjeros, y al programa de esta III Semanas de Estudios Medievales me remito, como lo fue ya hace casi medio siglo para los pioneros en la metería como Sánchez Albornoz, Juan de Mata Carriazo o Derek Lomax por citar tan sólo algunos.

No creo que se trate, como se ha pretendido en algunos foros científicos recientes sobre el mundo fronterizo hispánico de una “moda historiográfica recurrente”, sino más de una tradición profundamente enraizada en el seno de una corriente de historiadores, no exclusivamente peninsulares ni por supuesto siempre medievalistas, para quienes el “hecho fronterizo” en su vertiente más amplia y globalizadora constituye el crisol y el catalizador donde se fundieron, gestaron y derivaron muchas de las peculiaridades de la historia peninsular.

Sin embargo uno de los problemas más peligrosos en la actualidad para todos los que estudiamos la “experiencia fronteriza” en su contexto hispánico y sus relaciones de alteridad radica, en parte, en la frecuente difusión e utilización de un cómodo y fácil “presentismo” que suele trasladar términos y conceptos modernos – convivencia, tolerancia, aculturación, etc –, a las realidades históricas del pasado. Lo que ha generado cierto desdén hacia el hecho fronterizo en sí. Se suele olvidar con relativa frecuencia que la frontera como he referido más arriba fue en hecho singular, concreto en el espacio y en el tiempo, entre dos formaciones políticas e ideológicas antagónicas que hasta el siglo XV pugnaron por el control del mismo ámbito territorial.

Un espacio fronterizo peninsular, – como apuntaba Ron Barkai hace casi veinte años – que ya desde mediados del siglos XIII estaba llamado, al menos desde la perspectiva de la sociedad política cristiana dominante, a desaparecer, como habían profetizado incluso las viejas crónicas nacionales de los monarcas asturleonese en el siglo X y señala con precisión la Crónica Albeldense de Alfonso III (866–910):

“con ellos (los sarracenos) los cristianos día y noche afrontan batalla y cotidianamente luchas, hasta que la predestinación divina ordene que sean cruelmente expulsados de aquí.”

Una finalidad militar de evidente predestinación y justificación divina para la que todos los medios disponibles fueron siempre válidos ya fuesen violentos o no. En este sentido, en la *Crónica de Alfonso X*, el Sabio, el más universal y “tolerante” de nuestros monarcas medievales, redactada por Fernán Sánchez de Valladolid por mandato de Alfonso XI a mediados del siglo XIV, los musulmanes granadinos no sólo son considerados como enemigos sino como “gentes diabólicas” y las campañas organizadas en su contra justas por ser concebidas contra los aliados de Satán. Así lo justifica también don Juan Manuel a mediados del siglo XIV en su *Libro de los Estados*:

“a guerra entre los cristianos et los moros, et abra fasta que ayan cobrado los cristianos las tierras que los moros les tienen froçadas”.

Pues bien el investigador que se acerque al conocimiento de estas relaciones de alteridad debería hacerlo superando “el polvillo del tiempo” porque al terminar la Edad Media, y con ella la frontera entendida como génesis del mundo o de la civilización hispano medieval, permanecería en la sociedad cristiana triunfante de los siglos XV y XVI la vetusta idea leonesa del siglo X de que se había vivido una larga “época intermedia” iniciada con la llamada “pérdida de España” en el 711, cuando los “pecados” y las “traiciones” de los dirigentes cristianos visigodos entre ellos don Julián gobernador de Ceuta y don Oppas, arzobispo de Sevilla abrieron el país a unos sarracenos ajenos y crueles que obligaron a los naturales a refugiarse en las montañas septentrionales. Allí confortados por la fe, que les identificaba y alentaba, comenzaron a luchar contra los invasores islámicos en el 719 hasta expulsarlos en 1492 de las tierras injustamente arrebatadas.

Quizás ya desde entonces en las crónicas cristianas, la cobardía del musulmán contrasta con la valentía y el coraje de los cristianos. Para la generalidad de los cristianos que vivían en la frontera, los ismaelitas como seguidores de la fe de Mahoma, suelen representar a niveles teóricos la encarnación del mal absoluto, frente al bien que ellos mismos representan. Desde el siglo XIII los poderes centrales de la administración castellana y la jerarquía eclesiástica junto a pensadores, cronistas y cortesanos, transmitieron a la sociedad cristiana fronteriza la imagen distorsionada del musulmán no sólo como adversario político e ideológico sino como aliado de Satán, negro, feo, barbudo, traidor, cruel y sobre todo desleal.

El punto de partida, según el arabista Rafael Valencia, se encuentra en la *Crónica Mozárabe del año 754* que define al musulmán como “rebelde, traidor, idólatra, impostor, cruel y adulator de Satán”. Buena parte de estos epítetos descalificadores nacieron de la visión personal de un clérigo que vive en al-Andalus en momentos de dificultades. Sus descalificaciones gozarían de enorme fortuna en gran parte de la historiografía posterior.

Efectivamente M. García Arenal ha estudiado la imagen del otro durante el siglo XIII en *Las Cantigas* de Alfonso X el Sabio con estas mismas conclusiones. Pero una cosa era la teoría y otra la práctica diaria. De modo que a diferencia de lo señalado más arriba para M. González Jiménez, los moros, especialmente los reyes, nobles, intelectuales y embajadores, aparecen tratados, no obstante, con cierta dignidad en la obra del rey Sabio, especialmente los musulmanes conversos, científicos y traductores, así como algunos príncipes locales amigos y vasallos del monarca.

En cualquier caso se trató de una percepción muy simplista del nacimiento de la alteridad negativa en la frontera del Islam peninsular en el siglo VIII, pero preñada de futuro, convertida en sinónimo casi al mismo tiempo de “reconquista”, entendida como la gran empresa militar común de todos reinos cristianos. Una simplificación a menudo tendenciosa, cargada de ideología religiosa y política que mitificaba al vetusto mundo visigodo como la esencia de “*la Hispania que había sido y debería volver a ser*” – en expresión acertada de José Orlandis.

Esta frontera alto medieval, básicamente ideológica, fruto de mozárabes y clérigos ilustrados de tradición neogotista en la corte de Oviedo y más tarde en León pretendía la organización militar del territorio situado en el río Duero y alto Ebro, ante la superioridad miliar del califato de Córdoba. Para todos ellos, la frontera era todavía un “territorium” a recuperar, restaurar y restablecer, o lo que es lo mismo a “reconquistar” como apuntaba J.A. Maraval en su clásico ensayo sobre *El concepto de España en la Edad Media*.

Este pensamiento no perseguía, según refiere en el siglo XIII el arzobispo de Toledo don Rodrigo Jiménez de Rada en su historia *De Rebus Hispaniae*, “...expulsar físicamente a los moros, sino... recuperar un modo de vida que exige el señorío pleno de la tierra”. Por ello en todas las conquistas alto medievales con independencia de la fórmula de rendición adoptada, lo básico, lo fundamental era la imposición del dominio cristiano, la recuperación del “señorío” – del “regnum” – de las tierras fronterizas ganadas o mejor legítimamente recuperadas a los “ismaelitas”, a los sarracenos, considerados como ajenos y extraños al proyecto común Hispánico pero tolerados en tanto que sometidos a los cristianos.

Sin embargo todo comenzó a cambiar lentamente a partir de los siglos XI y XII con la conquista de Toledo en 1085. En efecto, Angus MacKay en su clásico libro *La España de la Edad Media. De la Frontera al Imperio (1000–1500)* señalaba con acierto que el final del califato como estado unitario de Al – Andalus y la aparición de los Taifas habían dado como resultado la llamada “frontera de las parias”.

Fundamentada lógicamente en las ideologías neogotistas, la nueva frontera manifiesta la superioridad política y militar de la “*España de los Cinco Reinos*”: Navarra, Corona de Aragón, Portugal, León y sobre todo Castilla, como heredera del viejo imperialismo asturleonés que profetizaba la unidad de España bajo su indiscutible hegemonía. En esta unidad los musulmanes no entraban y si lo hacían era siempre bajo una notable discriminación jurídica.

Las relaciones fronterizas de alteridad entre cristianos y musulmanes se caracterizaron no obstante, por la normal y mutua aceptación – coexistencia, mejor – del trato político militar y sobre todo comercial. La frontera de llenó de oportunidades para todos. Pero las parias a cambio de paz, protección y seguridad obligaban a los débiles reyes taifas andalusíes a permanecer en rígidos mecanismo feudo vasalláticos. Lo que justificó en caso de incumplimiento la llamada “agresión feudal” de nobles y monarcas cristianos, cuyo ejemplo más característico fue la cabalgada por la frontera, que buscaba la depredación del enemigo, el botín de bienes muebles y personas. La frecuente violación de los pactos firmados por sociedades antagónicas y enfrentadas permitía que la guerra se convirtiera en oficio, y la caballería en una forma de vida en la que todo se podía ganar o perder. Lo que siempre fue admirado por cristianos y musulmanes.

Después de la Navas de Tolosa en 1212 se había desmoronado la posible alteridad positiva con príncipes, vecinos y vasallos andalusíes. Lo que unido a la reforma gregoriana impulsada por la iglesia de Roma, que condenaba el trato frecuente entre cristianos y musulmanes, daría

lugar a la aparición de una nueva ideología unida para siempre a la de “reconquista”, la cruzada. El IV Concilio de Letrán de 1215 la extendería por toda la frontera fomentando la intolerancia hacia los musulmanes vecinos.

Ahora bien, básicamente, musulmanes y cristianos se aplican de forma mutua términos peyorativos como “enemigos de Dios” o “enemigos de la verdadera fe”. Como ha señalado de nuevo R. Barkai las cualidades concretas que se adjudican ambas comunidades enfrentadas a ambos lado de la frontera tienen, no obstante, el carácter de una imagen distorsionada del espejo. El enemigo en el espejo. Pero curiosamente las fuentes cristianas añaden una condición singular “el desordenado apetito carnal de los musulmanes hispanos” frente a la templanza de los cristianos.

En al – Andalus, las predicaciones de algunos alfaquíes rigoristas, contrarios a la política de parias por la presión fiscal que éstas suponían, y la llegada de los imperios africanos – almorávides y almohades – extendieron la “yihad” o guerra santa por toda la frontera con la misma intolerancia que los cristianos. Además un conjunto de sentencias jurídicas o “fatwas” desde el siglo XI condenaban el trato con “infeles” y aconsejaban, por ejemplo, a los mudéjares el abandono de las ciudades, villas y lugares bajo dominio militar o “señorío cristiano”. Todavía en el siglo XIII numerosos ulemas andalusíes aconsejaron al comienzo del reinado de Alfonso X la emigración masiva a Granada o al Magreb, despoblando la frontera con los cristianos en la Andalucía del Valle del Guadalquivir.

Sólo las favorables condiciones económicas que Fernando III otorgó a los moros sometidos justificaban la presencia y el trato con los castellanos. De modo que como bien sostiene Eloy Benito la neutralización de la alteridad negativa mediante la coexistencia pacífica de cristianos y musulmanes en el siglo XIII no deja de ser un mito en las principales ciudades de la frontera nazarí. También García Fitz abunda en este mismo sentido, señalando además lo extraño que resultaban estas circunstancias locales de coexistencia y respeto mutuo a los extranjeros que llegaban a la frontera de los reinos hispánicos desde el siglo XII al XIII.

La frontera de las parias se llenaría en consecuencia de mutua violencia, dando lugar, según MacKay, a la *frontera de las conquistas sistemáticas* por el Valle del Guadalquivir y el Levante característica de los siglos XIII al XV, cuyo ejemplo más definitivo sería a partir de 1264 y hasta 1492 la frontera de Granada.

Y es sobre ésta última y definitiva frontera sobre la que conviene reflexionar con más detalle y profundizar en las relaciones de alteridad. Porque, efectivamente, la frontera de Granada, última del Islam peninsular con los reinos cristianos sería entendida como una pretendida raya geopolítica de separación y encuentro de sociedades ya claramente diferenciadas enfrentadas en conflictos militares menudos locales, vecinales y dispersos y casi nunca generalizados y menos aun en grandes guerras estatales.

Otras veces la frontera de Granada se nos muestra permeable en múltiples relaciones de coexistencia vecinales, en un interesante proceso de aculturación mutua con notables intercambios económicos e intensas relaciones sociales y personales de alteridad positiva entre fronteros próximos, ya cristianos ya granadinos.

Este modo de vida, donde se primaba la libertad y la audacia, ejerció un enorme atractivo en distintos grupos sociales de uno y otro lado de la línea divisoria. Ir a la Frontera – expresión que designaba desde el siglo XIII a las tierras meridionales de la Andalucía Bética – no sólo significaba adentrarse en un territorio nuevo, bien diferenciado por su peligrosidad, sino también llegar a unas tierras llenas de oportunidades para nobles y caballeros, campesinos y ganaderos, comerciantes y mercaderes, aventureros y homicianos, almogávares y almocadenes.

La frontera tendría repercusiones sociales trascendentes que se cristalizaron rápidamente entre los siglos XIV y XV. Entre las más importante fue su pronta aristocratización fruto de la llegada masiva de una nobleza ávida de señoríos, honores y poder a quien la corona responsabilizó la defensa del territorio pese a los duros y frecuentes golpes de las represalias granadinas, el cautiverio o la muerte.

Estamos en realidad ante una frontera ideológica que separaba físicamente dos estados antagónicos desde el siglo XIII? Hasta que punto, como suelen señalar las crónicas cristianas de los siglos XIII al XV, los “moros” eran verdaderos “enemigos de nuestra Fe Católica? Se trataba de una frontera cerrada donde se hacía realidad el viejo lema asturleonés de “Santiago y cierra España”, o la fantasía granadina de la existencia de una Cordillera Imaginaria que dividía en dos la Península para garantía de su propia supervivencia? Como se articulaban los grupos sociales y humanos que pululaban por la raya fronteriza de castillos y fortificaciones militares? Protagonizan en realidad confrontaciones ideológicas y políticas o más bien daban vida a un espacio abierto de relaciones complementarias en todos los sentidos al margen de los poderes centrales?

Cuestiones que todavía siguen abiertas. Para Sánchez Albornoz, por ejemplo, la idea de la frontera y de la alteridad fue siempre bifronte, donde se resalta la aventura, la audacia, la valentía y el coraje del frontero cristiano para forjar libremente su propia vida; frente al musulmán atado al rigorismo de su propia fe intransigente. Por su parte, Rojas Gabriel y otros señalan la realidad documental de una alteridad esencialmente violenta y siempre conflictiva, fruto de la existencia de una sociedad organizada para la guerra y dominada por nobles, caballeros y poderosos en busca de fortuna, donde la paz era una simple noticia anecdótica. Frente a ellos, Rodríguez Molina reclama una revisión historiográfica para reconsiderar la frontera y con ella las relaciones de alteridad positiva, como un mundo abierto, donde a pesar de la violencia y el descrédito mutuo, predominan las relaciones pacíficas vecinales y la “aculturación informal” entre los sectores más humildes, entre el pueblo llano.

Lo que R. Valencia llamó muy acertadamente la “*aprehensión del otro*”. Se trata de la aprehensión de los caracteres del otro – del musulmán – en el proceso de conformación de la cultura propia. Sólo así se explica el mudejarismo que impregna desde el siglo XIII en gran parte de la sociedad andaluza bajo medieval: el poder conquistador, como tantas veces en la Historia, es “conquistado” al menos parcialmente.

Pero todo ello, no puede hacernos olvidar que ambas facetas, guerra y paz, alteridad positiva y negativa, no son sino la cara de la misma moneda. Y así frente a las cartas de “*vezindad e amiganças*” entre villas fronterizas cristianas y granadinas que regulaban el intercambio de cautivos y prisioneros, contrasta violentamente, una vez más, las palabras de don Juan Manuel en su ya citado *Libro de los Estados*:

“*no todos los que van a la tierra de los moros son martires nin santos. Ca algunos de los que alla van robando e forçando mugeres et faziendo muchos pecados et muy malos*”. Como en todas las fronteras culturales y religiosas de la Europa Medieval.

Existió, sin embargo, en la frontera de Granada de los siglos XIII al XV un tiempo para la convivencia o mejor para la coexistencia pacífica de todos, una posibilidad para la alteridad positiva. Una época en la que parecía posible la completa integración de los diferentes taifas andalusíes – nacidos en su mayor parte de la ruina almohade tras Las Navas de Tolosa en 1212 Murcia, Tejada, Niebla, Arcos de la Frontera, Jerez de la Frontera y el reino de Granada, en el sistema político cristiano controlado sólo militarmente por el reino de Castilla. Fue en 1246, en los orígenes mismos del reino nazarí, cuando Fernando III, el Santo, firmó con Muhammad I, Ibn al Ahmar, el llamado “pacto de Jaén”, por el cual el rey granadino se declaraba vasallo del monarca castellano, le pagaba parias, y entraba en complicados mecanismos feudales de dependencia cristiana.

Porque frente a lo que tradicionalmente suele afirmarse, la conquista de Andalucía en la primera mitad del siglo XIII (1225–1250) no daría como resultado inmediato ni directo la aparición de una frontera formalmente definida con los taifas mudéjares de la época, como herederos de la civilización y la cultura de al Andalus, incluido el reino nazarí. Por el contrario, hasta la muerte de Fernando III en 1252, Castilla sólo controlaba directamente las grandes ciudades del Valle del Guadalquivir, mientras que amplios territorios islámicos de las campiñas meridionales y los montes penibéticos, del río Guadalete hasta el Mar Océano y del occidente de al – Andalus, seguían gobernados por príncipes y autoridades musulmanas locales, aunque sometidos todos al rey castellano mediante pactos de vasallajes o *pleytésias* que, en teoría, autorizaban a los cristianos – tan sólo una minoría de guerreros y escasos pobladores – el control de sus fortalezas militares.

En virtud de los numerosos pactos o *pleytésias* firmados con el rey Santo, los abundantes mudéjares andaluces sometidos en las villas de la campiña, – Carmona, Osuna, Marchena, Morón, Ecija, etc. – y también los príncipes islámicos, vasallos o simplemente tributarios, de las

ciudades del Guadalete, de Niebla, de Murcia y de Granada, pululaban todos libremente por unas tierras andaluzas de evidente soberanía castellana, pero todavía abiertas y sin definir políticamente, al menos hasta la revuelta mudéjar de 1264-1266 y sus consecuencias territoriales y socio-culturales.

En tales circunstancias socio políticas, con el sometimiento de los jefes islámicos, la “reconquista” como tal había concluido porque todo el territorio de al Andalus, desde Sierra Morena y el Valle del Guadalquivir hasta el Mar Océano, estaba de alguna manera bajo dominio de los cristianos. Los mudéjares andaluces vivían en paz sometidos fiscalmente a Castilla, con “*sus pechos conplidos e bien parados*”. Los príncipes locales, por su parte, se sabían y decían vasallos del rey castellano y le pagaban *parias*. Sus nombres aparecen habitualmente entre los confirmantes de los privilegios regios prestando al monarca *consilium et auxilium* como el resto de los vasallos cristianos, asistiendo libremente a la corte del rey en Sevilla.

El rey Fernando III estaba plenamente convencido de todo ello. Y así se lo hizo llegar a su hijo Alfonso X en su lecho de muerte como bien recoge la *Primera Crónica General*: “*Fijo, sennor te dexo de toda la tierra de la mar aca que los moros del rey don Rodrigo de Espanna ganado ouieron; et en tu sennorio finca toda, la una conquerida, la otra tributada*”. En teoría ya no había fronteras, o mejor, ésta se encontraba todavía muy mal configurada porque los mudéjares permanecían, en virtud de sus pactos, en las villas y alquerías rurales andaluzas manteniendo con los cristianos una pretendida alteridad positiva.

Como sostiene M. González Jiménez una realidad como esta exigió de inmediato que los poderes públicos protegiesen medidas legislativas y jurídicas que constriñeran a los cristianos a adaptar sus pautas de conductas a la nueva situación de coexistencia pacífica con los musulmanes, especialmente con los mudéjares sometidos. Y lo más importante a considerar como “vecinos fronterizos” a quienes hasta entonces habían sido los “enemigos”. Pues en el proyecto político andaluz del rey Santo la coexistencia, la tolerancia y tal vez la convivencia pacífica de los cristianos, los judíos, y los musulmanes, cada uno con ámbitos de ocupación, poder y dedicación muy bien diferenciados, no eran completamente antagónicas. La paz era todavía posible porque los moros permanecían de alguna manera bajo la tolerancia protección de la corona castellana.

J. Pérez ha escrito recientemente que la tolerancia y la libertad religiosa de aquellos primeros años de la conquista de Andalucía y del nacimiento de la frontera y el reino de Granada fueron consecuencia de un encolerizado realismo político, ya que se toleraba “todo aquello que no se podía prohibir”, o mejor aun todo aquello que no se encontraba forma de arruinar o asimilar sin recurrir a la violencia, al exterminio, o la conversión forzosa, que concibiera una alteridad positiva.

Pero todo comenzó a cambiar lentamente tras la muerte de Fernando III en 1252. Para su hijo Alfonso X esta modalidad de control de territorio andaluz era cuando menos insuficiente como para garantizar la plena sumisión de los taifas andalusíes y sobre todo del reino de Granada, antes incluso de la revuelta mudéjar de 1264–1266. Porque, a diferencia de su padre, en el

proyecto político andaluz del nuevo rey de Castilla, los moros no entraban sino como población duramente sometida y marginal, o peor aun, como potenciales enemigos para un monarca que aspiraba a ser Emperador de Occidente.

La legislación alfonsí respecto a los moros es heredera lógicamente de algunas disposiciones anteriores. *La VII Partida (25.1-10)* contiene múltiples referencias socialmente discriminatorias hacia los mudéjares andaluces como medida para conseguir su posible conversión: "Por buenas palabras e conuenibles predicaciones deuen trabajar los los christianos de conuertir a los moros". Algunos moros convertidos fueron favorecidos por la corona Castellana. Otros aun manteniendo su fe islámica fueron apreciados por su sabiduría y conocimientos. Traductores y físicos "de allende" se asentaron en Sevilla y Toledo durante el reinado de Alfonso X.

Sin embargo, más allá de la corte regía *Las Cantigas de Santa María* refleja con claridad la opinión generalizada que la sociedad cristiana tenía de los moros. La alteridad negativa se acrecienta hacia granadinos y norteafricanos frente a los mudéjares andaluces, más tolerados. A raíz de la revuelta mudéjar de 1264-1266 a los granadinos se le considera enemigos antagónicos "negros, barbudos, feos", quienes tenían sin derecho usurpada una parte del territorio hispánico. La visión peyorativa que ofrece el rey Sabio del Islam salpica a los musulmanes granadinos, pues estos como su falso profeta practicaban una religión satánica y engañosa. Así en la *Primera Crónica General* (caps. 478,493 y 494) Alfonso X no duda en atribuir a Mahoma crisis epilépticas, herejías, una muerte dolorosa y cruel envenenado por un discípulo traidor, y sobre todo que su cuerpo podrido jamás ascendió a al cielo ni resucitó, siendo devorado por perros rabiosos.

Sin duda por todo ello, *La Crónica de Alfonso X*, insiste con claridad en la indefensión de las grandes ciudades andaluzas que, como Sevilla y Córdoba, estaban atosigadas por la mayoritaria presencia de mudéjares en las campiñas frente a la minoría cristiana, y que, por este motivo entre otros, no se terminaba de poblar la región. Una tendenciosa corrección de la historia que se fundamentaba en una falsa ucronía para justificar, ya a mediados del siglo XIV, la progresiva política antimudéjar del rey Sabio, la frecuente violación de los pactos firmados por su padre mediante el progresivo asentamiento de nuevos pobladores cristianos en Osuna, Marchena, Carmona, Arcos y Cádiz; la creación en 1253 del Adelantado Mayor de la Frontera; la injustificada conquista del taifa vasallo de Tejada en 1252; el sometimiento efectivo de Arcos, Lebrija y Jerez de la Frontera en 1253; el traslado forzoso de los moros de Morón y Cote a Silibar en 1255; la cruzada proyectada en la bahía de Cádiz en 1260 contra la isla de Salté; el inesperado fin del reino vasallo de Niebla en 1262, y la expulsión de los mudéjares de Ecija en 1263, entre otras medidas sorprendentes.

La política andaluza del Alfonso X, a pesar de su aparente integración cortesana de las tres culturas, de las tres religiones en ciudades como Toledo o Sevilla, daría, sin embargo, como resultado práctico la génesis de una nueva frontera, en el interior mismo de la tierra conquistada desde antiguo, como una realidad cotidiana de violencia y dominación inherente a la progresiva expansión castellana y a la resistencia mudéjar. Porque allí donde la población islámica de

Andalucía, sometida, soslayada y vilipendiada de continuo en sus pactos por los oficiales regios alfonsíes, se aferraba a sus contratos, a la tradición de las viejas sentencias *ofatwas* que aconsejaban la pervivencia de la lengua y la cultura andalusí; allí donde los nuevos pobladores cristianos se abrían un lugar como grupo dominante en una tierra todavía azarosa y difícil, progresivamente se consolidaba una nueva frontera ideológica, atribuida de evidente alteridad negativa, que arruinaría por completo el proyecto compartido de la coexistencia pacífica y sentaba las bases mentales de la revuelta mudéjar de 1264 y la aparición definitiva de una frontera política y militar con el reino nazarí de Granada.

Así pues desde mediados del siglo XIII, para la mayor parte de los pobladores cristianos que defendían Andalucía, la imagen del musulmán granadino, como enemigo unas veces y otras tantas como obligado amigo y vecino fronterizo, se define progresivamente desde la perfidia y la desconfianza, fruto de una pretendida superioridad ideológica cristiana durante los siglos XIII y XIV, hasta la introducción de elementos maravillosos y extraordinarios con cierta consideración novelesca, ficticia y romántica del granadino vencido en los últimos decenios medievales ya en el tránsito del siglo XV al XVI.

Este concepto positivo de su alteridad hasta ahora negativa se desarrolla, como sostiene M. A. Ladero Quesada, precisamente cuando el reino nazarí acusaba ya los primeros signos de su agotamiento político y cultural; cuando la frontera comenzaba a ser ya casi un recuerdo para nobles y caballeros cristianos, para los viejos señores de la guerra que había invertido en ella fortuna y sangre. Sólo así se entiende la actitud de algunos moros “de natura” que deseaban aparentar o ser cristianos ante la caída inminente de Granada en tiempos de los Reyes Católicos y por tanto ayudar a la toma de castillos granadinos; o la de cristianos que fingían ser buenos musulmanes (enaciados) con el fin de espiar mejor el nuevo territorio sometido. Tal vez por ello, en líneas generales, predominó en las relaciones mutuas la astucia, la inseguridad ante el otro, ya fuese cristiano o musulmán tanto a nivel privado como público.

Efectivamente, una de las causas del descrédito cortesano de monarcas como Pedro I y de Enrique IV fue su supuesta mauro filia, su frecuente amistad con los reyes granadinos en periodos de treguas. La influencia de “modas sociales islámicas” se dejan sentir en la estética indumentaria, en el arte, la construcción y la corte de Pedro I cuyo ejemplo más significativo fue el Alcázar de Sevilla. Por su parte Enrique IV llegó a tener una “guardia mora” personal y notablemente visible en la corte del monarca. Hechos éstos que llamaban poderosamente la atención fuera de España.

En plena tensión militar, la desconfianza lógicamente aumentaba porque se creía que en la frontera que los granadinos carecían del verdadero “sentido del honor” y del respeto a la palabra dada, patrimonio tan sólo de nobles caballeros cristianos. En 1409 durante el cerco granadino de la villa de Priego los cristianos pensaron capitular y entregar la plaza, pero temían “*que los moros son tales que no vos ternán cosa de lo que vos prometieren, e moriremos aquí todos o seremos captivos*”.

El recelo afectaba incluso a los aspectos más domésticos de la vida cotidiana. Por la frontera, en época de hostilidades, corrían de boca en boca noticias sobre la muerte de Enrique II por calzar unos borceguíes con “yerbas” que le remitió Muhammad V, o los sutiles consejos que un moro renegado llamado Fernán García había hecho al infante don Fernando de Antequera en 1409 sobre la naturaleza de unos presentes granadinos en testimonio de amistad:

“que le pedía por merced que se guardase de comer ni vestir ninguna cosa de las que los moros le embiaban, porque estando él en Granada vido que el rey de Fez embió a Yuçef, rey de Granada, padre deste que agora reynó, una aljuba muy rica de oro, y en el punto que la vistió se sintió tomado de yerbas, e dende a treinta dias murió, cayéndose a pedazos sus carnes”.

Mientras que la frontera se convertiría para unos en un lugar de amparo y enriquecimiento, para otros lo sería también tierra de misión, convicción y martirio o símbolo de la nueva cruzada y mesianismo. Nobles desnaturalizados de sus monarcas cristianos acudían “a tierra de moros” en busca de protección y fortuna haciendo de la frontera su forma de vida. Este fue el destino de Alfonso Pérez de Guzmán, “el Bueno”, en el norte de África a fines del siglo XIII, comienzo del linaje y señorío de los Guzmán, duques de Medina Sidonia.

Algunos caballeros cristianos acudieron a la frontera como locos enamorados dando lugar a leyendas de relaciones personales mixtas, tan hermosas como la de la Peña de los Enamorados de Archidona. Otros simplemente como apostatas de la fe católica en aventuras heréticas. Fue este el caso de los seguidores de fray Alfonso de Mella en su mayoría mujeres, considerados como herejes por los cristianos buscaron refugio en Granada en 1445 con la intención de constituir en tierra islámica, con la frontera de por medio, una comunidad libre, sexual y fraternal de bienes que en Castilla se les condenaba.

No fueron pocos los religiosos franciscanos, mercedarios, redentoristas, dominicos, etc., que acudieron a la frontera andaluza en época de hostilidades en busca de la santificación, cuando no del martirio voluntario, fruto tal vez de un ilusionado afán misionero a modo de gran “cruzada espiritual” contra los musulmanes granadinos, que se había generalizado por Andalucía y Europa desde los siglos XIII y XIV. En este sentido, apuntaba A. Mackay que la frontera de Granada estaba destinada a jugar un papel decisivo en la Guerra del Fin del Mundo. Entre oriente y occidente los musulmanes granadinos jugaban, como tantas veces hemos apuntado, el papel satánico en tan singular enfrentamiento entre Cristiandad e Islam, entre el Bien y el Mal. Así llegaron a la frontera de Granada en 1330 los caballeros cruzados escoceses de Sr. Duglas, con el corazón disecado de su rey Roberto I – Robert the Bruce – entendiendo que Andalucía era “otra tierra Santa” y los musulmanes granadinos los “demonios de Satán”. Incluso a comienzos del siglo XIV corrían por el sur de Francia noticias temerosas de una invasión de leprosos y judíos, quienes dirigidos por el rey de Granada, pretendían exterminar a la Cristiandad contaminando las aguas y los pozos.

Todavía en 1410, durante el cerco de la ciudad de Antequera, “*avía un loco que dezian Alonso Guerra, que venia con los de Sevilla, que la ymaginación que tenía hera predicar la fee de Jesucristo*” a los musulmanes para promover la entrega de voluntaria de la plaza a los castellanos. Pues la creencia cristiana de estar haciendo una guerra justa al servicio de Dios explica la ciega convicción en los posibles milagros de la Virgen y de los Santos, en la victoria final contra el rey de Granada y sus seguidores, tenidos siempre por enemigos de Cristo y de su Iglesia.

Éxitos y fracasos militares en la frontera de los siglos bajo medievales se justificaban incluso por el providencialismo tanto para cristianos, como para musulmanes, aunque en otro sentido lógicamente. Así se interpretó en toda Andalucía en 1319 la famosa derrota y muerte de los infantes don Pedro y don Juan en la Vega de Granada al violar las treguas firmadas con Ismail I en 1315 siguiendo los consejos del papa Juan XXII para que “*non pusiesen pazes con los enemigos de la cruz*”. Porque la Iglesia fue la principal promotora de las acciones cruzadas contra los granadinos ya desde el siglo XIII. La jerarquía eclesiástica castellana sostuvo siempre una alteridad negativa hacia los ismaelitas granadinos. Todo ello daría como resultado en la frontera la gesta de peligrosas campañas militares en las que los objetivos bélicos aparecen distorsionados y confundidos por el mesianismo providencialista y la cruzada popular. El caso más significativo fue el del maestre de Alcántara, Martín Yáñez de Barbuda quien en 1394 se dirigió a la frontera con las huestes de su orden, y cuantos se sumaron a ellas al paso, para retar al rey de Granada en combate singular y demostrar en su victoria como “*la fe de Jesu Christo era sancta e buena e que la fe le Mahomad era falsa e mintrosa*”. El resultado militar fue lógicamente catastrófico.

Por último para M. A. Ladero Quesada todo aquello era la manifestación de un limitado universo mental y popular de profundo ambiente mesiánico de una época, en la creencia del próximo fin de los tiempos prescritos, que llegaría con la conquista definitiva del reino nazarí de Granada por un rey cristiano de la Santa Casa de Jerusalén, que algunas fuentes identificaron con Fernando El Católico en 1492.

2. LA GUERRA Y SUS MANIFESTACIONES DE ALTERIDAD NEGATIVA

La tensión militar, la violencia y sus diferentes manifestaciones de alteridad negativa, era una de las facetas más extendidas y frecuentes en la vida cotidiana de la frontera andaluza – granadina. Fue el símbolo más puro de un ancestral enfrentamiento ideológico entre dos civilizaciones antagónicas. Por ello, el reino nazarí de Granada terminaría por convertirse en el contrapunto más importante de la política exterior castellana en Andalucía. Y la guerra, la violencia en general, en un “desgraciado” “mal endémico” que afectaría por igual a los modos de vida y a las mentalidades de las poblaciones fronterizas asentadas en sus bordes, cristianas o islámicas, solo atemperada por la existencia de periodos más o menos largos de treguas y coexistencia pacíficas, de alteridad positiva.

Pero en la frontera, la tensión militar no sería nunca la lucha ciega de toda Castilla o Andalucía frente a Granada. En las tierras del sur ni la guerra ni la paz fueron nunca hechos

rotundos ni absolutos de estados, ni situaciones completamente aceptadas y respetadas por todos. Era algo bien sabido, incluso asumido por los poderes centrales regios, que las relaciones fronterizas nunca fueron las oficiales entre dos reinos, entre dos estados. Aunque la corona defendía el orden y la uniformidad militar en toda la frontera, resulta evidente por los documentos de la época que los procedimientos y las modalidades bélicas locales (razzias, cabalgadas, saqueos y robos incontrolados de cosechas y ganados, cautiverio, tropelías y muertes, asaltos por sorpresas, represalias, etc.) estaban tan difundidos y aceptados por todos en la frontera que a veces se realizaban sin motivos suficientes para la ruptura general de las hostilidades en toda Andalucía. Así a acciones militares emprendidas por andaluces y granadinos en un sector determinado de su frontera podían corresponder, y de hecho correspondían, etapas de relaciones más o menos pacíficas llevadas a cabo en otras zonas fronterizas próximas.

Esta era una situación típica y única de la frontera granadina que se mantendría inalterable hasta el final de la misma. Una modalidad bélica “atenuada y vergonzante”, ajena por completo a los asuntos de estado, que solo importaban al rey y a sus gobernantes. Por el contrario, la tensión militar en Andalucía fue siempre un “negocio privado de particulares”, de concejos y nobles fronterizos, donde regía la mutua desconfianza, sin tener para casi nada en cuenta la situación general del reino de Castilla, ni las directrices ni los acuerdos de sus monarcas. En la frontera cada uno suele hacer su guerra y su paz un poco a su antojo, a su libre albedrío, como manifestación de su libérrima alteridad. En este sentido, las llamadas “guerras oficiales”, impuestas por Castilla en Andalucía frente a Granada, solo venían a alterar de forma artificial una práctica bélica, una forma de vida, tradicional en la frontera en donde alternaban ejemplos de una violencia irreversible hacia el vecino granadino con la coexistencia pacífica e incluso la amistad local y la colaboración transfronteriza entre nobles y ciudades, como sucedía frecuentemente entre las poblaciones cercanas de Jerez de la Frontera y Ronda en el siglo XV.

En consecuencia, en la frontera la paz y la guerra y sus manifestaciones de alteridad local presentarían muchas arbitrariedades y alto riesgo de lo cotidiano, algo incomprensible para el resto de los reinos cristianos peninsulares, como refiere claramente el monarca aragonés Alfonso IV al hacer jurar en 1329 al rey de Castilla Alfonso XI, ante la firma de una posible alianza militar contra Granada, que *“prelado, maestre de órdenes, ricos omes e cavalleros, ni castillo o villa del Andalucía nin del reino de Murcia pudiese en general o en particular tener paz ni tregua con el rey de Granada ni con sus vasallos”* sin el lógico reconocimiento de los oficiales regios. Esta forma tan original de hacer la guerra y firmar la paz se observa también del lado granadino, pues Muhammad V no dudaría el condenar a muerte a todos los “hombres malos” de su reino que realizaron cabalgadas contra cristianos en tiempos de paz.

Sin embargo, la crónica menuda de cualquiera de los lugares de frontera es, por el contrario, la historia cotidiana de una violencia mutua sólo atemperada por la frialdad y concisión de los textos, como si esta situación de inseguridad y alerta permanente fuera algo asumido por todos con resignación. Lo más frecuente eran las incursiones o cabalgadas nocturnas de musulmanes granadinos que, al amparo de la oscuridad de la noche, se introducen en territorio cristiano para

robar al amanecer ganado y hacer cautivos y regresar rápidamente a sus lugares de procedencia con el botín capturado. La documentación del siglo XV de poblaciones fronterizas tan alejadas como Morón de la Frontera, Alcalá la Real o Jaén, esta repleta de noticias de esta índole, de incidentes armados entre cristianos y musulmanes que debieron provocar un estado de tensión militar casi permanente. En la frontera, por tanto, en los periodos de violencia, las principales características de la alteridad eran la arbitrariedad y la inseguridad.

La tensión militar incitaba, cuando no obligaba, a muchos andaluces a hacer de la violencia y sus manifestaciones una forma de vida peculiar en la frontera. La *Crónica del Condestable don Lucas de Iranzo* de Jaén describe con detalle y a modo de retrato al natural la vida cotidiana, las mentalidades y las costumbres militarizadas de la sociedad jiennense de mediados del siglo XV, en tiempo de Enrique IV, muy familiarizada con la violencia por la proximidad de la frontera. En la ciudad de Jaén, como en otras localidades andaluzas, se constata la existencia de individuos desarraigados y aventureros que desempeñaron un tipo de actividad económica caracterizada por la explotación depredatoria del enemigo islámico. Su objetivo era la obtención de botín – ganados y cautivos – y su medio más habitual para conseguirlo la cabalgada por tierras granadinas.

En la frontera granadina esta actividad era desempeñada por almogávares, adalides y almocadenes; tal vez grupos de caballeros y peones que jamás se adaptaron a su nueva condición de simples y pacíficos repobladores tras la conquista de Andalucía en el siglo XIII. Por ello en ciertas cartas del rey Enrique II a la ciudad de Córdoba en 1373 se les condena, como a simples malhechores, al poner en peligro muchas veces las relaciones pacíficas con los granadinos en tiempos de treguas.

No obstante, la presencia de estos hombres en las plazas fronterizas andaluzas fue algo muy habitual, hasta el punto que muchas villas, como Morón de la Frontera, tenían su propio “*almocadén de la tierra*” que encabezaba las expediciones de represalias o de botín organizadas por el concejo en tierras granadinas, vigilaba los caminos y efectuaba misiones de espionaje. Los adalides, como buenos conocedores del territorio enemigo y de la lengua árabe, eran muy apreciados como excelentes militares en las emboscadas y algaradas. Se encontraban relativamente vinculados a los concejos fronterizos, siendo guías o jefes de las milicias locales con elevadas asignaciones de dineros o pagas.

El cautiverio, era con diferencia uno de los problemas derivado de la alteridad negativa que más agobiaba a los hombres que vivían necesariamente en la raya misma de la frontera andaluza – granadina. El cautivo era objeto de venta como un esclavo, de explotación como trabajador al servicio de su dueño y en el mejor de los casos también de trueque. Pero la mayoría de los cautivos cristianos carecían de esta suerte por falta de bienes para el canje. Cuando esto ocurría, su cautiverio se prolongaba en el tiempo a través de unas condiciones penosísimas, encerrados en las tristemente famosas mazmorras de La Alambra o en el Corral de Granada donde pasaban las noches. Las penalidades sólo se paliaban por la caridad de los particulares, la actividad redentorista de trinitarios y mercedarios y las gestiones municipales o privadas de los alfaqueques

en los periodos de treguas, como veremos más adelante. Mientras tanto el cautiverio presentaba un problema añadido, el riesgo de la apostasía con la promesa de una mejor consideración económica y social. El renegado o “helche” se convertiría en el tipo humano más peligroso y temido en la depredación de la frontera andaluza, precisamente por su oportunismo religioso y su carácter desarraigado y marginal de la civilización cristiana.

El apresamiento o la posesión de cautivos cristianos era para los granadino un negocio muy atractivo a juzgar por las elevadas sumas que exigían por su rescate, especialmente si éste era un caballero o un noble, como fue el caso de la redención de Juan de Saavedra, hecho prisionero en 1448 tras el desastre militar cristiano de Río Verde, como recogió el romancero tradicional. Pero la posible libertad de los simples peones pastores, campesinos, comerciantes apresados en cabalgadas por la frontera dependía en muchos casos de auténticos milagros. Para la mentalidad religiosa de la época estos prodigios extraordinarios se originaban con cierta frecuencia, siempre por la intervención redentora de algunos santos o de la Virgen. Y así en *Los Miráculos Romanzados de Santo Domingo* del moje de Silos Pedro Marín se describen con detalle y viva realidad la actividad redentora del Santo y su forma de actuar en la frontera de Granada a finales del siglo XIII. También en *Los Libros de Milagros* del Monasterio de Guadalupe se recogen hasta un total de 150 milagros atribuidos a la providencia y mediación de Nuestra Señora durante los siglos XIV y XV. En todos ellos se aprecia el verismo de los relatos, la cruda existencia del cautiverio granadino, la maldad de los infieles, la desesperación y la mísera supervivencia de los cautivos cristianos más humildes en territorio islámico. Tal vez por todo ello, a finales del siglo XIV, el rey Juan I de Castilla había hecho colocar un farol en la torre del alcázar de Alcalá la Real para orientar en la noche a los cautivos cristiano que huían del reino de Granada con la esperanza de la segura libertad.

3. LA PAZ Y SUS MANIFESTACIONES DE ALTERIDAD POSITIVA

Aunque estamos mejor informados de la tensión militar, existieron lógicamente en la frontera periodos de paces, si bien éstos nunca fueron tratados definitivos ni duraderos. Fueron treguas temporales que, no obstante sus limitaciones y alcances coyunturales, nos sugieren sin embargo la existencia de una intolerancia religiosa no siempre generalizada; de una coexistencia memos caprichosa y arbitraria de lo que señalan las fuentes y, sobre todo, el hecho de que la detención de la violencia, de la tensión militar, era una mutua aspiración en parte institucionalizada y sostenida por todos como consecuencia de una necesaria alteridad positiva.

Las treguas, derivadas de vasallaje granadino del Pacto de Jaén de 1246, fueron entendidas por los cristianos como un signo del sometimiento islámico materializado además en el pago de parias al reino de Castilla, 12.000 doblas de oro. Sin embargo, para el reino nazarí de Granada este símbolo tan sólo fue una muestra de buena voluntad y entendimiento pacífico, una manifestación de convivencia entres monarcas que se declaraban y sabían amigos y vasallos. Así fue a nivel de estados y sus representantes oficiales. Pero en la frontera, las treguas fueron siempre

algo más que la mera declaración oficial de la suspensión de hostilidades. Porque, atenuada la tensión militar y las obligaciones defensivas en Andalucía, la paz originaba casi siempre la vuelta a la “normalidad fronteriza”, la reanudación de los contactos vecinales, la negociación y liberación de cautivos y la posibilidad de intercambios económicos con Granada. Pues a pesar de lo mucho que separaba a moros y a cristianos, en la práctica diaria de la convivencia, de la supervivencia de todos los días, la paz era una necesidad y un ansia comunes por encima incluso de las diferencias ideológicas, religiosas y culturales derivadas de la alteridad negativa que originaban tanto la negación como la violencia mutua.

Una paz en la frontera que nacía como realidad paralela a la defensa territorial contra el moro, y que potenciaba incluso la necesidad de relacionarse con él, tanto en el plano comercial como en otros aspectos menudos de la vecindad cotidiana. En este contexto se justifica que vecinos de Gibraltar arrendasen sus pastos a los moros de Casares en 1474. Expresiones como “*vezindad e amiganza*” son mantenidas por el pueblo llano de ambos lados de la frontera, entre Huelma y Ubeda en 1417, entre Cambil y Alhama a finales del siglo XV. También los nobles y las autoridades municipales fronterizas favorecían el clima de amistad y entendimiento en periodos de treguas como se comprueba en las cartas remitidas por Monfarrax, alguacil de Granada, al concejo de Alcalá la Real en 1462, o en las excelentes relaciones del conde de Cabra, Diego Fernández de Córdoba, con el rey de Granada.

Una paz localizada y particular no siempre apreciada en su justa proporciones temporales por todos los fronteros. Treguas variadas que desde el último cuarto del siglo XIII hasta la conquista de Granada en 1492 se desarrollaron ampliamente durante los siglos XIV y XV, sobre todo entre 1350-1460, en un tiempo necesario para vivir, para la coexistencia de cristianos y musulmanes, pues sin suprimir del todo la violencia fronteriza la hacían cuando menos ilegal, como reflejan las cartas de seguro que los grandes concejos de Andalucía remitían al rey de Granada con el mutuo compromiso de guardar y hacer guardar lo pactado en las diferentes treguas. El propio mecanismo de funcionamiento fronterizo sostenía, en fin, treguas que facilitaron cauces de penetración de hombres y sobre todo ideas para la coexistencia de cristianos y musulmanes.

Existieron en Andalucía y en Granada determinados cauces y algunas instituciones propias para garantizar la paz en la frontera, al menos en tiempos de treguas. El más conocido y directo era el cargo de *alcalde entre moros y cristianos* o simplemente *juez de frontera*, cuyos orígenes parecen remontarse al siglo XIV. Nombrados por los monarcas castellanos gozaban de inmunidad y autoridad entre los moros y cristianos andaluces, siendo reconocida ésta por los oficiales regios y los concejos en toda la frontera, en virtud de sus buenas relaciones con los monarcas granadinos. Vinculados generalmente a la nobleza, durante los siglos XIV y XV fueron los señores de Aguilar de la Frontera – los Fernández de Córdoba – quienes desempeñaron el cargo en los reinos de Córdoba y Jaén. En el reino de Sevilla, por su parte, el oficio dependía directamente del Adelantado Mayor de la Frontera, siendo detentado por miembros del linaje sevillano de los Ribera durante el siglo XV. Su misión era la de oír y librar pleitos y querellas entre moros y cristianos vecinos,

castigar a los malhechores y violentos, y mantener, en unión de sus colegas granadinos, el orden y las buenas relaciones pacíficas, utilizando, si era necesario, el “derecho a la represalia” como un procedimiento institucionalizado dentro de los mecanismos fronterizos aceptados. Los municipios en sus jurisdicciones y los nobles en sus señoríos eran los responsables de garantizar las treguas.

Para resarcir los posibles daños ocasionados por la violencia en periodos de paz, existían desde el siglo XIII los *fieles del rastro*, que determinaban la procedencia de los causantes de los daños siguiendo las pistas de los delincuentes que rompían las treguas en sus respectivos términos y jurisdicciones. Eran colaboradores de los alcaldes de moros y cristianos. Pero en última instancia siempre sería la monarquía castellana y sus oficiales los principales valedores del mantenimiento de la paz en la frontera, castigando de manera ejemplar las violaciones de las treguas concertadas con Granada.

Otra institución fronteriza que consigue pleno desarrollo durante las treguas eran los *alfaqueques*. Oficio antiguo y respetado, regulado ya en *Las Partidas* de Alfonso X, que tenía como ejercicio fundamental de su profesión el canje y el rescate de cautivos cristianos. Se trataba de personas expertas y conocedoras de la lengua y las costumbres granadinas que solían vestir como musulmanes, y para parecerlo se dejaban la barba. Desde los tiempos de Juan II, los diferentes alfaqueques cristianos, municipales o particulares, estaban teóricamente al menos bajo la autoridad del *Alfaqueque Mayor de la Frontera*, cargo de designación real patrimonio del linaje sevillano de los Saavedra. En el reino de Granada el cargo fue ejercido durante largos años por el alfaquí Saad al – Alamín.

Las treguas permitieron que ámbitos económicos complementarios de ambos lados de la frontera andaluza practicaran una evidente comunidad de intereses afines más allá de las posibles diferencias socioculturales, especialmente para los granadinos. El déficit crónico de Granada respecto a algunos productos básicos de la supervivencia diaria – cereales, ganados, aceite, etc – generaba un interesante tráfico mercantil de exportación desde Andalucía. Unos intercambios regulados por la corona castellana des tiempos de Alfonso X el Sabio para impedir la salida de “cosas vedadas” armas, metales preciosos y caballos a través de los puertos secos: Jaén, Alcalá la Real, Antequera, Quesada, Priego, Teba, Morón de la Frontera, entre otros. Por ellos Granada vendía frutos secos, azúcar, seda y textiles. Los productos granadinos quedaban sometidos a los pagos del *diezmo y medio diezmo de lo morisco* y los cristianos al *magran*, al otro lado de la frontera.

La nobleza regional acaparaba los principales cargos aduaneros y vigilaba el tráfico ilegal por la frontera. Al tiempo que una pléyade nada despreciable de mercaderes, merchantes, almayares cristianos, moros y judíos de ambas partes pululaban todos libremente por los puertos secos en tiempos de paz con cartas de seguro y protección de las mercancías. Así el arancel del almojarifazgo de Morón de la Frontera de 1387 dibuja un activo comercio granadino, siendo muy apreciado por los castellanos, no importa su nivel social, las telas y los paños *moriscos* para las iglesias moronenses, para el culto litúrgico, según los inventarios conservados de principios del siglo XV.

La vecindad y la coexistencia, la alteridad positiva entre cristianos y musulmanes de municipios fronterizos colindantes en periodos de treguas originaba lógicamente contactos culturales comunes y procesos de aculturación, pero sin asimilación definitiva. Desde el siglo XIII y hasta el final del reino Nazarí en 1492 la frontera actuaría como ósmosis cultural de reciprocas y variadas influencias, ya en Andalucía ya en Granada. El bilingüismo se hizo necesario en amplios sectores de uno y otro lado de la frontera, de modo que el roce pacífico que originaba la frecuente convivencia produce necesariamente entre vecinos una suerte de mestizaje cultural sobre todo lingüístico del que fueron conscientes ya los propios contemporáneos. Unas características propias que diferenciaban a la sociedad fronteriza de los siglos bajo medievales de la del resto de los territorios que integraban el reino de Castilla. En efecto, aun hoy perduran un elevado número de arabismos en el léxico popular andaluz.

Pero si la lengua fue un vehículo excepcional de culturización, las diferencias religiosas antagonicas actuaron casi siempre en su contra. No obstante, hubo algunas excepciones. Al santuario murciano de San Ginés de la Jara acudían cristianos y musulmanes, si bien por motivos diferentes. Otro caso de coincidencia muy extendida por la frontera fue la festividad de San Juan, celebrada por moros y cristianos con ritos y ceremonias casi idénticas al comenzar el solsticio de verano.

La sugestión castellana por la cultura material granadina favoreció la introducción en Andalucía de ciertas técnicas industriales – cerámicas, metal, madera, construcción, etc. – y la difusión por toda la frontera de un tipo de indumentaria mudéjar albornoques y brocados de seda que sería signo de lujo y refinamiento social para los caballeros y los nobles. Los muchos arabismos y la vestimenta a la morisca dieron a la población fronteriza unos rasgos externos orientalizantes que sorprendía a los cristianos del norte que bajaban a la Frontera.

Para concluir, la frontera establecía cauces para algunos procesos mutuos de aculturación y hasta de admiración por Granada. Pero era mucho lo que diferenciaba a unos y otros como para asistir a una simplista asimilación de civilizaciones enfrentadas y antagonicas que se negaban mutuamente ante el mismo espejo fronterizo desde hacía ya varios siglos.

BIBLIOGRAFÍA GENERAL

- ARIE, R. (1990): *L'Espagne Musulmane au temps des Nasrides (1232 1492)* Paris, 2000.
- BARKAY, R. (1984): *Cristianos y musulmanes en la España Medieval. El enemigo ante el espejo*. Madrid, 1984.
- BENITO RUANO, E. (1988): *De la alteridad en la Historia*. Madrid, 1988.
- CARRIAZO J.M. (1971): *En la frontera de Granada*. Sevilla, Ed. Universidad de Sevilla. *Estudios de Frontera*. (1996): Alcalá la Real y el Arcipreste de Hita. Ed. Rodríguez Molina, J. Jaén y *Estudios de Frontera* (1998): Actividad y vida en la Frontera. Ed. Rodríguez Molina, J. Jaén.
- GARCÍA ARENAL, M. (1985): "Los moros en las Cantigas de Alfonso X El Sabio." *Al-Qantara*, VI, 1985, pp.133-151.
- GARCÍA FERNÁNDEZ, M. (1989): *El reino de Sevilla en tiempos de Alfonso XI (1312-1350)*. Sevilla, Ed. Diputación Provincial de Sevilla.
- GARCÍA FERNÁNDEZ, M (1990): *Andalucía: guerra y frontera, 1312-1350*. Sevilla, Ed. Fondo de Cultura Andaluza.
- GARCÍA FERNÁNDEZ, M. Edt. (1999): *I Encuentro de Historia Medieval de Andalucía*. Guerra, frontera y sistemas defensivos. Sevilla, 1999, pp. 83-106.
- GARCÍA FERNÁNDEZ, M. (2003): "Los reinos cristianos y la frontera". *Tartessos, la Bética, al-Andalus*. GEA. Tomo II, Sevilla, 2003. pp. 205-231.
- GARCÍA FITZ, F. (1998): *Castilla y León frente al Islam. Estrategias de expansión y tácticas militares (siglos XI-XIII)*. Sevilla, Ed. Universidad de Sevilla.
- GARCÍA FITZ, F. (2002): ¿La España de las tres culturas?. El mito de la tolerancia y los límites de la coexistencia en la España Medieval. *Diálogo de Civilizaciones. Oriente-Occidente*. Madrid, 2002, pp. 127-155.
- GONZÁLEZ JIMÉNEZ, M. (1993): "La frontera entre Andalucía y Granada: realidades bélicas, socio económicas y culturales" *La incorporación de Granada a la Corona de Castilla*, Granada, Ed. Diputación de Granada, Págs. 87 145.
- GONZÁLEZ JIMÉNEZ, M. (1994): *Andalucía a debate y otros estudios*. Sevilla, Ed. Universidad de Sevilla.
- GONZÁLEZ JIMÉNEZ, M (1997): "Relación general: la frontera oriental nazarí" *Actas de La Frontera Oriental Nazarí como sujeto histórico (siglos XIII -XVI)* Almería, págs. 673 678.
- GONZÁLEZ JIMÉNEZ, M. (2000): "¿Re-conquista?. Un estado de la cuestión". *Tópicos y realidades de la Edad Media. Estudios*. Madrid, 2000, pp. 155-178.

- GONZÁLEZ JIMÉNEZ, M (2002): “Sobre la ideología de la reconquista: realidades y tópicos.” *Memoria, Mito y Realidad en la Historia Medieval*. La Rioja, 2002. pp. 151-170.
- GONZÁLEZ JIMÉNEZ, M. (2003): “El problema de la tolerancia en la España de las tres culturas”. *Pluralismo, Tolerancia, Multiculturalismo*. Madrid, 2003. pp. 125-141.
- Historia de Andalucía*. (1980), Barcelona, Ed. Planeta. vol. II *La Andalucía dividida (1031-1350)* y vol. III *La Andalucía del Medievo a la Modernidad*.
- La Banda Morisca durante los siglos XIII, XIV, y XV* (1996): Actas de las II Jornadas de temas moronenes. Morón de la Frontera (Sevilla), Ed. García Fernández Manuel.
- LADERO QUESADA, M.A. (1989): *Granada. Historia de un país islámico (1232 1571)* Madrid, Ed. Gredos.
- LADERO QUESADA, M.A. (1998): “¿Es todavía España un enigma histórico?”. *Lecturas sobre la España Histórica*. Madrid, 1988.
- LOMAX, D.W. (1978): *La reconquista española*. Barcelona, 1978.
- LÓPEZ DE COCA J.E. (1987): *Historia de Granada*. Granada, vol. II.
- MACKAY, A. (1981): *La España de la Edad Media. Desde la frontera hasta el imperio (1000-1500)*. Barcelona, 1981.
- MACKAY, A. (1988): “Andalucía y la guerra del Fin del Mundo” V Coloquio de Historia Medieval de Andalucía. Córdoba, 1988, pp. 329-342.
- MARAVAL, J.M. (1981): *El concepto de España en la Edad Media*. CEC. Madrid, 1881.
- MESTRE CAMPI J, y otros (1998). *Atlas de la “Reconquista”. La Frontera peninsular entre los siglos VIII XV*. Barcelona, ED. Península.
- PÉREZ, J. (1993): “Mozárabes y mudéjares en la España Medieval”. *Proyección Histórica de España en sus tres culturas: Castilla y León, América y el Mediterráneo*. Vol. I. Valladolid, 1993, pp. 239-249.
- QUINTANILLA RASO, M.C. (1984): “Consideraciones sobre la vida en la frontera de Granada” *La sociedad medieval andaluza. Grupos no privilegiados*. Actas del III Coloquio de Historia Medieval Andaluza. Jaén. Ed. Diputación Provincial de Jaén. págs. 501-519.
- Relaciones Exteriores del Reino de Granada* Actas del IV Coloquio de Historia Medieval Andaluza (1989), Almería. Edt. Instituto de Estudios Almerienses.
- ROJAS GABRIEL, M. (1995): *La frontera entre los reinos de Sevilla y Granada en el siglo XV (1390-1481)*. Cádiz, Ed. Universidad de Cádiz.
- RODRÍGUEZ MOLINA, J. (1987): “Relaciones pacíficas entre Granada y Jaén en el siglo XV” *Revista del Centro de Estudios Históricos de Granada y su Reino* Granada, vol. I, págs. 133-153.

- RODRÍGUEZ MOLINA, J. (1999): “Contactos pacíficos en la frontera de Granada”, *I Encuentro de Historia Medieval de Andalucía*, Sevilla, Ed. Departamento de Historia Medieval y Ciencias y Técnicas Historiográficas, págs. 19-43.
- SÁNCHEZ ALBORNOZ, C. (1974): *De la invasión islámica al Estado continental*. Sevilla, 1874 Red., pp. 15-40.
- TORRES DELGADO, C. (1974): *El antiguo reino Nazarí de Granada (1232-1340)*. Granada.
- VALENCIA RODRÍGUEZ, R. “La imagen del Otro en el medioevo Hispano” en *Identidad y Alteridad: Aproximación al tema del “Doble”*. Sevilla, 1994, pp. 171-181.

Sérgio Ferreira

O corso na segunda metade do século XVIII: reflexos de um cartório notarial portuense

R E S U M O

Este trabalho ambiciona contribuir para um maior conhecimento das diversas realidades que sustentam a acção corsária na 2.ª metade do século XVIII, desde toda a envolvimento política e enquadramento legal, passando pelos procedimentos práticos e aspectos materiais, até ao próprio enquadramento mental que emerge e se reflecte num momento de excepção.

Nesse sentido, afluam questões como a neutralidade nos mares, as estratégias de abordagem corsária, a recolha e julgamento da presa, mas também o comportamento das vítimas, tentando, a esse nível, uma incursão no mundo dos sentimentos, aptidões e valores do homem marítimo setecentista.

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS¹

São escassos os estudos sobre o corso em Portugal, sobretudo, se atendermos ao período em questão. Esta escassez tende a ser compreendida com base na exiguidade das fontes disponíveis e na delicadeza que o objecto transporta consigo. Ora, existe no Arquivo Distrital do Porto, mais precisamente num dos seus fundos notariais², uma enorme riqueza nas possibilidades que transmite para o aprofundar de conhecimentos sobre essa área de grande interesse histórico, seja do ponto de vista das relações internacionais que espelha, seja na vertente de apreensão das técnicas e procedimentos de abordagem corsária, seja ainda para a percepção dos comportamentos e atitudes do homem marítimo enquanto ser humano perante um momento de excepção.

O presente texto procura vislumbrar e transmitir um pouco dessa riqueza alicerçando-se, para isso, nos frutos de um trabalho de pesquisa, e recolha de informação, que percorreu mais de uma centena de livros notariais. Noventa episódios de corso significam, precisamente, o resultado gratificante de todo o esforço dispendido e a trave mestra da análise que se segue.

¹ A metodologia empregue na execução deste artigo, bem como as devidas considerações relativas à fonte notarial, base de todo este estudo, podem ser consultadas no artigo intitulado “*Episódios do Comércio Marítimo Portuense na Segunda Metade do Século XVIII*”, publicado no número anterior desta mesma revista.

² A.D.P., Secção Notarial, PO 4.º, 1.ª Série.

1.1. O CORSO E A PIRATARIA: UMA LIGAÇÃO UMBILICAL

É clara a distinção legal entre pirataria e corso (seja este privado ou de guerra)³, a qual produz, em termos teóricos, uma divisão entre aqueles que, movidos por uma inesgotável sede de riqueza, aventura, e, arriscaríamos a dizer, violência, não deixavam a sua acção ser limitada por quaisquer teias político-religiosas e aqueles que, igualmente movidos pela aventura, mas também pelo serviço ao seu país e soberano, se sujeitavam a normas de actuação muito restritas, tais como prazos e áreas de actuação, montante do valor das presas a respeitar, etc.

As dificuldades surgem, no entanto, quando procuramos transportar a teoria para os mares, nos quais as fronteiras conceptuais facilmente se diluem e onde a realidade é muito mais complexa do que simples definições e enquadramentos legais. De facto, desde a Antiguidade que, na prática, as acções de pirataria e de corso se confundem e, apesar dos esforços de serem devidamente reconhecidas e separadas a partir da Idade Média, o certo é que, mesmo chegados ao século XVIII, não se pode catalogar, com completa certeza, uma determinada ocorrência como pertencente à esfera do corso e outra como pertencente à esfera da pirataria.

São mundos demasiado próximos para que se tracem fronteiras precisas, são meios e modos de vida com aspectos demasiado similares. Mesmo que, na realidade, fossem respeitadas as mencionadas diferenças legais, existiriam sempre afinidades: o código linguístico; os procedimentos marítimos e militares; os objectivos no que toca ao gosto pela aventura, guerra e busca de fortuna no mar; a forma como eram vistos pelas suas vítimas e pelas populações costeiras. Mas, naturalmente, houve uma frequente sobreposição desses dois mundos. Não raras vezes os seus autores assumiam ambos os papéis, quando não os trocavam. Por um lado, foram muitos os corsários que não resistiram à tentação da pirataria e da liberdade de movimentos que esta concedia. E, quando não assumiam inteiramente o papel de pirata, assumiam regularmente as suas atitudes, nomeadamente se a tentação era demasiado forte, como era o caso de se depararem com uma presa ilícita mas apetecível e em inferioridade. Por outro lado, muitos corsários eram antigos piratas, aproveitados, alguns perto da força, por estados ávidos de acção corsária forte e experiente.

Todos estes laços de proximidade acabam por se fundamentar e poder-se-iam resumir, do nosso ponto de vista, numa simples constatação, a de que o corso nasce da pirataria e é dela um reflexo, ainda que enquadrado sob moldes legais. Assim, o corso possui uma origem primitiva, e como que natural, a pilhagem dos mares; e uma construção mutável e política, a lei. Não é por acaso que, abolido este em 1856, ainda hoje existem mares infestados de pirataria. A raiz natural, o instinto, subsistiu; a construída ao sabor das necessidades mutáveis findou, pelo menos por agora.

³ Baseada na existência, ou não, de um suporte jurídico, a carta de marca ou represálias, que permitia a acção de retaliar contra estrangeiros, fosse a nível particular e em tempo de paz (represália ou corso de carácter privado), fosse a nível da comunidade e sob contexto de guerra (corso de guerra).

1.2. UMA CARTA DE MARCA E OS CORSÁRIOS MERCADORES

Piratas, corsários e, claro, mercadores. Entre os múltiplos aspectos que unem estes conceitos para a segunda metade de Setecentos, salientamos a questão, um pouco desconhecida, dos corsários mercadores. De facto, alguns corsários eram ou haviam sido comerciantes, comerciantes que, vítimas constantes de ataques, decidem, a dado momento, responder da mesma forma, armando embarcações em guerra. Esquecendo aqueles casos em que o comerciante abandonou totalmente o trato mercantil em favor do acto de corso, centremo-nos, então, um pouco, na figura do corsário mercador.

Ao contrário dos primeiros, os quais armam os seus navios exclusivamente em guerra, estes “semi-corsários” armam as suas embarcações simultaneamente em guerra e comércio, tendo a actividade mercante, neste caso, a prioridade. Esta nova barreira teórica origina diferenças bem visíveis nos mares, nomeadamente na posse, por parte dos corsários mercadores, de navios de maior tonelagem, fruto da sua vertente comercial de transporte, e de menor equipagem, reflexo duma menor dedicação ao corso⁴. Homens de negócios de grandes cabedais poderiam, de facto, enveredar por este caminho, cuja adopção, além do referido desejo de represália e de possíveis lucros provenientes da depredação, seria essencialmente motivada pela defesa do seu comércio.

Em 20 de Setembro de 1797, o comerciante Domingos Gomes Pinto lançava em nota uma carta de marca⁵, pela qual lhe era permitido “*equipar e armar em guerra o seu navio denominado Protector de modo que, continuando na carreira mercantil de transportar fazendas para os portos da America, va ao mesmo tempo petrexado de gente, muniçoens de guerra e armas proprias para sua defeza e ainda para acometer nos casos em que deva e possa fazer*”. Mais do que o desejo de apresamento, para esta decisão do homem de negócios portuense terá, na verdade, pesado a necessidade de defesa, já que, a esse nível, poucas soluções encontrava por parte da coroa portuguesa: uma incipiente armada e um mecanismo que tinha tanto de segurança como de chamariz de corsários, os comboios. Sendo a mais eficaz, esta solução não estaria, todavia, ao alcance de todos. Note-se que, para além de “*quatro ou seis soldados de tropa regular pagos a sua custa*”, Domingos Gomes Pinto tinha ainda de arcar com todas as despesas relativas a canhões, pólvora, balas e a todo o restante equipamento de guerra.

Por outro lado, embora a actividade fundamental do navio “Protector” continuasse a ser o transporte de “*fazendas para os portos da America*”, este entraria, igualmente, no mundo do corso, mundo que, como vimos, se diferenciava da pirataria na medida em que o corsário servia a sua comunidade, no caso concreto, ao “*poder correr sobre os inimigos da minha Real Coroa, que infestando os mares e pertrubando o commercio de meus fieis vassalos, lhe tem causado a destracção,*

⁴ Estes semi-corsários podiam, no entanto, optar por tempos de acção, ou seja, períodos dedicados ao comércio e outros ao corso. Tal situação é recorrente nas viagens que efectuam às colónias, onde no percurso descendente assumem o papel comercial defensivo e vão carregados de mercadorias, enquanto que no percurso ascendente se armam ofensivamente em corso. JÚNIOR, 2002: 139.

⁵ Segundo o almirante A. Cruz Júnior, somente um navio pediu, em 1797, a licença para se armar em guerra (JÚNIOR, 2002: 139.) Se esse dado estiver correcto, a fonte notarial possibilitou-nos o contacto com a correspondente carta de marca. A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 420, fl. 74.

*damnos e prejuizos e ostelidades manifestas*⁶ e, a partir do momento, em que tinha de respeitar uma série de normas de actuação, como, por exemplo, *“os territorios, fortalezas e pavilhoens das naçoens amigas e aliadas”*⁷.

1.3. OS RETOMADORES

O presente estudo levantará a questão dos navios retomados, a qual, originando uma opção metodológica da nossa parte, exige um prévio esclarecimento. Assim, optamos por não considerar as retomas como actos corsários. Porquê?

1.º: Nem sempre uma retoma é feita por navios. Existem casos, se bem que escassos, onde é a própria tripulação apresada que, num acto de revolta, expulsa os corsários e retoma o navio.

2.º: Mesmo que realizada por navios, estes podem não ser corsários. Aliás, em nenhum momento os *“retomadores”* são apelidados de corsários. Tais navios podem pertencer às armadas de cada país.

3.º: Ainda que consumado por navios corsários, o *“represamento”* pode simplesmente se traduzir pela recuperação de um navio às mãos de poucos marinheiros inimigos deixados a bordo da presa, e não fruto de um combate com o navio apresador.

Ilustremos. Depois de capturada, a charrua hamburguesa *“Séneca”* foi abandonada pelo comandante corsário, o qual apenas colocou a seu bordo 4 marinheiros corsários. Estes, dirigindo-se com ela para Vigo, foram encontrados *“por um luguer de guerra portugues de que he comandante o segunto thenente Guilherme Williams, que hindo a seu bordo e vendo que elle mestre hia aprezado pellos Francezes, o reprezou, tendo ja a este tempo fugido de bordo da sua embarcação trez marinheyros francezes, porque logo que avistarão o luger portugues se meterão na lancha da mesma embarcação e fugirão”*⁸.

De referir que estas acções de retoma eram sempre bem vindas pelos proprietários dos navios mercantes, daí que as leis marítimas previssem certos prémios para os *“retomadores”*. Em Junho de 1799, Francisco Godolphon Band, comandante da escuna de guerra britânica *“Netley”*, constitui procurador a Bartolomeu Cassey para que possa *“receber as oitavaz partes, ou outro qualquer premio que na forma das leis da guerra lhe sejam permitidas, de qualquer embarcação e sua carga que tenha retomado do poder dos corsários inimigos ou haja daqui em diante de retomar”*⁹.

2. INSTANTES DE 50 ANOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Os episódios de curso a que tivemos acesso podem ser, grosso modo, divididos em três períodos cronológicos: um primeiro correspondente aos anos de 1756-57; um segundo decorrente de 1779 a 1783; e um terceiro com balizas estabelecidas entre 1793 e 1799. Desde logo, tal divisão traz consigo uma conclusão obrigatória e natural, a da simultaneidade entre a frequência

⁶ A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 420, fl. 74 v.

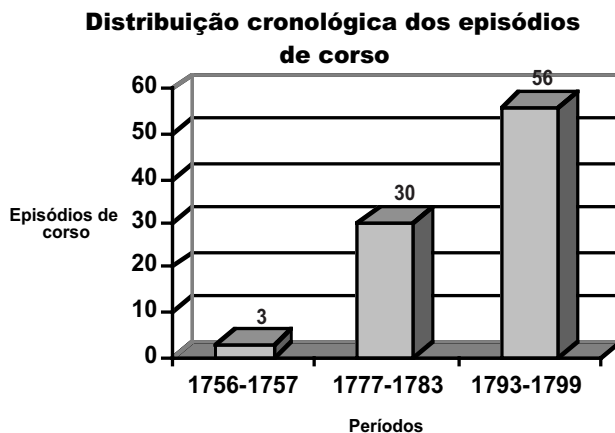
⁷ A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 420, fl. 75.

⁸ A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 424, fls. 69 v.-70.

⁹ A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 427, fl. 6.

de actos de corso e as grandes guerras da segunda metade do século XVIII. Analisando, por sua vez, o elemento quantitativo, temos um primeiro período claramente mais pobre, avultando apenas 3 episódios de corso, fazendo do segundo, com 30 episódios, mas, sobretudo, do terceiro período, com 56 episódios, alturas de grande frequência em termos de ataque corsário. Que ilações se devem retirar?

Gráfico n.º 1



1756-1757

Começando pela escassez verificada para as décadas de 50 e 60, esta prender-se-á, além da ausência de fonte a partir de Fevereiro de 1758, com o facto de Portugal e Espanha não se envolverem em nenhum conflito internacional até 1762. Por outro lado, os dois grandes contendores europeus, Inglaterra e França, também não se encontram em guerra até 1756, o que reduz, de forma drástica, os apresamentos.

Os episódios notariais são ilustrativos quanto às razões apontadas, quanto à importância da conjuntura de paz até 1756, início da Guerra dos Sete Anos. Ora vejamos. Mal a coroa britânica, no seguimento da declaração de guerra à França, dá ordem de captura de todos os navios franceses, surge-nos, com data não muito anterior a Agosto de 1757, o apresamento do bergantim francês “Rainha Isabel” (capitão Thomaz Tabre) pelas naus de guerra britânicas “Deal Castle” e “Pilgrim”, (comandantes Henry Angel e James Loggie), ocorrido no *mar largo*, perto da ilha de São Domingos. Presa recolhida em Vigo e “cuja carga consiste em cento e quarenta barricas de asucar branco, quarenta de asucar mascavado, todo o anil, trezentos e vinte e oito couros e atanados, todo o café, duas barricas de asucar refinado (...)”.¹⁰

Por outro lado, podemos igualmente constatar que nos 3 episódios de corso referentes a 1756-57, França ou Inglaterra assumem o papel de nação corsária, o que comprova a justificação dada para os números obtidos, ou seja, a de que a ausência/frequência de corso se deve, em

¹⁰ A.D.P., S.N., PO 4.º - 1.ª S., lv. 226, fl. 88.

grande parte, ao estado da relação entre tais potências. Assim, a partir de 1756, início da Guerra dos Sete Anos, há notícia de episódios de corso e, mesmo quando estes não confrontam directamente França e Inglaterra, espelham toda uma série de relações internacionais que emergem em tempo de guerra. É assim que observamos os apresamentos do hiate português “O Senhor do Bonfim e Senhora da Conceição”, em 1756, às mãos do corsário francês “Esperança”; e do navio dinamarquês “A Praça de Copenhaga”, em 1757, às mãos do corsário britânico “Defiance de Bristol”.

Os navios mercantes portugueses, tradicionais aliados da Inglaterra, foram sempre alvos apetecíveis para os corsários franceses, mesmo gozando de neutralidade. Atente-se nas palavras de António Ribeiro de Araújo, interessado na carga do hiate “O Senhor do Bonfim e Senhora da Conceição”, o qual constitui procuradores para que possam “*obrigar aos fiadores de Pedro de Taiz, natural de Bayona de França e capitão do corsario Esperança que anda armado em guerra na que prezentemente faz Sua Magestade Christianicima ao da Gram Bertanha, por todas as perdas (...) que lhe tem ocasionado mal e individamente contra as ordenacois de Sua Magestade Christianissima e tratados entre as coroas neutrais e amigas (...) e das capitulacoins que estão feitas entre as coroas de Portugal e Espanha que se achão neutrais na prezente conjuntura de guerra*”.¹¹

No sentido contrário, a Dinamarca aproximara-se, conjunturalmente, demasiado da França, o que punha em risco os seus navios mercantes quando a bandeira que viam no horizonte era a de Sua Majestade Britânica. Foi assim que Frederico Broders viu a sua embarcação tomada pelo capitão corsário inglês John Clark¹².

1777-1783

A cronologia do segundo período (1777-1783), sobrepõe-se à da parte final da Guerra da Independência dos E.U.A. (1775-1783). Sendo a lacuna dos dois anos de 1775 e 1776 justificada novamente pela ausência de fonte, a sobreposição dos dois períodos é total. Prova inequívoca dessa realidade prende-se com o facto do primeiro acto corsário que tivemos acesso pós Tratado de Paris, aparecer uma década mais tarde. Além disso, surge com o advento de novo conflito, desta feita, o abrir de hostilidades contra os revolucionários franceses. Assim, a máquina de guerra aparece novamente como o grande motor da acção corsária. Todavia, ao marcar uma maior frequência de ataques (30), o segundo período obriga, certamente, a outras ilações. Desde logo, como explicar tal aumento face ao primeiro período, sobretudo, se atendermos ao facto de Portugal não ter participado de forma directa na Guerra da Independência dos E.U.A.?

Em primeiro lugar, ao acentuar a luta pela supremacia do comércio marítimo, a guerra americana vai tornar mais feroz a sua vertente marítima. E não só entre os contendores directos, mas, também, sobre as nações neutrais. Em segundo lugar, a guerra americana vai atrair, desde cedo, a presença de outros países que não as potências britânica e francesa. Além da óbvia nação americana, falamos da Espanha e da Holanda, países que, aproveitando um contexto favorável,

¹¹ A.D.P., S.N., PO 4.º - 1.ª S., lv. 223, fl. 132.

procuravam enfraquecer o poder marítimo britânico. Em terceiro lugar, não podemos também esquecer as quezílias verificadas entre portugueses e espanhóis no sul do Brasil, quezílias que serviram, certamente, de argumento para que os corsários espanhóis importunassem constantemente as embarcações nacionais.

De facto, não se podendo afirmar que Portugal participou directamente na Guerra da Independência dos E.U.A., não se deve, da mesma forma, ignorar o papel que tal conflito representou nos assuntos nacionais. Não se deve ignorar o facto de que a guerra de 1775-1783 centrou todas as atenções inglesas, o que quer dizer que Portugal, em oposição a 1762, deixou de poder contar com um eventual apoio inglês num possível conflito com a Espanha. Por seu lado, enquanto não decidiu entrar na guerra com a Inglaterra, o que veio a suceder em 1779, a Espanha tinha terreno aberto para incomodar Portugal. Assim, não foi de estranhar que as lutas fronteiriças entre portugueses e espanhóis no sul do Brasil (Rio da Prata) se acentuassem nos anos de 1774 e 1775 e conduzissem à perda, em 1777, da colónia do Sacramento e da ilha de Santa Catarina. A crónica escassez de meios navais da coroa portuguesa, agudizada em tempos de conflito, permitiu que, no notário das Cangostas, ficasse guardada um pouco da memória destes acontecimentos.¹³ É o caso de navio português “*que no anno de mil setecentos e setenta e quatro seguiu viagem para o Rio de Janeyro, donde no de mil setecentos e setenta e sinco foi servido de Sua Magestade à Colonia e, depois da sua chegada ao mesmo Rio, se avaliou e ficou servindo à Coroa na armada que se expedia para Santa Catherina e Rio Grande no dito anno*”.¹⁴

Gráfico n.º 2



A distribuição dos navios apresados e corsários por nacionalidade espelha bem os pontos proferidos, assim como outros aspectos resultantes da guerra americana.

Num primeiro plano, torna-se mais do que evidente um certo declínio da marinha de guerra britânica, enfraquecida por quinze anos de paz, quer na qualidade das suas tripulações, quer no número de navios disponíveis. Situação ainda mais evidente face a uma marinha de

¹³ A.D.P., S.N., PO 4.º - 1.ª S., lv. 325, fl. 96 v.; lv. 327, fols. 9 v., 31 v. e 34. Referimo-nos a quatro procurações efectuadas pelos proprietários dos navios “N.ª Sr.ª da Graça e São João” e “N.ª Sr.ª do Livramento e São Frutuoso”, com vista a receberem do Erário Régio, em Lisboa, ou da Junta da Real Fazenda, no Rio de Janeiro, importâncias relativas ao uso e apropriação dos ditos navios por parte da coroa portuguesa e visando expedições à colónia do Sacramento e à ilha de Santa Catarina.

¹⁴ A.D.P., S.N., PO 4.º - 1.ª S., lv. 325, fl. 96 v.

Gráfico n.º 3



guerra francesa em rápida expansão e aliada à espanhola e holandesa.¹⁵ Declínio que é aqui traduzido pela obtenção do primeiro lugar em termos de navios mercantes apresados. A fonte estudada dá-nos a conhecer 8 casos em que tal aconteceu face a corsários franceses, 5 casos face a corsários de Sua Majestade Católica e 1 caso face aos revoltosos americanos. Parecem confirmar-se os dados de Auguste Toussaint para o período da guerra americana, o qual aponta cerca de 2.200 embarcações inglesas apresadas pelos franceses, além das cerca de 3.000 apresadas pelos americanos. Pelo contrário, os ingleses não teriam apresado mais de um milhar de navios aos franceses.¹⁶ Os protestos efectuados por capitães britânicos são, sem dúvida, ilustrativos. Em 10 de Junho de 1780, era a vez de Alexandre Gardin, capitão do navio “Isabela Ana”, narrar o encontro, a “oito legoas ao ueste da villa de Vigo, com hum corsario frances chamado Vingança de que hera capitão Pedro Deuforge que montava oito pessas, cujo corsario logo que conheceu a nação delle comparecente lhe introu a descarregar toda a artilharia e (...) o aprezou e ao dito navio”.¹⁷

Sendo certo o desgaste britânico com o decorrer da guerra e a consequência directa de muitas das suas embarcações mercantis serem apresadas, não devemos, todavia, cair no erro de reter esse dado com mais importância do que a que realmente possui. Com efeito, por muito eficazes que fossem os corsários inimigos de Sua Majestade Britânica, a sua acção pouco impacto tinha no total da frota mercante insular. Esta era, de longe, a maior da Europa, com uma tonelagem total, para fins do século XVIII, que rondaria as cerca de 800.000 toneladas.¹⁸

Portugal aparece, logo de seguida, como nação com mais embarcações capturadas, o que não surpreende, antes evidencia o tratamento hostil proporcionado pelos inimigos do aliado britânico, nomeadamente pela Espanha, esta também instigada pelos referidos conflitos no Rio da Prata. Assim, o notário das Cangostas dá-nos a conhecer 6 casos de navios nacionais apresados por corsários espanhóis, não obstante a sua neutralidade. Se consideramos usuais este tipo de ataques, o mesmo não acontece relativamente ao apresamento de navios portugueses às mãos dos seus aliados. É o caso do hiate “N.ª Sr.ª do Rosário, São José e Almas”, apresado por corsário

¹⁵ CASTRO, 1998: 53.

¹⁶ TOUSSAINT, 1978: 29-30.

¹⁷ A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 325, fl. 81 v.

¹⁸ JÚNIOR, 2002: 128-129.

inglês. Não seria normal nem admissível para as instituições que julgavam tais casos, como prova a pena a que foram sujeitos os armadores do dito corsário. Estes tiveram de pagar 221 libras e 4 xelins “*em recompensa do prejuízo e roubos que lhe fizerão das ditas fazendas, em razão de ser feita a mesma preza sem algum dos motivos declarados nas circunstancias da neutralidade*”.¹⁹

Entrada no conflito em 1780, ao lado dos revoltosos americanos e das nações francesa e espanhola, a Holanda sujeitou os seus navios mercantes à sorte da guerra em alto mar, à fortuna de encontrarem, ou não, embarcações de guerra britânicas no decorrer das suas viagens. Hipótese bastante provável, na medida em que a Mancha era local de passagem obrigatória para os navios holandeses sempre que estes vinham para o sul da Europa e na medida em que tal geografia era área de actuação privilegiada por parte dos corsários britânicos, corsários armados em portos como Plymouth ou Bristol. Hipótese provável, tornada certeza para o navio “Catarina”, o qual “*chegando ao canal de Inglaterra ali foi aprezado por hua nau da coroa britanica pello objeto da rotura da guerra que a mesma Coroa fez declarar à dita nação holandeza, publicada nos fins do mes de Dezembro do anno immediato de mil setecentos e oitenta*”.²⁰

Bem como para os navios “Vergnoegen” e “De Jonge e Watse Ruytinga”, apresados no decorrer das suas viagens de Amesterdão ao Porto e a Vila do Conde.²¹

Uma das consequências da Guerra da Independência dos E.U.A. foi a criação da Liga da Neutralidade Armada em 1780. Esta, lembre-se, surgiu como resposta aos exageros com que Inglaterra e Espanha tratavam os navios das nações neutras, procedendo a inúmeras visitas e apresamentos. Dessa realidade deixa-nos memória António José Monteiro, capitão da corveta “São João Baptista”. Segundo ele, o corsário Bernardo Pequeno “*intrando-lhe a bordo e fazendo-lhe revista na carga e papeis, julgando-os com algua duvida, se assenhoriou da dita corveta e a recolheu na vila de Vigo, Reyno de Galiza, aonde intentou perante o Magestrado da Marinha obter sentença de condenação das ditas fazendas, fundado em que os despachos dellas erão em nome de sujeitos inglezes e inimigos daquella Coroa (...) que davão justo motivo a desconfiança não a havendo no que respeitava ao navio, que conhecidamente era Portugues*”.²²

Concluindo, o segundo período aparece numa linha de complexidade crescente, onde uma maior frequência corsária se explica fundamentalmente pela conjuntura de guerra, cada vez mais vocacionada para o mar e abrangendo, desde cedo, potências complementares importantes como a Espanha e a Holanda. Não se despreze ainda o aumento da agressividade face aos países neutros e o aumento da tonelagem europeia e americana nos mares.

1793-1799

Chegados ao terceiro período, este coincide totalmente com o fenómeno da guerra, com a vasta coligação que se forma contra a França revolucionária. Em termos numéricos é, igualmente, o período mais rico, avultando 56 episódios. Evitando repetir motivos, pode-se afirmar que tal

¹⁹ A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 333, fls. 120-120 v.

²⁰ A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 330, fl. 8 v.

²¹ A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 330, fl. 19 v.; lv. 329, fl. 134.

²² A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 328, fl. 89.

frequência obedece, em traços gerais, às razões que já haviam precedido o crescimento verificado no segundo período. A grande novidade/contributo para o número obtido relacionar-se-á com a entrada de Portugal na guerra, e logo em 1793, início das hostilidades.

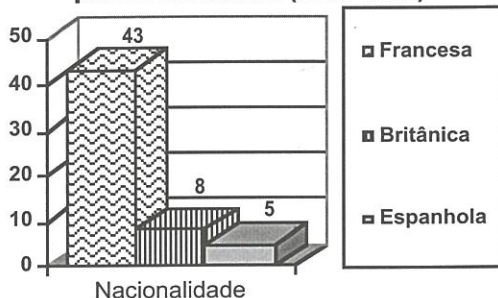
Gráfico n.º 4

Distribuição dos navios apresados por nacionalidade (1793-1799)



Gráfico n.º 5

Distribuição dos navios corsários por nacionalidade (1793-1799)



Os gráficos acima expostos revelam duas linhas de força para a acção corsária entre 1793 e 1799. A primeira prende-se com a força do corso francês. Na verdade, após uma primeira fase de interdição, em nome de ideais filosóficos, por parte da Revolução Francesa, os corsários franceses respondem com empenho às necessidades da guerra com a Inglaterra e aos apelos da Convenção.²³ No outro prato da balança temos Portugal, vítima recorrente desse vigor, como mostra o facto de apenas uma das 28 embarcações apresadas não passar para mãos francesas. Com efeito, os navios mercantes portugueses eram um dos alvos preferenciais do corso francês, fosse pelas cargas valiosas que transportavam, fosse pela pouca resistência que ofereciam, fosse ainda pelo incipiente papel exercido pela marinha de guerra nacional.

²³ TOUSSAINT, 1978: 30-31.

Certos episódios tornam-se ainda mais graves para a frota mercante portuguesa, como uma captura ocorrida em Setembro de 1796. Nesse mês, *“sahindo os expressados tres navios, São Joaquim o Augusto, Trindade e Madre de Deos, e juntamente o navio Triumpho (...) da cidade do Rio de Janeyro para esta cidade do Porto por ser o das suas descargas, continuarão a sua viagem sem contratempos de mayor consideração athe os dias seis, sete e treze do mes de Septiembre do mesmo anno immediato, aonde achando-se os ditos quatro navios na latitude de quarenta graos e cento e oitenta legoas em distancia do cabo Mondego e quarenta e dois graos distantes trinta e sinco legoas da vila de Caminha deste Reyno de Portugal, forão encontrados por huma fragata da Republica Franceza denominada Decada e aprezados pella mesma”*.²⁴ Este relato espelha fielmente os anos negros de 1795 e 1796, nos quais os franceses terão capturado mais de 600 navios nacionais.²⁵

A ferocidade dos corsários franceses, agudizada pelo clima de guerra que unia grande parte da Europa contra o seu país, não visava apenas embarcações de países inimigos, mas igualmente pavilhões neutros. Em 1793, os navios hamburgueses “Senhora Isabel”, “Neptuno” e “Amizade”, *“sem suspeita ou declaração alguma de guerra com a Bandeira Franceza por estarem neutrais com ella, forão aprezados (...) por cursarios francezes”*.²⁶

Inimiga da França até à paz de Basileia (22 de Julho de 1795), a Espanha rapidamente troca de papéis e reaproxima-se da sua velha aliada. Esta ligação, porventura nunca quebrada totalmente nos mares, é visível num ataque em que corsários franceses e espanhóis parecem trabalhar em conjunto. Ocorrido em Fevereiro de 1799, tratou-se do apresamento do bergantim “Santa Ana César”. Lourenço Soares, o seu capitão, *“achando-se na altura da Guarda, tres legoas em distancia da terra e em calmaria e sendo nove horas da manhã, foi avistado por tres corsarios que lhe aparecerão pella proa, dos quais conheceu serem dois hespanhois e hum frances”*.²⁷ Por outro lado, é nessa linha de aproximação que devemos encarar os cinco apresamentos efectuados pela Espanha, quatro deles tendo como vítimas embarcações britânicas.

Em situação bastante semelhante encontramos a nação holandesa, a qual, pressionada pela França, firma a paz em Maio de 1796 e direcciona os seus canhões para a Inglaterra. A menção holandesa no gráfico relativo aos navios tomados revela o abrir de hostilidades contra a Inglaterra, no caso, as consequências dessas mesmas hostilidades: *“foi aprezado por ordem do governo [britânico] pellos motivos da subjeição que a Holanda tinha feito à convenção franceza”*.²⁸

Será, por certo, interessante analisar o contexto das capturas efectuadas pelos corsários insulares²⁹. Estas parecem obedecer a três perspectivas. Uma primeira relacionar-se-á com o carácter inimigo das presas. Surge nesta linha a já referida presa holandesa, bem como a captura espanhola. A presa americana “Calambes” surge envolvida, quanto a nós, num contexto diferente. De facto, não sendo um inimigo declarado a partir da Paz de Versalhes, os americanos não seriam propriamente uma nação aliada dos britânicos em fins do século XVIII. A conhecida

²⁴ A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 417, fl. 65 v.

²⁵ JÚNIOR, 2002: 139.

²⁶ A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 405, fl. 24.

²⁷ A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 425, fl. 103.

²⁸ A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 410, fl. 54.

²⁹ Distribuem-se da seguinte forma: 2 presas suecas e hamburguesas, 1 presa portuguesa, americana, espanhola e holandesa.

ligação dos americanos à nação francesa, aliada a ressentimentos não resolvidos duma guerra não muito distante, poderá ter estado na origem do referido apresamento. Finalmente, as vítimas suecas, hamburguesas e portuguesa, não se enquadrarão no clima de hostilidade que a Inglaterra mantinha com as nações neutras que, de alguma forma, estiveram associadas ao projecto da Liga da Neutralidade Armada?

Mais seguras são as considerações acerca do poderio marítimo britânico. De facto, após alguma perda aquando da guerra da independência americana, as marinhas mercante e militar britânicas recuperaram rapidamente e, a partir de 1783, evoluem para um patamar muito superior ao de todos os seus rivais. Que consequência trará, para os britânicos, essa superioridade a nível de corso? Do ponto de vista defensivo, parece-nos claro que dificilmente a depredação inimiga faria mossa na marinha mercante inglesa. Segundo Toussaint, as condições de guerra no mar não são as mesmas do período da guerra americana. Por um lado, a Inglaterra adquire no domínio da construção naval uma superioridade incontestável. Por outro lado, a sua marinha mercante torna-se de tal modo numerosa que seria necessário mais do que uma guerrilha para provocar sérios danos. O autor francês aponta, para todo o período da guerra (1793-1802), o apresamento de 5.500 navios mercantes ingleses, numa média anual de cerca de 500, o que, todavia, não representava mais do que 2.5% da tonelagem inglesa.³⁰

Do ponto de vista ofensivo, tal superioridade poderia representar uma vasta e esmagadora rede de corsários britânicos, o que, todavia, não parece acontecer. De facto, tanto os nossos dados (apenas 8 casos em 56) como os fornecidos pelo autor francês (319 entre 1793-1795³¹) não revelam uma grande actividade corsária dos súbditos de Sua Majestade Britânica. A aposta da coroa britânica visaria uma armada mais forte, armada que combateria activamente os corsários e assumiria frequentemente o papel de “*retomadora*” de navios apresados. É assim que enquadrámos as já transcritas palavras de Francisco Godolphon Band, comandante da escuna de guerra “Netley”.³²

2.1. A QUESTÃO DA NEUTRALIDADE

A questão da neutralidade foi, sem dúvida, o grande problema do direito marítimo na época moderna, especialmente a partir dos inícios do século XVIII, altura em que se consagra a liberdade dos mares como um princípio a ser respeitado por todas as nações. Assim, se os mares pertenciam em comum a todas as nações, a navegação dos navios neutros não deveria ser incomodada pelas nações beligerantes. Por outro lado, as exigências da guerra não deixariam de impor certas restrições a essa navegação, restrições que algumas potências, como a Inglaterra, tentaram aumentar de forma arbitrária no que toca aos materiais considerados contrabando.³³

Ao falar em países neutros, entende-se como tais aqueles que não têm qualquer participação no conflito e se abstêm de dar qualquer tipo de vantagem a uma só das partes beligerantes. No

³⁰ TOUSSAINT, 1978: 32.

³¹ TOUSSAINT, 1978: 32. Entre 1 de Fevereiro de 1793 e finais de 1795, os corsários britânicos teriam apresado 319 navios franceses, enquanto que os corsários franceses teriam capturado 2.099 embarcações britânicas.

³² A.D.P., S.N., PO 4.º - 1.ª S., lv. 427, fl. 6.

³³ CASTRO, 1998: 84.

entanto, a neutralidade de um estado não é sinónima de indiferença ou de imparcialidade. Todo o Estado tem os seus aliados e não será durante uma guerra que este os irá desprezar.³⁴ Os *“diversos fingimentos da navegação Portuguesa, encoberta dos inimigos inglesez, que tem entre si a mayor confiança e trato, da qual se valem para seus fraudes”*³⁵, constituem bom exemplo dessas ligações, muitas vezes seculares, que as conjunturas não podem apagar.

Além desta passagem, o dado notarial encontra-se recheado de pequenos fragmentos relacionados com o tema da neutralidade marítima, os quais, reunidos e alvo de uma análise integrada, dão lugar, desde já, a duas conclusões: que a neutralidade no mar não é um estatuto adquirido à partida, mas antes uma condição conseguida a todo o momento, ou seja, a uma embarcação em alto mar não bastava ostentar bandeira de país neutro para ser considerada como tal, antes, tinha de reunir uma série de requisitos. Segundo, que tais requisitos estão longe de seguir parâmetros uniformes e homogêneos de navegação para navegação, de direito nacional para direito nacional, em altura de primeiros passos do direito internacional. Nesse sentido, o carácter neutral de uma embarcação dependeu muito menos de leis consagradas internacionalmente do que da postura assumida pelas nações beligerantes.

Mas quais seriam os requisitos a cumprir por um navio para poder ser considerado neutro? Uma condição seria totalmente obrigatória, ou seja, a nacionalidade neutral do seu pavilhão. De resto, a posse dos documentos competentes, a nacionalidade da tripulação e dos interessados na carga, bem como a viagem destinada, deveriam ser alvo de extremo cuidado por parte dos capitães mercantes, tendo ficado, muitas vezes, ao sabor da interpretação corsária.

A minúcia destas questões ficará melhor ilustrada pelos documentos. Começemos pela nacionalidade dos interessados na carga e num contexto de guerra entre Inglaterra e Holanda (1780), guerra que, nos seus momentos iniciais, afectou alguns comerciantes portugueses, na medida em que certos pavilhões holandeses, onde tinham tomado praça, foram aprisionados. Se a boa qualidade da presa quanto à embarcação não deixa dúvidas, o mesmo não acontece relativamente à carga portuguesa. Esta deve ser tida como neutral? Ou, pelo contrário, é perdida a sua neutralidade pelo facto de se encontrar em navio inimigo?

As palavras de dezenas de comerciantes portugueses interessados na carga do navio holandês “Vergnoegen”, parecem justificar a primeira hipótese. Segundo eles, a referida guerra *“não deve ofender a esta coroa de Portugal e a seus vassallos commerciantes como neutral com as naçoins belegirantes”*. Afirmam igualmente não existir *“interessado algum das ditas naçoins belegerantes porque todos elles outorgantes são vassallos desta coroa de Portugal a quem he primitido toda a qualidade de comercio que não for contrabando com as mesmas naçoins belegerantes”*. Todavia, esta postura parece perder força na medida em que tais comerciantes se sentiram compelidos a elaborar um outro argumento, o *“de que as fazendas que correspondem a elles outorgantes”* foram mandadas vir *“antes de que Sua Magestade Britanica tivesse declarado a guerra os Estados de Olanda”*³⁶, aliás, o primeiro argumento apresentado para reclamar a devolução da carga. Na mesma linha encon-

³⁴ CASTRO, 1998: 85

³⁵ A.D.P., S. N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 345, fl. 36. Extracto de sentença condenatória espanhola relativa ao bergantim português “N.ª Sr.ª do Patrocínio e São José”, datada de Novembro de 1782.

³⁶ A.D.P., S. N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 330, fl. 20.

tramos as palavras do homem de negócios portuense Domingos Martins da Costa, o qual, tendo carregado açúcar no navio holandês “Catarina” “*fiado na boa pas e amizade que Sua Magestade Britanica conservava com a nação holandeza*”, afirma, após notícia de apresamento, que “*se soubesse antes disso a publicação da dita guerra não carregaria (...) em embarcação de bandeira holandeza, não obstante a neutralidade que esta coroa de Portugal conserva com as naçoins belegerantes*”.³⁷

Ao colocarem um maior ênfase no argumento das circunstâncias temporais, do que propriamente no da neutralidade da carga, argumento que, em princípio, deveria ser menos relativo, estes casos são paradigmáticos do que temos vindo a afirmar, da insipiência do direito marítimo internacional, especialmente da dificuldade em se definir a neutralidade no mar. Por outro lado, os dois casos apresentados revelam a consciência dessa realidade por parte dos negociantes portuenses. Embora gozando de neutralidade oficial, a sua experiência mostrava-lhes que do mundo teórico das leis à sua aplicação prática no mar ia uma grande distância, ia a distância de grandes perdas financeiras a que não podiam estar sujeitos. Nesse sentido, sabiam e evitavam o grande risco que constituía o transporte de mercadorias em pavilhões beligerantes.

Concluindo, não podemos afirmar que tais mercadorias perdiam o seu carácter neutral, mas também parece certo que, em caso de captura, estas seriam mais facilmente sentenciadas como boa presa. Essa situação não se verificou no caso “Vergnoegen”³⁸, muito provavelmente pelo facto da Inglaterra ser um país aliado de Portugal. Aliás, é com base nessa mesma aliança que, em Fevereiro de 1796, alguns comerciantes portuenses, que viram o navio sueco “Minerva”, onde tinham tomado praça, ser apresado por ingleses, constituem procuradores para “*fazer a reclamação de todas as fazendas constantes das ditas facturas e na falta da existencia dellas reclamarão o seu importe com todos os lucros, perdas, damnos, siguro e custos (...) pella violencia de se lhe ter aprezada quando elles ditos outorgantes são vassalos de Sua Magestade Fidelissima cuja coroa se acha aliada com a dita de Sua Magestade Britanica*”.³⁹ Mas o resultado seria o mesmo se o corsário fosse súbdito espanhol e a presa inglesa? Seria devolvida a carga neutral (portuguesa) aí transportada?

Como referido, outros requisitos necessários para o assumir da neutralidade prendiam-se com a nacionalidade da embarcação e da sua equipagem, e com a presença de todos os documentos necessários a bordo. Uma cláusula extraída de um contrato de fretamento espelha essa tripla necessidade. Assim, em Dezembro de 1780, a embarcação “Pérola de Setúbal” deveria ser capaz de fazer a viagem destinada com todos “*os despachos correspondentes à mesma galera, passaporte real e matriculas da gente da sua equipagem*”.⁴⁰

Os documentos notariais permitem-nos, todavia, uma maior amplitude no tratamento de ambas as situações. Da primeira, dá-nos conta o testemunho dos irmãos Vanzeller. Também

³⁷ A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 330, fl. 8 v.

³⁸ A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 339, fl. 127 (Por sentença proferida a 29 de Janeiro de 1782, o Tribunal do Almirantado de Inglaterra julgou como “*má preza as fazendas dellas outorgantes (...) e foi o corsário condenado a restituhi-las*”).

³⁹ A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 413, fl. 116.

⁴⁰ A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 329, fl. 19 v.

estes negociantes se viram envolvidos nas consequências da declaração de guerra inglesa à Holanda. Todavia, existia uma diferença fundamental para com os outros casos: a embarcação em que tinham tomado praça era de bandeira hamburguesa e não holandesa, o capitão da mesma hamburguês e não de qualquer nação em guerra, diferença que para João, Pedro e Arnaldo Vanzeller corresponderia, à partida, a um apresamento mal efectuado. Posição assumida nas seguintes palavras: "*nas quais [guerras] tanto elles outorgantes como o dito navio e seu capitão não são comprehendidos e por isso se deve presumir mal feita a dita presa*".⁴¹

Neste sentido, o contributo deste episódio é objectivo e permite-nos visualizar uma certa hierarquia prática dos requisitos mencionados. Por outras palavras, ao deixarem uma posição firme, sem subterfúgios, os irmãos Vanzeller mostram, sem surpresa, a importância fundamental da nacionalidade do navio e da sua equipagem, especialmente do capitão. Não deixam de assumir mais uma vez a importância da nacionalidade dos interessados na carga, mas, sem dúvida, são aqueles os pilares que sustêm a sua posição.

A necessidade de uma embarcação possuir todos os documentos competentes é também requisito de relevo, ou não o mostrassem a todo o momento as escrituras de fretamento. Assim, qualquer navio devia possuir "*os documentos lembrados nas instruçoes regias sobre a neutralidade com as naçoens belegerantes afim de mostrar que he legitimo portuges*"⁴²; qualquer embarcação devia navegar "*com todos os despachos e passaportes precizos para não ser afrontado no mar pellos cursarios*"⁴³.

Embora salientada, ao longo de centenas de contratos de fretamento, a necessidade dos navios terem em sua posse os documentos competentes, os quais seriam uma defesa face a qualquer encontro com corsários e, na hipótese de apresamento mal efectuado, um instrumento legal para reclamar a sua devolução, os documentos podiam nem sempre ser benéficos. Transportemo-nos para a década de 1790, em plena guerra entre Portugal e França. Na comunidade marítimo-comercial portuense sucedem-se as notícias de embarcações nacionais caídas às mãos francesas, desta vez "*he publica vos e fama*" que a charrua "N.ª Sr.ª do Carmo "*foi tomada e reprezada pellos francezes e conduzida por força a hum dos portos de França*".⁴⁴ Os comerciantes portuenses debatem-se com as crescentes dificuldades, muitos não resistem e fazem ponto no seu comércio.

Nesse contexto, só os mais fortes e imaginativos conseguem superar as adversidades. António Fernandes Boucinho e Custódio Rodrigues fizeram, sem dúvida, parte desse grupo. Conscientes do maior risco que era tomar praça em navios nacionais, fretam, em 1794, dois pavilhões dinamarqueses, os navios "Pumora" e "Nicolau Henrique". Todavia, tal opção não chegaria para evitar problemas em alto mar com os corsários franceses. O interesse da carga seria sempre inimigo e alvo de boa presa, além disso, o próprio destino, os portos britânicos de Waterford e Limerick, seria muito provavelmente sinónimo de apresamento. Assim, procedem ao despacho do navio "*para o porto de Francisburg, em Dinamarca, e elle capitão não levará a seu bordo mais*

⁴¹ A.D.P., S.N., PO 4.º - 1.ª S., lv. 330, fl. 37.

⁴² A.D.P., S.N., PO 4.º - 1.ª S., lv. 335, fl. 129.

⁴³ A.D.P., S.N., PO 4.º - 1.ª S., lv. 326, fl. 45.

⁴⁴ A.D.P., S.N., PO 4.º - 1.ª S., lv. 410, fl. 133.

papeis pertencentes a este artigo senão o proprio despacho e quanto à carta que acompanhar a carga, conhecimentos e treslado deste fretamento hira tudo escondido e com todo o resguardado afim de que no cazo de ser encontrado pellos inimigos não virem estes no conhecimento de conta de quem he a carga nem para onde vai".⁴⁵ Desta estratégia de ocultar a documentação encontramos ainda um outro indício, mas neste caso advindo de um protesto realizado, em 1798, pelo capitão sueco Adam Peters, o qual acusava o comerciante portuense José da Cruz de intentar "*contra ele comparecente requerimentos contrarios a toda a boa ordem do commercio e da navegação, procurando para isso pretextos alheios das ordens do fretador e da sua carta de fretamento que não trouxe na sua companhia pella razão de lhe não ser achada por algum corsario francés e lhe fazer por isso apreçamento no seu navio no cazo de o abordar*".⁴⁶

Se nestes três episódios da década de 1790, o contexto faz aparecer a participação portuguesa do lado dos carregadores, do lado de nação em guerra com necessidade de recorrer a embarcações neutras, tempos anteriores revelam a participação nacional do lado dos capitães de navios neutros. De facto, basta-nos recuar ao conflito imediatamente anterior, à Guerra da Independência dos E.U.A., onde Portugal beneficiava de uma posição neutral, para assistirmos ao assumir desse mesmo papel por parte dos capitães portuenses, papel que, na maior parte das vezes, servia os interesses britânicos e procurava fugir ao controlo espanhol.

Estratégias inovadoras para quem as adoptava, elas eram obviamente mal recebidas pelos visados. Atente-se à seguinte passagem de uma sentença espanhola proferida, em Julho de 1782, a propósito do hiate português "N.^a Sr.^a da Bonança e Almas", na qual se acusam os ingleses de se servirem das "*embarcaciones neutralis que, con sofisticios hechos e fraudulentos modos, encubrem efectos de los inimigos contra esta Real Corona en la presente y justissima guerra con la potencia britanica, valiendo-se de estranos pretextos para obscurecer la verdad y engrosar dichos enemigos faltando a toda a pureza y licito modo de comerciar*".⁴⁷ Eram igualmente estratégias arriscadas, uma vez que a ausência de qualquer documento podia igualmente ser motivo para apresamento, pois "*ainda que sejam muitos os documentos com que todo o navio mercantil deve navegar (...) he preciso e necessario o simultaneo concurso de carta de fretamento, conhecimentos, e factura, em tanto rigor que faltando qualquer destas circunstancias pode ser detida e embargada toda a embarcação*".⁴⁸

Como é facilmente perceptível, a questão dos documentos está relacionada com todos os outros requisitos, é o reflexo no papel da neutralidade que aqueles transmitem ou não. Assim, foi constantemente objecto de disputa entre entidades cujos interesses eram opostos, pelo que também importa perceber a posição dos corsários e dos tribunais que sustentavam as suas acções, no caso, espanhóis. Estes assumiam uma posição agressiva face às embarcações neutras portuguesas. No mar, os corsários procediam a inúmeras visitas e a muitos apresamentos, em terra, as entidades alfandegárias não hesitavam em embargar navios portugueses baseados na mínima suspeita ou no mais ligeiro argumento. Por sua vez, os tribunais espanhóis forneciam o suporte jurídico-legal a ambos. Note-se a captura, em Outubro de 1780, da corveta "São João

⁴⁵ A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 408, fl. 52 v.

⁴⁶ A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 423, fl. 126 v.

⁴⁷ A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 342, fl. 54.

⁴⁸ A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 345, fl. 36.

Baptista”, mesmo estando esta “*munida com passaporte real e todos os documentos bem autenticados tanto do casco da dita corveta como da carga*”.⁴⁹ Ou, então, o embargo de um bergantim em Vigo, em Setembro do mesmo ano, pelo facto do nome do capitão contido no passaporte não corresponder ao que, efectivamente, conduzia a embarcação. Importa aqui salientar que tal situação se devera a “*grave moléstia*” do capitão do navio e na urgência em se nomear substituto⁵⁰. Finalmente, o embargo, em 1791 e em Ferrol, de dois navios pela presença de contrabando a bordo, embora este de pequeno e insignificante vulto⁵¹. Tal comportamento despoletava protestos, os quais, por sua vez, originavam diversos processos nos tribunais espanhóis, cujas sentenças eram, na maior parte das vezes, desfavoráveis aos interesses nacionais.

A grande questão colocava-se no transporte de mercadorias com interesse britânico. Se, para o comerciante português, o transporte dessas mercadorias valia o risco corrido, podendo-se sempre constituir, em caso de apresamento, procuradores para “*requerer, mostrar e defender todo o seu direito e justiça, afim de se lhe mandar entregar todas as fazendas (...) jurando (...) em como nas ditas fazendas pessoa nenhuma da nação britânica tem interesse*”,⁵² para as autoridades espanholas era claro o abuso dos homens de negócios portugueses relativamente ao seu estatuto de neutralidade. Particularmente rica é a sentença condenatória da carga do navio “N.ª Sr.ª do Patrocínio e São José”, apresado em 1780. Respondendo à posição portuguesa, que exigia “*a devolução da referida carga a eles legítimos proprietários, uma vez tratar-se dum apreçamento sem fundamento algum dos compreendidos nas concordatas deste Reino e Castella, porquanto todos os outorgantes e os mais carregadores (...) são como fica já dito vassallos de Sua Magestade Fidelissima e como tais mandarão fazer as suas receitas de fazendas àquela cidade de Londres pellos seus correspondentes que suposto sejam alguns da nação britânica não pode nem deve fazer objeção alguma esta circunstancia visto que a nação portugueza não esta inibida de comerciar com aquella*”,⁵³ o ministro da marinha da província de Pontevedra, Doutor José de Piles e Otevia, argumentava que “*os efeitos da justa guerra se dirigem a aprezar os bens dos inimigos e privalos dos aproveitamentos do seu commercio e com especialidade navegando em navios particulares fretados pellos mesmos inimigos a cujos respeitos dignos da mayor consideração como por hua parte estao em anteriores autos comprehendidos diversos fingimentos da navegação Portugueza, encoberta dos inimigos inglezezes que tem entre si a mayor confiança e trato, da qual se valem para suas fraudes, como a experiênciã o tem mostrado*”,⁵⁴

Numerando todos os motivos pelos quais devia ser condenada a dita embarcação, Doutor José de Piles e Otevia resume-os ao referir que “*por todos estes motivos mais contemplados em facto e direito, sem achar-se fretamento nem formal factura, unidos aos desfarses, ardidões e simulações com que navegação os Portuguezes intitulado-se fraudulentamente pertenças proprias quando veresimel e vehemente se deixão ver ser Inglezas sem ter aquelles mais interesse que o de conductores, he para considerar-se por bem apresada toda a carga, com a applicação ao corsario e seus armadores, sem paga de fretes, antes tambem condenados nas custas pella dezordem e malicia com que procedeu o dito*

⁴⁹ A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 328, fl. 29 v.

⁵⁰ A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 327, fl. 59 v.

⁵¹ A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 396, fl. 40.

⁵² A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 324, fl. 41 v.

⁵³ A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 327, fl. 52 v.

⁵⁴ A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 345, fls. 35 v.-36.

capitão detido, ao qual somente se lhe entregara o bergantim com seus petreixos, roupas de vestir, e da sua equipagem".⁵⁵ Assim, estas palavras espelham a posição espanhola consciente dos abusos portugueses relativamente ao estatuto de neutralidade e que baseia a sua resposta num comportamento agressivo.

Como é bem visível, a grande ambiguidade que rodeia a questão da neutralidade dificulta a elaboração de aspectos concretos. Conscientes dessa realidade, procuramos, no entanto, lançar alguma luz sobre o assunto, a qual, sintetizamos agora nos seguintes pontos:

1.º - A neutralidade no mar não é um estatuto adquirido à partida, mas uma condição obtida a todo o momento e esta o somatório de vários requisitos.

2.º - Os principais requisitos resumem-se à nacionalidade da embarcação, da tripulação, dos interessados na carga, à viagem a efectuar, e à presença de todos os documentos necessários a bordo, sendo este último requisito o reflexo dos outros, mas também condição autónoma.

3.º - Todos os requisitos podem ser objecto de estratégias, ou seja, tanto os interessados nos navios mercantes como os corsários podem, mediante o que melhor lhes servir, jogar com eles. Tais estratégias detectam-se, sobretudo, ao nível do requisito documental, uma vez que através deste se podem ocultar ou exigir os outros. A troca de bandeiras também não deixava de ser um recurso muitas vezes utilizado, mas a necessitar, no caso dos navios mercantes, da comprovação documental.

4.º - Uma das questões mais delicadas prendia-se com a nacionalidade dos interessados na carga, muito devido a ser o requisito menos visível por parte dos corsários. Esta provocou verdadeiras batalhas jurídicas entre entidades de países com interesses opostos.

3. OS COMBOIOS

O principal instrumento de defesa relativamente aos ataques corsários traduzia-se, a nível estatal, pela formação de comboios⁵⁶. A fonte notarial permite-nos tecer algumas considerações sobre a aplicação desse mecanismo, nas águas europeias, para a última década do século XVIII⁵⁷.

Fruto da ferocidade do curso francês, a necessidade de comboios surgiu bem antes da obrigatoriedade régia de 1797. Assim, a primeira notícia relativa a um comboio marítimo para o Norte da Europa é simultânea ao despoletar da guerra entre Portugal e França, ou seja, remete-nos para o ano de 1793. Trata-se de um protesto de comerciantes portuenses contra o capitão

⁵⁵ A.D.P., S.N., PO 4.º - 1.ª S., lv. 345, fls. 36 v.-37.

⁵⁶ Mecanismo criado no reinado de D. Sebastião, o regime obrigatório de frotas foi instituído de 1753 a 1765 e de 1797 a 1801. Não estando estabelecido, entre 1765 e 1797, isso não anulava a hipótese de se formarem comboios. De facto, o "*Regimento das Naus e Fragatas*", de 1774, mostrava que as normas permanentes da marinha previam a constituição de comboios em qualquer altura. Das suas instruções destacamos a indicação de "*manter o comboio unido, mesmo quando atacado*"; e o aviso, à chegada aos Açores, para desimpedir as baterias e o convés, de forma aos navios estarem prontos para o combate na aproximação ao Continente. JÚNIOR, 2002: 137.

⁵⁷ Para o Brasil, sabemos que, na primeira fase obrigatória, muitos dos comboios eram constituídos por cerca de 20 navios e a escolta confiada a uma ou duas naus, enquanto que, a partir de 1795 e também reflexo do vigor militar francês, os comboios do Brasil passaram a ter grande dimensão: mais de 60 navios e, num caso especial, 122 navios, com forte escolta de várias naus e fragatas. JÚNIOR, 2002: 138-139.

do patacho “Senhor da Boa Nova”, por este, no decorrer da viagem Aveiro-Guernsey, ter saído sem acompanhamento de comboio e, por conseguinte, “*obrado contra toda a boa ordem do commercio*”.⁵⁸ Já em Março de 1794, João Lopes Ferraz & Filho & Correia requeriam o lançamento em nota de um consentimento dado pelo cônsul da nação hamburguesa aos carregadores do navio “Elisabete”, no qual autorizava que este viajasse sem acompanhamento de comboio.⁵⁹

A partir desse momento sucedem-se, num crescendo, as alusões a comboios com destino ao Norte da Europa, sobretudo britânicos, na companhia dos quais saíam as embarcações mercantis portuguesas. Em Maio de 1796, os comerciantes João António Pinheiro e João Alves Pereira da Silva obrigavam-se a carregar o hiate “Boa União”, para que este pudesse “*sahir com o próximo comboio inglez que se espera, debaixo de cuja proteção continuará o dito mestre a sua viagem em direitura ao porto de Cronstadt*”⁶⁰ Longe de ser segura, a navegação das costas portuguesas exigia igualmente o acompanhamento de comboios. Em Julho de 1798, John Elliot, capitão do navio “Amigos”, comprometia-se a navegar “*com o primeyro comboy que houver para a cidade de Lixboa e de lá com o primeyro comboy que houver para o dito porto de Gibraltar, sendo o seu contrato outorgado debaixo da expressa condição que elles proprietarios e capitam do dito navio andarão sempre protegidos dos comboys quer de Sua Magestade Britânica, quer de Sua Magestade Fidelissima*”.⁶¹

Com as viagens em comboio, os prazos de carga eram menos passíveis de erro. É nesse sentido que surgem vários protestos em que capitães e carregadores se acusam mutuamente pela perda do comboio. No caso, lemos as palavras de João Alves Pereira da Silva, capitão da galeota “Bons Amigos”, o qual “*porque o dito comboy se dezia estar à barra deste porto e nehum dos sobreditos fretadores athe ao presente dia de hoje tinham mandado a bordo da mesma galiota os ditos vinhos (...) protesta no cazo de não o mandarem dentro de tempo competente os referidos vinhos [de modo a navegar] no dito comboy*”.⁶² Efectivamente, veio a verificar-se a impossibilidade de saída do navio, fruto da não obtenção de despacho por parte do Governo das Armas do Porto, negado em virtude do comboio ter saído ontem à tarde e “*ser contra as ordens de Sua Magestade o sahirem navios alguns desta barra sem ser debaixo da proteção de comboy*”.⁶³

Em circunstâncias especiais, estas relacionadas sobretudo com a importância da carga, a Coroa podia ordenar directamente uma escolta. Joaquim José de Pires lança em nota um aviso régio de Fevereiro de 1798, pelo qual “*manda a Raynha Nossa Senhora que o commandante da primeira embarcação de guerra de Sua Majestade que for ao porto de Vigo ou de Muros de comboy aos dois navios São Gualter e Santo Antonio Val de Piedade e aos navios hamburguezes que tiverem carga do primeiro dos ditos navios, os quais todos conduzira à cidade do Porto*”.⁶⁴

Embora fornecendo uma maior segurança aos navios mercantes, a formação de um comboio não significava a ausência de perigo, nem a impossibilidade de ataque e apresamento. As referidas

⁵⁸ A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 405, fl. 82 v.

⁵⁹ A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 406, fl. 54.

⁶⁰ A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 414, fl. 113 v.

⁶¹ A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 423, fl. 108.

⁶² A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 425, fl. 8.

⁶³ A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 425, fl. 10. Escritura de protesto de 2 de Janeiro de 1799.

⁶⁴ A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 422, fl. 20.

Instruções de 1774 revelam isso mesmo, nomeadamente quando se afirma a necessidade de “manter o comboio unido, mesmo quando atacado”. Os episódios notariais também não deixam de ilustrar essa realidade. Em 17 de Abril de 1795, Gonçalo de Oliveira Dias, antigo caixa do navio “O Senhor da Vera Cruz Triunfo”, constitui procuradores para que reclamem o navio, aprezado por fragatas francesas quando vinha do Rio de Janeiro em comboio.⁶⁵

Um comboio com dezenas de navios carregados de mercadorias valiosas não seria um alvo bastante cobiçado pelos corsários? Sem dúvida, pelo que estes rapidamente se agrupariam em pequenas esquadras de ataque para fazer face a uma defesa mais resistente. O referido caso fala-nos em fragatas. O apresamento do navio “N.ª Sr.ª da Atalaia e Medusa” fora também realizado por 4 fragatas, 1 bergantim e 1 cutter.⁶⁶ Outros casos transmitem uma forte possibilidade disso ter acontecido. Em suma, os comboios estiveram longe de dissuadir os comandantes corsários.

4. A GEOGRAFIA DOS ATAQUES

O “*Regimento das Naus e Fragatas*” referia-se, como vimos, à preparação para o combate quando o comboio se aproximava do Continente. Esse aviso, bem como grande parte dos episódios de corso a que tivemos acesso, comprovam o grande perigo das costas portuguesas, as quais estavam infestadas de corsários inimigos. Perigo cuja proximidade de terra era, em certos casos, espantosa e revelava a total insipiência da armada portuguesa, bem como dos nossos diminutos e frágeis corsários.

O que dizer do ataque sofrido pelo capitão do navio “N.ª Sr.ª da Atalaia e Medusa”, o qual, “*achando-se ja perto de terra e proximo a entrar no dia trinta e hum do mes de Agosto immediato*”, se viu perante uma fragata corsária francesa, da qual recebeu um disparo “*que lhe pasou a vella de estay de gavia e foi cahir em terra*”?⁶⁷ Obrigado a amainar e a perder a embarcação tão próximo de porto nacional? Ou do facto do navio prussiano “Estrela do Norte” ter sido “*avistado no mar, nas vezinhanças desta barra por (...) hum bergantim de guerra da Republica Franceza*”?⁶⁸ E da sugestiva imagem, expressa por Domingos Gomes Pinto, caixa do navio “Bela Americana”, o qual se recusou a sair para o mar, alegando, entre outras coisas, estar “*em hum tempo que se não podem as embarcaçoens fazer ao mar por cauza das do inimigo, por quem facilmente podem ser encontradas, do que só podem rezultar gerais prejuizos aos direitos reais e proprietarios dos navios e carga*”.⁶⁹ Sabendo para mais que o navio “Bela Americana” é um dos escassos navios portugueses que encontramos armados em guerra; e que os outros argumentos para a sua permanência na barra prenderam-se com o facto de ter sido mal abastecido de água, mantimentos e material bélico.

Más condições logísticas da marinha de guerra e dos corsários nacionais, estas motivavam ainda mais a ousadia dos inimigos, visível na proximidade com que navegavam de terra. A poucas léguas de terra na altura de Caminha, a 3 léguas de Viana do Castelo, a 4 léguas de Vila

⁶⁵ A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 416, fl. 40 v.

⁶⁶ A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 412, fl. 24.

⁶⁷ A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 412, fl. 24.

⁶⁸ A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 420, fl. 123 v.

⁶⁹ A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 421, fl. 27 v.

do Conde, nas vizinhanças do Porto, a 3 léguas de terra na altura da Guarda, nas vizinhanças de Lisboa, os corsários inimigos, nomeadamente franceses, quase faziam fila para partilhar os despojos das embarcações nacionais. Como referido, para quê sulcar águas mais afastadas se as lucrativas presas tinham de entrar nos portos nacionais; se pouca ou nenhuma resistência lhes era oferecida e se beneficiavam de pontos de apoio bastante próximos da área de acção como Vigo, Pontevedra e Ferrol?

Concluindo, a esmagadora maioria dos locais de apresamento de embarcações nacionais situavam-se ao longo das costas galega e portuguesa. Todas as outras “geografias” de ataque são excepções e imagens de diferentes mundos de corso que a fonte estudada não nos permite explorar. O canal da Mancha, área privilegiada pelo corso inglês, a longínqua cidade indiana de Tranquebar e o corso oriental, a costa da Mina e o corso no ocidente africano. Mundos afastados da nossa fonte, mas que através dela pudemos, por momentos, vislumbrar.

5. O MOMENTO DA ABORDAGEM CORSÁRIA: ESTRATÉGIAS E COMPORTAMENTOS

Entre os vários documentos que a fonte notarial oferece, existem alguns, escassos, que preservam a memória do episódio de corso no seu sentido mais genuíno, ou seja, no acontecimento experimentado em pleno mar. Essas escrituras permitem a tentativa de recriar alguns aspectos desse momento, bem como nos incitam a tentar entrar um pouco nos meandros psicológicos de quem passava por uma experiência de corso. Assim, vamos procurar pintar, da forma mais genuína possível e com o cuidado que se deve ter em relação a uma matéria tão impregnada de imagens fantasistas, momentos desse fenómeno tão rico, complexo e multifacetado, seja do ponto de vista físico, seja do ponto de vista mental.

Começemos pela abordagem que o corsário faz da sua presa. Os documentos permitem-nos detectar três formas distintas para tal movimento. A primeira, sem dúvida a mais registada, prende-se com a abertura de fogo. Como ler esse procedimento? Tudo leva a crer que tal acção seja uma demonstração de força relativamente à presa, para que esta desista de quaisquer intentos de defesa e se deixe abordar. Não querendo destruir o objecto de lucro, a embarcação mercantil e sua carga, tais salvas deverão ter como direcção as proximidades da presa e não propriamente a embarcação em causa. Todavia, nem sempre as bocas de fogo foram um mero instrumento dissuasor, como o deve ter percebido António da Silva Monteiro, capitão do “N.^a Sr.^a da Atalaia e Medusa”, o qual “*achando-se ja perto de terra e proximo a entrar no dia trinta e hum do mes de Agosto immediato, descobriu quatro fragas, hum bergantim e hum cutter de cujas fragatas huma (...) lhe atirou uma pessa com bala (...). Que desconfiando elle comparecente da dita fragata mandara governar o seu dito navio mais para terra, porem a mesma fragata lhe atirou segunda pessa tambem com bala que lhe pasou a vella de estay de gavia e foi cabir em terra*”.⁷⁰ Tentativa de fuga no presente caso, mas também, por vezes, resistência oferecida pela presa (alguns navios mercantes tinham o seu próprio armamento e podiam ripostar), nessas duas situações os navios mercantes

⁷⁰ A.D.P., S.N., PO 4^o – 1^a S., lv. 412, fl. 24. – Escritura de protesto de 12 de Setembro de 1795.

convidavam os corsários a abrir fogo de forma directa. Primeiro, porque com a presa em fuga o ganho não era adquirido, segundo, pelo motivo de defesa em combate.

Um segundo procedimento prendia-se com a ocultação, por parte do navio corsário, da sua nacionalidade, bem como da sua natureza. Da primeira estratégia, guardam memória dois episódios. O primeiro remete-nos, novamente, para a situação vivida pelo capitão António da Silva Monteiro, o qual, lembre-se, havia encontrado quatro fragatas, um bergantim e um cutter *“de cujas fragatas huma tinha a bandeira espanhola e, fazendo grande força de vella para se aproximar a elle, lhe atirou uma pessa com bala e lhe sigurou a mesma bandeira espanhola (...), e hindo-lhe o escaler com hum grande numero de gente armada da dita fragata a bordo lhe saltarão dentro do seu navio conservando ella sempre a mesma bandeira espanhola; e logo o official que acompanhava a dita gente se chegou a elle comparecente capitão e lhe disse: «não somos hespanhois, mas sim francezes e portanto sois prezioneiros»*⁷¹ Um segundo exemplo diz respeito à embarcação “Estrela do Norte”, seu capitão Cornelio Huisman, o qual, em Setembro de 1797, terá sido *“avistado no mar, nas vezinhanças desta barra, por huma embarcação que, fazendo-lhe todos os signais de nação Moira ou Argelina pella sua bandeira e pessos com bala que lhe atirarão, se vio o dito capitão por commum acordo de toda a gente da sua tripulação a dezemparar e abandonar o mesmo navio no mar e a fugirem na lanxa para terra afim de escaparem da escravidão dos ditos inimigos que tomando pocsessão do navio o levarão consigo (...) que porquanto elles comparecentes pellas cartas do paquete immediato tem a certeza de que a embarcação que quis acometer o expressado navio e que o aprezou hera um bergantim de guerra da Republica Francesa”*⁷²

Exemplos de dissimulação da nacionalidade, esta visava ludibriar a presa num de dois sentidos, ou mostrando-se de país aliado ou neutral da mesma, de modo a esta se deixar aproximar, ou instigando um maior medo na equipagem do navio mercante, a fim desta, inclusive, poder abandonar a embarcação (invocando os fantasmas da navegação mourisca).

Além da troca de bandeira, os corsários podiam igualmente tentar ocultar a sua natureza corsária. Assim, não raras vezes os corsários disfarçavam a sua embarcação no sentido de esta aparecer aos olhos da presa com uma embarcação de fins comerciais. Em certas alturas, o disfarce poderia mesmo chegar ao nível do uso de lanchas pesqueiras. Foi assim que o corsário Pedro de Taiz apresou o hiate “O Senhor do Bonfim e Senhora da Conceição” *“em (...) hua lanha que andava a pescaria com doze homens sem bandeira, armas ou signal de que nação fosse”*⁷³

Estes dois tipos de abordagem visavam, sobretudo, a captura de embarcações inimigas. Todavia, os apresamentos não recaíram apenas sobre navios de países beligerantes. É grande a frequência de ataques corsários sobre embarcações que, à primeira vista, não seriam um potencial alvo. Tal contexto dá lugar a novo procedimento de abordagem corsária. Este baseava-se na simples visitação dos navios mercantes por parte dos corsários. De facto, muitas embarcações mercantis não viam razões para fugir dos corsários, caso estes não fossem de nacionalidade inimiga. Gala Aggen Klein, antigo mestre da charrua “Séneca”, relata ter sido abordado, em 28 de Maio de 1798, *“por hum bergantim de guerra ingles que, vendo seus papeis, o deixou continuar*

⁷¹ A.D.P., S.N., PO 4º – 1ª S., lv. 412, fl. 24.

⁷² A.D.P., S.N., PO 4º – 1ª S., lv. 420, fl. 123 v.

⁷³ A.D.P., S.N., PO 4º – 1ª S., lv. 223, fl. 132.

sua viagem e lhe offreceu seu favor; e que depois continuando sua viagem no dia doze do presente mes de Junho pellas quatro para as cinco horas da tarde fora encontrado por hua escuna de guerra Franceza na altura de Caminha, a quem elle Mestre mostrou os seus papéis ao comandante della e que este depois de os ver o prezou".⁷⁴

Além do factor sorte, que mencionaremos adiante, este episódio é ilustrativo do procedimento corsário mais subtil e, quem sabe, o mais desprezado pelos capitães mercantes. Mas podemos ter a ousadia de entrar no campo psicológico das vítimas? A riqueza da fonte incita-nos pelo menos a uma tentativa. O episódio de corso marca um estado e tempo psicológicos muito específicos para os seus intervenientes, nomeadamente para a possível presa. A partir do momento em que sucede, a uma embarcação mercante, encontrar-se com um corsário, cria-se um momento de excepção, uma barreira psicológica para a sua equipagem, não obstante tratar-se de uma realidade bem conhecida pelos homens marítimos da época. Da rotina passa-se para a excepção, de um tempo rápido dos prazos mercantis a cumprir passa-se para um tempo complexo, onde a rapidez exigível ao nível das decisões é acompanhada por um lento absorver do momento.

Por parte dos capitães apresados surge, não raras vezes, uma expressão muito semelhante, a qual poderá ilustrar um pouco dessa barreira invisível que acabamos de referir. Correndo o risco de enumerar citações, consideramos fulcral, neste caso, apresentar algumas das passagens em causa. Alexandre Gardin coloca-a nos seguintes termos: "*depois de ter the ali continuado a sua viagem com felicidade (...) succedeu o encontrar-se no dia tres do mesmo oito legoas ao uste da villa de Vigo com hum corsario francés*".⁷⁵ Outro capitão britânico, João Simpson, refere que "*depois de ter continuado a sua viagem com bom successo succedeu "ter sido" avistado por hum corsario francia*".⁷⁶ Finalmente, alguns oficiais de embarcações mercantes portuguesas afirmam ter seguido "*sua viagem sem contratempos de mayor consideração athe os dias seis, sete e treze do mes de Setembro*", altura em que "*forão encontrados por huma fragata da Republica Franceza*".⁷⁷

O uso frequente da palavra felicidade e de expressões como bom successo (empregues mais no sentido de rotina), conjugado com o também uso recorrente da palavra "*sucedeu*", espelham exactamente a separação entre dois tempos, esse mesmo de rotina e o de excepção. Um primeiro, positivo, ou seja, a rotina marcava, para o homem marítimo, a segurança e esta a condição fundamental para uma certa felicidade. Um segundo claramente negativo, uma vez que imprevistos em alto mar era quase sempre sinónimo de dificuldades. Assumida a perspectiva de tempo positivo e tempo negativo, assumida a inclusão do acto de corso no tempo negativo, surge a questão de como transmitiam os homens marítimos tal percepção de tempo negativo.

Impotência e medo são, sem dúvida, os sentimentos mais visíveis. Os capitães apresados demonstram, frequentemente, um sentimento de incapacidade relativamente à defesa do seu navio. Não o fazem por manifesta falta de forças e com medo que os corsários resolvessem afundar os seus navios. Todavia, surge implícita a ideia de que, em outras condições, eles poderiam

⁷⁴ A.D.P., S.N., PO 4.º - 1.ª S., lv. 424, fl. 69 v.

⁷⁵ A.D.P., S.N., PO 4.º - 1.ª S., lv. 325, fl. 81 v.

⁷⁶ A.D.P., S.N., PO 4.º - 1.ª S., lv. 325, fl. 86 v.

⁷⁷ A.D.P., S.N., PO 4.º - 1.ª S., lv. 417, fl. 65 v.

e, com certeza, impediriam os corsários de tomar o seu navio. À ordem, por parte do corsário francês Pedro Deuforge, para abandonar o navio, “lançar fora o seu bote e que fosse a bordo”, o capitão mercante Alexandre Gardin “obedeceu por não ter outro remédio (...) não pode rezistir por ser muito dezigual a seu partido”.⁷⁸ O sentimento de incapacidade, desta feita acompanhado pelo medo, é, por sua vez, reconhecível nas palavras do capitão do navio “Elisabeth”, o qual fora encontrado e perseguido pelo mesmo corsário francês. Este dando-lhe “cassa e desparando-lhe varias pessos com bala o apanhou e aprezou na tarde do dito dia trinta de Janeiro, ao que elle comparecente não pode escapar por maiz deligencia que fes a força de vella de maneyra que, por temer o metesse a pique, não teve outro remedio mais que render-se”. No final do seu depoimento afirma não ter sido “aprezado por sua vontade nem poder rezistir a tanta força”.⁷⁹

Estas passagens espelham a incapacidade e o medo. A primeira, advinda da falta de forças (armamento e número da equipagem) para combater o corsário. O segundo, relativo a um possível afundamento do navio. Todavia, nenhuma situação gerava tanto medo e pânico como o vislumbre de um navio de guerra mourisco. A possibilidade deste acontecimento ocupou, sem dúvida, o topo na pirâmide dos medos marítimos da segunda metade do século XVIII. Era o traço fundamental do medo da comunidade marítima portuense, traço construído ao longo dos séculos e agravado pelos episódios mais trágicos.⁸⁰

Autêntico terror, este devia-se ao cariz da pirataria muçulmana, cuja escravidão dos marinheiros aprisionados era uma realidade, fosse para esse mesmo fim, fosse para obtenção de resgate. No entanto, esta segunda hipótese estava longe de poder salvar todos os aprisionados. As comunidades marítimas portuguesas não possuíam meios financeiros e apesar de colectas e apoios por parte de instituições de solidariedade, poucos eram aqueles que, depois de atingidos por tal infortúnio, se viam devolvidos à liberdade. Conscientes disso e tendo a acompanhá-los todo um património simbólico, onde não faltavam histórias de mil e uma torturas de que eram alvo os europeus capturados, cada equipagem desejava não se ver face a tal realidade, desejava não vir a fazer parte das histórias que tanto temiam. Este medo é bem visível na já transcrita experiência vivida pela equipagem do navio prussiano “Estrela do Norte”, cujo capitão “se vio (...) por commum acordo de toda a gente da sua tripulação, a dezemparar e abandonar o mesmo navio no mar e a fugirem na lanxa para terra afim de escaparem da escravidão dos ditos inimigos”⁸¹. Bem patente também nos conselhos dados por António Coelho de Sampaio à tripulação do seu bergantim “Flor da Navegação”: “se farão à vella (...) amarrando-se na hida e volta para o pollo do Norte, o mais que lhe for possível, afim de fugir do corso dos argelinos, evitando falar às embarcações que encontrarem ou avistarem, ainda que lhes pareçam aliadas deste Reino”.⁸²

Mas nem só do medo e incapacidade viveram os homens marítimos alvos de ataque corsário. Muitos actos de coragem ter-se-ão processado em alto mar sem que a sua memória fosse merecidamente guardada. Felizmente, isso não aconteceu com Francisco de Oliveira, homem

⁷⁸ A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 325, fl. 81 v.

⁷⁹ A.D.P., S. N., PO 4.º – 1.ª Série, L. 325, fl. 86 v.

⁸⁰ Sobre as consequências da pirataria e do corso na psicologia colectiva portuense, ver SILVA, 1979.

⁸¹ A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 420, fl. 123 v.

⁸² A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 378, fl. 101.

marítimo morador em São João da Foz. Segundo ele, o navio americano “Calambes”, em que exercia o cargo de marinheiro, fora apresado por uma embarcação de guerra inglesa, cujo comandante o deixou a bordo e a outros membros da equipagem mercante como prisioneiros de três marinheiros corsários. Todavia, *“metendo-se a bordo do mesmo navio os officiais delle capitão, piloto, sobrecarga, carpinteiro, despenseiro, cozinheiro e um moço do serviço delle e igualmente a elle outorgante, procurarão salvar o dito navio e sua carga, fazendo recolher na escutilha os tres marinheiros inglezes aonde estiveram fechados e recolhidos athe se conduzir o mesmo navio e a sua carga ao porto de Cadiz”*. Participando em tão honrosa acção, Francisco de Oliveira não deixa de pedir a sua recompensa, já que, *“pello direito de repreza e salvação, pertence aos retomadores a oitava parte ou aquella que conforme as leis se julgar”*.⁸³

O heroísmo vive de momentos, a experiência é o seu acumular, sendo, por isso, a grande arma dos marinheiros para fazer face aos agressores. Experiência que proporciona respostas rápidas quando assim exigidas, como ocorreu durante a viagem de Liverpool a Gibraltar, com o proprietário britânico da balandra “Alegre Maria”, o qual acabou por parar na ilha de Ons *“aonde se conservou em abrigo, por se ver preseguido por duas embarcaçoens que não conhecia e parecião corsários, (...) e vendo que a seu rumo e derrota se dirigia, ao mesmo sitio aonde se achavão em risco da sua perda total por ser a ilha despovoada e sem defeza alguma, procurou salvar o mais interessante da carga baldeando e descarregando esta para as duas lanchas portuguezas que ali achou e emcaminhando-se com ellas a tomar o primeiro porto, como asim executou e entrou na ria de Panjou, na costa de Galiza, aonde porque os piratas o seguirão e ver-se sem alguma defeza, procurou acautelara sua fazenda com intenção de a tornar a embarcar logo tanto que estivesse seguro”*. Resposta rápida, que teria sido eficaz, se algo de imprevisto não tivesse ocorrido: *“hindo a receber todos os generos da fazenda que tinha salvado, se tinhão feito senhores delles os guardas das rendas do dito reyno de Galiza”*.⁸⁴

A “sorte” não é, assim, algo de irrelevante. Embora aqui não apareça estritamente relacionada com nenhum ataque, surgem dois episódios onde tal é evidente. Já vimos um pouco do que aconteceu com o capitão Gala Aggen Klein. Após ter sido encontrado, em 28 de Maio de 1798, *“por hum bergantim de guerra inglez que, vendo os seus papeis, o deixou continuar sua viagem e lhe ofereceu seu favor”*, foi novamente abordado, quinze dias depois, por uma escuna de guerra francesa, tendo, dessa vez, sido apresado. Alvo de má sorte num primeiro momento, esta iria sorrir ao capitão hamburguês uns dias depois, quando *“no dia treze de manhã por causa de cinco horas fora encontrado por hum luguer de guerra portugues de que he comandante o segundo thenente Guilherme Williams, que hindo a seu bordo e vendo que elle mestre hia aprezado pellos francezes, o reprezou”*.⁸⁵ Noutro episódio, o desenlace acabou por ser desfavorável para o capitão mercante. Em 14 de Agosto de 1798, Edward Taylor, capitão da escuna americana “Carolina”, afirmou ter sido apresado por um corsário espanhol, represado por um brigue português, e novamente represado por um brigue britânico.⁸⁶

⁸³ A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 425, fl. 141.

⁸⁴ A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 402, fls. 128 v.-129.

⁸⁵ A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 424, fls. 69 v.-70.

⁸⁶ A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 423, fl. 130 v.

Além da experiência e da sorte, a astúcia podia marcar toda a diferença. Uma escritura, em particular, mostra quão importante podia ser essa faceta na vida de um homem marítimo. Trata-se do relato proferido, em 29 de Outubro de 1798, pelo capitão José de Carvalho, relativo aos acontecimentos que se seguiram à captura do seu bergantim “N.^a Sr.^a do Carmo” pelo corsário francês “Eulus de Plemout”. Nesse dia, conduziram “à elle comparecente e à mais gente da sua tripulação para bordo do dito corsario, no qual os levarão para Laurian porto de França aonde logo que chegarão forão conduzidos presos para a cadeya da dita terra como prizioneiros de guerra aonde forão conservados muitos mezes e dispois mudados para cadeyas de outras terras, sendo a ultima a de Angulema distante de Bordéus vinte e sinco ou trinta legoas de donde comprando os guardas teve ocasião de fugir e mais dois marinheiros dos seus, o que foi no dia vinte e dois do mes de Agosto do presente anno; e chegando ao dito porto de Bordeus ali teve meyo de conseguir hum passaporte hespanhol para se transportar por Vigo Reino de Galiza a esta cidade do Porto, aonde chegou no dia de hontem vinte e oito do corrente mes de Outubro com os ditos dois marinheiros”.⁸⁷ Em plena guerra entre Portugal e França, terá sido esta mesma astúcia a marcar a diferença entre o regresso a casa e anos de prisão ou um cenário pior. Por outro lado, nunca saberemos o que terá sucedido aos outros presos da equipagem. E o que terão sentido estes três fugitivos ao deixarem para trás os companheiros? Como terão avisado as suas famílias?

A questão da família era, pois, muito importante. Era no seu seio que os marinheiros, saídos de momentos de tensão e temor, encontravam a tranquilidade e acolhimento desejado, bem como o mínimo suporte material para sobreviverem, daí o facto de, após terem sido libertos, “cada hum dos aprezados da sua tripulação sem demora procurou o transportar-se para esta cidade pello modo que lhe foi mais posivel a fim de procurarem o abrigo das suas familias pois que como roubados se achavão reduzidos à mayor pobreza e miseria”.⁸⁸

6. APÓS A ABORDAGEM E APRESAMENTO

A recolha da presa e os prizioneiros

Após efectuar a captura, o capitão corsário assumia um de dois procedimentos. Ou acompanhava a recolha da presa com o seu navio, ou partia em busca de novos prémios e delegava essa tarefa de recolha a um punhado de corsários da sua equipagem.

Qualquer uma destas acções tinha, do ponto de vista corsário, vantagens e desvantagens, as quais se apresentavam de forma antitética. Se tornava mais difícil a perda da presa, a primeira opção também dificultava o corsário de, nos dias mais próximos, conseguir novos prémios. A segunda estratégia significava exactamente o contrário. O capitão corsário ficaria mais livre para proceder a novas capturas, mas aumentaria o risco da presa ser perdida. Temos exemplos desses dois procedimentos. Num primeiro, o navio corsário inglês “Kinsfixer”, após apresiar o caixamarin espanhol “N.^a Sr.^a da Begonha”, transportou-o consigo para o Porto: “é navegou com o mesmo bergantim o dito caxa marin aprezado para a barra desta cidade”.⁸⁹ Num segundo, o comandante

⁸⁷ A.D.P., S.N., PO 4º – 1ª S., lv. 424, fls. 65-65 v.

⁸⁸ A.D.P., S.N., PO 4º – 1ª S., lv. 412 fl. 24.

⁸⁹ A.D.P., S.N., PO 4º – 1ª S., lv. 422, fl. 59 v.

corsário do navio inglês que havia apresado a embarcação “Calambes”, decidira-se pelo abandono da presa, deixando apenas a seu bordo 3 marinheiros corsários, o que originou, como vimos, a perda da mesma.

A escolha do comandante corsário deverá obedecer à relação valor da presa/distância do porto de recolha. Assim, o valor da presa francesa “Rainha Isabel” (24.960.000 réis) terá justificado a viagem de muitas milhas, e a perda de muitos dias, por parte de duas naus de guerra britânicas, até estas chegarem a Vigo. Em outros casos, a presa não justificaria o tempo perdido e opta-se pelo segundo procedimento, decisão tomada pelo comandante do navio corsário “Eulus de Plemout”, o qual ordenou a seis dos seus marinheiros para que recolhessem o bergantim “N.ª Sr.ª do Carmo” *“no primeiro porto de França que encontrassem”*⁹⁰.

Poderiam existir, inclusive, alturas em que o lucro da presa seria tão mínimo que ou se destruía ou se doava. A ilustrar o primeiro caso, temos João Crisóstomo, mestre do bergantim “Soledade”, o qual *“sendo abordado por huma [fragata francesa], não obstante amostrar ao respetivo comandante os seus papeis e que a sua carga hera pertencente a Sua Majestade Catolica, o meterão a pique levando a elle testemunha e a toda a sua tripulação para seu bordo”*.⁹¹ A segunda hipótese recaiu sobre o navio “Triunfo”, o qual, depois de apresado pela fragata francesa “Decade”, acabou por ser doado a cinco capitães que tinham sido igualmente tomados. Mais do que gesto generoso ou de boa vontade, esta doação faz-nos entrar na questão dos prisioneiros.

De facto, um dos principais problemas dos capitães corsários baseava-se nos prisioneiros decorrentes de um apresamento. O que fazer com eles? No caso anterior, o capitão corsário resolveu o problema ao doar um navio, *“metendo-lhe a bordo as tripulaçoens de todos os ditos quatro navios assim como dois capitaens ingleses que tambem tinham sido aprezados (...), ordenando-lhes que fossem com o navio para qualquer porto da Galiza ou de Portugal não pasando com elle nem para lá do cabo de São Vicente nem para ca do Cabo Finis Terra”*.⁹² Solução idêntica adoptou o comandante corsário José Micheau de La Rochelle, o qual deixou o capitão da embarcação “N.ª Sr.ª da Atalaia e Medusa” *“assim como a outros mais prizioneiros de outras embarcaçoens portuguezas que na mesma ocazião tinham tambem aprezado (...), embarcar em hum navio ingles que tambem tinha sido aprezado, ordenando-lhes que aportassem à dita cidade de Lixboa”*.⁹³ Estes dois casos parecem demonstrar um certo procedimento por parte dos capitães corsários: efectuar várias presas, aprisionar as suas equipagens no navio corsário e, aquando da captura de um navio de pouco valor, transferi-las para o mesmo.

Todavia, nem sempre existiria uma embarcação de pouco valor para ser doada. Nessas alturas, os marinheiros de um navio apresado podiam ser transferidos na sua totalidade para o navio corsário e desembarcados onde melhor conviesse ao comandante deste, ou podiam ser divididos em dois grupos: a maior parte era transferida para o navio corsário, enquanto que o resto dos marinheiros era deixado a bordo da presa juntamente com marinheiros corsários. Quando realizada, esta última acção visava deixar poucos marinheiros a bordo da presa para

⁹⁰ A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 424, fl. 65.

⁹¹ A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 412, fls. 24 v. e 25.

⁹² A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 417, fl. 65 v.

⁹³ A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 412, fl. 24.

evitar um possível motim, mas também fazer com que fossem poucos os marinheiros corsários dispensados para a navegação da presa. Os registos guardam memória destas duas ocorrências. Num primeiro, o bergantim “Santa Ana César” foi apresado, em 26 de Fevereiro de 1799, pelo corsário francês Bouffard, o qual decidiu meter, a bordo da presa, corsários da sua equipagem e transferir o capitão Lourenço Soares e a gente da sua equipagem para bordo do navio corsário “L’Entrepenan”, acabando estes por serem libertados em Vigo.⁹⁴

Já nos navios capturados “Calambes” e “N.ª Sr.ª do Carmo”, procedeu-se a uma separação da equipagem. No primeiro, já vimos que esta não foi uma boa solução tomada pelo capitão corsário, uma vez que conduziu a perda da presa. O segundo foi *“encontrado, abordado e aprezado por hum corsario da Republica Franceza denominado Eulus de Plemout que, deixando ficar a bordo somente ao contramestre, lhe meterão seis homenes francezes e lhe ordenarão que o levassem e recolhessem no primeiro porto de França que emcontrassem, conduzindo a elle comparecente e à mais gente da sua tripulação para bordo do dito corsario (...) como prizioneiros de guerra”*.⁹⁵

Neste último caso, o capitão corsário parece ter assumido um comportamento de excepção, ou seja, fez dos marinheiros apresados, prisioneiros de guerra. Bem sabemos que decorre uma guerra em que Portugal e França são beligerantes, mas não seria muito costume por parte dos corsários proceder a prisioneiros de guerra. Assume-se geralmente a liberdade dos apresados, até pelos encargos que a realização de prisioneiros acarreta (consumo de víveres e possibilidade de revolta). No já mencionado apresamento do caixamarim espanhol “N.ª Sr.ª da Begonha”, a equipagem é liberta: *“e a mais gente da tripulação que herão tres marinheiros e hum mosso os deixou em terra ao pe da referida vila de Vigo (...) aonde pella sua lanxa mandou deitar em terra a elle comparecente e ao dito seu piloto e marinheiro”*.⁹⁶ No mesmo sentido, encontramos a libertação, em Lisboa, da equipagem da balandra espanhola “Infanta Carlota”, a qual havia sido apresada pelos ingleses.⁹⁷ No sentido oposto, encontramos um fretamento efectuado pelo cônsul inglês no Porto, John Whitehead, o qual freta para *“transportar desta cidade ao Porto de Falmouth noventa e tantas pessoas da sua nação que tinham sido prizioneyras pellos Espanhois”*.⁹⁸ Por sua vez, os capitães britânicos Alexandre Gardin, João Simpson e Richard Pincombe, após terem sido apresados por corsários espanhóis, são igualmente postos em liberdade.⁹⁹

Voltando ainda um pouco ao processo de recolha da presa, vemos que esta nem sempre se fazia para o porto armador do corsário. Várias razões podiam conduzir a esse cenário, desde uma possível urgência na descarga das mercadorias apresadas, a um patrulhamento cerrado, por parte da armada de país inimigo, das águas dos portos armadores. Nessa impossibilidade, os corsários faziam apelo às alianças e amizades, recolhendo as presas em portos estrangeiros, mas amigos e aliados do seu país. A situação vivida pelos corsários franceses, nos finais do século XVIII, espelha perfeitamente essa opção. Pressionados pela marinha de guerra inglesa, cuja vigilância

⁹⁴ A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 425, fl. 103.

⁹⁵ A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 424, fl. 65.

⁹⁶ A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 422, fl. 59.

⁹⁷ A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 327, fl. 125.

⁹⁸ A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 334, fl. 39 v.

⁹⁹ A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 325, fls. 81 v., 86 v. e 87.

sobre portos armadores como Saint-Malo, Dieppe, Calais, Morlaix, era perfeitamente sufocadora, muitos corsários franceses viam nos portos amigos espanhóis, nomeadamente galegos, uma opção bastante aceitável para a recolha das presas. É de notar que em 20 casos de recolhas franceses, apenas 5 se processam para portos gauleses (3 para La Rochelle, 1 para Paimpol e 1 para a zona de Bordéus), enquanto 15 são efectuadas para portos espanhóis (10 para Vigo, 3 para Vila Marín, 1 para Baiona e 1 para Cádiz). Relativamente aos comandantes britânicos, estes não pareciam ter problemas em regressar ao seu reino. Dos 15 casos de recolhas inglesas, 10 foram efectuadas para portos britânicos (4 para Cork, 3 para Plymouth, 1 para Dover, 1 para Weymouth e 1 para porto não identificado), 4 para os portos amigos de Lisboa e Porto, enquanto que 1 para Vigo, esta explicada, porventura, por uma melhor oferta de compra da presa.

Procedimentos Jurídicos: o Julgamento

Finalmente recolhida a presa, havia que desencadear os correspondentes procedimentos jurídicos com vista à sua condenação, venda e partilha do prémio, etapas que estavam longe de serem fáceis e rápidas. Tudo começava com a fase de instrução, fase em que as entidades oficiais recebiam o depoimento do capitão corsário e doutros membros da sua equipagem, bem como consultavam os registos de bordo, daí a ordenação por parte da Rainha Fidelíssima para que Domingos Gomes Pinto conservasse *“hum extracto diario de seus procedimentos e nelle particularmente escreva e note todas as prezas que fizer, a natureza dellas e tempo e logar aonde forão feitas e o valor das mesmas tanto quanto lhe for preciso alianar”*.¹⁰⁰ Tratava-se de averiguar a proveniência da presa e o modo como a acção tinha decorrido. No decorrer desta fase, procedia-se ainda à inspecção da carga, bem como à venda dos bens percíveis: *“Porém, como o bacalhau he genero de corrupção, se determinou por real ordem a descarga para se proceder a rematação à mayor vantajem”*.¹⁰¹

Seguia-se o julgamento, onde o tribunal proferia a sentença de boa ou má presa. Esta etapa era, sem dúvida, a mais complicada. Na verdade, os subterfúgios que habitualmente eram utilizados por uma ou outra partes, as dificuldades em determinar quem era neutro ou inimigo, enfim, todo o contexto de circunstâncias temporais e políticas em que a acção teve lugar, tornavam os processos complexos e longos. De facto, os documentos estudados demonstram a possibilidade de uma série de recursos e apelações, as quais demoravam anos a produzir uma decisão final¹⁰². É curioso verificar as palavras do ministro da marinha de Pontevedra relativamente às hipóteses de recurso e à sua relação com o factor tempo: *“Porém, se no que está dito tiver alguma razão de duvidar por não ariscar-se ou sujeitar-se à dita sentença em que pode ter em breve tempo prompta resolução (...), não se dá à execução o prezente auto que fica sem publicar-se athe que se digne Sua Magestade providenciar, restringir, ou ampliar o que for do Seu Real e Supremo agrado”*.¹⁰³

¹⁰⁰ A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 420, fl. 75.

¹⁰¹ A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 327, fl. 132 v.

¹⁰² O processo relativo ao bergantim “N.ª Sr.ª do Patrocínio e São José” é paradigmático a esse respeito. Tendo o seu julgamento começado antes de 22 de Setembro de 1780, a sentença final só foi ditada dois anos mais tarde, em Julho de 1782, isto devido a uma série de recursos que saíram do Juízo Inferior de Pontevedra em direcção ao Real Supremo Tribunal de Guerra, em Madrid. A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 345, fl. 34 v.

¹⁰³ A.D.P., S.N., PO 4.º – 1.ª S., lv. 345, fl. 37. Palavras proferidas relativamente à hipótese de recurso no caso apresentado anteriormente.

Realizado o julgamento, uma sentença de má presa ditava a devolução dos bens apresados ou do seu produto em caso de venda, bem como a condenação dos corsários. Uma sentença de boa presa ditava a venda dos bens apresados e a partilha do prémio pelos apresadores, armadores e quem mais de direito, como se lê na sentença condenatória do navio “N.ª Sr.ª do Carmo”: “*os documentos achados a bordo não deixão nehumã duvida sobre a qualidade inimiga do navio e da carga e que tudo deve ser declarado boa preza. A Junta da Salvação Publica, determinando em consequencia do decretado em 4 de Floreal (Abril) ultimo, decreta: Artigo 1.º: o navio (...) e a sua carga são declarados propriedade enemiga e boa preza. Artigo 2.º: Este navio e sua carga, se ella se acha ainda em ser e não tem sido entregue à disposição da Junta do Commercio e apreziamentos, sejam vendidos à excepção do que se julgar util para o serviço da Republica, que desde a entrega no armazem, ella pagará o seu valor. Artigo 3.º: O produto de tudo, abatidas as despezas será repartido entre os apresadores*”.¹⁰⁴ Assim, as presas eram vendidas, salvo o que fosse considerado útil para os estados (municiões, armamento, etc.), e o seu lucro, subtraídas quaisquer despesas legais, repartido pelos apresadores.

A venda de embarcações apresadas

A venda de navios e bens apresados era um verdadeiro negócio e um de dimensões consideráveis. As vendas eram anunciadas através de editais afixados nos locais mais importantes das cidades onde eram feitas, bem como por pregoeiros. Em caso de serem muito extensas e valiosas, os armadores faziam imprimir prospectos descrevendo os artigos e objectos mais importantes. Certas vendas duravam semanas, mesmo meses.¹⁰⁵

Era também um negócio que, em muitos casos, assumia uma vertente cíclica. Por um lado, muitos navios apresados acabavam vendidos, directa ou indirectamente, a nacionais do proprietário que perdera a embarcação, senão a ele mesmo proprietário (até pelo facto de ser concedida uma hipótese de resgate ao capitão apresado). Por outro lado, muitos dos navios vendidos caíam novamente nas mãos de corsários. Em relação à primeira realidade, esta é-nos revelada pelo facto de muitos navios ingleses apresados acabarem nas mãos de nacionais do mesmo país, mesmo que de forma indirecta, ou seja, através de compra a portugueses que, por sua vez, os haviam comprado a armadores corsários. Já o episódio vivido por Lourenço Soares, em Fevereiro de 1799, serve para ilustrar a segunda ideia. Conduzindo da Galiza ao Porto o bergantim “Santa Ana César”, o qual fora comprado a armadores de corsário francês, teve a infelicidade de ser novamente apresado por outro corsário francês.¹⁰⁶

Todo este rodopio de capturas e vendas é bem ilustrado pelo que aconteceu com o navio “Ana”, o qual “*sendo casco ingles foi aprezado pellos francezes e, passando por compra a portuguezes, foi outra ves tomado pellos mesmos francezes a cujos armadores elle dito Faustino Joze Machado e Manoel Joze de Moura o comprarão e, por assim ser seu proprio e lhe fazer boa conta o vende-lo, se ajustou e contratou com o segundo outorgante Diogo Brandford (...) homem de negocios britanico*”.¹⁰⁷

¹⁰⁴ A.D.P., S.N., PO 4º – 1ª S., lv. 411, fl. 102 v.

¹⁰⁵ TOUSSAINT, 1978: 119.

¹⁰⁶ A.D.P., S.N., PO 4º – 1ª S., lv. 425, fl. 103.

7. OS NAVIOS CORSÁRIOS

Não abundam, na fonte notarial, informações sobre os navios corsários: tipos, armamento, equipagens e nomes. Todavia, não deixaremos de aproveitar as pequenas pistas existentes. Começando pela tipologia dos navios utilizados para o corso, chegamos à conclusão de que esta é bastante diversificada e, grosso modo, idêntica à utilizada no trato mercantil. Encontramos escunas, bergantins, balandras, navios, naus, confusios, brigues, cutters, lugres, barcas e, até, por uma ocasião, uma simples lancha pesqueira. Estas embarcações teriam, todavia, de oferecer a possibilidade de um bom armamento em guerra e de atingirem uma boa velocidade, daí que, apesar de toda a diversidade apontada, consigamos extrair, dos dados obtidos, as fragatas e os bergantins de guerra como as mais utilizadas pelos capitães corsários. Recorrendo novamente à lição de A. Toussaint, sabemos que, em França, as embarcações de dois mastros, de 150 a 200 toneladas, e capazes de montar 15 a 20 canhões, eram realmente as mais utilizadas, embora pequenos navios de menos de 100 toneladas fossem de uso corrente. Já nos portos britânicos, a fragata, navio de 3 mastros, de 300 a 350 toneladas e que podia montar mais de 30 canhões, terá sido a embarcação que mais favor obteve dos capitães corsários.¹⁰⁸

Não existindo uma clara tipologia específica da embarcação corsária, a distinção fundamental baseava-se, como referido, na velocidade e no armamento, nomeadamente nas bocas de fogo. Sabendo-se que um corsário de tonelagem média montaria 16 canhões em bateria, 2 de caça à frente e 2 de retirada atrás¹⁰⁹, as escassas pistas das nossas escrituras parecem apontar para corsários de pequeno/médio porte. Assim, temos, em Janeiro de 1780, o corsário francês “Vingança” com 8 peças; em Março de 1780, o corsário espanhol “São Tiago” com 3 peças e 12 morteiros; e, em Março de 1798, o corsário britânico “Kinsfixer” com 18 peças.

Em relação às equipagens, estas seriam consideravelmente maiores do que as equipagens de navios mercantes. Primeiro, com vista à execução de um ataque eficiente e esmagador; segundo, para a dispensa de marinheiros no sentido da condução das presas de menor valor aos portos armadores ou amigos. Em 1750, as naus de guerra britânicas “Deal Castle” e “Pilgrim” contavam com 109 e 69 tripulantes respectivamente. Já em 12 de Junho de 1780, João Simpson, capitão do “Elisabeth”, tinha-se deparado com *“hum corsario francia que montava oito pessas de artilharia e muita gente cujo numero ignorava”*.¹¹⁰

Esta necessidade de grande número de tripulantes chocava com uma crónica falta de marinheiros, além de que estes eram primeiramente encaminhados para as armadas de cada país. Em Outubro de 1793, João Coutinho, capitão do navio mercante “Três Irmãs”, foi também vítima desta escassez de marinheiros. Ora, chegado a Londres, e *“por cauza da noticia que ahi corria de que os marinheiros portuguezes se estavam prendendo para as naus e marinha portugueza em qualquer parte deste reyno aonde herão achados, lhe fugirão todos os de que se compunha a dita sua tripulação”*¹¹¹. Assim, os armadores e capitães corsários, nomeadamente ingleses e franceses,

¹⁰⁷ A.D.P., S.N., PO 4º – 1ª S., lv. 427, fls. 18-18 v.

¹⁰⁸ TOUSSAINT, 1978: 98-99.

¹⁰⁹ TOUSSAINT, 1978: 100.

¹¹⁰ A.D.P., S.N., PO 4º – 1ª S., lv. 325, fl. 86 v.

¹¹¹ A.D.P., S.N., PO 4º – 1ª S., lv. 404, fl. 125 v.

viam-se na necessidade de contratarem marinheiros estrangeiros e das suas colónias. Os portugueses, no primeiro caso, eram assaz bem vistos. Movidos pelo espírito aventureiro e lucrativo, muitos foram reforçar as “armadas” corsárias dos ditos países. É assim que vemos Joana Teresa reclamar o contrato de venda que o marido Caetano Marques fez da parte que lhe tocava nas presas realizadas pelo corsário espanhol “Atrevido”, do qual era marinheiro.¹¹²

A análise das invocações e denominações dos navios será, por certo, um dos campos de estudo mais interessantes do mundo naval, especialmente quando se quer atingir o plano das mentalidades. Esperando novos desenvolvimentos sobre esta temática, deixamos, a terminar, as motivações que presidiram o baptismo de alguns dos navios corsários cuja memória ficou guardada pelo notário das Cangostas. Estas assumiram um carácter marcadamente religioso: “São Tiago”, “O Cristo da Vitória”, “Santíssima Trindade”; “Peregrino”; apelaram à guerra e à agressividade: “Desafio de Bristol”, “A Emboscada”, “O Atrevido”, “Vingança”, “Guerra” e “Desforra”; expressaram a vertente económica do corso: “Castelo de Negócios”; aludiram ainda a ideais políticos como “Fraternidade”; homenagearam personalidades como “Elisabeth” ou “A Marquesa de la Fayette”; e reconheceram atributos fundamentais da navegação como a “Velocidade”.

EM JEITO DE CONCLUSÃO

Em jeito de conclusão, diremos que, para além de uma grande complexidade política e legal, visível nas relações internacionais que espelhava e nas questões jurídicas que suscitava, o acto de corso conduziu-nos igualmente a uma reflexão sobre o acontecimento ocorrido em pleno mar: aqui, por um lado, constatamos as técnicas de abordagem corsária, as quais não se limitaram ao uso da força, mas também visaram a adopção de procedimentos que levassem ao engano da presa; por outro lado, ambicionamos entrar no leque de sentimentos, aptidões e valores que o homem marítimo reconheceu face a uma experiência de ataque corsário. E aí, nesse momento de excepção, em que marcavam presença elementos como medo, incapacidade, coragem, experiência, astúcia, sorte..., decidiram-se estratégias e assumiram-se decisões, as quais, tomadas individualmente (pelo capitão) ou em pequeno grupo (pela equipagem), tiveram implícita uma conotação colectiva mais ampla, tiveram implícito o conjunto dos medos e experiências vividas pela comunidade em que tal indivíduo se inseria e que nele se projectava no viver do momento específico.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

I. FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Distrital do Porto: Fundo Notarial, Porto, PO 4.º, 1.ª série: Livros 209, 211 a 213, 216, 218, 223 a 227, 275 a 279 e 324 a 428.

II. BIBLIOGRAFIA

- BARROS, Amândio Jorge Morais, 2000 – *O Porto contra os corsários. (A expedição de 1469)*. “Revista da Faculdade de Letras. História”, Porto, Faculdade de Letras, III Série, vol. I, p. 11-27.
- BARROS, Amândio Jorge Morais, 2004 – *Porto: a construção de um espaço marítimo nos alvares dos tempos modernos*, 2 volumes. Dissertação de doutoramento. Porto: Faculdade de Letras.
- CASTRO, Zília Osório de (coord.), 1998 – *Portugal e os Caminhos do Mar - séculos XVIII e XIX*, s.l., Edições Inapa.
- CIPOLLA, Carlo M., 2002 – *Conquistadores, Piratas e Mercadores*, Lisboa, Editorial Teorema.
- COSTA, Fernando Dorez, 2004 – *Guerra no Tempo de Lippe e de Pombal*, in “Nova História Militar de Portugal”, vol. 2 (coord. António Manuel Hespanha, dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira), s.l., Círculo de Leitores.
- DU JOURDIN, Michel Mollat, 1995 – *A Europa e o Mar*, 1.^a ed., Lisboa, Editorial Presença.
- ESPINOSA, Fernanda, 1972 – *A Inquisição, os navios estrangeiros e os mercadores do Porto no século XVIII*. “Escritos Históricos”, Porto, Porto Editora, p. 309-318.
- JÚNIOR, A. Cruz, 2002 – *O Mundo Marítimo Português na segunda metade do século XVIII (Ensaio)*, Lisboa, Comissão Cultural da Marinha.
- SILVA, Francisco Ribeiro da, 1979 – *Pirataria e Corso sobre o Porto (Aspectos Seiscentistas)*. “Revista de História”, vol. II, Porto, (Separata).
- TOUSSAINT, Auguste, 1978 – *Histoire des Corsaires*, P.U.F., Paris.

José Augusto Arriscado

Sociabilidade burguesa em Viana do Castelo na segunda metade do século XIX: a assembleia vianense

R E S U M O

Ao longo da segunda metade do século XIX, a Assembleia Vianense tornou-se no principal lugar de sociabilidade da burguesia de Viana do Castelo. Este espaço de convívio decorreu da necessidade de reforçar a sua coesão. Integraram-na as figuras de maior notoriedade da cidade, para além de uma pequena burguesia associada ao funcionalismo público. A endogamia foi elemento preponderante neste círculo, e a acção dos seus sócios repercutiu-se na vida pública local e nacional.

A sociabilidade nas suas variadas facetas tem vindo a merecer cada vez mais a atenção dos historiadores¹. Este interesse teve como ponto de partida na década de sessenta do século XX, o trabalho encetado neste domínio por Maurice Agulhon, e que se consubstanciou na obra: "La sociabilité méridionale: confréries et associations en Provence orientale dans la deuxième moitié du XVIII siècle."² Posteriormente, vários colóquios sublinharam a importância do conceito de sociabilidade como um objecto da História.³ Ao longo do século XIX, as variantes de sociabilidade sucederam-se de acordo com os meios sociais que as protagonizaram.⁴ Desta forma, o associativismo foi modelado segundo padrões e territórios bem delimitados e, por via disso, a sociedade burguesa soube criar o seu próprio espaço social, procurando impôr os seus valores e sinais distintivos. Numerosos espaços de sociabilidade, com diferentes motivações, surgiram no nosso País sob designações várias: sociedades, gabinetes, círculos, assembleias, clubes, enformando ou não de qualquer grau de especialização, para além daqueles marcadamente informais que acolhiam os diversos grupos sociais. Neste contexto, Viana do Castelo não ficou alheia ao surto de agremiações de convivialidade que despontava e, deste modo, a burguesia local não se eximiu de acompanhar a tendência, criando para o efeito, algumas colectividades onde pudesse passar os

¹ Alguns estudos sobre esta temática para o caso português: BERNARDO, 2001; CASCÃO, 1993: 517-541; COELHO, 1999; LOUREIRO, 1997; LOUSADA, 1995; MARQUES, 1997; ROQUE, 1990: 301-339; SANTOS, 1996: 365-388

² AGULHON, 1966

³ Entre outros, FRANÇOIS, 1986; JOST, 1986; THELAMON, 1987; THELAMON, 1989

⁴ A este propósito, paradigmática a distinção observada em França entre duas formas de sociabilidade: "Cercles" e "Chambrées". Enquanto os primeiros eram espaços de sociabilidade de cariz burguês, os segundos caracterizavam-se por serem populares, nomeadamente de índole operária e campesina, pese embora, na sua génese, algum mimetismo do "cercle" tivesse sido adoptado. Tratava-se, no caso em apreço, de uma sociabilidade popular de imitação ao modelo burguês. AGULHON, 1979: 211-212; AGULHON, 1988: 27

seus tempos de lazer. Das várias instituições dessa natureza,⁵ a Assembleia Vianense assumiu-se, desde logo, como um dos principais centros polarizadores da vida social da burguesia Vianense, merecendo, por isso, algumas linhas de reflexão, abordando-se assim uma forma de sociabilidade estrita.⁶ Neste sentido, foi nosso intuito verificar se esta colectividade na segunda metade do século XIX, terá adoptado uma política fortemente selectiva no tocante à admissão dos seus associados, já que parece existir actualmente a ideia que somente as individualidades de mais elevado estatuto social, profissional, económico ou que desempenharam funções de grande relevância na sociedade local, nela teriam assento.⁷ Assim, o recrutamento dos sócios mereceu-nos uma especial atenção, com incidência na sua estruturação, pondo em relevo aspectos relacionados com os seus níveis de contribuições, habilitações literárias, composição sócio-profissional, origem geográfica, o que permitiu uma melhor compreensão destas elites sociais. Para o efeito, foram uma prestimosa ajuda, os *Livros de Recenseamento Eleitoral de 1869 e 1881*, bem como o *Mappa de Repartição da Contribuição Directa para o Anno Civil de 1882*. Por outro lado, já que não encontrámos qualquer documentação organizada, passível de fornecer uma listagem dos seus membros, recorremos aos *Almanakes*, à *Imprensa Periódica* local, referenciando esta, anualmente, a eleição dos seus Corpos Gerentes, e aos *Estatutos e Regulamento Interno da Assembleia Vianense de 1891*, que incluíam um conjunto significativo de associados, reunindo, deste modo, um total de 151 sócios. Igualmente, outros aspectos foram considerados, particularmente os que diziam respeito à endogamia e à ligação destas elites com o exercício de funções públicas ao nível local e nacional. Quanto a este último ponto, servimo-nos de diversas actas das várias instituições da cidade, de natureza política, que enumeravam os diferentes cargos e seus detentores, e ainda de publicações de âmbito geral.⁸

À semelhança do sucedido em França, designadamente a partir de 1830, com a proliferação dos espaços de sociabilidade de índole burguesa, entre os quais assumiram relevância os denominados “cercles” de influência inglesa,⁹ também o nosso País assistiu à vulgarização de variadas instituições de convivalidade, como já referimos. À sociabilidade estava associada o tempo do ócio e do lazer. A ociosidade no século XIX, além de aparecer como forma retemperadora das energias dispendidas no trabalho quotidiano, manifestava-se, igualmente, por uma valorização do consumo sumptuário do tempo livre, passando este, a não estar “confinado a manifestações de utilitarismo estrito,”¹⁰ entendidas apenas como simples recreação que o próprio descanso justificava, mas revestindo-se, doravante, de um sentido social englobando características ostentatórias, de modo a constituir-se em elemento de diferenciação social.¹¹

⁵ Ao longo do século XIX, para além da Assembleia Vianense, registámos em Viana do Castelo as seguintes agremiações: Sociedade Recreativa Vianense, Club Democratico Viannense, Club Militar Recreativo, Associação dos Artistas.

⁶ Sobre a sociabilidade tratada de forma extensiva, veja-se: PELLISSIER, 1996. O nosso estudo aborda a sociabilidade noutro sentido, aproximando-se de trabalhos que põem a tónica nas suas manifestações específicas. Disto, é exemplo, a Obra de: CHALINE, 1996

⁷ Sobre a visão elitista da Assembleia Vianense nas condições referidas: VASCONCELOS, 1983

⁸ Actas: *Vereações Municipais, Junta Geral do Distrito, Administração do Concelho*; Enciclopédias; Anexo ao Manual Parlamentar para Uso dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, entre outras.

⁹ Sobre as características e evolução do “cercle”: AGULHON, 1977

¹⁰ SANTOS, 1983: 36

¹¹ SANTOS, 1983a:37. Acerca das diferentes perspectivas de ociosidade e lazer, ver: DAUMARD, 1983: 9-19; CORBIN, 1995

Era então o tempo do “grande-mundo,” que Camilo Castelo Branco resumia nas seguintes palavras: “a sociedade lustrosa, invernizada no corpo e no pensamento, na acção e na palavra, na intenção e na obra,”¹² e que os locais de sociabilidade, públicos ou privados, davam expressão.

O que é então a sociabilidade? Maurice Agulhon, entende este conceito como: “L’aptitude spéciale à vivre en groupes et à consolider les groupes par la constitution d’associations volontaires.”¹³ Neste sentido, teremos que levar em linha de conta a sociabilidade na sua diversidade informal e formal. Esta distinção tem razão de ser. No primeiro caso, entendida numa perspectiva de associação espontânea de “habitués,” sem quaisquer regras pré-estabelecidas, como eram, por exemplo, as “soirées” familiares tão em voga ao longo do século XIX, ou pelo contrário, no segundo caso, de reuniões organizadas segundo normas, regulamentos, estatutos, com carácter de permanência e em local fixo. Era a determinação do local, entendido como um “bem material, um capital,” só ao alcance dos meios dominantes, pois pressupunha a existência de meios financeiros para a sua instalação, que fazia com que este aspecto constituísse uma das razões de diferenciação entre sociabilidade das classes superiores e sociabilidade das classes operárias ou populares em geral.¹⁴ Refira-se, a este propósito, que a Assembleia Vianense teve de recorrer à capacidade financeira dos seus associados, em 1850, para fazer face às despesas de funcionamento da instituição, contraindo um empréstimo de 305\$000 réis junto dos seus membros. Para o efeito, foram emitidas acções no valor nominal de 5\$000 réis, tendo sido atribuídas a todos os sócios que contribuíram financeiramente, de harmonia com o valor dos montantes por eles entregues. Em contrapartida, a Assembleia Vianense pagaria por cada acção, o juro legal, e a sua amortização anual seria de 25% ou mais, *enquanto o permittirem as forças da Sociedade*.¹⁵ Participaram nesta operação, vinte e sete sócios, os quais receberam sessenta e um títulos. Destaque para sete negociantes, quatro deles maiores contribuintes, que ficaram com cerca de 31% da totalidade das acções.¹⁶

As reuniões informais que a burguesia vianense promovia, tinham uma certa similitude com os salões que se generalizavam no nosso País, embora poucos conseguissem reproduzir o modelo francês que estava subjacente à sua criação.¹⁷ A vida de salão desenrolava-se em habitações particulares e geralmente sob o patrocínio da senhora da casa.¹⁸ Aí, conversava-se, declamava-se poesia e organizavam-se concertos de música. Em Viana do Castelo, eram frequentes os serões musicais na casa do Visconde da Carreira com a participação de músicos de renome, como, por exemplo, Guilhermina Suggia, ou tendo a colaboração de amigos que faziam jus aos seus dotes artísticos, destacando-se, neste particular, o maestro Sá Noronha.¹⁹

¹² BRANCO, 1863:1

¹³ AGULHON, 1988: 61; FRANÇOIS, E., REICHARDT, R., 1987: 453-456

¹⁴ AGULHON, 1983: 12; AGULHON, 1988: 63. Quanto a este ponto, sublinhe-se que a Assembleia Vianense esteve instalada em vários locais, a saber: rua de S. Sebastião, rua de Santa Ana, rua da Piedade e, finalmente, na casa dos Sotto-Maior à Praça da Rainha, a qual foi alugada para o efeito em 1872, pela quantia de 150\$000 réis mensais. ALPUIM, VASCONCELOS, 1983: 93

¹⁵ AAV- *Livro de Registo de Acções, 1850*

¹⁶ AMVC - *Livros de Recenseamento Eleitoral de 1869 e 1881*; AAV, *Livro de Registo de Acções, 1850*

¹⁷ SANTOS, 1996:371; Sobre as características da vida de salão, ver: DAUMARD, 1986: 81-95; FUGIER, 1990: 91-95

¹⁸ O mais famoso no nosso País e que se aproximava do estilo francês, foi promovido pela Marquesa de Alorna. Ver, a propósito: BARRETO, 1986:144

¹⁹ ALPUIM, VASCONCELOS, 1983:114-115

Por seu lado, outra família vianense, os Barbosa e Silva, ricos negociantes, recebiam os seus amigos no seu domicílio, e ao longo da noite, a literatura e a política eram objecto de animadas discussões.²⁰ A poesia, como foi dito, também estava presente nestas reuniões, referindo-se, a propósito, a recitação de versos de Baltazar Werneck (figura proeminente da aristocracia vianense), “que constavam de muitos álbuns e os relembram os ecos dos últimos salões”.²¹

Mas, muitos outros convívios tiveram lugar em diversas casas de figuras de vulto da cidade. Estas reuniões particulares tinham uma dimensão social fora do comum e a sua importância era sublinhada pela imprensa da época que dava notícia de tais eventos.

Assim, o periódico *A Aurora do Lima* de 2 de Janeiro de 1899, chamava a atenção para *a agradabilíssima soirée* que o escrivão de Direito, João Caetano da Silva Campos, tinha proporcionado a algumas famílias das suas relações, e o mesmo jornal não deixava passar em claro, a reunião promovida pelo bacharel António Alberto da Rocha Páriz, em sua casa, fazendo eco das personalidades que fizeram questão de marcar com a sua presença em tal acontecimento social.²² Mas, se tais encontros, que perduraram por todo o século XIX, eram importantes para o aprofundamento de relações da burguesia vianense, bem cedo se percebeu que era indispensável evoluir de reuniões restritas e informais que decorriam em espaços domésticos, para sessões organizadas, mais amplas e já com estatuto jurídico. Foi neste contexto que surgiu a Assembleia Vianense, criada em 1848 por um conjunto de individualidades locais, as quais, independentemente dos seus interesses diversos: políticos, religiosos ou económicos, congregaram esforços para a efectivação de tal desiderato. Entre os fundadores estavam alguns dos principais homens de negócio da urbe, sendo de referir, Mateus Barbosa e Silva, Luís Barbosa e Silva, João Baptista Correia, José Elias Alves Viana, todos fazendo parte dos quarenta maiores contribuintes do concelho de Viana do Castelo,²³ bem como outras figuras ilustres da cidade, entre as quais se destacavam, Luís Bravo de Abreu e Lima, 3º Visconde da Carreira, e José Mendes Ribeiro, membro da Junta Geral do Distrito, tendo exercido também funções como presidente da Câmara Municipal. Exprimia-se, deste modo, à semelhança do ocorrido noutras sociedades, como, por exemplo, a inglesa, uma das principais características da burguesia oitocentista, que era o seu espírito de coesão, o qual a mesma burguesia praticava e reforçava através da constituição de agremiações desta natureza.²⁴ A Assembleia Vianense constituiu-se ao longo da segunda metade do século XIX e até à década de setenta do século XX, no local, por excelência, onde se reuniam as figuras gradas da cidade de Viana do Castelo. Desde a sua formação e ao longo do período da sua vigência, procurou ter sempre presente os objectivos que nortearam à sua fundação, e esta preocupação transparece dos próprios Estatutos de 1876, sendo posteriormente repetida pelos

²⁰ ALPUIM, VASCONCELOS, 1983: 239

²¹ Conde d' Aurora, 1929: 41-42

²² *A Aurora do Lima*, de 11 de Dezembro de 1889, e de 2 de Janeiro de 1899

²³ Tratava-se de um grupo formado pelos quarenta contribuintes mais colectados em todo o Concelho, apurados entre todos aqueles que pagavam contribuições directas e escalonados hierarquicamente, de acordo com os quantitativos da colecta que incidia sobre rendimentos e bens possuídos dentro do respectivo concelho de residência. VASCONCELLOS, 1853: 483 (*Lei de 30 de Setembro de 1852*); *Carta de Lei de 1 de Junho de 1853*; *Notícias de Viana*, de 15 de Junho de 1961; AMVC - *Livros de Recenseamento Eleitoral de 1869 e 1881*

²⁴ CROSSICK, 1998: 1104-1105

diversos textos orgânicos da instituição, que referem: “É conservada a esta Assembleia a sua antiga denominação de Assembleia Vianense; e os seus fins continuam sendo os mesmos com que se instituíra em 1848, isto é, dar impulso à civilização por meio da convivência, da leitura, do trato civil e das companhias de Senhoras, e por outro qualquer que pareça conducente a este fim.”²⁵ Ora, era, aparentemente, a presença do elemento feminino, que distinguia este local de reunião dos seus congêneres de além-fronteiras, nomeadamente os círculos de convivialidade franceses e ingleses (cercles, clubs), que se caracterizavam por serem espaços de sociabilidade exclusivamente masculinos.²⁶ Contudo, a frequência de senhoras nos salões da Assembleia, cremos que não seria prática habitual e resumir-se-ia a algumas ocasiões especiais, designadamente os três bailes que a instituição promovia anualmente, ou a quaisquer festas de famílias que aí tivessem lugar, mas sempre com a anuência da direcção da Casa, como referem os Estatutos.²⁷ Deste modo, atendendo à excepcionalidade do facto, a distinção atrás referida só do ponto de vista formal teria validade, pois, no dia-a-dia, este espaço assumia-se, de forma clara, como sendo essencialmente masculino. A Assembleia Vianense surgia, assim, como o principal lugar onde a burguesia local se juntava diariamente, logo após a ceia em família às oito horas²⁸ e, como nos descreve Ramalho Ortigão, aí passava os seus serões, jogando o bilhar, o voltarete e o whist, lendo os jornais do País, bem como o *Gil Blas* e o *Figaro* que chegavam ao seu gabinete de leitura, ou simplesmente tomando chá, pagando por tudo isto a quantia de um vintém por dia.²⁹

Posto isto, chegou o momento de conhecer os sócios da Assembleia Vianense. Diversas categorias sócio-profissionais³⁰ estavam representadas no Círculo em questão. A maior incidência sócio-profissional dizia respeito aos proprietários com 25,2% do total de sócios, logo seguida dos empregados públicos com um índice de representação de 19,9%. Curiosamente, os negociantes, que pelo seu peso económico e social, em princípio, deveriam ter uma presença significativa no conjunto de associados, não ultrapassavam os 14,6% dos membros da Assembleia (Gráfico nº 1), sendo de realçar que nos anos de 1869 e 1881, a sua percentagem no total dos patrões recenseados nos cadernos eleitorais, rondava os 52%.³¹ Todavia, os que nela figuravam,

²⁵ Artigo 1º dos *Estatutos e Regulamento Interno da Assembleia Viannense*, 1876: 3; Ver, também, os *Estatutos* de: 1886, 1887 e 1891

²⁶ AGULHON, 1979a: 84; AGULHON, BODIGUEL, 1981:28; CHAUSSINAND-NOGARET, 1994: 312

²⁷ Artigo nº 5 do *Regulamento Interno da Assembleia Viannense*, 1868: 4; Artigos 33º e 34º dos *Estatutos e Regulamento Interno da Assembleia Viannense*, 1876: 13. A presença de senhoras não seria um facto exclusivo da Assembleia Vianense, pois temos conhecimento da frequência feminina, em circunstâncias idênticas, num espaço similar de uma outra localidade, a Assembleia Limarense, em Ponte de Lima. Também em Évora, no Círculo Eborense, a realidade era a mesma. AMPL - *Sessão de 11 de Fevereiro de 1901 do Livro de Actas da Direcção da Assembleia Limarense, 1901-1915*: 7-8; BERNARDO, 2001:41; Sobre a forma requintada como as senhoras eram recebidas pelos cavalheiros na Assembleia Vianense nas ocasiões acima aludidas, o Regulamento Interno da Instituição explicitava que: “cumpre aos directores: fazer as honras da casa nas noites de reuniões de famílias ou bailes, recebendo as senhoras à entrada, acompanhando-as para o “toilette” e para as salas. A etiqueta observada, mais não era que uma forma destas elites sublinharem os seus códigos comportamentais ou de “bom-tom,” inerentes à sua própria condição social. Tais boas- maneiras constituíam marcas distintivas de um grupo dominante, que Pierre Bourdieu apelida de “distinctions signifantes.” ALPUIM, VASCONCELOS, 1983: 94; BOURDIEU, 1969: 311; BOURDIEU, 1979: 112

²⁸ VIEIRA, 1887: 209

²⁹ ORTIGÃO, 1943: 23-24

³⁰ Sobre a classificação sócio-profissional utilizada, ver: DAUMARD, 1963: 185-210

englobavam alguns dos mais importantes cidadãos sob o ponto de vista material, ou seja, seis dos maiores contribuintes do concelho, o que revela a importância e qualidade destes sócios, sendo de sublinhar, a este propósito, que estávamos perante uma sociedade que valorizava a noção do “ter.” Os próprios Estatutos a isso se referiam abertamente como condição preferencial para admissão na instituição, quando acentuavam a subsistência dos potenciais membros, ser suprida através de rendimentos provenientes de bens patrimoniais.³² Ainda sobre os negociantes, refira-se que, embora o seu número de inscritos como sócios na Assembleia Vianense fosse de facto reduzido, estava aí representada a quase totalidade dos negociantes de maior expressão na cidade, pois, se nos reportarmos ao total de negociantes que compunham o quadro dos quarenta maiores contribuintes do concelho, em 1869 e 1881, veremos que, respectivamente 60% e 85,7% desses indivíduos eram associados da referida Instituição.³³

Por outro lado, os indivíduos ligados ao Serviço Público, no seu todo, representavam o maior número de sócios, com uma percentagem que rondava os 46,4%, o que introduz um elemento novo nesta análise. Com efeito, esta massa assalariada, composta por empregados públicos, oficiais subalternos, oficiais gerais e superiores e ainda por funcionários superiores, constituiu-se numa força social capaz de disputar a primazia no interior da instituição, às categorias explicitamente possedentes, ou seja, aos proprietários e negociantes, com reflexos na eleição dos Corpos Gerentes da Assembleia, onde tiveram uma participação permanente³⁴. Convém sublinhar, por outro lado, a “intromissão” neste círculo restrito de convivialidade, de certos elementos ligados ao Serviço Público, designadamente alguns indivíduos que integravam a categoria de empregados públicos que, supostamente pela sua qualidade profissional, não seriam por norma objecto de invulgar reconhecimento social. Referimo-nos aos amanuenses e aspirantes da função pública, elementos, dado o seu carácter subalterno, situavam-se hierarquicamente nos escalões inferiores das respectivas carreiras. Sobre eles, pode ler-se no *Diccionario Contemporaneo da Língua Portuguesa*, publicado em 1881: *Empregado que ocupa o grau inferior no quadro de uma secretaria*.³⁵ Contabilizámos nove indivíduos nestas condições, sendo que, oito deles: Adelino Delduque da Costa, António Rocha Barbosa e Vasconcelos, Bernardo Pereira Rebelo Feio, Francisco Malheiro Pereira Peixoto, José Alberto da Silva Pena, José Joaquim Barbosa, Luís de Queiroz Ribeiro Sotto-Maior, Manuel Caetano da Silva, não tiveram na cidade qualquer notoriedade, pois não há notícia de terem ocupado quaisquer posições de destaque nas diferentes instituições locais, de âmbito político, administrativo ou de cariz estritamente social.³⁶ Tal situação, leva-nos a pensar que a Assembleia Vianense, pese embora o carácter restritivo no que respeitava à admissibilidade dos seus associados, e que era evidente, como se pode comprovar pelo escrutínio

³¹ Quadro nº 1 em Anexo. ARRISCADO, 1999: 109

³² Artigo 19º dos *Estatutos e Regulamento Interno da Assembleia Viannense*, 1876: 9

³³ ARRISCADO, 1999: 265

³⁴ Já Pinho Leal, em 1881, chamava a atenção para o facto dos empregados públicos, juntamente com os proprietários, constituírem a maioria dos frequentadores da Assembleia Vianense. PINHO LEAL, 1882: 447

³⁵ AULETE, 1881: 77

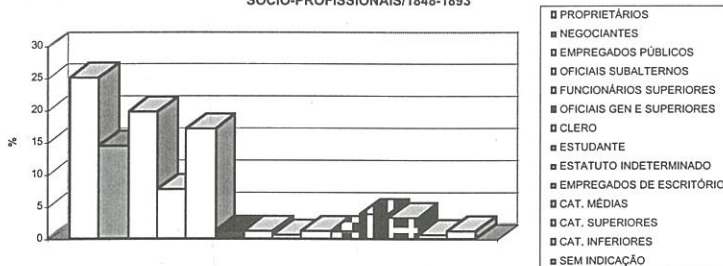
³⁶ Dos nove indivíduos em causa, apenas um, José Ernesto de Sousa Caldas, escritor e historiador, se destacou no contexto citadino. Da sua produção historiográfica e literária, merece especial atenção a “História de um Fogo-Morto,”³⁷

levado a efeito pelos membros da Direcção, por bolas brancas e negras que determinavam o ingresso ou não dos potenciais sócios,³⁷ tornou-se, por vezes, permeável a estratos sócio-profissionais de menor prestígio social. Tendo presente a sua modéstia profissional, no entanto, no desempenho das suas funções certas capacidades intelectuais seriam obrigatórias, o que nos leva a concluir que, para a sua receptividade num espaço eivado de critérios de admissibilidade restritivos, muito contribuíram as qualidades acima aludidas, as quais seriam factores de alguma relevância social aos olhos dos seus pares, e daí, a aceitação desta pequena burguesia no seu seio. Quanto a outros grupos, de referir também as Profissões Liberais, as quais se fizeram representar, mas apenas com um total de 4% de sócios, o que revela a fraca participação deste grupo sócio-profissional no contexto social da cidade.³⁸ No entanto, a sua inserção na Assembleia Vianense, mostra o reconhecimento social pela sociedade local, por qualidades que não passavam necessariamente pelo aspecto material, pois se atentarmos nos valores contributivos detidos pelos membros das Profissões Liberais, chegamos à conclusão que a sua afirmação social não tinha a ver directamente com a sua riqueza, mas antes com os seus méritos e aptidões intelectuais. Como escreve Edmond Goblot: “La Bourgeoisie..... honore le talent, le savoir, et les vertus; Par nécessité vitale, la société bourgeoise se solidarise avec le mérite qui surgit en elle ou au-dessous d’elle, s’efforce de l’absorber, de se colorer tout entière de son reflet et de son rayonnement.”³⁹

Deste modo, encontrámos vários sócios cujos fundamentos sociais teriam mais a ver com as suas qualificações literárias, do que com qualquer visibilidade assente numa posição económica. Estavam nestas condições, três cirurgiões, dois advogados, dois médicos, um veterinário, um engenheiro civil e um mestre de piano. À excepção de um médico que tinha uma tributação superior a 20\$000 réis, todos os outros apresentavam contribuições nos escalões de 1\$000=<C<10\$000 réis e 10\$000=<C<20\$000 réis. Eram os aspectos de incidência intelectual a sobrepor-se aos de índole material. Mas no que se refere à titulação literária, apenas uma pequena parte dos associados se enquadrava neste pressuposto. Se atentarmos nos sócios que tinham habilitações literárias médias ou superiores, vemos que eram efectivamente uma minoria. Somente 20% dos associados da Assembleia Vianense, possuíam títulos académicos (Gráfico nº 2), destacando-se os Bacharéis em Direito e os Oficiais com cursos do Exército, nomeadamente, artilharia e infantaria.

Gráfico 1

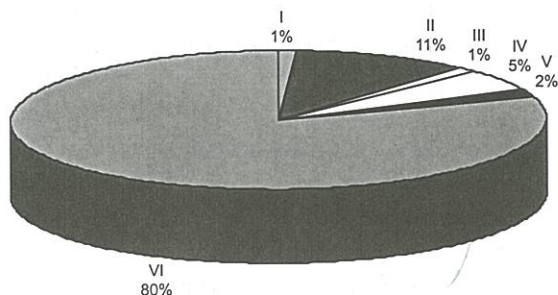
SÓCIOS DA ASSEMBLEIA VIANENSE POR CATEGORIAS
SÓCIO-PROFISSIONAIS/1848-1893



FONTES: *Almanak do Districto de Vianna do Castelo para o Anno de 1894*; *A Aurora do Lima, de Dezembro de: 1869, 1873, 1878, 1881, 1883, 1884, 1887, 1891, 1893*; *Estatutos e Regulamento Interno da Assembleia Viannense, 1891*; AMVC- *Livros de Recenseamento Eleitoral de 1869 e 1881* *Notícias de Viana, nº 128, de 15 de Junho de 1961*

Gráfico 2

SÓCIOS DA ASSEMBLEIA VIANENSE COM HABILITAÇÕES LITERÁRIAS MÉDIAS OU SUPERIORES



Legenda: I - Curso de Engenharia, II - Cursos do Exército, III - Clero, IV - Bacharéis V - Professores, VI - Sem Habilitações Literárias Médias ou Superiores

Fontes: As do Gráfico nº 1

Quanto às contribuições apresentadas pelos membros da Assembleia Vianense, elas reflectem e corroboram o que já foi dito sobre a penetração de indivíduos de menor capacidade material na instituição, isto é, valores contributivos pouco significativos por eles detidos, traduziam, de certo modo, uma situação económica modesta, não inviabilizando, tal facto, a sua admissibilidade no Círculo em questão. Para além dos 47% de indivíduos cujas fontes não referem quaisquer contribuições, o que se explica, em parte, pela sua inclusão nos cadernos de recenseamento eleitoral, a partir de 1878, através das modalidades de saber ler e escrever ou chefes de família, as quais substituíam o quantitativo censitário como condições suficientes para que se pudesse aceder à condição de eleitor,⁴⁰ constatámos uma base alargada de cerca de 24,5% de sócios, com valores que se situavam entre os 1\$000 e os 10\$000 réis, logo seguida pelo escalão de 10\$000=<C<20\$000 réis com 9,3%, e apenas 3,3% de associados com montantes contributivos na ordem dos 20\$000=<C<30\$000 réis. Há medida que os valores das contribuições em presença iam aumentando, rareava o número de sócios, verificando-se, todavia, uma excepção para os tributos mais elevados, isto é, acima de 30\$000 réis. Neste particular, registámos um conjunto de sócios com um índice de representação de 15,9%.⁴¹ Os quantitativos até agora registados e para além das razões já apontadas relativas aos elementos integrantes do grupo de Profissões Liberais, evidenciam, portanto, a existência de dois tipos de individualidades presentes na Assembleia Vianense. Por um lado, uma parte significativa de sócios cujo poder económico, de certo modo limitado, estava íntimamente ligado à sua condição sócio-profissional, representando

³⁸ De notar que as Profissões Liberais em relação ao conjunto do eleitorado Vianense em 1869 e 1881, representavam, apenas, respectivamente 5,1% e 3% de eleitores. ARRISCADO, 1999: 86

³⁹ GOBLOT, 1967: 36

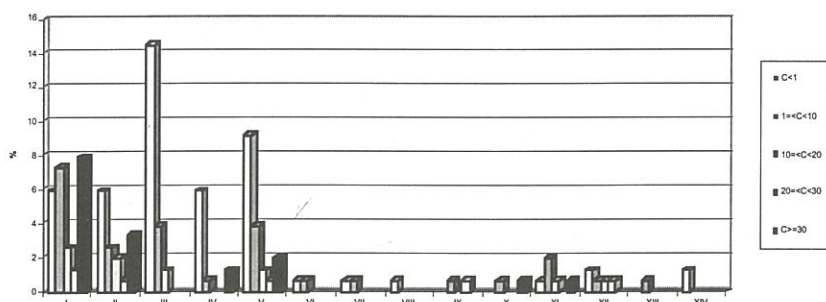
⁴⁰ *Collecção Official da Legislação Portuguesa*, 1879: 132 (Artigo 1º da Lei Eleitoral de 8 de Maio de 1878)

⁴¹ Quadro nº 2 em Anexo

um segmento assalariado afecto ao Serviço Público, com especial incidência nos empregados públicos, sendo de referir, igualmente, alguns funcionários superiores que preencheram os escalões contributivos mais baixos. Ao invés, a observância de um conjunto de associados com a tributação mais elevada ($C \geq 30\$000$ réis), formada, principalmente, por proprietários e negociantes (Gráfico nº 3).⁴² Neste núcleo de sócios estavam representados os maiores contribuintes, os quais constituíam uma força importante, pois significavam 79,2% do total de indivíduos com tributação superior ao valor atrás referido.

Gráfico 3

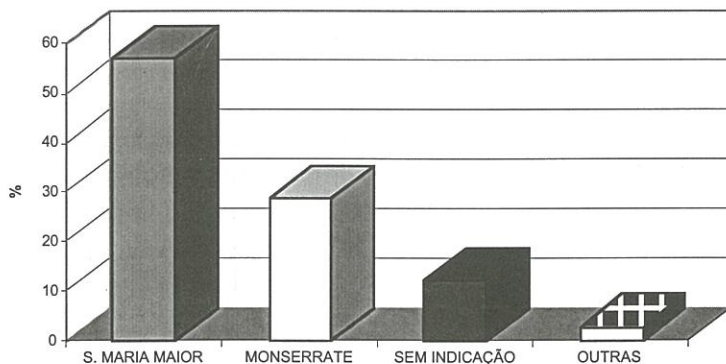
CONTRIBUIÇÕES (C em milhares de réis) DOS SÓCIOS DA ASSEMBLEIA VIANENSE POR CATEGORIAS SÓCIO-PROFISSIONAIS/1848-1893



LEGENDA: I-Proprietários, II-Negociantes, III- Empregados Públicos, IV-Oficiais Subalternos V- Funcionários Superiores, VI-Oficiais Gerais e Superiores, VII- Clero, VIII-Estudantes, IX-Estatuto Indeterminado, X-Empregados de Escritório, XI-Categorias Médias, XII-Categorias Superiores, XIII-Categorias Inferiores, XIV- Sem Indicação
 FONTES: As do Gráfico nº 1; AMVC - *Mapa de Repartição da Contribuição Directa para o Anno Civil de 1882*

Gráfico 4

DISTRIBUIÇÃO DOS SÓCIOS DA ASSEMBLEIA VIANENSE POR FREGUESIAS/1848-1893



FONTES: As do Gráfico nº 1

⁴² Quadro nº 3 em Anexo

No que diz respeito à origem geográfica dos membros da Assembleia Vianense, refira-se que a instituição foi receptiva a acolher indivíduos que não residissem somente na cidade. Assim, 2,6% dos sócios, tinham as suas residências em várias freguesias rurais do concelho e que eram as seguintes: Anha, Castelo do Neiva, Perre e Santa Marta de Portuzelo. Também constatámos a existência de outros sócios com moradas noutras concelhos, nomeadamente Caminha e Porto. Todavia, as duas freguesias da cidade de Viana do Castelo, Santa Maria Maior e Monserrate, albergavam a maioria dos seus associados, respectivamente com 57% e 28,5% do total de sócios (Gráfico nº 4).

Quanto à administração da Assembleia, esta era da responsabilidade de uma Direcção eleita pela generalidade dos sócios, por escrutínio secreto e à pluralidade de votos, a qual era formada pelo Presidente, Vice-Presidente, Secretário, Vice-Secretário e Tesoureiro. Na altura da eleição dos Corpos Gerentes, para além dos cargos enunciados, era posta à consideração de todos para votação, uma lista contendo os nomes de dez potenciais directores e quatro suplentes, os quais exerceriam as suas funções mensalmente em regime de rotatividade, zelando pelo cumprimento de todas as normas inclusas no Regulamento Interno da Assembleia.⁴³ De um modo geral, a administração da Casa no período que mediou entre 1867 e 1893, contemplou um conjunto restrito de sócios que através de sucessivos mandatos geriu os destinos da instituição. Nem só as figuras mais proeminentes tiveram assento nas diferentes Mesas da Direcção ao longo do tempo em questão. Se na globalidade de associados, encontrámos alguns elementos cujo estatuto sócio-profissional não era relevante, verificámos que nas diversas Direcções eleitas, também surgiram individualidades cuja modéstia, quer do ponto de vista profissional, quer económico, era notória, ficando aquém das principais figuras da cidade que integravam os seus Corpos Gerentes. No caso, eram amanuenses, cirurgiões-ajudantes, um empregado de escritório, um empregado dos Correios e ainda um estudante, que preenchiam parte desses lugares, e as suas contribuições situavam-se abaixo dos 10\$000 réis. O que mostra que o hermetismo e o carácter selectivo, sob o ponto de vista social, tão propalados ainda hoje da instituição, e que, aparentemente, tinham como objectivo exclusivo recrutar os indivíduos de maior projecção na sociedade local, por vezes não corresponderam à realidade.

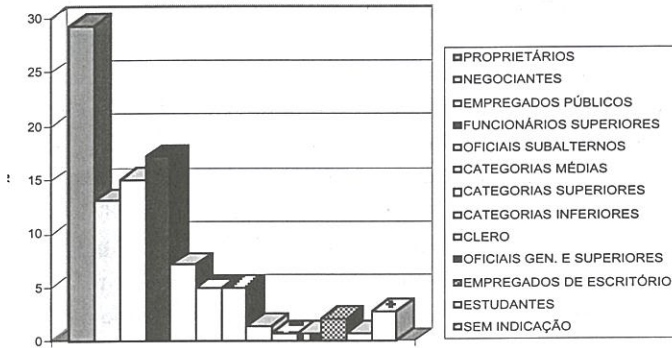
Assim, nas várias Direcções, a categoria sócio-profissional que mais se distinguiu pela sua frequência, foi a dos proprietários, com uma percentagem de 29,3% de sócios. Os negociantes não foram além de 13% de presenças nesse órgão, enquanto que o funcionalismo público sobressaiu uma vez mais como a segunda força mais participativa, sendo os funcionários superiores e os empregados públicos as categorias com índices de representação mais elevados, respectivamente, 17,1% e 15% de associados (Gráfico Nº 5).⁴⁴

⁴³ § 1º do Artigo 4º e § 2º do Artigo 6º dos *Estatutos e Regulamento Interno da Assembleia Viannense*, 1876: 4-5

⁴⁴ Ver Quadro nº 4 em Anexo

Gráfico 5

FREQUÊNCIA DE SÓCIOS NA DIRECÇÃO DA ASSEMBLEIA
VIANENSE POR CATEGORIAS SÓCIO-PROFISSIONAIS/1867-1893



FONTES: *A Aurora do Lima, de Dezembro de: 1867, 1873, 1878, 1881, 1883, 1884, 1887, 1891, 1893*; AMVC - *Livros de Recenseamento Eleitoral de 1869 e 1881*

Factor com alguma importância no seio da Assembleia, foi a existência do elemento endogâmico. Através dele, os notáveis viram a sua influência e coesão, acrescidas, no Círculo em que se movimentavam e, num universo mais vasto, estas alianças familiares por via matrimonial, propiciavam ainda uma rede comum de interesses, destacando-se, neste particular, a vantagem de manterem no interior do grupo, os seus patrimónios e fortunas. Tais laços familiares formavam uma espécie de “réseau, une trame serrée, qui rassemble les membres d’une même génération dans une vaste confrérie.”⁴⁵ Encontrámos diversas ramificações dessa natureza no grupo de sócios, bem como a presença de vários indivíduos provindos do mesmo ramo parental: António Alberto da Rocha Páriz, seu filho Francisco Casimiro da Rocha Páriz. Ligado ainda a esta família, João Augusto Loureiro da Rocha Páriz, o qual casou com D. Ana Margarida Espregueira, filha do sócio Bernardo Afonso Espregueira. Registámos ainda a presença de João Afonso Espregueira e de seu irmão José Afonso Espregueira. A esta família encontrava-se ainda ligado por casamento, Ernesto Júlio Goes Pinto, que desposara D. Rita Norton Espregueira, filha de D. Zulmira Mendes Norton e de Domingos Afonso Espregueira. Refira-se que D. Zulmira Mendes Norton era filha de um outro sócio: José Mendes Ribeiro. Uma outra família esteve representada: os Barbosa e Silva. Eram três os irmãos que figuravam como sócios: António Barbosa e Silva, Luís Barbosa e Silva, Mateus José Barbosa e Silva. Mas, outras personalidades, neste âmbito, são de mencionar: João Baptista Correia, negociante e maior contribuinte, viu sua filha D. Margarida Fortunato Correia, contrair matrimónio com o sócio João Abel d’Oliveira, igualmente negociante e maior contribuinte. Também o bacharel João Monte Verde da Cunha Lobo, teve uma sua filha, D. Maria José Monte Verde da Cunha Lobo, que casou com o associado Francisco de Sousa Lobo Brandão. Deste casamento, nasceu D. Iria Monte Verde, que casaria com um filho do sócio

⁴⁵ PINÇON, PINÇON-CHARLOT, 2000: 47-50

João Coelho de Castro Villas-Boas Júnior. De salientar, ainda, a presença da família Camacho, através das pessoas: António Maria Baptista Camacho e José Maria Baptista Camacho.⁴⁶

Estas elites sociais procuraram também estender a sua presença a outros lugares de importância na cidade. Assim, não será de estranhar que tenham marcado a sua posição nos diferentes cargos político-administrativos locais, tendo mesmo desempenhado funções de âmbito nacional e, em alguns casos, com repetição de mandatos.⁴⁷

Deste modo, entre outras, destacamos as seguintes personalidades que exerceram cargos dessa natureza: José Mendes Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal de Viana, entre 1882 e 1885, Procurador à Junta Geral de Distrito em 1878; José Afonso de Espregueira, Presidente em 1880 e 1881, Vereador em 1869 e 1870 e Procurador de 1868 a 1871; António Alberto da Rocha Páriz, Deputado de 1868 a 1870, Governador Civil de 1879 a 1881, tendo exercido também funções como membro da Comissão de Recenseamento Eleitoral em 1878; Ernesto Júlio Goes Pinto, Deputado de 1879 a 1890, Presidente do Município em 1878; Finalmente, António Maria Baptista Camacho, Procurador de 1872 a 1876, Vereador de 1876 a 1877, Administrador do Concelho de 1878 a 1886 e, posteriormente, em 1890.

De notar que estas elites exerceram igualmente funções num órgão paralelo à Vereação da Câmara, o Conselho Municipal, quer como Conselheiros efectivos, quer como Conselheiros substitutos.

CONCLUSÃO

Apesar das fontes disponíveis terem sido escassas e não nos ter sido possível consultar os Livros de Actas da Direcção da Assembleia Vianense, cujo paradeiro desconhecemos, o que nos permitiria um conhecimento mais aprofundado da Instituição, especialmente no que se refere às medidas tomadas pelas diversas direcções no que à sua governabilidade dizia respeito, cremos, pelo exposto, que a burguesia Vianense ao longo do período abordado, procurou afirmar-se no contexto social da cidade, frequentando um espaço de sociabilidade, já não de forma improvisada como era norma nos diferentes salões, mas antes, juntando vontades no sentido de se agrupar nos momentos de lazer, numa agremiação que a acolhesse de forma organizada e permanente. Assim, nasceu a Assembleia Vianense. Contrariamente ao que se poderia eventualmente pensar, esse espaço de sociabilidade não ficou imune à frequência de elementos de condição social mais modesta, sendo de realçar, neste particular, os indivíduos que integravam o pequeno funcionalismo público, a par daqueles que possuíam maior prestígio na cidade, uma visibilidade no meio, decorrente, quer da sua posição económica, quer dos seus atributos sociais, que iam desde o mérito profissional, até à sua própria condição aristocrática. Nela figuraram, também, grande parte dos maiores contribuintes do Concelho. A Assembleia Vianense tornou-se num local, onde as famílias Vianenses procuraram demonstrar a sua qualidade social, que atingia o seu clímax na forma de um ritual cumprido, de maneiras refinadas, nas reuniões que esporadicamente

⁴⁶ MACHADO, 1932; PÁRIS, 1997

⁴⁷ Quadro nº 5 em Anexo

aí se realizavam com a presença de senhoras e que, nesses momentos, esbatiam o carácter masculino que revestia no quotidiano este espaço de sociabilidade. Outra particularidade, diz respeito ao facto de vários sócios da Assembleia Vianense fortalecerem as suas posições na Instituição, através do elemento endogâmico, pois constatámos a existência de uma rede estabelecida de ligações familiares. Finalmente, convém acentuar que estas elites sociais não descuraram a sua influência no meio em que se inseriam, dado que diversos cargos públicos da cidade, de âmbito político e administrativo, foram por elas ocupados, chegando mesmo a desempenhar funções de relevo de carácter nacional.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

A – Fontes Manuscritas

1 - AAV – Arquivo da Assembleia Vianense

Livro de Registo de Acções, 1850

2 - AGCVC – Arquivo do Governo Civil de Viana do Castelo

Actas das Sessões da Junta Geral do Distrito, 1872 – 1878

Registo de Nomeações, Suspensões e Exonerações, 1865-1915

3 - AMPL – Arquivo Municipal de Ponte de Lima

Livro de Actas da Direcção da Assembleia Limarense, 1901-1915:7-8

4 - AMVC – Arquivo Municipal de Viana do Castelo

Caderno de Actas da Comissão de Recenseamento Eleitoral, 1871

Livros de Actas das Sessões da Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1867-69;1870-71;1872-75;1875-78;1878;1880;1882;1883-84;1884-85;1885-86;1886-88

Livros de Recenseamento Eleitoral, 1869, 1881

Mappa de Repartição da Contribuição Directa para o Anno Civil de 1882

B – Fontes Impressas

1 - Almanagues

Almanak do Districto de Vianna do Castello para o anno de 1894, Vianna, Typ. Silva Braga, 1893

2 - Estatísticas, Estatutos, Legislação, Regulamentos

BESSA, José Marcelino de Almeida, 1905 - *Anexo ao manual parlamentar para uso dos senhores deputados da nação portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional Carta de Lei de 1 de Junho de 1853

Collecção Official da Legislação Portuguesa, 1879, Lisboa, Imprensa Nacional

Estatutos da Assembleia Vianense de 1886, 1887, 1891

Estatutos e Regulamento Interno da Assembleia Viannense, 1876-Vianna, Typ. d'André J. Pereira & Filho

PEREIRA, António Manuel, 1959- *Evolução da divisão administrativa de Portugal*, Porto, Edição do Club Rotary do Porto

Regulamento Interno da Assembleia Vianense, 1868, Vianna do Castelo, Typ. da Aurora do Lima

VASCONCELLOS, José Maximo de Castro Neto Leite e, 1853- *Collecção Official da Legislação Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional

3 - IMPRENSA PERIÓDICA

A Aurora do Lima, 1867, 1873, 1878, 1881, 1883, 1884, 1887, 1889, 1891, 1893, 1899
Notícias de Viana, 1961

Bibliografia

- AGULHON, Maurice, 1966- *La sociabilité méridionale: confréries et associations en Provence orientale dans la deuxième moitié du XVIII siècle*, Aix-en-Provence, La Pensée Universitaire
- AGULHON, Maurice, 1977- *Le cercle dans la France bourgeoise, 1810-1848. Étude d'une mutation de sociabilité*, Paris, Armand Colin
- AGULHON, Maurice, 1979 - *La république au village*, Paris, Éditions du Seuil
- AGULHON, Maurice, 1979a- *Sociabilité populaire et sociabilité bourgeoise au XIX siècle*, in "Les cultures populaires, permanences et émergences des cultures minoritaires locales, ethniques, sociales et religieuses", dir. G. Poujol, R. Labourie, Paris, Privat, p.81-91
- AGULHON, Maurice, Bodiguel, Maryvonne, 1981- *Les associations au village*, "Actes Sud", Le Paradou, Hubert Nyssen, Editeur
- AGULHON, Maurice, 1983- *Avant-Propos*, in "La sociabilité en Normandie", dir. Françoise Thelamon, Rouen, Publications de l'Université de Rouen, p.7
- AGULHON, Maurice, 1984- *Pénitents et franc-maçons de l'ancienne Provence- essai sur la sociabilité méridionale*, Paris, Éditions Fayard
- AGULHON, Maurice, 1988- *Histoire vagabonde-ethnologie et politique dans la France contemporaine*, Paris, Éditions Gallimard, 2 vols.
- ALPUIM, Maria Augusta de, VASCONCELOS, Maria Emília de, 1983- *Casas de Viana antiga*, Viana do Castelo, Centro de Estudos Regionais
- ARRISCADO, José Augusto, 1999 - *Protagonistas e formas de poder na sociedade vianense da segunda metade do século XIX*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Dissertação de Mestrado, polic.)
- AULETE, F.J. Caldas, VALENTE, Antonio Lopes dos Santos, 1881- *Diccionario Contemporaneo da Língua Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional
- BARRETO, D. José Trazimundo Mascarenhas, 1986 - *Memórias do Marquês de Fronteira e d'Alorna*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda
- BERNARDO, Maria Ana, 2001- *Sociabilidade e distinção em Évora no século XIX. O círculo eborense*, Lisboa, Edições Cosmos
- BOURDIEU, Pierre, 1969- *Condition de classe et position de classe* in "Hiérarchies et classes sociales", dir. Roger Cornu, Janina Lagneau, Paris, Armand Colin, p.293-317
- BOURDIEU, Pierre, 1979- *La distinction*, Paris, Éditions de Minuit
- BRANCO, Camilo Castelo, 1863- *O Mundo Elegante*, Lisboa, Livraria de Manoel Antonio de Campos Junior
- CALDAS, José, 1990 - *História de um Fogo-Morto*, facsímile da 2ª edição, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo
- CASCÃO, Rui, 1993- *Vida quotidiana e sociabilidade* in "História de Portugal," dir. José Mattoso, V volume, "O Liberalismo" (1807-1890), Lisboa, Círculo de Leitores, p.517-541
- CHALINE, J. Pierre, 1996- *Sociabilité et érudition. Les sociétés savants en France*, Paris, Comité des Travaux Historiques et Scientifiques
- CHAUSSINAND-NOGARET, 1994- *Histoire des élites en France du XVI au XX siècle*, Paris, Pluriel
- COELHO, José Dias, 1999 - *Leiria entre 1920 e 1940- sociabilidade e vida quotidiana*, Leiria, Edições

Magno

- CONDE D'AURORA, 1929- *Roteiro da ribeira-lima*, Ponte de Lima, edição do autor
- CORBIN Alain, 1995- *L'avènement des loisirs, 1850-1960*, Paris, Aubier
- CORNU, Roger, LAGNEAU, Janina, 1969- *Hierarchies et classes sociales*, Paris, Armand Colin
- CROSSICK, Geoffrey, 1998- *La bourgeoisie britannique*, "Annales, Histoire, Sciences Sociales, Paris, Novembre-Décembre, p.1104-1105
- DAUMARD, Adeline, 1963- *Une référence pour l'étude des sociétés urbaines en France aux XVIII et XIX siècles. Projet de code socio-professionnel*, "Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine," Juillet-Septembre, tome X, p.185-210
- DAUMARD, Adeline, 1983- *Présentation* in Oisiveté et loisirs dans les sociétés occidentales au XIX siècle, dir. Adeline Daumard, Amiens, F. Paillart, p.9-19
- DAUMARD, Adeline, 1986- *La vie de salon en France dans la première moitié du XIX siècle* in "Sociabilité et société bourgeoise en France, en Allemagne et en Suisse, 1750-1850," dir. Étienne François, Paris, Éditions Recherche sur les Civilisations, p.81-95
- FRANÇOIS, Étienne dir. 1986- *Sociabilité et société bourgeoise en France, en Allemagne et en Suisse, 1750-1850*, Paris, Éditions Recherche sur les Civilisations
- FRANÇOIS, E., REICHARDT, R.,-1987- *Les formes de sociabilité en France du milieu du XVIII au milieu du XIX siècle*, "Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine," juillet-septembre, tome XXXIV, p.453-456
- FUGIER, Anne Martin, 1990- *La vie élégante ou la formation du tout-Paris, 1815-1848*, Paris, Fayard
- GOBLOT, Edmond, 1967- *La barrière et le niveau*, Paris, Presses Universitaires de France *Grande Enciclopédia Luso e Brasileira, 1935-1986, 40vols+7*, Lisboa, Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Limitada
- JOST, Hans Ulrich, dir. 1986- *Sociétés et sociabilité au XIX siècle*, "colloque à l'Université de Lausanne, 13-14 juin 1986," Lausanne, Université de Lausanne, t.5
- LOUREIRO, José Carlos, 1997- *Sociabilidade religiosa em Viana do Castelo na segunda metade do século XIX*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, (dissertação de mestrado, polic.)
- LOUSADA, Maria Alexandre, 1995 - *Espaços de sociabilidade em Lisboa; finais do século XVIII a 1834*, Lisboa, Universidade de Lisboa (tese de doutoramento, polic.)
- MACHADO, José de Sousa, 1932 - *Últimas gerações de Entre-Douro e Minho*, Braga, Tipografia da Paz
- MARQUES, Paula Cristina Alvito, 1997 - *A sociedade bejense de meados do século XIX à primeira república: elites e vida associativa*, Évora, Universidade de Évora, (dissertação de mestrado, polic.)
- MATTOSO, José, dir. 1993 - *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores
- ORTIGÃO, Ramalho, 1943 - *As Farpas*, Lisboa, Livraria Clássica Editora
- PÁRIS, João da Rocha, 1997 - *Rochas Páris, Espregueiras, Araújos Bacelares e Pimentas de Castro (notas sobre quatro famílias do Alto-Minho)*, Lisboa, Nova Arrancada
- PELLISSIER, Catherine, 1996- *Loisirs et sociabilités des notables lyonnais au XIX siècle*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon
- PINÇON, Michel, PINÇON-CHARLOT, Monique, 2000- *Sociologie de la bourgeoisie*, Paris, Éditions La Découverte
- PINHO LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de, 1882- *Portugal Antigo e Moderno-Diccionario*, Lisboa, Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão
- POUJOL, G., LABOURIE, R., dir. 1979- *Les cultures populaires, permanences et émergences des cultures minoritaires locales, ethniques, sociales et religieuses*, Paris, Privat
- REIS, António, dir. 1996 - *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Publicações Alfa
- ROQUE, João Lourenço, 1990 - *Coimbra de meados do século XIX, a inícios do século XX. Imagens de sociabilidade urbana*, "Revista de História das Ideias," Coimbra, Vol. XII, p.301-339
- SANTOS, Maria de Lurdes Lima dos, 1983- *Para uma ideologia da cultura burguesa em Portugal no século*

- XIX, "Análise Social," Lisboa, Editorial Presença/Instituto de Ciências Sociais, p.11-55
- SANTOS, Maria de Lurdes Lima dos, 1996 – *Sociabilidade, comunicação aprendizagem* in "Portugal Contemporâneo," dir. António Reis, Volume I, Lisboa, Publicações Alfa, p.365-388
- THELAMON, Françoise, dir.1983- *La sociabilité en Normandie*, Rouen, Publications de l'Université de Rouen
- THELAMON, Françoise, dir.1987- *Sociabilité, pouvoirs et société*, "actes du colloque de Rouen, novembre, 1983," Rouen, Université de Rouen
- THELAMON, Françoise, dir. 1989- *Aux sources de la puissance: sociabilité et parenté*, "actes du colloque de Rouen, novembre, 1987," Rouen, Université de Rouen-CNRS
- VASCONCELOS, Maria Emília de, 1983- *Uma menina de outros tempos*, "Roteiro de Viana," Viana do Castelo, ano XXV
- VIEIRA, José Augusto, 1887 – *O Minho pitoresco*, Lisboa, Livraria de Antonio Maria Pereira

ANEXO

Quadro 1
SÓCIOS DA ASSEMBLEIA VIANENSE POR CATEGORIAS
SÓCIO-PROFISSIONAIS/1848-1893

CATEGORIAS SÓCIO-PROFISSIONAIS		Nº	%
3.1	EMPREGADOS DE ESCRITÓRIO	2	1,3
4.1	ESTATUTO INDETERMINADO	2	1,3
5.2	NEGOCIANTES	22	14,6
6.0	FUNCIONÁRIOS SUPERIORES	26	17,2
6.1	EMPREGADOS PÚBLICOS	30	19,9
6.2	OFICIAIS GENERAIS E SUPERIORES	2	1,3
6.3	OFICIAIS SUBALTERNOS	12	7,9
7.0	CATEGORIAS SUPERIORES	5	3,3
7.1	CATEGORIAS MÉDIAS	6	4
7.2	CATEGORIAS INFERIORES	1	0,7
8.2	ESTUDANTES	1	0,7
8.3	CLERO	2	1,3
9.0	PROPRIETÁRIOS	38	25,2
9.2	SEM INDICAÇÃO	2	1,3
TOTAL		151	100

FONTES: *Almanak do Districto de Vianna do Castello para o anno de 1894*;
A Aurora do Lima, de Dezembro de : 1869, 1873, 1878, 1881, 1883,
1884, 1887, 1891, 1893; Estatutos e Regulamento Interno da Assembleia Viannense, 1891;
AMVC- Livros de Recenseamento Eleitoral de 1869 e 1881
Notícias de Viana, nº 128, de 15 de Junho de 1961

Quadro 2
CONTRIBUIÇÕES (C em milhares de réis) DOS SÓCIOS
DA ASSEMBLEIA VIANENSE/1848-1893

CONTRIBUIÇÕES	Nº	%
C<1	71	47
1=<C<10	37	24,5
10=<C<20	14	9,3
20=<C<30	5	3,3
C>=30	24	15,9
TOTAL	151	100

FONTES: As do Quadro nº 1; AMVC- *Mapa de Repartição da Contribuição Directa para o Anno Civil de 1882*

Quadro 3
CONTRIBUIÇÕES (C em milhares de réis) DOS SÓCIOS DA ASSEMBLEIA
VIANENSE POR CATEGORIAS SÓCIO-PROFISSIONAIS/1848-1893

CATEGORIAS		CONTRIBUIÇÕES									
		C<1		1=<C<10		10=<C<20		20=<C<30		C>=30	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
3.1	EMPREGADOS DE ESCRITÓRIO	0,7		1	0	7					1
5.2	NEGOCIANTES	9 3,3	5,9		4	2,6	3	2	1	0,7	5
6.0	FUNCIONÁRIOS SUPERIORES	14 2	9,2	6		3,9	2	1,3	1	0,7	3
6.1	EMPREGADOS PÚBLICOS	22	14,5	6	3,9	2	1,3				
6.2	OFICIAIS GERAIS E SUPERIORES	1	0,7	1	0,7						
6.3	OFICIAIS SUBALTERNOS	9 1,3	5,9	1		0,7					2
7.0	CATEGORIAS SUPERIORES	2	1,3	1	0,7	1	0,7	1	0,7		
7.1	CATEGORIAS MÉDIAS	1 0,7	0,7	3	2	2	1	0,7			1
7.2	CATEGORIAS INFERIORES			1	0,7	0,7					
8.2	ESTUDANTES	1	0,7								
8.3	CLERO	1	0,7	1	0,7	0,7					
9.0	PROPRIETÁRIOS	9 7,9	5,9	11	7,3	7,3	4	2,6	2	1,3	12
9.2	SEM INDICAÇÃO	2	1,3								

FONTES: As do Quadro nº 1; AMVC - *Mapa de Repartição da Contribuição Directa para o Anno Civil de 1882*

Quadro 4
FREQUÊNCIA DE SÓCIOS NA DIRECÇÃO DA ASSEMBLEIA
VIANENSE POR CATEGORIAS SÓCIO-PROFISSIONAIS/1867-1893

CATEGORIAS SÓCIO-PROFISSIONAIS		Nº	%
3.1	EMPREGADOS DE ESCRITÓRIO	3	2,1
5.2	NEGOCIANTES	18	13
6.0	FUNCIONÁRIOS SUPERIORES	24	17,1
6.1	EMPREGADOS PÚBLICOS	21	15
6.2	OFICIAIS GERAIS E SUPERIORES	1	0,7
6.3	OFICIAIS SUBALTERNOS	10	7,1
7.0	CATEGORIAS SUPERIORES	7	5
7.1	CATEGORIAS MÉDIAS	7	5
7.2	CATEGORIAS INFERIORES	2	1,4
8.2	ESTUDANTES	1	0,7
8.3	CLERO	1	0,7
9.0	PROPRIETÁRIOS	41	29,3
9.2	SEM INDICAÇÃO	4	2,8
TOTAL		140	100

FONTES: *A Aurora do Lima, de Dezembro de: 1867, 1873, 1878, 1881, 1883, 1884, 1887, 1891, 1893*; AMVC - *Livros de Recenseamento Eleitoral de 1869 e 1881*

Quadro 5
CARGOS PÚBLICOS EXERCICIDOS POR SÓCIOS DA ASSEMBLEIA
VIANENSE/1868-1890

NOMES	ANOS											
	1868	1870	1872	1874	1876	1878	1880	1882	1884	1886	1888	1890
António Félix Mâncio CostaBarros						b						
António Alberto Rocha Páriz *	a,b,e,d	a,d	a	a	cs	e	g	e		g	g	g
António Maria BaptistaCamacho *			a	a	a,b	f		f	f	f	b	f
Baltazar Werneck Aguilare Vasconcelos *	cs	cs	cs	cs	cs	cs						
Bernardo José AfonsoEspregueira *	c	a,c	c	c	c							
Enesto Júlio Goes Pinto *						p	d		d	d	d	d
Francisco Casimiro RochaPáriz		b		e	e	e						
Jacinto Alves Viana *		b	b									
Jácome Borges PachecoPereira	a	a	a	e	e							
João Abel de Oliveira *			a,p	a	a,e	a						
João Afonso de Espregueira *				e	e	e						
João Augusto Loureira daRocha Páriz											b	
João Caetano da Silva Campos							a					
João Luís Monteverde daCunha Lobo								b	b			
João Martins Viana Júnior											b	
José Afonso de Espregueira *	a,b,e	a,b		e			p	b,e				
José Alfredo Câmara Leme *						cs	b	b				
José Elias Alves Viana *	cs											
José Luís Gonçalves Júnior				b,e								
José Maria Baptista Camacho									b	b		

...../.....

...../.....

NOMES	ANOS											
	1868	1870	1872	1874	1876	1878	1880	1882	1884	1886	1888	1890
José Mendes Norton				a								
José Mendes Ribeiro						a		p	p			
José Monteiro Vasconcelos Mourão*						cs						
José Pereira Cyrne Bezerra Fagundes							a	e				
José Pereira de Campos				b	e	b		e			f	f
Luís Augusto de Amorim							b,e	p,e		f		
Luís de Andrade e Sousa											b	
Luís Barbosa e Silva*	a											
Luís Figueiredo da Guerra								e				
Manuel Joaquim Gonçalves de Araújo											b	
Manuel José Gavinho		f		e	e		f					
Manuel da Silva S. Miguel								e				
Mateus José Barbosa e Silva*	a	a,c	c	c	c	c						
Sebastião Maria Andrade e Sousa		b										
Tomás António de Azevedo Meira						a						

LEGENDA: * Maior Contribuinte; a-Procurador à Junta Geral de Distrito; b- Vereador; c- Conselheiro Municipal; Cs-Conselheiro Municipal Substituto; d-Deputado; e- Membro da Comissão de Recenseamento Eleitoral; f-Administrador do Concelho; g-Governador Civil; P- Presidente da Câmara

FONTES: As do Gráfico nº1; *A Auropa do Lima, de Janeiro de: 1868, 1874, 1876, 1878, 1882*; AMVC – *Livros de Actas das Sessões da Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1867-69;1870-71;1872-75;1875-78;1878;1880;1882; 1883-84;1884-85;1885-86;1886-88*; AGCVC- *Actas das Sessões da Junta Geral do Distrito, 1872-1878*; AGCVC – *Registo de Nomeações, Suspensões e Exonerações, 1865-1915*; BESSA, 1905: 21, 158,194; PEREIRA, 1959: 23-24

Carlos Manique da Silva¹

A ideia de ‘casa da escola’ no século XIX português

R E S U M O

Ao longo do século XIX, a dicotomia escola/habitação é estruturante nos edifícios projectados para o ensino elementar. De outra parte, e para a cronologia considerada, verifica-se que os espaços públicos de educação tendem a fechar-se sobre si, não aproveitando educativamente os ‘arredores’, algo que os discursos médico e pedagógico, nas suas propostas de abertura ao meio e à natureza, não conseguem verdadeiramente contrariar.

“Tout espace vraiment habité porte l’essence de la notion de maison.”²

“Ya estamos en la escuela: se hace un rumor alegre y ruidoso. Y de pronto, todos callamos: es que el maestro ha aparecido en la puerta. Y comienza el doloroso tormento [...] Fuera, la naturaleza espléndida: los árboles son bellos con su follajes tupidos y rotundos, los pájaros cantan, las montañas se perfilan resaltantes en el ambiente luminoso.”³

INTRODUÇÃO

Consagrada na literatura pedagógica de Oitocentos, a expressão ‘casa da escola’ sugere a dupla imagem de alojamento para o professor e de salas organizadas para receber os alunos às horas das lições⁴. É a partir desta perspectiva que Manuel Brullet⁵ introduz o conceito de *domesticidade*, no fundo para explicar o processo de transformação de um espaço doméstico num espaço especificamente pensado para o ensino. Não por acaso, no *Dicionário Universal de Educação e Ensino* considera-se ainda “o jardim, o pátio para recreio, o átrio [...] apêndices de uma utilidade incontestável e que dão à palavra casa toda a sua significação”⁶.

¹ Doutorando da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

² BACHELARD, 1970: 24.

³ AZORÍN, 1972. Citado por TRILLA, 2004: 305.

⁴ CAMPAGNE, 1886, I, entrada “casa escolar”.

⁵ BRULLET, 1998.

⁶ CAMPAGNE, 1886, I, entrada “casa escolar”: 365.

São algumas das questões emergentes da afirmação da escola enquanto espaço com ‘natureza própria’⁷, na superação do espaço ‘natural’ do lar, que pretendo analisar no presente artigo. Desde logo, nos projectos de edifícios escolares concebidos na centúria de Oitocentos, perceber a articulação entre áreas destinadas à habitação do professor e reservadas ao ensino. Por outras palavras, de que maneira é assegurada a fronteira entre as duas esferas (lar e espaço público da escola)?

Um outro eixo problemático organiza este estudo - o paradigma abertura/clusura. Para a cronologia considerada, o modelo de *escola microcosmos* é dominante⁸. Essa concepção ideal tem que ver com a necessidade da escola se tornar um lugar à parte. Desse ponto de vista, o espaço escolar surge em rotura com o exterior, configurando uma espécie de pequeno mundo da vida real, a partir do qual o aluno lança um olhar inteligível sobre o meio. Assim, algumas interrogações se colocam. Por exemplo, como é moderada a ideia de clusura com as propostas de abertura à natureza? De que modo se conjugam zonas edificadas e não edificadas? Por fim, que factores condicionam a implantação urbanística do edifício escolar?

A CASA DO MESTRE: UM ESPAÇO ‘NATURAL’

Até meados do século XIX pode dizer-se que a escola foi a própria casa do mestre. Na verdade, no ano lectivo de 1863-1864, aquando da inspecção extraordinária realizada às escolas primárias, metade dos professores do ensino público dava aulas na sua habitação⁹.

O facto de escola e residência se entrelaçarem permite outras leituras. Geralmente, isso significa que o professor é alguém da povoação ou, pelo menos, que nela se encontra radicado há algum tempo. Eusébio Furtado Coelho, na sua análise estatística ao distrito de Viana do Castelo, refere precisamente que os parcos vencimentos auferidos pelos professores só podem “convir a indivíduos domiciliados nas próprias localidades, e que tendo já criado outros interesses olham aquele rendimento como acessório”¹⁰. Por outro lado, a presença do professor na escola/lar representa obviamente um elemento de afirmação no seio das populações¹¹.

O que dizer então relativamente à organização interna dessa escola/lar? Em primeiro lugar, interessa frisar a elevada porosidade entre as duas esferas, retirando autonomia e intimidade a qualquer uma delas. Os relatos do comissário dos estudos Mariano Ghira, que visitou as escolas do distrito de Lisboa no âmbito da citada inspecção, deixam antever o problema da delimitação entre serviço público e actividade doméstica/privada:

⁷ VIÑAO, 1993-94.

⁸ DEROUET-BESSON, 1984.

⁹ *Estatística da Instrução Primaria em Portugal Organizada sobre a Inspeção Extraordinaria de 1863 a 1864. Tabellas Districtaes.* (1867). Note-se que o decreto de 20 de Setembro de 1844, no seu artigo 8.º, proibia que os professores ministrassem aulas na sua residência, desde que existisse um edifício destinado a escola.

¹⁰ COELHO, 1861: 192.

¹¹ NÓVOA, 1987.

“A casa da aula é na rua Fresca, n.º 24, ao rés-do-chão, ocupando a família do professor o 1.º andar.”¹²

“A casa é ao rés-do-chão, contígua à farmácia do professor.”¹³

Trata-se, porém, de uma questão que não se manifesta no discurso pedagógico. Como veremos, a dicotomia em causa é sustentada até finais do século XIX. Contrariamente, em Espanha, Francisco Giner de los Ríos considera inadequado que o professor habite na escola, não apenas por razões de economia ou de higiene, mas fundamentalmente por motivos pedagógicas, dado que

“a facilidade com que passa de sua casa à classe é exactamente a mesma com que executa o movimento contrário, e mais de uma vez aproveita-a para descuidar a sua obrigação, deixando-a confiada aos auxiliares.”¹⁴

Em segundo lugar, o espaço da escola tende a recriar o espaço doméstico. A esse respeito são expressivos os quadros de Van Ostade, “O mestre-escola”, e de Jan Steen, “Escola para meninos e meninas”, ambos da centúria de Seiscentos¹⁵. A primeira impressão que se colhe - dominante pelo impacto visual causado - é a de estarmos perante um ambiente caótico, onde alunos dos dois sexos e de idades muito diferenciadas executam diversas actividades em simultâneo, de forma mais ou menos desordenada e autonomizada, num emaranhado de objectos que nos remetem para a esfera privada do lar. Uma fonte iconográfica do século XIX, entretanto localizada, que retrata o interior de uma escola rural, mantém muito presente essa atmosfera doméstica, embora seja notório um clima de maior organização relativamente às ditas obras.



Figura 1

Autor desconhecido. ‘O mestre-escola’. Inícios do século XIX.

Fonte: Pintura executada num armário-contador manufatura de Saxe (Palácio da Pena, Sintra). Foto de José António Silva.

¹² GHIRA, 1865: 89.

¹³ GHIRA, 1865: 197.

¹⁴ GÍNÉR DE LOS RÍOS, 1884: 43-44.

¹⁵ A primeira obra foi reproduzida em CHARTIER, COMPÈRE e JULIA (1976), a segunda em BARROSO, 1995.

Na escola/lar, onde a intervenção pedagógica sobre o espaço é praticamente nula, um aluno lê sob a omnipresença da palmatória. Os restantes aguardam a vez de serem chamados, pois o mestre ensina apenas o que se encontra de si, em jeito de “tête-à-tête” - um dos aspectos essenciais da pedagogia antiga (modo individual). Todas as crianças estão ocupadas na mesma actividade, na sua maioria segurando um livro e exercitando a leitura, sendo que apenas uma delas, por sinal a mais distante do mestre, tem um ar absorto. Terminada a lição, um aluno sobe a escada em direcção à porta. Já não reconhecemos o espaço caótico ou confuso de Ostade e Steen. Por outro lado, a par dos utensílios domésticos, com os quais o mestre tem certamente uma relação de posse, observamos no chão, com alguma evidência, um objecto especificamente destinado aos alunos - uma ardósia ‘lancasteriana’.

Mais, o quadro traduz a tendência, sublinhada no tempo, de atribuir um determinado espaço à escola, no fundo um lugar estável e fixo¹⁶. Essa noção de lugar constitui um dos elementos característicos da instituição escolar. Decorre também dessa tendência, pelas dialécticas introduzidas (interno/externo, fechado/aberto...), a vocação de isolamento da escola, algo que, segundo Ariès¹⁷, conhecerá a sua visibilidade máxima na clausura do internato, nos séculos XVIII e XIX. De resto, a tese de que a escola encerrava uma infância livre, elucidativamente expressa por Montaigne na célebre frase “Geole de la jeunesse captive”, conduzirá no limite ao que Jaume Trilla¹⁸ designou por propostas de “negação da escola como lugar”. No entanto, aceite a necessidade do edifício da escola, a ideia de clausura e de isolamento será temperada, com maior evidência em algumas pedagogias (p. e., a froebeliana), através da valorização das zonas não edificadas (jardins, hortos, espaços para jogos e educação física).

Com a expansão da educação popular e a consequente obrigatoriedade de encontrar modos de ensino económicos e eficazes, a escola/lar desaparecerá progressivamente. Como quer que seja, essa matriz reviverá até às primeiras décadas do século XX, particularmente nos projectos de edifícios escolares que consagram um espaço autónomo para habitação do professor.

ANTÓNIO FELICIANO DE CASTILHO E A VISÃO ‘NATURALISTA’ DA ESCOLA

A intervenção pedagógica de António Feliciano de Castilho (1800-1875) é hoje razoavelmente conhecida. A face mais visível do seu percurso, ofuscando porventura outras, está associada à divulgação do método de ‘leitura repentina’, que abraça a partir de 1850. O objectivo por si perseguido, a adopção em exclusivo do método nas escolas do país, pouco consentâneo com o ideário liberal, criará sérias objecções e resistências, tendo todavia o mérito de alargar o debate em matéria de instrução popular.

Homem de visões pedagógicas alargadas, Castilho não deixou de pensar no edifício da escola. Em 1852, exprime a intenção de fundar escolas “muito belas”, pelo que encomenda ao francês Pedro José Peserat, engenheiro da Câmara Municipal de Lisboa, o projecto dessas edificações¹⁹.

¹⁶ Sobre as diversas modalidades que encerrou historicamente a escola como lugar ver VIÑAO, 1993-94.

¹⁷ ARIÈS, 1988 [1960].

¹⁸ TRILLA, 1986.

¹⁹ CASTILHO, 1933.

No decurso do citado ano, Peserat deu seguimento à vontade do pedagogo, embora projectasse apenas uma “bela sala-escola”, com disposição em anfiteatro e capacidade para 1000 alunos. O projecto, remetido por Castilho ao Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas, acabou por não ser executado, sendo porém de realçar os cuidados estéticos nele envolvidos.

É, sobretudo, em 1854, num texto pedagógico fundamental (*Felicidade pela Instrução*), que o pedagogo se detém com maior detalhe na temática do edifício escolar. Reconhecendo que a maioria das escolas tem lugar na casa dos professores, sugere alguns meios para auxiliar a construção de edifícios²⁰. Além disso, manifesta uma concepção ideal de escola muito interessante:

“Cada escola deveria ser, quanto possível, espaçosa, clara, arejada, mobilada, e abastecida de tudo o necessário; tendo cómodos para a residência do mestre, e um terreiro ou pátio com suas sombras verdes para espairecimento dos alunos, e, nos dias formosos, até para ali se darem lições.”²¹

Esse ponto de vista é perfeitamente consonante com o seu ideário pedagógico. Na verdade, Castilho sempre defendeu um ambiente escolar bem diferente do comumente registado à época, menos espartilhado e dando livre expressão à infância. Não estranha, por isso, que a definição de escola transmitida, influenciada pelo pensamento de Froebel²², valorize o ar livre, o contacto com a natureza, a aprendizagem no exterior (a “abertura aos arredores”, para adoptar uma expressão de Trilla²³), em detrimento das quatro paredes da sala de aula. Perpassa assim a imagem de um local calmo, aprazível, com condições de conforto, e no qual a habitação do professor recebe especial solicitude.

Em carta dirigida ao rei D. Fernando II, datada de 13 de Outubro de 1855, António Feliciano de Castilho introduz alguns informes relativamente à implantação urbanística do edifício escolar. Na missiva, o pedagogo requer ao monarca a fundação de duas escolas para o sexo feminino, uma em Lisboa, na proximidade do Paço, outra em Sintra. Tentando cativar a atenção do destinatário, esboça em relação à última um enquadramento sugestivo:

“Os viajantes que fossem, já no próximo Verão, procurar as belezas e as inspirações desse país, tão arcádio e tão romântico, ao mesmo tempo folgariam de ver ao pé de tão grandiosas edificações, emboscada em sua humildade [...], a escola.”²⁴

Trata-se de uma visão idílica e romântica, valorativa da implantação da escola num lugar recatado e tranquilo, ainda que não muito distante dos centros populacionais²⁵.

Como se reconhece, o edifício da escola não se impõe por si. De alguma maneira oculta-se na paisagem (mimese), e é no confronto com os monumentos grandiosos, na desproporção de escalas, que encontra a sua dimensão própria.

²⁰ Para o efeito, privilegia as lotarias. CASTILHO, 1854.

²¹ CASTILHO, 1854: 13.

²² Parece claro que Froebel foi um dos educadores que influenciou António Feliciano de Castilho. FERNANDES, 1977.

²³ TRILLA, 2004: 317.

²⁴ Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, *Colecção Castilho*, Cx. 65, maço 4, documento 18.

²⁵ Em Espanha, sensivelmente no mesmo período, Pablo Montesino sustenta idêntica posição. VIÑAO, 1993-94.

A partir dos anos 1860, o discurso pedagógico evidencia uma inflexão nesse domínio. Por razões que se prendem com o apelo à frequência escolar, a centralidade da escola assume preponderância: facilidade de acesso e visibilidade determinam esse imperativo. Mais, o edifício escolar assume-se a par de outros equipamentos cívicos, conforme expõe José Félix Henriques Nogueira na definição do ‘novo’ município:

“Na cabeça do concelho edifica [o município], em local vasto e bem situado, o seu paço com vastidão precisa para alojar a câmara e administração, o tribunal de justiça, a cadeia, o quartel, a misericórdia, a escola, a biblioteca, o museu, o arquivo, a imprensa, a oficina, o trem, o correio, a posta, o mercado, o banco, a hospedaria, o clube, o teatro e o ginásio.”²⁶

A NECESSIDADE DE NOVOS LOCAIS PARA O ENSINO POPULAR (ANOS 1860)

O problema dos espaços educativos emerge decisivamente em Portugal a partir dos anos 1860. O afloramento da questão coincide com o momento em que, do ponto de vista político, é perceptível um conjunto de medidas em ordem ao aperfeiçoamento do ensino elementar, a única forma de o estender às camadas mais pobres e desvalidas da sociedade, exactamente as que, aos olhos da elite cultural, constituíam o fim principal da escola pública. A aposta na formação de professores, pela abertura da Escola Normal de Lisboa, em 1862, a promoção de inspecções extraordinárias às escolas, 1863 e 1867, a primeira regulamentação dos cursos nocturnos, em 1867, são apenas algumas das medidas que ilustram essa vontade.

É no contexto indicado que surge a tomada de consciência relativamente às instalações e mobiliário escolares, elementos indissociáveis do aperfeiçoamento das práticas educativas. Mariano Ghira²⁷ protagoniza esse entendimento. Conhecedor privilegiado da situação material das escolas do distrito de Lisboa, compreende que a instrução elementar não será uma realidade sem edifícios apropriados:

“Se a casa da escola não estiver em condições convenientes, se os alunos estiverem constringidos, apertados e metidos numa atmosfera viciada, não pode haver gosto pelo estudo, nem disciplina, nem saúde.”²⁸

Nesse sentido, desenvolve intensa acção junto de autoridades administrativas, câmaras municipais, juntas de paróquia e de outras corporações do distrito de Lisboa, chamando a atenção para a vantagem de construir escolas de ensino elementar. Numa via muito pragmática, divulga quatro projectos de edifícios escolares²⁹ desenhados pelo arquitecto Valentim José Correia, e exibindo como pontos de contacto: a) o tipo de dispositivos higiénicos adoptados; b) a atribuição

²⁶ HENRIQUES NOGUEIRA, 1856: 142.

²⁷ GHIRA, 1864.

²⁸ GHIRA, 1864: 164.

²⁹ GHIRA, 1864. Dois dos projectos destinavam-se a escolas de cidade, a outra metade a escolas de freguesias rurais. Por questões de ordem prática, reproduzo apenas um exemplar de cada, embora por vezes faça referência à totalidade.

de idêntica importância à escola e à habitação do professor; c) o aspecto exterior modesto, sem ou com poucos símbolos distintivos (legenda identificativa da escola e, apenas num exemplo, o escudo português)³⁰.

Na apresentação dos projectos, Mariano Ghira³¹ considera de primeira importância a implantação num local central, sem dificuldades de acesso e bem ventilado. No entanto, essa ideia afigura-se difícil de conciliar com as exigências de ordem higienista avançadas - não tanto o preconizado isolamento de habitações insalubres, mas principalmente o de lugares ruidosos³².

Interessante é também o facto de os projectos preverem a dicotomia cidade/campo.

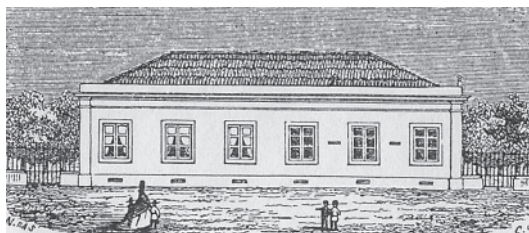


Figura 2

Modelo de escola de instrução primária para as cidades.

Fonte: GHIRA, 1864.

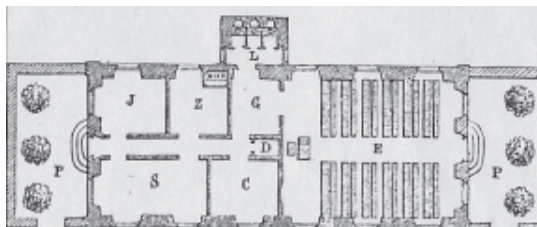


Figura 3

Planta correspondente ao anterior modelo de escola.

Legenda: C e J - Quartos; S - Sala; Z - Cozinha; L - Latrinas; G - Dependência destinada a guardar capas, bonés, etc.; D - ?; E - Escola; P - Terreno arborizado

Fonte: GHIRA, 1864.

Como se constata, o modelo de escola de cidade, nas zonas adjacentes às entradas da escola e residência do professor, contempla um terreno arborizado - subliminar presença da natureza. Em antítese, o modelo de escola rural denota harmoniosa integração no ambiente natural.

³⁰ GHIRA, 1864.

³¹ GHIRA, 1864.

³² GHIRA, 1864.

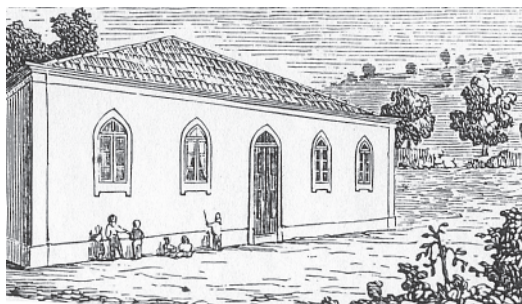


Figura 4

Modelo de escola de instrução primária para as freguesias rurais.

Fonte: GHIRA, 1864.

No seu conjunto, os projectos revelam pormenores curiosos. Desde logo, no que concerne à dicotomia escola/habitação, a concessão de idêntico espaço para ambas funções (cf. Figura 3). Em dois dos modelos são definidas entradas separadas, os restantes consignam um acesso comum. De qualquer modo, é sempre prevista comunicação interna entre os dois espaços, algo que diz muito da sua permeabilidade: a escola, para o professor, projecta-se na continuidade do espaço doméstico.

Um outro ponto resulta claro na dialéctica cidade/campo. O prospecto do edifício da escola de cidade contrasta com a singeleza do destinado às freguesias rurais. É seguramente evidente, no primeiro caso, a afirmação da escola enquanto *locus* público de educação e território de poder, seja pelo carácter mais distinto do edifício, seja ainda pela imposição de barreiras físicas através de gradeamentos (cf. Figura 2) - espaço “interdito de ser considerado como público, mesmo sendo uma instituição pública”, para utilizar uma expressão de Perrenoud³³.

Ao que julgo saber, os projectos reportados constituem a primeira tentativa de edificar em Portugal edifícios escolares racionalmente concebidos³⁴. Estamos igualmente perante o primeiro esboço de regulamentação a observar na construção de escolas. Nesse capítulo, Mariano Ghira³⁵ dedica-se em especial aos problemas da salubridade, ventilação e cubagem, muito ligados à intencionalidade de arejar e de isolar enquanto meios privilegiados de prevenção de certas doenças, relegando de alguma maneira para segundo plano os aspectos de natureza pedagógica. A escola, numa primeira instância, constituir-se-ia num reduto são e protector face ao exterior, possibilitando depois, sob a manutenção dessas condições ideais, o ensino e a aprendizagem.

³³ PERRENOUD, 2001.

³⁴ No caso português, há um antecedente que merece ser apontado. Refiro-me ao ante-projecto de uma sala de aula destinada ao ensino mútuo, publicado no *Jornal Mensal de Educação*, n.º 1 (1835). A despeito de não ser objecto deste estudo, o modelo organizativo do ensino mútuo configura uma clara rotura com a ideia de domesticidade proposta por BRULLET, 1998, dado tratar-se de uma organização pragmática e utilitarista, onde impera todo um aparato regulamentar e disciplinar.

³⁵ GHIRA, 1864.

AS ESCOLAS CONDE DE FERREIRA E A NORMALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS SOBRE CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS ESCOLARES

Em Março de 1866, por sua morte, o conde de Ferreira legou 144000 reis para a edificação de 120 escolas de instrução primária de ambos os sexos nas sedes dos concelhos, segundo uma mesma planta. A dimensão da iniciativa obrigou o governo a regular todo o processo, publicando, em portaria de 20 de Julho de 1866, uma série de normas para a edificação dessas escolas.

Em termos gerais, os princípios enunciados por Mariano Ghira a propósito da implantação da escola eram os adoptados na citada portaria. Contudo, o diploma legal, a despeito de continuar a defender a existência de um lugar central para o edifício, acentuava a ideia de isolamento na base de pressupostos de ordem higiénica e moral - impunha-se o afastamento de estradas com muito movimento, e de estabelecimentos considerados incómodos ou perigosos. Em consonância, anexo ao edifício era indispensável a existência de um terreno com 600 a 900 metros quadrados, na sua totalidade murado ou valado. Essa área não edificada, muito significativa, destinava-se a diversos fins, a saber: separação da residência do professor e das latrinas do edifício da escola; prática de exercícios ginásticos; construção de um adro coberto para abrigo dos alunos.

A portaria de 20 de Julho de 1866, prolixa em tudo o que concernia à exposição e luz, ventilação e temperatura, consagrava também atenção à distribuição interna da escola (leia-se espaço pedagógico), bem como à residência do professor. O edifício, para além da aula, disporia de uma sala contígua reservada a recitações, biblioteca e recepção, de superfície não inferior a um terço da aula principal, e um vestíbulo. Alterações pontuais podiam surgir no caso de frequência de ambos os sexos, obrigando nessa situação a dois vestíbulos, ou ainda em escolas femininas, nas quais a sala contígua, em resultado da importância concedida aos labores, adquiria expressiva valorização, podendo atingir os dois terços da aula.

Particular cuidado recebia a definição da superfície da sala de aula, intimamente dependente do número de alunos e do método de ensino e mobiliário adoptados. Curiosamente, pensando nas frequências elevadas nas zonas urbanas, o articulado da portaria previa a possibilidade do edifício ter de três a nove aulas e uma sala de exames, sendo estas distribuídas horizontalmente ou, em alternativa, em andares, desde que não ultrapassassem o 2.º andar.

No capítulo dos símbolos identificativos da escola, prescrevia-se unicamente a inserção de um campanário, recordando aos alunos as horas de aula e estimulando ao mesmo tempo o dever de pontualidade por parte do professor.

No que respeita à habitação, eram explicitamente apontadas as razões da sua permanência no espaço da escola:

“Tendo o professor residência num edifício público fica aliviado de um encargo e de um cuidado, prende-se mais à escola, identifica-se com ela e dedica-se com mais gosto à sua laboriosa profissão. A vivenda dos mestres é pois um útil acessório da escola. Esta residência, em regra, deve ser separada, mas não distante da escola, para que o professor possa vigiar a entrada dos alunos.”³⁶

³⁶ Portaria de 20 de Julho de 1866, artigo 46.º.

Nessa perspectiva, o facto de o professor viver no edifício asseguraria, em alguma medida, o cumprimento dos seus deveres e obrigações, não induzindo portanto a qualquer espécie de laxismo.

Em termos arquitectónicos, como se traduziu o afã legislativo de 1866? A planta das escolas conde de Ferreira, elaborada em obediência a um padrão uniforme, não previu qualquer situação de diversidade consignada na portaria (a exemplo de frequência de ambos os sexos, ou de se tratar de uma escola feminina). Na leitura da planta observa-se que uma outra regra, embora não taxativa, foi ignorada: a habitação do professor manteve-se incorporada no edifício da escola. Todavia, continuando a ser possível a comunicação interna, eram acentuadas as barreiras físicas destinadas a individualizar as duas funções.

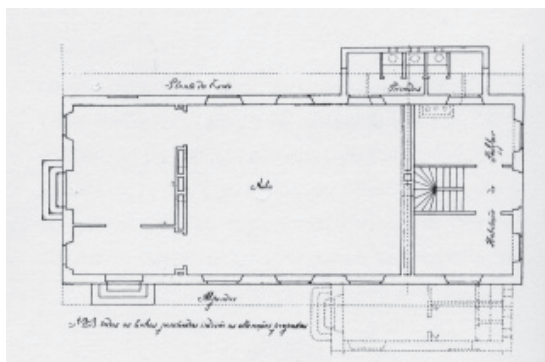


Figura 5

Planta padronizada das escolas conde de Ferreira (1866).

Nota: A sala de aula, ao centro, é substancialmente valorizada no confronto com a residência do professor (à direita). Referência ainda a um espaço relativamente amplo, contíguo à sala de aula, no essencial reservado para recitações; claro indicador da importância que a memorização detinha no processo de aprendizagem.

Fonte: *Arquivo de Architectura Civil*, Outubro de 1866.

Alguns anos mais tarde, um observador atento como D. António da Costa³⁷, a despeito de valorizar a iniciativa do conde de Ferreira, expendia algumas críticas ao projecto. Era de lamentar, na sua opinião, a inexistência de um “jardim ou espaço livre para a higiene e educação física”³⁸.

³⁷ COSTA, 1870.

³⁸ COSTA, 1870: 289. Apesar da lei de 27 de Junho de 1866 ter declarado de utilidade pública a expropriação de casas ou terrenos necessários à fundação de escolas de instrução primária, a verdade é que muitas das câmaras tiveram dificuldades em encontrar terrenos com as exigências de área consignadas na lei, lembre-se 600 a 900 metros quadrados só de espaço não edificado. Como me adiantou o Professor Doutor Luís Alberto Marques Alves, da Faculdade de Letras do Porto, esse processo não decorreu de forma simples e linear, entre outros motivos, pelo facto de os municípios necessitarem de terrenos para a instalação de cemitérios públicos. Acresce dizer que D. António da Costa, nos seus textos, pugnou muitas vezes pela inclusão da ginástica na escola elementar, algo que viria a ser consignado, ainda que muito efemeramente, na Reforma da Instrução Primária de 16 de Agosto de 1870, da qual foi aliás o autor.

O TEMA DA ARQUITECTURA ESCOLAR NO PERÍODO DE DESCENTRALIZAÇÃO DO ENSINO (DÉCADA DE 1880)

Durante a década de 1880, o tema dos edifícios escolares assume importante visibilidade. Para além de ser abordado nas conferências pedagógicas, conhece apetência no seio das corporações locais, nomeadamente juntas de paróquia, muitas delas proponentes de projectos de edificação de escolas³⁹. No quadro da descentralização do ensino elementar, coloca-se naturalmente a questão de saber qual a influência que essas corporações tiveram na elaboração dos projectos arquitectónicos. Por outras palavras, em que medida foi possível estabelecer uma ligação ao meio, contemplar idiossincrasias locais, isto é, construir a escola defendida por D. António da Costa na década precedente, enquanto ideólogo da descentralização?

“Fundemos a escola de maneira que o povo a ame, como ama a sua igreja, a sua família, a sua misericórdia, o seu cemitério [...] tratemos principalmente de criar o amor daquela escola certa e determinada, espécie de pupila mimosa do sítio.”⁴⁰

Antes de procurar responder à interrogação levantada, devo desde já referir que o esforço das juntas de paróquia no período que mediou entre a regulamentação dos citados diplomas, ocorrida em 1881 (lei de 28 de Julho), e o momento em que a tutela dos serviços de instrução primária regressou ao Estado, no ano de 1892, foi notório em termos de cedência e construção de edifícios para escolas, pese embora não ter resolvido a maior parte das dificuldades existentes.

Quadro 1

Entidades que ministram os edifícios escolares do ensino primário oficial

	1863-64	1888-89
Estado	4,5%	0,9
Câmaras Municipais	20,9%	12,6%
Juntas de Paróquia	16,5%	76,1%
Professores	49,8%	4%
Outras entidades	8,3%	6,4%

Nota: Apesar das limitações de ordem financeira com que viveram, as juntas de paróquia desempenharam um papel relevante na dotação de instalações escolares.

Fonte: *Estatística da Instrução Primária...*, 1867; *Anuario Estadístico de Portugal 1892*, 1899.

³⁹ O encargo de ceder edifício para escola e habitação do professor, mobília escolar... estava cometido às juntas de paróquia pela Reforma da Instrução Primária de 2 de Maio de 1878 e lei 11 de Junho de 1880. Diplomas que consignavam a descentralização dos serviços de instrução primária.

⁴⁰ COSTA, 1870: 81

Na verdade, em 1889, a expressiva percentagem de edifícios escolares cedidos pelas juntas de paróquia deve-se, no essencial, à diligência de muitas dessas corporações desde o início dos anos 1880⁴¹. Por outro lado, considerando o intervalo de tempo compreendido entre 1863 e 1889, dois aspectos emergem com relevância: a) a inacção do Estado no processo de dotação em causa⁴²; b) a redução praticamente total do número de professores que leccionavam em habitação própria.

Em relação ao papel regulador do poder central e, consequentemente, à margem de manobra permitida às corporações locais, pode dizer-se que tudo ficou bem definido antes mesmo da regulamentação de 28 de Julho de 1881. Em circular de Dezembro de 1879, dirigida a todos os governadores civis, o governo tramitou a forma como doravante tudo deveria decorrer:

“Logo que as juntas de paróquia tenham escolhido o terreno para as escolas que se propuserem edificar ou reconstruir, devê-lo-ão participar a V.^a Ex.^a para que precedendo vistoria por pessoas competentes, e verificando-se que ele satisfaz aos preceitos legais, se proceda ao levantamento das plantas e à organização dos orçamentos pela direcção de obras públicas do distrito.”⁴³

Com efeito, apesar da iniciativa de edificação das escolas pertencer às juntas de paróquia, o controlo sobre os procedimentos a observar na sua construção era legalmente garantido pela intervenção das direcções distritais das Obras Públicas, dependentes do respectivo ministério.

A esse respeito, parece-me paradigmático o sucedido no distrito de Santarém. Os projectos de escolas propostos por algumas juntas de paróquia foram elaborados pela direcção distrital das Obras Públicas, obedecendo a um padrão comum e em estreita observância à regulamentação de 20 de Julho de 1866. A escola projectada para a freguesia de S. Miguel de Ferreira, no concelho de Ferreira do Zêzere, é bem a referência dessa acção⁴⁴.

A implantação continuava a ser pensada em função da centralidade na povoação, reiterando-se a ideia de afastar o edifício de zonas consideradas perigosas (lagoas ou pântanos).

Divergindo de projectos já referenciados, a habitação da professora, cerca de um terço do conjunto edificado, não comunicava interiormente com a escola. Demais a mais, a autonomia de cada um dos espaços era garantida no exterior através de um muro divisório.

Um traço marcante dos projectos da década de 1880 é a maximização do controlo visual sobre as crianças e, consequentemente, a racionalidade panóptica. Sobretudo por razões de ordem moral, mas também higiénica, a atenção vai centrar-se na zona dos sanitários. Na planta da escola de S. Miguel de Ferreira resulta evidente a inserção dessas instalações no campo visual da professora.

⁴¹ Para se ter uma ideia, segundo a estatística de 1888-1889 o número de edifícios construídos ou adaptados para escolas situar-se-ia nos 1145, enquanto que os alugados ou emprestados provisoriamente nos 2615. DIAS, 1897. No entanto, no primeiro caso tinham pouca expressão os erigidos de raiz.

⁴² As percentagens deixam bem patente o papel minimalista do Estado, tanto no processo de empréstimo de imóveis de que era detentor, quanto no de arrendamento de quaisquer outros. Por outro lado, os subsídios estatais para a construção de escolas afiguram-se diminutos no período considerado, embora esse seja um aspecto ainda sujeito a aferição detalhada. Neste último capítulo, posso adiantar que, entre 1881 e 1883, o Estado subsidiou apenas sete juntas de paróquia e uma câmara municipal. AMORIM, 1884.

⁴³ DIAS: 1897: 50.

⁴⁴ SILVA, 2002.

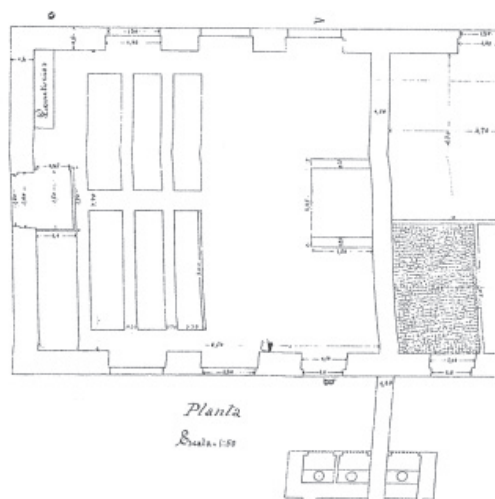


Figura 6

Planta da escola de S. Miguel de Ferreira. 1880.

Fonte: IAN/TT, *Ministério da Instrução Pública*, Cx. 184, processo 6.

Sob uma aparência exterior bastante modesta, o projecto em análise acusa, na sua conformação interna, a divulgação das investigações realizadas no campo da higiene e arquitectura escolares desde os anos 1870. O enfoque é claramente colocado nas perturbações visuais em idade escolar. Daí o cuidado com a intensidade e orientação da luz, mediante criteriosa distribuição de janelas com bandeiras movíveis. Por esse motivo, e apesar de inestética, a fachada principal não se apresenta fenestrada. No mesmo sentido, e com a intencionalidade de minimizar o reflexo dos raios luminosos, a parede fronteira aos alunos surge pintada com mapas geográficos de Portugal e das suas possessões ultramarinas.

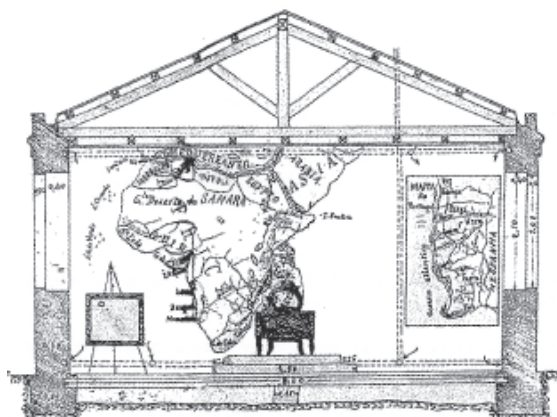


Figura 7

Vista, em corte, do projecto da escola de S. Miguel de Ferreira. 1880.

Fonte: IAN/TT, *Ministério da Instrução Pública*, Cx. 184, processo 6.

O apertado controlo das Obras Públicas do distrito de Santarém, mormente nos aspectos técnicos, acabou por cercar a maneira de actuar das juntas de paróquia, inviabilizando um compromisso com as aspirações locais - expressivo exemplo da acção uniformizadora do Estado, por paradoxal que possa parecer num período de descentralização do ensino. A esse título, o caso da junta de paróquia de Nossa Senhora da Assunção de Montalvo, no concelho de Constância, é modelar. Na verdade, aquando da visita do sub-inspector à escola pública da freguesia, em 1887, o presidente da junta de paróquia apresentou-lhe uma planta do edifício que a corporação desejava construir. Numa primeira examinação, o sub-inspector apontou várias deficiências e o incumprimento das normas de 20 de Julho de 1866. Com o intuito de ser rectificado, o processo foi depois remetido às Obras Públicas, acabando por ser superiormente aprovado pelo Ministério do Reino em 1888⁴⁵. É certo que nem todas as direcções distritais das Obras Públicas exerceram fiscalização tão eficaz. Em 1887, nas conferências pedagógicas do Porto, um dos pontos em agenda reflectia precisamente a falta de supervisão de muitos projectos⁴⁶, ao questionar a conformidade de as juntas de paróquia construírem escolas sem parecer prévio de professores e inspectores.

Conforme se vê, durante os anos 1880 o tema da arquitectura escolar é debatido nas conferências pedagógicas (com maior ou menor incidência nas várias circunscrições escolares do país). Por exemplo, em Lisboa, nas assembleias realizadas em 1883, ganha especial destaque, protagonizando Artur Lucas da Silva⁴⁷, professor da Casa Pia, intervenção de fundo sobre as condições higiénicas da escola. No relatório então apresentado, o relator associa os problemas físicos das crianças à precária condição material da generalidade das escolas do país, sobretudo nas zonas rurais. A questão, não sendo nova (lembro as ideias veiculadas por Mariano Ghira), assume no entanto outros contornos, ou seja, é entendida - de forma mais aguda até finais do século - como uma das causas do enfraquecimento das gerações. Contrapondo com os benefícios da educação física, o professor da Casa Pia encontra nos textos de Frederich Froebel a imagem pretendida:

“A criança [...] é uma planta humana que tem necessidade, primeiro que tudo, de ar e de sol para crescer, desenvolver-se e expandir-se. Não a tenhais, pois, enclausurada em salas cuja capacidade é, muitas vezes, insuficiente, ou em pátios cercados por todas as partes de grandes muros e habitações que impedem a renovação da massa atmosférica. As edificações, nas quais se quer reunir um certo número de crianças, devem ser rasgadas por numerosas janelas, afim de que se possa renovar o ar com a frequência necessária; que sejam completamente desembaraçadas para que a luz seja recebida sem obstáculo, e que a atmosfera ambiente receba o influxo benéfico do calor do sol, cercadas de pátios cobertos em parte, nos quais as crianças possam brincar em todo o tempo, e de pequenos jardins, onde elas vão trabalhar ou divertir-se, sempre que a estação o permita.”⁴⁸

A apropriação do pensamento do pedagogo da Turíngia pretende justificar a definição de um conjunto de prescrições higienistas a observar na construção de escolas, alicerçadas na tríade “bom ar, boa luz e boa temperatura”⁴⁹. Assim, Lucas da Silva propõe um modelo de escola rural,

⁴⁵ IAN/TT, *Ministério da Instrução Pública*, Cx. 185, processo 49.

⁴⁶ *O Ensino*, n.º 14, 1887.

⁴⁷ SILVA, 1884.

⁴⁸ SILVA, 1884: 75.

⁴⁹ SILVA, 1884: 82.

considerando indispensável que o edifício possua um vestíbulo, uma dependência para guardar roupa, uma a duas salas, biblioteca, refeitório, um pátio coberto e um jardim onde seja possível existir um ginásio⁵⁰. Nessa perspectiva, a escola procura ter uma função cívica alargada e compensar as limitações inerentes ao meio em que se encontra. A biblioteca e o refeitório são a tradução visível dessa intencionalidade.

Por outro lado, sustenta a vantagem de o professor residir no edifício da escola, quando não no mesmo pavimento, no andar superior⁵¹. As razões apontadas entroncam no ideal atrás expresso. Com efeito, para Lucas da Silva a escola existe para estar ao serviço dos alunos e da população, tendo o professor de permanecer no seu espaço⁵². Além disso, na qualidade de encarregado da biblioteca, deve estar sempre disponível para responder a qualquer solicitação, garantindo ainda, através da permanência no edifício escolar, que os alunos cujos pais são negligentes recebam acompanhamento, dado que:

“há pessoas também que para se escusarem aos enfados que causam as crianças, detêm-nas na escola com a maior crueldade e indiferença.”⁵³

Todavia, a sua atitude muda quando fala nas escolas graduadas (designadas “centrais” em Portugal). Nesse caso, a convivência prolongada entre vários professores pode comprometer a harmonia institucional, pelo que apenas o director deve ter residência no edifício⁵⁴.

Alguns anos antes, não foi esse o procedimento adoptado no primeiro projecto de escola central concebido em Portugal.

Efectivamente, o edifício da Escola Central n.º 1 de Lisboa, inaugurado em 1875 pelo município, contemplava habitações para os quatro professores que leccionavam na instituição. Inserido ao fundo do pátio de recreio, o conjunto residencial ficava arredado do centro da vida escolar, mantendo discreta presença (situação bastante excepcional, considerando o sector primário do ensino). Além do mais, importa dizer que a opinião veiculada por Lucas da Silva será sim estruturante nos projectos de edifícios destinados a liceus, nos quais a residência do reitor, em consequência do exercício da autoridade do cargo, assumirá papel chave entre os anos finais da monarquia e a década de 1930 - referências paradigmáticas dos Liceus de Camões (1907) e de Diogo Gouveia (1936).

O PLANO OFICIAL DE ESCOLAS PRIMÁRIAS DE 1898

A discussão sobre o tema da educação física, emergente na década de 1870 ao redor das teses da decadência portuguesa, assume contornos distintos na parte final de Oitocentos. Particularmente na última década do século, a problemática da decadência inscreve-se em torno de um novo

⁵⁰ SILVA, 1884.

⁵¹ SILVA, 1884.

⁵² SILVA, 1884.

⁵³ SILVA, 1884: 78.

⁵⁴ SILVA, 1884.



Figura 8

Planta da Escola Central n.º 1 de Lisboa. 1875.

Legenda: A, B, C, D - Salas de aula; E - Casa de banhos; G - Vestíbulo; H - Dependência para guardar chapéus, capas...; I - Átrio; J - Portaria; K - Sala de espera; L - ? M - Secretaria

Nota: As três fachadas, em contacto com a rua, definem a fronteira com o exterior. Disposição que obedece a uma lógica de 'barreira' entre a escola e o meio. Veja-se, por outro lado, a singular inserção do pátio de recreio e o destaque conferido ao mesmo. Acresce dizer que, em 1877, numa iniciativa inédita à época, foi edificado um ginásio por detrás das habitações dos docentes.

Fonte: *Froebel*, n.º 5, 1882.

conceito: o de degenerescência⁵⁵. A especificidade da conjuntura de 1890 (Ultimato de 11 de Janeiro) dá corpo a essa ideia:

“Mais funesto do que sermos um diminutivo de nação seria tornarmo-nos diminutivos de homens.”⁵⁶

Nessa atmosfera de fim de siècle, o debate é frequentemente movido pelos ideais de Herbert Spencer:

“A primeira condição do êxito neste mundo é ser um bom animal; e a primeira condição da prosperidade nacional é ser a nação composta de bons animais.”⁵⁷

O exercício físico surge assim como factor de equilíbrio entre as duas culturas, do corpo e do espírito, compensando o excesso de actividade mental decorrente da vida escolar. Procurando descentrar a actividade pedagógica da sala de aula, os discursos médico e pedagógico fundamentam a prática da educação física, o contacto próximo com a natureza, os passeios escolares, e a redução do número de horas de aulas⁵⁸. Fialho de Almeida, médico e escritor, sintetiza esse pensamento:

⁵⁵ PIRES, 1992.

⁵⁶ *Revista de Educação e Ensino*, 3, 1891: 127.

⁵⁷ *Revista de Educação e Ensino*, 12, 1892: 565.

⁵⁸ Os artigos publicados nos periódicos *A Medicina Contemporânea* e *Revista de Educação e Ensino*, particularmente ao redor de 1890, elucidam bem a transversalidade do tema.

“Continuará a enclausuração na idade em que os organismos tenros, como as plantas, mais carecem de luz e de ar para se desenvolver [...] Continuarão os desmazelos da educação moral, a falta de exercícios físicos contrabalançadores da surménage intelectual, e agentes da alegria, balanceiros da beleza e da força juvenis, por exemplo - o jogo de armas, o canto, a natação, os ofícios manuais, as violentas correrias sob as árvores, em pleno campo, à exposição do sol e às intempéries.”⁵⁹

Ao nível dos projectos de escolas primárias, qual a tradução das proposições veiculadas por Fialho de Almeida? Como vimos, a inconsequência é a nota dominante até ao início da década de 1890, a despeito de serem já manifestas preocupações com a educação física. Quanto muito, na ausência de constrangimentos financeiros ou de qualquer outro tipo, cenário quase sempre excepcional, a escola, para além da zona edificada, possui unicamente um logradouro (mais ou menos amplo). Para se ver, o ginásio da Escola Central n.º 1 de Lisboa, recorde edificado em 1877, chegou a causar polémica pelo ineditismo da situação; algo que não se altera significativamente com a inclusão da ginástica no currículo desde a reforma de António Rodrigues Sampaio (lei de 2 de Maio de 1878).

Dada a gravosa situação material das escolas do país, os objectivos eram imediatos e comedidos. Tratava-se de instalar a escola primária de acordo com um mínimo de condições higiénicas e pedagógicas⁶⁰.

O certo é que, chegados a 1897, o tema dos edifícios escolares constitui elemento de pressão sobre o governo. Nesse ano, o professor Custódio Dias Guerreiro apresenta ao Congresso Pedagógico de Lisboa uma memória intitulada “edifícios e material escolar”. Fazendo sentir a necessidade de conceber um plano uniforme para escolas primárias, adianta a sua visão pessoal sobre o assunto:

“É preciso que a casa da escola tenha uma forma distinta, e que seja para a criança um lugar à parte, monumento cuja forma a atraia e lhe inspire respeito. A criança terá por ela uma consideração que dará mais valor e importância às lições e conselhos que lhe forem ministrados.”⁶¹

A relevância dessa posição, que não esquece questões de outra natureza (higienistas, pedagógicas...), advém do facto de se centrar num assunto decisivo nesse período histórico, ou seja, a escola tem de ser apelativa, atraente, para garantir e aumentar a frequência dos alunos. Note-se que José Simões Dias, também em 1897, vai um pouco mais longe:

“Enquanto não houver edifícios escolares apropriados, o ensino tem de contentar-se com ser gratuito, obrigatório nunca. É insensato começar pelo fim.”⁶²

Contudo, numa outra passagem do texto, aproxima-se do argumento de Dias Guerreiro:

⁵⁹ ALMEIDA, 1992 [1890]: 114.

⁶⁰ É sintomático que a legislação de 20 de Julho de 1866 tenha sido flexibilizada através da portaria de 7 de Julho de 1871.

⁶¹ GUERREIRO, 1898: 28.

⁶² DIAS, 1897: 52-53.

“Quem percorre, por exemplo, os cantões suíços, fica maravilhado diante da elegância, do asseio, do conforto e das comodidades que se encontram nos diferentes tipos de arquitectura escolar, como se o arquitecto quisesse manifestar no artístico das formas e na harmonia das proporções todo o carinho e afeição do povo por essas casas que são o complemento do lar.”⁶³

As intervenções precedentes são muito influenciadas pelo resultado do censo da população portuguesa de 1890. Para Dias Guerreiro, a maneira de inflectir a elevada percentagem de analfabetismo então verificada é começar por edificar escolas, defendendo que, num prazo de cinco anos, o governo providencie no sentido de todas elas se encontrarem “embelezadas com edifícios decentes, salubres e higiénicos”⁶⁴. Sustenta igualmente a existência de dois “tipos de construção”: um destinado a escolas que acusem no recenseamento escolar até 70 alunos, outro às que tenham movimento superior⁶⁵. Por outro lado, expressa a vontade do referido plano ser tutelado por uma comissão de engenheiros⁶⁶. Depois de aprovado no Congresso, o conjunto das moções enunciadas foi formalmente representado ao governo.

A reivindicação surtiu efeito, pois em 1898 o governo cometeu à Associação dos Engenheiros Civis Portugueses a definição das linhas programáticas para o concurso público de projectos de edifícios de escolas primárias. A memória justificativa revela o cuidado que tal assunto mereceu à corporação, nomeadamente por ter coligido grande parte da legislação que, sobre a matéria, vigorava nos Estados Unidos e alguns países da Europa.

Na sua essência, a memória, muito técnica, é elaborada na base do referido enquadramento normativo, tanto quanto possível adaptado à situação portuguesa. Tal matriz, não impede que sejam emitidas considerações muito próprias. Por exemplo, no que diz respeito à localização dos edifícios, num momento em que é crescente a tendência para apartá-los dos centros urbanos⁶⁷, em particular por via do móbil higienista, a Associação pugna por uma solução de compromisso:

“Os lugares altos e arejados, desafrentados das habitações, são os melhores, mas não haverá graves inconvenientes em dificultar o acesso à escola e obrigar as crianças a percorrer grandes distâncias e a vencer ladeiras mais ou menos íngremes? Eis aqui uma questão em que terá de aplicar-se o critério de quem for encarregado da escolha do local, procurando conciliar no máximo grau as vantagens desejáveis.”⁶⁸

Em relação à residência do professor, prerrogativa aceite sem controvérsia, o exame oscila apenas entre a sua existência no edifício da escola ou isoladamente, acabando por ser seguida a primeira hipótese.

O aspecto exterior dos edifícios merece também avaliação, numa via muito pragmática ou não estivessem subjacentes restrições financeiras:

⁶³ DIAS, 1897: 53.

⁶⁴ GUERREIRO, 1898: 29

⁶⁵ GUERREIRO, 1898.

⁶⁶ GUERREIRO, 1898.

⁶⁷ Essa tendência, à semelhança do sucedido em Inglaterra e França, será transversal nos liceus edificados em Portugal nos primeiros anos do século XX. SILVA, 2002.

⁶⁸ *Revista de Obras Públicas e Minas*, n.os 340 a 342, 1898: 134-135.

“As edificações escolares não devem ser mesquinhas nem luxuosas. A extrema severidade torna a escola pouco atraente; uma decoração exagerada só serve para elevar a despesa e em nada beneficia a instrução.”⁶⁹

Na verdade, os condicionalismos orçamentais restringiram, ab ovo, o trabalho da Associação dos Engenheiros. Não estranha, pois, que uma questão tão importante como prever espaços especializados para actividades no exterior da sala de aula não tivesse sido realmente considerada.

Recuperando agora a pergunta formulada, o que nos revela o projecto vencedor do concurso público de 1898, concebido pelo arquitecto Adães Bermudes (1864-1947)?

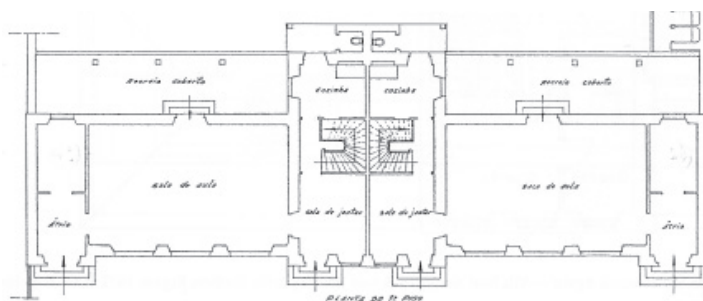


Figura 9

Planta, ao nível do 1.º piso, do projecto-tipo das escolas 'Adães Bermudes' (2 salas de aula). 1898.

Fonte: BEJA, 1990.

No essencial, Adães Bermudes desenhou duas propostas de edifícios escolares (1 e 2 salas de aula, com residência em ambos os casos). Seguindo de perto a planta do 1.º piso, a escola compreendia um pequeno átrio com vestíbulo ao fundo, instalações sanitárias, sala de aula e pátio para recreio (parcialmente coberto). A habitação do docente, com passagem interna para a escola e desenvolvimento em dois pisos, surgia bastante valorizada relativamente aos restantes espaços edificados.

Ao nível da planificação interna, o projecto distanciava-se das preocupações coevas com a educação física e mesmo com os trabalhos manuais (consignados na Reforma da Instrução Primária de 22 de Dezembro de 1894), não sendo concebidos, em acordo aliás com o entender da Associação dos Engenheiros, espaços autónomos para esses fins.

No que concerne à aparência externa do edifício, Adães Bermudes, numa solução moderada (nem demasiado austera, nem demasiado luxuosa), opta por recorrer ao tradicional campanário e a elementos cerâmicos para dinamização visual das fachadas.

Não foi, no entanto, por razões de ordem estética que as escolas tiveram depreciativa conotação. Efectivamente, o projecto não correspondia ao vértice dos discursos dos anos 1890, muito focalizados no problema da clausura das crianças em espaços acanhados. Assim se

⁶⁹ *Revista de Obras Públicas e Minas*, n.ºs 340 a 342, 1898: 137.

compreende que, na gíria pedagógica, as escolas idealizadas por Bermudes (mal dimensionadas para a frequência máxima prevista - 50 alunos por sala) ficassem conhecidas por “gaiolas de grilos”.

A crítica arguta de Fialho de Almeida, com que de resto termino, confirma esse sentimento:

“Edifícios sólidos e sem luxo [...] e as aulas amplas, rasgadas (ao contrário das famosas gaiolas de grilos) em vista do aumento, que não do decréscimo das frequências escolares.”⁷⁰

CONCLUINDO

Bachelard deu o mote de partida. Mantendo presente o sentido das suas palavras, procuro agora sistematizar alguns pontos. Em primeiro lugar, a perdurante dicotomia escola/habitação (século XX adentro) configura uma ‘resistência’ ao processo de separação do local de trabalho do local de morada, iniciado pela Revolução Industrial. Desse ponto de vista, a interioridade e o intimismo do lar ‘contaminaram’, durante largo período, o ambiente da escola; daí ser relevante o conceito de *domesticidade* proposto por Manuel Brullet, naturalmente associado à dimensão protectora da arquitectura.

Em segundo, à luz da ideia prévia, pensar em edifícios escolares é pensar em espaços fechados sobre si, qualquer coisa que a visão ‘naturalista’ não consegue inflectir e que, no fundo, agudizando-se ao longo da segunda metade de Oitocentos, faz parte do próprio processo de afirmação da escola enquanto espaço público de educação, instância disciplinar e território de poder.

Em terceiro, saliento o facto de os critérios condicionantes da implantação serem fundamentalmente de ordem higiénica e moral, aos quais se junta, embora de forma menos determinante, a centralidade. Talvez por essa razão, o edifício da escola primária, contrariando em parte a perspectiva de Henriques Nogueira, não assuma papel estruturante no desenvolvimento urbanístico.

Por último, é manifestamente evidente que a generalidade dos projectos de escolas não corresponde, em termos qualitativos, às teses que defendem o contacto com a natureza, a prática da educação física, ou mesmo a inclusão de amplos espaços não edificados em meio escolar. Não tanto se pode dizer da aplicação de um conjunto de prescrições higienistas relacionadas com a ventilação e a iluminação. Os projectos de 1880 elaborados para o distrito de Santarém serão, por força da supervisão técnica, o exemplo mais conseguido dessas duas vertentes.

⁷⁰ ALMEIDA, 1992 [1912]: 100.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Fialho de, 1992 [1.ª edição 1890] - *Os Gatos*, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. 2.
- ALMEIDA, Fialho de, 1992 [1.ª edição 1912] - *Saibam Quantos...*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- AMORIM, António Maria de, 1884 - *Relatório sobre Instrução Primária* (em depósito no Museu Bernardino Machado).
- Anuario Estatístico de Portugal 1892*, 1899, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Archivo de Architectura Civil*, Outubro de 1866.
- ARIÈS, Philippe, 1988 [1960 a 1.ª edição em língua francesa] - *A Criança e a Vida Familiar no Antigo Regime*, s.l., Relógio d'Água.
- BACHELARD, Gaston, 1970 - *La poétique de l'espace*, Paris, Presses Universitaires de France.
- BARROSO, João, 1995 - *Os Liceus. Organização Pedagógica e Administração (1836-1960)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de investigação Científica e Tecnológica.
- BEJA, Filomena et al., 1990 - *Many Years of Schools. Infant and Primary School Buildings up to 1941*, Lisbon, Ministry of Education.
- BRULLET, Manuel, 1998 - *L'arquitectura dels espais educatius*, "Temps d'Educació", n.º 19, 23-33.
- CAMPAGNE, E. M., 1886 - *Diccionario Universal de Educação e Ensino*, Porto, Livraria Internacional de Ernesto Chardron, vol. I.
- CASTILHO, António Feliciano de, 1854 - *Felicidade pela Instrução*, Lisboa, Typographia da Academia da Rua das Ciências.
- CASTILHO, Júlio de, 1933 - *Memórias de Castilho*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2.ª edição, tomo VI.
- CHARTIER, R., COMPÈRE, M. M. e JULIA, D., 1976 - *La Éducation en France, du XVIème au XVIIIème Siècle*, Paris, Seges.
- COELHO, Eusébio Furtado, 1861 - *Estatística do Districto de Vianna do Castello*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- COSTA, D. António, 1870 - *A Instrução Nacional*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- DEROUET-BESSON, Marie-Claude, 1984 - *L'École et son Espace*, Paris, Institut National de Recherche Pédagogique.
- DIAS, José Simões, 1897 - *A Escola Primária em Portugal*, Porto, Edição da Educação Nacional.

Estatística da Instrução Primária em Portugal Organizada sobre a Inspeção Extraordinária de 1863 a 1864. Tabellas Districtaes, 1867, Lisboa, Imprensa Nacional.

FERNANDES, Rogério, 1977 - *Ramalho e o Movimento Froebel no Século XIX Português*, "Seara Nova", n.º 1582, 16-21.

Froebel, n.º 5, 1882.

GHIRA, Mariano, 1864 - *Casas para Escolas*, "Archivo Pittoresco", VII, 164-166 e 207-208.

GHIRA, Mariano, 1865 - *Relatorio sobre a Visita de Inspeção Extraordinária às Escolas do Distrito de Lisboa feita no Anno Lectivo de 1863-1864*, Lisboa, Typographia Portugueza.

GINER DE LOS RÍOS, Francisco, 1884 - *El Edificio de la Escuela*, Madrid, Est. Tip. de El Correo.

GUERREIRO, Custódio Dias, 1898 - *Memorias e Parecer apresentados nos Congressos Pedagogicos de Lisboa e Porto*. Aspirações e Protestos do Professorado Primário, Lisboa, Typographia Estêvão Nunes & Filhos.

HENRIQUES NOGUEIRA, José Félix, 1856 - *O Municipio no Século XIX*, Lisboa, Typographia do Progresso.

NÓVOA, António, 1987 - *Le Temps des Professeurs*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.

PERRENOUD, Philippe, 2001 - *Espaces-temps de formation et organisation du travail*, www.unige.ch/fapse/SSE/groups/life/seminaire/S06_texte_07_11_2001.html.

PIRES, António Machado, 1992 - *A Ideia de Decadência na Geração de 70*, Lisboa, Vega, 2.ª edição.

SILVA, Artur Lucas Marinho da, 1884 - *Relatorio sobre as Condições Hygienicas da Escola*, In Raposo, José António Simões (dir.), *Conferencias Pedagogicas. Relatorio das Conferencias de Lisboa em 1883* (73-88), Lisboa, A. Ferreira Machado & C.ª Editores.

SILVA, Carlos Manique da, 2002 - *Escolas Belas ou Espaços Sãos? Uma análise histórica sobre a arquitectura escolar portuguesa 1860-1920*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.

TRILLA, Jaume, 1986 - *Ensayos sobre la Escuela. El espacio social y material de la escuela*, Barcelona, Alertes S. A. de Ediciones.

TRILLA, Jaume, 2004 - *Los alrededores de la escuela*, "Revista Española de Pedagogía", n.º 228, Mayo-Agosto, 305-324.

VIÑAO, Antonio, 1993-94 - *Del espacio escolar y la escuela como lugar: propuestas e cuestiones*, "Historia de la Educación", n.os12-13, 17-74.

Sandra Brito

O carnaval e o mundo burguês*

R E S U M O

O presente artigo pretende, através de uma abordagem histórico-social da festa carnavalesca do final do séc. XX e início do séc. XXI, apreender os sentidos sociais a ela inerentes, de forma a melhor compreender as alianças e conflitos que caracterizam as relações sociais que lhe serviam de base, assim como todo o processo de reorganização desta Festa do Momo, que então ocorria na cidade do Porto. Procuramos, também, compreender de que forma e sob que argumentos a burguesia portuense reorganizou esta Festa, colocando-a ao seu serviço estruturando-a de acordo com os dois principais pilares da sociedade burguesa: o lucro e o poder.

A festa pública colectiva é muito mais do que um momento de folia. Quer seja de realização espontânea ou promovida por associações recreativas com objectivos bem definidos, ela encontra-se repleta de sentidos sociais que importa apreender. Somos, desta forma, transportados para o universo das práticas culturais, domínio rico em significados sociais e que se torna extremamente complexo no momento da sua apreensão e análise, ainda mais que a sua abordagem deve ter em conta não apenas a capacidade do homem em efectuar trocas culturais com o Outro ou as heranças que nesse âmbito nos foram sendo deixadas, mas também aos processos de “resignificação cultural” e “demarcação das fronteiras simbólicas culturais entre grupos” na procura da definição de identidades sociais¹.

Ora todos estes processos ocorrem em contextos relacionais, nos quais os actores sociais convivem quer de forma harmoniosa quer em confronto declarado ou latente. Assim, as práticas culturais apenas podem ser compreendidas à luz deste cenário composto pelas alianças e conflitos sociais, pelos reflexos que têm na respectiva sociedade, assim como pela forma como ela reage perante esta realidade (por ex., a legislação ou as estratégias de actuação/intervenção que se vão definindo paralelamente). Daí que a apreensão dos significados reais de determinadas práticas culturais apenas seja possível tendo em conta todas estas variáveis (em actuação no momento da sua existência).

* O texto do presente artigo integra-se na dissertação de mestrado “Clube Fenianos Portuenses: um projecto de Civilização, uma busca de Distinção”. FLUP. 2004.

¹ Esta perspectiva vem sendo desenvolvida no projecto de investigação da Cecult-Unicamp (Brasil), centrado na análise das diversas facetas da História Cultural Brasileira (inclusive das tradições e suas festas) e cujos estudos e análises efectuados nesse âmbito nos ajudaram, em diversos momentos, a aprofundar a problemática inerente a este estudo em concreto.

Por outro lado, há que ter em conta que o universo cultural, assim como as práticas que lhe dão expressão, é algo demasiado complexo e heterogéneo para ser, no seu todo, exclusivo ou taxativamente identificativo de um determinado grupo ou classe. Inclui manifestações múltiplas, de carácter e origem diversa, uma vez que podem ser inventadas, mas também incorporadas, absorvidas ou recriadas, a partir de outras manifestações. Torna-se assim evidente a complexidade inerente à abordagem deste domínio da realidade histórica.

Abordar esta questão, por mais simples que pareça, é entrar num dos campos de investigação privilegiados da História das Mentalidades: a Festa. O redescobrimto deste objecto integra-se no processo de evolução da própria História das Mentalidades que, inicialmente abordando a história cultural numa perspectiva mais ampla, se orientou para uma história das atitudes, dos comportamentos e representações colectivas.² A busca de temas como a criança, a mãe, a família, a morte, a festa, comprovam essa evolução. Convergingo para o estudo das atitudes “que se expressam em actos, gestos, ou sonhos, como reflexos inconscientes de representações”³, apresenta-se assim como um prolongação natural da história social. Para além de analisar as estruturas sociais, os historiadores deste campo passaram a dedicar-se também à explicação das opções, atitudes e comportamentos colectivos. Segundo Vovelle, ao passarem de um campo para outro, os historiadores assumem “o problema das mediações complexas entre a vida real dos homens e a imagem que fazem dela (representações)”⁴. Esta ideia é fundamental para compreender as disparidades que existem, por vezes, entre práticas e representações, assim como a existência de comportamentos que fogem aos modelos de sociabilidade estabelecidos⁵. A festa, como expressão cultural que é, reproduz, no campo simbólico, inúmeras facetas da realidade social. Sob o seu signo coexistem e relacionam-se diferentes realidades, estabelecendo-se redes de sociabilidade por vezes complexas. A apreensão dos significados das diferentes formas de viver a festa e das inter-relações existentes, por vezes camufladas, pode ser mais um dado a contribuir para compreensão da lógica do real funcionamento e constituição dessa rede complexa que caracteriza as relações sociais. O Carnaval, sendo apenas um momento desse universo cultural que é o mundo festivo, é um momento privilegiado, pelas suas características⁶, para análise das práticas de sociabilidade e dos múltiplos sentidos que as trespassam e orientam (ou condicionam), uma vez que os seus ritos (práticas carnavalescas), reflectem os diálogos e tensões da sociedade que os produz, transpondo-os para o campo do simbólico.

Importa dizer, desde logo, que a apreensão destes sentidos, num domínio extremamente simbólico como é o Carnaval passa pela não desvalorização da influência que os mitos exercem nas formas de actuação, nomeadamente na sociabilidade festiva e sobretudo na carnavalesca, como veremos ao longo deste trabalho⁷.

² VOVELLE, 1985. p. 192.

³ VOVELLE, 1985. p. 87.

⁴ VOVELLE, 1985. p. 18.

⁵ Segundo Vovelle a História das Mentalidades é o “estudo das meditações e da relação dialéctica entre as condições objectivas de vida dos homens e a forma como a contam e vivem” (VOVELLE, 1985: p.19)

⁶ Uma das características intemporais da festa do Carnaval é a inversão do estabelecido, assim como a utilização da máscara para expressar “livremente” os sentimentos. Através da análise dos seus significados, alteráveis consoante o contexto, revela-nos facetas importantes da realidade como sejam conflitos e tensões sociais.

⁷ Sobre este assunto ver BRITO, 2004: cap. II.

1- Embora actualmente se reconheça a importância do Carnaval como fenómeno histórico-sociológico, este apenas começou a ser estudado (e refiro-me à historiografia estrangeira) há algumas décadas. Explorando essa dimensão conflitual e subversiva da festa, onde as manifestações festivas e as emoções dos intervenientes se podiam confundir transformando-a numa revolta, destaca-se a obra de Emanuel Le Roy Ladurie “Le Carnaval de Romains”⁸, estudando o fenómeno carnavalesco num contexto de guerras religiosas, ódios de classes e tensões que se confrontavam debaixo do signo da festa. Outras obras se destacam como os estudos de Carlo Baroja⁹, assim como a obra do conhecido autor russo Mikhail Bakhtin¹⁰, par além das de Peter Burkert¹¹ ou de Jacques Heers¹². A par destas importantes obras de referência, outros estudos foram sendo feitos, nomeadamente na investigação espanhola e italiana¹³. Mas, sendo na maioria abordagens feitas por antropólogos e sociólogos, infere-se que o carnaval não tem estado entre as prioridades da investigação histórica europeia. Já nos anos oitenta do século XX, Vovelle chamava a atenção para a necessidade de revalorizar não apenas a festa que se inscreve nos esquemas hierarquizados da sociedade de ordens, mas também a que não se inscreve, ou seja, a carnavalesca¹⁴.

No que respeita à historiografia portuguesa, na qual a abordagem de temas no campo da sociabilidade e do lazer parece encontrar-se numa fase de maior desenvolvimento, apresentando já estudos importantes, o Carnaval, como uma das facetas desse universo temático, não mereceu ainda uma abordagem histórica e social. Se na historiografia estrangeira Vovelle aponta o Carnaval como uma importante festa a ser estudada, na historiografia portuguesa Oliveira Marques, no seu Guia Para o Estudo da Primeira República¹⁵, indica o seu estudo como uma das direcções possíveis que a investigação histórica podia tomar. A ausência de análises históricas sobre a festa carnavalesca em Portugal levou a socióloga Maria Isaura Pereira Queirós, nas abordagens acerca do Carnaval brasileiro¹⁶ e sua ligação ao português, assim como na tentativa de comparação entre a evolução das duas festas, refere-se à escassez de estudos sobre as mesmas em território português. Aponta apenas a existência de alguns estudos de etnólogos e folcloristas¹⁷, os quais considera limitados pelo facto de apenas focalizarem “a realização da festa em determinada

⁸ LADURIE, 1979.

⁹ CARO BAROJA, 1965.

¹⁰ BAKHTIN, 1987.

¹¹ BURKER, 1989.

¹² HEERS, 1987

¹³ BUEZO, 2001. p. 68; CIAPELLI, G. 2001. p. 68.

¹⁴ VOVELLE, 1895. p.186. Aponta para a necessidade de inverter uma situação historiográfica que parece ter vindo a privilegiar a análise de cerimónias oficiais e religiosas, como as procissões, em detrimento de outras.

¹⁵ MARQUES, 1981.

¹⁶ Sobre a historiografia brasileira ver BRITO, 2004. cap. II.

¹⁷ Alguns dos autores e trabalhos a que se refere são Ernesto Veiga de Oliveira e a sua comunicação “Manjares cerimoniais do entrudo em Portugal”, apresentada no congresso Luso/Espanhol de Etnologia, e José Silva Picão com a obra “Através dos Campos”, ambas de carácter etnográfico e incidindo no mundo rural. A autora apresenta como a grande fragilidade destes estudos, o facto de eles apenas procurarem explicar a origem da festa ou as “razões da existência da festa no significado que esta possuía para os indivíduos que a viviam sem procurar saber quem eram tais indivíduos e quais as circunstâncias específicas da festa”. Acusa-os também de falta de interesse pelo Carnaval burguês. A falta de estudos sobre a festa carnavalesca em Portugal leva a que as suas considerações estejam no campo das hipóteses como, aliás, a autora alerta. In QUEIROZ, 1992. p. 66 .

aldeia, descreverem os folguedos com suas várias formas ou comemoração numa região”, constituindo, no geral, uma recolha importante de práticas carnavalescas de alguns espaços rurais mas sem uma abordagem histórico-social.¹⁸ São, sobretudo, estudos de carácter etnográfico.

É nosso objectivo, com este presente trabalho, aliás desenvolvido na dissertação de mestrado em que se integra¹⁹, começar a preencher esta lacuna da nossa historiografia, de forma a permitir estudos comparados neste domínio da realidade histórica.

Ao partirmos do princípio que o Carnaval é bem mais que um momento de inversão da ordem (característica intemporal desta festa) e que encerra inúmeros significados sociais, políticos, económicos e religiosos, procuramos identificar os vários e diferentes significados das diversas práticas carnavalescas para os vários protagonistas. Para conseguirmos apreender as formas de participação dos vários grupos sociais, assim como as relações que estabelecem, devemos desfazer-nos de imagens estereotipadas que identificam o Carnaval como uma manifestação popular. Ora, o Carnaval como uma das expressões da Festa, deve ser perspectivado não como um fenómeno popular mas social, onde toda a sociedade se expressa, ainda que de forma diferente e até oposta²⁰. Em segundo lugar, temos que ter em atenção que sendo a cultura um universo complexo de relações heterogéneas e dinâmicas, resultantes de trocas culturais horizontais e verticais (estas últimas fruto da interacção entre segmentos populares médios e dominantes²¹) verificamos, quando estudamos práticas como as carnavalescas procurando apreender os seus significados, que “os limites dos processos culturais não são necessariamente os mesmos limites das classes e camadas sociais”²².

2 - Registadas estas ideias-chave e como as práticas só têm significado quando vistas à luz da época e do sujeito que as produz, retornemos à cidade do Porto do final do séc. XIX e início do séc. XX, durante a época carnavalesca.

Durante este período a perspectiva jornalística é marcada, no que se refere à festa do Momo, pela crítica negativa às práticas carnavalescas em geral e que assumiu um tom de combate à medida que o século XX se aproximava²³. Qualificativos como sensaborão, pelintra, rude, grosseiro eram utilizados para qualificar esse Carnaval, que consideravam não ter interesse algum. Ora, estas crónicas jornalísticas eram escritas por homens, intelectuais com valores e ideias precisas, que utilizavam, muitas das vezes, a imprensa como um veículo de propagação de um modelo próprio da realidade, assim como para o combate de um outro modelo existente e ao qual se

¹⁸ Algumas das obras que a autora refere como abordagens do Carnaval urbano, em especial o portuense, tal como “*O Carnaval dos Fenianos*” de Mário Norton e A. Marques, são na verdade programas carnavalescos do clube Fenianos e que incluíam um pequeno texto retrospectivo das festas que haviam realizado nas décadas anteriores. Sendo o objectivo o de evidenciar o esplendor das mesmas, o sentido do texto ficava condicionado. Ainda que importantes, estas informações devem ser utilizadas não como bibliografia do Carnaval, mas como fontes a necessitarem de uma análise para a reconstrução da sua história.

¹⁹ BRITO, 2004.

²⁰ SEBE, 1986.

²¹ SOIHET, 1998. p. 130.

²² CAVALCANTI, 1999. p.8.

²³ A crítica às práticas carnavalescas não se verificava apenas em relação às portuenses, uma vez que estas estavam generalizadas a todo o país.

opunham, fosse ele social, económico, político ou religioso. A imprensa era uma das armas para atingirem os seus objectivos.

Estejamos perante uma crónica, um romance ou um relato, como testemunhos históricos que são, eles encerram uma determinada representação da realidade, a qual é filtrada pelo autor e relatada de acordo com um código de valores ou com um propósito definido. Em primeiro lugar, os jornalistas e outros literatos qualificavam o que viam de acordo com o seu sistema de valores considerando decadente, no caso da festa carnavalesca, o que os outros consideravam folia extrema. Desta forma, torna-se evidente a importância de inserir os autores e os seus testemunhos nos processos históricos específicos, para assim compreendermos a construção que fazem da realidade. Importa desvendar as reais intenções. Importa à História social explorar o carácter histórico desse testemunho, inseri-lo na sociedade que o produz, independentemente da suposta autonomia que lhe é atribuída. Esta postura levou-nos a perceber que toda esta perspectiva crítica girava em torno da oposição entre o chamado Carnaval incivilizado e o civilizado, oposição logo associada, respectivamente, ao Carnaval popular versus Carnaval das classes dominantes, numa conceptualização binária, redutora da realidade. Adiantemo-nos e digamos que esta fazia parte de uma luta levada a cabo por alguns homens, que se encontravam entre as hostes da imprensa e do poder, defensores de uma nova ordem e ideologia que tinha em valores como o Progresso e a Civilização os seus lemas e que os grupos dominantes procuravam pôr em prática a todos os níveis. Contextualizemos essa pretensão:

Ora, no final do século XIX e início do século XX esta cidade evidenciava uma preocupação em desenvolver-se, procurando acompanhar as inovações que na Europa iam surgindo no sentido de edificação de uma sociedade onde imperasse o Progresso e a Civilização. Nela emergiam os sinais desse desenvolvimento, numa alteração lenta mas inexorável da sua configuração, quer em termos de espaço quer de vivências, erguendo os símbolos da dita civilização e eliminando o indesejável. No entanto, os portuenses sabiam que para a atingir não bastava a uma cidade o progresso material, com as suas prósperas indústrias e comércio, o desenvolvimento de infra-estruturas de comunicação ou o progresso cultural traduzido numa intensa discussão literária e científica e actividades nesse âmbito; era também necessário, como aliás adiantam as definições da época, “a brandura dos costumes”, ou seja, “deixar os modos barbaros e mostrar, nas suas acções, elegancia, urbanidade e gosto”²⁴. Ora, os costumes, o comportamento do indivíduo, que reflecte um conjunto de valores e um universo cultural próprio, apreende-se no campo complexo e rico das relações com os outros. Alguns desses momentos onde os comportamentos eram alvo das atenções por parte dos observadores e críticos da época, que os analisavam e qualificavam de acordo com o que entendiam por civilização, eram aqueles dedicados ao lazer (podendo ser ou não festivos). A construção desta cidade civilizada, idealizada pelos intelectuais de acordo com a sua visão do mundo e com os novos valores emergentes e promovida por um núcleo específico de indivíduos, implicava o romper com tudo o que se opusesse a ela e, se necessário, o combate aberto à realidade que consideravam oposta, não civilizada ou comprometedora do progresso. Eram realidades diferenciadas, cujo confronto se efectuava em várias frentes,

²⁴ Ver “civilizar” in VIEIRA, cit.1, Vol. II. p. 242

em que a civilização procurava implantar-se e erradicar o adversário do campo de acção. Uma dessas frentes de combate ocorria no domínio do lazer e da festa.

Importa dizer que o pensamento da época parecia pautar-se por dois movimentos marcantes: os ventos do progresso e da civilização que varriam então os diversos países, assim como o movimento que procurava controlar e reprimir distrações consideradas pouco respeitáveis e pouco enriquecedoras, substituindo-as por outras mais racionais (enquadramento do lazer popular)²⁵. Ou seja, se um dos rostos da luta se reflectia, por exemplo, na preocupação pela modernização e higienização do país, exigindo-se uma remodelação urbanística à semelhança do que acontecia noutros países europeus, a outra face prendia-se com determinadas manifestações de cariz popular, consideradas retrógradas e incompatíveis com essa nova ordem que se pretendia estabelecer. Entre elas estavam as carnavalescas. No entanto, esta fora uma luta, com sentidos bem mais profundos e diversos, contra práticas que não conseguiam controlar, cuja espontaneidade e imprevisibilidade pareciam temer, procurando substituí-las por um novo Carnaval: o civilizado, o previsível e mais controlável.

Dessa práticas destacamos, como objecto de análise neste estudo, as mascarada/cavalhadas, as troças carnavalescas (ou seja, ditos jocosos que podiam tomar a forma de denúncia ou até de insulto), e o chamado jogo de entrudo (uma batalha em que as armas de arremesso eram desde ovos, pós de sapato, água choca, tremoços, cal...)²⁶. Inerente às duas primeiras práticas carnavalescas referenciadas, mascaradas e troças, independentemente da forma como se apresentavam ou dos novos sentidos que iam tomando nas últimas décadas do século XIX, esteve sempre presente o elemento grotesco e a sátira, quer pelas encenações e linguagem utilizada, quer pelos inúmeros versos impressos que os foliões actores iam espalhando ou os versos jocosos que iam dizendo²⁷. Ora esta liberdade de crítica, aliada à sátira carnavalesca, aproveitada por muitos para denunciar e ridicularizar aspectos gerais ou particulares da sociedade, políticos ou não, parecia incomodar e até amedrontar alguns, inclusive os intelectuais e a autoridade da época, nomeadamente quando eram, pessoal ou colectivamente, alvo de ataque. Este receio traduziu-se na necessidade de limitar essa liberdade crítica, considerada pela sabedoria de todos como máxima e isenta de qualquer punição durante o reinado do Momo, dando origem à publicação de vários editais. Através da força da lei o governador civil procurava regular as diversas práticas carnavalescas portuenses, medidas que se integram no movimento europeu de controle e repressão de manifestações consideradas anárquicas (= populares) e de enquadramento

²⁵ CORBIN, 2001.

²⁶ Sobre práticas carnavalescas na cidade do Porto do final séc. XIX e início do XX ver BRITO, 2004: cap. II.

²⁷ Associadas aos mascarados, estivessem eles desfilando nas ruas ou dançando num dos diversos bailes carnavalescos da cidade, estavam as troças ou gracejos carnavalescos, uma linguagem cômica cujo objectivo final seria o de provocar o riso. Há muito utilizado como instrumento de crítica, estes ditos jocosos, vulgo troças, não raras vezes tomavam a forma de denúncia ou até insulto. Pelo que as fontes nos permitiram saber, os temas preferidos pelos foliões na elaboração dos seus gracejos diziam respeito sobretudo à vida privada e profissional ou características físicas dos outros, procurando ridicularizá-los em plena praça pública. Era o caso dos adultérios, dos filhos ilegítimos, da condição de "corno" ou de negociante desonesto, realidades que davam às troças uma feição temida por muitos, inclusive pelos intelectuais. Para além de uma crítica afiada, estes panfletos serviam também de convites às folias carnavalescas nocturnas ou diurnas, quando lançados pelos chamados bandos anunciadores. De acordo com os poucos registos que fomos encontrando, estes panfletos teriam servido também como instrumento à dimensão amorosa da festa carnavalesca. É o caso dos papéis arremessados juntamente com outro objectos, contendo por exemplo declarações de amor.

do lazer das classes mais baixas²⁸, acentuando-se no contexto específico de crítica e crescente oposição ao sistema monárquico na última década do século XIX. Na sequência da deliberação do Governo, de 1890, que limitou a liberdade de manifestação, atingindo directamente os divertimentos públicos²⁹, o governador civil do Porto aproveitou para reforçar a legislação no domínio da festa carnavalesca, uma vez que esta se apresentava como um momento potencialmente perigoso, não apenas para o sistema político mas para um sistema social que pretendesse manter as suas fronteiras bem definidas e em todas as ocasiões.

É que outra das grandes preocupações destes homens prendia-se com a moralidade e com as oportunidades de transgressão que o Carnaval e o uso da máscara ofereciam neste domínio³⁰. Esta, ao ocultar a identidade, permitia a um indivíduo com uma reconhecida posição social (burguês) todo um conjunto de práticas que sem a máscara seriam consideradas escandalosas e impróprias do comportamento que dele se poderia esperar³¹, uma vez que rompiam com o seu código de conduta. Por outro lado, o Carnaval, tido como uma época em que se dava livre expansão aos sentimentos, potencializava a tentativa, por parte das mulheres, de tornarem reais alguns dos seus desejos, asfixiados durante todo o ano pelas imposições sociais. A festa do Momo tinha uma forte componente amorosa, presente não apenas nas práticas do Carnaval de rua como o jogo do entrudo, do qual falarei mais à frente, o qual possibilitava ao elemento feminino tomar a iniciativa de um galanteio, ainda que camuflado, ou também presente nos gracejos maliciosos proferidos com intenções secundárias. Esta dimensão amorosa da festa evidenciava-se particularmente nos bailes de máscaras. O perigo moral que os intelectuais passam a associar às festas carnavalescas, inclusive às folias nocturnas, não parecia estar, como disse e bem Maria Clementina, na “liberdade condicional do homem sério” mas sim na possibilidade de “indefinição das fronteiras sociais sob a excitação orgiástica e alcoólica, ao lado da possibilidade de uma igual liberalização da mulher séria”³².

A mistura social era uma realidade que os intelectuais procuravam ocultar e que simultaneamente denunciavam ao tentar combatê-la. Uma das figuras carnavalescas portuenses mais conhecidas de então, o chamado Lixandre Zé Povinho (ou o Lavrador Alexandre³³), consciente

²⁸ CORBIN, 2001.

²⁹ Os decretos-lei de 29 de Março de 1890 procuram controlar, não só o direito de reunião (reuniões públicas, procissões e cortejos cívicos) e associação (clubes, grémios...), mas também os espectáculos públicos e representações teatrais, proibindo “os que contenham offensas ás instituições do estado ou seus representantes, provocação ao crime, criticas injuriosas ao systema monarchico-representativo fundado na carta constitucional e seus actos addicionaes, caricaturas ou imitações pessoais, referencias directas a quaesquer homens publicos ou pessoas particulares, ou offensas ao pudor ou moral publica.” [Art. 1º do decreto de 29-03-1890]. Este decreto veio alterar o de 15 Junho de 1870 sobre direito de reunião, direito garantido em toda a plenitude independentemente da licença prévia de qualquer autoridade. Este fora a base do edital portuense (1872) que regulara as práticas carnavalesca até 1892. (Decreto de Lei de 15 Junho de 1870 - Colecção de Legislação Portuguesa. 1890. p. 303-304; Edital do Governo Civil do Porto de 27 Janeiro de 1872. Cit. 108)

³⁰ CUNHA, 2001.

³¹ Falamos por exemplo dos galanteios e envoltimentos amorosos com personagens de categorias sociais mais baixas.

³² CUNHA. 2001. p 32.

³³ O Lavrador Alexandre (o industrial Alexandre Duarte Pereira), que ora envergava uma máscara tosca ora uma de cera feita por José Maria Coelho, seria apenas um exemplo dos muitos indivíduos que, não pertencendo ao universo social

da existência de duas realidades que pretendiam que fossem distintas, assim como do receio, por parte dos intelectuais, da quebra de hierarquias e afrouxamento das fronteiras sociais possibilitados por contactos físicos, este folião parodia esse medo social ao se apresentar ora como Zé Povinho de aspecto popular ora de aspecto mais burguês, numa belíssima charge carnavalesca à sociedade e seus fantasmas.

Outra das práticas carnavalescas que se tornara alvo preferencial da crítica da imprensa e das proibições do governador civil foi o chamado jogo de entrudo, o qual consistia em molharem-se e sujarem-se uns aos outros com pós de sapato, de goma, ovos, tremoços, grão de bico, água choca aspergida com uma bisnaga que tinha a forma de uma seringa ou com qualquer outro utensílio que servisse para arremessar esse líquido³⁴. Percorrendo as ruas do Porto, durante a época carnavalesca, o forasteiro podia encontrar “nuvens de pós, ovos de sapatos, cascas de laranja, tudo quanto enfim servia para estragar e inutilizar as roupas do próximo, [sendo] jogado em grande gritaria e com grande satisfação dos gaiatos que invadiam os lugares mais frequentados pela multidão, sob o pretexto de vêr desfilar os mascarados”³⁵. Se a máscara era um adereço indispensável na época carnavalesca, os pós, os ovos, os tremoços, a bisnaga e tudo quanto a imaginação pudesse produzir, eram tidas como armas essenciais para os foliões. Fazer uso delas, arremessá-las indiscriminadamente, ou não, a todos aqueles que deambulavam pelas ruas, parecia ser a principal forma de diversão carnavalesca da época.

Ainda que durante um longo período os intelectuais pretendessem fazer passar a ideia de que a sua preocupação prendia-se com a prática em si, argumentando que o arremesso de um projectil ao outro podia causar ferimentos ou conflitos, é possível captar, em diversas crónicas, o sentido fulcral da sua preocupação: uma mistura social inaceitável e considerada perigosa. Em 1887, um dos múltiplos “retrospectos diários” onde dominava a crítica ao entrudo dizia: “os pós jogaram-se, mas em família, e ainda bem”³⁶. Ou seja, este jogo apenas era criticado quando praticado ou por indivíduos das classes mais baixas que, jogando entre si, faziam dos outros, incluindo indivíduos de categorias superiores, alvos preferenciais, ou quando estes últimos decidiam colaborar na brincadeira gerando uma mistura social momentânea não desejada. Quando jogado em espaços distintos era já aceitável, pelo menos num primeiro momento, pois as hierarquias existentes no interior da folia não estavam a ser postas em causa. Os pós podiam-se jogar em família, ou seja, em casa e entre iguais, devendo a rua ser deixada para os populares³⁷. As janelas começam a não ser suficientes para garantir essa diferenciação. Esperava-se que a existência de espaços diferenciados para o jogo do entrudo viesse reafirmar e garantir a perpetuação

mais baixo e até integrando, muitas vezes, o outro extremo, ocultados pela máscara e traje carnavalesco percorriam todos os espaços de folia. Diferenciados pela imprensa, uma vez que pertenciam à classe burguesa, nem sempre estavam livres de críticas.

³⁴ Houve um ano em que os bombeiros voluntários “se metteram em um carro, levando consigo uma pequena bomba com que esguichavam para outros carros mais ou menos prevenidos para o effeito.” (in” *Tripeiro*. serie II. ano I. n.º 3 (1919) p. 64.); ver notícia do *Comércio do Porto*, 26-02-1884.

³⁵ *O Sorvete*, 26-02-1882.

³⁶ *Comércio do Porto*. 24-02-1887

³⁷ Quando mais tarde se apercebem de que não conseguiam convencer alguns dos foliões pertencentes à boa sociedade a recolher-se, optam por conquistar as ruas na época carnavalesca, invadindo-a com o seu Carnaval organizado.

das hierarquias neste domínio festivo, à semelhança do que ocorria na primeira metade do século XIX e anteriores. Mas, na segunda metade dessa centúria, numa sociedade em que se dissolviam normas e hierarquias de tempos idos, em que se multiplicavam os *status* e emergiam novas personagens sociais com universos culturais cada vez mais específicos e heterogéneos, as regras existentes no mundo da folia parecem tornarem-se mais fracas, tendentes a uma maior indefinição de limites sociais que anteriormente pareciam assegurados. As regras do jogo já não assentavam na dicotomia festa do povo/festa dos dominantes, espaços para uns/espaços para outros. Os limites destas práticas culturais e dos espaços da festa carnavalesca já não eram os das classes sociais.

Na primeira metade do século XIX, as famílias conceituadas jogavam o entrudo (jogo do painel) mas geralmente no interior da sua casa, num dos seus compartimentos ou, preferencialmente, nos seus quintais/jardins privados. Nesta data os excessos da festa pareciam estar concentrados nos banquetes e no chamado “jogo do painel”³⁸, o qual era em tudo semelhante ao do entrudo: tinha as mesmas armas e os mesmos objectivos (arremessar algo ao outro), embora incluísse toda uma série de práticas que o ultrapassava³⁹. A grande diferença residia no facto de o jogo do painel se realizar em espaços diferenciados: no espaço fechado do lar para as principais famílias, ficando a rua como o espaço para os grupos inferiores. Esta diferenciação era apenas um reflexo da diferenciação social existente no interior destas práticas festivas, embora em ambos os momentos estivessem presentes características como a permissividade tocando, por vezes, a esfera da imoralidade.

Esta brincadeira da primeira metade do século XIX não era, por diversas razões, duramente criticada pela imprensa. Em primeiro lugar, porque quando praticada por famílias consideradas distintas a sua condição social estava sempre assegurada, já que ocorria em território que era seu domínio. Se no interior do lar o dono da casa podia atirar pós, água e tremoços, não só aos seus iguais mas também aos criados, estes jamais podiam fazer o mesmo. O seu espaço para entrar era outro: a rua. Nela se divertiam com os da sua condição social⁴⁰. Em segundo lugar, mesmo que, eventualmente, as diversões se tornassem mais permissivas para com os empregados, sendo realizadas entre as paredes da casa estavam protegidas dos olhares e juízos alheios, situação que parece alterar-se na segunda metade do século XIX.

Se até ao final do século XVIII e entrando mesmo pelo XIX, práticas carnavalescas como o jogo do painel pareciam estruturar-se sobretudo com base em laços familiares, reflectindo ainda uma sociedade rígida e hierarquizada que começava a desmoronar-se, a partir daí as práticas

³⁸ Carnavais no Porto: como se divertiam os nossos maiores. *O Tripeiro*. Porto: [s.n.]. série III. ano I. n.º 4 (1926), pp. 52-53

³⁹ Muitas das brincadeiras que fazem parte deste *jogo do painel*, como o “*rabo leva na saia*”, o breu na cadeira, o pó das comichões ou a estopa metida nas filhoses, identificadas como paralelas ao jogo do entrudo, eram práticas comuns a outros carnavais da mesma época. Era o caso do Carnaval carioca, no qual era vulgar a confecção de empadas recheadas de insectos, assim como os carnavais em Espanha. CARO BAROJA. 1965; CUNHA, 2001.

⁴⁰ Mesmo quando os fidalgos decidiam divertir-se pelas ruas, as hierarquias no interior da folia continuavam sempre bem definidas num reflexo das da sociedade, cujos limites não estavam ainda ameaçados. (ex. No reinado de D. Maria I (1777-1816) os fidalgos saíam com os seus cavalos pelas ruas e perseguiam as *salóias*, arrancavam perucas com as espadas e invadiam os bailes dos populares terminando tudo numa batalha de entrudo). (O Entrudo Contemporâneo. *Ilustração Portuguesa*. 11-02-1907).

festivas vão reflectir a mudança que ocorria a nível da estrutura sócio económica, numa sociedade estruturada em níveis e cujo critério de hierarquização passava pelo factor económico, ou seja, “fortuna e poder haviam-se reunido para inaugurar uma nova forma de valorizar gente e comportamentos”⁴¹ Geradora de novos hábitos e géneros de vida, entre os quais o gosto pela separação do espaço privado (lar) e do público, esta nova estrutura sócio económica (sociedade burguesa) vai gerar instrumentos próprios de organização do lazer urbano e nos quais vai deixando a sua marca . Com o aparecimento e multiplicação dos locais públicos de convívio, os lazeres vão abandonando, cada vez mais, o espaço restrito do lar. Esta vinda da burguesia para a rua, nomeadamente na cidade do Porto onde a burguesia comercial estava expressivamente representada, traduziu-se também numa intervenção na festa carnavalesca. Do espaço privado que era o lar passaram para as ruas, espaço público que estava já ocupado e que tinham de partilhar. Ainda que procurassem continuar a garantir a existência de limites sociais bem definidos no mundo da folia, em caso de permissividade os foliões burgueses já não estavam protegidos dos olhares críticos.

Numa época de redefinição social, de enraizamento de novos critérios de classificação (poder e fortuna), de surgimento de novos personagens que não sabiam ainda muito bem que lugar ocupar num sistema social inadaptado às mudanças em curso e em que as normas de uma sociedade hierarquizada pareciam também desmanchar-se, era necessário que as regras e as hierarquias estivessem bem definidas pelo menos no interior da folia, diferenciando os burgueses dominantes dos que se encontravam em ascensão e dos pertencentes aos escalões mais baixos, onde alguns tinham começado ⁴².

Neste contexto não se podia permitir que elementos da burguesia dominante participassem nesse Carnaval, possibilitando uma convivência social que nada dignificava esse grupo de acordo com os valores da época, ainda mais quando esta se caracterizava por uma total ausência das regras comportamentais exigidas em sociedade. As memórias de José Saraiva sobre a sociedade portuense do período em estudo, deixam transparecer essa mesma realidade quando recorda os bailes de máscaras do Palácio de Cristal, nos quais o jogo do entrudo estaria presente, assim como “a fina flor da burguesia e do comércio”, acrescentando que “alguns deles, homens sisudos e ponderados, atiravam n’essas noites com a sisudez e ponderação para trás das costas e toca a folgar à doida mesmo com o riso de verem as costas amolgadas por algum espectador que embirrem com os seus excessos”⁴³.

A dualidade das atitudes destes burgueses era assim uma realidade indiscutível. Se por um lado a sua imagem exigia dos “papás sisudos, mamãs cheias de gravidade” comportamentos regrados e consonantes com o que ditavam os diversos manuais de civilidade existentes, por

⁴¹ QUEIRÓZ, 1992.

⁴² Nessas camadas inferiores, criticadas e associadas pela imprensa ao Carnaval de rua, estavam os caixeiros, considerados mesmo os heróis desse Carnaval, categoria profissional pela qual passaram alguns negociantes portuenses endinheirados, que acabaram por integrar essa importante burguesia comercial portuense.

⁴³ SARAIVA, 1933: p. 145. José Saraiva apresenta uma lista de nomes de indivíduos que frequentavam os bailes do Palácio, alguns pertencentes à destacada burguesia comercial e industrial portuense. Os próprios jornalistas, que também combatiam estas práticas, percorriam vários salões com *a máscara de jornalista* tendo por *objectivo* noticiá-los nos dias seguintes. A verdade é que também se deslocavam a todos esses espaços que criticavam e se envolviam em todo o ambiente de folia.

outro, a chegada do reinado do Momo levava-os a quebrar todas as suas regras⁴⁴: misturavam-se com as classes inferiores, atiravam pões aos outros, riam alto, apresentavam-se despenteados e “folgavam à doida”. O oposto do que os manuais recomendavam.

Esta dualidade de atitudes de muitos portuenses na época carnavalesca, parte delas opondo-se às regras comportamentais exigidas a determinados indivíduos pela sociedade, podendo pôr em causa a imagem social dos mesmos, compreender-se-á melhor se, como nos alerta Isaura Queirós⁴⁵, tivermos em conta que qualquer rito, inclusive os carnavalescos, tem sempre uma dupla marca: a do mito e a da sociedade. É nele que estes dois mundos se interpenetram. O mito apresenta o Carnaval como a festa em que é permitido abolir todas as regras quotidianas, praticar todos os excessos e ultrapassar todos os limites da folia. É a este mito que os foliões carnavalescos dão expressão, mas através de um ritual organizado com regras que seguem a lógica da sociedade em que emergem. Os foliões que o põem em prática, ainda que influenciados pelo mito, são um produto dessa mesma sociedade que é a sua. Mito e sociedade não têm necessariamente que se harmonizar, podendo opor-se. Ora, o mito carnavalesco das civilizações ocidentais opunha-se à sociedade, uma vez que apelava ao desregramento, mito que se foi mantendo independentemente da alteração das formas rituais e dos significados sociais que trespassam as mesmas e que se alteram com o emergir de uma nova estrutura social. Assim, quando chegamos ao final do século XIX e nos deparamos com a emergência de um Carnaval burguês que se vinha implantando, com ritos (corso) e objectivos (afirmação de poder) diferentes, verificamos que estas eram ainda governadas pelo mesmo mito. O Carnaval continuava a ser referido como um momento de inversão, sem regras e onde eram permitidos todos os excessos humanos, à semelhança dos festejos em honra dos deuses da antiguidade greco-romana, aos quais faziam remontar a festa. Mito de uma sociedade em que as regras comportamentais tinham na moralidade e no pudor algumas das suas linhas mestras. Esta contradição, entre a sociedade a que pertencia a festa e o mito que a governava, reflectia-se na existência de atitudes contraditórias, enquanto expressões do ritual que eram. Influenciados pelas regras da sociedade os indivíduos seriam sisudos e quando jogassem o entrudo seria entre iguais; regidos pelo mito excediam-se e foliavam com os de outra categoria social, mesmo que para tal tivessem que recorrer à máscara.

Não era a festa carnavalesca que se opunha à sociedade pois, citando Isaura Queirós, “nascendo numa determinada sociedade a festa não entra em contradição com ela pois ambas pertencem à mesma ordem das coisas: a ordem do vivido”⁴⁶. A contradição está antes entre a sociedade e o mito. Reunindo estas duas dimensões, a festa do Momo é algo bem mais complexo que o captado por um simples olhar. Se é fundamental seguir as pistas abertas por autores como Le Roy Ladurie e sobretudo Heers na perspectivização deste momento festivo, ou seja, compreender as suas práticas e significados enquanto expressão de uma realidade concreta e à luz da qual devem ser observadas, não limitando a perspectivização à de uma simples festa de inversão social momentânea, não podemos no entanto deixar de ter em atenção que esta ideia continuava a

⁴⁴ Aliás o mesmo é referido em relação ao Lavrador Alexandre sobre o qual se diz que “*desde que afivella a carêta parece transformar-se-lhe o temperamento. Surge um outro, um novo homem*”.

⁴⁵ QUEIRÓS, 1992

⁴⁶ QUEIRÓS, 1992. p. 218

povoar o imaginário de então e a desencadear actividades colectivas ou individuais⁴⁷. Assim, movidos por um mito, quebravam-se códigos numa sociedade que tinha neles elementos fundamentais no balizar de fronteiras sociais.

Desta forma, ainda que existisse sempre, nas folias do dia (carnaval de rua), um elemento de diferenciação entre os mascarados, fosse a riqueza da máscara ou a forma como desfilavam, a cavalo e em trens ou, num outro extremo, a pé, “confundiam-se” pelas atitudes, no momento em que se deixavam seduzir pela prática do entrudo, arremessando pós, utilizando estalos, balotes e outros artefactos proibidos.

Um dos factores que contribuía para o facto desta prática de jogar entrudo estar extremamente viva em todos os estratos sociais e dificilmente desenraizável dos seus costumes, prendia-se com o sentido amoroso que lhe estava associado. A prática de arremessar algo ao outro, quando efectuada entre sexos opostos, parecia tomar o sentido de uma linguagem amorosa, estranha ao nosso olhar⁴⁸ mas compreendida pelos protagonistas e de cujos códigos pouco sabemos para além de que, por vezes, juntamente com o projectil eram enviados versos de amor. Por outro lado, a contribuir para que os elegantes continuassem sucumbindo à sedução deste jogo, estava a actuação da sociedade elegante da capital que, apesar das medidas proibitivas do governador Pereira Cunha e que lhe valeram a comparação ao intendente Pina Manique, continuava a divertir-se em batalhas entrudescas, nas quais as principais armas chegavam a ser comida acompanhada de cartuchos de gesso⁴⁹. E tudo sob o olhar impotente da autoridade. Não esqueçamos porém que estas práticas carnavalescas recebidas por herança haviam sido, durante décadas, práticas de reis e de fidalgos, que assim teriam dado o exemplo a toda a sociedade⁵⁰.

Esta preocupação com uma momentânea indefinição das fronteiras sociais no interior da folia, na qual dominam as mesmas práticas e alguns espaços susceptíveis de se tornarem comuns, justificava em parte a luta, encetada por alguns elementos das principais hostes sociais, para a eliminação desta festa do Momo, com todas as suas características incomodativas, e a criação de outro Carnaval. Este deveria responder ao seu código de valores, os seus objectivos e um novo modelo de festa.

⁴⁷ QUEIRÓS, 1992.

⁴⁸ Talvez não nos pareça tão estranho se nos recordarmos que à utilização de lenços ou leques também estivera associada toda uma linguagem amorosa codificada. Aliás, esta linguagem codificada associada à utilização de um objecto é algo que conseguimos identificar em diversos aspectos da realidade, como num simples jogo de cartas.

⁴⁹ Ver o artigo sobre o baile carnavalesco realizado no Teatro S. Carlos em 1902 e que ficou conhecido como o “*baile das sanduiches*”, por acabar numa batalha de entrudo que as incluía entre as armas de arremesso utilizadas. Ver *A Paródia*. 19-02-1902. p. 62.

⁵⁰ Como atrás referi, os fidalgos do reinado de D. Maria praticavam impunemente pelas ruas as maiores *tropelias* para com os populares, invadindo os seus bailes, que terminavam numa batalha de entrudo entre ambos. O rei D. José (1750-1777) havia, já anteriormente, tomado parte nas *tropelias* dos chamados capotes brancos. [O Entrudo Contemporâneo. *Ilustração Portuguesa*, de 11-02-1907). Quando a corte se deslocou, na sequência das invasões francesas, para a colónia brasileira levou na bagagem a prática do entrudo, sendo conhecidos episódios envolvendo D. Pedro I (D. Pedro IV de Portugal). [CUNHA, 2001. p. 325. Já após as vicissitudes da guerra civil, uma geração de janotas carnavalescos batia-se nas ruas e nos salões, continuando a dar assim o exemplo.

Chegados ao início do século XX encontramos, em termos de festa pública carnavalesca, coexistência de práticas que emergem e se promovem e outras que se combatem e que agonizam. As ruas eram partilhadas pelos mascarados avulsos, bandos de músicos ambulantes fantasiados, mascaradas, cavalhadas ou, excepcionalmente, cortejos alegóricos de sociedades carnavalescas que, na década de oitenta, começaram a dar sinal de si. Encontramo-nos num período em que o processo de alteração do modelo e sentidos inerentes à festa entra efectivamente em aceleração e no qual a burguesia terá um papel significativo, extremamente contextualizado no devir da sua época.

Para compreendermos a diversidade destas práticas que compunham o Carnaval de rua portuense nas últimas décadas do século XIX, as quais sofreram na primeira metade do século XX uma transformação irreversível, temos que perspectivar esta Festa do Momo como uma herança que vai sendo transportada pelo tempo e recriada, com acrescentos e abandonos, por todas as épocas que lhe vão imprimindo a sua marca⁵¹.

Durante todo o século XIX, o Carnaval portuense apresentava-se como um conjunto de absorções de práticas de outros momentos festivos, mais ou menos transformadas, desde danças, charivaris, cavalhadas, mascaradas (incluindo encenações de sentido cómico e figuras gigantes como Serpes ou Dragões), para além de todo um conjunto de personagens saídas das mais diversas realidades. A base era ainda o modelo de festa processional e não o modelo de festa barroca, ainda que já conhecido e aplicado a outras festividades públicas. Daí a utilização de expressões como procissões carnavalescas, na legislação da segunda metade do século XIX relativa a estas práticas. A não alteração do modelo festivo carnavalesco e dos seus instrumentos não significou que estes não pudessem ser utilizados para servir outros interesses para além da diversão e da sátira. Exemplo disso são as cavalhadas, presentes no carnaval de rua, e a oscilação das suas temáticas. Estas, que desfilavam pelas ruas por mãos de gente fina, prática absorvida de outras manifestações, como os torneios de cavaleiros medievais, ou desfile de ordens de cavalaria e embaixadas, vêm os seus temas oscilar entre a alusão a uma realidade quotidiana, sem qualquer pretensão de sátira social (*A Caçada* - 1887), e a encenação ao melhor estilo rabelisiano, com a sátira a atingir, preferencialmente, os costumes do mundo rural e não os de uma sociedade burguesa à qual eles pertenciam (*As eleições na Aldeia* - 1872; *O casamento na Aldeia* - 1871). Ainda no domínio da exploração do grotesco e da crítica aos costumes, os seus temas eram absorvidos de outros momentos festivos, nomeadamente do universo dos negros (*Entrada Rainha do Congo*). Num outro extremo e afastando-se do espírito carnavalesco, as cavalhadas que, podendo aludir a um determinado momento histórico, não apresentavam qualquer elemento grotesco, servindo apenas como um momento de exibição do poder económico e social dos que as integravam.⁵²

Será a conjugação destas tendências, inerentes a esta prática carnavalesca específica, que transformará o préstito carnavalesco, composto por carros alegóricos e carros críticos, numa oportunidade não apenas de folia mas também de exibição e consolidação de poderes, de

⁵¹ VOVELLE, 1985.

⁵² Ver BRITO, 2004. cap. II.

veiculação de ideias e modelos, a nível político, cultural e até económico (carros reclame). Servindo os interesses de alguns, reflectiam uma estrutura sócio-económica que há longas décadas se vinha organizando e deixando a sua marca nos diversos domínios do social, inclusive nesta festa.

A par desta realidade festiva cuja estrutura é uma herança de outras heranças, e mesmo antes da adopção do modelo de festa barroca e da imposição do cortejo carnavalesco com carros alegóricos, um novo Carnaval estava a emergir. Promovido por uma burguesia que entendia os momentos de lazer como devendo ser um tempo útil, o Carnaval passa a estar também ao serviço de outros objectivos para além dos de folia ou da sátira social. A exibição de um poder pessoal e a obtenção de lucro passam a fazer parte, ao lado do tradicional *ridendo castigat mores*, dos sentidos múltiplos inerentes às exibições carnavalescas. A emergência destes novos sentidos da festa do Momo levará, a longo prazo e por acção de sociedades carnavalescas, à alteração do modelo desta festa pública, do processional para o das alegorias barrocas. Com o primeiro sinal a surgir na década de oitenta será necessário esperar pelo início do século XX e pelo Clube Fenianos para que este processo seja acelerado e se torne mais efectivo, como veremos.

3 - Num momento em que a imprensa intensificava a luta contra determinadas práticas e pela edificação de um Carnaval Moderno, não vendo resultados práticos dessa actuação, nem mesmo da actuação da autoridade (editais), decide mudar de estratégia e apelar directamente à burguesia, exigindo que tomasse uma posição e promovesse, à semelhança de Nice e Veneza, uma nova Festa do Momo. As duas principais cidades do País, Porto e Lisboa, responderem ao apelo.

Em 1903 a capital era palco de um curso carnavalesco, no qual desfilaram carros alegóricos e grupos carnavalescos, próximo do que ocorria noutras cidades europeias consideradas difusoras de modelos de civilização. Este curso integrava-se no programa das festas carnavalescas organizadas, em Lisboa, pela Associação da Imprensa. Socorrendo-se da estratégia utilizada pelos homens da imprensa de outras capitais (p. ex. Rio de Janeiro) esta associação promove um concurso de exibições carnavalescas a desfilarem na Avenida da Liberdade – chamado Carnaval da Avenida. Os critérios de avaliação do mesmo reflectiam o objectivo da iniciativa: organização e imposição de uma nova festa pública carnavalesca nos principais dias de folia: a do Carnaval Civilizado. No ano seguinte (1904), a Festa do Momo da capital era já notícia na imprensa portuense.

Confrontados com a concorrência da cidade rival e com a pressão exercida pelos principais periódicos de então, um grupo de portuenses conceituados, pertencentes sobretudo à burguesia comercial e industrial, decidiram responder ao apelo da imprensa e associar-se efectivamente à sua luta contra o entrudo, organizando-se para tal numa sociedade carnavalesca (Clube Fenianos Portuense. 1904). Sendo estes perspectivados pela intelectualidade como a principal alternativa aos jogos tradicionais do Momo, como os responsáveis pela organização de uma nova festa carnavalesca – Carnaval Civilizado -, importa compreender em que medida a burguesia e a intelectualidade encastelada no Clube Fenianos utilizaram a herança do Carnaval portuense deixada pelo século XIX e a transformaram de acordo com o seu universo de valores e interesses (civilização, lucro e poder).

O objectivo primeiro era anunciado como sendo o de civilizar o Carnaval portuense.⁵³ Civilização era o acto de civilizar e civilizar implicava promover e mostrar o que era civilizado ao que não o era, estando-lhe assim inerente uma lógica de diferenciação e distinção que de forma alguma se pretendia por em causa, numa contradição entre valores e actuação. Civilizar o outro não queria significar elevá-lo à mesma condição social ou eliminar as fronteiras sociais. Procurando impor a sua concepção do mundo, os intelectuais e os outros grupos dominantes, defensores da civilização, procuravam modelar o lazer do outro, impondo os seus modelos com o objectivo teórico de civilizar. Mas, na realidade prática, o objectivo era dominar, uma vez que, sendo este um tempo vazio, a desfrutar como se entendesse, podia tornar-se um tempo perigoso. Foi o que se passou com o Clube Fenianos e a organização do seu Carnaval Moderno, o qual deveria impor-se a todas as outras práticas carnavalescas, tornando-se um exemplo de civilização.

A imagem desta festa carnavalesca burguesa, enquanto vitória do Carnaval Civilizado sobre o Entrudo e as suas práticas, foi construída ao pormenor. Em colaboração directa com a organização deste novo Carnaval – o Feniano –, as autoridades tomaram algumas medidas extraordinárias: Para além da habitual proibição do jogo do entrudo e da utilização de artigos carnavalescos como balotes, estalos, bisnagas ou ovos de cheiro, os representantes da autoridade ordenaram e efectuaram “buscas” aos diferentes estabelecimentos da cidade, de forma a apreender os referidos artigos que se encontrassem à venda. O objectivo era impedir que estes fossem utilizados nos dias de realização do Carnaval Feniano, o qual tinha como missão acabar com o Entrudo. Ainda assim a sua ausência não estava garantida uma vez que parte das armas utilizadas no jogo de entrudo era de fabrico artesanal ou de fácil aquisição (pós de sapato, farinha ou tremoços). Esta onda de receio está na origem de outra das medidas tomadas por ocasião destas festas: o que a imprensa chamou de “uma verdadeira caça aos larápios (levados para o Aljube Novo) e aos mendigos” (levados para o Aljube Velho). Outras prisões efectuadas foram as de alguns foliões que, todos os anos, acabavam a folia atrás das grades, face aos excessos que protagonizavam. Tudo deveria sair perfeito. O Carnaval Feniano decorreria assim numa cidade civilizada, onde os mendigos e os larápios pareciam não existir e onde os foliões pareciam ter esquecido as bisnagas, os pós ou os ovos de cheiro utilizados no ano anterior. Ora, os mendigos e os larápios estavam detidos, assim como alguns dos mais entusiastas (perigosos) praticantes dessas folias; as armas de arremesso tradicionais encontravam-se supostamente todas apreendidas⁵⁴.

A existência de uma rede de influências a vários níveis, sustentada pelas relações dos muitos sócios distintos do Clube, fora fundamental, quer na organização deste Carnaval burgues⁵⁵ quer

⁵³ O seu programa civilizador não se resumisse à promoção da Festa do Momo. Era apenas uma das muitas causas que esta burguesia e intelectualidade abraçavam no seu amplo projecto de Civilização e Progresso. Ver BRITO, Sandra - Associativismo recreativo cultural - sentidos de uma prática. O Clube Fenianos Portuenses. Revista da Faculdade de Letras: História. Porto: FLUP, 2004, III Série. vol. 5, pp. 75-100.

⁵⁴ Mesmo assim havia quem vendesse os artigos proibidos e quem os comprasse. O *Comércio do Porto* de 5 Março de 1905, que dias antes publicara o edital do governador civil proibindo a venda de alguns artigos carnavalescos, anunciava: *Mascaras – “De cartão, cera, setim e panninho; estalos, balotes e mais artigos de Carnaval. Antigo depósito continuo na rua das flores n.º 240 e 242. Francisco Rodrigues Santarém.*

⁵⁵ A extensa lista de agradecimentos que todos os anos era publicada nos relatórios comprova a importância dessa rede de influências na organização das Festas Públicas Carnavalescas Fenianas.

na sua efectiva realização/imposição, nomeadamente no que respeita ao controle/ aniquilamento das práticas carnavalescas tradicionais.

O Carnaval Civilizado parecia assim ter vencido e o sucesso das suas festas iniciais parecia garantir um futuro risonho para esta festa burguesa, contrariamente ao destino do Carnaval dito popular. Mas, como veremos, esta vitória que anunciavam como definitiva era, na verdade, relativa. A harmonia que associavam à descrição destas festas era também aparente. Aliás, quando se procura explicar o porquê da efémera existência deste Carnaval Feniano ou Burguês, na cidade do Porto (apenas 5 anos) assim como a diminuição da sua popularidade, remetemo-nos para o seu carácter artificial. A artificialidade de uma festa carnavalesca (burguesa) que pretendia fazer de uns actores e de outros espectadores, limitando a alguns uma folia que era tida como de todos, trespassada de sentidos que, não sendo característicos da folia carnavalesca tradicional, eram, num segundo momento, motivo de indiferença por parte dos tradicionais foliões que, durante o reinado do Momo, desciam às ruas principalmente para se divertir, esteve na origem da decadência do Carnaval Burguês Feniano e conseqüente abandono desta parte do projecto Feniano de civilização⁵⁶.

Embora os Fenianos se tivessem proposto a uma acção pedagógica de civilizar o Carnaval portuense, as suas intenções não parecem ter sido as de ensinar o outro de forma a permitir-lhe seguir livremente o seu exemplo, mas de controlar e dominar as suas práticas, impondo-lhe o seu modelo de festa – Carnaval burguês. Procuraram reduzir as práticas carnavalescas a um sistema que consideravam dever ser válido para todos (o seu) atitude que, segundo Baroja, é muito antiga e própria dos que sustentam convicções, mas impossível de realizar⁵⁷.

Socorrendo-se da herança carnavalesca de todo um século (XIX), os Fenianos vão recrear a Festa do Momo de acordo com os seus valores e objectivos (lucro e poder e reforço de hierarquias).

No que respeita ao lucro enquanto um dos pilares desta nova festa, a análise de todo o processo inerente à organização e concretização da mesma torna evidente essa realidade. Antes de mais importa dizer que a organização destas festas implicou um enorme esforço que envolveu não apenas o Clube (comissão de Carnaval) mas toda a cidade: o comércio, os poderes públicos, as companhias de transportes, os teatros, os editores musicais, a imprensa assim como a própria população. Eram diversas as formas de colaboração por parte dos portuenses para as festas Fenianas, sendo talvez a mais importante a que se traduzia no apoio em termos financeiros. As contribuições por parte dos comerciantes nelas estabelecidos, que atingiam, no seu conjunto, valores significativos, suportavam a quase totalidade do custo das festas. Esta participação não era, de forma alguma, desinteressada. Ao assinarem a subscrição, procuravam garantir a passagem do curso Feniano pela rua onde se localizavam os seus estabelecimentos comerciais, uma vez que esta significaria, certamente, um aumento considerável dos seus negócios (lucros), em consequência da aglomeração de pessoas nos locais que corresponderem ao seu itinerário.

⁵⁶ Num primeiro momento, o Carnaval Feniano atingiu níveis de popularidade elevadíssimos, sendo esta sustentada por todos, inclusive pelos populares, cujas práticas eram combatidas. Sobre as razões da popularidade do Carnaval Feniano assim como da sua rápida decadência, numa evolução oposta ao que se passara, por exemplo, com as sociedades carnavalescas cariocas, que lhe haviam servido de modelo, ver BRITO, 2004. CAP. II.

⁵⁷ CARO BAROJA, 1985.

No entanto, o Carnaval Feniano não servia apenas para dinamizar o comércio da cidade (objectivo a que se propunha⁵⁸) pelo o número de forasteiros que atraía e que encheram os seus hotéis, cafés, restaurantes...; mas também ao suscitar a promoção e comercialização de produtos denominados de *Fenianos*. Entre os múltiplos exemplos extraídos dos periódicos da época destacam-se as “bolachas fenianas”, produzidas pela conhecida fábrica Pampulha, os lenços, as bengalas e as gravatas fenianas (vendidas no Bazar Feniano), o “vinho feniano”, à venda na Adegas Feniana, as inúmeras partituras musicais designadas de polkas ou walsas fenianas⁵⁹, ou então as porcelanas fabricadas pela Vista Alegre, aludindo ao Carnaval Feniano. Viviam-se uma espécie de “*fenianismo*” na cidade. Tudo parecia de facto ser Feniano.

Para além da proliferação destes produtos, a festa carnavalesca feniana dinamizava as mais diversas formas de comércio: surgiam anúncios do aluguer de janelas e varandas para assistir à passagem do corso, vendiam-se postais e guias do Carnaval Feniano⁶⁰, aos quais se juntava o já habitual comércio de artigos carnavalescos, atingindo níveis elevadíssimos durante estas Festas. Em 1905, a imprensa anunciava o esgotamento de todos os stocks dos diversos estabelecimentos comerciais da cidade. Este aumento da procura começara a estimular novas indústrias, nesta fase ainda de pequena dimensão e de carácter excepcional, como é exemplo a montagem de uma máquina que produzia quatro mil serpentinas/ hora (na fábrica de papel pintado da Casa Veludo), artigos comercializados a preços mais baixos que os estrangeiros⁶¹. Outro exemplo fora o da fábrica Barbosa e Companhia (Massarelos) que, em 1906 e na sequência da pressão fiscal que se abateu sobre a aquisição de confetis de papel (produto importado), resolveu produzir pequenos fragmentos de cortiça colorida de forma a substituí-los. A fábrica diversificava assim a sua actividade industrial, passando a servir as folias do Momo. A longo prazo outras indústrias de produtos carnavalescos fariam parte dos empreendimentos de industriais portuenses (lança-perfumes).

Se interesses económicos – lucro – justificavam as contribuições dos comerciantes e industriais da cidade para a realização do Carnaval Feniano, destacando-se as quantias registadas nos «Livros de Ouro do Carnaval do Clube» (onde grandes negociantes e industriais portuenses faziam inscrever os seus nomes), por outro lado condicionavam a estrutura da própria Festa (Carnavalesca Feniana). Um dos primeiros sinais da presença de “sentidos económicos” neste Carnaval burguês prendia-se com os itinerários do corso, em cuja elaboração influíam não apenas aspectos urbanísticos, mas sobretudo económicos (devia abranger todas as ruas cujos moradores tivessem contribuído financeiramente) e até sociais (influência de redes de amizade). Mas onde este sentido comercial, característico desta nova Folia do Momo (Carnaval Burguês), se tornava mais evidente era no momento - mor da festa, ou seja, no desfile do cortejo carnavalesco de terça feira (concurso de alegorias), nomeadamente através da exibição dos chamados carros-reclame. Estes pertenciam aos principais estabelecimentos comerciais da cidade, os quais

⁵⁸ Manuscrito: *Estatutos do Club Fenianos Portuenses*. Porto. 1905. 20 fls. - ADP – Fundo: Governo Civil do Porto. Série: Associação Estatutos. Maços 118-192.

⁵⁹ ACFP - Fundo: CFP; Série: Músicas e Letras. Ver também, nos Livros das Actas de Direcção, os pedidos de autorização ao Clube para utilizar o seu nome nos referidos produtos comercializáveis.

⁶⁰ *Comércio do Porto*, 17-02-1905 (Referência à publicação de um Guia dos Festivais do Carnaval de 1905).

⁶¹ *Primeiro de Janeiro*, 30-01-1906.

representavam⁶². A sua elaborada composição cenográfica, na maioria das vezes concebida por artistas plásticos conceituados como o cenógrafo Augusto Pina, para além de pretender publicitar os seus produtos, funcionava também, pela sua imponente, como mais um instrumento de confirmação pública do poder económico e social dos que os mandavam construir.

É assim evidente que este Carnaval Feniano (burguês), organizado de acordo com os pilares de uma sociedade burguesa (lucro, poder e civilização), responde inteiramente a um dos seus principais interesses (económico-lucro).

- Outro dos pilares da sociedade burguesa que sustenta a reorganização desta festa carnavalesca é a afirmação e consagração pública de um poder. Aliás, a exibição de um poder como característica dos corsos, vinha já sendo afirmado em algumas exhibições carnavalescas do final do século XIX (cavalhadas). Analisando o curso Feniano (principal momento das suas festas públicas) verificamos que, paralelamente às exhibições que podemos designar de carnavalescas, na medida em que integram foliões fantasiados ou aspectos grotescos característicos desta folia (grupos musicais mascarados, carros alegóricos e críticos), desfilavam todos os anos trens, coches, charretes, automóveis, que podiam estar ou não ornamentados com flores, conduzindo cavalheiros, damas e crianças da sociedade portuense dita elegante, pertencentes à família feniana. Estes carros, a que chamamos de distinção e cujos integrantes se apresentavam vestidos com os seus trajes habituais (cavalheiros de fraque e chapéu alto e as damas com vestidos de passeio), poderiam desfilarem em qualquer outro momento que não fosse o Carnaval. A presença de um número significativo destes carros não carnavalescos no curso Feniano, recorda que este não era um simples momento de folia carnavalesca espontânea. Era uma folia controlada, prevista e que respondia aos interesses vários dos seus organizadores, entre eles a exibição pública do seu poder económico e social.

Paralelamente a estes objectivos, a organização do novo Carnaval contava com a pressão da imprensa para que as hierarquias sociais fossem restabelecidas no interior desta folia, acabando por também a condicionar. Respondendo a estes dois interesses, o curso Feniano transformava-se num momento público de consolidação de uma imagem e de um poder por parte dos que o organizavam e integravam (ex. dirigentes fenianos), assim como numa estratégia de restabelecimento das fronteiras no interior desta folia, ao desfilarem perante um povo que, com o objectivo de o dominar, remetiam à categoria de espectador passivo.

Os indivíduos que desfilavam no curso Feniano, apontados com sendo a elite do Clube (integrando a da cidade), não usavam qualquer máscara. Eles pretendiam ser vistos e reconhecidos no alto dos seus carros e dos seus cavalos, numa posição de contraste com os que os observavam a um nível inferior, ou seja, nos passeios das ruas. Esta diferenciação social e reforço das hierarquias na folia carnavalesca (os foliões activos eram, nesse momento, os burgueses, enquanto os populares haviam sido remetidos à condição de espectadores passivos), estendia-se também ao público.

⁶² Alguns dos carros reclame exibidos nos corsos Fenianos (1905-1909): Carros dos Armazéns Cunha (1905-1º prémio); da fábrica de Oeno-Cerveja (1905-2º prémio); da fábrica de Rolhas Barbosa e C.^a; da fábrica de bolachas Pampulha; do depósito do Ponche Rei São; do Bazar 9 de Julho, da Camisaria Confiança, da Fábrica de Moinhos e Torradores, da farmácia Pombeiro, do Jornal de Notícias ...

Para os restantes elegantes que pretendessem observar o corso, uma vez que a participação era restrita a alguns membros dos fenianos e apenas aos portuenses que eles autorizassem (o que se opunha ao espírito da festa do Momo como festa de todos), foram construídas bancadas em várias praças da cidade. Os preços dos lugares deixavam claro o público a que se destinavam. Para além das bancadas, restavam como opções a ocupação das janelas e varandas da sua casa ou das famílias das suas relações, ou então alugadas para o efeito. O importante era que as famílias elegantes distintas não se misturassem com os espectadores populares. Esta Festa do Momo (feniana) parecia restabelecer as fronteiras no interior desta folia, o que há muito a intelectualidade reclamava: em baixo (passeios) e afastados do corso estavam as camadas populares; no alto dos carros ou dos cavalos, assistindo nas bancadas ou janelas, estavam as famílias distintas. Em baixo os inferiores, supostamente submetidos; no alto o luxo, a ostentação, o domínio burguês. Simbologias que pareciam repor o sentido de hierarquia no interior da festa pública carnavalesca. Para os Fenianos e para os representantes de outras sociedades carnavalescas que foram surgindo (Girondinos⁶³), era a “substituição de uma forma individualista e anárquica do carnaval (...) por uma brincadeira organizada, intelectualizada e comandada do alto dos carros (...) e expurgada das impurezas populares”⁶⁴ e que contaminavam alguns dos seus iguais. Nesta festa carnavalesca organizada cabia aos Fenianos a função de dirigir essa folia, definir como, onde e quando brincar, assim como quem nela podia participar activamente (no corso), tornando-a previsível, controlável e com as suas fronteiras sociais reforçadas (teoricamente).

Esta pretensão das classes dominantes (no Porto a burguesia comercial, industrial e financeira) de chamar a si a concepção e imposição de determinados modelos culturais e sistemas de valores, numa tentativa de importar o modelo francês de civilização e progresso (o que implicava a rejeição de todas as formas de expressão popular), e que teve na festa carnavalesca um balão de ensaio, foi tema de discussão para a intelectualidade da época. Importantes cronistas de então começam a questionar-se sobre esta imposição de um modelo (importado) de Carnaval burguês, com o objectivo declarado de civilizar costumes, mas cujo principal resultado se lhes apresentava apenas como a transformação do Carnaval português numa espécie de “procissão publicitária e exibicionista”, de que fala, aliás, Carlos Malheiro Dias nas suas “Cartas de Lisboa”⁶⁵. Para outros, como João Chagas, a civilização da Festa do Momo não era possível sem uma anterior civilização dos costumes portugueses. Para ele a civilização passava antes pela formação de um povo de cidadãos⁶⁶, ou seja, pela intervenção na sociedade e na política, anteriormente à intervenção no domínio das festas. Considerava ser necessário educar “um povo inculto e tido como bárbaro”, de forma a torná-lo digno da condição de cidadão. Não se tratava apenas de criar um novo Carnaval (moderno), mas principalmente um país, assente em valores de modernidade e progresso, uma nação onde se falasse de cidadãos e não de grupos secundarizados.

⁶³ Aprovados os seus estatutos a 26 de Outubro de 1905, os Girondinos surgem na cidade tendo como principal objectivo a organização de festejos carnavalescos (art. 5º - Estatutos do Clube dos Girondinos, 1905). A .D.P – Fundo Governo Civil- Série Associações/Estatutos – Maço 147, n.º 272.

⁶⁴ CUNHA, 2001. p. 98.

⁶⁵ DIAS, 1907. p. 147-148.

⁶⁶ CHAGAS, 1905.

A procura do reforço das hierarquias no interior desta folia, numa sociedade cuja mentalidade parecia ainda, de forma geral, influenciada pela de uma sociedade de classes, fora um forte mobilizador da organização deste Carnaval burguês. No entanto, integradas no contexto político específico da época, as novas correntes ideológicas apresentavam discursos de aproximação social, nos quais estavam presentes noções como nação, destino comum e cidadão. Mais do que reforçar hierarquias através de “manifestações diferenciadas” e conflituosas, era considerado preferível, por alguns, e necessário formar cidadãos com ideias e valores aproximados. Desta forma, as manifestações (carnavalescas ou não) concebidas pela parcela intelectualizada da sociedade identificar-se-iam como “povo”, entendido como nação e não apenas com uma determinada(s) categoria(s) social(s). Procurava-se, na verdade, resolver alguns impasses e contradições com que se deparavam os promotores das novas folias civilizadas (ex. Carnaval dos Fenianos). Estas vinham, por exemplo, introduzir divisões na festa pública colectiva, reforçar hierarquias, atribuindo a cada um papéis diferenciados (passivos e activos), ainda que os seus promotores defendessem uma ideologia progressista, implicando necessariamente a abordagem de noções próximas do igualitarismo como fossem a de nação, povo ou cidadão activo. Eram impasses de uma sociedade que defendia ideias de igualitarismo e que não parecia estar preparada para os aceitar.

Esta discussão pública sobre a Festa do Momo parece ter exercido alguma influência sobre os Fenianos, especialmente no momento em que as suas festividades começavam a apresentar os primeiros sinais de decadência, traduzindo-se numa alteração dos seus estatutos: deixa de ser uma sociedade carnavalesca para se tornar “um núcleo de maior intervenção cívica”⁶⁷. Aliás, importa dizer que os sentidos do projecto Feniano colocados em prática num segundo momento, nomeadamente através de iniciativas que resvalavam para o domínio da política, podiam já ser apreendidos na festa carnavalesca feniana⁶⁸. Não podemos esquecer que o curso Feniano funcionou também, e principalmente, como instrumento difusor de valores e ideias próprias que os seus promotores pretendiam impôr à sociedade em geral. Faziam-no através das alegorias exibidas nos carros carnavalescos, críticas ou não (carros críticos/carros alegóricos), mas que encerravam sempre uma mensagem, compreensível para uns e indecifrável para outros.

4 - Conscientes da efemeridade deste Carnaval Burguês da cidade do Porto, remetemo-nos, ainda que de uma forma sucinta, à questão da concretização dos objectivos Fenianos enquanto sociedade carnavalesca. Em relação ao baluarte que hasteara (independentemente dos restantes objectivos) – o de civilizar a festa e as práticas carnavalescas mostrando o exemplo a seguir -, parece ter obtido alguns resultados, mais ou menos efémeros.

O contributo Feniano efectuou-se, principalmente, através do exemplo, levando, por um lado, à organização de cursos pelos académicos portuenses e, por outro lado, à transposição deste modelo de Festa do Momo para outras realidades. Mas, se a intenção Feniana de civilizar o Carnaval, entendido como a adopção de préstitos organizados, com carros alegóricos, críticos

⁶⁷ *Estatutos do Club Fenianos Portuenses*. Porto: Typographia Mendonça, 1912. (ACFP – Fundo: CFP. Série: Estatutos.)

⁶⁸ Ver BRITO, Sandra - Associativismo recreativo cultural - sentidos de uma prática. O Clube Fenianos Portuenses. Revista da Faculdade de Letras: História - Porto: FLUP, 2004, III Série. vol. 5, pp. 79-100.

ou de reclame, em substituição da festa carnavalesca anárquica, deixou alguns discípulos, este objectivo só em parte foi atingido (o que não anula a sua efectiva responsabilidade na aceleração definitiva de um processo de transformação das folias de Carnaval).

Se os estudantes aprenderam de facto a organizarem-se, decidindo mesmo fundar a Associação dos Estudantes (1911)⁶⁹, o que se reflectiu na organização das suas folias carnavalescas, por outro lado, os mascarados individuais (que desfilavam pelas ruas de forma anárquica, jogando entrudo e entregando-se a outras práticas carnavalescas) continuaram a marcar presença na Festa do Momo. Aliás, o próprio Carnaval dos Estudantes dividia-se em dois momentos distintos: o curso formal e as brincadeiras anárquicas que também traziam para a rua. Desta forma, torna-se evidente que a adopção, por parte de alguns carnavalescos, do modelo organizado do Carnaval Feniano (curso), não significou uma efectiva vitória do Carnaval Civilizado (entendido como o fim das tradicionais práticas carnavalescas). Se é certo que se vivia um momento de rápida alteração dos artigos carnavalescos, com a maior utilização de confetis, lança-perfumes e serpentinas (produtos civilizados que os Fenianos distribuíram gratuitamente aos foliões, acelerando de forma definitiva um processo que já estava em marcha), este não anulou, de imediato, a utilização de bisnagas, ovos de cheiro, pós e tremoços. Caso contrário não seria necessária a constante repetição dos editais proibitivos em relação a essas mesmas armas, nem sequer encontraríamos actualmente, durante a época de Carnaval, artigos de sentidos muito próximos⁷⁰. Em simultâneo com os cursos organizados dos estudantes e com a utilização de confetis e serpentinas, encontramos todo um conjunto de folias que testemunham a existência de todo um conjunto de práticas carnavalescas que os Fenianos procuravam civilizar (substituir), nomeadamente as batalhas de entrudo.

Desta forma, torna-se evidente, o projecto de civilização do Carnaval portuense (bandeira ostentada pelo Clube), entendido como a erradicação de determinadas práticas, não foi atingido na totalidade.

Por fim, importa deixar registado um aspecto interessante inerente a todo este processo de transformação da festa carnavalesca:

Se as brincadeiras carnavalescas marcadas pelos excessos, incluindo a de arremessar algo ao outro, foram sendo combatidas pela autoridade (editais), mas os seus artigos foram sempre produzidos e comercializados, dado o lucro que traziam; à medida que se efectua uma lenta substituição das armas carnavalescas de tipo caseiro pelas industrializadas, levando à criação de novas indústrias (lança-perfumes, confetis, serpentinas) e à dinamização do comércio, os festejos do reinado do Momo e muitas das duas práticas (mesmo as consideradas excessivas) passam a estar protegidas pelos interesses económicos. Exemplo desta curiosa realidade foi o movimento

⁶⁹ ADP – Fundo Governo Civil- Série: Associações : Estatutos; do maço 130 a 155.

⁷⁰ Apesar das inúmeras tentativas, ao longo do tempo, de acabar com as práticas do entrudo, elas foram resistindo, quase na sua forma pura nos meios rurais e na sua forma civilizada ou industrializada nos meios urbanos. Se na época carnavalesca percorrermos algumas casas comerciais na cidade do Porto, não conseguimos encontrar pós de sapato, mas encontramos pós de espirrar e de comichão. Não conseguimos encontrar ovos de cheiro, mas podemos comprar uma dúzia de bolas de mau cheiro. As bisnagas, assim designadas, nas mais diversas formas [caneta, revólver, máquina fotográfica, animal...] encontram-se em todo o lado.

em defesa da folia carnavalesca, vivido na cidade do Porto em 1917, e que teve como principais protagonistas, não os foliões, mas os principais representantes do comércio, indústrias e serviços ligados às folias do Momo: os empresários e arrendatários das casas de espectáculo e salões de baile, assim como os fabricantes e comerciantes de artigos carnavalescos⁷¹. Os protestos que se fizeram ouvir decorreram da deliberação do Governo que proibia os festejos carnavalescos⁷². Curiosamente, ou não, vamos encontrar importantes associações da cidade, inclusive o Clube Fenianos, a defender esses jogos carnavalescos (os quais mantinham vivos os sentidos do jogo do entrudo). O Carnaval não era, nesse momento, perspectivado como um momento de folia, mas como uma oportunidade de lucro, reconhecendo-se a importância destas práticas para algumas indústrias, casas comerciais e de espectáculo. Não era pelas folias que comerciantes e industriais se debatiam, mas sim pela falta de lucros e mesmo prejuízos que a sua ausência significaria. O receio dos empresários em ter os seus salões de baile vazios durante a época carnavalesca, caso se proibissem estas práticas, mostra como o Carnaval, quer do ponto de vista da folia quer do económico, já não era concebido sem a existência das mesmas. Mais civilizadas, mas não menos perigosas (balotes e estalos) nem de sentidos tão diferentes, elas eram agora incentivadas em vez de combatidas. O sentido económico que lhe estava inerente alterara a posição de muitos que as combatiam. Vencia assim um dos objectivos do Carnaval Burguês: o lucro.

Mas não foi apenas este objectivo que triunfou, O mesmo ocorre em relação ao Poder, ou melhor, à afirmação e consolidação de uma imagem pública. Não podemos esquecer que o projecto Feniano de Civilização e Progresso, o qual incluía a organização do Carnaval Burguês nas primeiras décadas do século XX, foi, na verdade, a aposta de “alguns” num projecto alargado que procurava responder aos interesses individualizados de projecção social. Num processo em que o estreitar de relações sociais e a promoção de uma imagem se revelaram importantes e em que o associativismo (pertencer ao Clube Fenianos) servira de base, a proximidade destes homens com os órgãos de poder (efectivo e paralelo, de âmbito local e até nacional) era uma realidade desejada e concretizada. Para além de terem conseguido pôr em marcha um amplo projecto de civilização, foram também sendo ganhas as apostas individuais dos Fenianos cujos objectivos passavam pela instrumentalização do Clube em favor de uma projecção pessoal (a nível social e de âmbito já nacional).

Estes homens, que para além dos muitos títulos que tinham eram também Fenianos, inscreveram o seu nome na História da cidade do Porto, pela aposta num projecto de Civilização, que incluía também, mas não apenas, a importação e imposição de um novo modelo de festa carnavalesca” – o Carnaval Burguês.

⁷¹ Ver “Civilizar ou lucrar? In BRITO, 2004. cap. II.

⁷² Art. 1º e 4º do Edital do Governo Civil do Porto, de 03-02-1917 (publicado no Comércio do Porto do dia seguinte).

Fontes e Bibliografia

1. Abreviaturas

ADP – ARQUIVO DISTRITAL PORTO
 AHMP - ARQUIVO HISTÓRIO MUNICIPAL PORTO
 ACFP – ARQUIVO CLUBE FENIANOS PORTUENSE
 AFCFP - ARQUIVO FOTOGRÁFICO CLUBE FENIANOS PORTUENSE
 BPMP – BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL PORTO

2. Fontes Manuscritas e Impressas

Álbum do Zé Povinho. Porto: Clube Fenianos Portuenses. 1908.
Estatutos do Club Fenianos Portuenses. Porto: Typographia Mendonça, 1912. 22 p. - ACFP – Fundo: CFP. Série: Estatutos.
Relatórios Club Fenianos Portuenses: Relatório de Direcção. Porto: Typographia a Vapor Empreza Guedes, [1905-1920] . - ACFP – Fundo: CFP. Série: Relatórios de Direcção. Lv.1-15.

Periódicos e Revistas

A Paródia. Lisboa: editor Cândido Chaves, [1900–1905]
Ilustração Portuguesa: Revista de acontecimentos da Vida Portuguesa. 2ª série.
Jornal de Notícias (Porto – 1865 a 1920)
O Comércio do Porto (Porto -1854 a 1920)
O Feniano Portuense. Porto: Empreza Guia Comércio e Industria de Portugal, 1910. n.º único. 36 p.
O Primeiro de Janeiro (Porto- 1869 ...)
Os Pontos. Porto: Lytographia Nacional, [1895-1905].
Os Pontos e Vírgulas. Porto: Lytographia Nacional, [1893-95].
O Sorvete. Porto: [s.n.], [1879-1892].
O Tripeiro: Repositorio de Noticias Portucalenses Antigas e Modernas. Porto: [s.n.], 1908-2002

Periódicos Carnavalescos

Carnaval de 1892: Os Cinco Sentidos. (Porto. 1862).
Echo Feniano e Girondino. Porto: Costa & Carvalho, 1906. N.º 1 – 11 [Fevereiro a Dezembro] .
Echo Feniano e Girondino: suplemento ao n.º 3. Porto: Costa & Carvalho, Maio 1906.
Echo Feniano e Girondino no Carnaval de 1907-08. Porto: Costa & Carvalho, 1908.
Carnaval de 1954 : Bodas de ouro do Clube Fenianos Portuenses. Porto: [s.n.], 1954.
O Porto Carnavalesco. Porto: Empreza Litteraria e Typograohica, 1906-1908. n.º 1-3.
O Porto Carnavalesco. Porto: Tipografia Leitão, 1939. n.º 4.
O Porto em Camisa: carnaval de 1905. Porto: [s.n.], 1905. Número único.

Outros:

BANDEIRA, Pedro – *Fenianices: Novos Monólogos*. Porto: Empreza Litteraria e Typographica, 1906.
 NUNES, R. . - *À Feniana: Monólogo em verso*. Porto: Empreza Litteraria e Typographica, 1905.

ADP

ADP – Fundo: Governo Civil. Série: Licenças. Livros de Licenças para Espectáculos Públicos – Lv. I–VI [1873-1921];

ADP – Fundo : Governo Civil do Porto. Série : Associações – Estatutos. Maços 101, 118-120, 130-155 (1634-1925) e 186-192.

ADP – Fundo: Governo Civil do Porto. Série: Registo de Alvarás. Lv. 16-36.

ACFP

ACFP – Fundo: CFP. Série: Documentação Legal. Pasta: Estatutos do Clube Fenianos. 1904 e 1912.

ACFP – Fundo: *Clube Fenianos Portuenses: Série: Carnaval. Pasta: documentos vários.*

Literatos e Cronistas

CHAGAS, João – *Homens e Factos: 1902-1904*. Coimbra: França Amado Editor, 1905.

DIAS, Carlos Malheiro – *Cartas de Lisboa: 1904*. Lisboa. Livraria Clássica Editora. 1905.

DIAS, Carlos Malheiro – *Cartas de Lisboa: 1905-06*. Lisboa. Livraria Clássica Editora. 1907.

LEITE, Arnaldo – *O Porto em 1900*. Porto : Livraria Figueirinhas, 1952

PIMENTEL, Alberto – *O Porto há Trinta Anos*. Porto: Livraria Universal, 1893. 284 p.

– *O Porto por fora e por dentro*, Porto: Livraria Figueirinhas, 1945. 277 p.

– *O Porto na Berlinda: memórias de uma família portuense*. Porto: Casa Chardron, 1894. 281 p.

SARAIVA, José – *Á Porta do Lino*. Famalicão: Minerva, 1933. 379 p.

3. Bibliografia

ARAÚJO, Hiram – *Carnaval: Seis Milénios de História*. Rio de Janeiro: Gryphus. 2003.

ARIÉS, Philippe; DUBY, George (dir) – *História da vida Privada*. Porto: Afrontamento. 1989-1991. 5 vol.

BAKTIN, Mikhail – *A Cultura Popular na Idade Média e Renascimento*. São Paulo/Brasília: Hucitec, 1987.

BOURDIEU, Pierre – *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989. 311p. ISBN 972-29-0014-05.

BRAGA, Theófilo – *O Povo Português nos seus costumes, crenças e tradições*. Coleção Portugal de Perto. Publicações Dom Quixote, 1985. 2 vol.

BRETÃO, José Noronha – *As danças do entrudo uma festa do povo: teatro popular na ilha Terceira*. Angra do Heroísmo: Direcção Regional de Cultura, 1998-2001. 2 vols. ISBN 972-647-176-1.

BRITO, Sandra – *Clube Fenianos Portuenses: um projecto de civilização, uma busca de projecção. Tese de mestrado*. 2004. FLUP (texto policopiado).

BURKER, Peter – *Cultura Popular na Idade Média*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CARO BAROJA, Julio - *El Carnaval*. Madrid: Taurus, 1965. 398 p.

CARVALHO, José Murilo – *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 166 p. ISBN 85-7164-128-5.

CARVALHO, José Murilo – *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 196 p. ISBN 85-85095-13-X.

CASTRO, Maria Laura Viveiros de – *Carnaval Carioca: dos bastidores ao desfile*. Rio de Janeiro. Funarte ed. UFRJ. 1994.

- CAVALCANTI, *Maria Laura Viveiros de Castro* – *O Rito e o Tempo: ensaios sobre o Carnaval*. 9ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. 111 p. ISBN 85-200-0485-7
- CHARTIER, Roger – *A História Cultural. : Entre Práticas e Representações*. Porto: *Afrontamento*, 1990.
- CIAPPELLI, G. – *Carnevale e Quaresima. Comportamenti Sociali e Cultura a Firenze nel Rinascimento*. Roma: Storia e Letteratura. 1997
- CORBIN, Alain – *História dos Tempos Livres*; trad. De Telma Costa. Lisboa: Teorema, 2001. 514 p. ISBN 972-695-464-9
- CRUZ, Maria Antonieta - *Os Burgueses do Porto na Segunda Metade do Século XIX*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1999. 711 p. ISBN 972-8386-23-0. Tese de Doutoramento.1994
- CUNHA, Maria Clementina Pereira – *Ecos de Folia: uma História Social do Carnaval carioca entre 1880 e 1920*. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 396 p. ISBN 85-359-0104-3 . Tese de Doutoramento.
- DAUMARD, Adeline – *Hierarquia e Riqueza na Sociedade Burguesa*. S. Paulo: Perspectiva, 1985.
- DAUMAR, Adeline (dir.) – *Ousiveté et loisirs dans les ociétés occidentales au XX siècle*. Abbeville: Imprimerie Paillart, 1983
- ELIAS, Norbert – *O Processo Civilizacional*. Lisboa: Publicações D. Quixote. 1989-1990. 2 vols.
- ENES, Carlos – *O Carnaval em Vila Nova*. Lisboa: Edições Salamandra, s/d. 57p.
- FABRE, Daniel – *Carnaval ou la fête à l'envers*. Paris. Gallimard. 1992.
- FERNANDES, Rui; ROCHA, Álvaro; RODRIGUES, Delfim – *Carnaval de Ovar : 1952-1993*. Ovar: Câmara Municipal de Ovar, 1993. 239 p.
- HEERS, Jacques – *Festas de Loucos e Carnavais*. Lisboa: Dom Quixote. 1987
- GOMES. Mário José Afonso Gomes – *Da Vida Social em Elvas : As Instituições de Sociabilidade de Finais do Século XIX a Meados do Século XX*. Lisboa : Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1996. 286 p. Tese de Mestrado em Literatura e Culturas Portuguesas.
- LADURIE, Le Roy – *Le Carnaval de Romans*. Paris: Gallimard. 1979.
- LAZARI, Alexandre – *Certas coisas não são para que o povo as faça- o carnaval em Porto Alegre 1870-1915*. Campinas: IFCH- Unicamp. 1998.
- LOUZADA, Wilson (org.) – *Contos de Carnaval : antologia de grandes autores*. Rio de Janeiro: Tecnoprint Gráfica. 1965. 366 p.
- LUSO, Henrique – *O Carnaval*. Lisboa : Ferreira & Franco Editores, 1934. 5 p.
- MARQUES, A . H. Oliveira – *Guia da História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1981. 663 p.
- MATTA, Roberto da – *Carnaval, Malandros e heróis: para uma sociologia do carnaval brasileiro*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco. 1997. 350 p.
- MEIRELES, José – *Pelo Porto*. Famalicão: Fernando Machado editores, 1941.245 p.
- NORTON, Mário – *Carnaval do Porto*. Porto: CFP. 1955. Número único. 24 p.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga – *Festividades Cíclicas em Portugal*. 2ª edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995. 557p.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga – *Subsídios para o estudo do Entrudo em Portugal: O Enterro do João*. Separata do Douro Litoral. [Série VI. n.º VII-VIII]. Porto: Imprensa Portuguesa, 1959.
- PAÇO D'ARCOS, JOAQUIM – *Carnaval e outros contos*. Lisboa: [s.n.], 1958.
- PEREIRA, Leonardo Affonso Miranda - *O carnaval das Letras*. Rio de Janeiro. Secretaria Municipal da Cultural. 1994.
- PICÃO, José Silva – *Através dos Campos: usos e costumes agrícola-alentejanos*. Coleção Portugal de Porto. Publicações Dom Quixote, 1983.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira – *Carnaval Brasileiro : o vivido e o mito*. S. Paulo: editora Brasiliense. 1992. 240 p. ISBN. 85-11-08074-0.
- RÁMON, José; OXEA, Fernandez – *Carnevaes en Extremadura*. Separata das Actas do colóquio de Estudos Etnográficos Dr. José Leite Vasconcelos. Porto: [s.n], 1959.

- RAMOS, Luís A. Oliveira (dir.) – *História da Cidade do Porto*. 3ª edição. Porto: Porto editora, 2000. ISBN 972-0-06276-2.
- SEBE, José Carlos – *Carnaval Carnavais*. São Paulo: Ática, 1986. 96 p. ISBN 85 08 01168 7. *Seminários de Carnaval II*. Salvador : UFBA [Universidade Federal da Bahia], 1999. 250 p.
- SIMSON, Olga de Moraes von - A burguesia se diverte no reinado de Momo. *São Paulo: FFLCH-USP, 1984 (mimeo)*. Tese de mestrado.
- SOIHET, Rachel – *A Subversão pelo riso: estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1998, 198 p. ISBN 855-225-0259-5
- TEIXEIRA, Almerinda – *O Discurso e a Máscara: Testamentos Carnavalescos*. [S.l.: s.n.]. DL. 1986. (Lisboa: Graf. Vitoriana Picheleira). 1 vol.
- TINHORÃO, José Ramos – *As Festas no Brasil Colonial*. S. Paulo: editora 34, 2000. 176 p. ISBN 85-7326-165-X.
- TINHORÃO, José Ramos – *A imprensa carnavalesca no Brasil: um panorama da linguagem cômica*. 1ª edição. São Paulo: Hedra. 2000. ISBN 85-87328-16-6. Tese de Mestrado.
- VIEIRA, Joaquim (dir.) – *Portugal Século XX: Crónica de Imagens*. [s. l.]: Círculo de Leitores, 1999–2001. Vol. I - X. ISBN 972-42-1909-7
- VOVELLE, Michel - *Ideologías y mentalidades*; trad. de Juana Bignozzi. 1ª edição. Barcelona: Ariel, 1985. 327 p.

4 - Artigos

- ALVIM, Maria Vilas Boas e – A Festa em Portugal: alguns exemplos de festejos públicos e divertimentos privados em idos de setecentos (1750-1800). – *O Tripeiro*. série VII. n.º 3 (ano 18 -1999), pp. 79-87]
- BRISSET, Demetrio – El Carnaval Ibérico. Um festin para los sentidos. *La Aventura de La Historia*. Madrid: Arlanza Ediciones. Ano III. N. 28 (Febrero 2001), pp.56-61.
- BRITO, Sandra – Sensaborão ou Espirituoso: uma viagem ao carnaval portuense da 2ª metade do século XIX. – *O Tripeiro*. Porto: [s.n.]. VII. série. ano XXI. n.º 2 (Fevereiro 2002). pp.36-40.
- BRITO, Sandra - Associativismo recreativo cultural - sentidos de uma prática. O Clube Fenianos Portuenses. *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto: FLUP, 2004, III Série. vol 5, pp. 79-100.
- BUEZO, C. - *El carnaval y otras procesiones burlescas del viejo Madrid*: Madrid, 1992
- CIAPPELLI, Giovanni – Um festin para los sentidos. *La Aventura de La Historia*. Madrid: Arlanza Ediciones. Ano III. N. 28 (Febrero 2001), pp. 46-51.
- CORVIO, Claudio – Un soplo de vida. Um festin para los sentidos. *La Aventura de La Historia*. Madrid: Arlanza Ediciones. Ano III. N. 28 (Febrero 2001), pp. 66-68.
- GRINBERG, Martine - Necios, feos, cornudos y locos. Um festin para los sentidos. *La Aventura de La Historia*. Madrid: Arlanza Ediciones. Ano III. N. 28 (Febrero 2001), pp. 51-55.
- MIRANDA, Tercio – *Figuras que marcaram no Carnaval do Porto : o Lixandre, Zé Povinho*. – *O Tripeiro*. Porto: [s.n.]. série III. ano I. N.º 3 (1929), p. 71.
- SILVA, Zélia Lopes - *O Carnaval dos anos 30 em S. Paulo e no Rio de Janeiro: de festa da elite a brincadeira popular*. História. São Paulo: UNESP. vol. 16 (1997), pp.185-204.
- VENTRONE, Paola – Las mil Caras de la fiesa. Um festin para los sentidos. *La Aventura de La Historia*. Madrid: Arlanza Ediciones. Ano III. N. 28 (Febrero 2001), pp. 62-66.
- VILHENA, João Jardim - Um cortejo alegórico no Porto em 1743. *O Tripeiro*. Porto: Typographia Empreza Guedes. Série V, ano 15. n.º 11.(1950). pp. 252-253

Oswaldo Truzzi, Ana Silvia Volpi Scott

Pioneirismo, disciplina e paternalismo nas relações de trabalho entre proprietário e imigrantes no século XIX: o caso da colónia de Nova Lousã, em São Paulo*

R E S U M O

Em 1867, João Elisário de Carvalho Monte-Negro, natural da Lousã, adquiriu uma fazenda em terras do atual município de Pinhal, no estado de São Paulo, batizando-a de Nova Lousã. Importava seus conterrâneos para trabalharem como mão de obra livre e assalariada, em uma sociedade em que ainda vigora a escravidão. Ao longo de 20 anos, sua propriedade prosperou, sendo tomada como modelo de adoção do trabalho livre em São Paulo. Este trabalho procura discutir as relações entre colonos e fazendeiro na Nova Lousã. Argumenta-se que tais relações, sem dúvida avançadas para a época e para o contexto escravocrata em questão, são marcadas pelos vínculos de conterraneidade e por relações de paternalismo. Fontes de registro paroquiais, documentos e jornais recolhidos no Brasil e em Portugal são utilizados para a construção do argumento.

Introdução

Em meados do século XIX, a ascensão da então província de São Paulo ao concerto das regiões mais dinâmicas da economia brasileira ocorre em uma conjuntura de crise do sistema tradicional, escravista, de mobilização da força de trabalho. Se o Rio de Janeiro já dispunha, nos primórdios da economia cafeeira, de um contingente significativo de escravos, os fazendeiros paulistas, para fazer face à expansão do plantio, tiveram que arregimentá-los comprando-os sobretudo em províncias do Nordeste e em Minas Gerais, já que desde a Lei Eusébio de Queiróz (1850), a proibição do tráfico impedia a importação destes diretamente da África. Mesmo assim, ao longo dos anos, o regime escravista dava sinais de esgotamento: em setembro de 1871, a lei do Ventre Livre concedia liberdade aos filhos das escravas, ao mesmo tempo em que as alforrias, as fugas e o medo de rebeliões de escravos tornavam-se mais comuns.

Tal conjuntura contraditória, de carência crônica de mão de obra acoplada à ampliação das áreas cultivadas, incentivava a discussão e algumas experiências no emprego de trabalhadores livres por parte de frações da oligarquia, que vislumbravam para breve a abolição do trabalho servil. Importava equacionar não apenas quem seria o novo trabalhador, mas também um nova

* Trabalho originalmente apresentado no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. (Coimbra, 2004) e que faz parte integrante do Projeto “A Imigração Invisível: Portugueses no Brasil Independente”, financiado pelo CNPq.

forma de trabalho, que pudesse atenuar os custos e as turbulências associadas à transição para um novo regime.

Nesse contexto, pouco se cogitará sobre o emprego da própria população negra, ex-escrava, como mão de obra assalariada. E ainda que trabalhadores nacionais, tradicionalmente ligados à economia de subsistência de regiões externas à economia cafeeira, tenham sido em alguma medida recrutados, logo a dispersão destes, aliada às dificuldades de transporte e às apreciações desfavoráveis dos fazendeiros, terminaram por minar tal solução. A fazenda paulista empregará caboclos e cafuzos sobretudo em um conjunto de atividades sazonais ou ligadas à expansão da fronteira agrícola, exteriores à centralidade do plantio e cuidados permanentes dos cafezais. Por um momento, cogitou-se como ideal o emprego de laboriosos e resignados *coolies* chineses, mas logo essa alternativa também seria descartada¹. Assim sendo, a alternativa vislumbrada como mais viável pelos fazendeiros foi a importação do trabalhador europeu, disponível em abundância e disposto a se deslocar para a América em função das dificuldades por que passava o Velho Mundo.

Coube ao senador Nicolau Vergueiro a primeira experiência de importação de famílias de trabalhadores europeus – portugueses e depois alemães e suíços – para sua propriedade em Limeira, a fazenda Ibicaba. Vergueiro idealizara um contrato de parceria segundo o qual destinava-se à família do colono um certo número de pés de café para o cultivo e uma certa área de exploração para subsistência, em troca de uma remuneração proporcional ao montante de gêneros produzido pela família, descontadas as despesas de transporte, adiantamentos e recursos para a instalação inicial². Segundo Chiara Vangelista, “o exemplo de Vergueiro é logo seguido por outros fazendeiros: Vergueiro alarga sua atividade tornando-se agente de outros proprietários na procura de trabalhadores europeus (...); em seguida, torna-se bastante comum os fazendeiros paulistas irem diretamente à Europa à procura dos seus próprios trabalhadores”³.

Nesse contexto, ainda marcado pela predominância nas fazendas do regime escravista, mas assombrado pelo espectro da abolição que se avizinha, surge uma das primeiras experiências com o regime de trabalho livre de que se tem notícia, no município de Mogi Mirim, ao norte de Campinas. Em 1867, João Elisário de Carvalho Monte-Negro, português natural do município de Lousã (próximo a Coimbra, na região da Beira Litoral), adquiriu uma fazenda a meia distância entre o núcleo urbano de Mogi Mirim e o de Espírito Santo do Pinhal, batizando-a de Nova Lousã. Ao invés de tocar sua propriedade com o braço escravo, como ainda era comum à época, Monte-Negro preferiu importar conterrâneos de Portugal, recrutando-os na sua própria região de origem, o Concelho da Lousã.

Monte-Negro havia emigrado ele próprio, ainda jovem, ao Rio de Janeiro no início da década de 40⁴, dedicando-se inicialmente ao comércio, como caixeiro viajante. Seu pai, embora fosse médico de prestígio, envolvera-se em lutas políticas em Portugal que lhe renderam perseguições e considerável perda de patrimônio. Monte-Negro emigrou assim aos 18 anos para

¹ VANGELISTA, 1991.

² DAVATZ, 1941.

³ VANGELISTA, 1991:48-9.

⁴ MONTEIRO, 1985.

tentar a sorte no Brasil, prosperou como comerciante, ficando conhecido como o “rei dos viajantes”⁵ e, uma vez bem sucedido, resolveu investir seus capitais adquirindo uma propriedade em Pinhal. Mais tarde, Monte-Negro abriria outra colônia em Campinas, a Nova Colômbia, esta em sociedade com o capitalista Manoel de Almeida Barbosa.

Em Fevereiro de 1867, Monte-Negro, valendo-se do financiamento concedido pelo governo imperial para a importação de imigrantes, acertara a vinda de 29 compatriotas seus, para trabalhar na fazenda recém-adquirida. Com o passar dos anos, outros foram sendo trazidos. Em 1872, o proprietário conta que “o número actual de moradores do estabelecimento eleva-se a 80 entre homens, mulheres e crianças, sendo algumas já nascidas e baptizadas na Colônia”, informação confirmada pelo Almanaque da Província de São Paulo de 1873. “Naquelle número”, continua, “se comprehendem alguns artistas: carpinteiros, pedreiro, ferreiro, sapateiro, etc, sendo todos os empregados da casa naturaes da comarca da villa da Louzã, em Portugal”⁶. Três anos depois, Monte-Negro informou que o número de empregados da colônia era de 93, e que destes 17 crianças haviam nascido na colônia⁷. Finalmente, através de uma carta do proprietário a um conselheiro do império, sabemos que os indivíduos na colônia somavam 115 e 124, respectivamente, ao final dos anos de 1878 e 1879⁸.

Recrutamento

De fato, o sistema de recrutamento utilizado pelo proprietário da Nova Lousã não deixava de ser original: aproveitando-se de sua própria condição de imigrante, a escolha das famílias camponesas dispostas a emigrar era feita diretamente por ele, ou segundo suas indicações: “O sr. Monte-Negro é oriundo daquella mesma povoação, cujos habitantes elle conhece pessoalmente. Por isso, faz elle a sua escolha com pleno conhecimento de causa, e os recém-chegados se encontram, quase sem transicção, entre amigos de que apenas se achavam separados pelo lapso d’alguns annos”⁹.

Esse mesmo periódico credita a tal sistema de recrutamento boa parte do clima de boas relações vigente e do sucesso alcançado pelo estabelecimento de Monte-Negro. Subliminarmente, o articulista aponta a vantagem da seleção, capaz de evitar os maus elementos conturbadores da ordem: “Assim, no meio deste feliz conjuncto não há imposições e não há exigências: as relações de família, de amizade e de visinhança, firmadas na patria commum, se transportam á nova terra e sob estes auspícios se perpetuam tanto mais naturalmente, quanto os individuos que em todos os centros de reunião podem mais facilmente quebrar-lhes a ordem e a tranqüillidade, são d’ahi escrupulosamente desviados por uma escolha prévia”¹⁰.

⁵ MARTINS, 1999:54.

⁶ MONTE-NEGRO, 1872:1-2.

⁷ MONTE-NEGRO, 1875:10.

⁸ MONTE-NEGRO, 1879.

⁹ “GAZETA DE CAMPINAS”, 17 de outubro de 1872, apud MONTE-NEGRO, 1872.

¹⁰ “GAZETA DE CAMPINAS”, 17 de outubro de 1872, apud MONTE-NEGRO, 1872.

Uma nova base de remuneração

A atitude francamente pioneira de Monte-Negro foi a de instituir o emprego de mão de obra livre remunerada sob uma base estritamente salarial. De fato, nas condições da época, dificilmente se poderia esperar que outros fazendeiros, mesmo ensaiando o emprego de mão de obra livre em suas fazendas, abrissem mão de seus escravos. Na transição entre os regimes anterior à abolição, era comum que negros cativos e colonos livres convivessem lado a lado na fazenda paulista¹¹. Conforme relatou Louis Couty¹² à época, centenas de plantações realizavam a mistura de brancos e negros : “os escravos continuam a trabalhar em grupos sob os olhares dos feitores, em uma parte do cafezal; dividiu-se a outra parte entre os novos colonos, onde cada família tem seu pequeno lote, sua casa, sua cozinha. Esse estado de coisas dura de dez a doze anos em certas fazendas; em outras, de cinco a seis anos, sem nenhum inconveniente”.

Monte-Negro enxergava aí um grande problema que inibia a imigração em massa para o Brasil: *“a escravatura é também um grave embaraço á imigração expontanea da Europa, porque dá lugar a que ali se argumente (mais ou menos) que os colonos ou immigrants são tratados aqui como escravos, etc. V. exc., como digno paulista que é, tem sido testemunha dos infructiferos tentames que em varias fazendas, onde existem escravos, se tem feito para estabelecer colonos europeós”*¹³.

Na época, as relações de trabalho, fora do regime escravista, pautavam-se sobretudo pelos contratos de parceria ou de empreitada. Ainda que esse último sistema fosse um pouco mais favorável aos colonos contratados, ambos impunham-lhes um risco, deixando-os sujeitos às ocorrências mais ou menos freqüentes ora de geadas, ora de baixas de preço no mercado internacional.

*“O colono contractado na Europa para a Nova-Louzá”, argumentava Monte-Negro, “não vem sujeito aos riscos de maiores ou menores interesses: sabe logo qual o lucro que há de auferir. O mesmo, porém, não se dá com aquelle que vem contractado para o systema de colher café e limpá-lo, ou para trabalhar de parceria; este nunca pôde contar com lucro certo. Se, por exemplo, as geadas castigam os cafezaes, fica elle sem café a colher e com a despeza superior ao rendimento: pois que aquella é certa, e este, ás vezes, insignificante e variavel”*¹⁴.

Do ponto de vista de Monte-Negro, seu sistema apresentava pois inúmeras vantagens:

*“O systema, pois, adoptado no estabelecimento, para a distribuição do serviço, é o salário mensal, o único systema que deixa de produzir descontentamentos nos colonos, causar ou dar azo a queixas e até a sérios motins, como tem sido exemplo vivo algumas colonias d’esta bella provincia. O immigrant, que vem justo por salário, já sabe qual o interesse, que deve auferir, deixando de ser imbuido de promessas artificiosas, como é norma empregar-se para com aquelles, que são contractados, segundo o systema de parceria, que, salvo raras e bondosas excepções, só tem servido para desacreditar a colonisação na Europa”*¹⁵.

¹¹ VIOTTI DA COSTA, 1997.

¹² COUTY, 1884: 221.

¹³ MONTE-NEGRO, 1875:25.

¹⁴ MONTE-NEGRO, 1875:33.

¹⁵ MONTE-NEGRO, 1872:2.

Monte-Negro, ao expor suas razões, comenta as dificuldades no relacionamento entre fazendeiros e colonos, deixando entrever as difíceis condições de negociação para esses últimos, e os muitos embustes a que estavam sujeitos:

*“Chega um colono á provincia e entra na colonia, supponhamos, com uma divida de 150\$000. O fazendeiro, em regra, faz-lhe entrega de certo e determinado numero de pés de café, já cansados ou velhos, em terreno baixo, e por conseguinte mais sujeito a acção destruidora da geada. No fim do anno o pobre colono, em vez de ter amortisado a sua divida, augmentou-a consideravelmente, porque a geada queimou-lhe o cafezal e elle para poder subsistir e sua familia, teve de recorrer á bolsa do proprietario e augmentar, portanto, o seu debito e aggravar a sua triste situação”*¹⁶.

Além do exposto, Monte-Negro levanta outro ponto essencial capaz de envenenar e inviabilizar as relações de parceria na relação entre patrões e empregados - a assimetria das informações disponíveis para ambos:

*“(...) para adoptar-se o systema de parceria, é indispensável que exista uma completa confiança entre o fazendeiro e o colono, e entre pessoas, que não se conhecem, como há de dar-se esta circumstancia? A confiança, pois, é substituida pela desconfiança. O proprietario é, em regra, quem manda ao mercado, nas praças maritimas, os generos coloniaes ou agricolas e a venda destes faz-se segundo suas indicações e só no fim do anno é que o colono recebe a conta e a parte, que lhe pertence dos generos vendidos. Conhecemos muitos fazendeiros de uma honradez e probidade á toda prova, que possuem grandes e importantes colonias nesta provincia, mas que apezar da sua probidade não estão salvos das desconfianças dos seus empregados ou consocios. O colono nem por isso deixa de queixar-se que foi illudido na venda do café. Onde está a causa? Está no vicio do systema de parceria”*¹⁷.

Batendo na mesma tecla, Holloway comenta em seu livro que, “além de ficar à mercê da natureza e do mercado mundial, o parceiro estava sem proteção contra fraudes da parte do fazendeiro. Após entregar a colheita, o trabalhador não tinha controle algum sobre o processamento da venda”. Aponta ainda que o próprio filho do senador Vergueiro mais tarde reconheceu que em grande parte o sistema de parceria falhara devido aos trabalhadores estarem “sempre desconfiados, convencidos de que o proprietário queria fraudá-los em operações como pesagem, transporte, venda, etc. de sua produção”¹⁸.

Do conjunto dessas circunstâncias, emergia um conjunto de problemas que acabaram desacreditando o sistema de parceria:

“A imprensa da provincia e até mesmo a da côrte amiudadas e repetidas vezes tem publicado queixas amargas dos colonos de varias fazendas em relação á sua sorte, que se acha aggravada com o crescente e espantoso augmento de suas dividas; e, em mais de uma colonia teve a authoridade que syndicar destes factos, aliás pouco agradaveis para o fazendeiro e para o immigrante. Nas colonias, como a de que tratamos, onde impera o systema do ordenado mensal, só em circumstancias anormaes para o trabalhador deixará este de ter pago o seu debito no fim de 18 mezes. O empregado Antonio da Serra, um dos fundadores do nosso estabelecimento e que ainda nelle reside com toda a sua familia, entrou na Colonia com sua mulher e sete filhos, sendo dois muito creanças, os quais pouco ordenado

¹⁶ MONTE-NEGRO, 1872: 3.

¹⁷ MONTE-NEGRO, 1872: 4.

¹⁸ HOLLOWAY, 1984: 113.

*recebiam por causa de sua pouca idade. Apesar dessa circunstancia e entrar sobrecarregado com uma divida superior a 600\$ no fim de 16 mezes estava quite*¹⁹.

E sentenciava: “*o sythema de parceria está condemnado. O de empreitada apenas em parte é admissivel. O único que pôde substituir e auxiliar a lavoura do paiz é o de salario*”²⁰.

Apesar de todos esses argumentos, o sistema salarial proposto por Monte-Negro teve em sua época pouca aceitação na província²¹. O sistema de parceria, que como vimos expunha o colono a muitos riscos, evoluiu para a empreitada e em seguida para um sistema de remuneração *sui generis*. Face à abundância de terras disponíveis, parece ter soado mais racional ao fazendeiro remunerar parcialmente o trabalho do colono com formas não monetárias, como a permissão para o cultivo de subsistência em área própria ou em lavouras intercalares, ou a criação de animais, que possibilitavam a muitas famílias rendimentos significativos. Provavelmente por essa razão, a partir da abolição, generalizou-se um sistema de remuneração misto, conhecido por contrato de colono, que combinava salários anuais pelo trato do cafezal, pagamentos pelo volume de café colhido, por tarefas, diárias e alguns benefícios não monetários.

Normas

Para regular e disciplinar direitos, deveres e a convivência entre colonos, vigia na Nova Lousã um *Regulamento Administrativo e Policial*, decidido e aprovado na assembléia dos empregados da casa em 6 de Agosto de 1872. Enquanto a imensa maioria das fazendas paulistas da época regulava suas relações de trabalho pela chibata e pelo despotismo absoluto de seus proprietários, Monte-Negro propôs que da assembléia de seu estabelecimento participassem, com direito a voto, todos os empregados da colônia, homens e mulheres, maiores de 18 e 16 anos respectivamente. Tais reuniões podiam ser convocadas pelo proprietário ou por iniciativa de metade mais um dos empregados da fazenda e as deliberações eram tomadas em votação secreta.

Na maior parte de seus artigos, o regulamento dispunha sobre o cotidiano de trabalho na fazenda: horários - variáveis segundo as estações - de acordar, de tomar café, de fazer refeições e sesta e de rezar; remunerações por mês corrido, diferenciadas entre homens, mulheres e crianças, e proporcionais ao tempo de serviço; regras de limpeza de prédios e de caminhos, de recolhimento das ferramentas, etc.

O regulamento também previa a aplicação de multas no caso do empregado incorrer em uma de 15 situações listadas. Não deixa de ser curioso que as mais graves visavam coibir o uso da violência e assegurar um relacionamento pacífico entre os colonos. Assim, a multa mais pesada, que penalizava o empregado em duas semanas de salário, era “*dar pancadas em qualquer pessoa dentro da fazenda*”, mesmo que essa pessoa fosse estranha ao estabelecimento. A segunda penalidade mais grave era “*provocar barulhos, dirigir ameaças ou palavras consideradas offensivas a quem quer que for*” (multa de uma semana de salário). Outra favorecia a convivência nas refeições, ao

¹⁹ MONTE-NEGRO, 1872:4-5.

²⁰ MONTE-NEGRO, 1872:18.

²¹ MONTE-NEGRO, 1875:60.

proibir “*barulho à mesa, proferir palavras indecentes ou servir-se dos pratos dos companheiros*”. Era ainda proibido “*fazer uso de faca, tanto em casa como no serviço, salvo em serviço especial que demande esse instrumento*”. Outras infrações diziam respeito a tirar frutas ou legumes do estabelecimento ou dos outros colonos, conservar em seu poder objetos estranhos a quem os encontrou, servir-se de roupa alheia, fazer barulho, após o toque de recolher, que incomode os companheiros, utilizar sacaria da fazenda para fins próprios, jogar cartas ou qualquer outro jogo a dinheiro, dar sinais falsos no sino etc. Para regular o fluxo de entradas e saídas, era também proibido sair do estabelecimento sem ordem do chefe ou feitor, bem como conservar nos respectivos quartéis, depois do toque da Ave Maria, qualquer pessoa estranha ao estabelecimento, salvo sob licença ou se for hóspede da casa.

Havia multas em todas essas situações, mas o colono poderia recorrer delas, em assembléia, caso se sentisse injustiçado. Nesse caso, ele deveria obter o endosso de outros três empregados, que estivessem a par das circunstâncias atenuantes e assinassem um requerimento a ser discutido na assembléia. O mais significativo, porém, era que o montante arrecadado de todas as multas, ao invés de favorecer o fazendeiro, era revertido para uma caixa de beneficência, “*aplicado a favor do empregado, que por doente tiver de retirar-se ao seu paiz*”²².

Tal iniciativa surgiu em virtude de Monte-Negro ter arcado, logo no segundo ano de funcionamento da Nova Lousã, em 1868, com as passagens e despesas de uma família de colonos cujo chefe, ao que parece, já teria vindo de Portugal adoentado. Em 1875, Monte-Negro informava que “*desde que se fundou a Nova Lousã, até hoje, apenas um empregado teve que voltar ao seu paiz, por doente*”²³.

Mobilidade da mão de obra

Tal episódio nos conduz ao tema da mobilidade dos colonos nas fazendas paulistas da época. Durante o período inicial em que foram utilizados como mão de obra na economia cafeeira, um dos problemas mais agudos enfrentados pelos colonos foi conseguir se livrar das obrigações e dívidas para com as fazendas que os acolheram, conquistando liberdade para dela sair. Sob o regime de parceria, mesmo em condições ideais, os colonos “*levariam vários anos para resgatar as despesas de transporte e o adiantamento recebido, o que de fato os tornava uma espécie de criado sob contrato ou um escravo obrigado a comprar sua própria liberdade*”²⁴. Muitos fazendeiros, temerosos de não poderem assegurar a mão de obra necessária para o café, sobretudo em períodos de colheita, lançavam mão de vários mecanismos coercitivos para reter os colonos endividados na fazenda: violência física, subjugação psicológica, multas em dinheiro e restrições à liberdade de movimento e de contato com outros. Nesse contexto a resistência praticada por colonos endividados muitas vezes incluía a fuga noturna, sorrateira e precária, da fazenda, sob a ameaça de serem-se, colonos e famílias, caçados pelos capatazes.

²² MONTE-NEGRO, 1872:26.

²³ MONTE-NEGRO, 1875:44.

²⁴ HOLLOWAY, 1984:112-3.

Na Nova Lousã prevalecia uma postura diametralmente oposta. “*Há cerca de cinco mezes sahiram desta colônia, com destino a Portugal, dois dos fundadores do nosso estabelecimento. Vieram aqui pagar as suas passagens com o fructo do seu laborioso e honesto trabalho, e voltaram ao seu paiz no fim de cinco annos e meio de ausência, com algumas patacas, ou com algumas dezenas de moedas, que adquiriram com seus esforços e economia. Já mataram saudades da pátria e das famílias e em breve estarão de novo na sua segunda casa, como elles chamam a Nova Louzã*”²⁵.

Monte-Negro mantinha tal prática convencido de que os que retornavam eram capazes de recrutar outros que os substituíssem. “*Na nossa humilde opinião, o incentivo mais poderoso e mesmo mais natural para chamar o laborioso camponez ao Brasil, é a vista ou mesmo a volta de alguns seus conterraneos á terra da sua naturalidade, indo acompanhados de alguma, embora insignificante, fortuna. Quereis vinte immigrantes agricultores? Fazei que um, somente um, volte ao seu paiz com alguma fortuna*”²⁶.

Para viabilizar tal procedimento, Monte-Negro instituiu um prêmio aos que permanecessem trabalhando na colônia por um determinado período. “*O empregado, que se conservar no estabelecimento em serviço activo pelo espaço de seis annos, no caso de que queira retirar-se para o seu paiz natal, receberá nesse acto a importância de sua passagem da cidade de Santos á de Lisboa, na proa de qualquer paquete a vapor, isto como premio de sua constancia e bom comportamento na fazenda*”²⁷.

Em Julho de 1875, sob o título de ‘*O melhor meio de attrahir immigrantes*’, a Província de São Paulo noticiava uma dessas viagens de retorno: “*Hoje devem descer para Santos, com destino a Portugal, alguns colonos da Nova Louzã, propriedade do sr. Commendador J. E. de Carvalho Monte-Negro, os quaes, estando terminado o prazo do contracto e tendo feito economias, voltam á terra da pátria satisfeitos, senão ricos, ao menos com meios de viverem sem privações e talvez em tal ou qual abundancia. Entre esses colonos há mulheres e até famílias completas. Este factio, honroso para o director daquella colônia, já tão conhecida entre nós, é uma excellente recommendação para elle continuar a merecer a confiança dos seus compatriotas. Relativamente á immigração de Portugal, esta volta dos colonos da Nova Louzã deve merecer muita influencia em favor de nosso paiz e especialmente da província de S. Paulo. Se de outras colônias partissem para a Europa colonos felizes e satisfeitos como estes, depois de terminados os seus contractos, outra seria a corrente de immigração européa para cá. Registremos solememente o factio e fique elle como um bom exemplo a ser seguido*”²⁸.

Ao que parece, tal política, embora provavelmente tenha conferido certa rotatividade à mão de obra em seu estabelecimento, não deixava de render seus frutos: “*a melhor recommendação, que temos á favor deste estabelecimento, são os pedidos, que em sua maior parte os nossos empregados nos dirigem para mandarmos vir parentes ou visinhos seus*”²⁹.

²⁵ MONTE-NEGRO, 1872:12.

²⁶ MONTE-NEGRO, 1872:13.

²⁷ MONTE-NEGRO, 1872: 23.

²⁸ “PROVÍNCIA DE SÃO PAULO”, 21 de julho de 1875, apud MONTE-NEGRO, 1875:73.

²⁹ MONTE-NEGRO, 1872:13.

Difusão da pequena propriedade

Outro ponto que, por bastante antagônico às concepções então dominantes, mereceu destaque entre as convicções do proprietário da Nova Lousã foi o incentivo à implantação de ex-colonos como pequenos proprietários. Nesse ponto, Monte-Negro vislumbrava que propriedades iguais às suas, que adotassem o sistema de salário, poderiam fazer as vezes de “*escolas, onde se educarão os trabalhadores ruraes, para dahi a poucos annos sabirem com o seu peculio, comprarem modestas propriedades e fundarem a pequena lavoura*”. Em tom profético, concluiu que “*só esta pôde salvar o Brasil. A grande propriedade já teve a sua epocha. Foi um meteoro, cujo rasto em breve de todo desaparecerá*”³⁰ A esse respeito, a História incumbiu-se de mostrar que as previsões de Monte-Negro estavam erradas e a grande propriedade cafeeira resistiria em São Paulo no mínimo por mais meio século.

De qualquer modo, o estabelecimento de pequenos lavradores ao redor das grandes fazendas era encarado por Monte-Negro como medida funcional e “*de grande utilidade*”. Neste caso “*o grande proprietário não terá necessidade de ter muitos empregados na sua fazenda. Na ocasião em que os pequenos lavradores tiverem falta em seus serviços, irão trabalhar de jornal na fazenda, cujo proprietário concorreu para o estabelecimento delles e bem estar. Além disso, o pequeno proprietário levará o fructo de sua lavoura á fazenda do seu protector, onde será beneficiado por um preço módico ou de sociedade, segundo convencionarem*”³¹.

A imagem de “*protector*”, utilizada pelo articulista do *Diário*, abre a reflexão sobre a questão do paternalismo nas relações entre fazendeiros e colonos na Nova Lousã.

Relações paternalistas?

Referindo-se aos mecanismos de controle utilizados pelos fazendeiros sobre o colonato, Thomas Holloway menciona que “a despeito da presença de centenas de trabalhadores, em muitas fazendas individuais, vários fatores inibiram o desenvolvimento do ativismo ideológico ou político entre os colonos do café. O mais importante era o paternalismo, sempre um instrumento potencial, e amiúde real, de controle e cooptação”³².

Indica ainda este autor que “uma política usual para limitar a ação coletiva era, por exemplo, separar os trabalhadores residentes em grupos dispersos de casas. A permissão para usar o terreiro de café para um baile ocasional na noite de sábado, ao contrário, tornava os colonos gratos por pequenos favores que nada custavam ao empregador. Trabalhadores que se queixavam ou apelavam para seus companheiros, em busca de apoio, podiam ser sumariamente expulsos, com a ajuda de uns poucos capangas. A resultante perda de mão de obra pouco significava, comparada ao risco de reter um “agitador” que podia perturbar a rotina da fazenda. De qualquer forma, havia usualmente recém-chegados disponíveis na hospedaria, em São Paulo, desinformados e ansiosos

³⁰ MONTE-NEGRO, 1872:19.

³¹ DIÁRIO DE SÃO PAULO, apud MONTE-NEGRO, 1875:61.

³² HOLLOWAY, 1984:160.

para trabalhar, que podiam substituí-los “arruaceiros”. Os colonos entendiam isso tão bem quanto os fazendeiros, de forma que a ameaça de expulsão não precisava, em geral, ser concretizada, para garantir a tranquilidade nos domínios do fazendeiro”³³.

Ainda que a relação agora inaugurada com os colonos tivesse uma base contratual, é provável portanto que favores aqui e acolá, junto com tratamentos diferenciados a uns e outros, compusessem o padrão de relacionamentos entre proprietários e mão de obra. Já na escravidão, Gilberto Freyre observara ser comum o tratamento diferenciado do patrão com escravos da senzala e com escravos da casa grande, estes de algum modo favorecidos. Cooptações e pequenos favorecimentos alimentados por relações paternalistas antecipavam e dispensavam assim o uso cotidiano da violência, deixada para ser exercida em situações-limite, nas quais o fazendeiro podia transgredir quando melhor lhe conviesse.

Em que medida as relações entre os colonos portugueses e o proprietário da Nova Lousã eram relações pautadas por relações paternalistas? Notemos, desde logo, os vários indícios que se apresentam em favor desse tipo de relacionamento.

Em primeiro lugar, tudo indica que as famílias de colonos depositavam uma grande confiança em Monte-Negro. O próprio sistema de recrutamento na terra de origem, de escolha pessoal de seus colaboradores - fundadores, contribuiu para uma relação muito próxima entre empregador e empregados, mediada por um feitor, cuja proveniência igualmente era comum.

Tal confiança espelha-se no fato dos colonos portugueses, cuja religiosidade sempre foi muito marcante, escolherem amiúde como padrinho o próprio comendador. De fato, dos 96 batismos de crianças em que pelo menos um dos pais eram portugueses, ocorridos no oratório da fazenda Nova Lousã, entre os anos de 1870 e 1888, o comendador Monte-Negro foi padrinho em 46 ocasiões. E dos 34 casamentos em que pelo menos um dos cônjuges era português, ocorridos no mesmo oratório, entre os anos de 1871 e 1888, o comendador Monte-Negro foi testemunha nada menos do que 27 vezes. Tais vínculos eram certamente reforçados pela circunstância de Monte-Negro ter atraído para o Brasil seu irmão José Daniel, reverendo formado pela Universidade de Coimbra, e que chegou ao Brasil por volta de 1870, disposto a administrar a colônia de Nova Colômbia, que Monte-Negro mantinha em sociedade com um fazendeiro em Campinas. No início, o padre José Daniel freqüentava bastante a Nova Lousã, e já em 1870 chegou a realizar batizados na fazenda. Alguns anos depois, mudou-se para Pinhal, ao ser nomeado pároco da matriz dessa freguesia, posto em que atuou até seu falecimento, em 1888.

De sua parte, o comendador Monte-Negro parecia corresponder às expectativas de seus colonos conterrâneos, contribuindo para o estreitamento das relações. Tudo indica que tratava-os como protegidos, sentindo-se responsável por seus destinos no Brasil, aconselhando-os, orientando-os e promovendo-os em sua nova terra. Prova disso são os cuidados com a alimentação mantidos em sua colônia³⁴, com a “*roupa lavada e remendada á custa da casa*”, e com a oferta de

³³ HOLLOWAY, 1984:160.

³⁴ No Opúsculo publicado em 1872, Monte-Negro descreve os alimentos comumente fornecidos a seus empregados: “depois que sahem da cama tomam café e uma fatia de pão de milho, a que geralmente na Europa se chama brôa. O almoço consta de feijão, hortaliças e arroz. Ao jantar comem sopa, arroz ou carne, alternadamente. Á noite ceiam e no fim da mesma tomam café. Em todos os quartéis tem á sua disposição e á vontade, brôa ou pão de milho. Se acontece molhar-se o empregado no serviço, dá-se-lhe um calix de aguardente, e o mesmo se faz em dias de maior calma”. MONTE-NEGRO, 1872:7-8.

instrução após o jantar, em escola de primeiras letras por ele mantida, e destinada não apenas às crianças, mas a”*“todos os empregados, (...) seja qual for o seu sexo e idade”*³⁵.

Além disso, conforme já observado ao mencionarmos o regulamento da colônia, é notória sua preocupação em envolver seus conterrâneos nas decisões que regulassem a convivência cotidiana na fazenda, propondo instâncias, como a assembléia e a caixa de benefícios, que podemos considerar bastante avançadas para o contexto e a época. Sua preocupação com as repatriações por motivo de doença, por exemplo, denunciam seu compromisso com o bem estar dos que ele havia trazido de Portugal.

Em 1879, visitantes procedentes de Campinas pernoveram em Mogi Mirim e no dia seguinte foram visitar a Nova Lousã. Lá depararam-se com o comendador Monte-Negro um pouco enfermo e a descrição que se segue, realizada por um dos visitantes, ilustra o relacionamento deste com seus colonos.

“Há entre nós um preconceito inraizado no tratamento entre o patrão e o camarada. O primeiro conserva ainda o resto das tradições feudais; o segundo retrai-se no círculo do respeito que o alija para uma classe paralela á do escravo. Sei que na Europa as desigualdades são mais salientes (sic). Mas o nosso hospede não é um dono temido, não é um senhor: é um pae de familia.”

“Elle estava doente. A colonia tem mais de cem pessoas empregadas no seu serviço. Á noite começaram a entrar os afilhados, que são todos, ou quase todos os rapazes alli nascidos.

- *A sua bençã, meu padrinho. O meu padrinho como vae? Está melhorzinho?*
- *Melhor, Egas Moniz. Toma um pedaço de brôa. Onde está o Alexandre Herculano?*
- *Aqui, meu padrinho; sua bençã.*
- *Tu levas uma amendoa. Não trouxeste tua irmã Philippa de Vilhena?*
- *Ella abi vem, padrinho; estava a brincar com o Nuno Alvares.*
- *Voces são uns peraltas. E o Mathias d’Albuquerque está pela horta? Não quer umas nozes?*
- *Quero sim e mais algumas para o meu sobrinho Antonio de Castilho.*

“E assim por diante.

“Depois todos os trabalhadores. Homens sãos, escorreitos. Homens de enxada, da foice, do machado, da enxó” – e até alfaiates, sapateiros, pedreiros, tudo.

- *Está o sr. Monte-Negro melhorzinho?*
- *Ora graças a Deus!*
- *Louvado Deus!*
- *Guarde-o Deus!*

*“Querem uma linguagem mais cordial, um affecto mais puro e expontaneo? Aquellas faces cavadas pelo suor e pelas fadigas resplandeciam de contentamento. O sorriso subia-lhes do peito aos labios jovial, sem as contrações do fingimento, ou da adulação. É assim que se vinculam, pela mutua estima, as verdadeiras relações entre o locador e o locatario”*³⁶.

As evidências anteriores e o relato acima evidenciam um padrão de relacionamento sem dúvida estreito, mas ao que parece sincero e pouco disposto a ser utilizado como instrumento de manipulação. Nossa hipótese é que entre proprietário e colonos da Nova Lousã vigia uma espécie

³⁵ MONTE-NEGRO, 1872: 8 e 22.

³⁶ SANTOS, 1879:148-9.

de solidariedade étnica, construída por laços de conterraneidade que solidificavam a confiança entre Monte-Negro e seus colonos.

Tais vínculos de conterraneidade, construídos desde a seleção dos colonos, sempre foram valorizados positivamente por Monte-Negro: “*continuamos pois a ufanar-nos de contarmos no nosso estabelecimento gente de tão apreciáveis e bons costumes e filha da terra do nosso nascimento*”³⁷. É significativo de tal valoração o empenho, compartilhado por pais humildes, em batizar as crianças com nomes de personagens da história lusitana, como exemplificado acima. O próprio ribeirão que cortava a fazenda foi rebatizado como Arouce, o mesmo nome do rio que corre na Lousã.

“Tudo alli recorda uma nezga do paiz natal.

- Onde ficou hoje o eito, oh Joaquim?

- Na Fonte das Lagrimas, meu senhor.

- Não mandaste varrer a rua de Almeida Garrett?

- Não senhor: era preciso cuidar primeiro na de José Estevam; e depois na de Pinheiro Chagas.

- Olha não te esqueça a de Mousinho da Silveira.

Todos os pontos são assim designados por um nome ou uma lembrança portugueza”³⁸.

Desse modo, Monte-Negro não se furtava em proclamar, em múltiplas ocasiões, as virtudes de sua gente e do sistema de assalariamento do trabalho livre. Em todos os relatórios que escreveu, há menções sobre “*o bom comportamento dos (nossos) empregados (...) Até hoje nem uma desordem, nem uma queixa de estranhos contra qualquer empregado do estabelecimento, ou destes contra seu chefe. Nem a autoridade se há visto incommodada com queixas dos nossos empregados, nem também de pessoa alguma contra elles*”³⁹.

Tal clima de paz e conagração era sem dúvida meticulosamente alimentado por Monte-Negro. É isso o que depreendemos da narrativa do mesmo visitante, que seis anos depois voltara à Nova Lousã, convidado para participar de um jantar dado aos trabalhadores para comemorar o oitavo aniversário da colônia, em “*uma modesta mas significativa festa do trabalho*”⁴⁰. Na ocasião, Monte-Negro distribuiu medalhas de prata aos 14 (dos 29) fundadores ainda existentes e também aos que haviam completado sete anos de trabalho na colônia. Prometeu ainda anualmente oferecer medalhas a todos que permanecessem no estabelecimento por 7 anos. Nosso cronista testemunha: “*aquelle acto foi assás tocante, vendo-se marejar lagrimas nos olhos de muitos empregados da casa e ficando seu próprio chefe muito commovido (...) Entre os assistentes achavam-se 4 individuos (já saídos e) que fizeram parte dos fundadores da Nova Lousã, o que prova o amor e as gratas recordações que d’ali ainda conservam*”⁴¹.

Tais informações nos fazem supor que, apesar de seus esforços – entre os quais se incluía também remunerar melhor seus colonos que outros fazendeiros⁴² - Monte-Negro enfrentou

³⁷ MONTE-NEGRO, 1872:9.

³⁸ SANTOS, 1879: 149-50.

³⁹ MONTE-NEGRO, 1872:9.

⁴⁰ SANTOS, 1875:45.

⁴¹ SANTOS, 1875:48-53.

⁴² VIOTTI DA COSTA, 1997:149.

dificuldades para reter seus empregados na fazenda. É provável que uma série de fatores contribuisse para uma certa rotatividade do pessoal empregado: a atração por residir em um núcleo urbano, como a vizinha Mogi Mirim, ou a efervescente Campinas, onde alguns podiam exercer algum ofício, a circunstância de lá existir outra colônia de conterrâneos, a possibilidade do retorno a Portugal, bastante freqüente, após alguns anos de trabalho, e mesmo a oportunidade de adquirir uma pequena propriedade. São essas as principais causas que emergem da análise do mapa composto por Monte-Negro em 1875. Os dados recolhidos sobre batismos e casamentos indicam também que, com o tempo, este diversificou a origem de seus colonos, passando a recrutá-los também na Ilha de São Miguel, nos Açores.

Relações com o governo

Em uma época de discussão e experimentação do novo sistema de trabalho a vigir na maior parte das propriedades da província, como era de se esperar, o sistema adotado por Monte-Negro na Nova-Lousã provocou admiração de uns e suspeita de outros. Os abolicionistas, como Quirino dos Santos, em geral viam com muito bons olhos seu modo de administrar, e utilizavam a Nova Lousã como modelo a ser seguido. Outros argumentavam que o que Monte-Negro fazia na Lousã seria dificilmente aplicável na província como um todo. Dentre esses, alguns que tomaram conhecimento das inovações implementadas por Monte-Negro o taxavam de “filântropo”⁴³.

O próprio governo, entre curioso e admirado, ao que parece tinha suas reticências em relação ao sistema de salários vigente e ao que acontecia de modo geral na Nova Lousã. No relatório de um comissário do governo imperial enviado para conhecer a colônia em 1870, lê-se:

“E com effeito a Nova Louzã é antes uma familia do que uma colônia, e separa-se dos outros estabelecimentos análogos da província por este lado, tanto como pelo systema de trabalho que adoptou. É por certo uma tentativa digna de todo o interesse e sympathia, e o seu proprietário já tem feito muito. É cedo, porém, para decidir se os resultados que tem alcançado são devidos ás excellentes relações que mantém com os empregados ou se ás regras que regulam essas relações”.

Thomas Holloway argumenta que “os procedimentos contábeis eram rudimentares e a folha salarial uma despesa desconhecida”⁴⁴. Em uma época em que a parceria e a empreitada dominavam amplamente as relações entre fazendeiros e colonos, o comissário apresenta dificuldade em compreender como o sistema salarial poderia operar: “*á primeira vista parece que a combinação que foi feita no salário como princípio de associação pecca porque o salário abrange todas as relações creadas pelo trabalho e por isso as define de modo tão completo e especial, que o princípio da associação fica sem base, sem objeto e sem limite*”⁴⁵.

Assim, embora o imperador em pessoa tenha ido visitar a colônia em Setembro de 1878, não se pode dizer que o governo imperial tenha sido um franco admirador das experiências de Monte-Negro na Nova Lousã. De fato, em várias ocasiões o proprietário se queixa tanto da

⁴³ MONTENEGRO, 1872:34.

⁴⁴ HOLLOWAY, 1994:111.

⁴⁵ MORAES, 1870 apud MONTE-NEGRO, 1872:36-7.

inadimplência do governo em relação aos contratos firmados para subsidiar a vinda de imigrantes, quanto da falta de crédito para sua propriedade, que o obrigava a vender antecipadamente a colheita de café a preços pouco compensadores. Pouco depois de um ano da visita do imperador, Monte-Negro queixava-se em correspondência a um conselheiro do governo:

“Ultimamente recorri ao Banco do Brazil, a fim de ver se conseguia um empréstimo que me collocasse a sahir das impertinentes e vezatórias exigências de certos credores de maior vulto (...) Para acudir de prompto a necessidades inadiáveis vejo-me forçado a continuar a lançar mão do único recurso pratico que se me offerece – o sacrificar a futura safra de café realizando vendas, para poder obter dinheiro adiantado e por menos de 30 a 40 por cento do que o café devia dar opportunamente no mercado de Santos”⁴⁶.

Frente a tais dificuldades, já nessa época Monte-Negro cogitava em vender sua propriedade: *“estou a braços com novas plantações de café e tento concluir as obras de maior necessidade a fim de ver se o meu estabelecimento sobe de valor, podendo d’este modo talvez realisar uma venda menos prejudicial”⁴⁷.* A venda de fato ocorreria quase uma década depois, ironicamente três meses antes da abolição, em Fevereiro de 1888, quando Monte-Negro mudou-se para Pinhal. Lá residiu até falecer em 1915, com 91 anos de idade.

Conclusão

A experiência pioneira de João Elisário de Carvalho Monte-Negro propicia não só o estudo de um caso “sui generis”, do ponto de vista da emigração portuguesa para o Brasil na segunda metade dos anos oitocentos, como representa a possibilidade da análise de uma tentativa concreta de introdução do trabalho livre a assalariado numa conjuntura onde predominava ainda o trabalho compulsório do escravo, apesar do seu fim anunciado.

Em relação à perspectiva da saída da terra natal, a especificidade do caso da Lousã / Nova Lousã está ligada à opção de trabalho nas fazendas de café do interior de São Paulo, quando se sabe que os portugueses que emigravam para o Brasil tinham como destino preferencial áreas urbanas e sua inserção no mundo do comércio.

Entretanto, a possibilidade de se acompanhar a trajetória do Comendador Monte-Negro, incansável defensor implantação do trabalho assalariado na cafeicultura paulista, e a sua batalha travada na fazenda de sua propriedade foi o aspecto salientado nesta comunicação.

O argumento central que procuramos explorar está ligado às relações estabelecidas entre o proprietário e os trabalhadores que deixaram a Lousã diante do apelo e da oportunidade oferecida por Monte-Negro.

Os laços estabelecidos entre patrão e empregados estavam marcados por indícios que levam-nos a aceitar que suas relações estavam caracterizadas por um tipo de paternalismo, reforçado pela aparente preocupação com os seus conterrâneos, encarados como seus protegidos. Era como se, o compromisso assumido no momento do recrutamento ligasse Monte-Negro a estes

⁴⁶ MONTE-NEGRO, 1879.

⁴⁷ MONTE-NEGRO, 1879.

indivíduos e famílias, de uma forma que ia muito além do mero contrato de trabalho. A preocupação expressa pelo fazendeiro em relação aos trabalhadores emergem a partir de medidas concretas tomadas, lembrando-se, por exemplo, a escola noturna e a caixa de benefícios, que são testemunhos efetivos da busca de uma melhoria da condição de vida dos lousanenses que atenderam ao seu chamado.

Uma das hipóteses explicativas para esse comportamento, como vimos, está nos laços propiciados pela conterraneidade que havia entre patrão e empregados que, por sua vez, gerava uma relação baseada na confiança mútua, um sentimento que não era comum entre fazendeiros paulistas e seus colonos.

O caso específico da fazenda de propriedade do Comedador Monte-Negro oferecia aos camponeses da Lousã uma oportunidade difícil de se encontrar, inclusive devido aos custos que implicavam uma viagem ao Brasil. Paulo Monteiro, ao analisar a região da Lousã nos lembra que este custo era tão elevado, que a viagem transoceânica obrigava os emigrantes potenciais a pedir empréstimos para concretizar o sonho da emigração e da busca de uma vida melhor⁴⁸.

Contudo, prossegue Monteiro, como não havia poupança alguma na vida econômica do camponês, ou pequeno assalariado, que pudesse chegar ao preço da viagem, o único valor que ele podia recorrer para levantar a quantia necessária era a hipoteca da sua terra (jamais a sua venda). O empréstimo era feito, então, contra a hipoteca de todas as terras e casas que o devedor tivesse para salvaguardar o credor. Ao chegar ao seu destino a primeira coisa que o emigrante queria era pagar sua dívida. Monteiro argumenta que isso era facilitado, uma vez que os salários no local de destino eram mais altos e, se o emigrante logo arranjasse trabalho, pagava a sua viagem muito rapidamente.

O próprio Monte-Negro calculava que as dívidas com que seus empregados chegavam eram pagas em cinco meses, graças aos salários recebidos, mais o subsídio que o governo imperial dava para a passagem, o que era feito sempre que os emigrantes já iam com contrato, como era o caso da colônia da Nova Lousã⁴⁹.

As relações de conhecimento prévio que havia entre Monte-Negro e os seus conterrâneos certamente facilitavam todo esse processo de recrutamento e instalação na colônia, fazendo com que os camponeses pudessem apostar com mais facilidade na nova oportunidade de vida que lhes era oferecida.

Ademais, não devemos deixar de sublinhar que a possibilidade de reconstituir laços de amizade, vizinhança e mesmo as hierarquias e valores da terra natal, constituíam fatores que reforçariam as relações estabelecidas, tanto no sentido vertical (entre Monte-Negro e os empregados), quanto no nível horizontal (entre os próprios colonos). O caso da Nova Lousã diferia muito do universo encontrado pelo emigrante que se dirigia para as áreas urbanas, onde as possibilidades de mudança de local de trabalho e de habitação dificultariam muito mais o desenvolvimento de relações entre indivíduos da mesma região de origem.

Tudo leva a crer que, na Nova Lousã, as relações que se forjaram, nos mais variados níveis, encontraram um forte elo de união, por conta da origem, dos valores e costumes que dividiam.

⁴⁸ MONTEIRO, 1985.

⁴⁹ MONTEIRO, 1985.

A noção de “pertença” a um lugar comum, independentemente da posição hierárquica que separava proprietário e empregados, jogou papel decisivo na construção na comunidade da Nova Lousã.

Bibliografia

- COUTY, Louis, 1884 - *Le Brésil en 1884*, Rio de Janeiro.
- DAVATZ, Thomas, 1941 - *Memórias de um colono no Brasil (1850)*, São Paulo: Martins.
- HOLLOWAY, Thomas, 1984 - *Imigrantes para o café*, São Paulo: Paz e Terra.
- LEMOS, Álvaro V., 1988 - *A Lousã e o seu Concelho*, Lousã: B.M.L./ Câmara Municipal da Lousã.
- LISBOA, José Maria (org), 1879 - *Almanach Litterario de S. Paulo para 1880*, V anno, São Paulo: Typ. da Província.
- LUNÉ, Antonio José Baptista de e FONSECA, Paulo Delfino da (orgs.), 1985 - *Almanak da Província de São Paulo para 1873*, São Paulo: IMESP.
- MARTINS, Roberto Vasconcelos, 1999 - “O elemento estrangeiro na formação da cidade”. In: *Espírito Santo do Pinhal, 150 anos, 1849-1999*, Pinhal: Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Pinhal.
- MICELI, Paulo, 1991 - “Um fazendeiro contra o latifúndio”. “Arunce” – *Revista de Divulgação Cultural*, n. 5/6, jan/dez.
- MONTEIRO, Paulo, 1985 - *Terra que já foi terra*, Lisboa: Edições Salamandra.
- MONTE-NEGRO, João Elisário de Carvalho, 1879 - *Carta ao Ilmo. Exmo. Conselheiro João Luis Vieira*, APESP, Colônia (1879 – 1890).
- MONTE-NEGRO, João Elisário de Carvalho, 1875 - *Colônias Nova-Louzã e Nova Colômbia. Relatório apresentado ao exm. Sr. Dr. Presidente da Província de São Paulo – 6 de fevereiro de 1875*, –São Paulo: Typ. da Província de São Paulo.
- MONTE-NEGRO, João Elisário de Carvalho, 1872 - *Opúsculo sobre a Colônia Nova-Louzã fundada por João Elisário de Carvalho Monte-Negro em 1867*, Campinas: Typographia Gazeta de Campinas.
- VANGELISTA, Chiara, 1991 - *Os braços da lavoura*, São Paulo: Hucitec.
- COSTA, Viotti da, 1997 - *Da senzala à colônia*, São Paulo: Unesp.

Notícias

Clio entre *Bolonha* e o Porto:
questões de *geografia dos saberes...*¹

É comum dizer-se que a Universidade do Porto é «a maior Universidade portuguesa»: pelo número de docentes, discentes, investigadores e membros do pessoal técnico, administrativo e auxiliar, pelo número de unidades orgânicas, de licenciaturas e *post-graduações*, de unidades e projectos de investigação, etc. No entanto, o modo como este *Studium Generale* de quase 95 anos de existência² – que há 30 anos se encontrava ainda consideravelmente centrado no perímetro «dos Clérigos ao Carregal», com um nascente pólo na Asprela e escassos serviços e equipamentos na zona do Campo Alegre – se expandiu nas últimas décadas pela Urbe não deixará de merecer alguma reflexão.

A UP está distribuída por 3 pólos de um modo geral delineados *a esmo* e sem que, nas mais das vezes – com a excepção relativa da Asprela –, se planificasse uma distribuição lógica dos saberes³. O pólo do Campo Alegre, concretamente, foi surgindo ao lado de uma saída de auto-estrada e como que sobrepondo-se a uma artéria onde, e pelo menos desde finais do século XIX, pontificavam *moradias* de uma certa *élite* urbana⁴. Com que resultados? – perguntar-se-á. Do ponto de vista da paisagem urbana e do aspecto dos edifícios construídos, que se pronunciem os especialistas... Mas quanto aos saberes aqui professados...⁵ Temos os múltiplos Departamentos da Faculdade de Ciências, a Arquitectura e o conglomerado de saberes constituído pela Faculdade «de Letras»; acrescem algumas Unidades de Investigação, o Estádio Universitário e o pavilhão gimnodesportivo⁶, Teatro e residências.

Quanto ao mais, as outras⁷ Ciências Sociais e Humanas distribuem-se pelo pólo *histórico* (Direito) e pelo da Asprela (Economia, Psicologia, a componente antropológica das Ciências do Desporto, etc.).

No caso francês, situações idênticas deram lugar a partições de Universidades, com numeração e eventual adopção, como patronos, de *Pais Fundadores* ou de vultos da História intelectual e científica do País. Mas alguém imagina que quem tem tido o poder decisório na UP aceite tal coisa? Alguém concebe que num futuro de curto ou médio prazo possamos ter no Porto uma *Universidade Príncipe Regente* (Porto I), uma *Universidade Passos Manuel* (Porto II) e uma *Universidade Francisco Gomes Teixeira* (Porto III)?

¹ Por ocasião da inauguração do ano lectivo de 2005/2006 na licenciatura em *História*.

² Acrescidos de mais cerca de século e meio de pré-existência das Escolas fundadoras.

³ Acrescente-se que, pelas condições gerais do trânsito na Cidade, a certas horas não é propriamente cómodo circular entre um pólo e outro. O *Metro* do Porto atenuará esta questão, mas essencialmente no que à Asprela concerne.

⁴ A este propósito, será de bem oportuna releitura o 1.º volume da autobiografia de Ruben A. [Ruben Andresen LEITÃO, 1920-1975] (*O Mundo à minha procura*, 1961), que viveu a infância e juventude na Casa Andresen, actual sede do Departamento de *Botânica* (e respectivo *Jardim*) da Faculdade de Ciências.

⁵ A Asprela constituirá, como se disse, a relativa excepção. Mas alguém me saberá explicar *por que carga de água* o único pólo minimamente coerente da UP confina com edifícios do Instituto Politécnico do Porto, da Universidade Católica e da Universidade Portucalense? *Cidade Universitária* ou «Cidade das Universidades»?...

⁶ Estes últimos hoje com um papel bem mais discreto que outrora, tendo até em conta que a Faculdade de Ciências do Desporto e da Educação Física ficou localizada na Asprela e que se têm colocado algumas interrogações sobre o futuro do CDUP.

⁷ Para além dos 3 Departamentos de *Línguas e Literaturas* (*Estudos Portugueses e Estudos Românicos* [DEPER]; *Estudos Anglo-Americanos* [DEAA]; e *Estudos Germanísticos* [DEG]), a FL/UP integra *História* [DH], *Filosofia* [DF], *Geografia* [DG], *Sociologia* [DS], *Ciências e Técnicas do Património* [DCTP] e a Secção Autónoma de *Jornalismo* [SAJ].

No meio de tudo isto, a *História* na UP continua, como há 33 anos, englobada no que é hoje uma *miscelânea de saberes*, um monstro de burocracia e um edifício impróprio, sem que, institucionalmente, se lhe reconheça o papel que é efectivamente o seu nas Ciências Humanas. Não é por acaso que, face à inequívoca perda de força semântica de «Letras», têm ultimamente proliferado expressões ambíguas e farisaicas (*Humanidades*, disciplinas *Humanísticas...*)⁸; em que tempo estamos?!

E, antes de mais, será a figura institucional FACULDADE a mais indicada para o Ensino Superior Português dos nossos dias? As novas Universidades (1973 ss.), salvo excepções, não estão assim organizadas e o Ensino Superior Privado, Cooperativo e Concordatário só em casos minoritários assim se estruturou.

E afinal o que era – tradicionalmente – uma «Faculdade»? Quem tenha conhecido a orgânica do Ensino Superior do nosso País antes de 1974 recorda certamente que uma Faculdade tinha um órgão colegial – o Conselho Escolar, constituído exclusivamente pelos professores catedráticos – e três cargos unipessoais – Director, Secretário e Bibliotecário. Esta tríplice dimensão *académica, burocrática e biblioteconómica* pressupunha portanto que uma «Faculdade» possuía uma Direcção, uma Secretaria e uma Biblioteca e se encontraria instalada em edifício seu ou em parte bem delimitada de edifício multimodo. Evidentemente que não há regra sem excepção. Mas que, hoje, unidades orgânicas designadas como «Faculdades» possam estar repartidas por um bom número de edifícios – ainda que contíguos ou, pelo menos, não distantes –, correspondentes a «Departamentos», parece-me um contra-senso desvirtuante da significação histórica do termo.

Por outro lado, muitas *soi-disant* «Faculdades» – as várias «de Letras» serão um bom exemplo – assistiram nas últimas décadas a uma tal proliferação de estruturas lectivas que a multiplicidade dos saberes professados torna problemática a englobância do vocabulário tradicional: fará hoje sentido qualificar alguém como «homem (ou mulher) de Letras»? «cultor(a) de Humanidades»? «humanista»? Não se brinque com conceitos respeitáveis!...

No momento em que BOLONHA pressupõe a constituição de um «espaço europeu de Ensino Superior», que a parte lusa de tal espaço não destoe. A *História* está mal enquadrada nas tradicionais Faculdades de Letras; está-o desde há muito – pelo menos desde a década de 80. Nesses tempos, quando o quadro nacional do Ensino Universitário estava ainda em crescimento e configuração – onde isso já vai... – uma reforma orgânica das nossas mais antigas Universidades teria sido possível. Mas quem o teria podido fazer não quis...⁹; e mais tarde, aquando da implementação da dita *Autonomia Universitária*, talvez já fosse tarde...

Para além disto, que pensar da arrumação de saberes hoje vigente na FCT, na qual a *História* fica englobada em «Artes e Humanidades» (tal como a *História da Arte*), estando a *Geografia*, a *Sociologia* ou a *Antropologia* nas «Ciências Sociais»?!...

⁸ Note-se que o problema não é só nosso. Na vizinha Espanha, depois de nos anos 70 e 80 se terem separado das velhas Faculdades «de Filosofia e Letras» as Faculdades «de Geografia e História», a antiga e englobante designação tem ressurgido – ou tal qual ou como «Faculdades de Humanidades» – em instituições universitárias mais recentes.

⁹ Para quem a Universidade, mais que Saber, seja Poder, algo mais atractiva será a cátedra numa *Escola-monstra* do que em qualquer coisinha mais pequena e (aparentemente) modesta. Mas foi justamente assim que a FL/UP – só com *História e Filosofia* – nasceu, em 1962; e assim esteve até 1969...

Hoje e aqui, no momento em que se prepara a implementação de BOLONHA, será ainda viável entre nós uma reflexão sobre o lugar da *História* nas Ciências Humanas e, em última análise, sobre o abandono da FL/UP pelo actual Departamento de *História*, bem como por outros que, eventualmente, também em «Letras» se não revejam e, conseqüentemente, a constituição de uma nova Unidade Orgânica, chame-se-lhe *Faculdade* (conceda-se...), *Instituto* ou *Escola*?

Tentar não custa; quanto aos resultados...

«Em Fevereiro [de 1911] (...), a discussão do projecto de reforma do Curso [Superior de Letras] em Faculdade monopolizava as atenções; no Conselho, Silva Teles, seguindo uma ideia já antiga, propunha que a nova Faculdade fosse também de Ciências Sociais; a Associação Académica, dirigindo-se ao Conselho, pedia a mesma coisa. Contudo, as intenções dos governantes eram outras, apesar da força que certamente teria e, opinião do Chefe do Governo e lente do Curso, Teófilo Braga, assistido pelo seu chefe de gabinete, da mesma forma professor do Curso, Agostinho Fortes; o epíteto de “Ciências Sociais” veio a caber à nova Faculdade de Direito (...), enquanto a Faculdade de Letras mantinha o nome que a tradição de 50 anos apusera ao Curso Superior onde se professavam as “humanidades”» (A. H. de Oliveira MARQUES)¹⁰.

Porto, 9 de Setembro de 2005

Armando Luís de Carvalho HOMEM

¹⁰ »Notícia Histórica da Faculdade de Letras de Lisboa (1911-1961)», texto de 1970, reed. in ID., *Ensaios de Historiografia Portuguesa*, Lisboa, Palas, 1988, p. 134.

Notas de Leitura

AIACH, Pierre; FASSIN, Didier (dir.) – *Les métiers de la santé. Enjeux de pouvoir et quête de légitimité*. Antropos-Economica, Paris: 1994, 364 páginas.

A obra dirigida por Pierre Aiach e Didier Fassin agrega uma sùmula de ensaios monogràficos sobre a crise das profissões de cariz sanitàrio que, inscrevendo-se numa perspectiva sociològica, produz cruzamentos com a antropologia e a història na interpretaçào do mundo contemporàneo. A compreensào dos fenómenos sociais e històricos exige em muitas ocasiões o recurso a estudos, ensaios e teorias que se encontram fora do seu àmbito científfico particular. Nesse sentido a interdisciplinaridade existente entre as ciências sociais e humanas permite aos investigadores uma maior profundidade de análise e, conseqüentemente, um melhor conhecimento das sociedades contemporàneas.

Esta obra constitui basicamente uma reuniào de estudos sobre as questões mais candentes dos profissionais de saúde nas sociedades contemporàneas, colocando a ênfase ao nível da “crise da medicina e dos sistemas de saúde”, abordando os reflexos dessa crise ao nível dos profissionais de saúde, enquanto personagens fulcrais de toda a questào. São-nos reveladas sobretudo as questões que actualmente se desenvolvem acerca das redefinições de poder, autonomia e autoridade, bem como a procura de uma nova legitimidade, áreas onde presentemente se reestruturaram as profissões da área da saúde.

A análise sociològica e antropològica das realidades que estào subjacentes a esta crise encontra-se compartimentada e analisada de forma particular ao longo de 12 capítulos, que, abordados por cerca de outros tantos eminentes especialistas franceses em cada uma das áreas, nos permitem aflorar cada uma das questões, de uma forma mais directa e expandida.

Mesmo assim, a finalidade da obra está em oferecer uma perspectiva global das profissões da área da saúde, sobretudo em França, mas sem as pretensões de uma fastidiosa exaustividade. O paralelismo face à realidade portuguesa pode ser feito sem grande dificuldade na medida que muitas das problemáticas abordadas possuem um carácter europeu e até mundial.

O enfoque da obra é colocado na questào das perdas/ganhos de poder, (entenda-se por “poder” os aspectos ligados ao prestígio social e inter-profissional, autonomia e autoridade dentro de um sistema de saúde em rápida mutaçào) ao nível das classes profissionais, campo onde se actualmente se movem médicos, enfermeiros, cirurgiões e farmacêuticos, enquanto intervenientes destacados na área da saúde.

A razão de se abordarem as diferentes profissões de modo isolado está no facto de se verificar uma diferenciação profissional na reformulaçào das modalidades, legitimação e ganhos/perdas de poder dentro dos próprios segmentos profissionais que compõem esse grande grupo: dos clínicos gerais aos enfermeiros, passando pelos cirurgiões, psiquiatras e farmacêuticos.

E apesar da abordagem individualizada das profissões e segmentos profissionais poder contribuir para uma eventual falha na integridade da obra, tal opção metodològica foi desde logo assumida por Pierre Aiach, Didier Fassin e Jacques Sabila no capítulo *Crise, pouvoir et légitimité*. Este primeiro capítulo, modelar pela sua clareza e nitidez de exposiçào, permite ao leitor a elaboraçào de um quadro global e sintético acerca da denominada “crise” e o modo como todos os profissionais de saúde se encontram afectados, não só por problemas comuns, mas sobretudo pelas mudanças nas políticas de saúde. Nesse sentido, este capítulo constitui o fio condutor que permite a interligaçào com as análises específicas que se desenvolvem nos capítulos seguintes.

Nesses capítulos, tratou-se sobretudo de identificar os elementos e as questões que fazem sentido para cada profissão, assim como as divisões e conflitos que a perpassam, analisando as consideráveis diferenças de poder e prestígio em função das especialidades e do status. Esta análise é particularmente bem conseguida no ensaio de Dominique Broclain, que usa como exemplo os conflitos entre os médicos da carreira hospitalar acerca da atribuição de títulos.

De modo similar, mas desta vez na área da psiquiatria, Albert Ogien e Michael Toledo mostram que as práticas profissionais não podem ser cabalmente compreendidas se as desvincularmos dos quadros institucionais e das lógicas organizacionais a que se encontram sujeitas. Este ensaio é particularmente interessante, na medida em que traça um quadro a partir da história da psiquiatria em França, fornecendo um exemplo da forma como a política de sectorização produz contradições que modelam o modo de trabalhar dos profissionais.

Mas como elemento comum de toda a obra, e para além da diversidade de situações profissionais analisadas, destaca-se claramente a questão do poder e da legitimidade. A procura de novas identidades profissionais, resultante das progressivas divisões do trabalho e de relações de força no seio do aparelho da saúde, provoca tensões e conflitos entre os profissionais, obrigando-os a redefinir o seu território particular de actuação e as prerrogativas que lhes são próprias. E o caso dos clínicos gerais é sem dúvida paradigmático. A análise de François Bouchayer reporta-se exactamente a isso: as estratégias de revalorização profissional no seio dos clínicos gerais como exemplo do sentimento de perda de prestígio, identidade profissional e reconhecimento público.

Parece lícito afirmar que se assiste a fenómenos permanentes e segmentares de "réaménagement", recomposição de domínios de competência e de perda de legitimidade, que se tenta compensar de alguma maneira pelo recurso a novas formas de legitimação.

E, se por um lado assistimos à propalada crise deste ou daquele sector da actividade médica (ou da profissão médica), por outro lado a imagem social da profissão médica encontra-se bem posicionada. Como nos mostra Catherine Déchamp-Le Roux, essa imagem não se apresenta de modo algum tocada, pelo menos aos olhos dos estudantes dos cursos de medicina. Este estudo, por revelador que possa ser, torna-se parcelar, uma vez que se reporta apenas a um segmento restrito da população estudantil. Com efeito, o senso comum atribui ao médico um poder e um estatuto social elevado, que em muitos casos não coincide com a realidade, mas que continua em certa medida a povoar a nossa cultura e mentalidade.

O crescimento do número dos profissionais de saúde nos anos 80 e 90 e a consequente mudança nas estratégias profissionais, associado às transformações na organização dos sistemas de prestação de cuidados de saúde e à crescente proeminência do espaço hospitalar enquanto palco privilegiado para a concentração dos avanços técnicos e tecnológicos na saúde, tiveram uma multiplicidade de consequências, não só ao nível das práticas profissionais mas também das relações entre as próprias classes profissionais. Yves Ternon vê nestes fenómenos a principal explicação para a actual diminuição do prestígio e inclusive da prática da cirurgia geral, ao passo que o ensaio de André Petitat nos dá conta da perda de autonomia dos enfermeiros, fruto do enquadramento e subordinação hierárquica a que foram progressivamente sujeitos no meio hospitalar. É ainda interessante notar que a enfermagem, enquanto profissão de desenvolvimento acentuado, possa ser vista como um "espelho" onde se concentram a maioria das transformações sociais do século XX.

Trata-se de um livro fundamental, com estudos bem concebidos sobre uma temática que cada vez mais toca a sensibilidade da nossa sociedade. As visões e análises expostas são apresentadas de forma clara e inteligível, mas sem permitirem a leitura descontraída por parte de alguém

menos familiarizado com o meio da saúde. É uma compilação de ensaios que se pautam pela conexão a um fio condutor claramente definido, e onde os profissionais de saúde portugueses se podem rever, sobretudo na pertinência e actualidade das problemáticas analisadas. Sendo os ensaios elaborados sobretudo por sociólogos, mas com a participação de antropólogos, médicos e inclusive um historiador, a leitura da temática abordada acaba por ser algo transversal e lata, revelando uma investigação perspicaz, com exposições globalmente claras e equilibradas. Descartando visões simplistas e monolíticas, as questões do *poder* e da *legitimidade* saltam as barreiras da estrita análise sociológica para darem lugar a um conjunto de análises que em certa medida são também elas antropológicas e históricas.

Em suma, esta obra transmite-nos uma nova abordagem acerca da invocação quase constante da actual crise da saúde, dos sistemas de saúde e dos profissionais que nela assumem funções de destaque. De acordo com esta nova abordagem, a denominada “crise” acaba por corresponder acima de tudo a uma nova reconfiguração do chamado “espaço social da saúde”, bem como a uma progressiva redefinição das tradicionais áreas de competência e respectivas fronteiras profissionais. Do mesmo modo se infere que surge uma nova relação entre os profissionais, a sociedade e o Estado, aspecto que pode interessar aos historiadores que se debruçam sobre as questões relativas à evolução temporal de tais relações e às razões que as promoveram. Neste sentido, o trabalho realizado e dirigido por Aïach e Fassin constitui uma importante achega a todos aqueles que se interessam pelas mutações actuais no mundo da saúde e a evolução histórica que lhe está subjacente.

Rui Manuel Pinto Costa

Mestrado em História Contemporânea

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz e CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza, *Olhares Lusos e Brasileiros*, São Paulo, Usina do Livro, 2003

Inserida na temática da emigração portuguesa para o Brasil desde finais do século XIX até meados do século XX, *Olhares Lusos e Brasileiros*, a obra coordenada por Maria Beatriz Rocha-Trindade e Maria Christina Siqueira de Souza Campos, é resultado da colaboração entre o Centro de Estudos Rurais e Urbanos/CERU, da Universidade de São Paulo, Brasil, e o Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais/CEMRI, da Universidade Aberta, Portugal. Com base num projecto de investigação desenvolvido em conjunto pelas duas entidades mencionadas, subordinado ao título *A Emigração Portuguesa para o Brasil: Vivências no País de Acolhimento, Marcas no País de Origem*, alberga a participação de equipas localizadas no Brasil, cuja investigação incidiu sobre o estudo das vivências quotidianas de portugueses imigrados no Estado de São Paulo, e em Portugal, onde foram investigadas as condições de vida que antecederam a emigração levada a efeito pelos protagonistas da presente obra, assim como as transformações verificadas naqueles que regressaram à terra de origem, os então denominados “*Brasileiros*”.

Ambas as equipas fundamentam metodologicamente o seu estudo, e, muito embora tal exercício se construa sobre um conjunto de textos autónomos reflectindo a contribuição de diferentes estudiosos, subsiste, ainda assim, uma unidade estruturante, um elo de ligação consubstanciado num objecto único de estudo: a emigração do português para o Brasil, a sua

permanência no país de adoção e a eventualidade, temporária ou definitiva, do seu regresso à mãe pátria como forma de preservação dos laços familiares que a ela o ligam.

A obra encontra-se organizada em duas partes: a primeira, assente em testemunhos orais, histórias de vida e fontes de imprensa, é intitulada *Vivências e Representações*; a segunda é, por seu turno, consagrada ao debate das *Perspectivas Metodológicas* que originaram a pesquisa. Diversos investigadores, portugueses e brasileiros, contribuem para a elaboração da obra, sendo mantida a pureza dos vocábulos, qualidade que confere à mesma um léxico próprio e um conteúdo textual abundante em expressões utilizadas na margem ocidental atlântica e na terra lusa.

O primeiro texto, "*À cata da fortuna...*": *a emigração portuguesa na imprensa periódica, nos princípios de novecentos*" (pp.13-46), da autoria de Domingos Caeiro, introduz-nos na problemática da emigração portuguesa desde meados do século XIX até à primeira metade do século XX. A emigração europeia é apresentada, não na perspectiva de um movimento progressivamente demonstrável através de uma contínua evolução, mas, como uma sucessão de "explosões", das quais se destacam dois momentos temporais distintos: o que decorre entre 1870 e 1890, no qual se insere o apogeu migratório da Europa Atlântica, e o período compreendido entre 1890 e 1913, agora protagonizado pela Europa Mediterrânica. A participação da nação portuguesa neste modelo de fluxos migratórios europeus destacar-se-ia, entretanto, por um destino emigratório preferencial – o Brasil. Com base em documentos da imprensa da época, o autor averigua das motivações que estiveram na origem do êxodo de grande parte das populações e as condições da sociedade portuguesa que o despoletaram. Nesse sentido, aponta como factores contributivos para o fenómeno o progressivo desequilíbrio das estruturas socio-económicas do país, onde a agricultura era ainda o meio de subsistência dominante, e a incapacidade de resposta das principais cidades, sobretudo as da orla costeira, às necessidades dos inumeráveis grupos humanos que, do meio rural, para ali partiam em busca de melhores condições de sustento. Através da leitura e análise de jornais, o autor transmite-nos uma abordagem do tema distinta da veiculada pela historiografia tradicional, facultando-nos o conhecimento de elementos que permeiam a história da emigração mas que, na generalidade, dela não fazem parte. Simultaneamente também permite a apreensão da dualidade de discursos que quase sempre constituíram as matrizes ideológicas da época: um, teórico, promulgado por articulistas coniventes com os centros intelectuais e a linha filosófica do pensamento dominante, e o outro, alicerçado na comunidade emigrante residente no Brasil e que, grande parte das vezes, subsidiava o periódico. As posturas por vezes diversas tomadas por ambos denotam a discordância entre a teoria, baseada essencialmente no pensamento dos intelectuais, e a prática, como reflexo da realidade do quotidiano do emigrante.

Odete Paiva e Teias que *a emigração tece: os "Brasileiros" no Século XIX, uma análise micro-analítica* enformam o segundo artigo (pp.47-66). Por meio de um estudo microanalítico, coadjuvado pelo recurso ao método da Reconstituição de Paróquias, é facultado o conhecimento das realidades vivenciais de uma comunidade local, cujas vicissitudes intrínsecas terão explicado a partida de alguns dos seus habitantes rumo à aventura do desconhecido. Utilizando também histórias de vida, a autora traça-nos um quadro da emigração legal para o Brasil, na última década do século XIX, no concelho de Vila Nova de Famalicão. Quem emigra, que sectores socio-profissionais registam maior incidência de saídas, o nível cultural predominante nos elementos migradores, o género humano que se destacou no movimento, assim como, a época

de embarque, são algumas das questões abordadas. Tal como na generalidade das regiões nortenhas portuguesas, também os famalicenses distinguiram o Brasil como destino preferencial e o Rio de Janeiro como “porto de abrigo”. Este é mais um dos estudos recentemente efectuados com base em metodologias agregativas e nominativas, comprovando a utilidade daquele género de investigação como explicação, e complemento, de algumas conclusões em pesquisas similares mais abrangentes e no estudo das tendências migratórias.

Do Brasil chega-nos o estudo de Maria Christina Siqueira de Souza Campos, *Imagens do imigrante português no meio rural paulista*, que constitui o terceiro texto da obra (pp.67-98). Observando-se como referência o pensamento de Pierre Bourdieu, são analisados testemunhos orais de famílias portuguesas, e seus descendentes, imigradas em São Paulo no decurso da primeira metade do século XX, assim como documentos de que são portadoras, bem como outros existentes em órgãos oficiais e entidades portuguesas. As práticas e representações, a vida familiar e a integração/participação das famílias dos imigrantes na vida social local, as principais actividades económicas que desenvolveram e a permanência de alguns elementos da tradição cultural portuguesa são algumas das preocupações da autora. Sabendo-se que as fazendas de produção de café, no interior, eram o destino da maior parte dos portugueses que se dirigiam para o Estado de São Paulo nos inícios do século, Christina Siqueira, mediante relatos recolhidos, averigua das facilidades ou dificuldades de integração dos imigrados. Associada, por vezes, a sentimentos de preconceito e segregação por parte dos autóctones, a adaptação daqueles portugueses nem sempre se processaria da forma mais célere e acessível, o que atesta das dificuldades em encontrar trabalho proporcionador de uma vida condigna.

O quarto estudo intitula-se *Portugueses em São Paulo: memória e identidade*, e tem por base um texto de Alice Beatriz da Silva Gordo Lang (pp.99-130). Trabalhando no domínio da História Oral, a investigadora brasileira busca conhecer as vivências dos imigrantes portugueses chegados à cidade de S. Paulo entre 1950 e 1963. Recorre-se aí à memória do passado dos imigrantes, por alusão à evocação das imagens que retêm do país de origem e das experiências vividas em solo brasileiro. Na generalidade, os portugueses vindos para a cidade de São Paulo neste período empregaram-se nos ramos de serviços, comércio e construção civil. Aí construíram/reconstruíram a sua identidade colectiva e pessoal com base nas tradições portuguesas ainda presentes na memória, na assimilação de hábitos e costumes do país de adopção, no convívio com outros portugueses, brasileiros e estrangeiros de outras etnias. A religião permanece com uma dimensão importante na vida destes emigrados, assumindo-se a devoção a Nossa Senhora de Fátima como um factor de agregação na comunidade. Através da metodologia da História Oral e dos relatos dos imigrantes, Alice Lang segue o percurso e o processo migratório de muitos portugueses que, pelas difíceis condições de vida enfrentadas, se viram confrontados com o abandono da sua terra natal.

Refocalizar a imagem do “Brasileiro” é o título do quinto artigo (pp.131-146), que nos é apresentado por Maria Beatriz Rocha-Trindade. Recorrendo a fontes históricas, jornalísticas e literárias da época de oitocentos e novecentos, a autora procura traçar a imagem dos portugueses que, tendo emigrado para o Brasil e aí obtido sucesso, decidiram regressar a Portugal, passando a ser-lhes atribuída a denominação de “Brasileiros”. A Literatura Portuguesa da segunda metade do século XIX e primeiros decénios do seguinte revela-se fértil na apreciação dos retornados ao

país de origem. Embora estigmatizado por alguns intelectuais seus contemporâneos, esta personagem suscita também um certo reconhecimento e admiração por parte de outros que, reconhecendo os benefícios que a sua acção trouxe à economia nacional, o retratam à luz de um cariz mais humano e compreensivo. O estudo reflecte ainda sobre a luta travada pelos emigrados em prol da concretização de um projecto conducente à ascensão económica, o qual impõe a familiarização com a língua e hábitos dos países "adoptivos" e os impele à assumpção do *orgulho numa dupla pertença: a da origem passada e a do presente vivido* (p. 142). Assim, podemos afirmar em relação às sociedades actuais, e de acordo com Beatriz Rocha-Trindade, que a contemporaneidade pressupõe uma interacção entre diferentes povos, resultante das migrações e do incremento das facilidades de comunicação, factores que determinam a mundialização de ideias e a aceitação das diferenças.

A segunda parte da obra, *Perspectivas Metodológicas*, é iniciada com um texto de Joaquim Torres Costa: "*Dizer a migração*": *considerações preliminares sobre o "discurso próprio" no estudo das migrações* (pp.147-156). "*Na análise social dos discursos, remeter cada enunciado de um actor social para as condições sociais da sua enunciação*", constitui uma regra de distanciamento crítico, indispensável à fiabilidade descritiva e problematização teórica inerentes ao exercício de historiadores e outros cientistas sociais, numa lógica que assume o imperativo metodológico de valorização do discurso dos próprios agentes sociais, enquanto condição essencial de leitura e reprodução objectiva da realidade passada e presente. A eficácia operatória de uma regra destinada a acautelar o efeito adulterador do sentido real de acontecimentos subjectivamente relatados por via oral só é, entretanto, concretizável, de um ponto de vista conceptual, a partir de esquemas de categorização social e de instrumentos de classificação incorporados nos discursos sociais a delimitar. Tal é o caso dos relatos orais incidindo sobre a questão das migrações. A sua compreensão deve observar o seguinte: num primeiro plano, a concepção de migração deve o seu sentido a uma ideia de anterioridade ontológica e cognitiva ligada a um discurso objectivador (científico) derivado de um poder institucional (poder social e estruturas de dominação), o qual se sobrepõe ao discurso próprio de alguém aprioristicamente designado por migrante. Consequência de fronteiras engendradas pela história e pelos poderes sociais, a figura do migrante surge, primeiramente, na Instituição. Só depois no indivíduo. A consciência da sua condição é assim, no seu discurso, a expressão de uma definição objectiva e simbolicamente instituída de migração, a retoma de uma condição instituída. Num segundo plano, é enfatizado o risco de ilusão epistemológica e social decorrente de uma apreensão aparente do discurso próprio do migrante, na medida em que poderia conduzir à aceitação de o seu pensamento preceder as categorias sociais da representação, acarretando essa incorrecção que a sua subjectividade pudesse prevalecer sobre todas as formas de objectivação social, cultural e política do facto migratório. Nessas condições, ignorar-se-ia a relação socio-culturalmente assimétrica entre cientista e testemunha ou entrevistado, o que representaria uma dissimulação da estrutura de poder (político e simbólico) onde se estabelece a separação entre «migração objecto» e «migração sujeito». Num terceiro plano, para a análise discurso dos relatos de vida é proposta, na linha de Michel Foucault, uma prática genealógica assente na ideia de positividade da relação poder-saber, a partir da qual se produzem práticas e discursos específicos passíveis de construção selectiva e estratégica do real. A aproximação ao discurso do migrante é assim realizada por uma história social configurada a partir do confronto com a especificidade e intersecção dos diversos espaços institucionais (administrativo-burocráticos, religiosos, políticos, culturais, científicos, etc), que legitimam a migração como objecto de discurso social e institucionalmente legítimo.

O artigo seguinte, *Migrações e relatos orais: as potencialidades das entrevistas com gerações sucessivas*, de Zeila de Brito Fabril Demartini (pp.157-178), reproduz uma reflexão sobre a importância do contributo das entrevistas a gerações sucessivas de imigrantes no estudo do fenómeno migratório. Tendo em vista a compreensão da realidade social em estudo, a aplicação desta metodologia vem tornar verosímil a detecção de uma multiplicidade e diversidade de relações criadas ao longo dos anos. Nesse sentido, são explicados os diferentes passos integrantes do percurso necessário à obtenção e utilização dos relatos orais: desde a «procura» dos eventuais entrevistados à entrevista, a qual deverá ser coadjuvada, posteriormente, pela análise e selecção do material recolhido. A autora fundamenta a sua reflexão sobre o estudo de imigrantes chegados à metrópole de São Paulo, em finais do século XIX e início de XX – um grupo de procedência japonesa e um outro de origem portuguesa. A opção da metodologia especificada e a decorrente escolha de pertinentes questões integradoras de um rigoroso inquérito, vêm facultar uma percepção/apreensão mais profunda e abrangente da complexidade do processo migratório, das especificidades dos diferentes grupos e das experiências/vivências dos mesmos nos contextos de pertença.

No artigo de Célia Marques Pinho, *A dimensão socio-antropológica no romance 'Emigrantes' de Ferreira de Castro* (pp.179-197), procura-se definir a dimensão subjectiva (plano do sujeito/escritor) e colectiva (plano da estrutura social) que subjaz à literatura, na sua contribuição para o entendimento das sociedades. A obra literária é, por conseguinte, um reflexo da sociedade em que é produzida – um texto literário encontra-se imbuído das condições socio-históricas que proporcionaram a sua criação. Nesse sentido, a perspectiva da literatura enquanto produção social e cultural decorrente da dualidade de relações entre o universo social vivido e o representado, assume particular relevância para o conhecimento socio-antropológico de uma determinada realidade. O romance “*Emigrantes*”, de Ferreira de Castro, serve de pano de fundo a esta problemática. O seu conteúdo é revelador de algumas características das representações sociais no fenómeno migratório para o Brasil, nos inícios do século XX. Aquela representatividade é veiculada por via das vivências do autor do romance, também ele emigrante, traduzindo-se pela retratação das condições de vida, em suma, das realidades condicionantes do quotidiano dos emigrantes portugueses no Brasil. Na obra, o escritor assume-se como actor social que denuncia as injustiças sofridas pelos “irmãos”, e defensor dos ideais de liberdade. Influenciado por modelos culturais diversos, desencadeia, por sua vez, uma nova forma de pensar e viver a relação com a diferença, étnica e cultural, baseada no respeito mútuo. Esta dimensão antropológica permite-nos, assim, observar a riqueza socio-cultural do escritor, implícita na aquisição do conhecimento de si próprio, como ser social e cultural, e também do Outro, como ser diferente, mas necessariamente, objecto de aceitação e dignificação.

O penúltimo texto é-nos apresentado por Ana Paula Beja Horta e intitula-se *Diáspora, narrativas de vida e imagem: novos desafios da representação antropológica* (pp.199-223). A investigadora sugere-nos que a crise epistemológica e política que, no decurso das últimas décadas tem atingido a antropologia, não é indissociável da dominância crescente exercida pelos processos de globalização e homogeneização tendentes ao descuramento da constante articulação e rearticulação de identidades, assim como a diferença cultural. Vem, por conseguinte, sugerir a produção de estudos etnográficos comparados que permitam perspectivar as contradições, rupturas e continuidades estruturantes dos fenómenos sociais, culturais e identitários contemporâneos. Questionando o quadro ideológico positivista, a contingência histórica e o âmbito de relações de poder em que se inscreve o inquérito etnográfico clássico, assim como as condições

de descrição objectiva, monofónica e totalizante sobre o Outro, a exploração crítica de novas formas de representação através do conhecimento dos processos identitários implicados em vivências diaspóricas, superativas de noções monolíticas de cultura e espaço, segue uma abordagem intersubjectiva privilegiadora de uma concepção dialógica de narrativas de vida e a produção de um discurso visual como possibilidades inovadoras de inquérito para melhor captar a intersecção, simultaneidade e dispersão espacial na produção de identidades culturais. Alicerçado em trabalho de terreno produzido “nas margens” (Bairro da Cova da Moura, Amadora), por recurso à realização do filme *A Casa de Maria Fruta*, são exploradas as vertentes da desterritorialização socio-cultural, da identidade e diáspora que enformam o complexo processo migratório de uma mulher caboverdiana, lançando-se, por via da representação visual no inquérito antropológico, uma nova luz paradigmática passível de abrir novas vias de investigação e reflexão no domínio da concepção de narrativas de vida.

Por último, José da Silva Ribeiro elabora um estudo com base na *Construção do presente etnográfico, filmes de memória e novas tecnologias* (pp.225-250). Alguns tópicos de reflexão sobre a questão da complexidade do «presente etnográfico» conduzem a situar simultaneamente o conceito, numa perspectiva crítica perante a «representação única» veiculada pelo modelo de investigação referencial do exercício monográfico clássico enquanto *produto de uma prática social e intelectual histórica e culturalmente determinada* (KILANI), como também, num contexto de aplicabilidade positiva com evidente repercussão criativa nos planos da construção do conhecimento e discurso antropológicos. Nessa linha, evidencia-se o elevado potencial de reconstituição etnográfica por via do recurso à imagem cinematográfica, ao audiovisual e às novas tecnologias da informação, no questionamento teórico sobre a realidade e produção final da descrição. Com o advento da produção, distribuição e troca de informação, através do sinal electrónico digitalizado, e conseqüente desenvolvimento da «sociedade em rede», transformam-se profundamente os processos de geração, tratamento e gestão da informação, fomentando-se práticas antropológicas de representação, produção e utilização do conhecimento, que, num contexto ciberespacial, assumem nova significação espaço-temporal, com evidente reflexo na análise das formas e processos sociais.

Olhares Lusos e Brasileiros constitui uma abrangente colectânea de artigos assinados por investigadores provenientes de áreas distintas, reflectindo uma significativa diversidade de desenvolvimentos teóricos, organizados sob o comum denominador de exploração de novos paradigmas, vias de abordagem e apertações metodológicas, com vista a uma mais ampla e profunda compreensão do fenómeno migratório. A migração portuguesa no contexto do Brasil é apresentada de acordo com uma sequência lógica das diferentes etapas constituintes do processo, compreendendo as motivações e condições sociais de origem do movimento, a tipologia do emigrante, as “vivências” de portugueses em solo brasileiro, culminando com o seu eventual retorno ao país de origem. Pelo fecundo *apport* de valências que a integram, a leitura e análise crítica da obra revestem-se de manifesta utilidade para o investigador das questões migratórias, designadamente, as respeitantes aos movimentos populacionais ocorridos entre Portugal e o Brasil, no período compreendido entre finais do século XIX e primeira metade do século XX.

Eva Nogueira
Mestrado de História Contemporânea

CAMPOS, António Correia de – *Solidariedade Sustentada. Reformar a Segurança Social*, Lisboa: Gradiva, 2000, 230 pp.

A obra em epígrafe é um dos mais recentes contributos de António Correia de Campos para o estudo dos modelos assistenciais e de solidariedade em Portugal, no seguimento de uma vasta obra desenvolvida pelo Autor (=A.) nos domínios da economia da saúde e da política de saúde pública. Tendo em consideração a pertinência desta área do conhecimento, este livro assume-se como relevante instrumento de análise e, certamente, como uma mais-valia no âmbito da temática em questão.

O A. apresenta, de forma muito clara e objectiva, os propósitos desta obra: «... no final do século XIX, a sociedade pouco mais tinha que ciência e caridade para oferecer aos carenciados. No final do século XX, a caridade tinha evoluído para a solidariedade e a ciência organizou a prestação de benefícios de forma universal, eficaz, justa e sustentada por todos. No dealbar do século XXI o modelo universal dá sinais de fissuras na justiça distributiva e de a prazo vir a ter dificuldades de sustentação financeira» (contracapa).

O *Prefácio*, da autoria de António Vitorino, faz o elogio do escrito, apresentando-o como um completo diagnóstico a uma *doença*, indicando o caminho a percorrer para se almejar uma cura, ainda que provavelmente a título parcial. Aponta-se, como ideia basilar, a crise iminente do chamado «modelo social europeu», e a conseqüente necessidade de revisão dos modelos de solidariedade europeus no actual contexto de globalização, o que implica, directamente, Portugal.

A estruturação da obra assenta em três grandes momentos.

Na primeira fase do estudo, o A. foca a génese, evolução e estado actual dos sistemas de protecção social, recuando a sua abordagem às propostas daqueles que se constituíram como os marcos fundadores dos modelos assistenciais organizados e institucionalizados na Europa - o alemão Bismarck e o britânico Beveridge -, portanto, ao início das formas de segurança social. Deste modo, não se podendo enquadrar a globalidade da obra na corrente historiográfica, este primeiro momento é-o claramente.

Correia de Campos apresenta os três modelos de assistência criados, implantados e desenvolvidos desde o final do século XIX até ao tempo presente. Primeiramente, aborda-se o seguro social alemão, que assumiu uma orientação e acção profundamente parciais e paternalistas, dando cobertura apenas a riscos laborais do trabalhador integrado na então sociedade industrial. Este modelo previa apenas assistência ao trabalhador que tivesse contribuído, e na exacta proporção desse mesmo contributo. O modelo criado por Beveridge diferia, segundo o A., não tanto na base ideológica que o sustentava, mas sim no alcance da sua acção, proporcionando, de igual modo, um seguro de acordo com o trabalho do indivíduo, mas salvaguardando o direito de assistência para os que fossem, certificadamente, incapazes, não podendo contribuir. Portanto, podemos enquadrar este modelo numa previdência de espectro mais alargado. Por último, é apresentado o modelo que na obra se designa por «cidadania preexistente», ou seja, um sistema de providência, em que se prevê que qualquer indivíduo é credor, independentemente da sua conduta ao longo da vida, de direitos de assistência social. Termina-se a análise dos diversos modelos de assistência, abordando o chamado modelo de bem-estar social planificado, ou seja, os sistemas de solidariedade social comunistas. Neste ponto, o A. retoma uma leitura já apresentada anos antes por Gonçalves Ferreira, a de que o modelo planificado *isenta* os cidadãos de contribuírem para a segurança social, uma vez que o estado provém a totalidade das necessidades. Este modelo terminou numa implosão, aquando da fragmentação do modelo soviético, desarticulando, por completo, a aparentemente inabalável planificação.

A política de «cidadania preexistente» foi a adoptada por Portugal no pós 25 de Abril de 1974, quando esta, após trinta anos de implantação e crescimento noutros países, começava já a dar mostras de problemas, devido à insuficiência das contribuições dos indivíduos. Uma das primeiras e principais tentativas para sanar este problema foi a separação institucional e, sobretudo, orçamental, da assistência e da saúde. Uma outra problemática deste modelo de assistência social instaurado em Portugal é a sua coerência, ou falta dela, uma vez que financia indivíduos que por sua vontade não cumprem as obrigações sociais, usufruindo, todavia, das de outrem. Tal facto faz com que o modelo de segurança social vigente, seja encarado como um sorvedouro, que compromete ou implica mesmo, o crescimento económico do país. Não obstante uma das maiores conquistas de equidade social do modelo universal, a sustentabilidade na velhice, actualmente defende-se que este está desajustado, devido ao desenvolvimento económico global. Daí que alguns países tenham iniciado, durante a década de 90 do século XX, processos reformadores e reorientadores do seu modelo de bem-estar social, nos quais o A. inclui Portugal, como um dos *bons exemplos*.

De seguida, foca-se a «despesa e financiamento dos sistemas de segurança social», onde se retrata as sociedades contemporâneas como espaços de novas formas de sociabilizações e, portanto, de novos riscos sociais, implicando novos encargos financeiros para os sistemas de segurança social. Porventura, o cerne da questão relaciona-se, em grande parte, com o aumento da esperança média de vida (leia-se aumento de subsídios de velhice) e com as transformações no mundo laboral verificadas a partir da década de 70 do século XX, que levaram a um progressivo incremento do regime de reformas antecipadas, o que veio contribuir, segundo o A., para a desadequação dos actuais sistemas sociais europeus. Esta situação relaciona-se com as formas de financiamento dos sistemas de providência, numa perspectiva de sustentabilidade. Na maioria das sociedades, a formulação mais corrente de financiamento é a combinação público-privado, com predominância de um dos sectores consoante os países. Na obra defende-se as vantagens de um sistema de protecção social de índole pública, uma vez que os de feição privada provocam «mais profundos desníveis socioeconómicos» (p. 43), pois deixam largos espectros da sociedade desprovida de qualquer tipo de seguro social.

Após esta fase primeira, segue o escrito com um segundo momento de análise, ora centrado sobre os desafios que actualmente se deparam aos modelos de segurança social, seus problemas e hipóteses de solução.

Uma ideia forte que é desenvolvida é a da não concertação dos sistemas de segurança social europeus, notando-se ainda o fundamento ora *beveridgeano*, ora *bismarckiano*, não obstante algumas convergências em matérias pontuais. Neste contexto, algo que une os países comunitários europeus é a questão da sustentabilidade financeira, tendo-se já apontado algumas estratégias de forma a garanti-la: promoção de uma política de procura activa de emprego, diminuindo a permissividade da atribuição de subsídios de desemprego, bem como a promoção do aumento das carreiras contributivas.

Seguidamente, procede-se à enumeração e explicação dos vários problemas que prejudicam o modelo social europeu, designadamente o modelo de assistência providente português, que o A. nomeia de «sistema de pilar único», traduzido no facto de um cidadão beneficiar de uma «pensão pública, universal, financiada por contribuições patronais e salariais» (p. 73), independentemente da sua carreira contributiva, podendo tal facto gerar vícios e injustiças no sistema. Não obstante os problemas inerentes a este modelo de segurança social, parece-nos pertinente salientar a sua importância como agente socioeconómico homogeneizador, e, como tal, credor de inquestionáveis méritos.

Sendo Portugal um dos países que se enquadra no modelo de segurança social tendencialmente público, de todos os problemas referenciados, os que se nos afiguram mais prementes são, dentro da gestão dos recursos públicos, a «distribuição inapropriada» dos mesmos, destacando o A., o incremento dos gastos com as pensões, que representava, em 1994, 73% do total dos gastos da segurança social (p. 85), articulado com a dificuldade de fazer face a outras situações características da contemporaneidade recente, como o desemprego de longa duração e a exclusão social provocada pelo fenómeno da toxicodependência, entre outros. Isto porque, contrariamente ao que se verificava no pós segunda guerra mundial, a segurança social é hoje chamada a intervir ao longo da vida activa do cidadão, e já não somente na inactividade do mesmo.

Pelo exposto, bem como considerando alguns estudos sobre a segurança social portuguesa (da autoria de uma equipa do ISEG, de Medina Carreira, Pedro Duarte Silva, A. Marvão Pereira, respectivamente) analisados na obra, uma conclusão parece certa se não forem empreendidas acções de reformulação: a insustentabilidade financeira do estado providência português, na média duração.

É neste contexto que a obra entra no seu terceiro momento, fase dedicada à apresentação de propostas de medidas reformistas dos sistemas de segurança social a nível europeu, para posteriormente terminar a análise com o processo de transformação («necessária») em Portugal.

Uma das mudanças propostas relaciona-se com o aumento do período de contribuição para a segurança social, o que passará, forçosamente, pelo alargamento do período de vida activa, desagrandando, gradualmente, os encargos do sistema.

Outra hipótese afiançada passa, de certa forma, pelo recuperação de alguma orgânica do modelo criado por Bismarck, ou seja, tornar mais evidente para o contribuinte aquilo que virá a receber de pensão de velhice, sendo directamente proporcional aos descontos que efectuou. Portanto, é a aposta do A., enquanto interveniente político activo que tem sido, numa política de responsabilização mais directa do cidadão contribuinte, diminuindo assim as fraudes à segurança social portuguesa.

A alteração do esquema providente português constitui, por conseguinte, uma das principais propostas da obra. Elabora-se uma nova formulação do sistema de segurança social que passaria por uma perspectiva de complementaridade — aquilo que é designado por «sistema dos três pilares». O primeiro esteio é o modelo universalista existente, obrigatório, de matrizes germânica e britânica (predominante); o terceiro pilar constitui-se pelas formas de capitalização privadas que os contribuintes podem fazer com o propósito de complementar a subvenção de reforma; a *novidade*, se assim podemos designar, reside no segundo pilar, que o interpretamos como uma solução de compromisso entre os anteriores: uma contribuição obrigativa «financiada pelos excedentes» (p.127), capitalizável em fundos para produzir dividendos, de forma a desagrandar os encargos da segurança social, contribuindo para a sua sustentabilidade financeira a médio / longo prazo.

O A. delimita três modelos reformistas da segurança social. A proposta latino-americana onde praticamente se substitui o referente público por soluções de capitalização individuais privadas; as reformas empreendidas pelos países da OCDE, onde se aposta numa redução do primeiro pilar de financiamento, desenvolvendo-se um segundo de capitalização através de fundos de acções, geridos por entidades colectivas; uma terceira via reformista será um caminho intermédio para a privatização da segurança social, «designada como contas individuais de segurança social» (p. 171), onde o indivíduo acompanha a capitalização da sua pensão, a ser recebida aquando da idade de reforma por inteiro, ou faseada e vitaliciamente. Esta proposta responsa-

bilizará mais directamente o contribuinte, mas como é um regime essencialmente privado, levará, provavelmente, a uma cobertura social não universal, uma vez que depreendemos que o propósito desta solução é aligeirar o sector público da segurança social, logo esvaziando-o de competências.

A obra termina com o enfoque na realidade portuguesa mais recente, relativamente à proposta de reforma da segurança social. Este processo iniciou-se entre 1995 – 1999, durante uma legislatura socialista, consubstanciado no designado «Livro Branco da Segurança Social», em que o A. foi parte integrante, quer como presidente da comissão do referido documento, quer ainda como membro do Governo então em funções. Deste modo, o segmento final do escrito aborda este pendor reformista, que o A. tenta historiar de forma descomprometida. Não obstante alguns focos de consenso na discussão político-partidária, um dos pontos que se nos afigura como mais inovador, a existência de um segundo pilar de financiamento da segurança social capitalizável, e porventura privado, portanto de uma segunda pensão, não reuniu aprovação generalizada, o que se reflectiu na Lei de Bases da Segurança Social actual, aprovada em 2000.

Em conclusão, esta obra de António Correia de Campos apresenta, de forma detalhada, a estruturação do modelo de segurança social português actual, apontando as suas fragilidades e indicando possíveis caminhos reformistas, o que representa um contributo para a resolução do problema basilar deste sector, a sua futura insustentabilidade financeira. Registe-se que do A. análise a foi empreendida durante o que podemos considerar uma *Fase A* do ciclo económico, reunindo, portanto, o mérito de projectar a longa duração como o *cronos* da segurança social, devendo-se actuar preventivamente: «o processo [reformista] (...) corre o risco de, se não for apoiado por uma reforma global, se esgotar em próxima conjuntura económica desfavorável» (pp. 199 -200). Esta conjuntura, que se adivinha, implicará a desconstrução do estado providência e constituir-se-á como o momento-chave para repensar aquilo que se designa por modelo social europeu.

Pedro Teixeira Pereira
(Mestrado em História Contemporânea)

RECENSÃO

MACHADO, José Carlos L. Soares – *Bragançons (Os). História Genealógica de uma Linhagem Medieval (Séculos XI a XIII)*, Lisboa, Edição do Autor, 2004, 8 + IV + 344 pp.

Tempos houve – e foram longos – em que no âmbito da Ciência Histórica os domínios mais directamente ligados à criação, recolção e crítica das fontes receberam a designação – explicitamente subalternizante – de «ciências auxiliares». Era uma designação cómoda, e a sua longa voga não permitia sequer o dar conta do quanto a mencionada explicitude acabava por se revelar injusta face ao esforço – mesmo que distante no tempo – da erudição monástica dos séculos XVII e XVIII – e particularmente, *pioneiro entre pioneiros*, JEAN MABILLON¹ – na criação e primeiros passos de domínios como a *Diplomática* ou a *Cronologia*, ou ainda o que a partir do século XIX se chamou «crítica de autenticidade». E ainda que as vanguardas historiográficas de Novecentos – as várias *Novas Histórias* da Europa e da América do Norte –, para além de quanto operaram nos domínios da problematização, da interdisciplinaridade ou da inovação temática, não tenham também deixado de repensar o conceito de *fonte*, a verdade é que a inércia e a falta de inovação terminológicas deixaram ir mantendo a dita expressão *auxiliarista*, aplicada a domínios como os já mencionados, acrescidos da *Paleografia*, da *Codicologia*, da *Sigilografia*, da *Epigrafia*, da *Numismática*, da *Esfragística* ou – para o que aqui hoje directamente importa – a *Genealogia* e a sua como que “ciência-irmã”, a *Heráldica*. E isto por muito que os cultores respectivos – na escrita ou na prática didáctica – fossem apontando o desajuste da velha expressão – v.g. o espanhol FRANCISCO GIMENO BLAY, ao falar, em 1986, no título de um trabalho de sólida reflexão metodológica, d’«as chamadas ciências auxiliares da História»²; mas sem que, e ao mesmo tempo, alternativas sólidas parecessem ser propostas. E curioso é que ainda em 1989 – e já num contexto de reconhecido revigoramento da erudição – um GEORGES DUBY falasse do novo fôlego das «ciências auxiliares», para logo de seguida esclarecer que se referia às «disciplinas austeras que se ensinam na ÉCOLE DES CHARTES»³.

Mas por essa data – ou seja, há pouco mais de década e meia – algumas alternativas terminológicas tinham já surgido e obtido consagração intelectual e/ou institucional. No País vizinho falava-se já – e continua a falar-se – em «ciências e técnicas historiográficas», *inclusive* na designação de Departamentos ou áreas departamentais das Faculdades de Geografia e História, não raro em situação de vizinhança organizacional com os Departamentos de *História da Idade Média*. Tendo no entanto em conta o balanço traçado em 1996 pela diplomata da U. Valência MARIA MILAGROS CÁRCEL ORTÍ⁴, a *Heráldica* e a *Genealogia* só pontualmente nos surgem integradas nas referidas áreas departamentais. E será muito mais fundamentalmente a instituições como o *Consejo Superior de Investigaciones Científicas* (CSIC) – com o devido realce para o *Instituto de Estudios Gallegos “Padre Sarmiento”*, sediado em Compostela e com actividade nesta área em larga medida protagonizada por EDUARDO PARDO DE GUEVARA e CÉSAR OLIVEIRA – ou como a *Real Academia Matritense de Heráldica y Genealogía* que se tem devido a investigação, divulgação e eventualmente ensino das matérias em causa.

¹ Intervenção proferida no lançamento da obra em epígrafe (Lisboa, Universidade Autónoma, 2005/02/02; sessão promovida pela Associação Portuguesa de Genealogia).

² Sobre este autor e as correntes de erudição em que se enquadra, cf. por todos BARRET-KRIEGLER, 1988, vol.1.

³ GIMENO BLAY, 1986.

⁴ DUBY, G. – «Préface», in BALARD [Ed.], 1991: 8.

⁵ CÁRCEL ORTÍ, 1996: 131 ss.

Entre nós, a edição, há já 10 anos, do *Repertório Bibliográfico da Historiografia Portuguesa (1974-1994)* – iniciativa conjunta da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e do Instituto Camões⁵ – trouxe sem dúvida novidades terminológicas, aportando para o campo da Historiografia universitária conceitos já em uso nos meios profissionais das Bibliotecas, dos Arquivos e dos Serviços de Documentação. Com efeito, na indexação por assuntos a primeira grande secção tem o título «Obras Gerais, Fontes, Ciências Documentais e Outras Ciências de Incidência Histórica»⁶. Nos desenvolvimentos deparamos com um apartado específico para «Biografia e Genealogias», com subdivisões para as épocas medieval, moderna e contemporânea⁷. É óbvio que este *Repertório* poderia ter ido mais longe, *inclusive* no elenco das instituições incluídas (e, conseqüentemente, da produção bibliográfica dos respectivos integrantes): muito justamente, JOSÉ AUGUSTO PIZARRO viria a criticar a não inclusão do *Instituto Português de Heráldica* – e a conseqüente exclusão dos trabalhos do Marquês de Abrantes e dos demais membros do referido *Instituto*⁸.

De qualquer modo, o sair à luz do dia deste conceito (*Ciências de Incidência Histórica*) vinha dar-se numa conjuntura interessante da Historiografia Portuguesa. Lançada por JOSÉ MATTOSO – com o magistério diferido de LÉOPOLD GÉNICOT – nos finais da década de 70⁹, uma ‘Escola’ de História da nobreza medieval ia ganhando forma – com LUÍS KRUS (1954-2005)¹⁰, RITA COSTA GOMES¹¹, BERNARDO VASCONCELOS E SOUSA¹² ou MARIA DE LURDES ROSA¹³ na Universidade Nova de Lisboa¹⁴; LEONTINA VENTURA¹⁵ e ANTÓNIO RESENDE DE OLIVEIRA¹⁶ na Universidade de Coimbra; JOSÉ AUGUSTO SOTTOMAYOR PIZARRO¹⁷ na Universidade do Porto; e um pouco mais tarde LUÍS FILIPE OLIVEIRA¹⁸ na Universidade do Algarve. E de salientar desde logo a *nova erudição* de que estes historiadores davam testemunho: *Genealogia, Heráldica, Prosopografia*, articulações com a *História da Família* e das *Estruturas de Parentesco*, tudo isto estava presente na obra a que esta *geração* – poderemos qualificá-los como tal – ia dando corpo desde finais da década de 80. E se nem sempre as reflexões em torno de fontes, métodos ou historiografia estavam presentes nos textos destes (e de outros) autores, apontem-se no entanto as páginas que JOSÉ MATTOSO¹⁹, RITA COSTA GOMES²⁰ ou JOSÉ AUGUSTO PIZARRO²¹ produziram na derradeira década do século que findou; especial destaque para o último, e para quanto na

⁵ COELHO; RIBEIRO, CARVALHO [Coord.], 1995.

⁶ *Ibid.*, p. 669.

⁷ *Ibid.*, pp. 677-682.

⁸ PIZARRO, 1999.

⁹ Cf., como obra programática, MATTOSO, 1980.

¹⁰ Autor de, nomeadamente, KRUS, 1994.

¹¹ Autora de, nomeadamente, GOMES, 1995.

¹² Autor de, nomeadamente, SOUSA, 2000.

¹³ Autora, nomeadamente, de: ROSA, 1995a; ROSA, 1995b.

¹⁴ Sem esquecer, nesta Universidade, João Silva de Sousa (discípulo de A. H. de Oliveira Marques), autor de SOUSA, 1991.

¹⁵ Autora de, nomeadamente, VENTURA, 1992.

¹⁶ Autor, nomeadamente, OLIVEIRA, 1994.

¹⁷ Autor de, nomeadamente, PIZARRO, 1999.

¹⁸ Autor de, nomeadamente, OLIVEIRA, 1999.

¹⁹ «Investigação (A) da Heráldica e da Genealogia Medieval em Portugal na década de 1980», in MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS [Ed.], 1993: 263-275.

²⁰ GOMES, 1995: 7-23.

²¹ PIZARRO, 1999: vol. 1, 107 ss.

sua tese doutoral dedicou ao «*Género Genealógico na Historiografia Portuguesa – do CONDE D. PEDRO a HERCULANO e de BRAAMCAMP FREIRE aos nossos dias*»²² ou às interrelações *Genealogia / Prosopografia* ou *Texto Genealógico / Árvores Genealógicas*²³.

Acrescente-se que este movimento da nossa Historiografia finissecular se não limitou à incidente sobre tempos medievos: apontem-se por exemplo, para épocas posteriores, as teses de MAFALDA SOARES DA CUNHA sobre a Casa de Bragança²⁴ e de NUNO GONÇALO MONTEIRO sobre *O Crepúsculo dos Grandes*²⁵ ou o Programa OPTIMA PARS (as *élites* políticas do Portugal de finais de *Antigo Regime*), sediado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Eram portanto a desmarginalização e, ao mesmo tempo, os começos da universitarização dos estudos genealógicos e heráldicos, de que outro indício importante ia sendo o surgimento de disciplinas opcionais de *Genealogia e Heráldica* em várias licenciaturas em *História* (U's de Coimbra, Porto, Nova de Lisboa e Lusíada), ao mesmo tempo que *Centros de Estudos* nestas áreas – em eventual articulação com a *História da Família* – iam também aparecendo em Instituições de Ensino Superior: U's Moderna / Porto (sob a égide de GONÇALO VASCONCELOS E SOUSA) e Lusíada / Lisboa (com liderança de HUMBERTO DE OLIVEIRA e MIGUEL METELO DE SEIXAS), por exemplo. O protocolo recém-estabelecido entre a U. Autónoma e a *Associação Portuguesa de Genealogia* claramente se configura como mais um passo no processo que, com a brevidade possível, tenho estado a descrever.

É em tais contextos, Senhoras e Senhores, que surge a Obra que aqui nos congrega. O seu Autor, Dr. José Carlos Lourinho Soares Machado, é jurista de formação e advogado de profissão. Sócio agregado do *Instituto Português de Heráldica*, sócio fundador da *Associação Portuguesa de Genealogia* (de que já foi Secretário-Geral e de que é actualmente Presidente), dá-nos uma monografia de cerca de 350 páginas versando *Os Bragançãos. História Genealógica de uma Linhagem Medieval (Séculos XI a XIII)*.

O volume surge-nos dividido em 4 partes. As duas primeiras são de contextualização: o Autor tem sucessivamente em conta as informações referentes aos Bragançãos na Literatura Linhagística da Idade Média e na Historiografia contemporânea; relativamente a este último ponto salienta-se a existência de um quase *vazio historiográfico*, alternado pela acrítica repetição de lugares-comuns vindas de velhos relatos; excepções no panorama da Historiografia de Novecentos serão ALMEIDA FERNANDES e MANUEL ARTUR NORTON (pp. 14-17); a segunda parte é de integração cronológica e espacial: a Península dos tempos *post-Ano Mil*, o Reino de Leão, o território *bragançano* (pp. 27-34)...

Segue-se a substancial 3.ª parte («Domni Bregantie», cerca de 260 pp.: 35-299), no fundo o *essencial miolo* do volume, diegese da *ascensão e declínio* da linhagem, entre a primeira metade do século XI e a segunda do XIII. Espraia-se este apartado por oito gerações:

o Desde uma primeira, personificada em D. MENDO ALAM DE BRAGANÇA (que viveu entre *ca.* 1000 e *ca.* 1050) (pp. 41-58);

²² PIZARRO, 1999: vol. 1, 129-151.

²³ PIZARRO, 1999: vol. 1, 113-118.

²⁴ CUNHA, 2000. Anteriormente a Autora publicara já CUNHA, 1990.

²⁵ MONTEIRO, 1998.

o a uma oitava, personificável em D. TERESA PERES (II) DE BRAGANÇA (personalidade documentada para a primeira metade de Duzentos), em D. NUNO MARTINS DE CHACIM (que terá vivido entre *ca.* 1218 e *ca.* 1284) e em D. GONÇALO NUNES DE BRAGANÇA (que terá vivido entre *ca.* 1225 e *ca.* 1289) (pp. 229-237, 265-279 e 297-299).

Solidamente apoiado em fontes linhagísticas e em *bibliografia de referência*, o percurso destas oito linhagens desenvolve-se por entre problemáticas hoje correntes na Historiografia versante da nossa nobreza medieval: percursos Leão/Portugal, patrimónios e poder económico, estratégias matrimoniais, descendências legítimas e ilegítimas, protagonismos na Cúria e/ ou na Guerra, ritos de iniciação, representações genealógicas e heráldicas, etc.

Completam o volume 14 árvores genealógicas (pp. 317-332) e a indicação das *Fontes* e da *Bibliografia*: 111 títulos, entre *Fontes Impressas e Estudos* (pp. 333-339), sendo que estão presentes os grandes referenciais de método das Historiografias portuguesa, espanhola e, mais pontualmente, outras ainda.

Será tempo de me ir aproximando do final. Num volumezinho de 1991 dedicado ao «métier d'historien», os franceses GUY THULLIER e JEAN TULARD colocam no capítulo inicial a questão dos diferentes círculos de «peritos do passado», propondo uma como que *tipologia* dos historiadores, a qual engloba os profissionais universitários da *História*, os historiadores de outras disciplinas (*Direito, Filosofia, Literatura, Ciências, Arte*), os conservadores de arquivos, bibliotecas e museus e finalmente (e é aqui que bate o ponto) os historiadores «não-profissionais», que fazem *História por prazer*, sem preocupações de carreira; trata-se de juristas, médicos, engenheiros, professores ou gestores, ocupando-se tanto de domínios acentuadamente «técnicos», como da *História Local*; acrescentando os autores, como *vantagens* deste tipo de historiador no referido quadro de ausência de constrangimentos de carreira, a possibilidade de cada um orientar a investigação como entender e o total domínio do tempo²⁶.

Creio bem que tais *vantagens* deram o seu pleno resultado no volume que temos perante nós e que *Os Braganças. História Genealógica de uma Linhagem Medieval* é indubitavelmente **uma Obra conseguida**. Com ela está hoje muita Gente de parabéns: o Autor, naturalmente; a *Associação Portuguesa de Genealogia*, que a vê surgir no seu seio e logo pela pena do Presidente da Direcção; e esta Universidade, que mercê do protocolo estabelecido desde já pode assistir ao intensificar interno da pesquisa – e mesmo do ensino, em modalidades como a dos *Cursos Livres* (e acabo de saber que está já programada uma primeira iniciativa nesta área) – num dado domínio da Ciência Histórica, área tão desertificada de vocações na complexa conjuntura social e demográfica que vivemos. Só que, e como diria o Poeta, «*Há sempre alguém que semeia*»...

Armando Luís de Carvalho HOMEM

²⁶ THULLIER; TULARD, 1991: 23.

REFERÊNCIAS

- BALARD, Michel [Ed.], 1991 – *Histoire (L) Médiévale en France. Bilan et perspectives*, Paris, Seuil.
- BARRET-KRIEGEL, Blandine, 1988 – *Historiens (Les) et la monarchie, 1. Jean Mabillon*, Paris, PUF.
- CÁRCEL ORTÍ, M. M., 1996 – *Enseñanza (La) de la Paleografía y Diplomática. Centros y Cursos*, Valencia, s.e.
- COELHO, Maria Helena da Cruz; RIBEIRO, Maria Manuela Tavares; CARVALHO, Joaquim Ramos de [Coord.], 1995 – *Repertório Bibliográfico da Historiografia Portuguesa (1974-1994)*, Coimbra / Lisboa, Fac. Letras (UC) / Instituto Camões.
- CUNHA, Mafalda Soares da, 1990 – *Linhagem, parentesco e poder: a Casa de Bragança (1384-1483)*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança.
- CUNHA, Mafalda Soares da, 2000 – *Casa (A) de Bragança, 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Estampa.
- GIMENO BLAY, F. M., 1986 – *Llamadas (Las) ciencias auxiliares de la Historia: errónea interpretación*, Saragoça, s.e.
- GOMES, Rita Costa, 1995 – *Corte (A) dos Reis de Portugal no final da Idade Média*, Lisboa, Difel.
- KRUS, Luís, 1994 – *Concepção (A) nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*, Lisboa, JNICT/Fundação Calouste Gulbenkian.
- MATTOSO, José, 1980 – *Nobreza (A) Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*, Lisboa, Estampa.
- MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, Faustino [Ed.], 1993 – *Armerias (Las) en Europa al comenzar la Edad Moderna y su proyección al Nuevo Mundo*, Madrid, Dirección de Archivos Estatales.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, 1998 – *Crepúsculo (O) dos Grandes (1750-1832)*, Lisboa, IN/CM.
- OLIVEIRA, António Resende de, 1994 – *Depois do espectáculo trovadoresco. A estrutura dos cancioneiros peninsulares e as recolhas dos séculos XIII e XIV*, Lisboa, Colibri.
- OLIVEIRA, Luís Filipe, 1999 – *Casa (A) dos Coutinhos: Linhagem, Espaço e Poder (1360-1452)*, Cascais, Patrimonia.
- PIZARRO, José Augusto S.-M., 1999 – *Linhagens medievais portuguesas. Genealogias e estratégias (1279-1325)*, 3 vols., Porto, U. Moderna / Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família.
- ROSA Maria de Lurdes, 1995a – *Pero Afonso Mealha. Os bens e a gestão da riqueza de um proprietário leigo do século XIV*, Redondo, Patrimonia.
- ROSA, Maria de Lurdes, 1995b – *Morgadio (O) em Portugal: sécs. XIV-XV. Modelos e práticas de comportamento linhagístico*, Lisboa, Estampa.

- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, 2000 – *Pimentéis (Os). Percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (Séculos XIII-XV)*, Lisboa, IN/CM.
- SOUSA, João Silva de, 1991 – *Casa (A) senhorial do infante D. Henrique*, Lisboa, Horizonte.
- THUILLIER, G.; TULARD, J., 1991 – *Métier (Le) d'historien*, Paris, PUF [coll. «Que sais-je?», n.º 2615].
- VENTURA, Leontina, 1992 – *Nobreza (A) de Corte de Afonso III*, 2 vols., tese de doutoramento/U. Coimbra, 2 vols., policop., Coimbra.

Abstracts

Abstracts

Nautical Art, Technique and Science in Early Modern Portugal Contributions of the “wisdom of the discoveries” to European science

Amélia Polónia

This article aims to discuss the extent to which technical and scientific knowledge resulting from the process of the Portuguese discoveries and overseas expansion was based, or not, on scientific procedures and praxes and whether it contributed, or not, to the construction of a new scientific system that came to mark Europe in the 17th century. To this end, we shall address in the first place the concepts and practices of the “art of navigating”, “naval technique” and “naval science” and, then proceed with some epistemological insights of the so-called “wisdom of the discoveries”. The considerations presented here are not drawn from original research on the topic under study, but merely from reflection on widely known data and information.

("Finding out how to do it": knowledge circulation amongst maritime communities in Early Modern Times)

Amândio Jorge Morais Barros

In this essay I'll intend to analyse some aspects of the knowledge diffusion amid Portuguese and European maritime centres between late Middle Ages and Early Modern Times. The starting point will be the identification of maritime societies. Who are those members and how each one of them acted adding new outlooks in the subject? As we all recognize the 14th century has been a period of intense international bonds involving the major European costal zones: a period of development of enlarged maritime networks alongside with market enlargement and vital economic connections. Here we can find the origins of an enlarged maritime heritage which will be patent in times

ahead, namely in the 16th century Europe. In that way, we must try to define "maritime cultures" and articulated economic centres: from the Baltic to the Mediterranean, merchants and sailors find out how people deal with common problems in different areas: how to build a ship set to sail in a particular surrounding; how the seaports were planned and arranged; the rules and ways of commerce; the mentalities that were displayed by the men who lived from what the Sea provided. These are some of the basics of interaction and maritime cultural diffusion in this extended area.

The first part of the study, which is a foremost of a long term research project, will be dedicated to commercial techniques: how European merchants acquire privileged information about the ways of the trade. On the second part I'll look after shipyard procedure: how carpenters, caulkers, rope makers and other specialized workers developed solutions in order to build new and increasingly successful ships. Throughout this text the circulation of people all over European maritime centres observing, writing about ports, trades, and ships, and communicating what they saw to their fellowship will be emphasised. Circulation of people means information diffusion. These are the Modern Times at its best.

The healing universe in Capitania das Minas Gerais (1750-1808)

Ramon Fernandes Grossi

This article studies the everyday of medicine in Minas Gerais, Brasil, in the eighteen century, considering the questions was suggest by that reality, how the analyses of the presence of magic belief about cure and of the new techniques of medicine.

The New Obstetric Knowledge and its Professional Effects (19th century)

Marinha do Nascimento Carneiro

The role of the midwife was to care mothers in childbirth. For centuries, in the agrarian society, her action was based in a folk knowledge. Since the 19th century, her graduation was taken in academic institutions, due to the new institutional conditions, leaded by the

medical profession and its scientific strategies: the midwives should be supervised by medicine, according the knowledge and technology developed in the medical obstetric.

**Dementia in Porto:
The Psychiatric Hospital of Conde de Ferreira
(1883-1908)**

Pedro Teixeira Pereira, Eva Gomes, Olga Martins

Despite the fact that the *Hospital de Alienados do Conde de Ferreira* no longer assumes the same purposes for which it was created in the past, its importance and age-old prominence still prevail. Thus, this paper seeks to understand and analyze the Portuguese model of hospital assistance for the demented at the turn of the 19th century, based on the study of the services provided at the *Hospital do Conde de Ferreira*. We feel that it is particularly pertinent to determine to what extent this Hospital applied the scientific modernity of this period.

**ALEXANDER FLEMING (1881-1955)
From the discovery of penicillin (1928) to the Nobel Prize (1945)**

Ana Leonor Pereira e João Rui Pita

Alexander Fleming's discovery of penicillin in 1928 is one of the most distinguished scientific discoveries in the history of science, medicine and pharmaceuticals of the 20th century. The authors point out the importance of this discovery and the transformation of penicillin into medication. Then, they present the results of their research regarding the reception of penicillin in Portugal during the second half of the 1940s.

Heterodoxy of the art of healing in 19th century Portugal – The homeopathy case

Yann Araújo

This paper refers to the case-study of one of the therapeutic alternatives to the classical medicine, surgery and pharmacy of the Portuguese 19th century - homeopathy. We start by understanding the context in which it emerged as a sick-people medicine. We then describe the process of its reception, introduction and divulgation both by laypeople in medicine and physicians, at a personal and an institutional level. We seek therefore to evoke the history of a medical-pharmaceutical heterodoxy that was, for a large period of the Portuguese 19th century, an actual threat to the official medicine.

Archaeology of scientific practices in Portugal – a history of photography

Maria de Fátima Nunes

In this essay, photography is regarded as a scientific practice that played an important role in Portugal during the 19th century. The commemorative role of the *Academia das Ciências de Lisboa*, in 1940, gave rise to several research hypotheses on *another* history of photography which can be closely linked to the material construction of the State. Thus, we were able to identify two fundamental references in the history of photography as a scientific practice: José Júlio Rodrigues and *Secção Fotográfica da Direcção Geral dos Trabalhos Geográficos*.

**Port Wine:
Between Craftsmanship and Agricultural industry**

Gaspar Martins Pereira

The production of Port Wine, comprising the complexity of an agricultural process involving several stages of transformation, as well as being strongly business-orientated, takes on specific characteristics determined by the natural conditions of its territory of origin, the relations between that territory and its markets and the history surrounding it. Technical evolution is, in this case, characterized by a strong connection between elements of tradition and modernity, bound by a centuries-old line of continuity, which has adapted to both slow evolutionary processes and revolutionary ruptures and innovations, especially in times of crisis, as was the case of the changes wrought by the various vine diseases during the second half of the 20th century.

**The Diffusion of Actuarial Techniques and the Early Assurance Companies in
Porto in the 19th Century**

Jorge Alves

This study aims to question the assurances companies establishment in Porto in the liberal period in the context of the actuarial techniques development and its generalization in the maritime, fire and life branches of assurance. After giving a general outline of the assurance practices in Porto, we proceed to recapitulate some aspects of Segurança, Garantia and Previdente companies, seen as case studies.

ALTERITY ON THE BORDER FRONT OF GRANADA
(An analysis of war and peace, 13th – 15th centuries)

Manuel García Fernández

Studies on the diverse forms of *alterity on the Border front of Granada* during the historical period of its genesis, evolution and definition (13th-15th centuries), are not unlike other border-related issues that were amply commented on in the medieval historiography of Andalusia. The scarcity and difficulty of known document sources undoubtedly restricts our understanding; or rather confines it to perspectives imposed by the dominant Christians. In Andalusia, the image of the neighbouring realm – basically that of Muslim Granada – is shaped by negative / positive features arising from relations evolving around daily survival, which, in turn, were based on war and peace as a way of life, and on the institutions that guaranteed the peaceful coexistence between two cultures, which were nevertheless antagonistic. The Crown, the king's officials and the Castilian noblemen did not always understand or accept the forms of alterity of the Southern inhabitants as correct. Thus, peripheral attitudes and mutual relations emerged that often diverged from the official directives. *El enemigo en el espejo* (The enemy in the mirror).

Privatization in the second half of the 18th century: reflections from a Porto
Notary Public

Sérgio Ferreira

This paper aims at contributing to a greater understanding of the different realities sustaining privatization actions during the second half of the 18th century. The study comprehends the political involvement and legal framework, practical procedures and material aspects, as well as the intellectual context which emerged, reflecting an exceptional historical moment.

In this sense, a number of issues will be addressed, such as the neutrality of the seas, the strategies of privatization approaches, detention and trial of prisoners, as well as the behaviour of the victims, in an attempt to capture, at this level, the world revolving around the emotions, skills and values of the 18th century seafaring man.

**Bourgeoisie Sociability in Viana do Castelo in the second half of the XIX century:
the Assembleia Vianense**

José Augusto Arriscado

During the second half of the 19th century, Assembleia Vianense became itself in the main place of the bourgeoisie sociability in Viana do Castelo. This space of social relations was determined from the necessity of reinforcing its cohesion. They have integrated it the most remarkable individualities in the town and a small bourgeoisie associated to the public officials. Endogamy was a predominant element in this circle, and the action of its members has been reflected on local and national public life.

The idea of 'home schooling' in the Portuguese 20th century

Carlos Manique da Silva

Throughout the 19th century, the dichotomy school/home became a structural element in the buildings designed for primary education. On the other hand, when considering the chronology under analysis, we note that the public school areas tend to close in on themselves, and do not taking advantage of their “surroundings” for educational purposes, a fact medical and pedagogical discourses are not able to truly counterbalance in their proposals for openness to the environment and nature.

The Carnival and the Bourgeois World

Sandra Brito

The present article intends, through a historic-social boarding of the Carnival celebration in the end of the 19th century and the beginning of the 20th century, to apprehend its inherent social directions, on behalf to understand the alliances and conflicts that characterize the social relations that served to it of base, as well as all the process of reorganization of this Celebration of the “Momo”, that then occurred in the Porto city. We look for, also, to understand of that it forms and under that arguments the Porto’s bourgeoisie reorganized this celebration, placing it its service structuralizing it in accordance with the two main pillars of the bourgeois society: the profit and the power.

Pioneering, discipline and paternalism in work relations between the owners and the Portuguese immigrants in the XIX century: the case of New Lousã colony, in São Paulo

Oswaldo Truzzi e Ana Sílvia Volpi Scott

In 1867, João Elisário de Carvalho Monte-Negro, born in Lousã, became a farmer in Pinhal, at the hinterland of São Paulo. He called his property Nova Lousã (New Lousã) and brought to it families from his village to work as free wage labourers, in a time when slavery prevailed in Brazil. His farm succeeded and was taken as a model of free labour adoption in São Paulo. In this paper, we discuss how work was organized in Nova Lousã, and argue that paternalism and fellow countryman bonds structured the pattern of relations between rural workers and farmer in Nova Lousã.

Dissertações de Mestrado na área de História

2001

05 de Janeiro de 2001

Mestrado em História Moderna

Lic.^a Susana Maria Vaz Carvalho

Tema: “Viana Seiscentista – A Visita Inquisitorial de 1618”

Júri: **Presidente:** Prof. Doutor Eugénio Francisco dos Santos, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (por delegação do coordenador do Mestrado); **Vogais:** Prof. Doutor António Borges Coelho, Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Prof.^a Doutora Elvira Cunha de Azevedo Silva Mea, Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (orientadora).

Classificação: Muito Bom.

07 de Fevereiro de 2001

Mestrado em História Moderna

Lic.^a Maria Luísa Gil dos Santos

Tema: “O Ciclo Vivencial do Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Tabosa”

Júri: **Presidente:** Prof. Doutor Eugénio Francisco dos Santos, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (coordenador do Mestrado); **Vogais:** Prof.^a Doutora Maria Alegria Fernandes Marques, Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Prof. Doutor José Amadeu Coelho Dias, Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (orientador).

Classificação: Bom com Distinção.

16 de Fevereiro de 2001

Mestrado em História Moderna

Lic.^a Maria do Céu da Cunha Correia Guedes

Tema: “Administração Municipal e Elites Locais no Concelho de Penafiel (1770-1779)”

Júri: **Presidente:** Prof. Doutor Eugénio Francisco dos Santos, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (coordenador do Mestrado); **Vogais:** Prof.^a Doutora Laurinda Faria Santos Abreu, Professora Auxiliar da Universidade de Évora; Prof. Doutor Francisco Ribeiro da Silva, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (orientador).

Classificação: Bom com Distinção.

16 de Fevereiro de 2001

Mestrado em História Moderna

Lic.^o António Ventura dos Santos Pinto

Tema: “Vila do Conde (1785-1800) As gentes e o Governo Municipal”

Júri: **Presidente:** Prof. Doutor Eugénio Francisco dos Santos, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (coordenador do Mestrado); **Vogais:** Prof. Doutor José Viriato Eiras Capela, Professor Catedrático da Universidade do Minho; Prof. Doutor Francisco

Ribeiro da Silva, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (orientador).

Classificação: Muito Bom.

20 de Fevereiro de 2001

Mestrado em História Moderna

Lic.^a Maria da Conceição Costa Carneiro

Tema: “A População Bracarense na Visitação Inquisitorial de 1618”

Júri: Presidente: Prof. Doutor Eugénio Francisco dos Santos, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (coordenador do Mestrado); **Vogais:** Prof.^a Doutora Norberta Amorim, Professora Catedrática da Universidade do Minho; Prof.^a Doutora Elvira Cunha de Azevedo da Silva Mea, Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (orientadora).

Classificação: Muito Bom.

10 de Maio de 2001

Mestrado em História Contemporânea

Lic.^a Felicidade Rosa Moura Ferreira

Tema: “Adriano Ramos Pinto Práticas Comerciais Inovadoras no Vinho do Porto em Finais do Século XIX”

Júri: Presidente: Prof.^a Doutora Maria Antonieta da Conceição Cruz, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (por delegação do coordenador do Mestrado); **Vogais:** Prof.^a Doutora Ana Maria Matos Cardoso Themudo Barata, Professora Auxiliar da Universidade de Évora; Prof. Doutor Jorge Fernandes Alves, Professor Auxiliar com agregação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (orientador).

Classificação: Muito Bom.

9 de Julho de 2001

Mestrado em História Contemporânea

Lic.^a Rosa Maria Barros Lopes

Tema: “Valdosende Origem de uma Minoria Protestante”

Júri: Presidente: Prof.^a Doutora Maria da Conceição Coelho Meireles Pereira, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (por delegação do coordenador do Mestrado); **Vogais:** Prof. Doutor José Paulo Leite de Abreu, Professor Associado da Faculdade de Teologia da Universidade Católica – Braga; Prof. Doutor João Francisco Marques, Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (orientador).

Classificação: Muito Bom.

9 de Julho de 2001

Mestrado em História Contemporânea

Lic.^a Ana Maria Sampaio Pereira Monteiro Schefer

Tema: “Contribuição para a história de uma minoria Religiosa: a Comunidade Hindu do Porto”

Júri: Presidente: Prof.^a Doutora Maria da Conceição Coelho Meireles Pereira, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (por delegação do coordenador do Mestrado); **Vogais:** Prof.^a Doutora Rosa Maria de Figueiredo Perez, Professora Auxiliar com agregação do

departamento de Antropologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa; Prof. Doutor João Francisco Marques, Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (orientador).

Classificação: Muito Bom.

28 de Setembro de 2001

Mestrado em História Medieval

Lic.º Jorge Filipe Pereira de Araújo

Tema: “A Administração Municipal do Porto (1508-1511)”

Júri: Presidente: Prof. Doutor Luís Alberto Adão da Fonseca, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (por delegação do coordenador do Mestrado); **Vogais:** Prof.ª Doutora Maria Helena da Cruz Coelho, Professora Catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Prof. Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (coordenador do Mestrado e Orientador).

Classificação: Muito Bom.

2002

07 de Janeiro de 2002

Mestrado em História Contemporânea

Lic.ª Maria de Fátima Pinto Amorim Nozes Tavares

Tema: “HA-LAPID (O Facho) Análise do Órgão Oficial da Comunidade Israelita do Porto”

Júri: Presidente: Prof.ª Doutora Maria da Conceição Coelho Meireles Pereira, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; **Vogais:** Prof. Doutor Vítor Manuel Parreira Neto, Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Prof. Doutor João Francisco Marques, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Classificação: Muito Bom.

24 de Janeiro de 2002

Mestrado e História Contemporânea

Lic.º Rui Miguel da Silva Teixeira

Tema: “Políticas Vitivinícolas em Portugal (1838-1843): a questão duriense”

Júri: Presidente: Prof. Doutor Jorge Fernandes Alves, Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; **Vogais:** Prof.ª Doutora Maria da Conceição Couto de Andrade Martins, Investigadora Auxiliar do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; Prof. Doutor Gaspar Manuel Martins Pereira, Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Classificação: Muito Bom.

31 de Janeiro de 2002

Mestrado em História Contemporânea

Lic.ª

Constança do Nascimento da Rosa Ferreira de Ceita Miguel

Tema: “A Vida e a Obra do Portuense Silva Porto no reino Ovimbundu – Bié (1839-1890)”

Júri: Presidente: Prof.^a Doutora Maria Antonieta da Conceição Cruz, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; **Vogais:** Prof.^a Doutora Jill Rosemary Reaney Dias, Professora Catedrática da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; Prof. Doutor Gaspar Manuel Martins Pereira, Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Classificação: Bom com Distinção.

14 de Fevereiro de 2002

Mestrado em História Medieval

Lic.^a Eliana Gonçalves Diogo Ferreira

Tema: “1473” – Um Ano no Desembargo do «Africano»

Júri: Presidente: Prof.^a Doutora Maria Cristina Almeida e Cunha Alegre, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; **Vogais:** Prof.^a Doutora Maria José Azevedo Santos, Professora Associada com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Prof. Doutor Armando Luís Gomes de Carvalho Homem, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Classificação: Muito Bom.

14 de Fevereiro de 2002

Mestrado em História Medieval

Lic.^o António Eduardo Teixeira de Carvalho

Tema: “A Chancelaria Régia e os seus Oficiais em 1468”

Júri: Presidente: Prof. Doutor José Marques, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; **Vogais:** Prof.^a Doutora Maria José Azevedo Santos, Professora Associada com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Prof. Doutor Armando Luís Gomes de Carvalho Homem, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Classificação: Muito Bom.

15 de Fevereiro de 2002

Mestrado em História Medieval

Lic.^a Isabel Bárbara de Castro Henriques

Tema: “Os Caminhos do Desembargo: 1472, um ano na Burocracia do «Africano»”

Júri: Presidente: Prof. Doutor Luís Alberto Adão da Fonseca, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; **Vogais:** Prof.^a Doutora Maria Helena da Cruz Coelho, Professora Catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Prof. Doutor Armando Luís Gomes de Carvalho Homem, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Classificação: Muito Bom.

20 de Fevereiro de 2002

Mestrado em História Medieval

Lic.^a Emília Albertina Sá Pereira de Vasconcelos

Tema: “Vereações na Câmara do Porto no ano de 1548”

Júri: Presidente: Prof. Doutor Luís Alberto Adão da Fonseca, Professor Catedrático da Faculdade

de Letras da Universidade do Porto; **Vogais:** Prof.^a Doutora Maria Helena da Cruz Coelho, Professora Catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Prof. Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Classificação: Bom.

20 de Fevereiro de 2002

Mestrado em História Medieval

Lic.^a Maria Helena Barbosa Pinto

Tema: “A Vereação Municipal do Porto em 1545”

Júri: Presidente: Prof. Doutor Luís Alberto Adão da Fonseca, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; **Vogais:** Prof.^a Doutora Maria Helena da Cruz Coelho, Professora Catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Prof. Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Classificação: Muito Bom.

21 de Fevereiro de 2002

Mestrado em História Medieval

Lic.^a Edite Rute dos Santos Bento Soares

Tema: “O Concelho Portuense em 1551”

Júri: Presidente: Prof. Doutor Luís Alberto Adão da Fonseca, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; **Vogais:** Prof.^a Doutora Maria Helena da Cruz Coelho, Professora Catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Prof. Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Classificação: Muito Bom.

21 de Fevereiro de 2002

Mestrado em História Contemporânea

Lic.^o Armando Manuel Barge Bouçon Ribeiro

Tema: “Sociabilidades e Marginalidades em Espinho: práticas sociais, culturais e associativas (1889-1915)”

Júri: Presidente: Prof. Doutor Gaspar Manuel Martins Pereira, Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; **Vogais:** Prof.^a Doutora Irene Maria de Montezuma de Carvalho Mendes Vaquinha, Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Prof.^a Doutora Maria da Conceição Coelho Meireles Pereira, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Classificação: Muito Bom.

22 de Fevereiro de 2002

Mestrado em História Contemporânea

Lic.^o José Manuel Pereira

Tema: “O Caixaero e a Instrução Comercial no Porto Oitocentista” – Percursos, práticas e contextos profissionais”

Júri: Presidente: Prof.^a Doutora Maria da Conceição Coelho Meireles Pereira, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (por delegação do Coordenador do Mestrado);
Vogais: Prof.^a Doutora Maria de Fátima Nunes, Professora Associada do Departamento de História da Universidade de Évora; Prof. Doutor Jorge Fernandes Alves, Professor Auxiliar com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Classificação: Muito Bom.

12 de Março 2002

Mestrado em História Contemporânea

Lic.^a Maria de Fátima de Sá Guerra Marques Pereira

Tema: “Casa Fotografia Moraes – A Modernidade Fotográfica na obra dos Cunha Moraes”

Júri: Presidente: Prof.^a Doutora Maria da Conceição Coelho Meireles Pereira, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (por delegação do Coordenador do Mestrado);

Vogais: Prof.^a Doutora Ana Maria dos Santos Cardoso de Matos Temudo Barata, Professora Auxiliar do Departamento de História da Universidade de Évora; Prof. Doutor Jorge Fernandes Alves, Professor Auxiliar com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Classificação: Muito Bom.

13 de Março de 2002

Mestrado em História Medieval

Lic.^a Isabel Carla Moreira de Brito

Tema: “A Burocracia Régia Tardo-Afonsoina – A Administração Central e os seus Oficiais em 1476”

Júri: Presidente: Prof. Doutor Luís Alberto Adão da Fonseca, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; **Vogais:** Prof.^a Doutora Hermínia Maria de Vasconcelos Alves Vilar, Professora Auxiliar da Universidade de Évora; Prof. Doutor Armando Luís Gomes de Carvalho Homem, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Classificação: Muito Bom.

15 de Março de 2002

Mestrado em História Medieval

Lic.^o Hugo Alexandre Ribeiro Capas

Tema: “A Chancelaria Régia e os seus Oficiais no Ano de 1469”

Júri: Presidente: Prof. Doutor Luís Alberto Adão da Fonseca, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; **Vogais:** Prof. Doutor João Luís Lima Silva de Sousa, Professor Auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; Prof. Doutor Armando Luís Gomes de Carvalho Homem, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Classificação: Muito Bom.

09 de Maio de 2002

Mestrado em História Medieval

Lic.^a Maria Helena Mendes da Rocha Oliveira

Tema: “A Confraria de S. Crispim e S. Crispiniano e o seu Hospital na Idade Média”

Júri:Presidente: Prof. Doutor José Marques, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da

Universidade do Porto; **Vogais:** Prof.^a Doutora Maria Teresa Nobre Veloso, Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Prof. Doutor José Amadeu Coelho Dias, Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Classificação: Bom com Distinção.

16 de Julho de 2002

Mestrado em História Contemporânea

Lic.^a Lourdes da Graça Camelo da Cunha e Silva

Tema: “Gentes sem Terra, Terras sem Gente – Transformações na sociedade rural do Concelho de Alfândega da Fé (1940-1970)”

Júri: Presidente: Prof.^a Doutora Maria José Vieira Alves da Silva Moutinho Santos, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; **Vogais:** Prof. Doutor João Santos Ramalho Cosme, Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Prof. Doutor Jorge Fernandes Alves, Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Classificação: Muito Bom.

18 de Julho de 2002

Mestrado em História Moderna

Lic.^o Paulo Jorge de Sousa Santos Silva

Tema: “Uma Reencarnação Monástica: do Mosteiro de Rio Tinto ao Mosteiro de Avé-Maria do Porto”

Júri: Presidente: Prof. Doutor Francisco Ribeiro da Silva, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; **Vogais:** Prof.^a Doutora Alcina Manuela de Oliveira Martins, Professora Associada da Universidade Portucalense Infante D. Henrique; Prof. Doutor José Amadeu Coelho Dias, Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Classificação: Muito Bom.

22 de Novembro de 2002

Mestrado em História Contemporânea

Lic.^o João Carlos Lobato de Azevedo Costa

Tema: “Acidentes de Trabalho e doenças profissionais. O problema social das condições de Trabalho do século XIX a XX”

Júri: Presidente: Prof.^a Doutora Maria José Vieira Alves da Silva Moutinho Santos, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; **Vogais:** Prof. Doutor Jaime Alberto do Couto Ferreira, Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; Prof. Doutor Jorge Fernandes Alves, Professor Associado com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (orientador).

Classificação: Muito Bom.

10 de Dezembro de 2002

Mestrado em História Moderna

Lic.^o Ricardo Moreira Figueiredo Filho

Tema: “Brasil e Portugal: Imagens e representações (1870-1900)”

Júri: Presidente: Prof. Doutor Aurélio de Araújo Oliveira, Professor Catedrático da Faculdade

de Letras da Universidade do Porto (orientador);”**Vogais:** Prof. Doutor José Manuel Azevedo Silva, Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Prof. Doutor Jorge Fernandes Alves, Professor Auxiliar com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Classificação: Muito Bom.

12 de Dezembro de 2002

Mestrado em História Moderna

Lic.º Carlos Alberto Dias Ferreira e Silva

Tema: “Organização do trabalho em espaços rurais – os sombreireiros do Concelho da Feira (1755-1815)”

Júri: Presidente:”Prof. Doutor Eugénio Francisco dos Santos, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; **Vogais:** Prof.^a Doutora Maria Norberta Simas Bettencourt Amorim, Professora Catedrática do Departamento de História da Universidade do Minho; Prof.^a Doutora Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Classificação: Muito Bom.

16 de Dezembro de 2002

Mestrado em História Medieval e do Renascimento

Lic.^a Maria Odete Neto Ramos

Tema: “O Património da Gafaria de São Gião de Monção: séculos XV-XVI”

Júri: Presidente: Prof. Doutor José Marques, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; **Vogais:** Prof. Doutor Saúl António Gomes Coelho Silva, Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Prof. Doutor Luís Miguel Ribeiro de Oliveira Duarte, Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Classificação: Muito Bom.

20 de Dezembro de 2002

Mestrado em História Moderna

Lic.^a Maria Armanda Pereira Nunes Gaiteiro Ribeiro

Tema: “Trabalho e quotidiano numa Vila do Litoral – Vila do Conde no século XVIII”

Júri: Presidente:”Prof. Doutor Eugénio Francisco dos Santos, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; **Vogais:** Prof.^a Doutora Alda Maria Martins Mourão Filipe, Professora Adjunta do Instituto Politécnico de Leiria; Prof.^a Doutora Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão da Silva, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Classificação: Muito Bom.

2003

Curso Integrado de Estudos Pós-Graduados em História Medieval e do Renascimento**07 de Janeiro de 2003****Lic.^a** Maria Lúcia de Oliveira Lopes Afonso**Tema:** “O Porto segundo o livro de Vereações de 1559”**Júri: Presidente:** Prof. Doutor Luís Alberto Adão da Fonseca, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; **Vogais:** Prof.^a Doutora Maria Helena da Cruz Coelho, Professora Catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Prof. Doutor Luís Miguel Ribeiro de Oliveira Duarte, Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.**Classificação:** Muito Bom.**13 de Janeiro de 2003****Lic.^a** Maria Cristina Ribeiro de Sousa Fernandes**Tema:** “A Ordem Militar de Santiago no Século XIV”**Júri: Presidente:** Prof. Doutor Luís Alberto Adão da Fonseca, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto;**Vogais:** Prof.^a Doutora Isabel Luísa Morgado Sousa e Silva, Professora Associada da Univ. Portucalense Infante D. Henrique; Prof.^a Doutora Paula Maria de Carvalho Pinto Costa, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.**Classificação:** Muito Bom.**13 de Janeiro de 2003****Lic.^o** Eurico José Gomes Dias**Tema:** “A Construção da História Medieval na imprensa periódica portuguesa de oitocentos: os exemplos de O Panorama e do Archivo Pittoresco”**Júri: Presidente:** Prof. Doutor Luís Alberto Adão da Fonseca, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; **Vogais:** Prof.^a Doutora Maria Cristina Oliveira Moreira Gomes Pimenta Aguiar Pinto, Professora Associada da Univ. Portucalense Infante D. Henrique; Prof.^a Doutora Paula Maria de Carvalho Pinto Costa, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Orientadora).**Classificação:** Muito Bom.**17 de Janeiro de 2003****Lic.^a** Maria Manuela da Silva Durão**Tema:** “1471 – Um ano “Africano” no desembarco de D. Afonso V”**Júri: Presidente:** Prof.^a Doutora Maria Cristina Almeida e Cunha Alegre, Professora Auxiliar e Vogal da Comissão de Coordenação do Curso Integrado de Estudos Pós-Graduados em História Medieval e do Renascimento da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; **Vogais:** Prof. Doutor Saúl António Gomes Coelho da Silva, Professor Auxiliar da Faculdade de Letras Universidade de Coimbra; Prof. Doutor Armando Luís Gomes de Carvalho Homem, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Orientador).**Classificação:** Muito Bom.

22 de Janeiro de 2003

Lic.^a Paula Manuela Mourão da Cunha Balsemão

Tema: “Actas de Vereação da Cidade do Porto Ano de 1537”

Júri: Presidente: Prof.^a Doutora Maria Cristina Almeida e Cunha Alegre, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; **Vogais:** Prof.^a Doutora Maria da Conceição Falcão Ferreira, Professora Auxiliar do Instituto de Ciências Sociais – Departamento de História da Universidade do Minho; Prof. Doutor Luís Miguel Ribeiro de Oliveira Duarte, Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Classificação: Bom com Distinção.

28 de Março de 2003

Lic.^o Álvaro Rodrigues Pinto

Tema: “Vida Quotidiana, Economia e Poder no Porto Segundo as Actas de Vereação de 1539-40”

Júri: Presidente: Prof.^a Doutora Maria Cristina Almeida e Cunha Alegre, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; **Vogais:** Prof.^a Doutora Maria Manuela Tavares Santos Silva, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Prof. Doutor Luís Miguel Ribeiro de Oliveira Duarte, Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Orientador).

Classificação: Muito Bom.

24 e Julho de 2003

Lic.^a Paula Cristina Nunes Correia Duarte

Tema: “O Mosteiro de Gondar” – Património e Rendas”

Júri: Presidente: Prof. Doutor José Marques, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; **Vogais:** Prof.^a Doutora Maria Teresa Nobre Veloso, Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Prof. Doutor Armando Luís Gomes de Carvalho Homem, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Classificação: Muito Bom.

26 de Novembro de 2003

Lic.^a Ana Carolina de Doménico de Avilez de Basto

Tema: A Vila do Torrão segundo as visitas de 1510 e 1534 da Ordem de Santiago”

Júri: Presidente: Prof. Doutor Luís Alberto Adão da Fonseca, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; **Vogais:** Prof.^a Doutora Maria Cristina Oliveira Moreira Gomes Pimenta Aguiar Pinto, Professora Associada da Universidade Portuguesa Infante D. Henrique; Prof.^a Doutora Paula Maria de Carvalho Pinto Costa, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Classificação: Muito Bom.

03 de Dezembro de 2003

Lic.^a Antónia Paula da Rocha Coelho

Tema: “Estruturas Familiares na Idade Média” – A Partir das Cartas de Perdão de 1471/1472”

Júri: Presidente: Prof. Doutor Luís Alberto Adão da Fonseca, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; **Vogais:** Prof. Doutor Bernardo Maria Godinho de Sá

Nogueira, Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Prof. Doutor Luís Miguel Ribeiro de Oliveira Duarte, Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Classificação: Muito Bom.

Mestrado em História Contemporânea

18 de Março de 2003

Lic.º José Manuel Queijo Barbosa

Tema: “A Flor do Campo”

Júri: Presidente: Prof. Doutor Jorge Fernandes Alves, Professor Associado com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Orientador); **Vogais:** Prof.^a Doutora Ana Maria dos Santos Cardoso de Matos Temudo Barata, Professora Auxiliar do Departamento de História da Universidade de Évora; Prof.^a Doutora Maria José Vieira Alves da Silva Moutinho Santos, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Classificação: Muito Bom.

18 de Março de 2003

Lic.^a Maria Fernanda Valente Ferreira Sousa

Tema: “Oliva – Máquina de Costura Portuguesa”

Júri: Presidente: Prof.^a Doutora Maria José Vieira Alves da Silva Moutinho Santos, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto;

Vogais: Prof.^a Doutora Ana Maria dos Santos Cardoso de Matos Temudo Barata, Professora Auxiliar do Departamento de História da Universidade de Évora; Prof. Doutor Jorge Fernandes Alves, Professor Associado com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Orientador).

Classificação: Muito Bom.

05 de Maio de 2003

Lic.^a Berta Gonçalves Morais

Tema: “Ruralismo e Família em Vinhais: Estudo de caso sobre a Paróquia de Santalha (1886-1909)”

Júri: Presidente: Prof.^a Doutora Maria José Vieira Alves da Silva Moutinho Santos, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; **Vogais:** Prof. Doutor João Santos Ramalho Cosme, Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Prof. Doutor Jorge Fernandes Alves, Professor Associado com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Classificação: Muito Bom.

05 de Dezembro de 2003

Lic.^a Gisela Maria da Mota Ferreira Machado da Mota

Tema: “O Primeiro Dia “Europeu” de Portugal: Cenas de uma União Selada pela Televisão – Análise da Telecerimónia de assinatura do Tratado de Adesão de Portugal à CEE”

Júri: Presidente: Prof.^a Doutora Maria José Vieira Alves da Silva Moutinho Santos, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; **Vogais:** Prof. Doutor Francisco Rui

Nunes Cádima, Professor Associado da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; Prof. Doutor Jorge Fernandes Alves, Professor Associado com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Classificação: Muito Bom.

Mestrado em História Moderna

28 de Fevereiro de 2003

Lic.º Eduardo Jorge Martins Parente

Tema: “Benefício Paroquial no Antigo Regime”

Júri: Presidente: Prof. Doutor Luís Alberto Marques Alves, Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em substituição do Prof. Doutor Eugénio Francisco dos Santos, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; **Vogais:** Prof. Doutor Manuel Augusto Rodrigues, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Prof. Doutor Francisco Ribeiro da Silva, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Orientador).

Classificação: Muito Bom.

11 de Abril de 2003

Lic.^a Paula Raquel da Silva Patriarca de Oliveira Paiva Ribeiro

Tema: “Um estudo sobre a Inquisição de Lisboa: O Santo Ofício na Vila de Setúbal – 1536-1650”

Júri: Presidente: Prof. Doutor Eugénio Francisco dos Santos, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; **Vogais:** Prof. Doutor Manuel Augusto Rodrigues, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Prof.^a Doutora Elvira Cunha de Azevedo Silva Mea, Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Classificação: Muito Bom.

18 de Junho de 2003

Lic.^a Adelaide Filomena Amaro Lopes Cardoso

Tema: “As Religiosas e a Inquisição no Século XVII Quadros de vida e espiritualidade”

Júri: Presidente:

Prof. Doutor Eugénio Francisco dos Santos, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto;

Vogais: Prof. Doutor Manuel Augusto Rodrigues, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Prof.^a Doutora Elvira Cunha de Azevedo Silva Mea, Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Classificação: Muito Bom.

30 de Junho de 2003

Lic.º Fortunato Carvalhido da Silva

Tema: “O Exército na Capitania da Bahia entre 1750-1762”

Júri: Presidente: Prof. Doutor Eugénio Francisco dos Santos, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Coordenador do Mestrado e Orientador); **Vogais:** Prof.^a Doutora Fernanda Paula Fernandes de Oliveira Sousa Maia, Professora Associada da Universidade

Portugalense Infante D. Henrique; Prof. Doutor Jorge Manuel Martins Ribeiro, Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Classificação: Muito Bom.

15 de Julho de 2003

Lic.º Jorge Manuel da Conceição Rodrigues

Tema: “A Confraria das Almas do Corpo Santo de Massarelos e suas Congéneres de Mareantes”

Júri: Presidente: Prof.ª Doutora Elvira Cunha de Azevedo Silva Mea, Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, por delegação;

Vogais: Prof. Doutor José Manuel Azevedo Silva, Professor Auxiliar com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Prof. Doutor Aurélio de Araújo Oliveira, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Classificação: Muito Bom.

20 de Outubro de 2003

Lic.º Celestino José Fernandes da Silva

Tema: “António José de São Payo, 1º Conde de São Payo (1720-1830): Donatário, Guerreiro e Homem de Corte”

Júri: Presidente: Prof. Doutor Eugénio Francisco dos Santos, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto;

Vogais: Prof. Doutor José Maria Amado Mendes, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Prof. Doutor Francisco Ribeiro da Silva, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Classificação: Muito Bom.

2004

Mestrado em História Moderna

05 de Janeiro de 2004

Lic.º Pedro Alexandre Brandão Coelho

Tema: “A Santa Casa da Misericórdia de Coimbra 1500-1700 (o poder da caridade)”

Júri: Presidente: Prof. Doutor Eugénio Francisco dos Santos, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; **Vogais:** Prof.ª Doutora Isabel Cristina dos Guimarães Sanches e Sá, Professora Auxiliar do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho; Prof.ª Doutora Elvira Cunha de Azevedo Silva Mea, Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Orientadora).

Classificação: Muito Bom.

01 de Março de 2004

Lic.ª Anna Grinman

Tema: “A aproximação entre Portugal e a Rússia na segunda metade do século XVIII: sucessos e vicissitudes”

Júri: Presidente: Prof. Doutor Eugénio Francisco dos Santos, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; **Vogais:** Prof. Doutor José Viriato Eiras Capela, Professor Catedrático do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho; Prof. Doutor Jorge Manuel Martins Ribeiro, Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Classificação:

Muito Bom.

10 de Março de 2004

Lic.^a Maria Adriana Valente Stoffel Viseu

Tema: “Poder Local e Administração Concelhia O Porto entre 1651 E 1660”

Júri: Presidente: Prof.^a Doutora Maria Inês Ferreira de Amorim Brandão, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; **Vogais:** Prof.^a Doutora Laurinda Faria Santos Abreu, Professora Auxiliar da Universidade do Évora; Prof. Doutor Francisco Ribeiro da Silva, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Classificação: Muito Bom.

11 de Março de 2004

Lic.^a Sandra Loureiro do Couto

Tema: “A Definição Terminológica – Problemas teóricos e práticos encontrados na construção de um glossário no domínio da Corrosão”

Júri: Presidente: Prof.^a Doutora Belinda Mary Harper Sousa Maia, Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; **Vogais:** Prof. Doutor Manuel Célio de Jesus da Conceição, Professor Auxiliar com Exclusividade da Universidade do Algarve; Prof. Doutor Cláudio Domingos Martins Monteiro, Professor Auxiliar Convidado da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Classificação: Muito Bom.

16 de Abril de 2004

Lic.^a Maria José Queirós Lopes

Tema: “Misericórdia de Amarante: Contribuição para o seu Estudo.”

Júri: Presidente: Prof. Doutor Eugénio Francisco dos Santos, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; **Vogais:** Prof.^a Doutora Fernanda Paula Fernandes Oliveira Sousa Maia, Professora Associada do Departamento de Ciências Históricas de Educação da Universidade Portucalense; Prof. Doutor José Amadeu Coelho Dias, Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Classificação: Muito Bom.

21 de Abril de 2004

Lic.^o Severino Emanuel Cruz da Silva

Tema: “O Convento de São João Novo dos Eremitas de Santo Agostinho.”

Júri: Presidente: Prof. Doutor Eugénio Francisco dos Santos, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; **Vogais:** Prof. Doutor Saúl António Gomes Coelho da Silva, Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Coimbra; Prof. Doutor José Amadeu Coelho Dias, Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Classificação: Muito Bom.

24 de Maio de 2004

Lic.^a Lúcia Maria Ribeiro Carvalho

Tema: “A Presença Dominicana em S. Gonçalo de Amarante – Da fundação do Convento à extinção das Ordens Religiosas (1543 – 1834)”

Júri: Presidente: Prof. Doutor Eugénio Francisco dos Santos, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; **Vogais:** Prof. Doutor Arlindo de Magalhães Ribeiro da Cunha, Professor Assistente Convidado da Faculdade de Teologia da Universidade Católica – Centro Regional do Porto; Prof. Doutor José Amadeu Coelho Dias, Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Classificação: Bom com Distinção.

22 de Junho de 2004

Lic.^o Nuno Miguel Magarinho Bessa Moreira

Tema: “Cardeal D. Henrique: um pensamento em acção (1539-1578)”

Júri: Presidente: Prof. Doutor Eugénio Francisco dos Santos, Professor Catedrático Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; **Vogais:** Prof. Doutor João José Alves Dias, Professor Auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de Universidade Nova de Lisboa; Prof.^a Doutora Elvira Cunha de Azevedo Silva Mea, Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Classificação: Bom com Distinção.

Curso Integrado de Estudos Pós-Graduados em História Medieval e do Renascimento

02 de Abril de 2004

Lic.^o Aires Gomes Fernandes

Tema: “São Salvador de Moreira da Maia: Venturas e Desventuras de um Mosteiro no Século XIV.”

Júri: Presidente: Prof.^a Doutora Maria Cristina Almeida e Cunha Alegre, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; **Vogais:** Prof.^a Doutora Maria José Azevedo Santos, Professora Associada com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Prof. Doutor Luís Miguel Ribeiro de Oliveira Duarte, Professor Associado com agregação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Classificação: Muito Bom.

26 de Julho de 2004

Lic.^o Fernando Jorge da Silva Figueiredo

Tema: “Porto à vista. As mais antigas vistas da cidade do porto”

Júri: Presidente: Prof. Doutor Luís Miguel Ribeiro de Oliveira Duarte, Professor Associado com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; **Vogais:** Prof.^a Doutora Margarida Sobral Neto, Professora Associada da Faculdade de Letras de Universidade de Coimbra; Prof.^a Doutora Lúcia Maria Cardoso Rosas, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Classificação: Muito Bom.

24 de Novembro de 2004

Lic.^a Natália Teixeira de Magalhães

Tema: “D. Duarte: o infante que nunca mais chegava a rei”

Júri: Presidente: Prof.^a Doutora Maria Cristina Almeida da Cunha Alegre, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; **Vogais:** Prof. Doutor Bernardo Maria Godinho Sá Nogueira, Professor Auxiliar da Faculdade de Letras Universidade de Lisboa; Prof. Doutor Luís Miguel Ribeiro de Oliveira Duarte, Professor Associado com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Classificação: Bom.

02 de Dezembro de 2004

Lic.^a Maria Clotilde dos Santos Magalhães Gomes

Tema: “Níveis de vida em Portugal na Baixa Idade Média (contributo para um método de estudo)”

Júri: Presidente: Prof.^a Doutora Maria Cristina Almeida da Cunha Alegre, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; **Vogais:** Prof.^a Doutora Maria da Conceição Falcão Ferreira, Professora Associada com Agregação do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho; Prof. Doutor Luís Miguel Ribeiro de Oliveira Duarte, Professor Associado com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Classificação: Bom com Distinção.

09 de Dezembro de 2004

Lic.^o Carlos Fernando Russo dos Santos

Tema: “A Ordem de Santiago e Papado no Tempo de D. Jorge: de Inocêncio VIII a Paulo III”

Júri: Presidente: Prof. Doutor Luís Alberto Adão da Fonseca, por delegação, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; **Vogais:** Prof.^a Doutora Maria Cristina Oliveira Moreira Gomes Pimenta Aguiar Pinto, Professora Associada Universidade Portucalense Infante D. Henrique; Prof.^a Doutora Isabel Luísa Morgado Sousa e Silva, Professora Associada da Universidade Portucalense Infante D. Henrique.

Classificação: Muito Bom.

09 de Dezembro de 2004

Lic.^a Isabel Maria Guerreiro Gonçalves Mendes Oleiro Lucas

Tema: “As Ermidas da Ordem de Santiago nas Visitações de Palmela do século XVI”

Júri: Presidente: Prof.^a Doutora Maria Cristina Almeida e Cunha Alegre, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; **Vogais:** Prof.^a Doutora Isabel Luísa Morgado Sousa e Silva, Professora Associada da Universidade Portucalense Infante D. Henrique; Prof.^a Doutora Maria Cristina Oliveira Moreira Gomes Pimenta Aguiar Pinto, Professora Associada Universidade Portucalense Infante D. Henrique.

Classificação: Muito Bom.

10 de Dezembro de 2004

Lic.^a Maria Regina Soares Bronze Ramos

Tema: “As Igrejas de Palmela nas Visitações do século XVI. Rituais e Manifestações de Culto”

Júri: Presidente: Prof.^a Doutora Paula Maria de Carvalho Pinto Costa, por delegação, Professora

Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto;”**Vogais:** Prof.^a Doutora Maria Cristina Oliveira Moreira Gomes Pimenta Aguiar Pinto, Professora Associada Universidade Portucalense Infante D. Henrique; Prof. Doutor Joel Silva Ferreira Mata, Professor Associado da Universidade Lusíada (Porto).

Classificação: Muito Bom.

10 de Dezembro de 2004

Lic.^a Cristina Paula Vinagre Alves

Tema: “A Propriedade da Ordem de Santiago em Palmela. As Visitações de 1510 e de 1534”

Júri: Presidente: Prof.^a Doutora Maria Cristina Almeida e Cunha Alegre, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; **Vogais:** Prof. Doutor Joel Silva Ferreira Mata, Professor Associado da Universidade Lusíada (Porto); Prof.^a Doutora Maria Cristina Oliveira Moreira Gomes Pimenta Aguiar Pinto, Professora Associada Universidade Portucalense Infante D. Henrique.

Classificação: Muito Bom.

13 de Dezembro de 2004

Lic.^a Ana Paula Choupina Filipe de Carvalho Sousa

Tema: “Leonor Teles «huuma maa molher?»”

Júri: Presidente: Prof.^a Doutora Maria Cristina Almeida e Cunha Alegre, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; **Vogais:** Prof.^a Doutora Maria Manuela Tavares Santos Silva, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Prof. Doutor Luís Miguel Ribeiro de Oliveira Duarte, Professor Associado com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Classificação: Muito Bom.

Mestrado em História Contemporânea

15 de Junho de 2004

Lic.^a Maria Cristina Cunha Araújo

Tema: “Bugios e Mourisqueiros: O outro lado do espelho (O S. João de Sobrado – Valongo)”

Júri: Presidente: Prof. Doutor Jorge Fernandes Alves, Professor Associado com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; **Vogais:** Prof. Doutor Rui de Ascensão Ferreira Cascão, Professor Associado da Faculdade de Letras de Universidade de Coimbra; Prof.^a Doutora Maria da Conceição Coelho Meireles Pereira, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Classificação: Muito Bom.

21 de Setembro de 2004

Lic.^a Vivina Amorim Sousa

Tema: “Comércio entre Portugal e Brasil nos inícios do século XX: O Inquérito Comercial de 1916 e as Propostas de uma Comunidade Luso-brasileira”

Júri: Presidente: Prof.^a Doutora Maria da Conceição Coelho Meireles Pereira, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto;”**Vogais:** Prof. Doutor João dos Santos Ramalho

Cosme, Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Prof. Doutor Jorge Fernandes Alves, Professor Associado com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Classificação: Muito Bom.

20 de Outubro de 2004

Lic.^a Isilda Maria Costa Barros e Amorim Gomes

Tema: “Sebastião Sanhudo: Litógrafo, Retratista, Cronista e Humorista Gráfico”

Júri: Presidente: Prof.^a Doutora Maria da Conceição Coelho Meireles Pereira, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; **Vogais:** Prof.^a Doutora Maria de Fátima Nunes Ferreira, Professora Associada com Agregação do Departamento de História da Universidade de Évora.

Classificação: Muito Bom.

08 de Novembro de 2004

Lic.^a Sandra Cristina Pereira de Brito

Tema: “Clube Fenianos Portuenses – Um Projecto de Civilização, Uma Busca de Projecção.”

Júri: Presidente: Prof. Doutor Jorge Fernandes Alves, Professor Associado com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; **Vogais:** Prof. Doutor Hélder Adegar Teixeira Dias Fonseca, Professor Associado com Agregação da Universidade de Évora; Prof.^a Doutora Maria Antonieta da Conceição Cruz, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Classificação: Muito Bom.

16 de Novembro de 2004

Lic.^a Nélida Maria Freire Brito

Tema: “O Tarragal na Memória dos seus Prisioneiros”

Júri: Presidente: Prof. Doutor Jorge Fernandes Alves, Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; **Vogais:** Prof.^a Doutora Paula Cristina Godinho, Professora Auxiliar do Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; Prof. Doutor Manuel Vicente de Sousa Lima Loff, Professor Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Classificação: Muito Bom.

Doutoramentos defendidos em 2002**Ramo de Conhecimento em História**

Nome: Agostinho de Jesus Domingues

Data da defesa: 21/05/2002

Título da tese: “*Os Clássicos Latinos nas Antologias Escolares dos Jesuítas nos Primeiros Ciclos de Estudos Pós-Elementares no Século XVI em Portugal.*”

Orientador: Prof. Doutor Francisco Ribeiro da Silva

Júri: Presidente: Prof. Doutor Francisco Ribeiro da Silva

Vogais: Doutor José Ribeiro Ferreira; Professor Catedrático da Universidade de Coimbra, Doutor Norberto Amadeu Ferreira Gonçalves da Cunha, Professor Catedrático da Universidade do Minho; Doutor Cândido Augusto Dias dos Santos; Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Doutor Eugénio Francisco dos Santos; Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Doutor José Marques, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Aprovado

Nome:

Márcia Eliane Alves de Souza Mello

Data da defesa: 12/07/2002

Título da tese: “*Pela Propagação da Fé e Conservação das Conquistas Portuguesas – As Juntas das Missões – século XVII-XVIII.*”

Orientador: Prof. Doutor Eugénio Francisco dos Santos

Júri: Presidente: Prof. Doutor Francisco Ribeiro da Silva

Vogais: Prof. Eugénio Francisco dos Santos, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Doutor Cândido Augusto Dias dos Santos; Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Doutor Aurélio de Araújo Oliveira, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Doutor Carlos Alberto de Pinho Moreira Azevedo; Professor Associado e Vice-Reitor da Universidade Católica de Lisboa; Doutora Maria Norberta Betencourt Amorim, Professora Catedrática da Universidade do Minho.

Aprovado

Doutoramentos defendidos em 2003**Ramo de Conhecimento em História**

Nome: Eduardo Cândido Cordeiro Gonçalves

Data da defesa: 31/10/2003

Título da tese: *Católicos e Política (1870-1910). O Pensamento e a Acção do Conde de Samodães*

Orientador: Prof. Doutor Luís António de Oliveira Ramos

Júri: Presidente:

Prof. Doutor Francisco Ribeiro da Silva

Vogais: Doutor Cândido Augusto Dias dos Santos, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Doutor António Pedro de Araújo Pires Vicente, Professor Catedrático da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa; Doutor Manuel José Macário do Nascimento Clemente, Professor Ordinário da Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa; Doutor Eugénio Francisco dos Santos, Professor Catedrático da FLUP; Doutor Fernando Alberto Pereira de Sousa, Professor Catedrático da FLUP; Doutor Luís António de Oliveira Ramos, Professor Catedrático da FLUP.

Aprovado

Nome: Luís Antunes Grosso Correia

Data da defesa: 15/12/2003

Título da tese: *Récita do Liceu Rodrigues de Freitas/D. Manuel II – 1932-1973*

Orientador: Prof. Doutor Francisco Ribeiro da Silva

Júri: Presidente: Prof. Doutor Francisco Ribeiro da Silva

Vogais: Doutor António Manuel Seixas Sampaio da Nóvoa, Professor Catedrático da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa; Doutor Justino Pereira de Magalhães, Professor Associado com Agregação da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa; Doutor Eugénio Francisco dos Santos, Professor Catedrático da FLUP; Doutor Fernando Alberto Pereira de Sousa, Professor Catedrático da FLUP; Doutor Jorge Fernandes Alves, Professor Associado com Agregação da FLUP; Doutor Luís Alberto Marques Alves.

Aprovado

Doutoramentos concluídos em 2004

Ramo de Conhecimento de História

Nome: Vítor Rui Gomes Teixeira

Data de defesa: 20/05/2004

Título da tese: *“O Movimento da Observância Franciscana em Portugal (1392-1517). Património, Cultura e Espiritualidade de uma Experiência de Reforma Religiosa”*

Orientador: Prof. Doutor Ivo Manuel Veiga Carneiro de Sousa

Júri: Presidente: Prof^ª Doutora Ana Maria Rodrigues Monteiro de Sousa

Vogais: Doutor Armando Luís de Carvalho Homem, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Doutor Ivo Manuel Veiga Carneiro de Sousa, Professor Associado com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Doutor José Carlos Ribeiro Miranda, professor Associado do Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Doutor José Amadeu Coelho Dias, Professor Auxiliar com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Doutor Teotónio Rosário de Souza, Professor Catedrático do Departamento de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Lusófona, Doutor Rui Manuel Loureiro, Professor Associado convidado da Universidade de Macau.

Aprovado

Nome: Amândio Jorge Morais Barros

Data da defesa: 20/10/2004

Título da tese: *“Porto – A Construção de um Espaço Marítimo nos Alvores dos Tempos Modernos”*

Orientador: Prof. Doutor Aurélio Araújo Oliveira

Júri: Presidente:

Prof. Doutor Francisco Ribeiro da Silva

Vogais: Doutor Hilário Casado Alonso, Professor catedrático do Departamento de História e Instituciones Económicas da Facultad de Ciências Económicas da Universidad de Valladolid; Doutor Aurélio de Araújo Oliveira, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Doutor Francisco José Rogado Contente Domingues, Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Doutora Amélia Maria Polónia da Silva, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Aprovado

Nome: Fernando Augusto de Figueiredo

Data de defesa: 22/11/2004

Título da tese: *“Timor. A Presença Portuguesa (1769-1945)”*

Orientador: Prof. Doutor Fernando de Sousa

Júri: Presidente: Prof^a Doutora Ana Maria Rodrigues Monteiro de Sousa

Vogais: Luís Manuel Soares Reis Torgal, Professor Catedrático do Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Doutor Fernando José de Almeida Catroga, Professor Catedrático do Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Doutor António Henrique Rodrigo de Oliveira Marques, especialista de reconhecida competência ao abrigo do nº 3 do artº 26º do decreto-lei nº 216/92 de 13 de Outubro; Doutor Eugénio Francisco dos Santos, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Doutor Fernando Alberto Pereira de Sousa, Professor Catedrático Aposentado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Doutor Ivo Manuel Veiga Carneiro de Sousa, Professor Associado com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Aprovado

Nome: António Pais de Matos dos Reis

Data da defesa: 07/12/2004

Títuloda tese: *“Os Concelhos na Primeira Dinastia. Á Luz dos forais e de outros documentos da Chancelaria Régia”*

Orientador: Prof. Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno

Co-Orientador: Prof. Doutor Armando Luís Gomes de Carvalho Homem

Júri: Presidente: Prof^a Doutora Ana Maria Rodrigues Monteiro de Sousa

Vogais: Doutora Maria Helena da Cruz Coelho, Professora Catedrática do Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Doutor Armando Luís de Carvalho Homem, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno, Professor Catedrático Aposentado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Doutora Maria da Conceição Falcão Ferreira, Professora Associada com Agregação do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Doutor Luís Miguel Ribeiro de Oliveira Duarte, Professor

Associado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Doutora Maria Cristina Almeida e Cunha Alegre, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto;

Aprovado

Especialidade História Moderna e Contemporânea

Nome: Henrique Fernandes Rodrigues

Data da defesa: 29/03/2004

Título: *“Alto-Minho no século XIX” – Contextos migratórios Sócio-Culturais e Familiares*

Orientador: Prof. Doutor Eugénio Francisco dos Santos

Co-orientador: Prof. Doutor Francisco Ribeiro da Silva

Júri: Presidente: Prof. Doutor Francisco Ribeiro da Silva

Vogais: Prof. Doutor Eugénio Francisco dos Santos, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Doutor Aurélio Araújo Oliveira, Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Doutor Jorge Fernandes Alves, Professor Associado com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Doutora Maria da Conceição Coelho Meireles Pereira, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Doutor Jorge Carvalho Arroiteia, Professor Catedrático da Universidade de Aveiro.

Aprovado com distinção e louvor por unanimidade

LISTA DE TÍTULOS POR PERMUTA COM A REVISTA DA FLUP – HISTÓRIA

- ABRENTE: REVISTA DE LA REAL ACADEMIA GALLEGA DE BELLAS ARTES DE N. SRA. DEL ROSARIO, La Coruña
- ACTA HISTORICA ET ARCHAEOLOGICA MEDIAEVALIA. Facultat de Geografia i Història, Barcelona
- AFRICANA. Centro de Estudos Africanos e Orientais, Universidade Portucalense, Porto
- AL-ULYA: REVISTA DO ARQUIVO HISTORICO MUNICIPAL DE LOULE. Loulé
- ALMANSOR. Biblioteca Municipal, Montemor-o-Novo
- ANAIS: SÉRIE HISTÓRIA. Departamento de Ciências Humanas, Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa
- ANALES DE LA UNIVERSIDAD DE ALICANTE - HISTORIA MEDIEVAL. Departamento de Historia Medieval y Moderna, Universidad de Alicante, Alicante
- ANUARIO. Instituto de Estudios Zamor. Florian de Ocampo, Zamora
- ARQUIPELAGO: SERIE HISTORIA. Univerisdade dos Açores, Ponta Delgada
- ARQUIVO COIMBRÃO. Biblioteca Municipal de Coimbra, Coimbra
- ARQUIVO DE BEJA. Biblioteca Municipal, Beja
- ARQUIVO DE PONTE DE LIMA. Câmara Municipal, Ponte de Lima
- ARQUIVO DOMINICANO. Editorial San Esteban, Salamanca
- ARQUIVOS DA MEMÓRIA. Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Univ. Nova Lisboa, Lisboa
- ATRIUM. Seminário Maior do Porto, Porto
- AZULEJO. Museu Nacional do Azulejo, Lisboa
- BARCELOS REVISTA. Biblioteca Municipal, Barcelos
- BEIRA ALTA. Assembleia Distrital de Viseu, Viseu
- BERCEO. Gobierno de la Rioja, Instituto de Estudios Riojanos, Logroño
- BOLETIM CULTURAL. Câmara Municipal de Esposende, Esposende
- BOLETIM CULTURAL. Arquivo Histórico do Porto, Porto
- BOLETIM CULTURAL. Câmara Municipal, Póvoa de Varzim
- BOLETIM CULTURAL. Câmara Municipal, Vila Nova de Famalicão
- BOLETIM CULTURAL. Arquivo Municipal, Loulé
- BOLETIM CULTURAL DE VALE DE CAMBRA. Museu Municipal, Macieira de Cambra
- BOLETIM DA FACULDADE DE DIREITO DE COIMBRA, Coimbra
- BOLETIM DA SANTA CASA DA MISERICORDIA DO PORTO, Porto
- BOLETIM DO ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, Coimbra
- BOLETIM DO ARQUIVO HISTORICO MILITAR, Lisboa
- BOLETIM DO INSTITUTO HISTORICO DA ILHA TERCEIRA, Angra do Heroísmo
- BRACARA AUGUSTA. Arquivo Municipal de Braga, Braga
- BRIGANTIA: REVISTA DE CULTURA. Arquivo Distrital, Bragança
- CADERNOS DO NOROESTE. Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga
- CADERNOS ESAP. Cooperativa de Ensino Superior Artístico Árvore, Porto
- CADERNOS HISTORICOS. Comissão Municipal dos Descobrimentos, Lagos
- CALLIPOLE: REVISTA DE CULTURA. Câmara Municipal, Vila Viçosa
- CISTERCIUM: REVISTA MONASTICA. Monasterio de la Oliva, Carcastillo (Navarra)
- COMPOSTELLANUM. Instituto Teologico Compostelano, Santiago de Compostela

CUADERNOS DE PREHISTORIA Y ARQUEOLOGIA CASTELLONENSES. Diputacio de Castello, Castellon de la Plana, España
 CUADERNOS DE HISTORIA CONTEMPORANEA, Universidad Complutense, Madrid
 CUADERNOS DE HISTORIA MODERNA, Universidad Complutense, Madrid
 CUADERNOS DEL CEMYR. Universidad de La Laguna, La Laguna (Tenerife)
 DIDASKALIA. Universidade Católica Portuguesa, Lisboa
 DOMINICAN HISTORY NEWSLETTER. Instituto Storico Domenicano, Roma
 ENCUENTROS. Biblioteca do Ayuntamiento de Olivenza, Badajoz
 ESTUDIOS MINDONIENSES. Diocesis de Mondonedo el Ferrol, Ferrol (A Coruna)
 ESTUDIS CASTELLONENCs. Diputació de Castelló, Castelló, España
 ESTUDOS IBERO-AMERICANOS. Pontífica Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Departamento de História, Porto-Alegre, Brasil
 ESTUDOS MEDIEVAIS. Centro de Estudos Humanísticos, Porto
 ESTUDOS ORIENTAIS. Universidade Nova de Lisboa, Lisboa
 ESTUDOS REGIONAIS: REVISTA DE CULTURA DO ALTO MINHO. Centro de Estudos Regionais, Viana do Castelo
 ESTUDOS TRANSMONTANOS. Arquivo Distrital de Vila Real, Vila Real
 FAVENTIA. Servei de Biblioteques, Barcelona
 FONTES E ESTUDOS. Arquivo Histórico Nacional, Luanda
 HISPANIA: REVISTA ESPANOLA DE HISTORIA. Madrid
 HISPANIA ANTIQUA. Universidad de Valladolid, Valladolid
 HISTORIA. Universidade Estadual Paulista, Marília, Brasil
 HISTORIA, INSTITUCIONES, DOCUMENTOS. Universidad de Sevilla, Sevilla
 HUMANISTICA E TEOLOGIA. Universidade Católica, Centro Regional do Porto, Porto
 IACOBVS. Centro de Estudios del Camino de Santiago, Valladolid
 INSTITUTO PORTUGUÊS DO ORIENTE. Macau
 JERONIMO ZURITA: REVISTA DE HISTORIA. Institucion Fernando El Catolico, Zaragoza, España
 LUSIADA: SERIE DE HISTORIA. Universidade Lusíada, Porto
 MEDIOEVO: SAGGI E RASSEGNE. Istituto sui Rapporti Italo-Iberici, Cagliari, Italia
 MEMOIRES DE LA SOCIETE ARCHEOLOGIQUE DU MIDI DE LA FRANCE. Société Archéologique du Midi de la France, Toulouse
 MEMORIA. Escola Superior de Teologia e Ciências Humanas, Viana do Castelo
 MICROLOGUS: NATURA, SCIENZE E SOCIETA MEDIEVALI. SISMEL, Firenze
 MINIA. Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural (ASPA), Braga
 MONUMENTOS. Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Lisboa
 MUNIBE (ANTROPOLOGIA-ARKEOLOGIA). Sociedad de Ciencias Aranzadi, Donostia/San Sebastián
 EL MUSEO DE PONTEVEDRA. Museo de Pontevedra, Pontevedra
 MUSEU. Museu Nacional Soares dos Reis, Porto
 NUOVA RIVISTA STORICA. Società Editrice Dante Alighieri, Roma
 OBRADOIRO DE HISTORIA MODERNA. Universidad de Santiago de Compostela, La Coruña
 OLARIA. Câmara Municipal, Barcelos

- PERFICIT. Colegio de San Estanislao, Salamanca
- POLIGRAFIA. Centro de Estudos D. Domingos Pinho Brandão, Arouca
- PONTIFICIA UNIVERSIDAD JAVERIANA. Unidad de Seleccion y Adquisicion, Bogota, Colômbia
- PRESIDENCIA DA REPUBLICA. Lisboa
- REVISTA AGUSTINIANA. Madrid
- REVISTA ALTITUDE. Assembleia Distrital da Guarda, Guarda
- REVISTA DA FACULDADE DE CIENCIAS SOCIAIS E HUMANAS. Lisboa
- REVISTA DE CIENCIAS HISTORICAS. Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Porto
- REVISTA DE ESTUDIOS EXTREMEÑOS. Centro de Estudios Extremeños, Badajoz
- REVISTA DE HISTORIA DAS IDEIAS. Faculdade de Letras, Coimbra
- REVISTA DO CIRCULO JOSE DE FIGUEIREDO. Museu Nacional Soares dos Reis, Porto
- REVISTA PORTUGUESA DE HISTORIA. Faculdade de Letras, Instituto de História Económica e Social, Coimbra
- REVISTA THEOLOGICA. Instituto Superior de Teologia, Braga
- RUBRICA. Departamento de Historia Medieval, Paleografia i Diplomàtica, Universitat de Barcelona, Barcelona
- RURALIA: REVISTA DA RURALIDADE. Conjunto Etnográfico de Moldes, Arouca
- SABER EDUCAR. Escola Superior de Educação Paula Frassinetti, Porto
- SAITABI. Facultat de Geografia i Historia, Valencia
- SANTO TIRSO ARQUEOLOGICO. Gabinete de Arqueologia, Museu Municipal Abade Pedrosa, Santo Tirso
- SIGNO: REVISTA DE HISTORIA DE LA CULTURA ESCRITA. Facultad de Farmacia, Alcala de Henares (Madrid)
- TRABAJOS DE PREHISTORIA. Centro de Estudios Historicos, CSIC, Madrid
- UL-VARIA: ARQUIVO DE ESTUDOS REGIONAIS. Museu Regional de Oliveira de Azeméis, Oliveira de Azeméis
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Florianopolis
- VILA DO CONDE: BOLETIM CULTURAL. Câmara Municipal, Vila do Conde
- ZEITSCHRIFT FUR KATALANISTIK: REVISTA D'ESTUDIS CATALANS. Biblioteca Catalana, Frankfurt am Main, Alemanha

Nome	Instituição	Endereço electrónico
Ana Leonor Pereira	Professora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra / Investigadora do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (Grupo de História e Sociologia da Ciência)	aleop@ci.uc.pt
Ana Sílvia Scott	UFSCAR, Brasil	asvscott@uol.com.br
Amândio Barros	Investigador do Instituto de História Moderna da Faculdade de Letras da Universidade do Porto	amandiobarros@hotmail.com
Amélia Polónia	Professora Auxiliar do Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto	asilva@letras.up.pt
Armando Luís Gomes de Carvalho Homem	Professor Catedrático do Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto	ahomem@letras.up.pt
Carlos Manique da Silva	Doutorando da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa	manique@net.sapo.pt
Eva Gomes	Licenciada em História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto	eva.gomes@mail.pt
Eva Nogueira	Mestranda em História Contemporânea	eva_123@mail.pt
Gaspar Martins Pereira	Professor Associado do Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Investigador do GEHVID	gpcreira@letras.up.pt

Inês Amorim	Professora Auxiliar do Departamento de História da Faculdade de Letras do Porto	iamorim@letras.up.pt
Jorge Fernandes Alves	Professor Associado com agregação do Departamento de História da Faculdade de Letras do Porto	jfalves@letras.up.pt
João Rui Pita	Professor da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra / Investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do século XX (Grupo de História e Sociologia da Ciência)	jrpita@ci.uc.pt
Manuel Augusto Arriscado	Mestre em História na Faculdade de Letras da Universidade do Porto	
Maria de Fátima Nunes	Universidade de Sevilha	manuelgf@us.es
Maria de Fátima Nunes	Professora Associada com Agregação do Departamento de História da Universidade de Évora	mfn@uevora.pt
Marinha do Nascimento Carneiro	Escola Superior de Enfermagem Cidade do Porto	marinhac@clix.pt
Olga Martins	Licenciada em História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto	
Oswaldo Truzzi	NEPO - Unicamp/UniABC, Brasil	
Pedro Teixeira Pereira	Mestrando em História Contemporânea	ptpereira@gaia.ipiaget.org
Rui Manuel Pinto Costa	Mestrando em História Contemporânea	

Ramon Grossi	Doutorando em História do Brasil pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais	<u>grossihis@hotmail.com</u>
Sandra Brito	Licenciada em História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto / Investigadora do GEHVID / Mestre em História Contemporânea / Colaboradora do Instituto de História Moderna da FLUP	<u>sandra.brito@portugalmail.pt</u>
Sérgio Carlos Ferreira	Aluno de Pós-Graduação em Estudos Integrados em História Medieval e do Renascimento	<u>rubras_sergio@hotmail.com</u>
Yann Loic Araújo	Colaborador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (Grupo de História e Sociologia da Ciência) / Investigador - Colaborador da Fundação Passos Canavarro.	<u>yannaraujo@hotmail.com</u>